À Biblioteca Nacional
de Lisboa

Of
O Autor

Horta (ilha do Faial)
maio de 1923

Familias Faialenses

MARCELINO LIMA

Familias Faialenses

Pc. 8 L 30

(Subsidios para a história da ilha do Faial)

Horta (Ilha do Faial)
Composto e impresso nas oficinas da Tipografia "Minerva Insulana"

1922

La destinée des nations dépend un peu de la piété avec laquelle elles savent sauver la mémoire du passé et la relier au présent et à l'avenir.

Louis Forest

"É preciso que viva em nós a alma heróica dos descobridores e navegantes, dos pioneiros e dos conquistadores, que lavravam na pedra, como um sol, à Pátria, e lavram ao alto, como uma espada, a cruz.

Antônio Granjo

Eu sei. Querem desvendar a causa inicial destas páginas. Estão no seu direito. Pois já lhes digo: é um livro que pode valer qualquer coisa, êste, apenas pela oportunidade, jamais pelas suas virtudes, que fracas são. Surgiu — e aqui temos o ponto essencial a distinguir — surgiu pròpriamente do acaso, sem nenhum programa de vaidade a encaminhá-lo, e nada mais. Nasceu como o tortulho nos montes.

No decurso de excavações que me dei a efectuar no âmbito dum certo período da história faialense, começaram rolando pela primeira vez sob a minha vista afanosa e surpreza, e de dia para dia mais regosijada, nomes, factos, datas, esclarecimentos, indícios — indícios que se tornavam assaz eloquentes, embora fossem, por vezes, bastante vagos — acêrca de pessoas e casos, em toda a idade evolutiva da ilha. Esgaravatei... Após um nome vinha outro nome; uma indicação de agora tornava-se facto definido amanhã, o qual, arrumado, deixava logo atrás uma nova incógnita a esboçar-se. O conhecido caso das cerejas.

Foi um cabedal grosso que amontoei. Deixá-lo imobilisado na penumbra do esquecimento, sem que os entendidos nêle pudessem, mais ou menos, espiolhar algum proveito, causava-me pena. Parecia-me até um pecado. Resolvi-me: enfeixei a colheita, desajeitadamente, já se vê, mas com diligência e recato, e pus-me a caminho. Boa ou má, para o que possa servir, ela aí está. Ceifei apenas.

Uma segunda razão houve que, seguidamente, me trouxe à ribalta.

Relevem os meus patrícios divulgá-la, porque não lhes abona de muito geito o patriotismo. É a sua condenável indiferença, quási total, pela história da sua terra. Desconhecem-a, ou, se a conhecem, é muito esfumadamente, às migalhas, a maior parte colhidas em mal seguras páginas, outras na tradição oral, por via de regra insuficiente, eivada de lacunas, ingenuidades, fantasias.

Desconhecem os meus patrícios o que foi e como foi a sua terra como progrediu, como se evidenciou. Desconhecem muitos dos seus mais interessantes episódios, mesmo muitos dos acontecimentos que mais a comoveram — porque também ainda ninguem lhos contou; desconhecem, a bem dizer, os seus filhos insignes, aqueles que, desde o seu início, muito a serviram e honraram, mercê do seu brio e temeridade, da sua fortuna e posição social, do seu trabalho, do seu altruismo, do seu saber.

Semelhante desapêgo retrospectivo é singular. É não medir a importância da tradição, como fôrça coesiva, na consolidação íntima dos povos, das raças, da família. É não ver como ela fixa o indivíduo no seu meio, tornando-o, pela permanência, factor primário da riqueza regional, conseqüentemente do progresso comum.

Um povo em divórcio com o seu passado, que assim se arreda das suas tradições e atavismos, renome e energias, de tudo quanto o impulsionou a caminho da vitalidade e na formação do caracter, está bem de ver que é um povo frágil, quási sem a noção exacta dêsse sentimento tão nativo — áspero, sim, mas constante no circulo da evolução social — o orgulho. É um povo que se oblitera. Porque, sem orgulho — orgulho de raça, orgulho de poder adquirido, orgulho de saber conquistado — a civilisação nunca se teria feito, e jamais continuaria seu movimento.

Tudo quanto a actividade humana tem produzido e ha de produzir, de essencial ou mínimo, é no passado, *no passado somente*, que se funda. Olhando o passado, revive-se. Somos, porque fomos. Sentimo-nos tocados de grandeza, sempre que nêle penetramos amorosamente, buscando a lição dos tempos, a rever essa série incomensurável de exemplos ditados pelo coração e pelo pensamento, quer em defesa do direito, quer nos labirintos da Sciência, quer alçando-se ás constelações da Arte; todo êsse evolar de virtudes superiores, nimbando eternamente o tempo e o espaço — labor, caridade universal, justiça, sapiência, honra... Que seriamos sem os dias que nos precederam? Depois, nesta incerteza histórica, segreda-me um moderno filósofo que mais vale ainda obedecer aos mortos do que sofrer a tirania dos vivos.

Quando, em meio das arcarias preciosas da Batalha, padrão augusto da integridade nacional, nos perpassam pela mente os feitos de civismo dum Nun'Alvares Pereira; quando recordamos Newton com a sua lei da mecânica do cosmo, ou Kant revolucionando a mentalidade com o seu criticismo, Hertz firmando a teoria das ondas eléctricas inspiradoras de Marconi, Murilo creando as suas madonas imortais, Beethoven sonhando as suas maravilhosas sinfonias; quando, sôbre as ruinas de Balbek, presos de assombro, se pregunta à remota antigüidade que processos estranhos usou para talhar, conduzir de jazigo distante, e erguer uns sôbre outros, aqueles blocos colossais de mármore, que um exército de milhares de homens mal conseguiria mover, formando a plataforma do grandioso templo de Diana; quando olhamos as estâncias perenais dos *Luzíadas*, opulento escrinio das nossas glórias, todo oiro e harmonia — de oiro para nossa grandeza, de harmonia para o nosso coração; quando, em suma, nos quedamos ante tantas e tão várias manifestações do pensamento e do sentimento humano, reverenceando-as entre submissos e esclarecidos, é porque em nós ha tambem o que quer que seja dessa alma irrequieta, intensa, eterna, que busca o *ideal*, fadigosamente, num vôo de anciedade.

E não se ha de então respeitar o passado?

Quando os japonêses penetram nos seus templos, e, em logar de dirigirem súplicas aos deuses, se demoram conversando com os seus mortos escolhidos, não será isto, em principio, uma reintegração do presente no passado? E que intuito ordenou as pirâmides do Egito? Seria apenas o de legar à posteridade, pacientemente empacotados entre as mil voltas duma faixa, e atulhados de betume da Judeia, os restos miseráveis de alguns venerandos Faraós, com as suas longas barbas entrançadas? Não. O homem já possuia a sinteso de que as suas obras firmadas na pedra, em livro douto, ou em poema, são mais duradoiras do que o seu sôlto pensamento. O propósito maior foi de certo dilatar, por via dum simbolo concreto, através dos séculos, para alem do deserto e dos confins da Mesopotâmia, essa civilização, hoje tão singular e desconhecida, que os Ramèzes fortaleceram sob a omnipotência do seu olhar faraónico.

Eu sei em demasia que nenhuma creatura faialense logra envaidecido pedestal, quer nos capitulos dos magnos cronistas, quer na bisbilhotice dos poetas, desde Gil Vicente a Tolentino. Não é isso todavia pretexto para supor o Faial na região dos hotentotes. Tambem aqui houve braços temerários e rijos, gestos de filantropia, muita história trágica e

histórias ingénuas, que bem vale revestir de seus merecimentos — recordar.

Les morts vont vite. Sim, esquecem depressa.

Por isso se fizeram as crónicas, se erigem estátuas, se criaram museus. Por isso os rendilhados corucheus dos Jerónimos nos apregoam todo o esplendor duma geração venturosa, e as estrofes sonoras de Camões, por instantes ofuscando o mercantilismo da nossa efémera carcassa, lembram «as armas e os barões assinalados» que nos honraram — tanta nobreza e tantos feitos, tantos sonhos de glória espalhando por êsse mundo, ufanamente, num fulgor de arrebol, a alma portuguesa... Por isso se fizeram as pirâmides do Egito.

Por isso, compreendem, me decidi a expôr na praça publica êste aranzel de lérias caruchosas. Essencialmente por isso: só para lhes aguçar o apetite por uma fila de nomes que outrora, no Faial, foram ou valeram alguma coisa.

Não julgue entretanto alguem que pretendo ascender à imortalidade, bifurcando-me na lombada frágil dêste livro. O pégaso, como vêem, é coxo, e o cavaleiro correlativamente inábil. O livro, pela sua autoria, pouco merece; se vale é apenas pela oportunidade dos seus elementos.

E eu queria que êle ficasse imperecivel, eloqüente, *ousado*, mobilisando a estima regionalista pelo passado — martelando a tecla do patriotismo... Que prendesse a atenção, ao menos pela insistência penetrante, a exemplo daquele *método do doutor Tristão para desenvolvimento* do senso comum, que Villiers de l'Isle Adam expõe em um dos seus extranhos contos — lembram-se? atulhar o cérebro de palavras nobres, numa velocidade de desasseis *vocábulos por segundo*, e depois *rolhá-lo*, perfurando os tímpanos... Queria que não fôssem de todo perdidas — *verba ventis* — as minhas palavras.

Então, neste anceio, à *míngua* de autoridade e de sciência, que jamais tive nem terei, fui-me arrimando ao conselho de tecer atavios, pouco adequados, bem conheço, ao género e destino da obra, mas que a realçassem pela garridice. Para amenizar a aridez da dedução genealógica, enfronhei-me no esbôço de páginas que cativassem, vibrantes de acção, resecndentes de sentimento. Tinha material de fartar, a imaginação liberta...

E aqui tem o amável leitor e patrício mais ou menos confessado o motivo que decretou a dualidade do livro — em primeira parte o mal atado molho de linhagens, depois as *tropegas* fôlhas de narrativas.

Assim, nasceram, cá e lá, êsses medalhões biográficos das figuras

que de si deixaram alguma lembrança, quieta ou trágica, nesta migalha de terra açoriana. Uma espécie de iluminuras. Conseqüentemente para que êsses vultos não aparecessem tal como exumados, hirtos e sêcos, numa atitude enigmática de múmias, revesti-os, e completei-os, tanto quanto me ajudou o pensamento psicológico. Dei-lhes côr, movimento. Compuz em sua volta minúcias ornamentais, desenhei scenário, conforme, é lícito supor, devia ter sido. Fiz mais: aproveitei dos domínios da lenda *aquilo que se adaptava, sem repugnância, à medida de cada moldura.*

Abusei talvez. Mas Taine, autoridade magna, incitava-me, afirmando que o remoto e a perspectiva histórica só servem ao artista para reunir a poesia à verdade...

De facto, se descrever é copiar, copiar o que se vê e o que se imagina — descrever o passado será então, indubitàvelmente, alguma coisa mais do que decalcar sucessos sôbre as cifras da cronologia, regulando-os apenas pela pauta severa, algumas vezes acanhada ou confusa, quando não também errónea, de velhos documentos. A resumir o conceito, temos aquela moderna e conhecida fórmula, comprovada em França por Michelet, e por Carlyle na Inglaterra, de que «a história é a visão inteligente dos fenómenos sociais.»

É provavel que os espíritos benévolos venham a dentro destas mal amanhadas fôlhas procurar um instante de romantismo, como quem se acaricia ao descerrar um cofre, na recordação de certo perfume antigo. Hão de torcer *as narinas à poeira narcotisante dos amarelecidos papeis*; alguns talvez me considerem de sôbre-ôlho inchado; no fundo, perdoam-me. Mas os linhagistas? Estou a vê-los, de férula erguida, êsses, por via do meu sacrilégio contra os moldes e regras estabelecidos, muito embora nesta récua esconsa de informações saibam destacar o grão rendoso do joio maninho. Desancam-me, com certeza.

Paciência. Se melhor não fiz, foi porque melhor não soube. A intenção foi boa, bem vêem. Dizem: não produzi um nobiliário propriamente dito, nem trago a lume um livro de arte; quero dizer, nem é um livro de história, nem um livro de histórias? Em todo o caso alguma coisa é... É um aborto?

Pois dêem-lhe pousada, por caridade — e acabou-se.

TITULO I

ARRIAGAS

PROCEDEM de **João d'Arriaga**, primeiro dêste nome que houve na ilha do Faial, onde se estabeleceu no último quartel do século XVII. Era natural de Baiona (França). O pai, Salvador d'Arriaga, fidalgo espanhol, ali tinha casado e fixado residência.

§ 1.º

1 **João d' Arriaga** n. 1652, m. 30-6-1716, c. 21-8-1688 com Catarina Bruna da Silveira, natural da freguesia dos Flamengos, que n. 30-10-1667, m. 11-1-1705 (V. **Terras**, § 2.º, n.º 7) — (**1**)

Tiveram:

2 José d'Arriaga, que segue
2 Bartolomeu d'Arriaga, b. 24-7-1697, m. 12-10-1752
2 João d'Arriaga, b. 17-2-1699, m. de meses
2 João d'Arriaga, b. 21-10-1692

2 **José d'Arriaga** n. 1691, m. 13-11-1766, c. 8-9-1713, em Lisboa, na igreja de N. S.ª das Necessidades, com Catarina Nodin, m. 29-3-1724, com trinta e cinco anos de idade. — (**2**)

Tiveram:

3 Miguel d'Arriaga Bruna da Silveira, n. 27-7-1716, m. 25-2-1779, em Lisboa, c. 2-2-1769, com Mariana Joaquina Apolónia de Vilhena Coutinho, m. 18-10-1820, em Oeiras — (**3**)

3 José d'Arriaga Brum da Silveira, que segue
3 Maria Angela de Jesus, n. 2-8-1714, m. 1791, freira no conv. da Glória—(4)
3 Bárbara Nodin d'Arriaga, n. 27-6-1717, m. 16-7-1772, e 16-8-1745, na ermida de S. Pedro, freguesia da Feteira (Faial) com Guilherme Street (V. **Streets**, § 1.º, n.º 3)
3 Catarina Nodin Brum da Silveira, n. 2-11-1719, m. 8-7-1805 — (5)
3 João d'Arriaga Brum da Silveira, n. 17-11-1718, m. 22-2-1719.

3 **José d'Arriaga Brum da Silveira** - n. 21-3-1721, m. 27-10-1793, e. 24-1-1765, na paróquia de St.ª Izabel, Lisboa, com Francisca Josefa Borges da Câmara, filha de Inácio Ferreira de Sousa e de sua mulher Rosa Borges (6).

Tiveram:

4 Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira, n. 4-1-1768, m. 11-4-1833, na cidade de Lisboa. Casou em Angra com Francisca Maria de Assis Melo e Castro; filha do capitão, general dos Açores, Diniz Gregório de Melo e Castro — (7)
4 Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira, que segue
4 Antônio Ferreira d'Arriaga Brum da Silveira, n. 12-6-1778, faleceu solteiro. — (8)
4 José d'Arriaga Brum da Silveira, n. 1767, m. 26-6-1787
4 Inácio Ferreira de Sousa Arriaga, n. 24-8-1769, m. 26-6-1787 } (9)
4 João d'Arriaga
4 Francisco, n. 22-4-1797, m. de mêses
4 Francisco, n. 10-4-1785
4 Rosa d'Arriaga, n. 5-10-1782
4 Francisca Xavier Borges da Câmara, n. 20-1-1706, casou com seu primo João Street d'Arriaga (V. **Streets**, § 1.º, n.º 4)
4 Rita Emerenciana, m. 21-12-1858, freira no conv. de S. João — (10)
4 Maria Rosa d'Arriaga, n. 8-3-1773, m. 28-3-1787
4 Ana Cândida d'Arriaga, n. 13-8-1779, m. 2-12-1853
4 Miguel José d'Arriaga, n. 22-3-1776, m. 13-12-1824, em Macau, onde tinha casado (1808) com Ana Joaquina d'Almeida, filha dos barões de S. José de Porto Alegre—(11)

Tiveram:

5 José d'Arriaga Brum da Silveira, casado com Maria Antonieta da Silva, de quem houve:

6 Antônio José d'Arriaga Brum da Silveira, casado com Carolina d'Arriaga e Silva, de quem teve:

7 Antônia Georgina d'Arriaga Brum da Silveira, casada com o tenente-coronel Cyrilo L. da Costa e Andrade.
7 Augusto d'Arriaga Brum da Silveira, cônego da sé de Macau
7 Ana Joaquina d'Arriaga Brum da Silveira, casada com Vicente Francisco, freire
7 Beatriz d'Arriaga Brum da Silveira
7 Carolina d'Arriaga Brum da Silveira
7 Luiza d'Arriaga Brum da Silveira
7 Hermínia d'Arriaga Brum da Silveira

7 Filomena d'Arriaga Brum da Silveira
7 Maria do Carmo d'Arriaga Brum da Silveira

6 Bárbara d'Arriaga Brum da Silveira, casada com António José da Fonseca. Tiveram:

7 José da Fonseca
7 António da Fonseca
7 Roberto da Fonseca
7 Maria da Fonseca
7 Paulina da Fonseca, casada com Francisco Carneiro
7 Joana da Fonseca, casada com João de Sousa
7 Carolina da Fonseca, religiosa canosiana

5 Francisca Maria Antónia d'Arriaga Brum da Silveira, casada com Demétrio d'Araujo e Silva — (**12**) Tiveram:

6 Miguel d'Araujo e Silva
6 António d'Araujo e Silva
6 Carolina d'Araujo e Silva
6 Emilia d'Araujo e Silva
6 Ana Joaquina d'Araujo e Silva

5 Carolina Josefa d'Araujo Brum da Silveira, casada com Plácido da Costa Campos — (**13**). Tiveram:

6 Plácido da Costa Campos, n. 22-1-1843, m. 22-12-1893, casou com Luiza d'Oliveira Nogar, de quem houve:

7 Plácido da Costa Campos, clérigo
7 Mauricio da Costa Campos, clérigo — (**14**)
7 Venâncio da Costa Campos
7 Maria Violante da Costa Campos
7 Emilia Carolina da Costa Campos
7 Filomena da Costa Campos
7 Lilia da Costa Campos
7 Rosa da Costa Campos } gémeas
7 Branca da Costa Campos }
7 Francisco Xavier da Costa Campos, casado com sua tia Leonildes da Costa Campos, de quem houve:

8 Carolina da Costa Campos
8 Mariana da Costa Campos
8 Maria Luiza da Costa Campos
8 Zeferino da Costa Campos
8 João Nepomuceno da Costa Campos
8 Matilde da Costa Campos
8 Leonildes da Costa Campos
8 Anibal da Costa Campos
8 Celeste da Costa Campos

6 José Hermenegildo da Costa Campos, n. 19-3-1844

6 Arnaldo da Costa Campos, n. 17-3-1850, m. 12-9-1856
6 Luís da Costa Campos, n. 24-11-1851, m. 2-9-1892
6 Emília da Costa Campos, n. 31-5-1847
6 Lília da Costa Campos, n. 10-9-1845, m. 29-1-1889, casou com Faustino Gomes da Silva, havendo dêste consórcio:

7 Joaquim Gomes da Silva
7 José Hermenegildo Gomes da Silva
7 António Gomes da Silva
7 Catarina Gomes da Silva, casada com Francisco Xavier da Veiga

6 Leonilda da Costa Campos, casada com seu sobrinho Francisco Xavier da Costa Campos
6 Clotilde da Costa Campos, n. 24-1-1854, m. 15-10-1904, casou com José Joaquim Fragoso — (**15**). Tiveram:

7 Maria Amélia d'Arriaga Brum da Silveira, n. 22-2-1873
7 Cristovam Joaquim Brum da Silveira da Costa Campos Fragoso, n. 29-8-1874, m. 9-8-1906
7 Tomás George d'Arriaga Brum da Silveira da Costa Fragoso, n. 6-9-1877
7 Francisco Guilherme d'Arriaga Brum da Silveira da Costa Campos Fragoso, n. 3-12-1879 — (**16**)
7 António d'Arriaga Brum da Silveira da Costa Campos Fragoso, n. 18-9-1880
7 Miguel d'Arriaga Brum da Silveira da Costa Campos Fragoso, n. 12-2-1882
7 Plácido d'Arriaga Brum da Silveira da Costa Campos e Fragoso, n. 5-10-1885
7 Lia Adalgiza d'Arriaga Brum da Silveira da Costa Campos Fragoso, n. 23-7-1888
7 Izaura Cândida d'Arriaga Brum da Silveira da Costa Campos Fragoso, n. 21-9-1890
7 Maria Ernestina d'Arriaga Brum da Silveira da Costa Campos Fragoso, m. 7-11-1893

5 Maria da Glória d'Arriaga Brum da Silveira, casada com Luiz João da Silva — (**17**).
5 Miguel d'Arriaga Brum da Silveira — (**18**).

Fóra do matrimónio teve o ouvidor de Macau, Miguel José d'Arriaga, os seguintes filhos:

5 Miguel Maria Borges da Câmara, que segue no § 2.º
5 Joaquina Francisca Josefa, n. 31-10-1791 — (**19**).

4 **Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira** — n. 13-4-1774, tendo sido afilhado do baptismo do marquês de Pombal, m. 8-2-

1826, em Lisboa, onde casou com Maria da Piedade da Cunha Godolfim de la Roca, senhora de nobilissima estirpe, m. 20-3-1861. — **(20)**

Tiveram:

5 **Sebastião d'Arriaga Brum da Silveira**, que segue
5 **Maria da Piedade Arriaga**
5 Francisca do Carmo Arriaga, n. 15-7-1824, m. 7-6-1873, c. 8-5-1840 com José da Cunha Brum Terra e Silveira (V. **Cunhas**, § 1.°, n.° 7)
5 Eugénia d'Arriaga, casada com João Carlos Mardel Ferreira, havendo déste consórcio:

6 Julio Mardel

5 **Sebastião d'Arriaga Brum da Silveira** — m. 18-10-1881, c. 24-12-1834, em Lisboa, com Maria Cristina Pardal Ramos Caldeira. — **(21)**

Tiveram:

6 Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira, que segue
6 Maria Cristina d'Arriaga, n. 17-10-1835, m. 22-5-1915
6 Maria Amélia d'Arriaga, n. 22-9-1838, m. 28-12-1919
6 Mariana d'Arriaga, n. 15-1-1846, m. 20-5-1916
6 Adelaide Sofia d'Arriaga, n. 29-7-1854, c. 27-4-1882 com Augusto Cézar de Sá Linhares (V. **Linhares**, § 1.°, n.° 9)
6 Sebastião d'Arriaga Brum da Silveira, n. 18-9-1837, m. 1875. — **(22)**
6 José d'Arriaga Brum da Silveira, n. 8-3-1844, m. 1921. — **(23)**
6 João d'Arriaga Brum da Silveira, n. 23-6-1842, m. 15-5-1920, c. 14-2-1870 com Francisca Emilia Betencurt Vasconcelos e Avila (V. **Betencurts**, § 7.°, n.° 3)
6 Miguel d'Arriaga Brum da Silveira, n. 23-3-1847, c. 19-7-1877 com Maria Amélia Brum do Canto, n. 12-7-1860 (V. **Cunhas**, § 3.°, n.° 9) havendo déste consórcio:

7 Eugénio d'Arriaga Brum do Canto

6 **Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira** — n. 8-7-1840, m. 5-3-1917, casou com Lucrécia de Brito Berredo Furtado de Melo. — **(24)**

Tiveram:

7 Manuel d'Arriaga Brum da Silveira
7 Roque de Melo d'Arriaga, casado com Maria Izabel d'Almeida Pinheiro
7 Maria Máxima d'Arriaga, casada com João Carlos Tavares Cabral, havendo déste consórcio:

8 Maria Máxima
8 Maria Amélia
8 Maria Izabel
8 Joaquim

7 Maria Amélia Borredo do Melo d'Arriaga, casada com Dr. Luis Xavier da Costa, havendo dêste consórcio:

8 João Manuel
8 Luis Maria

7 Maria Cristina de Melo d'Arriaga, casada com Henrique de Barros
7 Maria Adelaide de Melo d'Arriaga, casada com Daniel Ferreira.

§ 2.º

5 **Miguel Maria Borges da Câmara** (§ 1.º, n.º 5) — casou com sua prima Bárbara Joaquina Street, que n. 5-3-1800, m. 7-11-1871. (V. **Streets**, § 1.º, n.º 5) — (**25**)

Tiveram:

6 Miguel Street d'Arriaga, que segue
6 Maria Bárbara, n. 16-4-1830

6 **Miguel Street d'Arriaga** — n. 25-10-1828, m. 1894, c. 14-2-1855 com Carlota Josuina d'Oliveira, n. 11-2-1830 (V. **Oliveiras**, § 1.º, n.º 6) — (**26**)

Tiveram:

7 Guilherme d'Oliveira Arriaga, que segue
7 Helena d'Oliveira Arriaga, n. 23-6-1856, casou com Guilherme de Moura Lano (V. **Ribeiros**, § 2.º, n.º 7)

7 **Guilherme d'Oliveira Arriaga** — n. 12-1-1858, 1.º casou com Maria *James*, 2.º casou com Maria Joaquina Câmara, 3.º casou com Emília d'Alcantra. Do segundo consórcio houve:

8 Maria Luiza, casada com Ricardo Borges de Sousa

Do terceiro matrimónio:

8 Frederico, n. 1902
8 Maria Tereza d'Arriaga, n. 1904
8 José Miguel, n. 1908
8 Guilherme, n. 1910

NOTAS

f) João d'Arriaga ◈ ◈ ◈ ◇ Na história nobiliária da Espanha (§ 1.º, n.º 1) figura, como uma das mais antigas casas daquele país, a família Arriaga, com solar em Alza, junto de S. Sebastião da Biscaia, provincia de Guipuzcoa. Salvador Arriaga, membro dessa família, um dos quinhentos infanções fidalgos que entraram na batalha de Navas de Tolosa, passou à cidade de Baiona (França) e ali casou com a senhora de Heribaron, das casas chamadas de Berrendi, nascendo dêste consórcio João d'Arriaga, primeiro do nome que houve no Faial, onde se estabeleceu, segundo eu já disse, no último quartel do século XVII, «como mercador e homem de negócio.»

O seu nome de origem era Jean Dharriague.

Foi cônsul francês e de Génova. [1]

Teve carta de nobreza passada em Espanha aos 12 de dezembro de 1678, da qual consta ser o seu brazão de armas: — «uno escudo partido en faja: en lo alto un arbol verde con su fruto de majuelas rojas y á los lados dos panelas rojas una á cada lado; y á la sinistra una cruz gualda en forma de la de Calatrava...» [2]

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. VII, 11 e 39.

[2] Acêrca desta família produziu o sr. Ferreira de Serpa, distintíssimo e douto açoreanista, dois valiosos trabalhos — *Dados genealógicos e biográficos de algumas famílias faialenses* (título Arriagas) — que me foram de grande auxílio neste trabalho.

2) José d'Arriaga ◈ ◈ ◇ Assinava-se sempre Joseph Dharriague, querendo assim demonstrar, sem dúvida, a origem estrangeira do seu nome.
(§ 1.º, n.º 2)

Casou na igreja das Necessidades, em Lisboa, sendo a consorte filha de Egídio Nodin Peyrelongue, da cidade de Baiona (França) director geral da companhia das Índias.

Foi homem duma actividade notável, astuto e hábil, sabendo tornar-se herdeiro de vários parentes, tanto do lado paterno, como do materno, o que muito contribuiu para o grande aumento da sua casa.

Assim, tendo com suas artimanhas jurídicas conseguido para seu tio Amaro de Brum a posse da terça instituída por Jorge da Terra, e depois obtendo dêste e duma filha, noviça no mosteiro da *Glória*, doação de todos e quaisquer bens presentes e futuros, assim móveis como de raiz, livres e vinculados, se tornou senhor da aludida terça, que daí em diante ficou pertencendo sempre aos seus descendentes. E porque anexa à mesma terça andava a ermida do apóstolo S. Pedro, cuja origem se desconhece, situada na freguesia da *Feteira*, *compreende-se* então o motivo de José d'Arriaga ter sido igualmente dela possuidor, e de sua capela e fábrica. [1] Não percebo é como essa ermida foi ter às mãos de António Silveira Bulcão (V. *Bulcões*, § 3.º, n.º 8) depois à posse do filho Francisco Silveira, que a demoliu em 1839, construindo no mesmo sítio uma casa de morada, hoje propriedade do neto Francisco Pereira da Costa. O último acto religioso que se praticou nessa ermida, foi em janeiro de 1834.

José d'Arriaga era juiz dos órfãos e juiz ordinário, e durante muitos anos exerceu as funções de provedor e escrivão da Santa Casa da Misericórdia, e também como o pai cônsul francês. [2] Em seu testamento pediu, como católico fervoroso que era, membro de todas as irmandades religiosas da Horta, que o enterrassem o mais humildemente possível, «envolto em um lençol de panno de estopa, que sirva de cobertura somente à sua nudez, dos pés até à cabeça...» [3] Pelo mesmo testamento legou a terça, em vínculo de morgado, ao filho Miguel, com reserva do usufruto para a filha Catarina. O inventário que correu por sua morte e sentenceado em 11 de abril de 1769, somou em bens móveis, de raiz e dívidas activas, fazendo parte do casal, 18:547$530 reis; dívidas passi-

---

[1] Os bens da capela de S. Pedro eram: 13 ½ alqueires de terra lavradia com uma casa de palha, e mais 2½ alqueires de terra, outra casa de palha e um pedaço de terra, tudo isto sito na freguesia da Feteira — F. Serpa, *Dados genealógicos*, etc., 105.

[2] *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 19

[3] F. de Serpa, *Dados genealógicos, etc.*, 11

vas, 8:257$094 reis. [1] Por falecimento do pai tinha herdado a legítima de 3:137$019 reis.

Ele e a consorte foram sepultados no convento da Glória.

3) Miguel d'Arriaga Brum da Silveira ◇ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Formado em direito pela universidade de Coimbra, enceta aos vinte e seis anos a carreira da magistratura oficial. Foi juiz de fóra e corregedor na ilha da Madeira, juiz conservador da universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Suplicação, provedor e tesoureiro da Casa da Moeda, *secretário das imediatas resoluções de Sua Majestade* junto do conde de Lippe, e cavaleiro de Cristo. [2]

Desembargador Miguel d'Arriaga Brum da Silveira
(da coleção do sr. Ferreira de Serpa)

Foi muito intimo do marquês de Pombal, e parece que um dos seus mais dedicados auxiliares.

Sua irmã, Maria Angela, ao entrar para noviça no mosteiro da Glória, fez-lhe doação, em fôrça com vinculo de morgado, de quaisquer bens móveis, semoventes e de raiz que por ventura viesse a herdar de seu pai.

Estando a partir para cursar a universidade, fez-lhe o pai nomeação duma morada de casas em Baiona, a fim dêle prover aos seus estudos, e, depois de formado, contribuir com o rendimento das mesmas casas para a formatura do irmão José, ficando isento de tal obrigação, e logo senhor dos ditos rendimentos, quer o irmão tirasse o curso ou não, no praso de oito anos. [3]

Casou na igreja de Nossa Senhora da Ajuda, Lisboa, sendo a consor-

---

[1] Arq. Rep. dist. de Finanças (Maço de escrituras do conv. de S. João.)
[2] F. de Serpa, *Dados genealógicos, etc.*, 1 2
[3] *Ib.*, 13.

te, Mariana Joaquina Apolónia de Vilhena Coutinho, filha de Rodrigo António da Costa e de Rosa Inácia Clara.

Não tiveram filhos, sucedendo por isso na casa vincular o irmão José d'Arriaga.

Mariana Joaquina Apolónia de Vilhena Coutinho era dama de honor da rainha D. Maria I, de quem era amiga íntima, gosando por isso de grande e invejada influência no paço. Era senhora muito ilustrada e de peregrina formosura, sendo conhecida nos domínios da Arcádia sob o anagrama de *Arminia*. Consagraram-lhe composições poéticas os melhores vates da época, como a marquesa d'Alorna, Nicolau Tolentino, Maldonado.

4) Maria Angela de Jesus ◈ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Foi freira professa no convento da Glória, onde era escrivã no triénio de 1769-71. Tenho presente o respectivo livro de receita e despeza por ela escriturado. [1] É um primor de escrita, digno de exame, pela lindíssima caligrafia, talhada uniformemente do princípio ao fim, que chega a dar ideia de páginas litografadas.

Ao entrar para noviça no convento, fez escritura de doação (4 dez. 1736) ao irmão Miguel d'Arriaga, em terça, com vínculo de morgado de todos os bens que houvesse por falecimento de seu pai, com a pensão duma missa rezada, anualmente, no outavário dos finados, por alma dela e de seus pais. [2]

Nasceu em Lisboa e ali foi baptizada, na igreja de Nossa Senhora da Encarnação.

Por instrumento público lavrado pelo tabelião José Pereira Cardoso, aos 30 de abril de 1736, [3] deu-lhe o pai, e às irmãs Bárbara e Catarina o seu consentimento de emancipação para «usarem e tratarem de todos e quais quer bens que lhes pertencecem.» Assinaram êste documento, como testemunhas, os tios Bartolomeu d'Arriaga e Amaro de Brum da Silveira.

A data do seu falecimento (março de 1791) colhi-a num livro de receita e despeza do aludido convento, em que se menciona a verba gasta com a sua mortalha.

5) Catarina Nodin Brum da Silveira ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Por vontade da mãe esteve destinada a ser religiosa no mosteiro da Glória, o que se não realizou, ignoro porque, chegando a ser dotada pelo pai,

---

[1] Arq. da Rep. dist. de Finanças da Horta
[2] F. Serpa, *Dados, etc.*, 12
[3] Em meu poder

ao entrar no convento como pupila, por escritura de 30 de novembro de 1741, com um moio de trigo e 8$000 reis em dinheiro, anualmente. [1]

6) José d'Arriaga Brum da Silveira ⊕ ◈ ◈ ◈ (§ 1.°, n.° 3)

◇ Formado em direito pela universidade de Coimbra. Foi desembargador da Casa da Suplicação, cônsul da Rússia no Faial e Provedor da Rial Fazenda em todos os Açôres, [2] sendo por isso o administrador na Horta dos bens sequestrados aos jesuitas.

O pai da consorte, Inácio Ferreira de Sousa, era homem de negócio, e foi o primeiro guarda-mor de saude e o último juiz ordinário na Horta. Era filho de António Ferreira de Sousa, tambem comerciante e patrão da Ribeira, casado com Serafina da Paixão, neta de Mateus Gonçalves, natural de Aveiro e de sua mulher Luzia Rodrigues, que era filha de Pedro Fernandes Costeiro e de Luiza Rodrigues, moradores no Portinho do Beliago, frêguesia das Angústias. Aquela Luzia Rodrigues, mulher de Mateus Gonçalves legou a sua terça, em forma de morgado, à filha e ao genro, António Ferreira de Sousa, o qual fundou nessa terça, em 1702, a ermida (hoje já totalmente arrazada) de N. S.ª de Nazaret, no Pasteleiro. Estes instituiram tambem a sua terça em vinculo de morgado, e deixaram bens que foram avaliados, pela sua morte, em 21:325$142 reis. [3]

Solar da familia Arriaga

A terra em que foi edificada a ermida pertencia a Frei António do Carmo (António de Brum da Silveira—V. *Terras*, § 1.°, n.° 5) e por êle fôra aforada a António Ferreira de Sousa em três moios e meio de trigo, anualmente, por escritura nas notas do tabelião António de Seixas, fôro que depois foi remido pela sogra dêle António Ferreira de Sousa, em escritura do mesmo tabelião, [4] aos 31 de julho de 1723, pela quantia de 3:000 cruzados, paga em moedas de oiro de 4$800 reis cada uma.

---

[1] Cart. do 4.° oficio, Horta
[2] F. de Serpa, *Dados, etc.*, 28
[3] F. de Serpa, *Dados, etc.*, 23 a 32
[4] Em meu poder

José d'Arriaga e a consorte, Francisca Josefa Borges da Câmara, requereram à rainha D. Maria I, em 1783, provisão para anexar as suas terças aos morgados que administravam, declarando no requerimento ser ela filha de Inácio Ferreira de Sousa e de sua mulher Rosa Borges da Câmara, natural da ilha Terceira, neta pelo lado materno de Manuel Borges da Costa, fidalgo da casa rial, bisneta de Manuel da Costa Borges, que foi neto de João Borges, senhor de Loures, Barcarena e Chão de Coice. [1]

7) Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira ◇ ◇
(§ 1.º, n.º 4)

◇ Formado em leis na universidade de Coimbra, sendo despachado, logo a seguir à conclusão do curso, juiz de fóra e corregedor na cidade de Angra. Ali começou por demonstrar bem claramente as qualidades excepcionais do seu génio ilustrado e de acção.

Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira
(da colecção do sr. Ferreira de Serpa)

Tendo falecido o capitão general das ilhas dos Açôres, Diniz Gregório de Melo e Castro, seu sogro, constituiu-se, segundo a lei, um govêrno provisório, do qual fez parte, como corregedor, juntamente com o juiz de fóra, e o bispo, Fr. José da Ave Maria. Celebrizou-se êste govêrno interino pelas medidas, tanto indecisas, como ineficazes, adoptadas acêrca do famoso caso da moeda nos Açôres.

Havia anos já que o fabrico da moeda falsa se tornara mister corrente em todas as ilhas, especialmente no Faial. [2] Como o ofício era lucrativo e desempedido, muita gente se empregava nêle — para cima de cem pessoas, dizia-se, e até se vozeava que algumas das mais gradas da terra. [3]

---

[1] F. Serpa, *Dados, etc.*, 23

[2] No *Archivo dos Açores*, vol. 9.º, encontra-se uma memória interessantissima a êste respeito.

[3] «... Por causa da falsificação da moeda abriram-se devassas no Fayal e Pi-

A prata subiu de valor, chegando a pagar-se pelo triplo. Das *serrilhas* e principalmente dos *quartos mexicanos*, que eram cortados em lados desiguais, tiravam a prata de tal modo, que algumas moedas ficavam reduzidas a pequenissimas dimensões, quási desconhecidas. A esta moeda assim depreciada, o público dava o nome de *casealho*. Ninguem a queria receber. Quem tinha moeda boa guardava-a, regeitando a falsa. Semelhante prática originou uma espantosa crise, paralizando o comércio, provocando constantes disputas por causa de aceitar ou não aceitar o dinheiro. Muitas transações faziam-se como em tempos primitivos, pela troca. Dão-se roubos. As igrejas, que nem ao menos são respeitadas, escondem os seus tesouros. Da capela-mor do Carmo furtaram um castiçal de prata; em 1792, arrombam a ermida do Livramento, mesmo nas barbas do comando militar, de noite, e roubam-lhe o cális. [1]

Sucedem-se as queixas, os pedidos, as representações, de origem particular e oficial, para o govêrno.

Em 1786 o general Diniz Gregório de Melo elabora um desenvolvido relatório, e determina algumas providências, mas sem resultado. É então que em 1793 intervem a referida junta governativa, discutindo fundamente o caso com a assistência de outras autoridades e pessoas da governança, todos envolvidos acaloradamente no assunto, cada qual com o seu alvitre, sem se entenderem, porque tudo era feito por alto, numa inteira ausência de estudo prévio, demorado e criterioso. Entre as várias medidas ventiladas, decidiram-se por adoptar a cunhagem de nova moeda de cobre: isso redundou, porêm, em aumentar ainda mais a perturbação no meio circulante do arquipélago.

Continuam as discussões e as divergências. Sobe de tal modo a discussão entre o bispo e o doutor Arriaga, que aquele se queixa melindradamente ao príncipe regente resultando ser êste dentro em pouco substituido pelo corregedor Luis de Moura Furtado. A atitude e o parecer

---

co, mas será melhor susta-las. São uma porta aberta para satisfação de odios e más vontades, receando-se que leja poucas familias ou pessoas das de mais qualidade em que directa ou indirectamente se não toque nas sobreditas devassas.» (Ofício do general Diniz Gregório de Melo, em 30-4-1793)—Ferreira de Serpa, *Dados genealógicos, etc. (notas)*, 180.

[1] «... a prata que o seu regular preço hera de 100 a 120 rs. chegou a comprar-se a 320 e a mais, diz-se que chegou a pagar-se a 360 cada oitava... isto os que fazião dinheiro que herão tantos que se dizia que nesta Ilha excedião ao numero de cem... Chegou a tanto a desordem que não só furtarão hum castiçal de prata da Capella mor do Carmo senão arrombarão a Igreja do Livramento e levarão o calix e pode escapar a patena supõe-se por medo que tiveram no ato do roubo.»—*(Dum caderno coevo de apontamentos que possuo, escrito por Luis Peixoto de Lacerda e Silveira)*.

de Manuel d'Arriaga eram de natureza, que o adversário chegou a incriminá-lo de mancomunado com os moedeiros do Faial. [1]

Luís de Moura Furtado, que trouxera poderes discricionários, conseguiu por fim, em 1795, solucionar radicalmente o caso, empregando medidas enérgicas, e fazendo recolher por troca toda a moeda falsificada. [2]

Decorre um largo período sem que o doutor Arriaga se notabilize grandemente.

Sendo já juiz da Casa da Suplicação, é eleito em 23 de agosto de 1821, com o padre Felisberto José de Sequeira, deputado às côrtes constituintes, pelas ilhas do Faial e Pico.

Lograram assim a honra de ser os primeiros deputados que tiveram estas duas ilhas.

Salientou-se nos debates parlamentares. Versou todos os assuntos, quer de interesse geral, quer visando particularmente ao seu círculo.

Foi por essa ocasião que apresentou a sua muito apreciada *Memória geográfica, estatística, política e histórica sôbre as ilhas do Faial e Pico*, trabalho bastante curioso, em especial na parte estatística. Fez também proposta, que não foi levada a efeito, para que a vila da Horta fôsse elevada a cidade com o nome de Cidade Constitucional de S. Salvador.

Terminado o mandato das côrtes constituintes, é depois eleito para a nova câmara, juntamente com o doutor Roque Francisco Furtado de

---

[1] «... Este homem, Ilm.º e Ex.mo Sr., sempre protegeu e asilou o delicto de fazer dinheiro e o motivo seria manifesto a S. Magestade se fosse servida mandar um Ministro rectissimo sindicar d'estes factos e porque se atalhou o designio, passou a uma desesperada carreira de absurdos que só podem ter por desculpa a sua idade de 26 annos, com muita soberba e vaidade.» (Ofício do bispo ao ministro da marinha, em 18-11-1794) — Ferreira de Serpa, *Dados genealógicos, etc. (notas)*, 180.

[2] Cêrca dum século depois, ainda surgiram novas dificuldades a respeito da circulação da moeda nos Açôres. Continuava com o mesmo curso legal a antiga moeda espanhola — pesos (1$200 reis) *serrilhas* (240 reis) e meias *serrilhas*. Já havia, porém, muita depreciação devido à falta de peso, e alguma tão gasta pelo uso, quási sem se poder distinguir-lhe os cunhos, que bem parecia apenas uma simples chapa lisa, de prata. Isto perturbava o comércio, cujas transações se faziam com embaraço, porque, quem recebia dinheiro, pesava-o em grande parte, regeitando muita moeda, como se fôsse um género de má qualidade. Interveiu o govêrno mandando, por decreto de 31-3-1887, carimbar no praso de 30 dias todo o dinheiro considerado bom, e recusar daí em diante todo aquele que não estivesse nestas condições. Então alguem, fabricando carimbos iguais aos do Estado, meteu-se no negócio de comprar por mínimo preço toda a moeda não aceite à carimbagem e de lançá-la, por sua conta, no mercado, até mesmo a reconhecidamente falsa, com a chancela de boa. Reconheceu o govêrno o lógro, e resolveu imediatamente, por decreto de 3-8-1887, como devia ter sido de começo, a cunhagem de moeda portuguesa, de prata, para os Açores.

Melo, [1] como representantes das mesmas ilhas do Faial e Pico. Pequena foi a sua acção nesta legislatura: apenas usou da palavra quatro vezes. Veio a *vilafrancada* que restabeleceu os direitos majestáticos e lançou por terra o frágil edificio constitucional.

Abandonou então a política.

Por decreto de 1 de abril de 1826 foi nomeado intendente geral da policia, cargo de elevadissima importância, o que representa uma das maiores provas de consideração e confiança que naquele tempo se podia conceder.

Era desembargador do paço e conselheiro de estado.

8) António Ferreira d'Arriaga Brum e Silveira ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 4)

◇ Foi tenente-coronel de artilharia, sendo de brilhante renome toda a sua carreira militar, em que se salientou pelo seu valor, perícia e rectidão. Faleceu solteiro.

9) José d'Arriaga Brum da Silveira e Inácio Ferreira de Sousa Arriaga ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 4)

◇ O leitor notou? Singular e trágica coincidência a da mórte dêstes dois filhos no mesmo dia, e numa idade de radicar amarguradas recordações!

10) Rita Emerenciana ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 4)

◇ Foi freira professa no convento de S. João. Quando da extinção das ordens religiosas, fez parte das que abandonaram a clausura, e assim faleceu, no mundo profano.

11) Miguel José d'Arriaga (§ 1.º, n.º 4)

◇ Do conselho de Sua Majestade e da Rial Fazenda, alcaide-mor da vila da Horta, ilha do Faial, comendador das ordens de Cristo, Conceição e Torre Espada, fidalgo cavaleiro da casa rial, desembargador dos agravos da Casa da Suplicação do Brazil, e ouvidor geral de Macau.

Todas estas recompensas e distinções, mereceu-as como poucos portugueses; nenhuma auferiu por favor; — e mais lhe cabiam ainda, a meu ver, e de mais extremado valor, pelos relevantissimos serviços, enumeros e famosos, que prestou no oriente, ao seu pais.

Formado em direito pela universidade de Coimbra, obteve de pronto o logar de juiz do crime do bairro da Ribeira, em Lisboa, por decreto

---

[1] Tio-avô da que foi consorte de seu sobrinho-neto Manuel José d'Arriaga, primeiro presidente da república

de 9 de maio de 1800, sendo pouco depois promovido a desembargador da Relação da Índia, com o cargo de ouvidor geral de Macau. [1]

Estava encetada a sua nobilissima carreira.

Ali chegou a 22 de junho de 1802. Imediatamente — porque o seu génio lhe não dava para os cómodos duma vida vegetativa — para bem governar, curou de se instruir nos usos, costumes, leis e politica locais. [2]

Eram vastissimas as atribuições de ouvidor. Superintendia em todos os ramos da administração pública — na fazenda, municipio, provedorias e capelas, na instrução religiosa e laica, no militar como marechal supremo, no judicial como julgador e intérprete das leis. Era uma espécie de pequeno rei. Imagine-se, pois, o que seriam tamanhos poderes nas mãos dum homem superior, de energia e ilustrado, como Miguel d'Arriaga.

É dificil, numa limitada noticia como esta, relacionar a traços completos e nitidos, toda a obra ampla do seu espirito governativo. Vêde, no entretanto.

Funda uma escola rial de pilotagem, uma fábrica de pólvora, um colégio para missionários, uma casa de seguros, e cria um batalhão provincial de infantaria. Manda dois chineses frequentar a universidade de Coimbra, e persuade os macaistas a que matriculem os seus filhos na mesma universidade. Aboliu o imposto das sizas, e revogou a distinção vexatória entre súbditos do mesmo Estado, para que todos gozassem de iguais direitos civicos, sem mais nenhuma outra condição do que o mérito próprio. Desenvolve por todos os modos o comércio marítimo, especialmente com os outros portos da Ásia, e a tal ponto, que a frota mercante daquela colónia se tornou numerosa e das melhores. Estabelece carreiras directas de Macau para o Brazil, com isenção de direitos aduaneiros para todos os produtos da China e propriedade dos moradores de Macau. Fomenta a emigração de chineses para o Brazil com o intuito de criar ali a cultura do chá, etc. [3]

Jamais, nem anterior, nem posteriormente, teve aquela provincia periodo tão florescente. Crescem os rendimentos públicos; a riqueza geral aumenta. Num afan de resurgimento, os melhoramentos locais sucedem-se a miúde. Levantam-se edificios belos, vastos.

Na politica e na diplomacia, alçou-se a estatura pouco comum.

Em 1808 surge um gravissimo conflito entre chineses e ingleses, motivado pelo desembarque duma divisão da esquadra britânica em Ma-

---

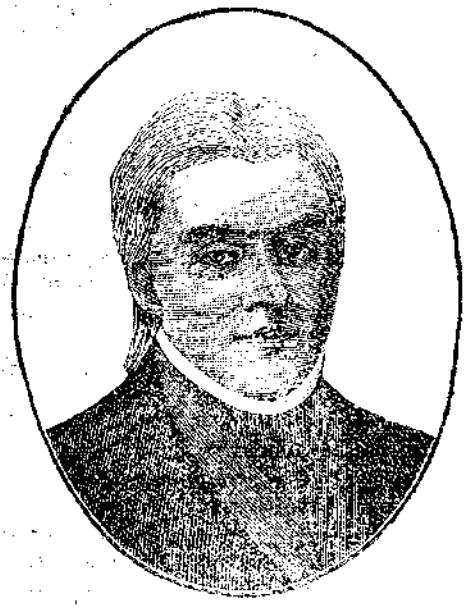
[1] F. Serpa, *Dados genealógicos, etc.*, 68

[2] Ib.

[3] *Archivo dos Açores*, XI, 403 (Elogio, etc., por José Aquino Guimarães e Freitas)

cau. Inflamou-se o amor-próprio indígena. A situação torna-se melindrosa, quási bélica. Arriaga, porém, medianeiro hábil, metido entre os dois campos hostis, usa de tais artes com uns e outros, que apasigua os ânimos, e liquida por completo a questão, conseguindo o sereno reembarque das forças britânicas. [1]

Mas temos outro caso tambem de suma importância, que bastante o honrou, e sobretudo engrandeceu perpètuamente o nome português no oriente.



Miguel José d'Arriaga, ouvidor de Macau
(da colecção do sr. Ferreira de Serpa)

A pirataria sempre fôra, desde tempos inemoriais, um dos modos de vida mais característicos da China. As autoridades portuguesas, com o intuito de criar dificuldades ao Celeste Império, trazendo em sobresalto os mandarins, de modo que interviessem o menos possivel nos negócios macaistas, apadrinhavam-a.

O ouvidor Arriaga encarou o assunto por outro lado. A pirataria era uma vergonha e um crime, que se tornava forçoso anular. Pensou-o, e conseguiu.

Com três dos mandarins mais interessados, ajustou o apresto duma armada que varresse os mares, a ferro e fogo, daquela impertinente praga que os infestava. Exaurindo sem vacilações o cofre do Estado, e tomando de empréstimo, sob seu crédito, avultadissimas somas, levou a cabo o armamento de seis navios, guarnecidos de 120 peças de artilharia, e tripulados por 700 homens. Apenas do seu bolso, e por uma só vez, adiantou 700:000 cruzados, ou sejam 280:000$000! [2] Ele próprio dirige os preparativos, chegando a trabalhar como calafate, para dar o exemplo, excitar a actividade dos operários.

---

[1] *Archivo dos Açores*, XI, 392 a 396 (Elogio, etc., por José Agapito Guimarães e Freitas).

[2] F. Serpa, *Duas gerações*, etc., 76.

Emquanto esteve metido nesta empresa, deixou de exercer o logar de ouvidor, e por isso de receber os relativos vencimentos; porque se considerava sem tempo e seu socego para bem administrar a provincia. [1]

A armada partiu. Comtudo os aliados chinezes de pouco serviram, porque, nos varios combates, aos primeiros tiros, fugiam sempre, pusilanememente. Os navios portugueses, resolutos e ligeiros, marchavam sempre na brecha, e foram os que, por fim, cercaram na embocadura do rio Hiang-San o chefe dos piratas, Cam-pau-sai, que se entregou ao ouvidor com 270 embarcações, 17000 homens, 5000 mulheres, 1200 peças de artilharia, 7000 espadas e outras armas. [2]

Esta rendição do *tigre dos mares*, como lhe chamavam, pareceu aos olhos dos mandarins um verdadeiro milagre, que fez de Arriaga um homem prodigioso. Ele próprio tratou com o vencido: apresentou-se só, confiante e afável — e firmou a paz, bebendo o chá da boa amizade, que o outro lhe oferece, segundo o uso celeste.» [3]

Mas ainda alcança mais. Do imperador, que, neste negócio, cedeu a tudo quanto Arriaga planeava, obteve, não só o perdão para Cam-pau-sai, mas até a nomeação de colão, ou mandarim da côrte! E êste, subjugado, mais talvez pela nobreza do que pelo poderio do vencedor, soube ser-lhe reconhecido — no que, de resto, era em extremo retribuido por Arriaga, que nêle depositava uma confiança verdadeiramente cavalheiresca. Temos prova no seguinte episódio.

Uma divisão da esquadra pirata não quis render-se. Cam-pau-sai, querendo demonstrar a sua dedicação, ofereceu-se para combatê-la. Era ousado o lance; — podia ser uma traição. O govêrno chinês, desconfiado e débil, recusou o auxilio, comissionando de exclusiva conta, para êsse fim, uma esquadra de 200 embarcações, que pouco tardou em ser desmantelada pelos rebeldes. Amedrontou-se o govêrno de Cantão. Que fazer? Aflito, procurou o ouvidor. Então Arriaga deu de conselho que aceitassem o oferecimento de Cam-pau-sai, pois dêle esperava tudo que pudesse honrá-lo e fôsse útil ao império. De facto Cam-pau-sai derrotou e capturou a esquadra inimiga, levando-a para Cantão, onde foi recebido em triunfo. Chamado pelo imperador a Pekin, foi nomeado conselheiro

---

[1] *Archivo dos Açores*, XI, 401 (Elogio, etc., por Guimarães e Freitas) — F. Serpa, *Dados genealógicos, etc.*, 77

[2] *Archivo dos Açores* (Elogio, etc.) XI, 402

[3] «.....elle bebe o chá, que segundo o costume daquelles povos lhe he offerecido, cheio da mais admiravel confiança em meio de huma multidão, que desconhece, ou obliterou os mais obvios principios de humanidade, e tudo emprega para ir aos seus fins. Mas este rasgo verdadeiramente sublime he coroado do mais venturoso successo.» — *Archivo dos Açores*, ib

de estado, cargo superior ao de ministro, colhendo junto do soberano extraordinária influência. [1]

A par das qualidades superiores de estadista, possuia o ouvidor Miguel d'Arriaga bondosos dotes de coração que o faziam querido de todos — de todos os humildes. Os seus rasgos de filantropia e de caridade são sem limites. A todos os feridos pelo infortúnio leva conforto e auxílio, deixando constantes mesadas, avultadas algumas, nos albergues das viuvas, dos órfãos, dos desamparados. Se a fome se avisinha, manda distribuir arroz, o alimento essencial daqueles povos, pelas famílias pobres, sem recursos. Se é algum naufrágio que succede, arremessa-se de pronto às ondas espumantes, num verdadeiro impulso de heroismo, para salvar algum inominado, muito embora, prestes a morrer. Se ocorre qualquer incêndio, lá aparece trabalhando, como os mais trabalhavam, subtraindo às chamas alguma vitima ou haveres. [2]

Era afinal adorado por todos, sem distinção, amado pelos pequenos, respeitado pelos grandes, e gosando de tal dominio no ânimo dos chins, que até influia na promoção dos mandarins. Tamanha era essa ascendência, que chegou a provocar ciumes ao vice-rei da Índia. Negociava tratados comerciais, dava mercês, condecorações honorificas, patentes militares — e fazia bispos! [3]

Entretanto, como toda a gente — como toda a gente de valor, sobretudo — tambem teve seus inimigos. Foram criaturas invejosas talvez, politicos ambiciosos e medíocres, a quem o alto vulto de Arriaga fazia sombra, e que nele tinham um estôrvo às suas ganâncias.

Recebe-se em Macau a noticia da revolução de 24 de agosto de 1820. Miguel d'Arriaga, sempre sagaz e moderado, recusa aceitar o novo estado de coisas sem ordem expressa da côrte. Os ânimos exaltam-se, aproveitando o partido oclocrático, chefiado pelo lente de matemática Paulino da Silva Barbosa, ensejo para uma cartada. Ha motins — uma sublevação. Arriaga então demite-se. Não satisfeitos, porém, com isto, os adversários prendem-o, e aos gritos de *morra!* o levam entre apertada escolta, para uma fortaleza. Por motivo de doença recolhe a casa, sob prisão; pouco depois recebe ordem de partir de Macau para a Europa, o que não executa, porque em Cantão consegue desembarcar, ficando assim entre os chineses, seus amigos, que o acolhem, como de costume, afectuosamente. Ali continuaria, como de resto continuou a velar pela terra a que tanto se consagrava.

Não faltou a rêde das intrigas junto do soberano, sem dúvida para anulá-lo por completo. Uma carta sua, que por acaso me veio ter às

---

[1] F. de Serpa, *Dados genealógicos, etc.*, 79
[2] *Archivo dos Açores* (Elogio, etc.) XI, 399
[3] F. Serpa, *Dados, etc.*, 87

mãos, e que guardo preciosamente, mostra bem como êle soube defender-se. [1] Não careceu apresentar-se ante o monarca, conforme desejava. D. João VI, que sempre preguntava por êle a quantos regressavam do Oriente, tinha-o em demasiada conta para dar crédito ao bahujar da calúnia.

Postas as coisas no seu antigo pé, com a chegada duma fragata conduzindo tropas de desembarque, Macau em peso — Senado, guarni-

---

[1] Essa carta transcrevo-a na íntegra, por julgá-la um documento histórico de muito apreço.

«Q.^do Mano do C.— Do q. vae por Macáo terás a saber pela carta do Mano M.^el, a a q.^m ajudarás p.^a q. taes malevolos não levem ao fim suas perversas maquinações. Qd.^o me achava em Macao pedi culpas, não mas derão, e depois agora ho q. se ouverão formallas por um Juiz, q. foi meu acuzador, pelos mesmos apoiado, que me depozerão. Nada tenho com o q. devão á Caixa Nacional alguns pela infelicidade de seus Negocios, o q he usual em Macáo de tempos a tempos como já em 1810 reconheceo S.^a Mag.^e em 18 (sic) perdoou 327 contos de reis no tempo do Dez.^or .... (ilegivel) Qt.^o aos mais cofres as contas estão saldadas e so ha dif.^le na escripturação, na falta de .... (ininteligivel) pois nunca a dei, nem a tomarão, e devem responder pelos extravios de contas, papeis q. possão apparecer. Ao contrario eu sou o credor a Caixa Nacional, e se ela tove din.^ro p.^a tantas despezas q.^as por Ordens regias fez, a mim me deve pelos adiantamentos q. buscava, animando como animei o comercio p.^a haver rendimento pela Alfandega p.^a suprir a mesma despeza; olhadas as contas, balanços annualmente em Goa pela Junta afóra os remettidos a Secretaria para serem approvados; e nada sahia sem despacho do Senado composto dos Vereadores, e G.^or por cujo geral accordão he que se fazião as sahidas. E na Alfandega aonde fui eu que augmentei o rendimento de 40 a 80 mil Taeis annualmente promovendo o trafico do anphião por Daman, q. não havia, e de q. a Caixa Nacional tem tirado na India acima de 60 mil cruzados por anno, em Macao outro tanto; até digo se alguem não pagou direitos, o q. he mui pouco era porq. facilitando a sahida do genero na forma do Regiam.^o sem effectiva entrada debaixo de Termo, succeden depois terem infelicidade, o q. he usual em mt.^a parte, mas não da malicia, nem prevaricação particularmente qd.^o eu era o que em todas as .... (ininteligivel) tinha q. emprestar por mim, ... (ininteligivel) p.^a a despesa da Cid.^e declarando p.^a pagam.^o dos abonadores os seos Direitos, sempre com authorisação do Senado. Mas como sei q. isto vai ser posto ante o Governo com cores diversas, pois sei chamarão inimigos, e os m.^os sollicitarão p.^a declarações sobre cousas particulares, e inexistentes, por isso o q. peço ao menos ser ouvido na certeza de q. não temo o q. se disse, e darei provas em contrario. Todo o empenho seja por hũa Portaria de licença p.^a me conservar os annos necessarios; e se durante esse tempo houver negocios chinezes de mayor monta q. o Governo de Macáo me ouça, porq. assim sem servir, se o Ministerio me julga cumplice, fico não mal visto dos chinas q. he o q. desejo já q. por via delles tenho conservado Macao á Nação. Desejo-te saude e a tua Illma Sr.^a e Meninos. Recomendo-te .... (ininteligivel) sobrinho do teu antecessor em S. Miguel, e .... (ininteligivel) vitima do governo de Macao. Ad.^s meu caro Mano. Esta vae por Inglaterra.

Cantão 24 de Julho de 1823 — Teu do C. Arriaga

Torno a lembrar-te que o Conde de Rio Pardo, se ahi chegou pode informar de mim. Elle me escreveo de Mossambique rocoso do Macao. Por isso desejava que o vesitasses por mim.

ção militar, cidadãos de todas as classes, os chineses — pedem o regresso do ouvidor. E êle volta, «novo Aristides, e é recebido com honras verdadeiramente reaes.» [1]

Com a sua ausência, toda a prosperidade de Macau amortecera. Estagnara-se o comércio. Mas há a esperança de que tudo, em breve, refloresça sob a acção paternal de Arriaga. De facto êle trabalha decididamente na continuação da sua obra, e para reparar os males havidos. É todavia de curta duração o seu labor; a doença, que de há muito o minava, leva-o à sepultura no dia 13 de dezembro de 1824.

Teve a sua morte o caracter duma calamidade pública. Todos o choraram com justa mágoa, porque nêle perderam o melhor dos amigos. Por êle, durante um mês, todos se cobriram de luto. [2]

Cumulou-o D. João VI de honrarias e de recompensas. Após a fragosa emprêsa da extinção da pirataria, promove-o a desembargador da Casa da Suplicação do Brazil, e confere-lhe a comenda da ordem de Cristo, com a lotação de 400$000 reis, de que nunca tomou posse. [3] Por carta régia de 25 de junho de 1812 é-lhe concedido o título de alcaide-mor da vila da Horta, ilha do Faial, com «todas as honras, privilegios, isenções, preeminencias, franquezas, liberalidades, emolumentos e tudo o mais que lhe toca e pertence em razão do dito cargo, assim como o tem os demais alcaides-mores.» Por outra carta régia de 22 de julho de 1814, confirmando a deliberação do Leal Senado da Câmara de Macau, é-lhe dada uma pensão anual, em três vidas, de um tael em cada caixa de anfião que se despachasse na alfândega daquela cidade — testemunho de reconhecimento daquele senado, como recompensa das somas avultadas que êle espontâneamente dispendeu em benefício de Macau. [4] Em 29 de fevereiro de 1816 é nomeado conselheiro da Fazenda, cujos proventos, como sincero e desinteressado patriota, nunca quis receber, resultando assim para o tesouro público uma economia de 54:000 cruzados. [5] Até concedeu o príncipe regente o fôro de fidalgo cavaleiro, e lo-

---

[1] *Archivo dos Açores* (Elogio, etc.) XI, 407

[2] «A sua morte foi uma calamidade publica naquelle paiz. Interprete delle he o luto de que todos ali se cobrirão, e por um mez trouxerão.» — *Archivo dos Açores*, *ib.*

[3] *Idem*, 402

[4] «... pretendendo o Senado por esta maneira dar um testemunho do seu reconhecimento aos beneficios que esse estabelecimento tem recebido dos uteis serviços prestados pelo mencionado Ouvidor e indemnisal-o por meio da pretendida pensão das enormes sommas que ele voluntariamente tem dispendido pelos interesses da cidade de Macau, em grave e quasi irreparavel prejuizo da sua casa.» (Carta régia) — F. Serpa, *Dados genealógicos, etc.*, 84

[5] F. Serpa, *ib.*

go em seguida o gran de comendador da ordem de Christo, ao filho mais velho, de nome José — que apenas contava dois anos de idade! [1]

Eis aqui, a traços largos, o vulto proeminente dêsse faialense ilustre — o *Pombal de Macau*, como já o cognominaram.

Nesta página tem bastante de que se orgulhar êste pedaço de terra açoreana; — nela tambem alguma coisa leem que aprender todos os portugueses.

12) Demétrio d'Araujo e Silva (§ 1.º, n.º 5) ◇ Foi administrador geral da alfândega de Macau.

13) Plácido da Costa Campos (§ 1.º, n.º 5) ◇ Era major de artilharia, e possuia o fôro de fidalgo da casa rial.

14) Maurício da Costa Campos (§ 1.º, n.º 7) ◇ Tomou tambem ordens sacras, e foi professor de história e aritmética no Rial Seminário de Rachol.

15) José Joaquim Fragoso (§ 1.º, n.º 6) ◇ Capitão-médico da guarnição da India, proprietário, advogado, escritor público, autor de vários trabalhos literários e scientificos, e antigo vereador do primeiro municipio do estado da India.

16) Francisco Guilherme d'Arriaga Brum da Silveira da Costa Campos Fragoso ◈ (§ 1.º, n.º 7) ◇ Bacharel em medicina e cirurgia pela universidade de Edimburgo.

17) Maria da Glória d'Arriaga Brum da Silveira ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Afilhada de baptismo dos reis D. Pedro IV e D. Maria II.

18) Miguel d'Arriaga Brum da Silveira ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Muito jovem ainda, foi para Lisboa residir em companhia de seu tio materno, Luís João d'Almeida, donde desapareceu misteriosamente, ignorando-se para onde e porque, e sem nunca mais se saber dele.

---

[1] F. Serpa, *Dados, etc.*, 83

19) Joaquina Francisca Josefa
(§ 1.º, n.º 5)

◇ . . . Josefa d'Arriaga,—embora nunca assim tivesse sido tratada, a não ser em um ofício do conde das Galveias, citado *no fim desta notícia*. [1]

Vivia sujeita à quási tutela do tio João Street, que lhe preparou o definitivo destino de religiosa no mosteiro de S. João, na Horta. Lá entrou aos dez anos de idade (em 26 de outubro de 1801) e lá ficou como pupila, a cargo de sua tia Rita Emerenciana, freira professa, que naturalmente foi quem se encarregou de lhe ir ministrando a instrução para o noviciado. Tudo esteve a pique de realisar-se, já com as necessárias licenças canónicas, e autorisações régias conferidas em avisos de 18 de setembro de 1802 e 23 de dezembro de 1805 ; mas, como vamos ver, nem os leves votos de noviça proferiu.

Estava era fadada para a vida incerta do coração.

Criança, educada ao sabor das regras monásticas, na noção divina dos ofícios e rezas, sem outro mundo além do circunscrito pelos erguidos e *tristonhos muros da cêrca, tudo o que nos leva em torvelinho* pelos anos adiante devia ser longínquo e misterioso para a singeleza do seu espírito. Nada conhecia da vida, por certo, nem esperanças, nem sobresaltos — sequer os claros dias da mocidade.

Certo dia, numa tarde de merenda no palratório, muito concorrida e aprimorada, ela percebeu que uns negros olhos cobiçosos, fulgurando como lumes numa capela, em hora festiva, a fitavam obstinadamente, num incompreensível propósito. Sentiu-se confusa. Teve vontade de esconder-se. Mas dai a nada, sem querer, deparou com êles, êsses olhos vivos, sempre a envolvê-la, a sorrirem . . .

Generalizavam-se as conversas. Trocavam-se pitadas de rapé, amigáveis, das lindas caixas de tartaruga com embutidos ou esmaltes, que iam e vinham, em pequenas pás de madeira, através das grades. A madre abadessa temperava o chá, *ainda a escaldar*, em chicaras da India, oferecidas aos visitantes com um indigesto acompanhamento de fareló-rios.

Era um homem esbelto e novo aquele que assim tanto a admirava. Trajava com elegância. Umas suissas negras cuidadosamente penteadas, alongavam-se *quasi até* à *comissura* dos lábios : a cabeleira, cortada curta, formava um gracioso topete, meio em desalinho. O pescoço sumia-se totalmente dentro das voltas da gravata e da enorme gola da casaca em pano azul, justa, com grandes botões luzentes.

---

[1] Reportamo-nos *exclusivamente*, no que se vai seguir, ao relato e curiosíssimos documentos expostos pelo sr. Ferreira de Serpa no seu já referido trabalho *Dados genealógicos e biográficos de algumas famílias faialenses* (notas)

Mas, entre aquela roda pretenciosa, o destaque maior provinha sobretudo do prestígio da sua posição. Era o senhor juiz de fóra. [1]

Ela mal compreendia o motivo porque lhe ficára o espírito tão desasosegado após aquelas horas de recreio. Onde estivesse, quer vagueando pelo claustro, ou esmorecida no recolhimento do seu catre, mesmo em meio das suas devoções, surpreendia-se pensando longamente, enlevadamente, no vulto guapo do juiz!

Tudo agora se lhe afigurava melhor e mais risonho. Até as sórores que topava pelos corredores — as irmãs escutas, muito anafadas e vagarosas, a própria madre vigária, com as suas cangalhas de prata e uma barbicha rala a sombrear-lhe o redor da bôca — até elas, que rabujavam por tudo a cada momento, pareciam mais afáveis.

Foi com sobresaltado anelo que esperou o novo *dia de grade*. Nunca as horas foram tão morosas, tão enfadonhas. O coração pulsava-lhe, à semelhança de pássaro enclausurado que esvoaça para a luz!

Ao transpor a porta do acanhado locutório, cujas paredes branquejavam, caiadas de fresco, toda ela tremia, como se fôsse a diante dum tribunal. Já havia um rumor curto de vozes. Arriscou, de relance, um olhar ancioso para além da grade... Quem unicamente preferia não estava!

Mas ouviram-se uns passos lentos, subindo a escada do palratório. Teve um presentimento! Olhou, as mãos crispando-se, toda numa tremura, que até parecia de pavôr.

Sim, era o juiz que surgia, sempre prazenteiro, a alta bengala de lavrado castão em evidência, às mesuras para a direita e para a esquerda.

— Sua benção, reverendissimas!... Senhora morgada... Nobres senhores...

E derramando o olhar sobre o rancho prisioneiro das madres, logo a fitou, numa sequidão da alma, recreadamente. Ela entontecia, sob a luz daqueles olhos, mais alegres do que um feixe de sol entrando na sua cela. Sorriu. E devia ter sido um encanto ver aquele rosto angélico, emoldurado pela brancura puríssima da toalha, a tingir-se todo do calor do coração...

Outros *dias de grade* se seguiram, assim felizes. Hoje era um encadeamento de olhares mais ternos; amanhã um beber de palavras doces, de promessas e revelações, que a embalavam absortamente. E não tardaram as ardilezas — os bilhetinhos amorosos trocados, por mil modos, ora sob a tampa da boceta, que ia com o negro rapé cheirando a rosas

---

[1] Joaquim Gaspar d'Almeida Cândido. Tomou posse do cargo em 3 de outubro de 1805.

ou a flor de laranjeira, ora entre as folhas de algum livro ou no fundo do cálice duma açucena, ora encoberto pelas dobras do guardanapo, no prato que vinha fóra, a oferecer farelórios ou confeitos.

Por fim já não eram precisas essas habilidades; servia de mensageira a fâmula da abadessa, que o juiz, homem inventivo e de raros escrúpulos, previdentemente corrompera, como da mesma sorte captara a benevolência da própria abadessa. Depois foram os fugitivos colóquios, a sós, no palratório, soltando suspiros langorosos, e pelas duas proporcionados. [1]

O caso (condão infalivel de todos os casos de amor) caiu no domínio público. Recontavam-se e pesavam-se as mais insignificantes circunstâncias. Eram, por exemplo, as bondades, para não dizer cumplicidade da madre abadessa, certamente catequizada pelo juiz; por outro lado a vigilância hostil, aliás bastante louvável, de sóror Rita Emerenciana, defensora intransigente dos créditos monásticos. E vinha a propósito a história de quando um dia, encontrando a sobrinha escondidamente no palratório, de conversa com o juiz — sosinhos os dois! — a levou aos repelões pelos corredores, rubra e a esconjurar-se, num bradar que atraiu as santas monjas, de rozários meio suspensos, às portas das suas celas. Até se falava numas paredes que, junto da cêrca, algumas pessoas foram obrigadas a levantar, sob pretexto de utilidade pública, mas afinal, percebia-se bem, para se poder entrar de noite no mosteiro. [2]

Assim se despicavam os faialenses daquele que muito aborreciam, pelo seu feitio autoritário, manifestamente interesseiro e parcial no exercício da justiça. Isso, porém, não lhe fazia empeço. Prosseguiu, sem nenhum recato nem medo, na sua conquista amorosa, que por fim descambou num enredado romance.

Mas a situação agravava-se, no que respeitava a êsse embevecimento de alma. Caíram na asfixia do amor, como toda a gente, não medindo resultados, esquecendo deveres, decôro. Daquela que fôra oferecida a Deus toda integra em virgindade e pensamento, êle fizera, em bem curto espaço, uma vulgar pecadora.

---

1. «Que esta frequente communicação consistia em Cartas, e conversaçoens continuas nos Parlatorios.... Que as principaes auxiliadoras desta communicação peccaminosa forão a Madre Abadeça que acabou, a sua creada, a qual recebia, e entregava as Cartas...» (Carta do bispo D. José Pegado ao provincial) — F. Serpa, *Dados, etc.*, 212.

2. «... que athe em certa occasião uma religiosa, tia da menor, fora tiral-a de hum Palratorio onde ella escondidamente se achava com V. M.ª q.ª p.r ordem sua forão obrigados, sob diversos pretextos de utilidade publica, algumas pessoas a levantar certas paredes, afim de se poder ir sem custo de noite ao Mosteiro...» (Carta do bispo ao juiz) — F. Serpa, *idem*, 201.

Joaquina Francisca, essa desvalida criança, bastante aterrada se devia ter sentido ao entrever a sua existência assim tão cedo e tão depressa a desmoronar-se. Nem avaliamos quantas lágrimas chorou, achando-se para sempre perdida, e para sempre perdendo os êxtasis embriagadores dos seus sonhos — quão angustiosas foram essas lágrimas que lhe maceraram as faces durante os profundos silêncios da consciência, em horas mortas, contorcendo os braços contra as grades do côro, a implorar o socorro da Virgem, lá em baixo, triste, no seu altar... Como se pagam caro as fantasias do coração!

Imediatamente, devemos supor, aos primeiros rebates da queda, prêsa de desalento, mas sempre escrava, talvez mais escrava ainda, tudo confessou ao amante. Quais foram os pensamentos que agitaram o ânimo do juiz nesse inflamado momento, não é fácil saber; no entanto, avaliando pelo seu proceder posterior, devia ter sido alguma coisa de melancólicamente apreensivo, como ante uma derrocada: devia ter sido uma carinhosa jura de dedicação para com aquela que tinha a refugiar-se-lhe nos braços, alquebrada e envilecida. É o que colijo de mim para mim. Quem fez o que êle fez, amava devotadamente.

Tambem não sabemos quais foram os passos preliminares que deu para desdobar de bom geito a meada. Avaliam-se, porêm. Avalio-os eu.

Começaria por experimentar junto de João Street, o protector oficioso de Joaquina Francisca, qualquer ajuste, qualquer conciliação? Parece que teria sido um razoável parecer. E, se não o fez, qual foi o obstáculo? São muito naturais estas preguntas, que de pronto ocorrem ao nosso ajuizar; todavia, embrenhando-nos na trama dêste, mais estorvado, que originalmente insolúvel episódio romanesco, somos forçados a admitir que o juiz, enveredando doutro modo, tornou o único caminho, eficaz e seguro, ao seu alcance.

Ele bem sabia quanto era odiado entre a quási inteira população da ilha, concorrendo, para mais exaltar essa animadversão, a aventura galante em que tão plenamente se enredara. Procurar João Street para que? Se todos lhe queriam mal, êsse então, com mais justificado motivo, devia ser o seu primeiro inimigo. Acercar-se dele, num humilde impulso de conciliação, além de repugnar à altivez do seu caracter, equivaleria, nem mais nem menos, à completa ruina do seu, aliás, bem honesto intento. Seria uma ingenuidade. Era dar corda para se enforcar.

Senhor da confidência do juiz, imediatamente João Street, ajudado pelo aplauso geral, lhe embargaria o propósito, adoptando medidas fáceis, discretas e radicais. Aferrolhariam a desgraçada bem a dentro das obrigações regrais, submergindo-a no esquecimento, sob um policiado regimen de condenada; — e porque tudo era em termos (já decorrido o período de noviciado, já concedidas a licença régia e as necessárias patentes provincial e do episcopado) qualquer dia, sem grande matinada

e sem demoras, obrigariam a infeliz, alanceada de desespero, a fazer sua solene profissão. Eles sabiam que sacrificavam uma inocente; mas amarrotavam-lhe a vida, a ela, roubando-lhe para sempre a aleita do seu pensar. O juiz, sagaz e de ânimo inquieto, adivinhou tudo isto.

Não, o caminho a seguir devia ser outro.

Analisando as linhas gerais dêste pequeno romance de amor, em particular a saída teatral de Joaquina Francisca do convento, eu reconstituo, sem grande esfôrço, e com certeza muito próximo da verdade, toda a urdidura imaginada pelo juiz. Uma cartada de mestre! Eu admiro a energia e audácia dêste homem.

Ela era órfã, baptisada na Matriz da Horta como filha de pais incógnitos. [1] Fôra exposta na roda. Dizia-se provir do desembargador Miguel d'Arriaga; todavia a sua paternidade, que de resto não constituia mistério, jamais fôra legitimamente estabelecida. Juridicamente não havia ninguem que tivesse *autoridade bastante sobre Joaquina Francisca*. Então o juiz, rejubilando, mas cauto e calmo, engendrou o golpe. Arranjou de improviso um pai autêntico para a jovem e desvalida pupila — pessoa capaz de legalizar toda a engenhosa acção por êle imaginada. [2] Foi uma arbitrariedade inclassificável. Mas se o fim era honestíssimo... Tudo se havia de concertar depois.

Prestou-se a representar êsse papel carnavalesco de pai *ad hoc* Inácio Soares de Sousa, homem fidalgo e rico, e dos principais da terra, que não calculou, porque não quis ou era incapaz de calcular, as consequências de reconhecer, em documento escrito, a dita menor como sua filha. [3]

---

[1] Eis, a título de curiosidade, o respectivo termo de baptismo: «Joaquina, f.ª de Pais incognitos exposta na roda aos trinta e hum de outubro deste prezente anno de mil setecentos noventa e hum, em o mesmo dia foi baptisada nesta Matriz por mim o Cura della Antonio José de Bettencourt: Forão padrinhos Manoel Ignacio do Canto cazado com Ignacia Luiza, e Maria Claudia solt.ra freguezes desta Matriz donde o são as testemunhas o P.e Cura Fran.co Per.a Cardozo, o P.e Vig.er Francisco Gr.e da Roza, e p.a constar fiz este termo êra ut supra.

(a) O Cura Antonio José de Bettencourt

(a) Fran.co Gr.e da Roza (a) Fran.co Per.a Cardozo

[2] «Eu pertendo Ex.mo Snr. contrahir Matrimonio com Joaquina Francisca Josefa, antes recolhida no Mosteiro de S. João e pertencente à Caza dos Arriagas, porem que justos motivos, e que por não ser fastidioza omitto, me fizerão appellidar filha de Ignacio Soares de Souza d'esta mesma Ilha.» (Carta do juiz de fôra ao bispo de Angra)—F. Serpa, *Dados, etc.*, 198

[3] «... se fizera perante V. M. hua justificação pela qual se declarou ella por filha do Snr. da Caza onde ella está presentemte, o qual ou por sua bondade, ou por constrangimento, consentio em declarar-se Pay da filha alheia, e se expor com este facto a prejudicar-se os filhos legitimos...» (Carta do bispo ao juiz de fôra)—F. Serpa, *idem*, 201

Que razões levaram Inácio Soares a semelhante acto? Seria por bondade? por alguma dependência insolvente? Alguma coisa por amizade, não podia deixar de ser. Mas é crível que fôsse apenas por isso? Não sei. Nunca se soube.

Ao mesmo tempo, e pela calada, curou Joaquim Gaspar de dispor convenientemente o jogo. Porque é ponto de fé para mim que aquela tão decantada scena da extradição de Joaquina Francisca do convento teve um cuidadoso alinhavo de bastidores. Nem de outro modo se explica a facilidade com que a madre abadessa, e os reverendos vigário, capelão e confessor acataram a ordem do juiz. Não é crível que ignorassem os seus deveres, a responsabilidade em que incorriam, deixando sair da clausura, sem a indispensável precedência dum mandado hierárquico, uma criança confiada à sua guarda, e demais a mais quási a tomar o véu de noviça. Foi uma comédia, foi.

Estou vendo a cara desconsoada do vigário, *rubro* e atónito, atulhando-se de tumultuosas pitadas de meio-grosso, e a madre abadessa, *tomada de palidez, contorcendo as mãos aflitamente*, quando o juiz de fóra lhes expoz toda a verdade da situação, e lhes descreveu a sua meditada traça para tudo resolver, a contento das partes e a bem do decôro.

Santo Deus! Então era certo o que se vozeava? Sempre era verdade que sua senhoria violara, sem nenhum têmor de consciência, a imunidade sagrada da clausura, arrastando pelo caminho da perdição, doudamente, aquela prometida do Senhor?... Horrendo, mortal pecado! Não, não o queria ouvir. Semelhante conluio seria um prejúrio — o mesmo que se oferecerem, de alma débil, aos enredos do demónio.

O juiz de certo sorria diante desta ingénua e já prevista revolta de santidade.

Considerassem bem. O que pedia, no fundo apenas um puro acto de justiça — libertar uma inocente duma escravidão irrevogável — não só se tornava fundamentalmente humano, mas, por virtude das circunstâncias, *urgente*. Que receiavam? Os superiores? O látego da Providência? Por ventura alguém cai em pecado praticando fôsse que acção fôsse, embora contra sua vontade, sob violência de outrem? De resto, por geito ou à fôrça, perante o mundo não obedeciam senão ao mando soberano da autoridade. Ninguem os poderia incriminar. Se responsabilidade havia, era toda dele, juiz de fóra.

E insistia, pacientemente, agora apenas com a abadessa, que engalfinhava as mãos contra o peito sêco, sempre indecisa, num pasmo angélico e longo. Mas um argumento de maior peso abalou-a. Então achava a reverenda madre melhor, por via duns frouxos escrúpulos ou obrigações, não ceder ao que lhe pedia, e passar pela vergonha — ela e toda a comunidade — pela aviltante vergonha de se saber lá fóra que

ali, sob a paz santa daqueles tectos, e do ventre duma das filhas, a mais tenra, daquela casa, nascera uma criança?...

A pobre quási que desfalecia, aterrada. Aferrava-se à grade do paratório; buscava um refúgio, balbuciante, sem pensar no véu, que se desconcertava, olhando a honomia do reverendo, já de todo conjugado com a idéia de Sua Senhoria.

— Madre abadessa — ultimou o vigário, sorvendo uma pitada recreadora — eu sempre ouvi dizer: primeiro salve-se a honra do convento!...

Ficou assente o negócio.

Estamos a 9 de fevereiro de 1808. Cêrca do meio dia, caminhava pela rua da Cadeia acima, desacompanhada de librés e à pressa, uma cadeirinha, que, ao chegar à esquina de S. João, cortou para o lado do Calvário, [1] e foi parar diante da portaria do convento. Na cola dela, grave e impávido, com todo o desempeno dos seus bem conservados quarenta e cinco anos — chapeu de veludo preto em meia-lua, casaca côr de canário, enormes fivelas de prata nos sapatos — seguia o morgado Inácio Soares, que logo expedin para dentro, pela irmã rodeira, notícia solicitando a comparência da madre abadessa, ali, naquele instante. Já lá estavam, como por acaso, os reverendos vigário, confessor e capelão, rotundos franciscanos, discutindo a um canto, segredamente.

Abriu-se a porta regral; — então, na penumbra da silenciosa e acanhada quadra, ante a madre abadessa, imóvel e emudecida, da banda de dentro, e muito pálida sob a negrura do seu hábito, cercada pelas madres vigária e discretas, Inácio Soares, seguro da lição, aproximando-se da entrada, pediu que se mandasse chamar a pupila Joaquina Francisca Josefa, para assunto de gravidade.

Havia como que um ar soturno de catástrofe pairando em volta.

Dai a nada ela apareceu, hesitante, cabisbaixa, mais humilde do que uma condenada. Inácio Soares deu um passo olímpico. Tremia-lhe na mão nodosa um papel dobrado em formato judicial.

— Senhora Joaquina Francisca, eu venho com recado de quem muito pode e sabe. Nada receeis... Dirá vossa mercê, se lhe apraz, ante a reverendíssima madre, e os reverendos padres aqui presentes, se é sua espontânea vontade permanecer neste mosteiro e nêle professar vida religiosa.

Ela nem olhava, nem se mexia. Custava-lhe arrancar a voz de sob o peso da responsabilidade a que era chamada.

— Sem constrangimento, só a verdade. Estamos numa casa de Deus...

---

[1] A eminência, hoje largo D. Luís (vulgo, do Relógio) onde era a antiga e primitiva igreja Matriz — ponto preferido de reunião, como presentemente qualquer largo da cidade.

A mártir, emfim, balbuciou:

— Não, meu senhor.

— Então é seu desejo firme voltar ao século?

— Sim, meu senhor.

Inácio Soares, illuminado de triunfo, os bofes da camisa a tufarem orgulhosos no peito que se arqueava, voltou-se, assestando a sua grande luneta de cabo deirado.

— Ouviram vossas reverências! Agora só resta que eu leve em minha companhia esta menina, sua pupila... Tenho ali uma cadeirinha...

— Perdão — atalhou o vigário, com um brilho de astúcia no olhar, a repassar entre as mãos papudas o cordão do habito. Tambem parece justo vossa mercê dizer qual a autoridade de que se vale para tirar esta donzela da clausura. A modos que é uma violência...

— Tem razão; tinha-me esquecido. Vai por ordem do senhor juiz de fora, como órfã... Aqui está o mandado.

— Oh, nesse caso...

Pouco depois Joaquina Francisca transpunha a porta, sem temor, mas reprimindo a custo as lágrimas da despedida. As sórores, suas companheiras de todos os dias, abraçaram-a enternecidamente. A abadessa, implorando a graça e conforto do ceu, depoz-lhe na face o ósculo piedoso da amisade, e abençoou-a, com gesto comovido, para a efémera felicidade do mundo. [1]

A cadeirinha, desta vez, de cortinas fechadas, seguiu por detrás da

---

[1] «Sei com certeza que a dita donzella não fugiu: fez sim, a sua sahida pela porta regral em nove do sobred.º mez passado pelo meio dia na presença da M.ª Abbadeça, e dos P.es Vigario, Confessor, e Capellão das m.mas Religiosas, apparecendo alli juntamente Ignacio Soares de Souza, que pedio á m.ma M.ª Abbadeça mandasse chamar a d.ª pupilla, e perguntando-lhe perante todos se queria permanecer no d.º Mosteiro para ser religiosa, e como ella respondesse que não queria, mas sim sahir para fora; elle então disse que tinha ordem do d.º Juiz de Fora, p.ª em taes circunstancias, a extrair como orfãa, e a meter em hua cadeirinha, que para esse fim esperava, determinando aos homens a conduzissem p.ª sua caza...» (Officio do ouvidor da Horta ao bispo, em 2-3-1808)

«... no dia nove do referido mez, ao meio dia pouco mais ou menos, apparecerão dentro da Portaria a Madre Abbadeça, e de fora o Padre Vigario, Confessor e Capellão, onde tambem se achava Ignacio Soares de Souza, o qual inculcando-se pae da menor lhe perguntou...» (Officio do bispo ao padre provincial, em 15-3-1808)

«... e perguntando-lhe o Vigario do d.º Mosteiro a elle Ignacio Soares de Souza, sendo presente a abbadeça com que ordem tirava aquella menina, este lhe respondeu, que como Orfãa a tirava por ordem do D.or Juiz de Fora, visto que ella não queria ser Freira.» (Officio do governador do Faial ao capitão general, em 15-3-1808) — F. Serpa, *Dados, etc.*, 205, 211 e 195

Matriz, e parou, ao findar a ladeira, à porta da casa do morgado, na esquina da rua da Praça. [1]

O acontecimento vulgarizou-se, acto continuo, como açafate de penas ao vento. Rugiu a tempestade.

O juiz, no entremente, acautelado e expedito, naquele mesmo dia enviava para Angra, ao capitão general, D. Miguel António de Melo, requerimento solicitando licença para contrair matrimónio com Joaquina Francisca Josefa. [2] Mas os inimigos, que lhe tinham jurado pela pele, emparelharam-se na luta. Pouco tardou o indeferimento à petição.

Não desiste Joaquim Gaspar. Desatendido pelo general, tenta melhor caminho na alçada eclesiástica, valendo-se duma carta de recomendação do morgado Cunha, amigo íntimo do bispo, e com o verdadeiro fundamento de ser muito dificultoso alcançar a permissão régia necessária, em consequência da triste situação do reino, e pela passagem do príncipe regente ao Rio de Janeiro. [3] O bispo, porém, lançando-lhe em rosto todo o opróbrio daquela sua famigerada aventura, entre agastado e justiceiro, recusa tambem a licença pedida. [4] De resto, um mês antes (em 18 de fevereiro) quando pedira informações circunstanciadas ao ouvidor eclesiástico da Horta, o doutor Maurício Antóuio de Andrade já a êste tinha ordenado que se não intrometesse no negócio do pretendido matrimónio, antes denegasse todo e qualquer despacho a êsse respeito. [5]

A oposição do capitão general, que de há muito não via o juiz com bons olhos, foi mais além. Logo no começo (26-2-1808) em ofício todo inchado de habilidades legistas, dirigido ao ministro, visconde da Anadia, e acusando desapiedadamente Joaquim Gaspar, havia referido o caso com os motivos da sua recusa, mas apenas pela rama, prometendo breves e mais fiéis esclarecimentos. [6] Resumindo, pois, as informações que obteve do bispo e as que lhe forneceu o governador militar do Faial, Teodoro Pamplona, de novo escreve ao ministro, refastelando-se então mais à larga e mais a gôsto sôbre o assunto. [7] Por outro lado, (16-3-1808) junto de João Street, procurou tambem levantar barreira: impetrou-lhe a continuação do seu caridoso amparo junto da transviada, e que a fizesse recolher outra vez dentro da clausura, até ser conduzida ao mosteiro de S. Sebastião, em Angra, não com o intuito de forçá-

---

[1] Actualmente a casa n.º 35 da alameda Barão de Roches
[2] F. Serpa, *Dados, etc.*, 190
[3] Ib., 197 a 199
[4] Ib., 200 a 202
[5] Ib., 203
[6] Ib., 186 a 190
[7] Ib., 192

la à vida religiosa, mas a fim de evitar maiores danos, e «para que ella, dezassombrada de allucinações, possa optar aquelle Estado que mais agradavel lhe for e lhe convier.» [1]

O bispo colabora amplamente nesta decisão, que transmite ao ouvidor, com aviso expresso de Joaquina Francisca, uma vez internada, não falar nem escrever a pessoa alguma de fora do mosteiro, nem ir a palratórios, janelas ou miradores, nem communicar intimamente com aquelles que ajudaram a sua sedução. [2] E na mesma data (15-3-1808) escreve ao padre mestre Provincial para dar seu consenso, solicitando severo e immediato castigo para os delinquentes — abadessa preterita e sua criada, a abadessa em exercicio, e o padre vigario. [3]

Estas medidas rigorosas não se tornaram todavia executórias. Porquê? Por faltar autoridade ou coragem de ir arrancar Joaquina Francisca à residência onde se achava? Não. Depois de se saber que o juiz já a tinha em outra casa, próxima à sua, para maior facilidade das suas communicações amorosas, [4] devemos presumir o motivo ser outro: — o clarissimo escândalo dessas relações, ou antes, o que era mais grave, a certeza já corrente da sua gravidez. Na verdade, readmitti-la em tais condições seria redobrar o delito. Ficava a emenda pior que o soneto. Mais valia que tudo caisse no esquecimento.

Os documentos nada demonstram a tal respeito. Apenas uma carta de João Street ao bispo, toda suave e ambigua, é que me empurra e com grandes visos de acerto, para esta hipótese. [5]

Mas o general não pára. Em communicações subsequentes para o ministro, continua a descoser rancorosamente nos méritos e na reputação do juiz de fora, já acusando-o de venalidade, já classificando-o de «sujeito dotado de pequena literatura juridica.» Deslombava-o a mãos ambas, e com fiel razão, havemos de confessar, enumerando alguns casos de despotismo, de vexação, de injustiça por êle praticados a cada passo, sem olhar a pessoas, nem a conveniências; e especializa as prepotências contra o governador Pamplona, contra a municipalidade, contra Bruno Nicolau Ferreira, que ilegalmente esteve preso nas cadeias da villa, contra o capitão de ordenanças João Whyton, a quem maldosamente perseguia, chegando a suspendê-lo do cargo de vereador.

---

[1] F. Serpa, *Dados, etc.*, 207
[2] Ib., 210
[3] Ib., 211 a 213
[4] Ib., 233
[5] «Seguro a V. Ex.ª que o meu desejo he imitar a grande caridade de V. Ex.ª, e logo que possa aclarar-me de certo obstaculo, que realmte será impediente das ordens de V. Ex.ª, se se realisar, darei conta de execução das mesmas.» — F. Serpa, *Dados, etc.*, 206

Notamos todavia com surpresa que, apezar de quanto o capitão general urdiu perante o ministro, foi Joaquim Gaspar d'Almeida Cândido quem emfim venceu a sua. Por decreto de 5 de agosto de 1808, e provisão da Mesa do Desembargo do Paço, de 12 de setembro do mesmo ano, obteve do principe regente a tão ambicionada licença para contrair matrimónio com Joaquina Francisca Josefa.

O general communica-lhe o decreto a 22 de maio de 1809 (só a 22 de maio de 1809, note-se) e sem perda dum instante, no dia imediato, num bem manifesto impeto de despeito, se deita a compor outro arrazoado para o dito conde da Ameira, mandou o juiz de fora, como de costume, pelas ruas da amargura. [1] Outros oficios de igual bitola se seguiram. A campanha prossegue sem tréguas.

Joaquim Gaspar vio os seus desejos ainda frustrados desta vez. Porque? Como? É de crer que se valessem de tudo para o contrariar. Assim como o general lhe deu conta do decreto roncesinamente, forçoso se torna admitir que a pretensão tambem lhe tivesse ficado encalhada numa rède tensa de formalidades canónicas.

Afinal rebentou a bomba. Por ordem assinada em 19 de março de 1810, determinou o general que o juiz de fora, Joaquim Gaspar d'Almeida Cândido, fôsse preso e encarcerado no castelo de Santa Cruz, — «com a devida decência e possiveis comodidades,» recomendou, mas incomunicável e com sentinella à vista. [2] E justificou a resolução perante o ministro. Viu-se obrigado a suspender e prender o juiz de fora, por via dos violentos e costumados procedimentos arbitrários com que êle vexava os povos, e por denúncias fundas de haver praticado varios peculatos e outros crimes, lesando até a fazenda real. [3] E, entre os atentados cometidos, expõe o da profanação na igreja de S. Francisco Xavier, outrora pertença dos jesuitas, despachando um requerimento ao seu apaniguado Tomás Parkin, negociante e reconhecido contrabandista, com quem tinha entendimentos mercantis, o que fazia daquele templo depósito de mercadorias. [4]

Sob prisão, embarcou o bacharel Joaquim Gaspar d'Almeida Cândido, juiz de fora do Faial, aos 25 de outubro de 1810, no bergantim *Senhora do Rosário*, com destino à côrte do Rio de Janeiro. [5]

No oficio que o acompanhou, chega o general à nequicia de lhe esquadrinhar as origens e qualidades dos teres e haveres, num esforço de

---

[1] F. Serpa, *Dados, etc.*, 233
[2] Ib., 237
[3] Ib., 236 e 239
[4] Ib., 240
[5] Ib., 243

dedução puramente subjectiva. Dêste modo: quando estudante em Coimbra, fizera-se admitir como fâmulo no Colégio Rial de S. Pedro para poder cursar a universidade; com essa pobreza entrou no Faial e cinco anos servin o logar de juiz de fora, que lhe não rendia, licitamente, em cada ano, mais dum conto de reis; — entretanto «adquirin, segundo cálculo prudente de pessoas intelligentes, passante de trinta mil cruzados, alem do que dispendeu no tratamento da sua pessoa e para entretenimento de seus vicios...» [1] Cálculos.

Agora pregunto eu. Porque foi tão renitente oposição contra êsse propósito — o casamento — aliás justissimo, devido em consciência, que o juiz de fora se propuzera? Qual o fim imprescindivel, exclusivo, dos seus inimigos? Por acaso, feros paladinos de afogadilho, se alevantavam simplesmente por amor da inocência, em defesa de Joaquina Francisca — êles, que nenhum rebuço tinham de lhe espanejar a honra em público e raso, êles que no fim de contas a sacrificavam em serviço dos seus rancôres, embargando-lhe o caminho para a ventura — a segurança do seu futuro? Não. *Se* até João Street, seu *tio e protector*, se desinteressou do caso! Bem se importavam êles com a pobresinha. Queriam era malhar no juiz, desse por onde desse — e tinham razão. Lá isso tinham. Em lhes contrariar o casamento, como fizeram, é que não tinham nenhuma.

Joaquim Gaspar d'Almeida, o juiz, amou irreflectidamente — se é que nestes negócios do coração o pensamento já alguma vez teve conceito — amou com o melhor da sua alma, e, na cegueira dêsse amor, cometeu uma falta de tamanho vexame, que logo se empenhou em reparar, como possivel, de pronto e plenamente. Esses mesmos atropêlos por via disso praticados, não o condenam, a meus olhos, antes muito o desagravam, demonstrando a sua dedicação e carinho de apaixonado. Prevaricou: mas reabilitou-se. O amor é sempre alguma coisa que soergue as criaturas, mesmo as entontecidas pelo vicio, ou pelo crime. Nos domínios da sua acção oficial será tudo o que dizem, um déspota, um concussionário, iniquo, aviltador; foi um péssimo magistrado, concordo; — mas neste ponto de obediência ao coração, saldando uma divida de amor que muitos outros mais louvados não o teriam, nem o teem feito, eu irei de sustentar por fôrça, embora contra opiniões de mais alto fôro, que êle foi um homem de bem, que foi um homem de honra, um homem digno.

Assim o entenderam tambem lá fora, na côrte. Tamanha justiça lhe assistia, ou talvez uma espontânea simpatia se desatou em prol da infeliz, cujo destino a vertigem dos ódios esfarrapava, que o príncipe regente, depois de consultada a Mesa do Desembargo do Paço, lhe defe-

[1] F. Serpa, *Dudas, etc.*, 253.

riu a súplica, concedendo licença de Joaquina Francisca Josefa d'Arriaga [1] se passar à côrte do Rio de Janeiro, para realisar o seu consórcio, segundo a faculdade já concedida por decreto de 5 de agosto de 1808. O ministro, conde das Galveias, comunica esta resolução em 24 de maio de 1811, ao governador, capitão general dos Açôres, agora Aires Pinto de Sousa: êste, a 10 de dezembro do mesmo ano, informa ter concedido a Joaquina Francisca Josefa o necessário passaporte para a viagem determinada.

Finaliza aqui êste singular episódio romanesco da crónica faialense. Terminou pelo prémio da virtude, como uma boa e ingénua novela de então, e para consôlo do nosso enternecido sentimentalismo. Que mais sucederia depois? Que eu saiba, nada — nada de importante, digo. Lá seguiram o seu destino, áspero ou sereno, mas de certo apagado — o vulgar destino da vida... Talvez foram felizes.

20) Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 4)

◇ Seguiu a carreira das armas em que se nobilitou excepcionalmente, tornando-se um dos mais insignes militares do seu tempo, e como tal mais uma das boas glórias da terra faialense.

Sôbre o peito ufano das muitas vitórias ganhas com a soma do seu nunca desmentido heroísmo, brilhavam as melhores distinções nacionais e estrangeiras. Ganhou-as, mas pelo seu justo valor. Ostentava as medalhas portuguesas de comando de seis campanhas; possuia a muito honrosa Cruz espanhola alcançada naquela memorável batalha da Vitória, de tão funestas conseqüências para os franceses; foi condecorado com a medalha britânica, e com as fivelas de Albuhera, Salamanca, e S. Sebastião; era cavaleiro das ordens da Conceição e da Torre Espada, etc.

Aos dezanove anos de idade foi confirmado no pôsto de alferes da companhia de infantaria paga da fortaleza de St.ª Cruz, ilha do Faial, passando depois para a arma de artilharia, em que sempre militou.

Os primeiros tempos da sua carreira foram calmos. Mas, dessa França audaz e revôlta, soprava uma aragem intensa de insânia: os exércitos do Corso estendiam-se, vorazes, como tentáculos, absorvendo o mundo...

Então começou para êle a vida activa. Coligaram-se os povos contra as ambições napoleónicas. Portugal, oprimido, deu tambem o seu

---

[1] Assim lhe *chama o conde* das Galveias no ofício que em seguida indico, baseado por certo em quaisquer documentos ou informações. — V. Serpa, *Dados, etc.*, n.º 244

contingente. E lá foi êle, nos exércitos libertadores, oferecer o seu sangue e o valor do seu braço, a favor da Justiça e do Direito, em continuados combates aspérrimos de alguns anos. Fez toda a campanha da guerra peninsular, sendo durante êste periodo famoso de luta que enalteceu perpétuamente o seu nome. O sr. Ferreira de Serpa resume assim a sua folha de serviços, ao esboçar-lhe a *biografia*: [1]

General Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira
(da coleção do sr. Ferreira de Serpa)

«Entrou no ataque de Campo Maior (25 de março de 1811) comandando a primeira brigada de artilharia montada, sob as ordens do general Hamilton; entrou na acção de Santos (16 de abril de 1811) comandada pelo mesmo general; a 8 de maio foi para o sitio de Badajoz, e a 16 de maio entrou na batalha de Albuhera; tornou ao segundo sitio de Badajoz até á entrega desta praça; em 28 de outubro de 1811 entrou na acção de Arroyo-de-Molinos, sob o comando e divisão do general Hil, merecendo nesta ocasião os agradecimentos de todo o Quartel General em pessoa. Em 19 de maio de 1812, no ataque de Mirabete tomou a ponte de Almaraz e destruiu todas as fortificações nas testadas da mesma; passando para o exercito do norte assistiu ao sitio dos fortes de Salamanca, em cujo assedio foi ferido; em 22 de julho entrou na grande batalha de Arapiles (Salamanca); daqui seguiu a ocupação de Segovia em 7 de agosto, a tomada de Madrid em 13 do mesmo mês, e á do forte Retiro, a 14. Assistiu ao assalto de Burgos, (26 de setembro de 1812) e acompanhou depois o exercito até ás fronteiras de Portugal. Em 21 de junho de 1813 entrou na memoravel batalha da Vitoria, onde, batendo o inimigo na esquerda e no centro, fez desimpedir a estrada principal de Vitoria, e a este abandonar as suas baterias, que a defendiam, alcançando por esta van-

1 *Dadas genealógicos, etc.*, 50

tagem que a 4.ª divisão se podesse desenvolver em linha e carregar sobre o exercito inimigo no centro, a ponto de este separar as suas colunas dividindo-se pela estrada de Baiona e Salvaterra e abandonando o espolio do rei José, o do exercito e toda a artilharia das formidaveis linhas de baterias que defendiam aquela grande posição; entrou no ataque de Tolosa (25 de junho de 1813) em Hespanha, e do reduto de S. Bartolomeu em 17 de julho; passou depois ao assedio da praça de S. Sebastião, que se rendeu a 31 de agosto de 1813, por cuja direcção foi promovido a tenente-coronel. Em 7 de outubro protegeu a esquerda do exercito na passagem de Bidassoa a Fuenterrabia, sob o comando do general Hay, atacando depois as linhas de S. João de Luz, aonde entrou no mesmo dia.

«No dia 26 de fevereiro de 1814 foi mandado para o bloqueio de Bayona e dali a juntar-se ao exercito espanhol sob as ordens do general Freire na passagem do Garonne e no ataque de Tarbes e Arles (26 e 28 de março de 1814) e finalmente entrou na batalha de Tolosa, de França, no dia 10 de abril do mesmo ano.

«Esmagada a França e derrotado o extraordinario genio que a dominou e impoz o seu querer á Europa assombrada de tanto prodigio, voltou ao reino, com os galões de tenente-coronel, o peito constelado de condecorações ganhas no campo de batalha. Contava então 40 anos de edade.»

Esta carreira brilhantissima nos dominios do heroismo e do dever contra a opressão estrangeira encheu de orgulho sua tia viuva, D. Maria Joaquina Apolónia de Vilhena Continho. Seduzida por êsse fulgor de glória que aureolava o nome de seu sobrinho, ela tambem quis, a seu turno, recompensá-lo de tanta honra ganha, e do muito contentamento que êle lhe dava no resto da vida. Seu marido, além dos serviços no exercicio da magistratura, tambem se distinguiu como secretario das imediatas resoluções de sua majestade D. João VI, sem que por isso tivesse recebido ou pedido qualquer remuneração. Persuadida de se haver transmitido na sua pessoa, pelo fallecimento do marido, a meação dos ditos serviços, de que tambem nunca lançou mão para requerer o que quer que fôsse em seu beneficio, cedeu e trespassou ao sobrinho êsse direito, como prova do afecto e amisade que lhe tributava. A respectiva escritura de renúncia foi lavrada no seu palácio da Quinta de Ocíras, aos 16 dias do mês de novembro de 1815. [1]

Descançando do labor das armas, foi Sebastião d'Arriaga nomeado em 1815 governador militar da ilha de S. Miguel, cargo que exerceu consecutivamente até á sua deposição em 1821. Neste campo, porém,

---

[1] F. Serpa, *Dados, etc*, 52

não colheu, com a mesma sorte anterior, louros fartos e gloriosos: pelo contrário, alcançou o que quási sempre se alcança pela política — dissabôres, muita fadiga, um desfecho geralmente mediocre, quando não funesto, certas vezes. [1]

Tinha-se feito a revolução de 1820, implantando no paiz o muitissimo desejado e muito prometedor regimen constitucional.

Os micaelenses esperavam anciosos os beneficios resultantes dessa modificação politica, *fixando todas as suas esperanças* na vinda do general Stockler, governador dos Açôres, que em breve devia regressar de Lisboa. Ténues esperanças! Ele voltou — e o prestigio do seu nome era como que uma garantia; mas as suas ordens, os seus intentos, o seu julgar, as suas medidas foram tudo quanto de mais antagónio havia das ideias liberais proclamadas.

Por exemplo: — quaisquer navios nacionais ou estrangeiros deviam ser visitados por um escrivão e meirinho para serem apreendidos todos os papeis, gazetas, periódicos, livros, etc.; que os ministros não cumprissem as sentenças emanadas da relação de Lisboa, nem deixassem expedir agravos e apelações para aquele tribunal; que o corregedor se não poupasse a dinheiro para recompensar os individuos que fôssem espias de quantos se ocupassem das coisas do reino, e que êstes, sem excepção, deviam ser processados e remetidos para Angra; etc.

Sebastião d'Arriaga, fiel súbdito do absolutismo, constituiu-se executor obediente de tal regulamentação.

Suportaram os micaelenses, durante alguns mêses, êste jugo insólito. A indignação crescia; o espirito de revolta frutificava, surdamente, laboriosamente. Um dia, já fartos, tomando-se de intrepidez, deliberaram desatar-se de tamanha tirania. E assim cumpriram.

Passou-se isso no primeiro de março de 1821.

Grande número de cidadãos dos principais e beneméritos se reuniu para essa emprêsa, fazendo parte do núcleo, como elemento indispensável pelo auxilio material de que dispunha, o tenente do batalhão, João Soares de Albergaria. Com êle combinaram ter franca a entrada do castelo de S. Braz, ponto importante e inicial do plano. Assente isto, por volta das duas horas da noite, a passos misteriosos, dirigiram-se à fortaleza, onde de facto entraram sem o minimo obstáculo, tratando imediatamente de ir pelas casernas aliciar os soldados, que se alevantavam estremunhados de espanto, ao verem pessoas de tal qualidade ali den-

---

[1] O interessantissimo episódio da história açoreana que vai seguir-se encontra-se sob o título *Revolução liberal em S. Miguel, no 1.º de março de 1821*, no *Archivo dos Açores*, vol. III., 478 a 482.

tro e a tais horas. Seriam umas 80 praças. Prometeram-lhes, de pré, 120 reis por dia, pão, farda e fardeta, e a baixa àqueles que a pedissem; — e ofereceram-lhes de pronto, como prêmio da sua adesão, 400 patacas. Então é que o entusiasmo cresceu de ponto. Gritaram logo: «Viva a Constituição!» E foi difícil contê-los, o resto da noite. [1]

Ao amanhecer saíram os revoltosos com a tropa — uns 60 homens, e duas peças de campanha, comandados apenas pelo tenente Albergaria e alferes Noronha. Chegados à casa da câmara, a tropa formou, e êles subiram para a sala das sessões (alguns eram vereadores) onde ficaram em reunião solene, destacando o alferes Noronha com um ofício e uma escolta de vinte homens para prender o governador.

A êste tempo já a cidade rejubilava. Os vivas à constituição, ao rei, à religião espalhavam-se pelos ares. Ribombaram as salvas de artilharia: os sinos tilintavam alvoroçados, alegremente, nos campanários.

Sebastião d'Arriaga, sentindo três surriadas de fuzilaria, e um rufar de tambor aproximando-se da sua porta, ergueu-se de sobresalto, o sangue refervendo, já meio desconfiado por tanto vozear de festa, a saber que aparato bélico era aquele. O Noronha parou com a sua gente, e mandou uma ordenança a cima, com recado de que tinha um ofício para o sr. governador. Pois que subisse. Mas o Noronha negou-se terminantemente — terminantemente insistindo que era o governador quem deveria descer a recebê-lo. E um porque não queria entrar, e o outro que não descia, sem atar nem desatar, chegou-se à conclusão de enfiar a mensagem na ponta duma baioneta, e passá-la ao governador, que surgira, irado, na varanda. Os olhos a fuzilarem, rancoroso e retumbante, preguntou ao alferes quem o mandava ali.

— Foi quem me podia mandar.

— Sim?... Pois eu já vou castigar êsses rebeldes.

— V. S.ª está preso! — observou de chofre, destemidamente, o alferes. Daqui só sairá com licença.

E expediu portador à casa da câmara, a saber se queriam que o governador comparecesse naquela ocasião, diante dêles. Que sim. Ainda mais: que o levassem sob escolta.

Saiu Sebastião d'Arriaga à rua possuído de tamanho acesso de raiva, e com tais rompantes, que lembrava uma pessoa doida. O capote adeja-

---

[1] «Entraram sem o mínimo obstáculo.... Que admiração e espanto, não foi o dos soldados, vendo aquelas horas pessoas de tal qualidade dentro da fortaleza!... foram pelos quarteis convocar estes soldados, e a tudo aumiram, prometteram 120 reis por dia a cada soldado, pão, farda e fardeta, e o que quizesse baixa que lh'a davam. Offereceram-lhes 400 patacas, oh! que alvoroço tiveram aquelles homens! Gritaram logo! «viva a Constituição!» — *Arch. dos Açores*, III, 178.

va-lhe, desconcertado, no seu constante revolutear. Vociferou e esbracejou, como moinho desprendido ao vento, num ameaçar medonho, durante todo o caminho.

Na rua da Graça encontraram um burro. Quis por fôrça montá-lo; mas parece que as pernas não o ajudaram, ou que a desordem do frenesi o desajudou. Talvez imaginasse, que assim, cavalgando ia mais dignamente. A ideia, se a teve, era quixotesca.

Quando chegaram à praça, diante do município, reacendido de exaspero, investiu vorazmente para o tenente Albergaria, que o encarou, quieto e impassivel.

— Quem é aqui o comandante da tropa?

— Eu, senhor.

— E quem lhe deu essa autoridade?

— A minha vontade e a dêsses senhores que estão ai para cima...

Subiu. Ante a numerosa assembleia, falou arrogantemente, orgulhosamente; falou da sua pessoa, dos seus serviços, das campanhas famosas de que tinha saído vitorioso — e que nada daquilo o intimidava, nem faltaria ao juramento de fidelidade prestado ao seu soberano. E não passava daquilo.

Foi mandado recolher ao quartel, com sentinelas à vista, até se concluir a obra começada. À saída teve a resolução infantil de fugir, deitando a correr para o lado do castelo. A escolta lançou-se em seu seguimento; cercou-o. Então arrancou da espada; — mas já o alferes Noronha lhe abicava a sua aos peitos:

— Renda-se V. S.ª, quando não mando-lhe atirar!

Vendo que nada podia, abateu o gesto, e deixou-se conduzir a casa, pacífico e mudo.

Nomearam os micaelenses um govêrno general interino, e todos prestaram juramento de obediência às côrtes, ao rei D. João VI, e à Constituição do reino. Seguiram-se activamente outros trabalhos de organização politica e administrativa da ilha.

O regosijo era geral. *Te Deum*, salvas de artilharia, repiques de sinos, músicas, iluminações, bailes... Fantasias — que, afinal, em breve, se desfizeram!

Ao cabo do terceiro dia pediu Sebastião d'Arriaga que queria ir à câmara jurar a Constituição. Foi resolvido que se apresentasse no dia imediato. O acto foi cerimonioso. Com êle usaram de toda a deferência, oferecendo-lhe um assento ao pé do presidente. Como, porém, se conservasse em silêncio, meio retraído, talvez ainda por um indomável resto de altivez, preguntaram-lhe se, emfim, queria ou não queria jurar a Constituição.

— Quero jurar a Constituição, mas a de Portugal... não a de S. Miguel!

— Aqui não se fez nenhuma constituição — retorquiram-lhe, sem

azedume. O juramento que se tem prestado é para seguirmos a constituição que se fizer em Lisboa, nada mais.

Mas Arriaga não percebia, ou, antes talvez, não queria entender. Á semelhança da primeira vez, poz-se com subterfúgios, numa longa e desconexa arenga, puxando assuntos intempestivos, arrastando casos antigos da sua vida. Mais de duas horas levou neste moer, para trás e para diante, sempre fugindo ao motivo principal, e sempre duvidando se devia ou não assinar. Já se impacientavam os membros da Junta. O presidente em tom sério e determinado, *corton-lhe o aranzel*:

—Foi V. S.ª quem pediu isto: concedeu-se-lhe... Se quer assinar, assine, que nós não o obrigamos. Isto é um acto voluntário.

Convencido de que nada obteria, mudou-se de génio, e assinou. Ao seu orgulho, por certo, muito havia de ter custado tragar tal decisão. Voltou para casa, onde ficou sob vigilância até ao dia 19, somente podendo falar às pessoas a quem a junta governativa concedia licença. [1]

---

[1] «Chega o Noronha com a sua escolta, e manda dizer ao Governador que lhe queria entregar um officio, mandando-lhe este dizer «que subisse.» o Noronha que não, que o Governador o devia vir buscar: para encurtarmos palavras: meteo-se o officio na ponta de uma alabarda, e deu-se para a varanda onde estava o Governador; disse *este ao Noronha* «quem o mandava ahi: quem me podia mandar»: diz o Governador «eu quero ir castigar esses rebeldes»: responde o Noronha «V. S.ª esta prezo, e só sahira d'aqui *com licença*»: *mandou* o Noronha saber dos srs. que estavam na casa da Camara, se queriam que o Governador fosse a sua presença: mandaram que sim, vindo escoltado: sahiu de casa como doido, foi de capote, e *fazendo coizas de homem alhucinado*, encontrou na rua da Graça um burro, esforçou-se para o montar; porem as pernas não o ajudavam, e chegando á Praça, diante da Camara, encaminhou-*se ao tenente* João Soares de Albergaria, e perguntou-lhe quem era o comandante da tropa: respondeu-lhe: «eu sr.»: «e quem lhe deu essa autoridade?» «A minha vontade, e a d'esses srs. que ahi estão *para cima*.» Subiu á casa da Camara e perguntou aos srs. alli congregados «se não tinham visto os papeis publicos, que fallavam nas campanhas de que elle tinha sahido vitorioso, que, o que *olle* via não o intimidava e que nunca faltaria ao juramento de fidelidade que elle tinha prestado ao Soberano.» Determinaram estes srs. que o Governador voltasse ao seu quartel, ficando com sentinellas vivas até que se concluisse a obra começada... A sahida para casa quiz fugir para a parte do Castello; foi o Noronha com a escolta em seu seguimento, e então chegando-se o *Noronha* ao Governador este puchava pela espada, o Noronha abicou a sua aos peitos do Governador: «renda-se V. S.ª, quando não mando-lhe atirar...»

«*No* dia *tres* pedio o Governador Arriaga queria ir jurar a Constituição, permittiram os srs. Governadores que fosse no dia quatro á casa da Camara para a jurar (nas casas da Camara é que *se fazem* as sessões do Governo) Foi o sr. Arriaga, e logo que chegou deram-lhe um assento ao pé do sr. Presidente, e como elle ficasse em silencio preguntaram-lhe se elle queria jurar a Constituição: respondeu que queria jurar a de Portugal, e não a de S.ms Miguel: disseram-lhe que o juramento que aqui se tinha prestado, era para seguirmos a Constituição que se fizesse em Lisboa: esteve *este homem com circunloquios*, arrastou casos antigos da sua vida, e levou mais de duas horas, sempre fugindo, e duvidando assinar. Falaram-lhe os

Dai a dias (em 26) embarcava para Lisboa, a bordo dum navio inglês. Despediu-se das pessoas da sua amizade; — e já de ânimo mais quieto, conformado, obedecendo à sua natural disciplina fidalga, despediu-se tambem com a devida cortezia de todos os membros do govêrno. [1]

Na qualidade de brigadeiro, e investido no cargo de governador da Torre de S. Julião da Barra, faleceu aos 8 de fevereiro de 1826. Devido aos seus notórios principios anti-liberais, e muito conhecida a sua dedicação pela monarquia reinante, logo se supoz, e foi voz pública bastante corrente, que não morrera de morte natural, mas de misteriosa vingança politica. Conta o visconde de Juromenha [2] que o facto foi poucos dias antes da morte singular de D. João VI, dizendo-se ter sido origem um copo de água que bebeu de caminho, ao regressar da Torre.

Faleceu no paço rial, e foi sepultado na igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Belem.

A consorte era dama da mais fidalga estirpe, vangloriando-se de lhe singrar nas veias puro sangue de longuqua origem rial. [3]

Logo após a morte do marido, requereu ela de pensão metade do soldo que êle percebia, sendo-lhe deferida a petição por decreto de 28 de abril de 1826, rectificado em agosto de 1833 pelo imperador D. Pedro, «em atenção ao distinto serviço de 36 anos praticado (por êle) na carreira das armas destes Reinos.»

21) Sebastião d'Arriaga Brum da Silveira ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 5)

◇ A consorte, Maria Cristina Pardal Ramos Caldeira, era filha de Pedro Maria Pardal, secretário da *Academia Rial de Fortificação, arte e desenho*, e solicitador da fazenda nacional, e de sua mulher, Leoncia Teodora Ramos Caldeira; neta paterna de Pedro Braulio Pardal, cavaleiro da ordem de S. Tiago e Espada, e porteiro da Rial Câmara de S. M.

22) Sebastião d'Arriaga Brum da Silveira ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 6)

◇ Engenheiro-agrónomo pela escola de Grignou, França. Escreveu um trabalho intitulado *Projecto de cultura e agricultura prática*, que despertou lar-

---

Srs. em tom sério: «foi V. S.ª quem pediu isto, concedeu-se-lhe, se quer assinar assine, quando não nós não o obrigamos: isto é acto voluntario.» Emfim, moveu-se e assinou. Tornou para sua casa e esteve em segurança até ao dia 19, falando ás pessoas a quem o governo dava licença para o communicar.»—*Arch. dos Açores*, id., 478 a 480.

[1] Ib. 482.

[2] Jornal *A Nação*, n.º 1190‡, de 30-10-1881. (Em F. Serpa. *Dados genealógicos etc.*, 64)

[3] F. Serpa *Dados, etc.*, 62

gos elogios dos seus antigos professores e em particular do ministro do fomento de Espanha. Tentou estabelecer uma quinta modelo de agricultura prática, sob a égide de el-rei D. Luiz, que poz à sua disposição a herdade de Assumar, pertencente à casa rial. [1]

De acôrdo com o pai, procederam os dois à partilha dos bens do morgado, nos termos da lei de desvinculação.

23) José d'Arriaga Brum da Silveira ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 6) ◇ Formado em direito pela universidade de Coimbra em 1869. Homem muito erudito e historiador notável, sendo já extensa a lista dos seus trabalhos, que são:

As raças históricas na Lusitania.

Questão ibérica e o Saldanha.

Influência do christianismo nas ideias modernas.

A politica conservadora e as modernas alianças dos partidos politicos.

Prólogo do catálogo dos manuscritos da antiga livraria dos marqueses de Alegrete, dos condes de Taroucа e dos marqueses de Penalva.

A Inglaterra, Portugal e as suas colónias,

História da revolução de 1820

Dominava-o de longe em longe, a mania da perseguição, e sob êsse terror fugia às vezes de parentes e conhecidos, para afastadas terras, sem dar de si o mais pequeno rumor. Certa ocasião, conservando-se assim alguns anos, julgaram que houvesse falecido. Por último abandonou o lugar que tinha na Biblioteca Nacional, emigrando para o Brazil, onde sofreu privações, e donde regressou dando ingresso no Recolhimento das Mercieiras. [2] Ali viveu por fim, cercado dum relativo conforto, amparado e auxiliado pela familia, e ali morreu. Surpreendeu-o a morte em meio de vários trabalhos de investigação que de ha tempos preparava, e que apezar de tudo nunca abandonara.

24) Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 6) ◇ Formado em direito pela universidade de Coimbra, da qual mais tarde foi reitor.

Poeta, advogado e orador exímio — orador apaixonado e ardente, dessa ainda hoje apreciada escola ro-

---

[1] F. Serpa, *Dados, etc.*, 233

[2] Instituição dependente da Provedoria da Assistência, destinada a pessoas que, pertencendo a uma certa categoria, necessitam de socorro e auxílio.

mântica, que tanto inflama as multidões — foi um dos mais dedicados propagandistas da ideia republicana, no que ela tinha de mais elevado, de mais simples, de mais crivel. Incondicionalmente votado aos seus princípios politicos, jamais tergiversou da sua linha de conducta, antes por êles sacrificou algumas vezes comodidades e interesses, honras e posição oficial, que lhe cabiam por mérito próprio, até mesmo pela tradição do nome que herdou. Foi um idealista, desde o começo até ao último instante da vida; foi um bom, um honesto, um santo — o santo da democracia, como lhe chamou alguem. Todos, sem excepção, na verdade deminutos ante tamanha sinceridade, o veneravam filialmente, porque acima de tudo, no fundo daquela alma, havia uma nobreza que muito ensinava a nós outros...

Foi deputado às côrtes, pelo seu partido, em diferentes legislaturas.

Dr. Manuel d'Arriaga, primeiro presidente da república portuguesa

Fez-se a república, e logo o nomearam procurador geral, e dai a nada (24-8-1911) o elegeram, como era de prever, seu primeiro presidente. Atingira a realidade do seu pensamento. Mas essa república que sonhara toda de paz e de fraternidade, lançando-se no caminho vulgar dos ódios, da intriga, das ambições, esboçou uma revolta, e de súbito (27-5-1915) lhe fez fracassar o mandato, prémio único duma vida inteira de esperanças e sacrificios! O golpe foi rude de mais para a bondade do seu espirito.

Deixou publicados diversos trabalhos literários, filosóficos, politicos, forenses, dos quais seu genro, o doutor Luiz Xavier da Costa, organizou uma lista completa, que apresentou na Academia das Sciências de Lisboa, em 7 de março de 1918, com o titulo: *Resenha bibliográfica das obras publicadas e impressas pelo Dr. Manuel d'Arriaga.*

A consorte era filha do general Roque Francisco Furtado de Melo, natural da ilha do Pico, e personagem de destaque durante as lutas constitucionais.

25) Miguel Maria Borges da Câmara ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 5)

◇ Bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e um espírito de raro critério, extremamente afável e culto.

Foi ajudante do tio Manuel José d'Arriaga, quando êste exerceu as funções de Intendente Geral da Policia da Côrte e Reino, em 1826, obtendo nesta data a nomeação de corregedor da ilha do Faial.

A sua estada no Faial finalizou com um dos mais arrevezados períodos da nossa vida politica — quando aqui esteve um célebre sindicante, desembargador José Monteiro Torres, comissionado pelo govêrno miguelista, para inquirir acêrca duma desastrada sublevação de civis e militares, que se apossaram do castelo de Santa Cruz em 7 de novembro de 1828, caso que na crónica local ficou conhecido pela *revolta do castelo*. [1] Desastrada, porque, sem gente ousada e segura, sem uma organização amadurecida, em menos de vinte e quatro horas tudo findou num reduzido magote de fugitivos e prisioneiros.

O desembargador não se restringiu somente ao papel, aliás pouco simpático, de sindicante. Miguelista apaixonado, enfronhando-se na mesquinha rede das intrigas locais, deu-se tambem a actos mais que despóticos, perversos, pelo gôso de servir rancores politicos, prendendo arbitrariamente, e de chofre, muitos dos contrarios — sempre sob pretexto das suas secretas investigações.

O corregedor Miguel Maria Borges da Câmara, que, após a revolta, dera início ao processo, considerou o caso sob outro ponto de vista: prudente e desapaixonado, procurava serenamente liquidar as responsabilidades dentro dos seus justos limites, sem acrescentar atritos nem culpas, antes desejando harmonizar tudo e todos o melhor possivel. [2] Era, pois, um estôrvo, e portanto, minado em seu conceito pela perfidia do sindicante, não tardou que fôsse tido como desafecto aos poderes constituidos. *Malhado*, êle, que sempre cuidou de ser o mais incolor possivel! Daí o ser preso, demitido do cargo [3] o que lhe não causou surpresa, nem tão pouco susto, porque até se divertiu com a scena. [4]

Foi remetido para Lisboa, onde pouco se demorou, passando a residir em Franqa, até que se aplacaram as lutas constitucionais.

---

[1] Vide nota (29) fil. *Betencurte*

[2] Os seus ofícios trocados com o desembargador Torres assim o demonstram. *Arch. dos Açôres*, XI. 249 a 265

[3] Foi nomeado, para o substituir, o bacharel Joaquim Pinto Ferreira de Vasconcelos, por decreto de 22 de fevereiro de 1830

[4] A propósito desta prisão, vide nota (6) fil. *Labats*

26) Miguel Street d'Arriaga (§ 2.º, n.º 6)

Dr. Miguel Street d'Arriaga

◇ Bacharel em direito pela universidade de Coimbra. Foi durante muitos anos (1852-1882) secretário geral do govêrno civil da Horta, cargo que exerceu sempre proficientemente, captando de todos incondicional estima e consideração.

Jornalista e literato bastante erudito, conhecia muito da literatura estrangeira, e manuseava com carinho todos os nossos melhores poetas e prosadores. Quando estudante, em Coimbra, inspirado como todos pelo bucolismo do Mondego, já compunha versos, e peças teatrais — *Um crime*, drama em três actos, que foi representado no *Teatro Académico*. Depois, na Horta, escreveu mais trabalhos dêste género, alguns representados por amadores dramáticos, como foram *A filha do morgado* em 10 de fevereiro de 1879 e *As lições de guitarra* em 10 de novembro de 1880, deixando inédito o drama intitulado *Os estudantes* (scenas da vida coimbrã) e impresso o drama em dois actos *Nobreza e Amor*. [1] Mas o seu trabalho de maior fôlego, aquele em que realmente mais se esmerou, é a tradução do belo e conhecido poema *Evangelina* do poeta americano Henri Longfellow.

De parceria com o dr. José Afonso Botelho d'Andrade, juiz de direito, homem tambem muito afeiçoado às lides literárias, fundou o semanário *O Faialense*, o segundo jornal que se publicou na Horta e o que teve mais longa existência.

---

[1] Horta, tip. Hortense, 1874

TITULO II

ATAÍDES

Deu início a esta família **Tristão Pereira** da nobre linhagem dos Pereiras Marramaques, com solar em Cabeceiras, o qual se estabeleceu cêrca do fim do século XV, na ilha de S. Jorge, ramificando-se depois a descendência pelas demais ilhas.

§ 1.º

1 **Tristão Pereira** — casou na ilha de S. Jorge com Ana Silveira, filha do célebre colonizador flamengo Guilherme da Silveira (V. **Silveiras**, § 1.º, n.º 2) — (**1**)

Tiveram:

2 António Silveira Pereira, que segue
2 Diogo Pereira, casado com Maria Toscana. — (**2**)

Tiveram:

3 Francisco Toscano
3 Guilherme Pereira
3 Luís Pereira
3 Catarina..., casada com Manuel Saldanha
3 Ana de Ataíde casada com D. Pedro de Castro — (**3**)

2 Guilherme Pereira — (**4**)
2 Tomé Pereira, clérigo
2 Izabel Pereira, casada com Manuel Silveira (V. **Terras**, § 1.º, n.º 3)

2 **António Silveira Pereira** casou com Jerónima de Arez, de quem houve:

3 Izabel Pereira, que segue
3 Ana da Silveira Pereira, casada com Jerónimo Pacheco de Lima, da ilha Terceira
3 Manuel Silveira Pereira

3 **Izabel Pereira** — casou com Pedro Enes Machado, natural de Angra do Heroismo. Tiveram:

4 Gonçalo Pereira Machado, que segue
4 Antônio Machado
4 Gregório Pereira Machado, casado com F... de Brum, de quem teve:

5 Guilherme de Brum

4 **Gonçalo Pereira Machado** — m. 1676, casou na freguesia dos Cedros, ilha do Faial, com Ana Silveira, que m. 4-6-1676 (V. **Terras**, § 2.º, n.º 5)
Tiveram:

5 Joana Pereira de Ataide Marramaque, que segue
5 Manuel de Brum da Silveira, b. 3-3-1640, m. 27-4-1709 — (65)
5 Guilherme Pereira Marramaque da Silveira, b. 8-6-1636, m. 23-4-1709. — (65)
5 Maria da Horta, freira no convento da Glória
5 Margarida Pereira Ataide, b. 7-6-1638
5 Izabel Pereira e Silveira de Ataide, c. 3-6-1668 com Manuel Barcelos Machado Vasconcelos, da ilha Terceira.

5 **Joana Pereira de Ataide Marramaque** — n. 1635, m. 22-10-1705; 1.º casou com Gaspar da Silveira Vilalobos, m. 25-5-1669 (V. **Pereiras**, § 11.º, n.º 3) 2.º, casou com António Silveira Linhares Peixoto (V. **Linhares**, § 1.º n.º 4) Do primeiro matrimónio nasceram:

6 Mariana Pereira Ataide da Silveira, que segue
6 Antônio Silveira Vilalobos, que segue no § 2.º déste título
6 Sebastião Silveira Vilalobos, casado com Bárbara Dutra, m. 19-5-1686 (V. **Bulcões**, § 1.º n.º 6)
6 Manuel da Silveira Ataide, b. 7-2-1650, m. 8-5-1686, clérigo.
6 Briolanja d'Arez da Silveira, b. 30-5-1651, c. 26-7-1687 com Antônio de Lacerda Pereira (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 6)
6 Luiza da Anunciada } religiosas no mosteiro da Glória
6 Ana do Sado }

6 **Mariana Pereira Ataide da Silveira** — m. 17-7-1704; 1.º c. 20-10-1680 com seu primo Francisco Pereira Teixeira (V. **Bom-**

Dias, § 2.º, n.º 3) 2.º c. 22-4-1686 com Jacinto Furtado de Mendonça (V. **Mendonças**, § 4.º, n.º 2) Do primeiro consórcio houve:

7 Ana Francisca Teixeira, n. 24-8-1681, c. 22-2-1694 com Cosme Taveira de Brum da Silveira (V. **Bruns**, § 1.º n.º 6)

Do segundo matrimónio houve:

7 Manuel de Brum Ataíde, que segue
7 Guilherme Pereira d'Ataide Marramaque, b. 28-3-1693, casado com Filipa Margarida Betencurt, da ilha Terceira. Dêle ficou larga descendência naquela ilha. [1] — (7)
7 Clara, b. 30-1-1687
7 Joana de Belem, b. 16-12-1696 } freiras no convento da Glória
7 José de Lacerda Ataide Brum Marramaque, b. 29-4-1688. Casou com Maria Francisca Betencurt Vasconcelos, da ilha Terceira, onde deixou descendência. [2] Além de outros filhos, tiveram:

8 Manuel Jacinto de Lacerda Betencurt, c. 21-11-1726 com Mariana Paula Merens Pamplona, de quem houve:

9 Maria Feliciana Betencurt Marramaque de Lacerda, m. 13-12-1832, com noventa e um anos de idade, casada com André Francisco de Labat (V. **Labats**, § 1.º, n.º 4)
9 João de Brum Marramaque Merens Pamplona de Lacerda, c. 17-9-1769 com Mariana Martins Pamplona Côrte Real, de quem teve:

10 Antónia Jacinta Marramaque, casada com Alexandre Martins Pamplona
10 Maria Genoveva Martins Pamplona, m. 24-8-1858, casada com João Whyton Zarco da Câmara (V. **Whytons**, § 1.º n.º 4)

7 **Manuel de Brum Ataide** — b. 18-11-1689, c. 8-8-1728 com Mariana Elísia da Câmara Leite, m. 2-2-1734 com vinte e sete anos de idade (V. **Godinhos**, § 1.º, n.º 5) — (**8**)
Tiveram:

8 Jacinto de Brum Câmara Godinho Ataíde, que segue
8 António de Brum Ataíde, n. 31-11-1729, m. 23-4-1776
8 Elísia Mariana Andreza da Câmara Leite, n. 10-5-1734, m. 7-8-1755, c. 25-5-1754 com António Xavier de Lacerda (V. **Pereiras**, § 10.º, n.º 7)
8 Catarina Ataíde, n. 30-4-1732

---

[1] E. Campos, *Nobiliário da ilha Terceira*. II, 271
[2] Ib., I, 234, e II, 71

8 **Jacinto de Brum Câmara Godinho Ataíde** — n. 19-8-1733, m. 8-8-1793, casou com Ana Gomez Sólis — (**9**)

Tiveram:

9 **Jacinto Manuel de Brum Câmara Ataíde** — m. 14-7-1829 com sessenta e sete anos de idade, c. 8-2-1790 com Rita Libânia Clara de Noronha Brum, m. 31-12-1848 (V. **Terras** § 3.°, n.° 8)

Tiveram:

10 Manuel Inácio d'Ataíde, que segue
10 José Francisco d'Ataíde, n. 3-6-1803, m. 29-10-1888
10 Francisco Inácio d'Ataíde, n. 1-4-1804, m. 23-11-1874.
10 Maria Ataíde, n. 31-1-1793
10 Ana Margarida d'Ataíde, n. 27-11-1795, m. 4-3-1883
10 Jacinto de Brum Ataíde, n. 30-9-1799, m. 7-12-1872. De Rosa Florinda, solteira, teve:

11 Manuel de Brum Ataíde, c. 12-1-1871 com Maria Clementina

10 **Manuel Inácio de Ataíde** — n. 28-12-1790, m. 22-2-1859, c. 24-1-1825 com Maria Leonor da Câmara Labat, n. 15-7-1802, m. 23-4-1880 (V. **Labats**, § 1.°, n.° 6) — (**10**)

Tiveram:

11 Manuel de Brum Labat Ataíde, que segue
11 Antônio de Brum Ataíde, n. 16-11-1826, c. 29-1-1851 com Inácia Adelaide Brum de Lacerda, n. 1-2-1834, m. 30-9-1912 (V. **Pereiras**, § 4.°, n.° 13) Tiveram:

12 Samuel Ataíde, n. 1-1-1854, m. 18-4-1899, c. 3-4-1875 com Ana Faria, m. 9-12-1921, nascendo dêste consórcio:

13 Humberto d'Ataíde, n. 28-9-1881
13 Alice Ataíde, n. 21-4-1876, c. 5-2-1898 com Manuel Lopes Novaes d'Oliveira. Tiveram:

14 Maria Ataíde d'Oliveira
14 José Ataíde d'Oliveira, n. 20-9-1905

11 Jacinto Labat d'Ataíde, n. 30-9-1850
11 José de Labat, n. 15-12-1836
11 Jacinto Ataíde, n. 6-2-1835, m. 30-10-1839
11 Francisco de Brum Labat Ataíde, n. 31-8-1843, m. 2-12-1865
11 Mariana Ataíde, n. 25-2-1832, m. 2-1-1856
11 Constância d'Ataíde, n. 1-3-1842, m. 3-7-1858
11 Maria das Dores, n. 7-3-1839, m. 16-3-1859
11 Libânia Ataíde, n. 2-8-1829, m. 1-1-1859, c. 4-11-1854 com Antônio Leodoro Ávila Betencurt Sequeira, m. 22-7-1881. Tiveram:

12 Amanda Ataíde Betencurt, n. 22-5-1858, c. 19-7-1875 com Alexandre Climaco dos Reis

11 Maria José Labat, n. 15-4-1828, c. 9-1-1861 com seu cunhado António Leodoro Ávila Betencurt Sequeira. Tiveram:

12 Libânia Ataíde de Betencurt, n. 16-5-1864, m. 21-7-1882
12 Maria das Dores Labat Betencurt, n. 16-12-1865, casada com António Baptista. (V. **Linhares**, § 1.º, n.º 10.)

12 Branca de Betencurt, n. 14-3-1864, casada com Jacinto Augusto de Betencurt. Tiveram:

13 Lucília Betencurt, n. 13-1-1885, casada com seu tio afim, António Baptista (V. **Linhares**, § 1.º n.º 10)

11 Elísia Ataíde Labat, n. 26-5-1833, casada com Manuel Rodrigues do Amaral Açores, havendo dêste consórcio:

12 Frederico Ataíde Açores, n. 23-8-1861
12 Augusto Ataíde do Amaral Açores, n. 31-7-1863
12 Alvaro Ataíde do Amaral Açores, n. 21-8-1867 } (11)
12 Alfredo Ataíde do Amaral Açores, n. 15-9-1868
12 Frederica Ataíde Açores, n. 20-12-1869
12 Lúcia Ataíde Açores
12 Elísia Ataíde Açores, n. 12-10-1871
12 Manuel Ataíde Açores, n. 30-11-1872

11 Rita de Cassia Labat Ataíde, n. 6-3-1831, m. 20-12-1914, c. 2-8-1859 com Olimpio Honorato Rodrigues, m. 30-12-1886 com cincoenta e cinco anos de idade. Tiveram:

12 Olimpio Labat Rodrigues, n. 1-2-1861, m. 15-2-1892, c. 30-6-1890 com Maria Noémia da Rosa, n. 18-1-1866, de quem houve:

13 Luiza, n. 13-5-1892, m. de mêses
13 Maria Ataíde Labat, n. 1-6-1891, c. 1916 com Luís Morisson d'Oliveira (V. **Oliveiras**, § 1.º, n.º 8)

12 Maria Clotilde Labat, n. 23-9-1862, m. 12-9-1906, c. 28-6-1884 com Manuel Caetano de Sousa, nascendo dêste consórcio:

13 Manuel Caetano de Sousa, n. 30-11-1885, c. 14-9-1907 com Rita do Amaral, de quem houve:

14 Maria Clotilde Amaral de Sousa
14 Zuraida do Amaral de Sousa
14 Zulmira do Amaral de Sousa

13 Maria Berta de Sousa, n. 18-1-1887
13 Lidia Ataíde de Sousa, n. 20-4-1889, casou com Alexandre de Lacerda Rebelo (V. **Peixotos**, § 3.º, n.º 12)

13 Albertina de Sousa, n. 23-12-1891, c. 16-11-1901 com José Maria Serafim, havendo dêste consórcio:

14 Maria Estela Serafim, n. 22-2-1909
14 José Maria Serafim, n. 22-4-1916, m. 12-2-1918

13 Zulmira, n. 14-2-1898, m. de méses
13 Valentina Ataíde de Sousa, c. 1-12-1917 com Domingos Augusto de Lemos, havendo dêste consórcio:

14 Maria Clotilde Ataíde de Lemos, n. 26-8-1918
14 António Silveira de Lemos, n. 24-2-1920
14 Domingos de Lemos, n. 21-7-1921

13 Iduino de Sousa, n. 2-3-1896

11 **Manuel de Brum Labat Ataíde** — n. 31-10-1825, c. 31-7-1848 com *Ana Carlota de Noronha, de quem houve:*

12 Felícia Noronha de Ataíde, n. 30-6-1857, casada com Alexandre de Lacerda (V. **Pereiras**, § 4.°, n.° 14)
12 Júlia Noronha Ataíde, n. 25-3-1859, m. 30-8-1872, c. 19-3-1864 com José de Simas Garcia, n. 1822, m. 22-6-1884. Tiveram:

13 Maria Cristina de Simas, n. 7-1-1867, c. 12-7-1883 com Rodrigo Alves Guerra (V. **Ribeiros**, § 4.°, n.° 7)
13 Izabel de Simas Garcia, n. 1865, m. 19-6-1903, casou com José Ventura, havendo dêste consórcio:

14 José Ventura, n. 14-6-1888, m. 26-4-1904.

13 Manuel Ataíde de Simas Garcia, n. 1-6-1868, casou com Maria Terra Mesquita, n. 3-6-1874 (V. **Terras**, § 3.°, n.° 11)
13 Ana Noronha de Simas Garcia, n. 14-8-1870, c. 26-1-1889 com Guilherme Augusto da Terra Mesquita (V. **Terras**, § 3.°, n.° 11)

§ 2.°

6 **António Silveira Vilalobos** (§ 1.°, n.° 6) — m. 28-11-1734 com setenta anos de idade, casou com Mariana Furtado de Mendonça, m. 6-10-1713, de quem houve:

7 Francisco Silveira Vilalobos, que segue
7 António Vilalobos, frade no convento do Carmo, do Faial
7 Agada Inácia de Jesus, religiosa no mosteiro da Glória
7 Mariana Antónia da Silveira, m. 31-7-1754, c. 4-2-1727 com Manuel Postana de Ataíde, m. 4-7-1768 — (182)
Tiveram:

8 Tomas José de Ataide, n. 1732, c. 20-8-1767 com Ana Constança Garvão
8 Catarina Luiza de Ataide, n. 27-5-1729
8 **Miguel** Pestana de Ataíde, n. 1735, m. 3-6-1798. De mulher desconhecida teve:

9 Angélica Alexandrina, c. 23-7-1807 com Francisco de Simas e Silveira

7 **Francisco Silveira Vilalobos** — m. 10-12-1777, casou com Águeda de Jesus, de quem houve:

8 Francisco Silveira Vilalobos, que segue
8 João Silveira Peixoto Vilalobos, c. 30-6-1779 com Helena Rosa de Jesus (V. **Farias**, § 2.º, n.º 7) havendo dêste consórcio:

9 José Silveira Vilalobos, n. 26-10-1783, casado com Josefa Tereza Rosa de Simas, de quem teve:

10 **Tereza Jacinta Cândida**, c. 6-7-1828 com João Garcia de Matos

9 Maria Felicia, n. 9-4-1785, casada com Francisco José dos Santos. Tiveram:

10 Maria Izabel Vilalobos, casada com seu primo Francisco Silveira Vilalobos (V. **abaixo**, n.º 9)

8 **Francisco Silveira Vilalobos** — n. 11-9-1767, c. 22-8-1793 com Maria Cipriana Sequeira, m. 2-7-1834, de quem teve:

9 Francisco Silveira Vilalobos, que segue } **(113)**
9 Sabino da Silveira }
9 Joana Emília Vilalobos, n. 4-3-1813, c. 21-10-1834 com José Gomes Ribeiro, havendo dêste consórcio:

10 Guilherminino Vilalobos Ribeiro, n. 2-2-1907
10 Agostinho Gomes, n. 1-12-1816
10 José Ribeiro, n. 1-3-1845
10 Emília Vilalobos Ribeiro, n. 7-10-1836, m. 17-5-1921, c. 22-2-1854 com Laurenno Pereira da Silva (V. **Paes**, § 3.º, n.º 7)
10 Francisca Vilalobos Ribeiro, n. 23-5-1848, c. 3-10-1863 com José Maria de Sousa
10 Joana Vilalobos Ribeiro, n. 25-12-1832

9 Maria do Ceu Vilalobos, n. 3-3-1795, c. 18-7-1845 com seu cunhado José Gomes Ribeiro, havendo dêste consórcio:

10 Ana Vilalobos Ribeiro, n. 26-7-1848

9 Maria Rita Vilalobos, n. 2-11-1809, c. 25-2-1829 com Otávio Joaquim Machado. Tiveram:

10 Carlos Machado
10 Joaquim Machado, n. 14-4-1844
10 Eduardo, n. 9-6-1846
10 Otávio Joaquim Machado, n. 17-10-1841, m. 1889, casou com Ana da Silva e Sousa, de quem houve:

11 Otávia de Sousa Machado, n. 23-11-1880, c. 7-7-1898 com Francisco Soares de Lacerda Machado (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 12)
11 Pedro de Sousa Machado, n. 29-6-1875, c. 25-9-1897 com Maria Amélia Crisóstomo da Silveira, de quem houve:

12 Otávio Machado, n. 9-5-1899
12 Manuel Machado, n. 4-10-1900, m. 7-9-1907
12 Manuel Crisóstomo Machado, n. 20-9-1910
12 António Machado, n. 13-6-1905
12 Maria Luiza Crisóstomo de Sousa Machado, n. 20-6-1912

9 **Francisco Silveira Vilalobos** — 1.º, c. 8-8-1822 com Ana Maurícia de Sequeira, n. 1797, m. 6-6-1823 (V. **Paes**, § 3.º, n.º 6) 2.º, c. 11-8-1830 com sua prima Maria Izabel Vilalobos (V. **acima**, n.º 10).

NOTAS

1) Tristão Pereira ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 1) ◇ Como refiro no princípio dêste título, estabeleceu-se em fins do século XV na ilha de S. Jorge, onde viveu a maior parte do tempo, e onde casou com Ana Silveira, filha do célebre colonizador flamengo, Guilherme da Silveira. Foi em 1519 para a Índia, servindo ali o país, como cavaleiro, até ao ano de 1529, em que perdeu a vida num combate com os rumes.

Era filho de Diogo Pereira, o Velho, primo coirmão de João Rodrigues Pereira Marramaque, senhor de Bastos e Vizela, e muito parente dos condes de Marialva e da Feira, e de D. Fernando, duque de Bragança. [1]

Êste Diogo Pereira, o Velho, que serviu D. João II em África, num esforçado encontro com os mouros, salvou João Rodrigues de Vasconcelos, conde de Figueiró, que já ia prisioneiro do inimigo. Tinha casado na vila de Figueiró, não com Ana de Mendonça, mãe do mestre de Sant' Iago, como diz o P.e Cordeiro, mas com uma senhora de nome Catarina Corrêa. Passou o resto da vida, já pobre e velho, na vila de Pombal, agasalhado pelo comendador e alcaide-mor, Simão de Sousa Ribeiro, que também grandemente lhe protegeu os filhos.

---

[1] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Liv. VI, cap. 38

2) Diogo Pereira ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 2)

◇ Era conhecido por Diogo Pereira, o da Índia, em razão de lá viver e ter sua moradia. Foi a sua casa na cidade de Goa, onde sempre se tratou com deslumbrante fausto, banqueteando sempre com a maior liberalidade os vice-reis e toda a fidalguia que ia de Portugal aqueles domínios. Em certa ocasião, enviado como embaixador junto do rei da Pérsia, pareceu-lhe que, dum rei como o seu, e para um embaixador como êle, era diminuto o presente que levava. Então, a seu livre talante, acrescentou-o à sua custa de outras peças mui valiosas, que tirou de sua casa, reputadas em mais de 6:000 cruzados. [1]

3) Ana de Ataíde ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 3)

◇ O marido, D. Pedro de Castro, era irmão de Fernando de Castro, conde de Basto, e de Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa.

4) Guilherme Pereira ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 2)

◇ Duas vezes foi enviado à China como capitão.

Possuía na Índia a maior casa, a mais rica e de aparato que ali havia, abaixo da do vice-rei. Toda a sua baixela era de ouro e prata. Sustentava mais de trezentos servos ao seu serviço, e, para maior brilho, um mestre de capela, e muitos outros músicos de frautas, charamelas e instrumentos de arco. Preparava-se para vir a Portugal, para o que já tinha uma nau carregada e prestes, quando morreu, na cidade de Goa, em casa de seu irmão. Deixou uma fortuna avaliada em mais de 200:000 cruzados. [2]

5) Manuel de Brum da Silveira (§ 1.º, n.º 5)

◇ Foi cónego na Sé de Angra, Terceira.

---

[1] «... foi tambem emuiado por embaixador dehrei ao Rei da Persia, e dandolhe o viso-rei o presente q. Elrei mandana ao rei da Persia não se contentando mt.º d'elle ser mt.º grandiozo de condição disse q. não era aquillo presente de hũ Rei como o seu nem p.º leuar hũ Embaixador como elle e acrescentou no presente de sua caza em couzas de Portugal mais de 6ȝ cruzados q. Elrei depois lhe agradeceu mt.º, era este Diogo Pereira mt.º gentilhome mt.º aprazivel e sobretudo mt.º liberal, fazia mt.os serviços e banquetes aos viso-reis e a toda a fidalguia q. hia de Portugal ainda a huns por parentes a outros por amigos pello q. foi o mais conhecido nome q. houue naquellas p.es...»—Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*, Liv. VI, cap. 38

[2] «... o qual Guilherme Per.ª foi por Cap.m a china duas vezes, e tinha amor casa e aparato q. nunqua teue portuguez na India de visorei abaixo porq. trazia mais de 300 pessoas em sua caza, e trado alguns feitores seus todos os mais erão seu captiuos, e tinha sempre em sua caza M.º de Capella com Charamellas, Frautas

6) Guilherme Pereira Marramaque da Silveira ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 5)

◇ Foi tesoureiro mor na Sé de Angra. Instituiu um importante vinculo, de que foi primeiro administrador o sobrinho Guilherme, filho de sua sobrinha Mariana Pereira.

7) Guilherme Pereira d'Ataíde Marramaque ◈ ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 7)

◇ Segundo ja referi, foi o herdeiro e o administrador do importante vinculo instituido pelo tio, rev. Guilherme Pereira Marramaque, irmão de seu avô.

8) Manuel de Brum Ataíde
(§ 1.º, n.º 7)

◇ A consorte foi sepultada na igreja do convento da Glória, mediante uma licença prévia do reverendo visitador, André de Labat, faialense, arcediago na Sé de Angra. Legou a terça ao marido, e por morte dêste ao filho António, e na falta dêste ao filho Jacinto, e na de ambos à filha Elisia, e na falta desta à filha Catarina. A terça seria feita nas vinhas da Formosinha, ilha do Pico.

9) Jacinto Manuel de Brum Câmara Godinho Ataíde
(§ 1.º, n.º 8)

◇ A consorte, Ana Gomez Sólis, era natural de Corrientes (Argentina). Ignoro onde realisou o seu consórcio. No Faial não foi com certeza.

10) Manuel Inácio d'Ataíde
(§ 1.º, n.º 10)

◇ O irmão da consorte, morgado António de Lacerda Labat, morreu sem sucessão, ficando assim extinta a linha directa masculina dos Labats. Passou, portanto, o vinculo à irmã mais velha, Maria Leonor do Carmo Labat, a consorte dêste Manuel Inácio d'Ataíde.

Nos Ataídes, pois, se continuou a casa dos Labats.

A título de curiosidade, eis o rendimento dos dois vinculos, à data da administração de Manuel Inácio d'Ataíde, segundo uma nota extraída do respectivo inventário: — a casa Labat, 73 moios e 16 alqueires e meio de trigo, 7 moios e 21 alqueires e 1/8 de milho, 239 galinhas, 2 canadas de manteiga cosida, 4 libras de manteiga crua, 96 ovos, 30 pipas de vinho, e o capital de 14:544$663 reis a juró de 5 %; a casa

---

e niolas darco e desta maneira vinco sempre todo o seu serviço era de prata e ouro, deixou quando morreo passante de 200$ cruzados e morreo sem casar por querer uir a Portugal com este Fausto e tendo comprado hũa não e carregada por sua conta para se uir adoeceo e morreo em Goa em caza de seu Irmão Diogo Pereira...» — Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*, Liv. VI, cap. 38

Ataide, 20 moios e 59 alqueires e meio de trigo, 22 galinhas, 89:600 reis de rendas de casas, e 20 pipas de vinho. Calculando, conforme os preços de então, montava tudo à receita anual de 5:500$000 reis, números redondos. Naquela época era um rendimento fabuloso.

11) Augusto Ataíde do Amaral Açores, Alvaro, etc. ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 12)

◇ Duas almas eleitas de artistas. Quando ainda no Faial, Augusto Açores já se consagrava a lides intelectuais e de arte, ora colaborando em efêmeros jornaisinhos de estudantes, ora fazendo parte de alguns serões literários ou teatrais de rapazes, ora já revelando as suas, ainda em embrião, futuras aptidões artísticas, a esboçar sôbre folhas de papel desenhos rudimentares, com o lápis, com uma ponta de carvão. Quantos de nós, do meu tempo, se não recordam das suas excepcionais qualidades scénicas, na comédia! Foram para a America do Norte, a colocar-se na vida. Ambos se orientaram as naturais tendências artísticas, batalhando duramente, estudando e aperfeiçoando-se, de sorte que hoje, estabelecidos em Boston com atelier de pintura, são já dois pinceis de nomeada. A natureza é a sua grande inspiradora: nela, talvez por um resto dêste nosso poético bucolismo meridional, ainda não de todo apagado pela civilização do dollar, vão de quando em quando buscar assunto para as suas produções. São, na tela, mis sentimentalistas. E convenço-me disto a cada instante, lendo as suas cartas sempre entrecortadas de devaneios, perfumadas de saudade — saudade dos instantes risonhos de outrora, sobretudo dêste seu cantinho pátrio, tão longinquo, tão humilde, mas gracioso, verdejando, não sei se mais da seiva opulenta, se da luz imaculada do céu...

12) Mariana Antónia da Silveira (§ 2.º, n.º 7)

◇ Manuel Pestana de Ataide, seu consorte, descende de outros Ataides oriundos da ilha Graciosa. Teve êle uma irmã, Bárbara de Ataide, que foi casada com o provedor dos resíduos, Francisco de Sá, homem muito conhecido e respeitado no Faial, que morreu ainda novo, deixando sete filhos menores, requerendo então a viuva, para o filho mais velho, o ofício do pai, que lhe foi concedido, com autorização de poder ser exercido, durante a menoridade do agraciado, pelo tio, dito Manuel Pestana d'Ataide.

13) Francisco Silveira Vilalobos, Sabino da Silveira (§ 2.º, n.º 9)

◇ Estes dois filhos de Francisco Silveira Vilalobos, nasceram antes do casamento e foram baptizados como filhos de pais incógnitos, sendo depois perfi-

lhados em novembro de 1816.

TITULO III

BALIEIROS

Os Balieiros vieram para a ilha de S. Jorge em principio do século XVI, sendo **Gonçalves Gaspar Balieiro** o primeiro dêste nome ali conhecido. Eram no reino familia brazonada.[1] Não sei ao certo se êstes tambem o eram; mas que vinham de origem idalga, creio que nenhuma dúvida pode haver, pelas suas ligações com a nobreza ilhôa.

§ 1.º

1 **Gaspar Gonçalves Balieiro** — casou com Catarina Quadrada, da ilha de S. Jorge, de quem teve:

2 Catarina Gonçalves Balieiro, que segue
2 Águeda Balieiro, casada com Guilherme da Silveira Ávila (V. **Silveiras**, § 3.º, n.º 3)

---

[1] Escudo de campo azul com um pé de água e uma banda de oiro carregada de três rosas de vermelho e ladeada de duas cotas de armas de prata. Por timbre um balcato de sua côr, sainte mordendo um ramo de oiro com três rosas de vermelho.

2 **Catarina Gonçalves Balieiro** m. 1617, casou com Florentino Cardoso Pereira, m. 1637. ... (**1**)
Tiveram:

3 Gaspar Gonçalves Balieiro, que segue
3 Simão Fernandes Balieiro, casado com F... ... (**2**)
Tiveram:

4 Manuel Fernandes Balieiro, casado com Maria de Sousa

3 **Gaspar Gonçalves Balieiro** m. 1675, casou com Joana Pereira de Lemos ... (**3**)
Tiveram:

4 Gaspar d'Ávila Balieiro, que segue
4 Jorge Cardoso Pereira, m. 11-1-1699, c. 16-10-1662 com Helena da Silveira (V. **Cunhas**, § 1.º n.º 2). ... (**4**)
4 Maria Pereira de Lemos, m. 2-3-1682; 1.º casou com Amaro Pereira de Lacerda (V. **Pereiras**, § 3.º, n.º 5) 2.º casou com Jacinto Furtado de Mendonça (V. **Mendonças**, § 1.º, n.º 2)
4 Catarina de Sena, freira professa em S. João

4 **Gaspar d'Ávila Balieiro** (**5**)

NOTAS

1) Catarina Gonçalves Balieiro (§ 1.º, n.º 2) ◇ Legou a terça ao marido, a qual, por morte dêle, passaria ao filho Gaspar. O marido era capitão de ordenanças na Horta, e foi depois, nas Velas, vereador da câmara, em 1596, juiz ordinário em 1598, provedor da Misericórdia em 1627.

2) Simão Fernandes Balieiro (§ 1.º, n.º 3) ◇ Em 1607 era juiz dos resíduos na ilha do Faial. [1]

1) Gaspar Gonçalves Balieiro (§ 1.º, n.º 3) ◇ Foi capitão de ordenanças, na Horta, por morte do pai, tendo sido nas Velas, S. Jorge, vereador da câmara e provedor da Misericórdia.

4) Iorye Cardoso Pereira (§ 1.º, n.º 4) ◇ Foi cavaleiro professo do hábito de Cristo e capitão-mor na ilha do Faial. Com o seu casamento deu sucessão à linha vincular dos *Cunhas*, que não tinha representante hábil, no ramo masculino, para continuá-la.

5) Gaspar d'Ávila Balieiro (§ 1.º, n.º 4) ◇ Foi tabelião na ilha do Faial, nomeado em 1630. [2]

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. I, 148

[2] Ib., liv. II, 32

TITULO IV

BERQUÓS

PROCEDEM de **Jacques Berquó**, que se estabeleceu na ilha do Faial, em meado do século XVI. Era natural de Mont-de-Marsan, França, e aparentado com famílias nobres, tais como as de Tastet, de Versoris, de Burrios, de Prugue, etc. [1]

§ 1.º

1 **Jacques Berquó** — m. 11-10-1715 com setenta anos de idade, c. 18-11-1675, na Matriz da Horta, com Maria Del Rio, viuva. — (**1**).

Tiveram:

2 Diogo Berquó Del Rio, que segue
2 António Berquó, b. 28-5-1683, m. 1759 — (**2**)
2 Francisco Berquó Del Rio — (**3**)
2 Sebastião, b. 26-4-1679
2 Pedro Berquó, b. 26-4-1691
2 Tereza Clara Del Rio, b. 10-5-1685, m. 8-8-1747, c. 15-11-1700 com Matias da Silveira Pereira (V. **Pereiras**, § 5.º, n.º 6)

---

[1] Ferreira de Serpa, *Dois açoreanos no governo interino*, etc., 302

2 **Diogo Berquó Del Rio** m. 7-8-1715 com trinta e cinco anos de idade, casou com Joana Margarida Inês de Mendonça, b. 24-6-1680, m. 21-2-1769 (V. **Mendonças**, § 9.º n. 5) — (**4**)

Tiveram:

3 Maria Francisca Del Rio Vasconcelos, que segue
3 Ana Tereza de Jesus Berquó, n. 9-2-1713, m. 11-11-1776
3 Izabel Sebastiana Berquó, n. 1712, m. 14-10-1790 — (**5**)
3 Izabel Joana Eusébia de Jesus, n. 21-1-1715 — (**6**)

3 **Maria Francisca Del Rio Vasconcelos** — m. 7-4-1752, c. 26-7-1736 com João Inácio Borges da Câmara, natural de Angra do Heroismo, havendo dêste consórcio:

4 José Francisco da Câmara Berquó, que segue
4 João Manuel da Câmara — (**7**)

4 **José Francisco da Câmara Berquó** — m. 22-7-1774 com trinta e cinco anos de idade, casou na cidade de Angra com Francisca Ursula Pereira de Lacerda. [1] — (**8**)

Tiveram:

5 José Francisco da Câmara Berquó, que segue
5 Ana, n. 19-11-1769, m. 5-9-1771
5 Francisca, n. 6-12-1771
5 João Manuel da Câmara Berquó, n. 5-4-1775 — (**9**)

5 **José Francisco da Câmara Berquó** — n. 1770, m. 15-2-1825, c. 28-2-1791, no oratório da casa da consorte, com Maria Tomásia de Montojo, n. 15-11-1761, m. 18-3-1823 (V. **Bruns**, § 1.º, n.º 10).

Tiveram:

6 José Francisco da Câmara Berquó, que segue
6 Tomás Francisco Berquó, n. 6-8-1796, m. 1824
6 João Manuel da Câmara Berquó, n. 25-11-1803, m. 1854, casou com F..., natural da cidade de Ponta Delgada
6 Jerónima Ludovina Berquó, n. 17-1-1793, m. 14-9-1866.
6 Rita da Câmara Berquó, n. 20-7-1794, c. 16-8-1827, com António Miguel da Silva Raminha, natural da ilha de S. Jorge — (**10**)
Tiveram:

---

[1] E. Campos, *Nobiliário da ilha Terceira*, tit. 73.º, § 1.º

7 António Miguel Raminha Berquó
7 Mária Tomásia Raminha Berquó, casada com seu primo Tomás Terra da Câmara Berquó (V. **abaixo**, n.º 7)
7 Rita Teotónia da Câmara Berquó, c. 1857 com Manuel Augusto Lacerda Avelar

6 **José Francisco da Câmara Berquó** n. 26-3-1800, m. 13-3-1842, c. 28-8-1831 com Joaquina Emília Terra, n. 22-5-1806, m. 5-12-1881 (V. **Terras**, § 3.º, n.º 9) de quem houve:

7 José Francisco da Câmara Terra Berquó, que segue
7 João Manuel da Câmara Berquó, n. 22-10-1836, m. 2-7-1907
7 Maria José Terra Berquó, n. 6-11-1837, m. 31-12-1885
7 Joaquina Emília Berquó, n. 10-7-1840, m. 9-3-1914
7 Maria da Glória Berquó, n. 7-5-1842, m. 2-7-1873
7 Tomás Terra da Câmara Berquó, n. 13-2-1839, m. 13-9-1880, casou com sua prima Maria Tomásia Raminha Berquó (V. **acima** n.º 7) de quem teve:

8 António Raminha da Câmara Terra Berquó, casado com Francisca Carolina, de quem teve:

9 Egídio Terra da Câmara Berquó
9 Maria Olga Berquó

Fóra do matrimónio teve José Francisco da Câmara Berquó os seguintes filhos:

7 José Francisco da Terra Berquó
7 João Manuel da Câmara Berquó
7 Maria Leonor Berquó, m. 30-3-1866, c. 1-6-1844 com João Maria da Silveira, nascendo dêste consórcio:

8 João Maria Berquó da Silveira
8 Guilherme Augusto Berquó da Silveira
8 Maria Leonor Berquó da Silveira, casada com Jacinto Manuel da Silveira, havendo dêste matrimónio:

9 Hortênsia da Silveira, casada com João Gulart de Medeiros, de cujo matrimónio nasceu:

10 João Silveira de Medeiros, n. 28-4-1896
10 Olga Silveira de Medeiros, n. 13-2-1898
10 Hortênsia Gulart Silveira de Medeiros, n. 30-10-1897
10 Natália Silveira de Medeiros, n. 30-10-1900
10 João Gulart de Medeiros, n. 12-6-1902

7 **José Francisco da Câmara Terra Berquó** — n. 19-7-1835, m. 1885, c. 10-7-1856 com sua prima Maria da Glória Terra, n. 4-8-1838 (V. **Terras**, § 3.º, n.º 10) de quem houve:

8 Maria Terra Berquó, n. 13-5-1857
8 *Adelina Terra Berquó*, n. 27-3-1859, m. 14-11-1881
8 José da Terra Berquó, n. 26-6-1862, m. 10-1-1885

NOTAS

I) Jacques Berquó ◈ ◈ ◈ ◇ Era natural de Mont-de-Marsan, França, repito, filho do licenceado Jean Berquó [1] e de sua mulher Françoise Joye, neto paterno de outro Jean Berquó casado com Marguerite Lause, e aparentado, conforme referi no começo dêste título, com famílias nobres, tais como as de Pastel, de Versoris, de Burrios, de Prugue, etc. O filho, António Berquó, deão da Sé de Angra, assim o deixou demonstrado na justificação de nobreza que tirou em Mont-de-Marsan.

(§ 1.º, n.º 1)

Foi cônsul francês na ilha Terceira, fazendo permuta do dito consulado com o que, da mesma nacionalidade, exercia na Horta João d'Arriaga, por escritura de 30 de setembro de 1676. [2] Na Horta fixou então residência, como *mercador e homem de negócio*, no dizer de alguns documentos coevos que tenho folheado, e constituiu família. Foi durante muitos anos (pelo menos de 1691 a 1700) síndico do convento de S. João.

A consorte, Maria Del Rio, moradora na freguesia das Angústias, tinha enviuvado do inglês Henri Vicary. Era filha de António Del Rio, falecido em 1660, e de sua mulher Izabel Ponal, falecida em 1657, tam-

---

[1] Diz o sr. Ferreira de Serpa que a ortografia exacta é *Berqûe*, tendo o *u* a pronúncia francesa, e que foi o neto, Dr. Francisco António Borquó da Silveira (V. *Pereiras*) quem primeiro usou do acento sobre o. — *Dois açoreanos no governo interino, etc.*, 302

[2] *Reg. cam. da Horta*, liv. VI, 109.

bem moradores na Horta, desconhecendo-se, porêm, a sua naturalidade. Do primeiro consórcio, realisado em 1560, tinha ela um filho, João Vicary, que foi ouvidor eclesiastico no Faial. Por sua morte, instituiu a terça, em vinculo de morgado, a favor do filho Diogo Berquó, declarando que, na falta de descendentes dêste, passasse aos da filha Tereza. Foi sepultada na igreja do convento de S. Francisco, em carneira própria.

2) António Berquó ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 3) ◇ Clérigo, formado em canones pela universidade de Coimbra. Foi deão da Sé de Angra. Faleceu em Lisboa, deixando à cunhada e sobrinhos, em dinheiro de contado, 6:000 cruzados, conforme consta da procuração feita para a cobrança do dito legado. [1]

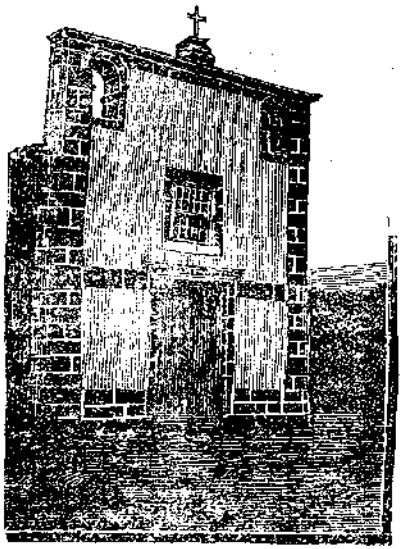
3) Francisco Berquó Del Rio (§ 1.º, n.º 3) ◇ Tambem clérigo formado em canones, pela universidade de Coimbra, e igualmente deão da Sé de Angra. Legou em testamento o seu património, constante de vinhas e casa no lugar do Caxorro, Pico, as quais lhe tinham sido dotadas no valor de 1:500$000 reis, mas que àquela data se computavam no dobro, pelo valor que tinham as vinhas, como vinculo de morgado, a favor de seu sobrinho António Francisco da Silveira, filho da irmã Tereza Clara Del Rio, para servir tambem de património a um dos filhos mais velhos dêle, que fôsse clérigo, continuando o legado sempre na descendencia do dito seu sobrinho, sob esta cláusula, e ainda com a condição de usar o sobrenome Berquó, quem administrasse e possuisse o vinculo. Caso seu sobrinho não tivesse descendência, ou filho padre, passaria o vinculo para sua sobrinha Maria Francisca, debaixo das mesmas condições, e quando por ventura desta tambem não houvesse sucessão, iria à descendência das filhas do *referido* seu sobrinho, sempre obedecendo às cláusulas estipuladas.

Estas disposições testamentárias encontram-se citadas na escritura de doação feita em 25 de janeiro de 1762 por João Inácio Borges da Câmara a seu filho José Francisco Berquó, e à qual mais adiante me refiro, na nota (8).

4) Diogo Berquó Del Rio (§ 1.º, n.º 3) ◇ Êle e a consorte foram os fundadores da ermida de Nossa Senhora da

---

[1] Cartório do 4.º ofício, Horta



Ermida do Lagido (Pico)

Pureza, no lugar do Lagido, ilha do Pico. A seu respeito encontra-se no testamento de Joana Margarida esta interessante disposição: — que os testamenteiros mandem celebrar uma missa cantada, não podendo ser, rezada, *in perpetuum*, no oitavo dia de setembro, na sua ermida de Nossa Senhora da Pureza, do Lagido, Pico, dando uma canada de azeite para a lampada da mesma Senhora, no tempo de verão e colheitas.

5) Izabel Sebastiana Berquó
(§ 1.º, n.º 3)

Segundo consta da súmula do seu testamento no termo de óbito, deixou por herdeiros seus sobrinhos João e José, filhos de José Francisco da Câmara e de Francisca Ursula Pereira. A Maria Tomásia Montojo, para o efeito de casar, como casou, com o referido seu sobrinho José, legou, primeiro, o usofruto, e por sua morte a propriedade dumas casas, legando-lhe igualmente a posse dos bens que deixava ao sobrinho, os quais, por morte dos dois se uniriam às terças do vinculo.

6) Izabel Joana Euséhia de Jesus ◈ ◈ ◈ ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 3)

◇ Freira professa no convento da Glória, ilha do Faial. Foi dotada pela mãe, no noviciado, por escritura de 20 de fevereiro de 1740, depois rectificada, quando da profissão, em 11 de dezembro de 1741. [1]

7) João Manuel da Câmara
(§ 1.º, n.º 4)

◇ Foi religioso da ordem mendicante de S. Francisco. Ainda quando estudante, a avó, Joana Margarida, por escritura de 11 de fevereiro de 1762, fez-lhe património para o efeito de seguir a carreira eclesiástica e tomar ordens sacras; mas êle, que pare-

[1] Cartório do 1.º ofício, Horta

cera ter acedido sem relutância a êste desejo, por fim não o aceita, repudiando, quando menos se esperava, insólitamente, o oferecimento da avó — «... por de repente dizer queria ser religioso de S. Francisco,» escreve o tabelião no próprio livro de notas, à margem, no fim da escritura, que apenas se encontra assinada pela dita Joana Margarida. [1]

8) José Francisco da Câmara Berquó ◈ ◈ ◈ ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 4)

◇ O pai, por *escritura* de 25 de janeiro de 1762 (aquela que atrás citei, no n.º 3) fez-lhe doação do património legado pelo deão da Sé de Angra, Dr. Francisco Berquó Del Rio, recordando as cláusulas impostas e acrescentando que, por não haver na descendência do capitão António Francisco da Silveira, primo de sua consorte, filho algum com capacidade de ser clérigo, ficava portanto pertencendo o aludido património àquele seu filho dotado; mas como não podia possuí-los sem ter ordens, lhe fazia património nos bens seguintes, etc. «... cujas propriedades só dota ao dito seu filho pelo muito amor que lhe tem, pelo criar nas escolas e estudos com o designio de ser clérigo.» [2]

Afinal não foi padre: — casou.

9) João Manuel da Câmara Berquó ◈ ◈ ◈ ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 5)

◇ Formado em direito pela universidade de Coimbra. Pouco depois da formatura, obteve a nomeação de juiz de fóra para a ilha Terceira, sendo dali transferido em 1810 para a ilha do Faial, onde se demorou até 1818, data da sua promoção a desembargador da relação do Porto. Naquela cidade se demorou e veio a falecer.

À sua natural afabilidade e primores de educação, reunia uma inexcedível integridade e vastos conhecimentos do seu oficio, que o tornaram excepcionalmente estimado pelos seus conterrâneos. E o apreço mais subia de ponto quando recordavam a gerência tumultuária e despótica dos antecessores. [3]

O seguinte episódio, àparte o lado jocoso, revela a grande consideração em que era tido. [4]

Em 1813 houve na Horta uma luzida mascarada, festejando o triunfo dos aliados contra as tropas francesas, na famosa batalha de Vitória (Espanha). Era concorrido e vistoso o cortejo. Nêle formavam também algumas figuras alegóricas, uma delas representando Venus, em um carro, e que recitava, à laia de bando, diante das principais residências da

---

[1] Cartório do 4.º oficio, Horta
[2] Idem
[3] Vide tit. *Arriagas*, nota (22) e tit. *Bruns*, nota (32)
[4] Macedo, *Historia das quatro ilhas, etc.*, I, 315 a 317.

vila, uma poesia laudatória consagrada ao Dr. Berquó. Essa composição era original do frade carmelita, faialense, Fr. António Leal, homem muito considerado pela sua ilustração, poeta, notável prégador e especialmente exímio calígrafo. [1]

Pouco tempo antes tinha havido uma diversão idêntica, originada pela vitória dos exércitos aliados em Salamanca; mas porque começaram o trajecto pela casa do juiz de fóra, irou-se o governador militar, e num vulcânico arròto de autoridade mandou prender os irreverentes mascarados, aferrolhando-os no castelo de St.ª Cruz.

Os rapazes não se tinham dado por vencidos. Não fôssem êles, em todos os tempos, o símbolo do demónio! De revindicta, mas comedidos e respeitosos, tornaram desta vez a encetar o giro pela casa do Dr. Berquó, [2] tanto mais que os versos lhe eram exclusivamente dedicados. Seguia-os imenso povo e muitas pessoas das principais, ao intuito de protegê-los contra alguma outra violência. Correu, porém, tudo em santa paz.

Mas nem por isso deixou o governador de entumescer e afoguear-se, novamente, de despeito, até às orelhas; — e mais se irou, mais lhe tremeram os punhos quando apareceu outra mascarada, conduzindo um manequim fardado, que supôz alusivo à sua pessoa. Então arremeteu de eloquência, fogoso e vingativo, em circunlóquios sensatórios para Angra, perante o general.

O general mandou logo inquirir. Antes de tudo o prestígio da classe. No íntimo riu-se, sem dúvida.

Nada se apurou. Que havia mesmo de apurar-se num caso dêstes, carnavalesco? Os versos eram tudo que podia ser de mais inocente, sem ofensa para ninguem, só feitos em louvor das gratas notícias recebidas. Se alguem tinha de entender qualquer coisa com êles, seria o doutor juiz de fóra, a quem eram dirigidos. Demais o seu autor, Fr. António Leal, religioso de muito saber, gosando de geral estima, nunca fôra pessoa para descortezias, menos ainda para agravos... Ah, sim, o manequim. De que se havia de lembrar o governador! Essa figura não representava outra coisa senão um oficial do campo que vinha à vila, a consultar o médico. Que mal havia nisto?

O processo ainda foi com vista ao corregedor, Dr. Madureira, que declarou não haver nenhum motivo de pronúncia. Naturalmente, encolhendo a bôca na palma da mão, riu se, como o general.

---

[1] Encontra-se esta poesia na *Historia das quatro ilhas*, I, 555.

[2] Na actual rua Conselheiro Medeiros, casas n.ºs 7 e 9, então propriedade e residência da família Berquó.

E quanto se riria António Diniz, o grande óculo de oiro ajustado ao olhar satírico, de tricornio atirado para a nuca, cavalgando o seu *Hissope!*

Até nós, mesmo depois de tão longa soma de anos, nos rimos tambem.

10) Rita da Câmara Berquó (§ 1.°, n.° 6) ◇ Diz Garcia do Rozário que Rita Berquó, vivendo em companhia de seus irmãos, «se ausentou furtivamente para casa de Antonio de Oliveira Pereira (V. *Oliveiras*, § 1.°, n.° 5) desinquietada (já em edade não inocente) por Antonio Miguel da Silva Raminha, natural, e morador da villa das Vellas da Ilha de S. Jorge, primo do dito Oliveira, para casar com elle, como com effeito casou, em 16 de agosto de 1827, com inteira desaprovação de seus irmãos.» [1]

[1] Garcia do Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 60 v.

TITULO V

BETENCURTS

PROVÊEM da nobre geração e linhagem dos Béthencourt, oriundos de França, com solar e casa na provincia da Normândia, senhores de Granville e Tinturiére, em Caux, cercado de Longueville. Vieram aos Açôres em três ramos representados por Antão Gonçalves de Ávila Betencurt, que directamente de Espanha se foi estabelecer na ilha Terceira, no primeiro periodo da sua colonização, por Francisco de Betencurt, que da Madeira se passou à referida ilha Terceira, pouco mais ou menos em meado do século XVI, e por Gaspar de Betencurt, que da Madeira tambem mudou residência para a ilha de S. Miguel.

Os Betencurts do Faial e Pico vieram, em primeiro lugar, por via de **Filipa Vaz de Ávila**, casada com Álvaro Pereira da ilha do Pico, a qual presumo descender (neta talvez, à falta de melhor opinião) de Maria Gonçalves d'Ávila, filha de Antão Gonçalves d'Ávila Betencurt, a que acima me refiro, e casada com Antão Fernandes Leal; em segundo lugar, e já modernamente, no começo do século passado, por **José Betencurt de Vasconcelos**, natural da ilha Terceira, e descendendo da conhecida casa de Vital de Betencurt.

§ 1.°

1 **Filipa Vaz d'Ávila** casada com Álvaro Pereira residente na ilha do Pico. — (**1**)

Tiveram:

2 Antão d'Ávila Betencurt, que segue
2 Catarina d'Ávila Pereira, casada com Manuel Brum da Silveira (V. **Peixotos**, § 1.º n.º 4)
2 Pedro Leal d'Ávila, que segue no § 2.º

2 **Antão d'Ávila Betencurt** — casado com Ágada de Brum da Silveira (V. **Peixotos**, § 1.º, n.º 5) - (**2**).
Tiveram:

3 Manuel d'Ávila Betencurt, que segue
3 Águeda Pereira de Betencurt, casada com João Jorge da Silveira, havendo dêste consórcio:

4 António Pereira de Betencurt, n. 1737, casou com Catarina de Jesus, de quem houve:

5 Matias Cardoso Machado de Betencurt, clérigo
5 Alexandre da Silveira Machado, casado com Izabel Francisca de Betencurt (V. **abaixo**, n.º 5) de quem teve:

6 Tomás Alexandre da Silveira Machado, clérigo
6 Jacinta Izabel Francisca de Betencurt, casada com António Betencurt da Silveira (V **Peixotos**, § 2.º n.º 7)

4 Luzia d'Ávila Betencurt, casada com Baltazar Gregório Ramalho. Tiveram:

5 Luzia d'Ávila Betencurt, casada com António Cardoso Monteiro, nascendo dêste consórcio:

6 Amaro Luís
6 António Cardoso Monteiro
6 Manuel Silveira, casado com Maria Silveira
6 Izabel do Rozário Betencurt, casada com Francisco Machado Jorge. Tiveram:

7 Tomé Cardoso Machado da Silveira Betencurt e Simas
7 Manuel Machado da Silveira
7 Izabel, n. 1742
7 F. . .
7 Maria
} freiras

3 **Manuel d'Ávila Betencurt** — casado com Izabel Vaz da Silveira. — (**3**)
Tiveram:

4 Francisco Brum da Silveira, que segue
4 António Silveira Betencurt, que segue no § 3.º

4 Ágada da Candelária } freiras no convento de S. João — (**4**)
4 Maria de Belem }
4 Manuel d'Ávila Betencurt
4 Matias Silveira Betencurt, casado com Maria de Brum da Silveira, de quem teve:

5 António de Brum, c. 28-10-1710 com Beatriz Antónia da Anunciação (V. **Garcias**, § 1.º, n.º 3)

4 **Francisco Brum da Silveira** — n. 1647; 1.º casou com Maria Silveira d'Azevedo; 2.º casou com Maria de St.º António (V. § 6.º, n.º 2) — (**5**)

Não sei de qual matrimónio, ou se de ambos, houve os filhos seguintes:

5 António José de Betencurt }
5 Francisco de Brum da Silveira } clérigos
5 Manuel de Brum da Silveira }
5 Jacinta de Brum da Silveira, casada com Gaspar Rodrigues da Costa
4 Izabel Francisca de Betencurt, casada com Alexandre da Silveira Machado (Vide **acima** n.º 5)
5 Maria Micaela do Espírito Santo, freira professa em S. João — (**6**)

§ 2.º

2 **Pedro Leal d'Ávila Betencurt** — (§ 1.º, n.º 2) — casou com Inês da Silveira Peixoto (V. **Peixotos**, § 1.º, n.º 4) natural da freguesia de Castelo Branco, Faial, e ali fixou residência. Tiveram:

3 António Silveira Betencurt, que segue
3 Manuel d'Ávila Betencurt, clérigo
3 Maria d'Ávila Betencurt
3 Amaro da Silveira Betencurt, casado com Branca Fernandes de Paiva (V. **Mendonças**, § 9.º n.º 3) de quem houve:

4 Pedro da Silveira Betencurt, c. 6-8-1668 com Bárbara Dutra, viuva do capitão João Machado (V. **Pereiras**, § 9.º, n.º 2) de quem teve:

5 Amaro da Silveira, casado com Maria Brum (V. **Peixotos**, § 2.º, n.º 6) de quem teve:

6 Amaro de Brum da Silveira, 1.º casou com Maria de Brum, 2.º c. 28-10-1737 com Joana Furtado de Mendonça (V. **Mendonças**, § 5.º, n.º 3)

4 Luís da Silveira Betencurt, casado com Violante Dutra
4 José Silveira Betencurt
4 Izabel d'Ávila Betencurt, casada com Francisco Dutra d'Andrade
4 Manuel d'Ávila Betencurt, casado com Maria das Candeias (V. **Pereiras**, § 5.º, n.º 7) de quem houve:

5 José d'Ávila Peixoto, casado com Tereza Maria
5 Manuel d'Ávila Peixoto
5 Luzia d'Ávila Betencurt, c. 25-1-1694 com Pascoal Furtado de Mendonça (V. **Mendonças**, § 9.º, n.º 4)
5 Margarida da Silveira Betencurt
5 Maria da Paixão, religiosa no convento de S. João — (7)

3 Maria de Betencurt d'Ávila, casada com Francisco Vaz de Medeiros — (8)
Tiveram:

4 Manuel Pestana de Mendonça
4 Joana da Ascenção, freira no mosteiro da Glória — (9)

3 **António Silveira Betencurt** — casado com Bárbara Gularte, de quem houve:

4 Manuel Silveira Betencurt, que segue

4 Francisco Peixoto da Silveira, n. 15-9-1704, casado com **Maria d'Azevedo**, que m. 13-4-1724, com oitenta anos de idade. (V. **Pereiras**, § 5.º, n.º 6) — Tiveram:

5 António, b. 4-4-1664
5 Manuel d'Ávila Betencurt, b. 30-10-1671, m. 1-9-1744, casou com Izabel da Silveira Moniz, que m. 13-1-1742, da qual houve:

6 Ana Vitória
6 Rosa Maria
6 Joana Margarida Inácia da Silveira, n. 21-12-1713, m. 29-4-1791, c. 20-8-1731 com Manuel Guterres da Silveira (V. **Guterres**, § 1.º, n.º 5)
6 António Francisco de Betencurt, n. 18-11-1722, m. 7-3-1756, c. 17-8-1744 com Francisca Inácia da Silveira, n. 13-10-1724, m. 1-12-1758 (V. **Pereiras**, § 6.º, n.º 10) — Tiveram:

7 André Francisco Peixoto da Silveira Betencurt, n. 2-4-1745, c. 7-1-1769 com Gertrudes Mariana da Silveira, de quem teve:

8 António de Lacerda Peixoto, c. 1801 com Izabel de Brum

4 **Manuel Silveira Betencurt** — m. 14-8-1709, com setenta e

um anos de idade, casou com Maria d'Utra de Faria, b. 19-11-1649, m. 30-11-1731. — (**10**)

Tiveram:

5 Jorge Gularte da Silveira, que segue
5 Francisco Peixoto da Silveira, b. 13-10-1674
5 Lourenço Silveira, m. 28-11-1711
5 Manuel d'Ávila da Silveira, m. 10-4-1735, casado com Violante Dutra Pereira, m. 2-10-1753 (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 6)
5 António Silveira Betencurt, m. 9-5-1747 com oitenta anos de idade, casado com Ana Pereira de Mendonça, (V. **Mendonças**, § 6.º, n.º 3) de quem houve:

6 Vitória Pereira da Silveira, m. 15-3-1758 com setenta anos de idade, casada com Miguel Casado Guterres (V. **Guterres**, § 1.º, n.º 4)
6 José Silveira Faria de Betencurt, c. 19-10-1716, na vila das Velas, com Luiza Catarina de S. Bernardo. — (**11**)

Tiveram:

7 Ana Maria Tomásia Vitória } freiras no convento
7 Maria Eusébia do Pilar } de S. João — (**12**)

5 Maria Betencurt da Silveira, b. 10-8-1684, m. 3-2-1735, casada com Pedro Dutra de Medeiros, m. 9-7-1733, nascendo dêste consórcio:

6 Pedro Dutra de Faria
6 Francisco Peixoto da Silveira, n. 20-6-1710, c. 3-5-1758 com Violante Maria de Lacerda, de quem teve:

7 Catarina Francisca de Lacerda, casada com Manuel Corrêa de Melo
7 Pedro Dutra de Faria
7 Ana do Rozário
7 Anastácia de St.º António
7 Rosa Maria, n. 8-9-1721
7 Maria Micaela da Conceição, n. 29-9-1707, m. 1-6-1774, c. 2-2-1733 com Francisco Dutra Bulcão (V. **Farias**, § 1.º, n.º 5)

5 **Jorge Gularte da Silveira** — b. 17-4-1678; 1.º casou com Maria de Faria, b. 7-1-1682, m. 15-8-1709; 2.º, c. 21-7-1711 com Ana da Silveira, b. 11-9-1664 (V. **Utras**, § 3.º, n.º 7) havendo do primeiro matrimónio:

6 Manuel d'Ávila Peixoto, que segue
6 Rosa Maria da Silveira, n. 29-10-1707; 1.º, c. 16-7-1725 com Marcos de Andrade d'Utra; 2.º, c. 6-5-1745 com Manuel Dutra do Souto.

6 **Manuel d'Ávila Peixoto** — n. 18-7-1701, m. 11-5-1785, c.

27-11-1724 com Margarida Josefa da Conceição, b. 29-11-1698, m. 10-9-1781 (V. **Bulcões**, § 1.° n.° 7). Tiveram:

7 Vitória, n. 2-3-1727
7 Ana Silveira, n. 17-8-1740
7 Lourenço, n. 4-12-1729
7 João Silveira
7 José da Silveira Peixoto, n. 12-3-1733, m. 18-4-1802, c. 8-5-1784 com Luiza Clara de S. José, n. 16-3-1734 (V. **Bulcões**, § 2.°, n.° 8)
7 António da Silveira Peixoto, n. 15-2-1737. — **(13)**

§ 3.°

4 **António Silveira Betencurt** (§ 1.°, n.° 4) — casou com Catarina Dutra, natural da freguesia de Castelo Branco. — **(14)**
Tiveram:

5 Manuel Silveira Betencurt, que segue
5 Maria Jacinta do Sacramento, que segue no § 4.°
5 José Silveira Betencurt, casado com Ana Silveira
5 Manuel d'Ávila Peixoto
5 António Silveira Betencurt, clérigo, m. 20-12-1735
5 Maria Silveira, n. 18-8-1701, casada com João Baptista da Costa
5 Maria de S. José, freira professa no convento de S. João

5 **Manuel Silveira Betencurt** — n. 8-4-1705, c. 5-9-1748 com sua sobrinha Ana Maria da Trindade, n. 10-6-1721 (Vide § 4.°, n.° 6)
Tiveram:

6 José Silveira Betencurt, que segue
6 Joaquim Silveira Betencurt, n. 8-8-1749, m. 18-4-1773
6 Francisco Silveira Betencurt, n. 10-11-1765
6 António Silveira Betencurt, m. 12-2-1789, c. 30-10-1780 com Vitória Jacinta, de quem houve:

7 Tomás Silveira Betencurt, n. 16-4-1789, casou com Mariana Luiza
7 António Silveira Betencurt, casado com Ana Josefa

6 Manuel Silveira Betencurt, n. 13-4-1756, m. 10-11-1831, c. 17-1-1790 com Ana Felizarda, m. 5-11-1825, de quem houve:

7 Ana de Betencurt, n. 25-10-1794
7 Mariana Madalena, n. 19-1-1791
7 Tomás José de Betencurt, n. 19-4-1801, m. 1888, casou com Francisca Izabel, de quem teve:

8 Leodoro de Betencurt
8 Tomás José de Betencurt, casado com Maria Angélica
8 Adelaide Sofia de Betencurt, n. 27-3-1854

7 António Silveira Betencurt, n. 16-10-1792, c. 30-7-1827 com Maria Jesuína de Simas Garcia, de quem teve:

8 Maria Amélia, n. 20-11-1835, c. 25-11-1852 com Francisco Peixoto de Betencurt (V. § 4.º, n.º 9)
8 José Silveira Betencurt, n. 22-12-1845, m. 8-11-1919, c. 24-4-1882 com sua sobrinha Amélia de Betencurt, n. 7-2-1866 (V. § 4.º, n.º 10). Tiveram:

9 Beatriz de Betencurt, n. 10-8-1893, m. 26-5-1913

7 Estulano Inácio de Betencurt, n. 27-1-1796, c. 28-11-1818 com Francisca Cândida, de quem houve:

8 Estulano de Betencurt
8 Manuel Silveira de Betencurt
8 António Silveira de Betencurt
8 Maria Cândida de Betencurt, casada com António Silveira de Lemos
8 Luiza Júlia de Betencurt, n. 17-10-1834, m. 25-7-1915, 1.º c. 13-10-1859 com José Venceslau; 2.º casou com Tomé Cardoso Machado Soares (V. Soares, § 4.º, n.º 9)
8 Ana Amélia de Betencurt, c. 18-5-1850 com José Dias Pereira da Terra, m. 6-1-1921, nascendo dêste consórcio:

9 Maria Dias da Terra, n. 21-3-1854

8 Francisco Silveira Betencurt, n. 12-9-1819, m. 13-11-1900, casou com Maria Cristina, de quem teve:

9 Francisco Silveira Betencurt, n. 25-6-1858
9 António Silveira Betencurt
9 Júlio Cezar Betencurt
9 Cristina de Betencurt, n. 20-9-1855, casou com Mateus José de Melo
9 Maria Cristina de Betencurt, 1.º casou com Manuel Tomás de Melo Pereira; 2.º casou com João Pacheco da Silva

8 Joaquim Silveira Betencurt, n. 12-2-1822, c. 29-11-1865 com Amélia Rocha, de quem teve:

9 Joaquim Rocha Betencurt, n. 18-5-1868
9 Francisca Rocha Betencurt, n. 13-9-1876

9 Armando Rocha Betencurt, n. 26-7-1871, c. 3-10-1893 com Maria Tereza Pamplona, n. 22-8-1872 (V. **Ribeiros**, § 3.º, n.º 8) havendo dêste consórcio:

10 Armando Pamplona Betencurt, n. 1900

9 Honorino Rocha Betencurt, n. 24-10-1873, casou com Belmira Martins, de quem houve:

10 Aida Martins de Betencurt, n. 8-9-1908

10 Francisco Joaquim Martins Betencurt

6 **José Silveira Betencurt** — n. 27-11-1750, m. 21-12-1825; 1.º c. 7-7-1775 com Izabel Jacinta, m. 9-6-1808; 2.º c. 9-1-1809 com Francisca de Betencurt Lacerda, n. 20-5-1790 (V. **Pereiras**, § 7.º, n.º 11) nascendo do segundo matrimónio:

7 António Silveira Betencurt, que segue

7 José Silveira Betencurt, n. 29-5-1817

7 Maria de Betencurt, n. 15-9-1814

7 Izabel de Betencurt de Lacerda, n. 21-5-1812, c. 29-11-1827, com João Silveira Betencurt Peixoto (V. § 4.º, n.º 8)

7 Francisca Betencurt de Lacerda, n. 23-1-1820, c. 12-5-1839 com José Peixoto de Lacerda

7 Ana de Betencurt, n. 3-4-1810, c. 28-4-1828 com José de la Cerda (V. **Pereiras**, § 3.º n.º 10)

7 Rosa de Lacerda Betencurt, n. 8-5-1825, c. 28-5-1843 com Cristiano Korth. — (15)

Tiveram:

8 António Cristiano Korth, casado com Maria Cirilo, de quem teve:

9 António Cristiano Korth, n. 2-10-1867, c. 27-7-1894 com sua prima Ana de Lacerda, n. 10-8-1862 (V. abaixo, n.º 8) nascendo dêste consórcio:

10 José de Lacerda Korth, n. 13-5-1895

10 Maria Amélia de Lacerda Korth, n. 12-9-1898

10 Ana Lurdes de Lacerda Korth, n. 28-10-1900

10 António Oscar de Lacerda Korth, n. 7-5-1902

10 Domingos de Lacerda Korth, n. 7-10-1903

10 Maria das Dores de Lacerda Korth, n. 31-3-1906

10 Gabriela de Lurdes de Lacerda Korth, n. 24-9-1908

7 **António Silveira Betencurt** - n. 11-11-1822, casou com Maria Violante, de quem teve:

8 António Oscar de Lacerda, clérigo, n. 8-1-1859, m. 29-4-1918
8 Francisca de Betencurt, n. 1-8-1849
8 Ana de Lacerda, n. 19-8-1862, c. 25-7-1894 com seu primo António Cristiano Korth (V. acima, n.º 9)
8 Violante Betencurt de Lacerda, que segue

8 **Violante Betencurt de Lacerda** — n. 30-11-1847, c. 3-10-1872 com João de Deus Paulino d'Oliveira, havendo dêste consórcio:

9 Francisco de Lacerda e Oliveira, que segue
9 Maria da Cruz e Oliveira, n. 3-5-1877, c. 23-4-1904 com Artur Mesquita, nascendo dêste consórcio:

10 Maria Oliveira de Mesquita, n. 6-3-1905

9 **Francisco de Lacerda Oliveira** - n. 24-3-1874, c. 30-1-1898 com Sofia Torres, de quem teve:

10 Ana de Lacerda Oliveira, n. 20-2-1901
10 Maria de Lacerda Oliveira, n. 23-9-1914

§ 4

5 **Maria Jacinta do Sacramento** (§ 3.º, n.º 5) — m. 22-4-1762 com setenta e sete anos de idade, casou com Manuel Dutra de Medeiros, m. 30-7-1731, nascendo dêste consórcio:

6 António Silveira Betencurt, que segue
6 José Silveira Peixoto, n. 15-2-1717, m. 1-6-1735
6 Maria Micaela, m. 27-12-1813
6 Ana Maria da Trindade, n. 10-6-1721, c. 5-9-1748 com seu tio Manuel Silveira Betencurt (V. § 3.º, n.º 5)

6 **António Silveira Betencurt** - n. 17-2-1714, m. 3-6-1773, c. 9-1-1745 com Rosa Maria da Silveira, m. 24-12-1772, de quem teve:

7 Francisco Silveira de Betencurt Peixoto, que segue
7 António Betencurt Peixoto, m. 25-6-1781, clérigo, cura na paróquia de Castelo Branco
7 Ana Izabel de Betencurt, n. 26-6-1745
7 Ana Rosa Peixoto de Betencurt, n. 9-2-1756

7 **Francisco Silveira de Betencurt Peixoto** — n. 10-7-1748, m. 3-2-1832, c. 21-1-1784 com Ana Francisca, m. 16-6-1807.— (**16**) Tiveram:

8 João Silveira de Betencurt Peixoto, que segue
8 António Silveira de Betencurt Peixoto, clérigo, n. 31-10-1786
8 José Betencurt Peixoto
8 Manuel Peixoto de Betencurt, n. 11-2-1803
8 Ana Clementina, n. 13-8-1794
8 Mariana Luiza, n. 22-1-1785, c. 29-7-1812 com José Sebastião Garcia, havendo dêste consórcio:

9 Francisco Peixoto de Betencurt, n. 26-5-1822, m. 1904, c. 25-11-1852 com Mária Amélia, n. 20-11-1835 (V. § 3.º, n.º 8) Tiveram:

10 José Peixoto de Betencurt, n. 13-5-1855, casou com Filomena Ávila, de quem teve:

11 José Peixoto
11 Beatriz Peixoto de Betencurt, n. 1-5-1903

10 Francisco Peixoto Betencurt
10 António Silveira de Betencurt, n. 2-7-1876, c. 10-7-1914 com Amélia de Faria
10 Amélia de Betencurt, n. 7-2-1866, c. 24-4-1882 com seu tio José Silveira de Betencurt (V. § 3.º, n.º 8)
10 Rosa Olivia de Betencurt, casou com José Francisco Gregório Martins. Tiveram:

11 Odete Martins, n. 23-11-1897, casou com Manuel de Melo Dias

10 Rosa de Betencurt, n. 27-8-1880 com Manuel Silveira d'Ávila. Tiveram:

11 Maria Carmen Ávila

10 Maria Carolina Betencurt, n. 5-2-1853, casou com António Silveira Braia. Tiveram:

11 António Silveira Braia
11 José Silveira Braia
11 Olivia Betencurt Braia, n. 3-9-1879
11 Maria Braia, n. 15-6-1874, casou com José Silveira Fortuna, nascendo dêste consórcio:

12 Maria Fortuna, casada com Miguel Peixoto d'Ávila. Tiveram:

13 Lúcia Fortuna Ávila
13 Maria Oliveira Fortuna Ávila
13 Laura Fortuna Ávila

9 Maria Leonor de Betencurt, n. 25-11-1814, m. 1908
9 Dorotéa Izabel de Betencurt, m. 1892, com oitenta e seis anos de idade, c. 12-5-1846 com Emircio Rodrigues da Costa Soares, nascendo déste matrimónio:

10 Albino Rodrigues Soares, n. 7-3-1855
10 Filomena Emircio Soares
10 Maria Emírcio, n. 1851, m. 1897, casou com António de Lacerda, nascendo déste consórcio:

11 António Emircio de Lacerda
11 Emírcio de Lacerda
11 Maria Emircio de Lacerda, casada com Porfírio Crisóstomo

10 Helena Emircio Soares, n. 1853, m. 1892, casou com José de Sousa, nascendo déste consórcio:

11 José Emircio de Sousa
11 Elvira Emircio de Sousa
11 Maria Júlia de Sousa, n. 1885, m. 10-12-1918, casou com António Silveira Garcia

8 **João Silveira Betencurt Peixoto** — n. 8-6-1809, c. 29-11-1827 com Izabel de Betencurt Lacerda, n. 21-3-1812 (V. § 3.º, n.º 7)

Tiveram:

9 José de Betencurt Peixoto, que segue
9 Francisca Adelaide de Lacerda Betencurt, n. 3-11-1828, c. 2-3-1848 com Manuel Mendonça da Silveira (V. **Mendonças, outros**, § 1.º, n.º 11)
9 Maria Aurora, n. 2-3-1833, casou com António Silveira Guedes
9 Maria das Mercês, n. 10-1-1845

9 **José de Betencurt Peixoto** — n. 14-7-1848, casou com Izabel Leonor, de quem teve:

10 **José Teófilo de Betencurt** — n. 5-3-1898, casou com Gabriela Torres, de quem teve:

11 **Walter Torres de Betencurt**

§ 5.º

1 **Maria Leal d'Ávila** — casada com Francisco Pereira Sarmiento. — (17)

Tiveram:

2 António d'Ávila Betencurt, que segue
2 Maria Leal Pereira, casada com António d'Utra da Silveira Bulcão (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 3)
2 Jerónimo Pereira, casado com F...
2 Francisco Pereira, casado com F...

2 **António d'Ávila Betencurt** — n. 19-1-1692, casou com Maria Vieira d'Utra de Faria (V. **Farias**, § 1.º, n.º 4) de quem teve:

3 António d'Ávila Betencurt, que segue
3 Izabel Maria de Betencurt
3 Filipa de St.ª Engrácia } freiras no convento da Glória —
3 Maria da Candelária, b. 4-11-1677 } **(18)**

3 **António d'Ávila Betencurt** — c. 7-2-1718 com Tereza Maria d'Azevedo **(19)**

Tiveram:

4 Francisco António d'Ávila Betencurt, que segue
4 Jerónima Sebastiana Vitória, n. 20-1-1727
4 Quitéria, n. 24-4-1720 }
4 Ana, n. 19-10-1721 } religiosas no mosteiro de S. João
4 Luiza, n. 18-4-1734 }
4 José Caetano d'Ávila Betencurt, n. 10-3-1719 — **(20)**
4 Inácio Xavier d'Ávila Betencurt, n. 9-9-1732, c. 25-2-1802 com Izabel Cândida — **(21)**

4 **Francisco António d'Ávila Betencurt** — n. 2-4-1723, casou com Florença Luiza Bracamonte (V. **Pereiras**, § 9.º, n.º 6) **(22)**

§ 6.º

1 **António Leal d'Ávila** — casado com Maria da Luz da Silveira — **(23)**

Tiveram:

2 João de Betencurt e Silveira
2 António d'Ávila Betencurt, clérigo, cura na paróquia das Ribeiras, Pico
2 Maria de St.º António, casada com Francisco Brum da Silveira (V. § 1.º, n.º 4)
2 Izabel da Silveira Betencurt, casada com Manuel de Brum da Silveira (V. **Peixotos**, § 2.º, n.º 6)
2 Clara de Jesus Maria, freira no convento de S. João — **(24)**

§ 7.º

1 **José de Betencurt e Vasconcelos** — c. 3-11-1804, na frèguesia de S. Mateus, ilha do Pico, com Maria Guilhermina Borges d'Araujo — (**25**)

Tiveram:

2 **João de Betencurt Vasconcelos Corrêa e Ávila** — n. 27-9-1806, m. 22-1-1868, c. 27-4-1843 com Francisca Emília Terra, n. 8-6-1812, m. 1900 (V. **Terras**, § 3.º, n.º 9) — (**26**)

Tiveram:

3 José Betencurt Vasconcelos Corrêa e Ávila, que segue
3 João Betencurt Vasconcelos Corrêa e Ávila, n. 16-11-1848, m. 26-10-1868
3 Maria, n. 15-5-1846
3 Maria Guilhermina Betencurt, n. 11-4-1851, m. 22-2-1873
3 Francisca Emília de Betencurt Corrêa e Ávila, c. 14-2-1870 com João d'Arriaga (V. **Arriagas**, § 1.º, n.º 6)

3 **José Betencurt Vasconcelos Corrêa e Ávila** — n. 22-1-1844, m. 14-5-1910, c. 13-3-1869 com Maria Leonor Gularte, n. 22-9-1844, de quem houve:

4 José Betencurt Vasconcelos Corrêa e Ávila, que segue
4 João, n. 1869, m. de dias
4 Maria, n. 15-7-1875, m. 8-7-1876
4 Luiza, n. 20-1-1871, m. 1872
4 Alice Gularte Vasconcelos Corrêa e Ávila, n. 9-2-1879, c. 10-10-1900 com José Pacheco da Costa Salema, nascendo déste consórcio:

5 Alice Salema, n. 13-8-1901
5 Augusto Gularte Salema, n. 20-1-1903
5 Sofia Salema, n. 12-12-1903
5 Maria Hermínia Salema, n. 7-2-1906
5 José Salema, n. 6-4-1909

4 **José Betencurt Vasconcelos Corrêa e Ávila** — n. 29-7-1873, c. 21-11-1904 com Maria Albina de Castro Neves.

Tiveram:

5 João Betencurt Corrêa e Ávila, n. 26-2-1909

NOTAS

I) Filipa Vaz d'Ávila ◈ ◈ ◇ Ha todas as probabilidades, conforme referi no começo dêste título, de proceder do ramo dos Betencurts iniciado na illia Terceira por Antão Gonçalves d'Ávila Betencurt. Mas em que grau de parentesco com êste? Bisneta, talvez, repito.
(§ 1.º, n.º 1)

Para melhor se compreender a sua ascendência, que nasce da mais lidima nobreza de França, e porque os Betencurts fizeram parte muito integrante da história açoreana, calculo não vir fóra de propósito a seguinte árvore, mostrando os ramos que os trouxe a estas illias.

Filipe de Béthencourt [1]
c. c. F...
|
Renaud de Béthencourt
c. c. F...
|
Jean de Béthencourt [2]
c. c.
Izabel de Saint Martin
|

[1] Chamado cavaleiro e senhor de Béthencourt. Viveu no tempo de Luis VIII, roi de França

[2] Falleceu em Honnefleur, em companhia do marechal de Clermont, no ano de 1387

Jean de Béthencourt [1]
c. c.
Maria de Bracamonte (Braquemont)

Renaud de Bethencourt [2]
c. c.
1.º Maria de Bréaute
2.ª Filipota de Troyes

Jean de Béthencourt [3]

Jorge de Bethencourt [4]
c. c.
Elvira d'Ávila

João Sanches de Betencurt, c. c.
Maria Vaz Badilho

Antão Gonçalves d'Ávila Betencurt [9]
c. c.
Inês Gonçalves Antona

Jean de Béthencourt [5]
c. c.
Joana de Novon

Maciot de Bethencourt

Henri de Bethencourt
c. c.
Marguérite de Bethencourt

Henrique de Bethencourt [7]
c. c.
Izabel Fernandes Tavares

João de Betencurt da Ribeira Brava
c. c.
Barbara Gomes Ferreira

Francisco de Betencurt [10]
c. c.
Joana Mendes de Vasconcelos

Maciot (ou Mathieu) de Bethencourt, [6] c. c.
Lerida de Guarde Teme

Gaspar de Bethencourt [8]
c. c.
Guiomar de Sá

[1] Morreu em companhia de Bernardo Guesclin, na jornada de Cocherd, em 1364. Do apelido da consorte (Bracamonte) fizeram uso alguns seus descendentes.

[2] Cavaleiro e grão-mestre da Casa de João, duque de Borgonha, e cavaleiro da Guarda em Paris. Sucedeu na casa de seu pai. Os filhos que teve foram do segundo matrimónio.

[3] Senhor de Grainville, Riville, do Grande Quesnay e Huquelen, de S. Martinho. Intitulado *Rei das Canárias*, por ter conquistado aquelas ilhas no ano de 1402, com uma armada que aprovisionou a sua custa, e das quais lhe fez mercê em 1417 a rainha de Espanha, D. Catarina. Presume-se ter falecido em 1425, sem descendência. Ficou herdeiro dos seus bens o irmão Renaud.

[4] Casou em Castela. A consorte era filha de Estevam Domingos d'Ávila, senhor das Navas, irmão de Gil Gonçalves d'Ávila, senhor de Caspedosa.

[5] Sucedeu na casa de seu pai.

[6] Foi lugar-tenente do tio, *Rei das Canárias*, de quem herdou a posse das mesmas ilhas. Como não pudesse sustentar-se nelas, vendeu algumas a D. Henrique, conde de Niebla, e trespassou a ilha de Lancarote ao infante D. Henrique, filho de el-rei de Portugal, D. João I, mediante 20$000 reis de juro e várias terras de sesmaria na ilha da Madeira, o que tudo, mais tarde, seu genro Rui Gonçalves da Câmara trocou com o infante D. Fernando, pai de el-rei D. Manuel, pelas saboarias da mesma ilha. Realisado êste trato, passou a residir na ilha da Madeira com seus sobrinhos Gaspar e Henrique. De sua mulher houve, pelo menos, um filho, André de Betencurt, que residiu em Espanha, e ali alcançou carta de brazão de armas, confirmada em Portugal, em 1505, na pessoa do primo Gaspar de Betencurt, por el-rei D. Manuel. (*Arch. dos Açores*, X, 452). Teve dois filhos bastardos, um, Rodrigo de Béthencourt, outro, Maria de Béthencourt, mulher do dito Rui Gonçalves da Câmara, que se passou a ilha de S. Miguel, por comprar a donataria desta ilha ao capitão donatário João Soares de Albergaria.

É assaz conhecido o brazão de armas dos Betencurts; e por ser de linhagem muito apreciada, frequentemente foi tomado para enxertia nos esquartelamentos heráldicos. Conhecem: — em campo de prata um leão de negro, rompente, armado de vermelho; elmo de prata guarnecido de oiro; por timbre o leão do escudo.

[7] Morreu cêrca de 1500. A mulher era da Ribeira Brava, ilha da Madeira.

[8] Foi em companhia da tia para a ilha de S. Miguel.

[9] Estabeleceu-se na ilha Terceira, quando da dominação castelhana. Para conhecimento completo da sua descendência, vide *Nobiliario da ilha Terceira*, de Eduardo Campos.

[10] Foi o primeiro dêste nome que se estabeleceu na ilha Terceira. Dêle provém toda a descendência de Vital de Betencurt, o Velho, representada modernamente pelo visconde de Betencurt. Para conhecimento total da sua descendência, consulte-se ainda o *Nobiliario da ilha Terceira*, por Eduardo de Campos.

2) Antão d'Ávila Betencurt (§ 1.º, n.º 2) ◇ Foi capitão-mor na vila das Lages, ilha do Pico.

3) Manuel d'Ávila Betencurt (§ 1.º, n.º 3) ◇ Foi sargento-mor na vila das Lages, ilha do Pico.

4) Ágada da Candelária, Maria de Belem ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 4) ◇ Freiras professas no convento de S. João, ilha do Faial. Tiveram dote de profissão feito pelos pais por escritura de 14 de junho de 1660. [1]

5) Francisco Brum da Silveira (§ 1.º, n.º 4) ◇ Teve carta de brazão de armas passada em 4 de abril de 1718. Escudo esquartelado: no primeiro quartel, em campo de oiro uma águia preta, no 2.º e 3.º quartel em campo de prata três fachas de vermelho e no campo sete olhos de azul; no segundo quartel as armas dos Betencurts, que são em campo de prata um leão preto rompente armado de púrpura: no terceiro quartel as armas dos Peixotos, que são escudo jactado de oiro e azul, cinco peças em facha e sete em pala; no quarto quartel as armas dos Carvalhos, que são, em campo de azul quatro crescentes de lua, de prata, e dentro deles uma estrêla de oiro de oito pontas. Elmo de prata aberto guarnecido de oiro. Timbre dos Ávilas, que é uma águia preta, e por diferença um trifólio de púrpura.

6) Maria Micaela do Espírito Santo ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Religiosa professa no mosteiro de S. João, ilha do Faial. Fizeram-lhe os pais escritura de dote, na profissão, em 24 de maio de 1701. [2]

7) Maria da Paixão ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 5) ◇ Freira professa no mosteiro de S. João, dotada na profissão pelos pais, por escritura de 2 de janeiro de 1694. [3]

8) Maria de Betencurt d'Ávila (§ 2.º, n.º 3) ◇ O marido foi contador e distribuidor na ilha do Faial, lugar que por sua morte foi dado ao filho por alvará de 4 de julho de 1657. [4]

---

[1] *Tombo do conv. de S. João*, liv. IV (Arq. reg. dist. lit., Horta)
[2] Ib., idem
[3] Ib., idem
[4] *Reg. cam. da Horta*, liv. VI, 7

9) Joana da Ascenção ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 4) ◇ Religiosa professa no convento da Glória, ilha do Faial. Botou-a o tio, padre Manuel d'Ávila Betencurt, vigário na frèguesia dos Flamengos, por escritura de 28 de maio de 1653, rectificada por outra de 15 de maio de 1654, quando ela fez votos de profissão. [1]

10) Manuel Silveira Betencurt (§ 2.º, n.º 4) ◇ Os linhagistas sempre tiveram dúvida acêrca da ascendência dêste Manuel Silveira Betencurt. Felizmente encontrei no arquivo da ouvidoria eclesiástica o processo de justificação matrimonial do filho Jorge Gularte da Silveira, que esclarece por completo o assunto, como aí fica.

11) José Silveira Faria de Betencurt ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 3) ◇ Depois de viuvo deliberou seguir a carreira eclesiástica, chegando a exercer o lugar de cura na paróquia da Feteira, ilha do Faial.

12) Ana Maria Tomásia Vitória, Maria Eusébia do Pilar (§ 2.º, n.º 7) ◇ Freiras professas no convento de S. João, ilha do Faial. Foram dotadas pelo pai, por escritura de 17 de janeiro de 1740. [2]

13) Antônio da Silveira Peixoto (§ 2.º, n.º 7) ◇ Aqui têem um faialense de vulto, para reparo demorado. É daqueles que singularmente, pelos tempos adiante, ilustraram e engrandeceram o nome português, num acentuado trilho, não sei se mais de abnegação, se de patriotismo. Honra como poucos a sua terra. [3]

Foi longe, nessas regiões vastíssimas, então ainda indecifráveis, dos sertões brazileiros.

Saiu da casa paterna muito novo, a tentar fortuna. Teria uns vinte anos. Os pais eram naturais e moradores na frèguesia de Castelo Branco, gente de boa estirpe, como se vê, e considerada, mas de escassos recursos, segundo parece. Dirigiu-se ao Brazil, país de inexploradas ri-

---

[1] Maço de escrituras do extinto mosteiro da Glória (Arq. Rep. dist. fin., Horta)

[2] *Tomb. conv. S. João*, liv. IX

[3] Êste trecho biográfico é um imperfeito resumo do interessantíssimo trabalho do sr. Ferreira de Serpa, intitulado *O bandeirante António Silveira Peixoto, conquistador de Tibaji*

quezas, que tanto seduzia a cubiça dos governantes, e nada menos a dos desgarrados como êle, indo estabelecer-se com negócio de fazendas na vila de Paranaguá, estado de S. Paulo. Consta ter juntado fartos haveres. Pelo menos a sua loja era das melhores da localidade. [1]

Dez anos depois alistou-se no exército, sendo nomeado alferes dos auxiliares, por patente passada em 1767. A 25 de setembro de 1769 partia como *bandeirante* [2] para a conquista do Tibaji, comandando uma expedição composta de gente de Paranaguá, e mais ou menos organizada sob a égide oficial.

Levou-o o dever ou a ambição? O rei prometia muitas mercês e os senhorios das terras que se fôssem descobrindo... Em todo o caso foi um heroi.

Eram cêrca de cem homens, com forte bagagem e dezasseis canôas para as viagens nas águas correntes dos rios. Saiu a expedição do porto da Conceição no rio do Registo (Iguassú) achando-se um mês depois no porto do rio Pitinga, afluente na margem esquerda daquele outro, e daqui, após uma parada de alguns dias para se refazer, e socorrer outra expedição que o precedêra, retomando caminho, chegava em 20 de dezembro ao porto do Salto, onde lançou os fundamentos duma povoação, a que deu o nome de Nossa Senhora da Vitória (hoje, União da Vitória).

Apartando-se do grosso da gente, e apenas na companhia dum alferes, doze soldados e dois escravos — rio do Registo abaixo, por água ou por terra, até achar a barra que faz com o Paraná, conforme as instruções recebidas — andou o capitão António Silveira Peixoto durante mêses, em trabalhosa e arriscada viagem, ora cortando matos densos, ora transpondo perigosissimas e raivosas cachoeiras, ora galgando montes, penedias, alterosas serras, fazendo levantar por toda a parte, de entres as ramagens, vôos espavoridos, lutando a miúdo com as feras, defendendo-se uma vez por outra das azagaias e flechas dos indios.

---

[1] «... deixou o seu negócio na Villa de Paranaguá, onde se achava estabelecido com uma loja de Fazendas das melhores da Terra...» (carta de D. Luis de Sousa ao conde de Oeiras, em 15-11-1770)—Ferreira de Serpa, *O bandeirante, etc.*, 66.

[2] «Em historia brazilica, *bandeira*, designa um determinado numero de homens, que providos de armas, munições e mantimentos necessarios para a sua subsistencia e defesa, entram nas matas virgens com o intento de descobrir minas, reconhecer o paiz, etc. — Vieira, *Diccionario, etc.*

« O bandeirante é como que a reprodução historica do tipo do aventureiro grego que buscava escravos e ia á conquista do Tosão de Ouro.... Estes pioneiros do deserto, estes descobridores dum mundo novo, succediam-se uns após outros, obscuros artifices de uma grande nação, sem que a fortuna e a fama lhes fizessem brilhar os seus nomes..... Taes explorações não se realisavam pacificamente: lutava-se contra os selvagens que se viam perseguidos nas choças onde se haviam refugiado: luctava-se contra os elementos, contra a natureza. Esta ultima peugna não era

Para se guiar, apenas tinha um pequeno mapa, riscado mais sob informações do que à custa da experiência ou do estudo — um documento reconhecidamente imperfeito. Ia quási ao acaso, como de antes tinham ido, pelo mar, os navegadores, a descobrir novas terras.

Subia à ponta das grandes árvores seculares, ou então, o mais seguro, ao alto dos morros, para se orientar na derrota. A direcção e proximidade do rio é que nunca se esquecia de seguir.

Quando êste era manso, nêle se metia a navegar, utilisando o favor da corrente; quando, porêm, as águas fugiam vertiginosas, de muito apertadas entre estreitas margens, ou se despenhavam branquejantes, a rugir, em saltos desmedidos, punha pé em terra, e lá seguia novamente na sua canceira, fazendo picada através das brenhas, por gargantas fundas e gravissimas serranias. Numerosas vezes isto lhe sucedeu. E não raro tiveram de abandonar embarcações, para dentro em pouco, retomando as águas, fabricar outras, talhadas de árvores colossais, que se derrubavam nas florestas virgens. Chegaram a fazer uma canoa medindo dois palmos e meio de bôca, e cinco braças de comprimento.

Logo no comêço foram obrigados a um extenuante trajecto por terra durante três mêses, nesse invariável desbravar de caminho por serros e vales, ouvindo de quando em quando o rugido das feras desconfiadas.

A fadiga era intensa e constante. As marchas apenas se interrompiam para recompor um pouco as forças, e procurar caça necessária ao sustento da comitiva.

Mas, um dia, o capitão António Silveira Peixoto, já cançado de romaria tão penosa, resolveu passar ao rio, embora com a certeza de se arriscar à travessia de difíceis caxoeiras. [1] Foi talvez neste periodo da viagem que ocorreu aquele tão ruinoso desastre de que êle e os companheiros escaparam por milagre.

Seguiam muito despreocupadamente em águas lentas e pacíficas, quando de súbito uma nova corrente começou de levá-los a toda a pressa, com fatal impetuosidade, sem que de modo algum conseguissem fu-

---

à menos trabalhosa. Pode-se bem imaginar quanto se necessitava de intrepidez e de vigor.... expor-se a naufragios nos rios onde não faltavam rápidos e escolhos, defender-se das onças, das serpentes, das flechas dos Indios, sem nenhum dos recursos modernos, sem roupas para mudar, quasi sem armas e sem provisões, tendo a certeza de encontrar similhantes ferozes e a duvida de achar a riqueza ambicionada.» — Oliveira Lima, *Formation historique de la nationalité brésilienne*, em Ferreira de Serpa, *Ob. cit.*, 16, 49 e 50

[1] «.... cançado de fazer caminho tomei a resolução de fazer canoas, e marchey por muitas e arriscadas caxoeiras....» (carta de 16-1-1771, quando preso, ao governador da Colónia do Sacramento) — Ferreira de Serpa, idem, 28

gir-lhe, ao menos resistir-lhe. Andaram assim um grande espasso. Nada podia valer-lhes, nem coragem, nem arrojo, nem perícia. Julgaram-se irremediavelmente perdidos, nessa invencível correria, de mais em mais acelerada, e que por certo só teria fim nalgum revôlto e próximo abismo. Apavorados, oravam, numa convicção suprema, implorando o auxílio da Virgem... Nisto, quiz o acaso que se aproximassem da margem. Foi um clarão de esperança! Mas a corrida continuava inalterável, veloz... De repente, guinando para a terra, roçaram pelos ramos duma árvore vetusta, debruçada providencialmente sôbre o rio: — todos, num salto instintivo, se apegaram a êles, e se içaram como macacos, deixando fugir a canoa com tudo o que levavam — armas, roupas, ferramentas. [1]

Pouco tempo depois, em circunstâncias idênticas, morreu afogado um soldado, e perderam outra canoa.

Êstes reveses não afrouxaram, porêm, as ambições do capitão Peixoto. Á custa de novos trabalhos e diligências, ora fendendo mato, ora lançando-se na queda vertiginosa das catadupas, continuou infatigável na jornada, sempre direito ao seu destino. Avançou incessantemente, tenazmente, valorosamente — até que, por fim, após dez incertos mêses depois que se apartara do corpo expedicionário, alcançou a barra tanto procurada do rio Registo.

Mas isto ainda foi uma surpresa. Mal guiado, e tambem mal informado por alguns indios taipais, que encontrou numa paragem a prepararem ervas, baseando-se ao mesmo tempo no já referido e insuficiente mapa, não calculou, ou antes erradamente calculou a região onde se achava. Julgava-se ainda a deslizar no rio Registo — longe da sua barra com o Paraná, destino a que se propunha — quando era já em pleno rio Paraná que navegava. Grande, pois, foi o seu espanto, quando viu caminhar ao seu encontro três botes e várias canoas tripuladas por espanhois e indios, com uma ordem do governador da provincia mandando-o retirar das terras do seu comando. Só então soube ao certo onde se achava: que ultrapassara o ponto procurado, e já ia muito a dentro do território de Espanha. [2]

Retrocederam todos.

Entretanto o espanhol, timorato e suspeitoso, receando talvez cair nalguma cilada, e porque, de noite, quando acamparam, uma sentinela

---

[1] Carta do ajudante Afonso de S. Paio, datada de Paraguaná, aos 9-6-1770. — Ferreira de Serpa, *Ob. cit.*, 26

[2] «Chegando á Barra, como não trazia guia ou vaqueano e hum Mapa que tinha estava errado, pois nelle está o rio Paraná larguissimo e o que eu navegava muito menor, a tempo que aonde se ajuntão são quási eguaes, por onde me pareceu ser braço do mesmo Rio e que o Paraná era mais abaixo.... Daqui quatro dias de via-

julgou ouvir um tiro de fuzil, quando fôra o simples estalido dum pau que baqueára na floresta próxima, mudou bruscamente de parecer, e intimou os portugueses a segui-lo à presença do governador. Acedeu António Silveira Peixoto sem o menor escrúpulo, não só porque recebera instruções para evitar quaisquer mínimos conflitos com os espanhois, mas porque assim, em pessoa, melhor demonstraria a sua inocência, e ao mesmo tempo (tal era a boa-fé em que estava) aproveitaria o ensejo de pedir ao governador que lhe dispensasse mantimentos por alguns mêses, até receber socorro de Portugal. A sua gente via-se exausta, desesperada. Por ali não encontravam nenhuma caça, e havia já mais de seis mêses que não comiam «comer de povoado».

A 20 de outubro (1770) chegou à presença do governador. Foi cortezmente recebido. Relatou o seu engano, qual o fim a que ia, garantindo estar pronto a regressar imediatamente, sem a menor sombra de dúvida ou formalidades. Serviram-lhe ceia: e todos tiveram nessa noite quartos para pousar.

No dia seguinte, porêm, transformou-se a scena. Logo de manhã, sem qualquer preâmbulo, sem uma pregunta, sem motivo claro, mandou o governador encarcerá-los, de grilheta aos pés, e com sentinela à vista, apreendendo-lhes tudo — canoas, armas, fazendas, escravos e outras coisas que levavam. Mais: nem por escrito, nem de viva voz admitiu o requerimento de protesto que o bandeirante Peixoto desejava apresentar-lhe.

Ao cabo de oito dias, marchavam em cavalgada, debaixo de prisão, a caminho de Buenos Aires. De missão em missão, chegaram ao Uruguay, com 185 léguas percorridas. O rigor do cativeiro mais acrescentou a aspereza da viagem. Ali se detiveram quarenta dias bem amargurados, a debelar uma epidemia de bexigas que tinha atacado a maioria dos soldados, pondo cinco às portas da morte, ungidos e sacramentados. E nunca lhes tiraram os grilhões dos pés!

A 29 de dezembro entravam em Buenos Aires. Foi António Silveira Peixoto encerrado num calabouço, só, sem licença de falar a ninguem, sempre sob o olhar reservado e inexorável da sentinela. Os outros ficaram metidos em cárcere comum.

Dirigiu o capitão Peixoto ao governador diversas petições, ora de-

---

gem encontrei com tres botes e varias canoas com cem homens Espanhois e Indios, com huma ordem do Governador para eu lhe fazer entrega dos Indios e tudo o mais e que me retirasse das terras do seu comando. Foi isto grande novidade por me parecer que andava no Rio do Registo, e vendo que estava no do Paraná, não puz a menor duvida, etc.» (carta cit. ao governador da colónia do Sacramento) — Ferreira Serpa, *Op. cit.*, 28 e 29.

sejoso de mandar notícia à sua gente, no Paraná, não viessem, como êle, a cair no mesmo erro, ora requerendo que lhe acudissem com roupa, pois a que traziam havia sido furtada quando presos, e todos se achavam nús, sem camisa, cobrindo as carnes com uns restos de baêtas velhas ; — mas o governador, soberbo, a nada atendia.

O alferes morreu, consumido por uma maligna, no espaço de onze dias.

Todas estas coisas lastimosas o capitão António Silveira Peixoto narrou numa carta [1] escrita ainda no começo do cativeiro (16-4-1771) ao governador da colónia do Sacramento, rogando o favor de quinhentos pêsos para com êles auxiliar a vestir a sua gente. O Morgado de Mateus, D. Luís António de Sousa, governador da capitania de S. Paulo, a quem aquela carta foi comunicada, escrevia alguns mêses depois para o reino, ao marquês de Pombal, dizendo que se abstivera de qualquer diligência, persuadido «que ele escrevia a dita carta de consentimento dos mesmos Castelhanos para verem o que se lhes respondia.» [2]

O resto foi ainda uma obscura e longa odisseia de oito anos de martírio. É êle, António Silveira Peixoto, quem também no-lo revela num outro documento, [3] requerendo o favor duma mercê em recompensa dos seus serviços — documento interessantíssimo, verdadeira autobiografia, dum valor irrecusável sob todos os pontos de vista, pela comprovação e minúcia do seu articulado. Foram ainda oito anos infinitos de tormentos, entre as mãos inimigas, sempre na noite do cárcere, solitário e carregado de ferros, sòmente por arte de grandes artifícios cobrando algumas raras novas da sua pátria.

Não o deixavam ; era uma boa prêsa. Certamente o guardavam para algum fim. Tão boa prêsa, que até procuraram seduzi-lo num enredamento de promessas gordas. Mandou o governador, certo dia, oferecer-lhe a patente de tenente-coronel com 200$000 reis de soldo, e muitas outras vantagens, para empreender por conta deles, espanhois, portanto contra Portugal, novas conquistas ; — e era aceitar, porque, de contrário, esperava-o a fôrca. O capitão Peixoto, porêm, era daqueles mais de quebrar, que de torcer. Com a altivez dos antigos heróis, para quem tudo estava perdido, quando perdida a honra, repeliu iracundamente a proposta infamante.

Estou vendo alguns dos nossos barrigudos conquistadores da actualidade, muitos deles regendo-se pela doidez política, olhos espetados mais no fundo dos bolsos do que no benefício comum, sorrirem da in-

---

[1] Ferreira Serpa, *Ob. cit.*, 27 a 32
[2] Ib., 27
[3] Ib., 36 a 39

genuidade do capitão António Silveira Peixoto. No lugar dêle não hesitavam. O burro de Buridan ainda matutou, e não pouco, entre o caminho do dever, e a palha loira que o tentava. Êles, pelo contrário, armados do seu moderno cavalheirismo acomodatício, arrebitariam logo o beiço para o mólho de palha. Talvez.

António Silveira Peixoto labutou e sofreu como um honrado patriota. E não só arruinou a sua saude, como tambem, por via desta emprêsa, se arruinou dos fartos bens de fôrtuna que amealhara. Mesmo na prisão, teve artes de subornar algumas sentinelas, e de mandar ir, por mais duma vez, de sua casa, quási todo o cabedal que possuia, e com êle expedir emissários, levando noticias suas e revelações sôbre os planos dos espanhóis, aos governadores e generais (que de resto pouco ou nada curavam dêle) e por fim, ainda à sua custa, logo que sôlto, repatriar comsigo, numa longa marcha de cento e oitenta léguas de sertão, 134 portugueses das colónias do Sacramento e de Santa Catarina, que se achavam prisioneiros, como êle. [1]

Recuperou a liberdade, quando dos tratados de paz entre os dois paises, Portugal e Espanha. Dirigiu-se a casa; e logo que recomposto de fôrças, partiu para Lisboa, a requerer o justo prémio, não tanto de suas fadigas, que era o menos, e as dava por bem empregadas, mas do valioso serviço prestado. Glorificou o nome português; em três mêses de luta e de perigos, sem nenhum auxilio pecuniário do Estado, acrescentou aos dominios da corôa um imenso território de quatrocentas e vinte léguas, rico, inexplorado... [2] A paga vamos ver qual foi.

De pronto, sem grande estôrvo naturalmente, porque apenas custava o papel para as garatujas, obteve carta de brazão de armas, passa-

---

[1] «.... que assim mesmo conseguira comprar sentinellas para mandar vir de sua casa, por differentes vezes, quasi todo o grande cabedal que então possuia e com elle vencera dar parte aos nossos Governadores e Generaes de todos aquelles então nossos inimigos.... que com o resto do dinheiro e credito, tinha conduzido por terra, na longa marcha de 180 leguas de sertão a 134 Portuguezes, que se achavam prisioneiros, das guarnições da Colonia e Santa Catarina, etc.» (requerimento cit., em que pediu o hábito de Cristo) — Ferreira Serpa, *Ob. cit.*, 38.

[2] «.... já lutando com as feras e com o numero de barbaros, cuja multidão parecia impossivel vencer-se, o que o suplicante conseguira, não só à custa do sangue que derramara, mas à fôrça de persuasões que os sujeitaram a ficarem pacificos, conquistando assim em treze mezes de marcha quatrocentas e vinte leguas de terreno, que por este titulo se declara ficarem pertencendo aos dominios de V. M.de no ultimo tratado de limites com a Corôa de Hespanha, sem para isto fazer despeza a Real Fazenda de V. Mag.de, porque matava e comia as mesmas feras de que se devia refugiar.» (requerimento cit.) — Ferreira Serpa, idem, 38

da em 3 de agosto de 1781. [1] Mas isto tinha *toda* a gente; ponco valia. Era, quando muito, um atavio.

No requerimento citado — êsse importante documento em que minuciosamente regista os seus serviços públicos, o sacrifício da sua fazenda e pessoa, os trabalhos e riscos em que andou, a sua fidelidade patriótica — pedia ao rei a mercê do hábito de Cristo com a tença de duzentos mil reis. Para quem tanto cometeu, não era coisa de espantar. Nada era mesmo. Pois apezar de toda a justiça, tão imperiosa e tão clara, que lhe assistia; apezar da consulta favorável (em 20-10-1781) do Conselho Ultramarino, e da imediata sanção régia, nunca essa mercê, aliás floreando entre os pergaminhos de muitos insignificantes, lhe foi concedida! Êsse homem, que tanto sublimou a sua pátria, que a enriqueceu com a dura conquista dum precioso território de quatrocentas e vinte léguas; o patriota que tudo sacrificara, fortuna e saude; êsse português de lei, moldado na escola dos antigos senhores, nem mesmo requerendo foi digno de ter a venera da ordem de Cristo a acariuhar-lhe o cançado peito de heroi!

Muitos anos depois, quando já no fim da vida, foi reformado no posto de sargento-mor, com o soldo por inteiro, mediante proposta do capitão general de S. Paulo, António Manuel de Melo Castro e Mendonça, feita em 13 de maio de 1801, mas ainda assim despachada morosamente, seis anos depois, em 6 de maio de 1807.

É fundamental épica, confessemos, a figura do bandeirante António Silveira Peixoto, que tem nas páginas da história brazileira um dos mais assinalados lugares. Os seus feitos glorificam-o melhor que os nossos louvores. Está já erguido à luz dos séculos, na esteira daqueles que,

Mais do que prometia a força humana.
Entre gente remota edificaram
Novo reino, que tanto sublimaram.

---

[1] Escudo esquartelado. No primeiro quartel as armas dos Ávilas, que são em campo de oiro, treze arruelas de azul em três palas; no segundo quartel as armas dos Peixotos, que são escudo xadrezado de oiro e azul; no terceiro quartel as dos Silveiras, que são, em campo de prata, três fachas vermelhas; no quarto as armas dos Betencurts, que são, em campo de prata, um leão rompente de negro, armado de vermelho. Elmo de prata aberto, guarnecido de oiro. Paquife dos metais e côres das armas. Timbre o dos Peixotos, que é um corvo marinho de sua côr, com um peixe de prata no bico; e por diferença uma bôca vermelha com um tarpão de prata. — Sanches Baena, *Archivo Heraldico*, 83

Os contemporâneos é que não o conheceram.

Saibamos, pois, nós outros, os vindouros, valorisar-lhe a fama, resgatando-nos, num sincero preito de homenagem, dessa imbecil e tão vulgar, quão vergonhosa, ingratidão dos povos para com os seus servidores.

Pelo menos nós outros, seus conterrâneos, saibamos orgulhar-nos dilatadamente do insigne filho desta tão diminuta, quanto postergada, mas linda terra açoreana.

14) António Silveira Betencurt (§ 3.º, n.º 4) ◇ Casando na frèguesia de Castelo Branco, onde tinha mui próximos parentes, aí fixou residência, e constituiu o tronco principal dos Betencurts na ilha do Faial.

15) Rosa de Lacerda Betencurt (§ 3.º, n.º 7) ◇ O marido, Cristiano Korth, era filho de outro do mesmo nome e de Tereza de Jesus, neto paterno de João Pedro de Korth, cirurgião, natural de Antuérpia, e consorciado por três vezes na vila da Horta, a primeira em 13-6-1785 com Leocádia Vitorina Betencurt, a segunda em 22-8-1796 com Águeda Elisa Sequeira, a terceira em 20-5-1831 com Joana Francisca, viuva de António José Silva.

16) Francisco Silveira Betencurt Peixoto (§ 4.º, n.º 7) ◇ Tinha o posto de major de ordenanças, o que lhe dava notável proeminência, de que exageradamente se orgulhava, sendo-lhe dispensadas no funeral as devidas e pomposas honras militares, por parte da guarnição inteira da Horta.

17) Maria Leal d'Ávila (§ 5.º, n.º 1) ◇ Não lhe conheço a linha ascendente de ligação com o tronco principal dos Betencurts. Sem qualquer notícia ou documento em que me funde, tenho todavia de mim para mim a convicção de que ela descende de Pedro Leal d'Ávila, que inicia o § 2.º, do presente título. Firma-me nesta persuasão, não somente ser residente nas Ribeiras (Pico) ilha onde tiveram assento os Betencurts antes de passar ao Faial, mas também a semelhança de nomes, e a circunstância do filho ter vindo casar a esta outra ilha, na frèguesia da Feteira, consequência talvez de repetidas visitas ao lugar aonde o chamavam estreitas relações de parentesco.

18) Filipa de St.ª Engrácia, Maria da Candelária ◈ (§ 5.º, n.º 3) ◇ Religiosas no mosteiro da Glória, ilha do Faial. Na profissão, dotou-as a mãe por escritura de 20-3-1694 [1]

19) António d'Ávila Betencurt (§ 5.º, n.º 3) ◇ Nomeado cavaleiro fidalgo por alvará de 16 de fevereiro de 1722. [2] A consorte, por escritura de 15 de janeiro de 1762, [3] depois de viuva, doou ao filho Francisco a sua terça em vinculo de morgado, para correr de preferência na linha masculina, mas com reserva do usofruto para o filho Inácio. Se aquele morresse sem sucessão, passaria a dita terça vinculada a êste; e, se êste não tivesse filhos, iria às irmãs dêles, religiosas no mosteiro de S. João, ficando por morte da última, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, «para as necessidades do hospital.»

20) José Caetano d'Ávila Betencurt ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 5.º, n.º 4) ◇ Clérigo do hábito de S. Pedro e capelão fidalgo da casa rial por alvará de 8 de maio de 1752. [4]

21) Inácio Xavier d'Ávila Betencurt ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 4) ◇ Era homem anão, segundo refere Garcia do Rosário. [5] Com esta qualidade física, e tomando mulher aos setenta anos de idade, facilmente conjecturamos qual o sentimento que atraiu a consorte aos laços matrimoniais. Esta consorciou-se em segundas núpcias, em 10-5-1815, com Vicente Pedro Korth, filho do cirurgião francês João Pedro Korth, citado na nota (15).

22) Francisco António d'Ávila Betencurt ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 5.º, n.º 4) ◇ Tambem fidalgo cavaleiro da casa rial, em data que esqueceu mencionar quando fizeram o registo do alvará na câmara da Horta. [6]

23) António Leal d'Ávila ◈ (§ 6.º, n.º 1) ◇ Natural da vila das Lages, Pico, e ali residente. Pelo nome, somos facilmente induzidos a dar-lhe a mesma origem de Maria Leal d'Ávila, que iniciou o parágrafo anterior.

---

[1] Maço de escrituras do extinto mosteiro da Glória (Arq. Rep. dist. fin., Horta)
[2] *Reg. cam. da Horta*, liv. VIII, 39
[3] Cartório do 4.º ofício, Horta
[4] *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 120.
[5] *Memoria genealogica*, ms., 91 v.
[6] *Reg cam. da Horta*, liv. VIII, 355

24) Clara de Jesus Maria (§ 6.º, n.º 2)

◇ Religiosa no mosteiro de S. João, ilha do Faial. Fizeram-lhe os pais escritura de dote, quando da profissão, em 24 de maio de 1701. [1]

25) José de Betencurt e Vasconcelos ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 7.º, n.º 1)

◇ Natural da cidade de Angra, e filho segundo duma das melhores casas da ilha Terceira, em nobreza e fazenda.

Era filho de João Betencurt de Vasconcelos Corrêa e Ávila e de sua mulher Maria Escolástica do Canto e Castro; neto de Mateus João de Betencurt de Vasconcelos Corrêa e Ávila e de sua mulher Luisa Clara Pereira de Lacerda; bisneto de João de Betencurt Vasconcelos Corrêa e Ávila e de sua mulher Elisa Francisca do Canto e Castro; terceiro neto de Francisco de Betencurt Vasconcelos Corrêa e Ávila e de sua segunda mulher Luiza dos Santos Vasconcelos Corrêa e Ávila; quarto neto do capitão-mor de Angra, cavaleiro da ordem de Cristo, fidalgo da casa rial, Vital de Betencurt de Vasconcelos e de sua mulher Violante de Betencurt Corrêa e Ávila; quinto neto de Vital de Betencurt de Vasconcelos, fidalgo da casa rial, e cavaleiro da ordem de Cristo, e de sua terceira mulher Izen Pacheco Abarca; sexto neto de João Betencurt de Vasconcelos, degolado na praça Velha, da cidade de Angra, em março de 1582, por partidário de Castela, e de sua mulher Maria de Vasconcelos da Câmara, a quem Filipe II conferiu a tença de 100$000 reis, em recompensa dos serviços prestados pelo marido; sétimo neto de Francisco de Betencurt, o primeiro que desta família se fixou nos Açores, e a que me refiro no começo do presente título. [2]

José de Betencurt de Vasconcelos dá algum tanto ideia do caracter aventureiro dos seus antepassados. Era homem ousado, agenciador, olhando porém mais aos fins do que aos meios, como quem só faz mira de assentar-se sólidamente na vida.

Chegou à Horta desabonado de moeda, talvez logrando apenas algum mediocre posto nas milícias. E quem nos diz que não trazia já o seu plano ruminado? Veio tentar fortuna, e de facto iniciou-a, e bem propícia, no casamento, segundo relata Francisco Garcia do Rozário, seu contemporâneo, e testemunha inteligente de tudo quanto êle praticou no Faial. [3] A consorte levou-lhe legítima de invejar. Era filha única de Bel-

---

[1] *Tombo conv. S. João*, liv. IV (Arq. rep. dist. fin., Horta)

[2] Vide nota (1)

[3] «.... veio para esta Ilha, pobre, procurar fortuna: e de facto a encontrou, no casam.to que fês com D. Maria, Filha unica do Belchior Homem Cardoso, Irmão do Cap.m Ignacio Alexandre da Costa, da Freg.e dos Flamengos: era a dita D. Maria pessoa bem legitimada, etc.» - *Memoria genealogica, ms.*, 40 v

chior Homem Cardoso, senhor de uma boa casa da ilha, e irmão do morgado Inácio Alexandre da Costa, dos Flamengos. Êle é que falseou a sorte, metendo-se em mal definidos contratos e negócios vacilantes, como foi por fim a história dum contrabando, que lhe fez ir tudo por água abaixo — fortuna, créditos, posição.

Mas não atropelemos.

Nada trouxe de seu; todavia o nome ilustre da família recomendou-o logo ao acolhimento das primeiras casas da Horta, patrocinando-o, abrindo-lhe as suas portas, afectuosamente, em horas de intimidade.

Não soube êle, porêm, aproveitar de geito a simpatia.

Meteu-se pela política; — e a política naquela época, era alguma coisa de muito azêdo, pernicioso, odiento. Pretendeu pescar, sem dúvida — cabedal grosso ou influência — nas águas turvas dos acontecimentos; mas afinal ficou, como nenhum outro, enredado nas espessas malhas da intriga, que tão diligentemente ajudara a estender. Deixou-se apaixonar, que é o que sucede, em regra, a todos os políticos — em regra sempre cegos para a tolerância, nada mais distinguindo senão o que os seus olhos vêem, o caracter indomesticável, e que de absorvente tanto pode subir aos mais beneméritos actos, como rastejar impúdicamente pelas mais dobles opiniões ou vitupérios. E nós sabemos quanto um político apaixonado se parece com uma fera...

Afeiçoado, por princípio, aos rialistas, não tardou em arvorar-se abertamente um dos seus mais feros e laboriosos sequazes. Estreitou relações muito particulares com os cabecilhas — morgado Cunha, com os Labats, e outros, com alguns religiosos franciscanos, seus companheiros e confidentes de toda a hora. E como jactância partidária, lá trazia sempre, prêso do pulso, às voltas, o rosário enorme (quási um distintivo, moda talvez do miguelismo) quer corresse, de madrugada, às matinas e missa na Matriz, quer comandando os seus soldados! o rosário de grossos bogalhos, que expunha a quem passasse, pendente e balouçante, quando debruçado da janela, a desfiá-lo, ao badalar das Ave Marias.

Além disto era militar, e bem cotado, quando entrou em maior actividade. Esta qualidade deu-lhe fôlego de sobra para a preponderância agressiva com que por fim, já sem rebuço, se investiu.

As convulsões políticas da época, êsse degladiar das vélhas prerogativas com as nascentes fórmulas da moral social, traziam os povos numa incerteza de cada hora, levando-os a bruscas alternativas, imprevistas, antagónicas. O Faial foi um reflexo.

Estava-se naquela fase da transformação governativa após a morte de D. João VI: — D. Miguel jurando a carta constitucional, regente do reino, de esponsais ajustados com a sobrinha, D. Maria; depois, com outro plano, aclamado rei absoluto, e convocando côrtes segundo o uso antigo... As tropas liberais ainda quizeram reagir; mas não tardou re-

ceber-se notícia de terem sido derrotadas, e de haverem buscado refúgio, com o conde de Vila Flor, em Espanha.

Exultaram os rialistas faialenses. Impacientes, sem esperar ordens, nem elucidações, promoveram a 3 de setembro de 1828 uma revolta militar capitaneada pelo major José de Betencurt e Vasconcelos, fazendo aclamar o novo rei, no dia seguinte, com as formalidades do estilo, ante a vereação reunida. Ficou José de Betencurt comandante da tropa de linha, e de governador militar o coronel António Izidoro de Morais Ancora, que pouco antes viera deportado da ilha Terceira, e se encontrava hospedado no convento dos frades franciscanos. [1]

Começaram os excessos, os insultos soezes, as ameaças aos constitucionais, os *malhados* — epíteto que êstes ouviam a miúdo pelas costas, num esfusiar de riso escarninho. Inclemências de vencedores.

Doíam-se e indignavam-se os faialenses. Decidiram libertar-se.

Tinha fundeado na baía da Horta, em 31 de outubro (1828) a fragata brazileira *Izabel Maria*. A sorte procurava-os. De acôrdo com os de bordo, resolveram levar a cabo o golpe audacioso, que lhes restituisse a paz e o desafôgo implantado pelos seus ideais.

Daí a poucos dias (4 de novembro) por volta das quatro horas da tarde, em casa do vice-cônsul do Brazil, José Teixeira Maciel, foi feito sinal com uma bandeira branca, que subiu e desceu no mastro, mais duma vez, acompanhada da bandeira brazileira. De bordo saíram logo três escaleres. Em terra começou a formar-se um magote de gente, surgindo de diversos pontos, como foi da casa de Sérgio Pereira Ribeiro, cônsul francês, onde consta terem-se armado alguns rebeldes. [2] Iam munidos de armas curtas, que disfarçavam entre as mãos sedentas, sob as dobras dos capotes. O grupo crescen — agitava-se... Inopinadamente atacaram a guarda do castelo de Santa Cruz, e nêle penetraram em pouco tempo, sem grande resistência, com um alarido vitorioso, aos vivas a D. Pedro, a D. Maria II, à Carta Constitucional. [3]

---

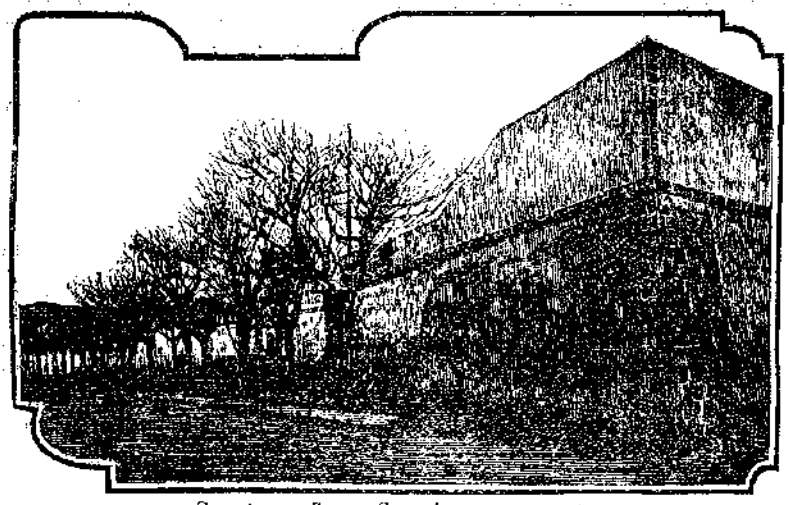
[1] Macedo, *Historia das quatro ilhas, etc.*, II, 55 a 62.

[2] Morada actualmente n.º 8, rua Conselheiro Medeiros

[3] «.... sendo tres para as quatro horas da tarde do dia 4 do corrente mez, depois do vice-consul do Brazil, José Teixeira Maciel, haver feito sinal para a fragata brazileira Izabel Maria, que neste porto tinha fundeado no dia 31 do passado, como já informei a v. ex.ª de uma bandeira branca por debaixo da da nação, arriando-a e içando-a por mais de uma vez, por cujo signal sairam d'ella, com direcção á terra, tres escaleres, um tumulto de gente armada de armas curtas e prohibidas, debaixo de capotes, e tentaram surprehender a fortaleza de Santa Cruz, a principal d'esta ilha, e onde existiam as munições de guerra quasi na totalidade, o que com effeito conseguiram, seguindo-se immediatos vivas ao senhor D. Pedro e á carta constitucional....» (of. de Morães Ancora ao gov. dos Açores, em 7-11-1828) — «..... a casa de Sergio Pereira Ribeiro, onde se diz terem-se armado alguns rebeldes.....» (of. do dia 6, ao ministro da marinha. Leite de Barros) — *Arch. dos Açores*, I, 313 e 355

O governador e major, amedrontados, deixando ao abandono os quarteis e fortalezas, munições, armamento, reuniram toda a tropa, e foram de cebo nos calcanhares situar-se longe, na frèguesia da Feteira. [1]

Os revoltosos é que foram duma impericia sem explicação. Encerrados no castelo, dormindo pacatamente a noite, imaginavam ter feito tudo. Não tomavam medidas, de nada se forneciam, nem sequer daquilo que os outros tinham ao desamparo, aqui e acolá. A sua diligência única estava em convidar todos os que passavam a associarem-se na emprêsa. [2]



Castelo de Santa Cruz (lado da terra)

O tempo, ao anoitecer, começando de soprar rijo, obrigou a fragata a pôr-se de vela. [3] Alguns mais prudentes, que viam o caso a complicar-se — o tenente-coronel de milicias João Whyton, os cadetes da companhia de linha, prêsos por adversos ao anterior movimento de setembro, José Pamplona Côrte Real e Roque Francisco Furtado de Melo — com o pretexto de ir em busca de mais armamento, trataram de segurar suas pessoas, fazendo-se de remos para bordo do navio, que ainda bordejava na baia. [4]

---

[1] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, II, 67
[2] Ib., idem
[3] Ib., idem
[4] *Arch. dos Açores*, X, 344 (ofício cit., de 7-11-1728, de Morais Ancora)

O governador-e o major José de Betencurt, já esquecidos do primeiro instante de susto, procuraram asilo no convento de S. Francisco. Inteirados da acção frouxa e desamanhada dos revoltosos, mandaram pela calada da noite recolher a sua gente, que logo ocupou os postos abandonados e outras posições. Fizeram quartel general do edificio do Colégio. [1] Na casa próxima da alfândega, [2] e outras onde havia cofres públicos, colocaram guardas, que tiveram de desfechar as espingardas várias vezes, durante a escuridão, sôbre alguns vultos, caminhando surrateiros, manifestamente hostis. [3]

Pela manhã principiaram a fazer tiros lentos de artilharia, do castelo de Bom Jesus, erguido no meio do areal, ao norte da vila, contra o de Santa Cruz. Inutilmente, porèm. As balas voavam, como que sem endereço, inofensivas. Por outro lado, os revoltosos não davam sinal de si: nem se rendiam, nem replicavam. [4]

Como dest'arte nada conseguiam, levaram então os sitiantes para cima do cabeço da Artilharia, aquele pequeno monte devassando muito de perto o castelo, duas peças, uma de calibre três, despejando metralha, outra de calibre nove, visando em especial o portão da fortaleza. Os outros, que já não estavam muito temperados de ânimo, perante esta nova investida à queima roupa, violenta e certeira, em nada mais pensaram senão fugir, baldeando-se das muralhas abaixo, e tão precipitadamente, que caíram no mar, alguns deles. Poucos foram os valentes encontrados de armas em riste, na defesa do seu posto: apenas 23, segundo a relação dos prisioneiros feita pelo governador, entre êles, o cadete José Inocêncio Teles (V. *Ultros*, § 3.º, n.º 11). Mortos, dois sòmente, da parte dos revoltosos. As tropas fieis tiveram quatro feridos.

Cêrca de vinte e quatro horas durara a luta. [5]

---

[1] Hoje do Governo Civil

[2] Hoje Administração do Concelho

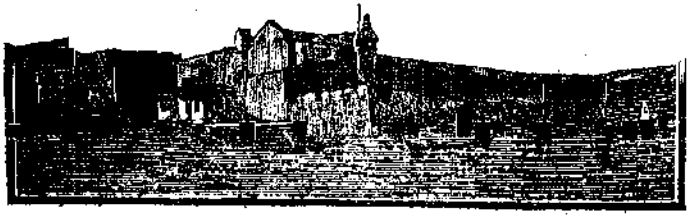
[3] «Esta circunstancia (referia-se ao receio de serem atacados pela fragata, que andava ainda à vista de terra) me tem levado a tomar medidas de cautella e a conservar de dia e noite a tropa em armas em o edificio do Collegio, ponto que julguei mais vantajoso para a defeza, assim da causa da realeza, como dos cofres reaes, que se têem conservado intactos, apesar de varios ataques que os rebeldes lhes pertenderam fazer na primeira noite com patrulhas armadas, que, para se não aproximarem d'elles, foi ás nossas vedetas necessario desfechar sobre os rebeldes differentes vezes (of. cit., de 7-11-1828)—*Arch. dos Açores*, idem, 344

[4] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, II, 67

[5] «.... durando esta luta como em viva guerra por mais de vinte e quatro horas, finda a qual... foram apprehendidos em flagrante, e alguns com as armas nas mãos, depois de haverem consumido e destruido uma mui consideravel parte das referidas munições, os militares e paizanos.... que compellidos pelos tiros de metralha de uma peça de calibre 3, que no dia 8 de manhã pude conseguir o collocar-se em uma altura, a que descoberta a mesma fortaleza e ameaçada das balas

É fácil de calcular a parte importante, senão o principal papel, que neste movimento tomou o major José de Betencurt e Vasconcelos. Basta lermos a ordem do dia, imediatamente lavrada (6 de nov.) em que o governador, Morais Ancora, o especialisa, cercando-o de louvores fartos e agradecidos; [1] basta considerarmos a maneira como o mesmo governador no ofício relatando os acontecimentos, o recomenda à benemerência do secretário de estado, ministro da marinha. [2]

Assim chegou a termo essa mal amadurecida aventura, chamada *revolta do castelo*, que depois consequências tão nocivas produziu, isto sem falar nos excessos que em seguida os soldados vitoriosos pretenderam cometer, e que foram motivo da câmara pedir a intervenção prudente do governador. [3] De tudo resultou a tal execranda devassa de que foi incumbido especialmente, dai a mêses, por carta régia de 14 de fevereiro de 1829, o desembargador José Monteiro Torres. [4]



Castello de Santa Cruz (lado do sul)

Deu início à devassa Luis da Terra Peixoto de Lacerda (V. *Peixotos*, § 3.º, n.º 9) juiz por bem da lei, na ausência em S. Miguel do respectivo juiz de fora. Além de leigo, a sua benevolência, murmuravam os rialistas, deixando passear impunemente pela vila alguns dos que tinham tomado parte muito activa na revolta, e que até chegaram, por isso, a

---

que tinha ordenado se arremeçassem contra a entrada, de uma peça de calibre 9, que no indicado sitio se tinha conduzido, se deitaram das muralhas abaixo com tanta precipitação, que alguns cairam ao mar. Os mortos da parte dos rebeldes, que tem chegado ao meu conhecimento, até agora, são dois, e igual numero de feridos gravemente.... felizmente da parte da tropa ninguem morreu, e os feridos chegaram ao numero de quatro, etc.» (of.º cit., de 7 nov.) *Arch. dos Açores*, idem, 344.

[1] Ib., 334

[2] Ib., 346

[3] Macedo, *Historia das quatro ilhas, etc.*, II, 461

[4] *Arch. dos Açores*, XI, 286

estar escondidos — António Francisco de Medeiros, os negociantes João Inácio de Sousa e Domingos Severino de Avelar, etc. — tornou-o suspeito. [1]

O corregedor, Miguel Maria Borges da Câmara (V. *Arriagas*, § 2.°, n.° 5) que residia no Faial, alheiou-se da questão, a título de molesto, e com a consorte ainda combalida de parto, numa cama. [2] No dia 24, porêm, avocou o processo à sua exclusiva jurisdição, não lhe imprimindo todavia aquele incremento que do alto desejavam, antes usando da mesma manifesta e tão estranhada cordura do inábil juiz substituto. [3] O seu intuito evidentemente era congraçar a família faialense, evitar maiores danos e dissabores. Prudente e desapaixonado, se de facto procurava — que não o procurou, como deduzimos do seu ofício remetendo, em 1 de julho de 1829, a devassa ao juiz de fora [4] — liquidar as responsabilidades de quem quer que fôsse, era dentro dos mais suaves limites, serenamente. Não servia. Olhado como desafecto aos poderes constituídos, [5] pouco tardou, pois, em ser prêso e destituído do cargo.

As zangas miguelistas precisavam de mais peçonha para dessedentar-se; — e nós facilmente avaliamos quanto nisto influiu o major José de Betencurt, que papel tão preponderante teve neste e no anterior movimento — que tão cego foi na sua labuta partidária.

Em fins de agosto de 1829 chegou à Horta na fragata *Diana* a alçada judicial presidida pelo desembargador. Tinha por fim especial sindicar acêrca da revolta; mas, no fundo, como depois se viu, curou simultâneamente de processar todos os que se mostravam opostos ao regimen absoluto. Êle próprio o dá a perceber em um dos seus ofícios. [6]

Monteiro Torres era individuo de caracter severo, despótico e cruel, inteiramente guiado pela paixão política, obscuro nos seus actos e no modo de julgar. Mal chegou e mostrou o que era e a que vinha, os corifeus do miguelismo exultaram à vontade, pondo-se em campo, num papejar de ódios, garras aguçadas. Um que mais se notabilisou pela truculência e actividade na perseguição — contas largas de quem muito se

---

[1] *Arch. dos Açores*, X, 355

[2] Ib., 335

[3] Ib., 355

[4] «.... assentei que devia esperar que se abrisse a syndicancia de que vinha encarregado o desembargador José Monteiro Torres, etc.» Idem, XI, 222

[5] Of. do desembargador Torres ao ministro, em 10-11-1829. — Idem, 252.

[6] «A agressão da fragata brazileira... não pode de maneira alguma excluir, nem os factos anteriormente á sua vinda praticados nesta ilha contra a real autoridade e soberania de el-rei nosso senhor, que fazem igualmente o objecto da minha comissão, etc.» (of. de 3-11-1829, ao corregedor Câmara) — *Arch. dos Açores*, XI, 257

engrenou nos manejos públicos — foi o major Belencurt e Vasconcelos. Tornou-se o factotum do sindicante. Se um e outro emparelhavam em rancores...

Ferveram as injustiças, as perfidias, as perseguições sem fundamento e imprevistas, sistematicamente exercidas contra os constitucionais. A espionagem desenvolveu-se como oficio proveitoso; teve acolhimento legal a delação. Os depoimentos eram recebidos em segredo, não sendo permitido aos acusados contestarem pessoalmente os seus acusadores. Qualquer mínima acção, uma simples palavra até, dava pretexto para incriminar aquele que havia em vista anular. Quando o cidadão menos se precatava, batia de chofre, ao estender pé fora da porta, com os esbirros da justiça, que o levavam prisioneiro para a cadeia pública, ou para os calabouços dos castelos de Santa Cruz ou de Bom Jesus.

Inúmeras foram as pessoas, tanto do povo como das principais da ilha, entre elas alguns sacerdotes (Lara de Andrade, juiz da alfândega, Bernardo Teles, escrivão da mesma alfândega, o tenente-coronel António Mariano de Lacerda, Domingos Severino de Avelar negociante, Manuel Baptista da Silva, boticário, Guilherme Ribeiro, filho do cônsul francês, José Maria de Sequeira, João António Linhares, Bernardo Soares, o vigário da Ribeirinha, Mateus Aquino, Domingos Guterres e Vitorino José Ribeiro, beneficiados da Matriz, João António da Costa, cura das Angústias, etc.) colhidos pela rede voraz do sindicante.

Os padres Aquino, Vitorino Ribeiro, Domingos Guterres, João António da Costa, Manuel Elias do Amaral, tesoureiro da Matriz, e a madre do convento da Glória, Mariana Narcisa, por sujeitos à classe eclesiástica, tiveram processo especial, sob a alçada do juiz de fora Manuel Garcia da Mata, e por virtude dum oficio do corregedor Miguel Maria. Eram acusados de cumplicidade na revolta. [1]

Em comunicação de 21 de maio de 1829, o corregedor manda que o juiz faça recolher os acusados, como medida preventiva, nos conventos do Carmo e de Santo António. No dia 24 é executada a ordem.

Aqui temos mais um indício da benevolência do corregedor — seis mêses após o delicto — nêste tardio procedimento justiceiro. Até o processo principal, que andara indolente sob sua vista, entrega ao juiz de fora, em 1 de julho. O sindicante estava a chegar...

Começa o inquérito contra os reverendos. A 7 de julho tem o processo autoação. Nada se provou, porém, de positivo, a não ser as suas manifestas ideias liberais professadas abertamente a favor do governo de D. Pedro, em conversas, e até do alto do púlpito pelo padre Mateus

[1] Existe um traslado dêste processo no cartório do 3.º oficio, Horta

Aquino. Afinal que outra coisa se pretendia da devassa senão inutilizá-los? Os rancores partidários não careciam de mais para saciar-se, suprimindo da preponderante classe clerical, êsses herejes, que até mações se dizia serem.

É lavrada pronúncia contra Vitorino José Ribeiro e João António da Costa. A 14 de abril de 1830 os autos são feitos conclusos; a 29 de outubro seguinte remetidos para o Tribunal das Justiças Criminais, em São Miguel, acompanhando os dois réus, que no dia 30 foram entregues ao mestre do hiate *Divina Providência*. Tiveram por condenação cinco anos de degredo em Cabo Verde; mas, encerrados nas masmorras infectas da Trafaria, ali penaram mêses, até que os triunfadores da sua causa foram restitui-los, e muitos outros, às alvoradas da luz (23-7-1833) por entre um delírio de aclamações, e da fuzilaria disparando festivamente. [1]

Do processo temos a considerar ainda uma página bastante curiosa, que é a que se refere à sóror Mariana Narcisa. Esta freira pertencia ao convento de São João. Era uma «estouvada constitucional», como lhe chamá Manuel Jacinto Labat em seu depoimento. Apaixonando-se pela vida política do país, de tal sorte defendia e difundia as ideias liberais, que formou partido entre as demais monjas, trazendo a comunidade em constante agitação. Chegou o caso a termo de promoverem assuadas contra quem as contrariava, como foi à madre Margarida Graham, [2] e ainda, o mais grave, ao padre Provincial.

Transferida para o mosteiro da Glória, ali continuou suas proezas de propagandista — mas, de irritada que a fizeram, mais acesamente. Começou o desassossêgo na colmeia. Grande número de irmãs formaram rancho com ela. Era envaidecida, num sorrir de glória, que se gabava de haver «desempoeirado a cabeça de algumas religiosas.» Tinha comunica-

---

[1] «.... o cura e um dos beneficiados, arrastados por espaço de 30 mêses de calabouço em calabouço, e sentenciados em S. Miguel pela comissão mixta a 5 anos de degredo para Cabo Verde, foram afinal no fausto dia 24 de julho de 1833 desenterrados semi-mortos das masmorras da Trafaria, onde existiram quasi 23 mêses, tendo sido presos no Faial em 24 de maio de 1829.» — *Breves linhas historicas*, etc. (anónimo) — O autor dêste folheto foi o próprio padre Vitorino.

[2] Esta freira, e mais duas irmãs, filhas do súbdito e cônsul inglês Alexandre Graham, gosavam de particular distinção no convento, e ali viviam com riqueza, mercê das liberalidades paternas. Margarida Graham, que conseguiu, por um breve pontifício, viver fora da clausura, a título de doente, tratava-se mundanamente e com opulência, recebida na melhor roda. Curou também de obter breve para anulação dos votos, no intuito de contrair matrimónio, disse-se, com o governador militar Rochelleben, que muito lhe frequentava os serões. Por motivos políticos o governador ausentou-se, o breve nunca veio — e a freira, recolhida a casa, faleceu poucos anos depois, esquecida e triste.. Dela se ocupa Ernesto Rebelo nas *Notas açorcanas*, II, 105 a 115.

ções para a rua, da janela do seu quarto, que ficava no primeiro andar do edifício, na empena voltada ao norte, deitando sôbre o adro, e fazendo ângulo com a igreja — comunicações amiudadas e sem rebuço, com o rebelde Máximo José Pereira, que naquele sitio se instalava de quando em quando a ler, em voz alta, vários papeis e gazetas estrangeiras, para instruí-la do que se pensava, do que sucedia. Ali próximo era a praça, onde havia a feira semanal, de gado; — da sua janela então, nesses dias, declamava para o povo, que via apinhar-se em baixo, boquiaberto, escutando-lhe as invectivas fogosas contra o regimen, contra D. Miguel — «o déspota, sanguinário, bradava, que não era rei, nem o seria, nem como tal o reconheciam as nações.» [1]

Semelhante ferver de cabeça feminina é de pasmar. Numa freira era estupendo.

Dos autos não consta qual o correctivo que teve; sabe-se no entanto, por tradição, que lhe acomodaram o génio na silenciosa quadra do calabouço monástico.

Uma outra vitima dos nefandos tentáculos politicos do sindicante Torres foi o capitão-mor, morgado Terra, individualidade das mais notáveis e respeitadas da terra, nessa ocasião.

Certa manhã entraram-lhe pela porta dentro os aguazis fatais capitanoados — imaginem por quem — pelo major José de Betencurt e Vasconcelos!

Este homem, verdadeiro intruso, que na terra do Faial encontrara agasalho e fortuna, não teve escrúpulo algum de ir inagoar quem tão alto vivia, pela sua fortuna, pela sua origem, pela sua posição, pelo seu caracter — o morgado Terra, que, desde o começo, com toda a franqueza, lhe dispensara sempre favores e cortezias. Como a paixão politica desgruda as criaturas! Nem ao menos mostrou a tibieza de declinar noutro aquele papel iguóbil de beleguim, antes foi quem expontâneamente,

---

[1] «Padre Claudio Xavier da Silva, capelão do convento da Gloria, etc. Em quanto á madre Mariana Narciso, que era uma ininiga declarada do governo do Senhor D. Miguel, e que por isso já fora degredada do convento de S. João para o da Gloria, tendo ele testemunha ouvido várias conversas dela da sua janella do convento para a rua, como foi com o rebelde Maximo José Pereira, perguntando ella que novidades havião e respondeo elle Maximo José Pereira que o Miguelinho (El Roy Nosso Senhor e Senhor Dom Miguel Primeiro) e a Familia Real hião degradados para fora de Portugal, respondeu ella, ainda bem, não queremos cá despotas, os Povos não se tractam assim; que ella só lê livros prohibidos por seus principios de liberlinagem; que depois que ella foi para aquelle convento, dividiu as religiosas em partidos, privando a communidade do seu antigo socego, do que ella até se gabava dizendo ter desémpoeirado a cabeça de algumas religiosas...» — *Proc. cit* (cart. 3 ° oficio, Horta.)

num deleitado impulso de perversidade, diz uma testemunha da época, se ofereceu para executor da deprecada. [1] E foi num dia assinalado — dia de carnaval! [2]

Ninguem faça mal à conta de lhe vir bem. Nisto é que o major José de Betencurt pouco ou nada pensou, enfronhado como andava nas suas tarefas várias, algo obscuras. Confiava talvez demais na importância da sua pessoa.

Alguem jurara-lhe pela pele, sem dúvida, o que era natural, andando de alcateia para atirar-lhe o laço, na primeira ocasião. E pilharam-o. Não tardou muito. No dia 19 de julho (1830) é denunciado e prêso por contrabandista, e levado sem qualquer condescendência, para as enxovias da cadeia pública, na casa da câmara.

Respiraram um pouco os constitucionais. Os outros é que se entreolharam de consternados e estupefactos, vendo aquele seu chefe assim tão inesperadamente aniquilado. Causou o acontecimento, ao mesmo tempo, uma grande agitação no círculo oficial da ilha, pelo empenho afincado em querer salvar o delinquente. Foi grande a desinteligência entre as autoridades civil e militar, uma pró, outra contra o defraudador — escandalosa, no dizer do general Sousa Prego ao ministro: [3] mas venceu a primeira, que era pela lei, em defêsa de interesse maior, o Estado.

O contrabando, rumas de caixotes de tabaco e sabão, lá estava todo escondido numa loja do convento de São Francisco, a mais escusa, no mais negro desvão. Fôra guardado de conluio com o refeitoeiro da ordem.

Pela confissão irrefutável dêste frei, tão condescendente quanto dobre, e testemunho dos próprios carregadores, se provou ser o major José de Betencurt e Vasconcelos o único proprietário e gerente da emprêsa. Era mercadoria grossa. Todos os bens lhe foram logo sequestrados, e êle remetido dentro de breve trecho para Lisboa, a responder em conselho de guerra. Promoveu o processo, como lhe competia, Rodrigo Alves Guerra (V. *Ribeiros*, § 4.º, n.º 6) administrador do Real contracto do tabaco e saboarias na ilha do Faial. [4]

Sempre lhe valem um pouco a causa em que militava. Certamente tomando em conta a dedicação e serviços por êle prestados a Sua Majestade, os juizes absolveram-o da culpa, de resto evidente, restituindo-

---

[1] Garcia do Rozario, *Memoria genealogica*, ms., 40 e 40 v.
[2] Macedo, *Historia das quatro ilhas, etc.* II, 81
[3] *Arch. dos Açores*, XI, 147
[4] Macedo, *Historia das quatro ilhas, etc.*, II, 83

o ao pleno gôso de todos os seus direitos. O que lhe não restituiram foi os bens confiscados. Faminto andava o erário. Anos depois, o filho ainda procurou obtê-los, intentando uma acção, usando de influências; porêm baldadamente.

José de Betencurt, tão de pressa se viu livre, os passos desimpedidos para o que quizesse, tratou de regressar ao Faial, não aquietado de ânimo, como talvez supõem, antes encristando-se dum novo, senão mais alto fôlego. Vinha investido do cargo de comandante militar da ilha — e quais as intenções que êle pelo caminho já viria alinhavando não nos é muito difícil adivinhar. Quiz no entretanto o acaso que não conseguisse chegar à prática do seu programa.

Regressava a bordo da corveta *Urânia*, mandada pelo govêrno de Lisboa com alguns recursos para os seus quási rendidos adeptos nos Açôres. Foi em dias suaves de junho. Navegavam nas alturas da ilha Terceira, e já faziam conta de muito em breve ancorar na ilha do Faial — quando lhes despontou no horisonte, deslisando a todo o pano, uma embarcação suspeita. Velejavam ao norte de S. Miguel. O vigia subiu de alerta ao cesto da gávea. Aproximava-se o navio — cresceu: e lá no tope do mastro *rial*, sob o fulgor do sol que inundava o espaço, distinguiram o pavilhão francês a tremular brandamente. Era a fragata *Melpomene*, que fazia parte da esquadra bloqueando o porto de Lisboa, exigindo uma satisfação por violências praticadas contra alguns súbditos franceses. Cruzava nos mares açoreanos de acôrdo com os constitucionais, para mais frisar a hostilidade ao govêrno de D. Miguel. A *Urânia* foi uma boa prêsa, de mais a mais tomada sem grande desperdício de tiros, pois que se submeteu sem um único protesto das suas peças. [1] Aprisionaram-lhe a gente; e o casco, com tripulação segura, velejou para França, amarrando de conserva no porto de Brest. [2]

Vinte dias depois chegava à Horta o conde de Vila Flor com a sua minúscula divisão — e o govêrno absoluto extinguia-se aqui para sempre. [3]

E desta sorte o major José de Betencurt e Vasconcelos nunca mais poisou pés na terra faialense.

E com a mesma aragem, aquele personagem negro, parceiro de José de Betencurt, o sindicante Torres, desapareceu tambem. Num arripio de susto, percebendo o rufar das tropas vitoriosas, abalou com outros se-

[1] *Arch. dos Açores*, VI, 438
[2] Idem, XI, 490; — Macedo, *Historia das quatro ilhas*, II, 93
[3] O que acabo de escrever tornar-se-ha mais instrutivo, lendo em seguida o episódio que está exposto na nota (6) tit. *Oliveiras*

quazes rialistas para bordo dum navio, que estava a levantar ferro da baía de Porto-Pim.

Tem muito cabimento, para remate desta página, uma circunstância que Ernesto Rebelo relata e classifica na lista dos designios da Providência.

Residia o desembargador em Lisboa, na rua do Salitre, por volta de 1840. Tinha um filho, rapaz de quinze anos. Certo dia que êste regressava a casa, montado em seu gerico, dum passeio a fora de portas, foi apanhado pela quadrilha do célebre bandido Diogo Alves, que o roubou, levando-lhe o relójio, e deixando-o morto, esfaqueado, no meio do caminho...

26) João de Betencurt Vasconcelos Corrêa e Ávila. (§ 7.º, n.º 2)

◇ A João de Betencurt se deve o Teatro Faialense, que construiu quási todo à sua custa, num prédio seu, a princípio em modestas condições, depois a pouco e pouco melhorado. Foi inaugurado em 1853. Recentemente, em 1916, reedificou-o o seu neto José de Betencurt Vasconcelos Corrêa e Ávila.

TITULO VI

BOM-DIAS

São oriundos de Espanha, e estabeleceram-se na ilha do Faial, quando da dominação filipina, por duas vias, uma **Francisco de Bom Dia**, outra um seu sobrinho **Pedro Rodrigues de Carrascosa**, filho de sua irmã Paula de Bom-Dia.

§ 1.º

1 **Francisco de Bom-Dia** — m. 1646, casou com Beatriz Nunes (**1**)

Tiveram:

2 Jacinto de Bom-Dia, que segue
2 Francisco de Bom-Dia } religiosos franciscanos — (**2**)
2 Pedro de Bom-Dia }
2 Paula de St.º Antônio }
2 Bárbara da Natividade }
2 Bárbara do Rozário } freiras professas no convento de S. João—(**3**)
2 Beatriz do Espírito Santo }
2 Maria dos Serafins }

2 **Jacinto de Bom-Dia** — c. 21-8-1620 com Margarida da Silveira Pereira (V. **Pereiras**, § 4.º n.º 6) — (**4**)

Tiveram:

3 Maria de S. Jacinto, freira no convento de São João — (**5**)

§ 2.º

1 **Pedro Rodrigues Carrascosa** — 1.º casou com Catarina Teixeira, que m. 28-11-1650; 2.º casou com Ana Silveira, que m. 6-7-1689. — **(6)**

Dêste segundo matrimónio houve:

2 Maria Carrascosa Betencurt, b. 28-8-1654, m. 5-12-1680, c. 17-2-1670 com António Silveira de Lacerda (V. **Pereiras**, § 4.º, n.º 7)

Do primeiro matrimónio houve:

2 Sebastião Teixeira Carrascosa, que segue.
2 Paula de Bom-Dia, 1.º, casou com Manuel Silveira Caranta (V. **Pereiras**, § 11.º, n.º 2) 2.º, casou com Amaro Pereira de Lacerda (V. **Pereiras**, § 3.º, n.º 5)
2 Mariana Carrascosa, freira no convento de São João — **(7)**
2 Manuel de Bom-Dia, casado com Maria Nunes
2 Pedro de Bom-Dia, m. 6-10-1663, c. 29-10-1656 com Catarina da Silveira Vilalobos, m. 21-3-1676 (V. **Silveiras**, § 2.º, n.º 5) Tiveram:

3 Maria Ana da Piedade, freira no convento de São João — **(8)**
3 Ana Carrascosa, b. 5-8-1658; 1.º, c. 1678 com Manuel Silveira Gouvêa; 2.º, c. 28-12-1716 com Bento Xavier de Lima — **(9)**

Do primeiro matrimónio houve:

4 Francisco da Silveira Gouvêa
4 Ana Maria Josefa da Silveira, c. 3-8-1741 com António Machado Viveiros
4 Catarina Gouvêa, casada com Bartolomeu Gaspar Milão, nascendo dêste consórcio:

5 Maria Luiza Bernarda, c. 14-6-1730 com Estácio Machado d'Utra Teles (V. **Utras**, § 3.º, n.º 9)

2 **Sebastião Teixeira Carrascosa** — m. 4-2-1701 com setenta e um anos de idade; casou com Ana de Azevedo (V. **Pereiras**, § 2.º, n.º 6) que m. 2-6-1698 com sessenta e três anos de idade. — **(10)**

Tiveram:

3 Francisco Pereira Teixeira Sarmento, que segue
3 Pedro Teixeira Pereira, b. 8-4-1654

3 **Francisco Pereira Teixeira Sarmento** — b. 27-7-1656, m. 27-5-1681, c. 20-10-1680 com Mariana Pereira da Silveira (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 6) — **(11)**

NOTAS

1) **Francisco de Bom-Dia** ◈ (§ 1.º, n.º 1)

◇ Era filho de Pedro de Bom-Dia e de sua mulher Elvira da Serra, residentes em Villa Maior (Espanha). Diz frei Diogo das Chagas, que veiu para o Faial como soldado de pique, no terço dos castelhanos comandados pelo capitão Ruas, quando submettidas as ilhas ao governo filipino. No Faial casou e ficou vivendo, desobrigado do serviço militar, e por tal forma agenciando o seu negócio, que acumulou grossa fortuna, a ponto de ser considerado um dos homens mais ricos da ilha, no seu tempo. Serviu alguns cargos públicos, entre êles, durante muitos anos, o de síndico do convento de S. João. [1]

2) **Francisco de Bom-Dia, Pedro de Bom-Dia** ◈ (§ 1.º, n.º 2)

◇ A respeito dêstes religiosos, escreve Fr. Diogo das Chagas: «Fr. Pedro que morreu estudante teolego, e Fr.

[1] «Veio no terço dos Castelhanos, quando as ilhas se entraram, e foi por soldado do capitão Ruas, que na ilha por cabo esteve, e *parece-me era soldado de pique*..... indo-se os Castelhanos (por ordem que teve) se ficou morador, desobrigado da milicia, e tão boa negociação teve em sua vida, assim elle como sua mulher, que vieram a ser muito ricos, e foi elle um dos homens do Faial, do seu tempo, assim em riqueza, como em nobreza, servindo todos os cargos da Republica, e do sindico nosso, e das mudres de S. João, até morrer.» — Chagas, *Espelho crystallino, etc.*, parte II, cap. 14.º, art. 6.º

Francisco, que morreu sendo corista e muito grande tangedor de baixão...» [1]

3) Paula de St.ª António, Bárbara da, etc. ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 2)

◇ Encontro mais uma filha de Francisco de Bom-Dia, também freira no convento de S. João, além das quatro que Frei Diogo das Chagas aponta, e que, no seu dizer pitoresco, «foram as de mais partes que em elle entraram por suas vozes e musicas.» [2] Herdaram do pais natal a inclinação artistica.

Havia duas Bárbaras — a Bárbara da Natividade de que fala o cronista, e uma outra denominada Bárbara do Rozário, a que se faz referência num dos documentos coevos que folheei.

Paula de Santo António foi dotada na profissão, pelos pais, por escritura de 31-10-1623, e Barbara da Natividade por escritura de 16-10-1609. [3] Maria dos Serafins professou no dia da Visitação de St.ª Izabel, em 1623, com dezasseis anos de idade. Beatriz do Espirito Santo foi abadessa.

4) Jacinto de Bom-Dia ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 2)

◇ Teve de dote matrimonial, que o pai lhe fez, cinco mil cruzados, sendo depois herdeiro universal da grande fortuna paterna, que Frei Diogo das Chagas calculou iria parar toda por fim ao convento. [4]

5) Maria de São Jacinto ◈ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Foi freira professa no mosteiro de S. João. O pai dotou-a, quando professou, por escritura lavrada em 1 de julho de 1647. [5]

6) Pedro Rodrigues Carrascosa (§ 2.º, n.º 1)

◇ Já me deu que matutar, êste apelido Carrascosa. De facto não encontra o leitor uma tal ou qual afinidade entre êle e a denominação da antiga rua da Carrasca?

Foi uma circunstância que logo me surpreendeu no inicio das minhas investigações, aguçando-me insistentemente a curiosidade. Prometi, de mim para mim, explicar a analogia; mas, por mais que rebuscasse,

---

[1] Chagas, *Espelho*, etc., parte II, cap. 14.º, art. 6.º
[2] Idem, ib.
[3] *Tombo conv. S. João*, liv. IV (Arq. rep. dist. fin., Horta)
[4] Chagas, *Espelho*, etc., parte II, cap. 14.º, art. 6.º
[5] *Tomb. conv. S. João*, liv. XI (Arq. rep. dist. fin., Horta)

que supuzesse, que deduzisse, nunca fiz brecha projectando luz sôbre esta banalidade histórica.

Porque a rua da Carrasca, estreita e tortuosa, sombria, deserta, foi uma rua histórica da Horta. Por ela fugiram, certa noite, umas freiras do convento da Glória. Nela estava o célebre poço com a melhor água potável da Horta, e à qual gaiatofeiramente se atribuiam psicológicas virtudes terapêuticas sôbre os estranhos que a provavam. Vinham animados de sublimes intenções, apregoando rompantes de actividade, projectos de vida brilhante, moralizadora, productiva? Eram uma acalentadora esperança. Mas o tempo decorria — e ei-los preguiçosamente refastelados nas poltronas, como os outros, inofensivos e estéreis, um sorriso vago a evolar-se-lhes dos lábios com o fumo indolente dum cigarro... Tinham bebido água da Carrasca!

Como ia dizendo, prometi; mas a charada era impenetravel.

Um dia, porém, no meio duma leitura roceira sôbre apagado e pocirento papel, descubro que morava na esquina da rua da Misericórdia, na casa hoje n.º 35 — «defronte do convento ora em edificação de Nossa Senhora da Gloria» — Pero Roiz Carrascosa. Isto que, em avulso, aos olhos de qualquer, nada significava, para mim alguma coisa queria dizer. Já constituia um valor de entrar em equação. Carrasca, Carrascosa...

Entretanto eu não fazia caminho. Pouco era ainda. E assim se achava o problema de conserva — quando um novo facto surgiu, expressivo e súbito, a espicaçar-me rijo, outra vez. Num papel particular, sem préstimo de maior, em lelo o apelido Carrascosa escrito por abreviatura, mas numa abreviatura que foi um verdadeiro clarão revelador: — Carrasca.

Então desatei a série dos raciocinios. Talvez que Pedro Carrascosa, morando na citada casa da esquina, construisse o poço de água nascente, adjunto, que ainda hoje existe. Havia no canto da alfândega o poço do capitão-mor: e mais, noutros sitios... Assim, os nobres senhores, de sua conta, se associavam aos melhoramentos públicos. Pedro Rodrigues Carrascosa, seguindo o exemplo, tambem entrava no número dêsses beneméritos. Fez o poço, que tomou o seu nome, é claro, por consequência, segundo a corruptela popular, denominado o poço de Pero Carrasca, ou mais simplesmente, por fim, o *poço da Carrasca*.

E o leitor está vendo, lógicamente, como a designação do poço, se estendeu tambem à rua, que da mesma sorte ficou sendo *rua da Carrasca*.

Isto são conjecturas, eu sei; mas hão de concordar que andamos muito perto da verdade. Não lhes parece?

Pedro Rodrigues Carrascosa foi juiz dos órfãos e dos ausentes em 1643. [1]

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. IV, 30.

Como referi no começo dêste titulo, era filho de Paula de Bom-Dia casada com Alvaro Rodrigues Carrascosa, neto materno de Pedro de Bom-Dia e de sua mulher Elvira Serra, já citados. Veio a chamamento do tio, Francisco de Bom-Dia, para o Faial, onde, mercador como êle, e à sua sombra, tão bom comércio fez, que ajuntou largo cabedal, e foi um dos principais na governança da terra. [1]

7) Mariana Carrascosa ◈ (§ 2.º, n.º 2) ◇ Freira no convento de S. João, onde professou, dotada pelo pai por escritura de 11 de setembro de 1636. Ficou a chamar-se Maria da Piedade. [2]

8) Maria Ana da Piedade ◈ (§ 2.º, n.º 3) ◇ Professou no convento de S. João, sendo dotada pelo tio Sebastião Teixeira Carrascosa por escritura de 13 de dezembro de 1681. [3]

9) Ana Carrascosa ◈ ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 3) ◇ O primeiro marido, Manuel Silveira Gouvêa exerceu o cargo de juiz ordinário na Horta em 1655, e foi síndico do convento de S. João.

10) Sebastião Teixeira Carrascosa ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 2º, n.º 2) ◇ Foi juiz dos defuntos e ausentes no Faial em 1660, [4] e ouvidor das justiças em 1681, por nomeação do donatário Rodrigo Sanches Bacna Farinha.

Para o casamento da neta, Ana Francisca Teixeira (V. *Ataídes*, § 1.º, n.º 7) com Cosme de Brum, êle e a consorte fizeram doação, por sua morte, de todos os seus bens, instituindo a terça em vinculo de morgado. Confirmaram a doação em testamento, estatuindo que, na falta de descendentes da dita neta, passariam as terças aos parentes mais chegados. Declararam que, por sucessão de seu pai e sogro Francisco Pereira Sarmento, eram os administradores da ermida de Santo Amaro, cuja fábrica constava de 20 alqueires de trigo e 300 reis de fôro, e que sempre, enquanto vivos, tinham mandado efectuar anualmente a respectiva festa do orago. Mais disse êle, Sebastião Teixeira que deixava à dita er-

---

[1] Chagas, *Espelho*, etc., parte II, cap. 14.º, art.º 6.º
[2] *Tombo conv. S. João*, liv. IV (Arq. Rep. dist. Ins., Horta)
[3] *Idem, idem*
[4] *Reg. cam. da Horta*, liv. V, 114

mida todos os gastos que na mesma, em vida, tinha feito. [1] Em 1698, êle e a consorte, aumentaram a dotação da ermida com o fôro anual de 1$200 reis imposto numa vinha do Pico, com obrigação de ali serem rezadas duas missas no dia do santo. [2]

11) Francisco Pereira Teixeira Sarmento ◈ ◈ ◈
(§ 2.°, n.° 3)

◇ Por virtude do seu casamento, foi o continuador da linha vincular dos Ataides. Procure-se, pois, neste titulo a sua descendência.

[1] Nuns autos de habilitação. Cart. do 4.° of.. Horta
[2] Macedo, *Historia das quatro ilhas, etc.*, III, 261

TITULO VII

BRUNS

Os Bruns, nos Açôres, são de origem flamenga, descendentes de **Guilherme de Brum** (em flamengo, Wilhelm van der Bruyn Kasmasch) natural de Maestricht, e que no último quartel do século XV (cêrca de 1480, presume-se) emigrou para a ilha da Madeira, passando depois êle e os filhos, ou talvez só os filhos, à ilha do Faial.

§ 1.º

1 **Guilherme de Brum** — casou com Violante Vaz Ferreira Pimentel. (1)
Tiveram:

2 António de Brum, o Velho, que segue
2 Catarina de Brum, casada com João da Silveira (V. **Terras**, § 2.º n.º 2)
2 Cosme de Brum, casado com F..., de quem teve:

3 António Ferreira de Brum, casado com F..., de quem houve:

4 Cosme Ferreira de Brum, casado com Joana...

2 **António de Brum, o Velho** — m. 22-3-1590; 1.º, casou com Bárbara da Silveira, m. 19-7-1585 (V. **Terras**, § 1.º, n.º 2) 2.º, casou com Inês Ferreira. — (2)

Do primeiro casamento teve:

3 António de Brum da Silveira, que segue
3 Gaspar de Brum da Silveira, clérigo, m. 19-10-1602 — (3)
3 Manuel de Brum da Silveira, clérigo — (4)
3 Baltazar Brum Leite — (5)
3 Margarida da Silveira, casada com Manuel da Fonseca Pinto — (6)
3 Ana de Brum da Silveira, casada com Jorge d'Ulra da Silveira (V. **Silveiras**, § 1.º, n.º 3)

3 **António de Brum da Silveira** — casado com Maria Frias Pimentel. — (7)

Tiveram:

4 Jerónimo Brum da Silveira, que segue
4 Calixto da Trindade } frades franciscanos
4 Manuel das Chagas, m. 3-2-1637 }
4 Pedro Brum da Silveira
4 Baltazar Brum da Silveira — (8)
4 Bárbara da Silveira, casada com Luís do Canto, da ilha Terceira, m. 3-8-1630

4 **Jerónimo Brum da Silveira** — casado com Júlia Taveira. — (9)

Tiveram:

5 Manuel de Brum da Silveira e Frias, que segue
5 José Taveira, casado com Izabel do Canto
5 Bárbara de S. Jerónimo }
5 Joana de S. Miguel } freiras no mosteiro de St. André, P. Delgada
5 Júlia da Encarnação }
5 Luiza da Silveira, casada com Ruy Taveira — (10)
5 Maria Frias, que casou, 1.º com Duarte Borges, 2.º com o doutor António Betencurt

5 **Manuel de Brum da Silveira e Frias** — casado com Guiomar Soeira Camelo. — (11)

Tiveram:

6 Jerónimo Brum da Silveira e Frias, que segue
6 Paula de Brum Taveira
6 Manuel Taveira, m. 10-5-1706 } clérigos
6 Inácio de Frias }
6 Bárbara de S. Miguel }
6 Jerónima do Sacramento } freiras no mosteiro de St. André, P. Delgada
6 Catarina de Brum, casada com Manuel Tavares da Silva — (12)
6 Cosmo Taveira de Brum, c. 22-2-1694 com Ana Francisca Teixeira, b. 24-8-1681 (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 7) nascendo dêste consórcio:

7 Francisco António Taveira, casado com F...
7 Manuel de Brum, clérigo

7 Maria Madalena
7 Luiza Maria da Assunção } freiras no convento de Santo André, Ponta Delgada

6 **Jerónimo Brum da Silveira Frias** — m. 6-4-1690, c. 1-7-1674 com Maria Montojo, b. 7-1-1657, m. 17-12-1708 (V. **Pórras**, § 1.º n.º 6) — (**13**)

Tiveram:

7 Tomás Brum da Silveira Pórras Taveira, que segue
7 António Xavier Montojo, clérigo, b. 28-10-1687
7 Jorge de Brum, b. 11-2-1680
7 Jerónima Maria Montojo, b. 10-8-1681, c. 12-3-1698 com Francisco Paim da Câmara, natural da ilha Terceira
7 Manuel José da Silveira, m. 25-8-1749 com setenta e cinco anos de idade, casou com Paula Josefa, b. 15-1-1684, m. 4-2-1761 (V. **Terras**, § 3.º, n.º 6) — (**14**)

Tiveram:

8 José Tomás da Silveira, n. 6-3-1710, m. 9-12-1778
8 Francisco Manuel Frias, n. 2-3-1716, m. 6-4-1784 } clérigos — (**15**)
8 António Inácio Taveira, n. 24-3-1717, m. 4-11-1776
8 Ana Jacinta da Boa Nova, n. 12-3-1707, m. 3-9-1779 } freiras
8 Francisca Margarida do Sacramento — (**16**)
8 Maria, n. 6-8-1702, m. 13-6-1713
8 Josefa, n. 30-7-1705, m. 12-7-1706
8 Antónia, n. 20-7-1712, m. 24-7-1728
8 Jorge, n. 2-5-1704, m. 29-7-1702
8 Tomás, n. 31-12-1713, m. 8-6-1727
8 Jerónimo, n. 29-3-1719, m. 10-6-1727 } (**17**)
8 Inácio, n. 17-7-1725, m. 6-6-1727
8 Francisca Mariana Montojo, n. 16-2-1721, m. 5-2-1791, c. 30-1-1758 com Tomás José Brum da Silveira Leite (V. **Terras**, § 3.º, n.º 7)

7 **Tomás Brum da Silveira Pórras Taveira** — b. 29-8-1675, m. 30-5-1752, casou com Jerónima Maria Paim da Câmara. — (**18**)

Tiveram:

8 Jerónimo Brum da Silveira, que segue
8 Jerónima Montojo Paim, n. 11-3-1704, c. 22-11-1723 com Manuel Inácio Borges d'Ávila Paim — (**19**)
8 Izabel Inácia de Santa Rita, n. 23-6-1702, m. 15-11-1760 } freiras
8 Brígida Josefa de Santo Inácio, n. 2-3-1721, m. 22-3-1797 } — (**20**)
8 Maria Antónia Montojo, n. 7-1-1697, m. 26-11-1760, casou com Jacinto Manuel Brum Leite (V. **Terras**, § 3.º, n.º 6
8 Francisco, m. de dias
8 F... } (**21**)
8 Antonio Taveira da Neiva Brum, clérigo, n. 22-7-1706, m. 2-6-1775. — (**22**)
8 Manuel Paim de Frias, m. 17-11-1769 com cincoanta e oito anos de idade, clérigo — (**23**)

8 **Jerónimo Brum da Silveira Pórras Frias Taveira** — n. 8-4-1700, m. 23-8-1757, casou com sua prima Josefa Maria Paim de Montojo, m. 12-9-1769. — (**24**)

Tiveram:

9 Tomás Francisco Brum da Silveira, que segue
9 Francisca Efigênia de Montojo Paim, n. 30-10-1728, c. 6-8-1758 com seu tio Tomas Paim de Betencurt, natural de Angra, nascendo déste consórcio:

10 Jerónima Pulquéria Montojo, casada com seu primo Jerónimo Sebastião Brum da Silveira (V. **abaixo**, n.º 10)
10 Teotónio de Ornelas Brum Paim, casado com sua prima Josefa Jerónima Paim da Câmara (V. **abaixo**, n.º 10) — (**25**)

9 **Tomás Francisco Brum da Silveira** — n. 3-12-1721, m. 5-12-1789, casou na cidade de Angra com sua tia Rita Eugénia Paim da Câmara, m. 4-4-1798 com setenta anos de idade. — (**26**)

Tiveram:

10 Jerónimo Sebastião Brum da Silveira, que segue
10 Manuel Inácio Brum da Silveira Taveira n. 1-11-1759, m. 17-9-1812 — (**27**)
10 António Taveira de Neiva, n. 28-3-1762, m. 27-3-1778 — (**28**)
10 Josefa Jerónima Paim da Câmara, casada com seu primo Teotónio de Ornelas Brum Paim (V. **acima**, n.º 10)
10 Maria Tomásia Montojo, n. 7-3-1761, m. 18-3-1823, c. 28-2-1791 com José Francisco da Câmara Berquó (V. **Berquós, § 1.º**, n.º 5.)

10 **Jerónimo Sebastião Brum da Silveira** — m. 15-4-1806, na cidade de Angra, onde havia casado em 10-7-1780 com sua prima Jerónima Pulquéria Montojo, m. 25-4-1827 com sessenta e seis anos de idade (V. **acima**, n.º 10) — (**29**)

Tiveram:

11 António Francisco Taveira, que segue
11 Francisca Carlota de Montojo, n. 21-11-1786, m. 9-12-1831, casou com João Carvalhal da Silveira, natural da cidade de Angra — (**30**)

Tiveram:

12 João Carvalhal da Silveira, n. 12-10-1809, casou na cidade de Angra com Genoveva Leite
12 Jerónima Carvalhal, n. 15-5-1811, m. 2-5-1833, c. 30-7-1831 com José da Cunha Brum (V. **Cunhas, § 1.º**, n.º 7)
12 Maria Júlia Terra Carvalhal, n. 7-11-1807, m. 21-4-1871, c. 25-4-1832 com José Francisco da Terra Brum (V. **Terras, § 3.º**, n.º 9)

11 **António Francisco Taveira** — n. 5-10-1795, m. 1827 na

cidade de P. Delgada, onde tinha realisado o seu consórcio aos 2-8-1815 com Francisca Cândida de Medeiros. — (**31**)

Tiveram:

12 Maria Guilhermina Taveira, que segue
12 Maria do Carmo, n. 1825, m. 28-12-1832

12 **Maria Guilhermina Taveira** — n. 7-12-1826, c. 17-8-1842 com José do Canto, de Ponta Delgada. - (**32**)

Tiveram:

13 António do Canto Brum, que segue
13 Maria Brum do Canto, casada com seu tio doutor Engénio do Canto
13 Margarida Brum do Canto, casada com doutor Artur Hintze Ribeiro
13 Maria Guilhermina Brum do Canto, casada com doutor Guilherme Poças Falcão
13 José do Canto Brum, casado com Clara Júlia de Medeiros Albuquerque, de quem teve:

14 Clara Brum do Canto, freira professa em França

13 **António do Canto Brum** — casado com Genoveva das Mercês Carvalhal.

Tiveram:

14 João Dias de Carvalhal do Canto Brum
14 António de Carvalhal do Canto Brum
14 Genoveva de Carvalhal do Canto Brum, casada com Pedro Alvares da Câmara Paim de Bruges
14 Maria Guilhermina de Carvalhal do Canto Brum, casada com Augusto de Almeida Monjardino
14 Catarina de Carvalhal do Canto Brum, casada com António Gularte Cardoso, da ilha do Faial
14 Margarida de Carvalhal do Canto Brum, casada com Anfero Homem de Noronha

NOTAS

1) Guilherme de Brum ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 1) ◇ Conforme referi no começo dêste título, era flamengo, natural de Maestricht, donde emigrou para a ilha da Madeira em fins do século XV (supõe-se que em 1486) e ali casou, sendo a consorte de família fidalga da ilha.

2) António de Brum, o Velho (§ 1.º, n.º 2) ◇ Foi homem de grande respeito, pelas suas virtudes e importância da sua casa, «honrado bom christão de boa vida», no dizer de Gaspar Frutuoso, seu contemporâneo. Era tido por um dos mais ricos homens destas ilhas, sendo a sua fazenda avaliada em mais de duzentos mil cruzados. [1] Ele e a primeira consorte fizeram testamento de mão comum em 19 de julho de 1585, pelo qual legaram à Misericórdia da Horta seis moios de trigo. [2]

3) Gaspar de Brum da Silveira (§ 1.º, n.º 3) ◇ Era extremamente cubiçoso êste paúre. Calculando vir a ser desfalcado na herança, por virtude do segundo ca-

---

[1] Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*, parte II, cap. 36 (cópia José Torres)
[2] Tombo Misericórdia, Horta, liv. I

samento do pai, intentou uma demanda contra êle, para anulação dêsse enlace, perante o fôro eclesiastico. O pai estremeceu de cólera: fez novo testamento em data de 15 de fevereiro de 1590 — e deserdou-o. [1]

4) Manuel de Brum da Silveira (§ 1.º, n.º 3)

◇ Licenceado em canones e exercendo a dignidade de deão na Sé de Angra. [2] Foi comissário do Santo Oficio. [3]

5) Baltazar Brum Leite ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Formado em direito pela universidade de Coimbra. Residiu em Sevilha, Espanha, onde comerciava em pastel e outras mercadorias que lhe iam das ilhas, de sociedade com seu pai e irmão Gaspar. A sua casa era afamada, e possuia uma das melhores quintas que ali havia. [4] Instituiu por seu herdeiro universal o convento de S. Domingos, daquela cidade. [5]

6) Margarida da Silveira (§ 1.º, n.º 3)

◇ O marido, doutor Manuel da Fonseca, cavaleiro da ordem de Cristo, foi corregedor nos Açôres, e depois desembargador da Casa da Suplicação, e juiz dos feitos de el-rei. [6] Como partidário do Prior do Crato, entrou na batalha da ponte de Alcantra, morrendo trespassado a golpes de lanças.

7) António de Brum da Silveira (§ 1.º, n.º 3)

◇ A consorte, Maria Frias Pimentel, era natural da cidade de Ponta Delgada, e filha do notável jurisconsulto Bartolomeu de Frias, homem nobre e rico, e de sua mulher Jordoa de Rezendes. Êste Bartolomeu de Frias era filho de Fernão Anes de Puga, natural de Ponte de Lima, casado com Genebra de Frias, filha do fidalgo castelhano Rui de Frias e de sua mulher Leonor Pires. [7] Foi um tio materno de Maria Frias Pimentel, chamado Diogo Vaz Carreiro, que instituiu, na cidade de Ponta Delgada, o padroado de Santo André. Dêste António de Brum da Silveira e do sogro conta Gaspar Frutuoso serem «homens muito nobres e poderosos e de grandes espiritos.»

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 43.
[2] Frutuoso, *Saudades da Terra*, parte II, cap. 36 (cópia J. Torres)
[3] Ferreira Serpa, *O Instituto*, vol. 62.º, n.º 6
[4] «... e tem lá a mais rica e curiosa quinta q̃ ha n'aquellas partes.» — Frutuoso, *Saudades, etc.*, idem, id.
[5] Rozário, *Memoria, etc.*, idem
[6] Frutuoso, *Saudades, etc.*, idem, id.
[7] Cordeiro, *Historia insulana*, II, liv. VIII, cap. V

8) Baltazar Brum da Silveira (§ 1.º, n.º 4) ◇ Emigrou para Castela, donde nunca mais voltou, e onde faleceu.

9) Jerónimo Brum da Silveira (§ 1.º, n.º 4) ◇ Saiu do convento de S. Francisco, em Ponta Delgada, no qual estava recolhido sob o hábito de noviço, para casar com Júlia Taveira, que era filha de Francisco Taveira de Neiva, fidalgo da casa de el-rei, natural da vila de Arcos, Braga. Um irmão da consorte, tambem Francisco Taveira, clérigo, instituiu um morgado para andar na linha dos filhos segundos da referida sua irmã, passando, quando por acaso extinta essa linha, à linha directa dos Bruns. [1]

Jerónimo de Brum foi capitão-mor na vila da Ribeira Grande.

10) Luiza da Silveira ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Fugiu da casa paterna para realisar o seu consórcio. Dela ficou descendência na vila da Ribeira Grande, ilha de S. Miguel.

11) Manuel de Brum da Silveira e Frias ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Foi homem de muito tino e de grande elevação de caracter, quer no govêrno da sua casa como em exemplos de caracter e de nobreza. Cognominavam-no de *Padroeiro*, devido a possuir o padroado de vários conventos e recolhimentos na ilha de S. Miguel. Foi capitão-mor na Ribeira Grande. [2]

12) Catarina de Brum da Silveira ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 6) ◇ Raptada de casa de seus pais por Manuel Tavares da Silva, com quem casou, ficando dêles descendência.

13) Jerónimo Brum da Silveira Frias ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 6) ◇ Por virtude do seu casamento, ficou na ilha do Faial, onde a família Brum passou a ter residência fixa até ao primeiro quartel do século XIX.

Maria Montojo, a consorte, matrimoniou-se segunda vez com o do-

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, 44 v., 45

[2] «... e pessoa de tanto juizo, tanta liberalidade e caridade, e tão exemplar Catholico, e de tanto governo, e Christão trato, e brio, que em toda a Ilha de São Miguel, onde estive há cincoenta annos, não conheci fidalgo que o excedesse em as sobreditas excellencias.» Cordeiro, *Historia insulana*, II. liv. VIII, cap. V

sembargador João de Soveral Barbuda, corregedor e provedor da fazenda nos Açores, e com êle foi para Lisboa, onde faleceu, «desenganada do erro que fizera em se vir de sua Ilha.» [1]

O desembargador João de Soveral era filho duma nobre família natural de Carnide. Depois de viuvo consorciou-se em segundas núpcias com uma senhora de nome Josefa Antónia de Pina e Barros. [2] Quando de corrreição no Faial, a indústria da sericultura foi um dos seus mores cuidados, promovendo a criação de bichos de seda, e ordenando a plantação de amoreiras.

O filho, Tomás de Brum, declarou em testamento ter transladado os ossos de sua mãe para o Faial, regressando duma viagem a Lisboa, e havê-los depositado no jazigo que mandara fazer na capela de S. Braz, em a igreja do convento de S. Francisco, da Horta. [3]

14) Manuel José da Silveira (§ 1.º, n.º 7) ◇ Os pais fizeram-lhe doação de todos os seus bens livres para o efeito de casar, como casou, com Paula Josefa, sua parente. Esta, a seu turno, para o casamento da filha Francisca Mariana com Tomás José Brum Leite, doou a terça parte de todos os seus bens, e a terça havida de sua mãe, concorrendo na mesma escritura, feita aos 15 de agosto de 1758, com todos os seus bens, e para o mesmo fim, os filhos, padres José Tomás, Francisco de Frias e António Taveira. [4] Manuel José da Silveira teve carta de familiar do Santo Ofício, em 27 de fevereiro de 1711. [5]

15) José Tomás da Silveira, Francisco Manuel, etc. (§ 1.º, n.º 8) ◇ A Francisco Manuel de Frias e a António Inácio Taveira fizeram os pais escritura de património em 25 de agosto de 1741, e aos três fez a mãe, depois de viuva, escritura de doação em 19 de novembro de 1756. [6]

---

[1] Cordeiro, *História insulana*, II, liv. VIII, cap. V

[2] Baptista Pereira, *Memorias de Carnide* (*O Instituto*, vol. 61.º, n.º 10)

[3] «... seremos sepultados no nosso jazigo que a nossa custa fizemos na Capella do Glorioso São Braz para a qual mandamos conduzir os cadaveis de nossos avós e antecessores e dos paes delle testador, sendo os de sua May Dona Maria Montojo da Silveira que segunda vez foi cazada com o Dezembargador João de Soveral Barbudo, e sendo sepultada no convento dos Religiosos Terceiros da cidade de Lisboa em sepultura particular elle testador vindo de Lisboa donde esteve lhe trouxe seos ossos para esta Ilha e os fez depositar no mesmo jazigo...» (numa autos de habilitação) — Arq. da casa Brum, Faial, maço n.º 62.

[4] Maço de escrituras do conv. de St.º António (Arq. Rep. dist. fin., Horta)

[5] Ferreira Serpa, *O Instituto*, vol. 62.º, n.º 6

[6] Cartório do 4.º ofício, Horta

16) Ana Jacinta da Boa Nova, Francisca Margarida, etc. (§ 1.º, n.º 8)

◇ A primeira teve dote, quando professou, em escritura outorgada pela mãe, já viuva, aos 17 de agosto de 1750; [1] Francisca Margarida foi dotada pelo pai por escritura de 22 de março de 1741. [2]

17) Tomás, Jerónimo, Inácio (§ 1.º, n.º 8)

◇ É uma circunstância bastante singular e tétrica, que merece não deixar de notar-se, esta de lhes ter morrido três filhos no curto espaço de quatro dias!

18) Tomás Brum da Silveira Pórras Taveira ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 7)

◇ Fidalgo da casa rial, cavaleiro professo da ordem de Cristo, e comandante do corpo de infantaria paga na ilha do Faial. Familiar do Santo Ofício por carta de 30 de junho de 1695. [3] Do posto de capitão da companhia de infantaria, que exerceu durante quarenta e dois anos, fez renúncia na pessoa do neto, Tomás Francisco Brum da Silveira, que então servia na dita companhia como soldado, havia já oito anos. [4]

Entre Tomás Brum da Silveira Pórras Taveira e o capitão-mór António da Cunha e Silveira alevantou-se uma grave pendência motivada por êste ter prendido um ajudante do referido corpo de infantaria que aquele comandava. Constitue isso um dos mais famosos casos da crónica faialense, e como banalidade regional, temos de confessar que é uma das mais interessantes. Em resumo, um dos vulgares despotismos da época. Mais adiante [5] o leitor encontrará um esboço resumido dêste singular acontecimento.

A consorte, Jerónima Maria Paim da Câmara, era filha de Manuel Paim da Câmara de Ornelas, capitão-mor na vila da Praia da Vitória, ilha Terceira. O casamento foi feito como que por troca com o irmão dela, Francisco Paim, que se consorciou com Jerónima Montojo, irmã dêste Tomás de Brum.

19) Jerónima Montojo Paim (§ 1.º, n.º 8)

◇ O marido, Manuel Inácio Borges d'Ávila era seu primo, e foi capitão-mor em Angra do Heroismo.

---

[1] Maço de escrituras do convento da Glória (Arq. Rep. dist. fin., Horta)
[2] Cartório do 2.º ofício, Horta
[3] Ferreira Serpa, *O Instituto*, vol. 62.º, n.º 6
[4] *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 17.
[5] V. nota (5) fl. *Cachas*

20) Izabel Inácia de St.ª Rita, Brígida, etc. ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 8)

◇ A primeira fez doação de todos os seus bens, em vinculo de morgado, por escritura de 10 de julho de 1719, ao irmão Jerónimo de Brum, a outra efectuou igual doação a favor do irmão padre Manuel Paim, por escritura de 9 de junho de 1739, estatuindo, porêm, que o vinculo por morte dêste, passaria ao sobrinho Tomás Francisco. Tendo de renunciar a todos os bens temporais, foram portanto as escrituras lavradas antes da profissão, sendo para isso necessário que Izabel Inácia se emancipasse, por ser ainda menor de desoito anos. [1]

21) Francisco, F... ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 8)

◇ Êstes dois filhos indica-os o pai no seu testamento, não declarando o nome do segundo, que diz ter morrido depois do baptismo. [2]

22) António Taveira de Neiva Brum ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 3)

Uma das insignes personalidades que, pela sua ilustração, virtudes, pureza de sentimento, honra perdurávelmente o nome faialense.

Foi doutor em canones pela universidade de Coimbra, e ali regeu interinamente a cadeira de Clementinas no ano de 1733. Logo se distinguiu no inicio da sua carreira: — e assim, salientando-se no circulo do episcopado português, mais em conseqüência das elevadas qualidades de caracter e de inteligência, que devido ao valor da sua estirpe, como *justa mercê*, foi *nomeado em 1749, e sagrado em 1750* (17 de março) arcebispo de Gôa, primaz da India oriental.

Ali chegou em setembro do mesmo ano.

No exercicio dêste cargo se notabilisou excepcionalmente, não só pelo tacto governativo, mas ainda pelo seu saber, que era muito, e bondade evangélica, que foi inexgotável, merecendo sempre do marquês de Pombal particular apreço.

Não o seduziam ostentações; não o prendiam os bens terrenos. Desejando viver com perfeita humildade cristã, nessa paz mistica, por nós incompreendida, que a anulação de todas as ambições deixa no coração do homem, cedeu ao irmão, padre Manuel Paim, o usufruto dos bens que lhe couberam por falecimento de seus pais, com a condição apenas de receber anualmente dois barris de vinho para as missas, dois de vi-

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 50

[2] (Nuns autos de habilitação) Arq. da casa Brum, Horta, maço 62

nagre, e dois de aguardente para remédio dos pobres. [1] Ao sobrinho, Tomas Francisco de Brum, conferiu carta branca para êle administrar, usar e lograr, como bem entendesse, tudo quanto lhe pertencia. [2]

Os proventos que lhe competiam pela governação do arcebispado empregava-os quási na totalidade em dádivas e mercês. Á sé de Gôa ofereceu uns paramentos pontificais, que custaram cêrca de 9:000 cruzados, e uma grande salva e um vaso de comunhão avaliados em 800 xerafins (só o peso da prata) e antifonários, breviários, missais, saltérios, para os exercícios do culto. Para um crucifixo do mosteiro das religiosas de St.ª Mónica mandou fazer um resplendor de prata que importou em 1:600 xerafins. E beneficiou algumas outras igrejas pobres, repartindo por elas muito do que lhe pertencia.

António Taveira de Neiva Brum, arcebispo de Gôa
(da colecção do sr. Ferreira de Serpa)

Tudo dava; a todos socorria. Com os necessitados era duma beneme rência rara, sempre constante e oculta. Nenhuma mão se abria para êle suplicante, que não colhesse logo o óbolo suave da sua caridade. Por vezes a sua gaveta ficava varrida até ao último ceitil — vivendo talvez mais pobre do que muitos dos pobres a quem acabava de dar alguma migalha. [3]

Vinculou pelo testamento todos os seus bens, com o encargo de três quartos do rendimento se-

---

[1] *Arch. dos Açores*, VI, 328

[2] «Devo dizer-vos que nenhum affecto tenho aos bens temporaes, e que não dependeis da minha determinação para uzares de tudo que me pertence como quizerdes. Só desejo que se conserve o fundo da minha ligitima para o fim de ser vinculado á vossa caza, e que se reintegrem as terças de meus paes para se cumprir o que dispuzeram.... Já vos disse que é escusado mandar-me conta da receita e despesa. Deixo tudo ao vosso arbitrio, e não façaes escrupulo nesta materia.» (carta de 15-1-1773) — *Arch. dos Açores*, idem

[3] «As sagradas mãos de S. Ex.ª Rev.ma eram rotas para os pobres, applicando-

rem para a manutenção nos estudos, em Coimbra, dum seu parente e o quarto restante para o administrador, que seria sempre o da casa de seu pai. Deixou a sua livraria, parte à biblioteca da Mitra de Gôa, e parte, a mais considerável, ao Colégio Real dos Militares, de Coimbra, onde tinha sido estudante. Instituiu o legado anual de 12$800 reis para ornato da capela do Santissimo na igreja do convento do Carmo (Faial) à qual, já em 1768, lhe fôra feito oferecimento duma valiosa lâmpada de prata, e anos antes tinha dotado com a quarta parte dos bens havidos da herança paterna. [1]

Capela do Santissimo (igreja do Carmo)

Nessa capela desejou ser sepultado. Não sucedeu porêm assim. Falleceu quando em viagem, de regresso à pátria longe, no alto mar, próximo ao Cabo de Boa Esperança, no dia 2 de junho de 1775.

---

lhe todas as propinas das colações dos beneficios e outras, que por direito lhe locavam, e ainda da sua congrua que eram sómente 1000 xerafins em cada mez, estimolava de sorte, que quando se acabava o mez não lhe restavão 300 rs. na gaveta: esta expressão é verdica e não merece a mais leve duvida.» (do vigario geral, em 30-4-1778, a Tomaz Francisco de Brum)

Um primo do arcebispo, D. Caetano de N. Senhora da Porta, escrevia em 1775: «Fui ver os trastes todos do meu santo parente, qualquer pessoa comprenderá sem perder tempo a pobreza delles ... são uns tarecos que só se estimarão por serem reliquias de hum homem santo.»

Arch. dos Açores, idem

[1] *Idem id.*

23) Manuel Paim de Frias (§ 1.º, n.º 8) ◇ Foi clérigo extravagante, do hábito de S. Pedro.

É muito interessante o seu testamento, [1] pelas várias disposições e legados: vale um breve resumo.

Nomeou por seu universal herdeiro o irmão, António Taveira, arcebispo de Gôa. Mandou que se celebrassem mil missas por sua alma, e que no dia do seu enterro se desse 20$000 reis de esmola aos pobres (um vintem a cada um) e às viúvas e órfãs 40$000 reis, com tanto que cada uma não recebesse mais de 3$000 reis nem menos de dez tostões. Declarou achar-se em seu poder uma escritura feita aos religiosos de Nossa Senhora do Carmo (Faial) pela qual seu irmão, arcebispo de Gôa, deixava a quarta parte dos seus bens da herança paterna à capela do Santíssimo da dita igreja; pelo que logo a entregassem, e êles religiosos dela tomassem posse. À mesma capela deixou uma bacia, jarro, bandeja, etc., de prata, para se fazerem castiçais, e uma salva pequena para galhetas e fogareiro, tudo para serviço da capela. Cumpridos todos os seus legados, diz que o restante dinheiro e juros, e o rendimento dos bens móveis «se meta na arca para dar a juro ou comprar bens que rendam para a dita capela.» Deixou 100$000 reis de dote à sua afilhada Maria Ana, filha de Guilherme Street. Pede que os seus testamenteiros sirvam o Senhor Espírito Santo com as esmolas que pela câmara está taxado, etc., etc.

Foi sepultado na igreja do convento de S. Francisco, conforme sua vontade.

27) Jerónimo Brum da Silveira Pórras Frias e Taveira (§ 1.º, n.º 8) ◇ Êstes Brums, capitães-móres, formam inquestionàvelmente uma genuína dinastia de mandões. Indicàmos, há instante, qual o calibre do pai de Jerónimo Brum; ponhamos agora êste na berlinda, também a exame, escovado com pachorra da poeira bassa do túmulo — para lhe escutarmos a fala, e ver ainda como novo o aveludado da sua casaca de riço. Daqui a nada eu lhes mostro as peças que da mesma sorte foram o filho e o neto.

É que outra coisa havia de ser um capitão-mor, numa época de costumes ainda ásperos, duma codificação algo insuficiente e imperfeita? Que podia fazer, senão exorbitar, o indivíduo na posse do mando supremo duma localidade, impando de orgulho, atreito à furunculose das susceptibilidades, voluntarioso e não raro escasso de letras, e em vários casos tendo de topetar com outros da sua bitola?

---

[1] Arq. da casa Brum, Faial, maço 62 (nossos autos de habilitação)

Fôra costume, desde mui antigos tempos, fazer-se em câmara a nomeação dos cabos de guerra para as fortalezas da ilha, quer ou não com a assistência do capitão-mor (governador, porque os dois cargos andaram quási sempre emparceirados na mesma pessoa) ao qual se apresentavam depois os nomeados, e tanto mais depressa, quanto no acto êle não colaborava. Um belo dia, porêm, o capitão-mor rompeu a praxe, não reconhecendo os escolhidos pela câmara, e provendo nos postos outros de sua eleição. Com que fundamento? Determinaria assim algum regimento militar? Ou o intuito seria libertar das peias civis a sua jurisdição?

Os vereadores mordiam-se de despeito. Ao segundo ano de tal proceder, aqueles então em exercício, mais assomadiços talvez do que os anteriores, não se contiveram: tomando da pena, dirigem ao tribunal de guerra uma petição para efeito de ser o capitão-mor coagido a respeitar aquela instante regalia, privativa do município, havia já uns bons duzentos anos.

A resposta pouco tardou. Deu-a o conselho de guerra a 19 de setembro de 1751, nestes termos: «Observe inviolàvelmente o Regimento e costume, e o Capitão Mor dê a razão porque o altera.» [1] Pouco tardou, sim; mas só dai a mêses é que chegou ao conhecimento da vereação, que lhe marcou entrada no respectivo registo em 21 de maio seguinte.

Logo de pronto fazem o capitão-mor sciente do caso, convocando-o para uma sessão no dia 28, destinada exclusivamente à nomeação dos capitães necessários ao serviço das fortalezas. [2]

Compareceu o nosso homem, sem nada objectar -no entanto, creio, com seu fito formado. Não quiz tomar conhecimento do referido despacho que lhe apresentavam. Ordens, só recebidas por via dos seus superiores.

— Atenda Vossa Mercê que vem de mandado régio; e bem vê quanto convem obedecer-lhe...

Havia anos que se não nomeavam capitães para as fortalezas. Abandonadas, sem quem olhasse por elas, tinham-se arruinado, achando-se já por terra algumas das casas onde, nas ocasiões de rebate, se abrigavam os soldados! Sua Mercê conhecia isso melhor do que êles. Era, pois, bem notória a necessidade de prover aqueles postos.

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 45

[2] Idem, 45 v. — Os juizes e vereadores que compunham a camara eram Francisco Silveira Vilalobos, Antonio de Bruni Ataide, André Boaventura Meireles do Canto, Tomás Bernardo da Silva, Francisco Pereira da Silveira de Lacerda, Manuel Dias de Lima.

O capitão-mor mantinha-se impassível, hirtamente colado ao espaldar da cadeira, como se todo o cuidado fôsse suster a sua grande cabeleira de França, que lhe caía pelos ombros, em fartos bucres empoados. Entretanto perorou com pausa:

— Mas primeiro carecemos de saber a graduação dêsses postos.

E através do grande óculo de cabo de marfim, ficou-se admirando a veemência que os contendores punham no assunto.

— Graduação? Com isso nada temos que entender, nem Vossa Mercê!

Era Francisco Pereira de Lacerda que assim lhe respondia num fácil repente de mocidade. Erguera-se. Um gesto indisciplinado, que alçou, fez-lhe adejar, como aza espavorida, o enorme canhão da manga, o comprido punho de renda da camisa.

Mas André do Canto acudiu, prudente e amável, interpondo a autoridade dos seus cincoenta anos. Na verdade ignoravam as graduações dos postos vagos; porêm que importava, se era encargo sómente sujeito ao fôro de Sua Majestade? Depois: depois haveria sobejo tempo para se cuidar de tal matéria. O essencial agora estava nas nomeações — acatar aquele despacho... E falava com vagar, gravemente envolto na sua capa burguesa, de seda preta, do ofício de vereador.

— Não sabemos Vossa Mercê porque tanto se obstina contra esta tão antiga uzança do senado... Mas o despacho é claro. Vossa Mercê, que bem conhece a urgência, vai observá-lo por certo, fazendo conosco a eleição dos capitães.

O capitão-mor teve um breve sobresalto; relampejou-lhe o olhar. Dir-se-ia crescer na velha cadeira de coiro pregueado, onde se imobilisara como num trono.

— Isso não me cabe.

— Desobedece em tal caso Vossa Mercê...

— Façam o nombramento, que não impesso. Eu assino o auto. Estou aqui, na forma do regimento, respeitando as regalias dêste nobre senado...

Calou-se, a recostar-se de novo, com soberania, e compondo com mão impaciente a fita vermelha da cruz de Cristo, suspensa ao pescoço, e que lhe punha sôbre os alvos folhos do peito uma intensa mancha sanguinea; — mas antes que retorquissem, concluiu:

— Assinarei o auto, mas não para o aprovar, nem convir nêle.

Valente teimoso. Um jurista rábula não sofismaria com tanta amabilidade. E não houve demovê-lo da sua. Por mais que insistissem, que se irritassem, que pedissem, por maiores que fôssem as razões expostas e repetidas — o terminativo despacho do tribunal de guerra, o serviço de el-rei ao desamparo, o estado lastimoso das fortificações, pondo a ilha à mercê de inimigos — não foi possivel trazê-lo às boas nesta magna pendência da nomeação dos capitães.

Como martelavam sempre no mesmo ponto, e a hora já ia alongada, ergueu-se Jerónimo Brum, em ar de epílogo, resolvido a partir.

— Recusa Vossa Mercê...

— Vossas Senhorias não me entendem, ou eu não entendo Vossas Senhorias. Melhor ocasião virá...

E ajustava no sovaco o tricórnio agaloado de arminho. Traçou uma arrastada mesura ante os vereadores meio atónitos, reprimindo a custo a sua justificada indignação, e saiu altaneiramente, o espadim espetado pela abertura da casaca côr de romã, muito rodada. [1]

É fácil de ajuizar o tumulto que foi a rajada de ameaças, de impropérios, de ódio que se lhe armou pelas costas. Era abusar de mais! Queria guerra?... Então se ajustaram, numa espécie de conjura, talvez mais pelo gôso de abater a prôa ao capitão-mor, do que no intuito de vencerem a sua. Daí a pouco mais dum mês (7 de julho) enviam a Sua Majestade uma explícita representação, narrando o que sucedera, o despotismo e contumácia de que *eram* vítimas, e requerendo uma solução eficaz que obrigasse o *recalcitrante* governador ao cumprimento, sem subterfúgios, daquele referido despacho, acatando e aprovando as nomeações dos capitães feitas em vereação. [2]

Do registo municipal nada mais consta acêrca do resultado que obtiveram com a sua queixa, os oficiais da câmara. Eu desconfio que foi nenhum. Jerónimo Brum era astuto; e não será também grande disparate nosso presumirmos o tribunal de guerra, por um lado mostrando benevolência aos enxofrados vereadores, e por detraz da cortina facilitando ao governador toda a força nesta absorção de poderes militares ainda adstritos ao civil.

Não falo ao acaso. Ora vejam. Dois anos depois (8 de junho) solicita a câmara novamente a presença do capitão-mor em uma eleição para os lugares vagos de capitães das fortalezas. [3] Pois na respectiva convo-

---

[1] «... e sendo-lhe presentado o dito despacho por mais q. os off.es da Cam.a lhe intimassem o quanto convinha obedecer-lhe não só por ser regio mas pela notoria necessidade de se proverem os postos á muitos annos vagos de cuja falta tem resultado as ruinas ás ditas Fortalezas achando-se já por terra algumas das casas em q. nas ocasiões de rebate se recolhiam os soldados, não foy possivel convir o d.º Capp.am Mor na observancia do d.º despacho dezendo que assignaria o auto a q. se procedesse, mas não para o aprovar, ou consentir nelle, formando por principal duvida alem de outras ser primeyro preciso saber-se a graduação dos ditos postos, não obstante reporselhe por toda a Camara que esta resolução só competia ao d.º Senhor (el-rei) para o q. ficava tempo..... e sem embargo das repetições desta instancia, não quiz o dito Capp.am Mor seder de suas contradições, com que se despodio, etc.» — *Reg. cam. Horta*, liv. IX, 47

[2] Idem, id., 47 v.

[3] Idem, id., 94

catória se lamenta que êle, durante os dois anos anteriores tivesse por si mandado deitar bando, e feito no castelo de Santa Cruz as nomeações para os ditos cargos, sem expedir nenhum aviso à vereação; — lamenta-se ao mesmo tempo a desprestigiosa nomeação que fizera de dois alferes, um, oficial de caixeiro, para a companhia mais luzida da vila, o outro uma criatura que nem ler e escrever sabia!

Que me dizem? Cá por mim colijo continuar o capitão-mor prestando sempre o mesmo caso, tanto ao senado municipal, como ao tal despacho do conselho de guerra.

Respondeu Jerónimo Brum estar pronto a comparecer, como pediam, contanto — condição essencial — contanto que lhe não recusassem o assento na primeira cadeira da vereação, como lhe era permitido. [1]

Todavia, com o abafo da doença, mudou de conselho. E vão ver como agora se desvenda bem a minha hipótese. Escreve dai a dias aos oficiais da câmara, declarando ter resolvido não comparecer por inferir, após uma melhor leitura da deprecada, que só lhe queriam dar a segunda cadeira no corpo do senado. Oh! que horror! E não comparecia principalmente em virtude duma resolução procedente do conselho de guerra, mandando dispensar a presença dos juizes nos actos destinados às eleições para capitães. Nessa conformidade já ordenara que se praticasse nas Lages e na Madalena, e assim executava na Horta também, naquela ocasião. [2]

Eu avalio os engulhos de humilhação que os oficiais da câmara tiveram com tal notícia, a quebrar-lhes a fala. *Dura lex*...

Sôbre êste caso nada mais se seguiu, creio eu. Pelo menos o registo oficial nada mais nos conta. Mesmo não houve tempo para maior meada, porque o capitão-mor, dentro de dois mêses, dava a alma ao Criador. Entretanto, em fase derivativa, nêsse citado período de dois anos, borbulharam algumas peripécias extravagantes, digamos quixotescas, que muito acertam como padrão para compassarmos ainda esta excêntrica figura de capitão-mor.

Claro que, armada a pendência, ficaram uns e outros — Jerónimo Brum todo ouriçado de melindre, como felino coceguento, os oficiais da câmara a resmungar de despeito, punhos irados, num mandibular vingativo — como contendores em campo de honra, degladiando-se irredutivelmente. Nada mais natural, pois, que as hostilidades se repetissem de parte a parte, a qualquer ensejo. De facto assim foi.

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 95

[2] Idem, id., 95 v.

No entretanto Jerónimo Brum ficava sempre por cima: era o mais forte. Manda prender o alcaide geral por andar de noite em serviço de ronda, fazendo-o conduzir para o castelo de Santa Cruz. Talvez tivesse razão — que não pertencesse ao alcaide aquela tarefa nocturna... O juiz ordinário, que deu de cara com tal aparato bélico, pretende opôr-se à prisão, invocando a integridade do serviço rial; censura, braveja, impõe-se; mas é vexatóriamente acolhido pelo comandante da força, capitão de artilharia, António Soares de Évora. Jerónimo de Brum prende o homem, e não contente com isso, deixa que seja tratado sob o bastão do mesmo capitão Evora «com violencia e despreso, como se fosse o mais vil escravo, debaixo de vozes de comando, movendo carretas e peças.»

Noutra ocasião, achando-se a câmara reunida, surge o juiz do ofício de alfaiate, meio esbaforido, meio indignado, a queixar-se do capitão-mor, que o desconsiderava injustamente. Fôra a casa de Sua Mercê, e Sua Mercê, além de não atendê-lo, despediu-o sem o menor respeito, dando-lhe com as portas na cara.

Ai, juiz que tal fizeste! Criatura tão insignificante queixar-se de senhor tão poderoso! Eu já te ensino, disse de si para si o capitão-mor. E pespegou com êle nas enxovias do castelo de Santa Cruz.

Outra. Ia proceder-se à arrematação do imposto de 2 % para as fortificações. Era êsse acto uma das obrigações do município. O escrivão da câmara, Domingos de Sousa e Silva (V. *Sousas*, § 1.º, n.º 1) muito provavelmente de revindicta, mancomunado com os vereadores ainda picados pela questão dos capitães, não fez aviso prévio ao capitão-mor, governador militar, como era costume. Alegavam que a intendência das obras nas fortificações e do rendimento destinado a elas, por ordem de Sua Majestade pertencia ao juiz da alfândega. Jerónimo Brum não pensava assim. Antes de tudo estavam a sua pessoa e autoridade — a grandeza do seu nome, a proeminência e isenções do seu cargo. A irreverência do escrivão precisava de correctivo, que se não fez esperar. E foi sem alarde.

Certo dia, sem mais, nem menos, desapareceu o escrivão da câmara. Buscas dali, inquerições dacolá, voltas e reviravoltas por parte dos vereadores para decifração do mistério, e nada. Era voz pública (todas as probabilidades o confirmavam) que o escrivão se achava preso em Santa Cruz, à ordem do capitão-mor. Uma espécie de rapto, talvez praticado com ardil, pela calada da noite. [1]

---

[1] «... mandar Vossa M.de absolutamente prender de noute e com o mayor extrepito o Alcaide geral desta Repp.ca fazendo conduzir para a fortaleza de St.a Cruz *com tal excesso* que intentando o Juiz ordinario conservar a jurisdição real e servi-

Os oficiais da câmara, tremendo de revolta, os dedos crispando-se em mudas ganâncias homicidas, reunem-se para de alguma sorte evitar a continuação de tantos e tamanhos agravos. Sobrescritam-lhe uma extensa e acusatória deprecada, enumerando todas aquelas suas tropelias criminosas. As leis eram notória e escandalosamente atropeladas, viam-se vituperadas as justiças, o senado municipal tratado com a maior ignominia. A medida transbordava. Até receiavam perturbações da ordem pública, que os ânimos exaltados faziam adivinhar.

Não desejava a vereação importunar el-rei com novos requerimentos. Sua Mercê lhes explicasse as razões em que se fundava para a execução daqueles actos violentos, públicamente conhecidos e condenados; e porque violentos, não bastava justificá-los, mas primeiro que tudo repará-los, ordenando a soltura imediata dos presos.

A deprecada levava a data de 5 de janeiro de 1756. Não tendo a câmara o seu escrivão, nomeou, para o substituir, o escrivão do judicial António José de Sousa, delegando a tarefa de testemunhar a entrega em três tabeliães, António Francisco Medina, Elias António de Sousa e João Silveira Dutra.

Partiu, a passos diligentes, a aparatosa alçada. Tomou pela rua da Misericórdia. Instantes depois chegavam os quatro à porta do capitão-mor, subiam os dois lanços da espaçosa escada de pedra, e, imobilizados, num recolhimento de espectativa, envoltos pela meia penumbra do recinto, repucharam o cordão da campainha, que ouviram badalar alarmadamente na solidão da casa. Rangeu a pesada porta almofadada; um escudeiro com sua libré verde, comprida cabeleira apanhada em rabicho, deu-lhes entrada numa pequena sala.

Apareceu o capitão-mor. De pé, como em linha de ataque, o grupo

---

co do d.º alcaydo pello se opor na ocasião em que hia preso se lhe opoz fazendo-lhe formal resistência, tratando com o mais reprehensivel desprezo o capitão da artilharia Antonio Soares de Evora com ordem q. para este absurdo linha de Vossa M.e..... Passa Vossa M.é desta insolencia a de prender o Juiz do officio de Alfayate sem outro motivo que queyxarse justissimamente a Cam.ª de lhe dar com as portas na cara..... Mas como cada vez se vão aumentando as violencias, se acha hoje este senado sem o seu proprio e actual escrivão Domingos de Sousa Silva por se dizer vulgarmente se acha preso a ordem de Vossa M.é na referida fortaleza sem mais fundamento que ommitir o aviso a vossa M.é de q. se rematava o direyto da imposição..... Pello q. p.te mais que não cabe no tempo requeremos a vossa M.e da parte do dito Senhor nos participe a ley ou decreto em que se funda p.ª tão extraordinario procedim.to reconhecendo que em similhantes terras só nós Senado da Camara reprezenta a Mag.de Soberana a quem deve vossa M.é respeytar e não desprezar como tem obrado nos referidos excessos, violencias, e disturbios mandando logo soltar ao d.º escrivão da camara preciso para o expediente e ministerios do mesmo Senhor.....» — *Reg. cam. Horta*, liv. IX, 75 e 75 v.

mergulhou silenciosamente numa lenta e fúnebre reverência das suas vestes negras.

— Negócio grave... Que pretendem?

Adiantou-se António José de Sousa, o escrivão, oferecendo um papel, que arrancou do seio, pela abertura da béca. Jerónimo Brum desdobrou-o, poisando nêle, através do seu grande óculo, o olhar desconfiado. A custo domava o impulso de cólera, que lhe fazia tremer na mão a larga folha garatujada. E por fim:

— Eu já dou resposta. Tem alguma demora...

E voltando costas, os passos, por via da doença, já vacilantes, e apoiando-se ao alto bastão de punho em prata cinzelada, passou à sala contigua. Luziam, de muito polidas, as enormes fivelas de prata dos sapatos com saltos vermelhos — saltos de perdiz. Ficaram os quatro emissários algum tanto perplexos, entreolhando-se resignadamente, a colherem, com mão distraída, uma reconfortadora pitada das bocetas ornadas de seus embutidos de madrepérola.

Reapareceu, porém, dai a pouco o capitão-mor. Trazia no olhar lampejos truculentos.

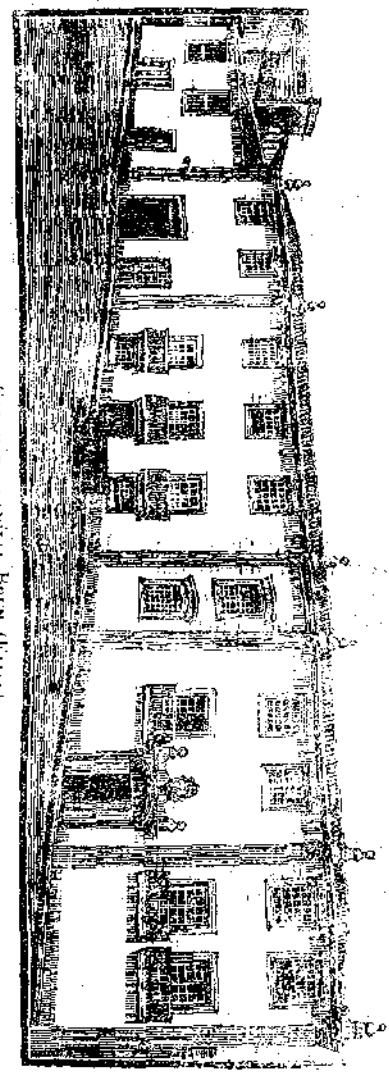
— Podem retirar-se, que esta deprecada necessita de tempo para lhe dar resposta. Não a posso dar agora... Levem êste recado.

O escrivão ainda observou num ineffavel acatamento:

— Quando manda Vossa Mercê que a busquemos?

— Não lhes sei dizer... Eu a remeterei.

Mas não a remeteu, porque passados dois dias voltavam a bater-lhe à porta.



SOLAR DA FAMÍLIA BRUM (FAIAL)

Eu creio bem que o orgulho de Jerónimo Brum corria risco de se inflamar. Que faltava? Como resposta ao *deprecado* bastava a sollûra do alcaide e escrivão da câmara, e êste, bem sabiam, já era em liberdade. Nada mais tinha a dizer. Quanto a dar conta do motivo porque efectuara as prisões aludidas, sómente a *patenteaŕia* ao seu superior, se êste lha pedisse: aos oficiais da câmara não, porque nenhum direito tinham para exigí-la.

Era lançar verdadeiramente ao *desprêzo* o senado municipal. Não se sentiriam os vereadores mais avilados, se os esbofeteassem. Bufavam de raiva.

Tomaram, pois, levar a *sua avante*. Com uma pressa acintosa, natural fúria de justiça, no dia imediato reeligem segunda deprecada, exigindo do capitão-mor a justificação dos seus abusos, alias se queixariam a el-rei, que *seguramente* os *recobraria* da afronta. Queriam o preto no branco,

E ai tomos a alçada dos tabeliães, com o improvisado escrivão municipal *por cabeça*, mais uma vez a caminho — sempre à cata das esquivas palavras. Já parecia duendes após uma quimera.

Chegados à porta do capitão-mor, interrogando a sentinela, *obtiveram por resposta* que o sr. governador não estava em casa. Andando naquilo por dever de ofício, como Pilatos no *Credo*, julgaram cumprida a missão, e se foram aos oficiais da câmara, a prestar conta, em nota dada *por fé de verdade*, debaixo dos seus sinais, como lhes era exigido. Para o caso não tinham metido prego nem estopa, e quanto mais depressa livre dêle, melhor.

Os outros não entendiam assim. O capitão-mor havia de despejar para ali, quer quizesse, quer não, a resposta pedida. Tivessem paciência, fôssem procurá-lo outra vez.

E lá caminharam êles. Era de manhã. Ao passar pela porta de Joaquim Garcia de Matos, avistaram um criado de Jerónimo Brum, a quem o escrivão preguntou se encontrariam o *patrão* em casa, e se *podia* recebê-los. O homemsinho, às cortezias, meio atónito, barrete na mão:

— Se Vossas Senhorias lá fôrem ainda o topam na cama.

Aceleraram, portanto, os passos, e dentro dum minuto achavam-se à *porta* do capitão-mor. Antes de subir, sempre inqueriram da sentinela o mesmo que haviam formulado ao servo. Queriam fálar-lhe? Sim, estava em casa. E já os quatro enfiavam, pressurosos, direitos ao portão, quando o soldado concluiu:

— Mas Sua Mercê está na missa, agora...

Estacaram, numa atitude suspensa de estátuas, nem para traz, nem para diante, trocando olhares interrogativos. Afinal decidiram não entrar, ir numa pequena volta a fazer horas, para que pudessem encontrá-lo em mais oportuno momento.

Passada uma hora voltaram — e convenço-me que bem determina-

dos a resolver de vez o assunto. Bastava já de comédia. Colheu-os todavia uma nova contrariedade: — o capitão-mor já não estava em casa! Parecia troça... Então, sem esperar mais nada, numa desassombrada deliberação final, pegaram em si, e foram dar fé aos oficiais da câmara da inutilidade, mais que provada, da sua missão. Desonoraram-se do mandato. Que outros passos havia a dar? Não, tinham mais que fazer do que andar em danças e bolandas, como bonecos de entremez. [1]

Os documentos marcam nesta altura, sôbre o caso, ponto final.

Venceram os vereadores ou o capitão-mor? Disseram aqueles que rogariam a Sua Majestade providências contra o menosprêzo em que eram lançados; mas do registo camarário nada consta, nem se realmente representaram, nem, tendo-o feito, se obtiveram o favor de despacho régio em sua defesa. O silêncio é indício suficiente de que se calaram, de onde concluimos que foi Jerónimo Brum quem levou a melhor. Se eram quási uns reisinhos, êstes senhores capitães-mores...

E aqui tem o leitor, patrício meu, mais uma banalidade histórica da nossa terra, que fecha, reconheço, um pouco desconsoladamente, sem seu epilogo. De resto assim é que está bem — como banalidade.

Jerónimo Brum foi nomeado capitão-mor em 30 de janeiro de 1745, por falecimento de António da Cunha e Silveira. [2] Em atenção aos serviços prestados pelo irmão, arcebispo de Gôa, teve o fôro de cavaleiro fidalgo da casa rial, por alvará de 30 de maio de 1754. [3] Era também cavaleiro professo da ordem de Cristo.

A consorte era sua prima, filha de sua tia paterna, Jerónima Maria Montojo e de Francisco Paim da Câmara, capitão-mor de Angra.

---

[1] «... entregando-se o dito deprecado ao Cappitão-Mor desta ilha e superintendente da do Pico Jeronymo Brum da Silv.ª Porras Frias e Taveira respondera hera preciso tempo para dar sua resposta e com este dizer se metera para outra salla, e vindo aby a pouco tempo dicera q. o deprecado necessitava de tempo para sua resposta e assim a não podia dar já, e perguntando-lhe o d.º Tab.am que levara o dito deprecado quando haviam hir pella resposta nos disse que a remotoria, termos em que nos despedimos.... hindo por mand.º dos Off.es da Cam.ª em procura da resposta do deprecado declarado aos sete dias do corrente mez a casa do d.º Cappitão-mor, o sendo-lhe esta pedida dicera que a resposta do deprecado consistia na soltura do Alcayde e escrivão da Câmara, e como este já estava solto não precisava de mais resposta, e no que pertencia á conta porque mandara fazer as sobred.as prizões a daria ao seu superior se este lhe pedir, e não aos Officiaes da Camara por lha não poder exibir....» — «Hindo na sobredita forma a caza do dito Cappitão mor no dia de hoje (9 de janeiro)... a porta de Joaq.m Garcia de Mattos encontramos hum criado do dito Cappitão mor, e perguntando-lhe eu escrivão pello dito senhor me respondeo q. estava na cama por ser esta nossa hida de manhãa, e chegando a porta perguntamos ao mesmo soldado respondeo estava na missa e hindo nos daby a huma hora nos disse o mesmo soldado não estava em caza, termos porque viemos dar resposta...» — *Reg. cam Horta*, liv. IX, 76, 77 v., 78

[2] Idem, liv. VIII, 224

[3] Idem, liv. IX, 39

25) Teotónio de Ornelas Brum Paim ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 10)

◇ Ascendente dos viscondes de Bruges — título concedido por D. Pedro IV, e por sinal bem merecido como poucos, digamos de passagem, em consequência dos verdadeiramente valiosíssimos serviços prestados pelo agraciado à causa constitucional. Para inteiro conhecimento dêste ramo dos Bruns, consulte-se o *Nobiliário da ilha Terceira*, por E. Campos (tít. LXIX).

26) Tomás Francisco Brum da Silveira ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 9)

◇ De temperamento irritável, demasiadamente inchado da sua pessoa, e cioso das mil prerogativas do seu cargo — de resto característica muito vulgar nessas pomposas e feras entidades dos capitães-mores — praticou verdadeiros actos de despotismo, alguns originando-lhe não pequenos atritos de caracter oficial. Procedia sem conta nem tento, segundo lhe explodia o génio, com manifesto desprêzo da lei e direito de cada qual, querendo tudo subinetido à omnipotência vaidosa da sua autoridade.

Mandava prender quem quer que fôsse, pelo mais insignificante motivo, por simples vingança ou despeito, e sem guardar a menor reserva, encarcerando os cidadãos no castelo de Santa Cruz, todo o tempo que lhe aprouvia. [1]

Teve preso durante oito dias o capitão Luís António de Brum Terra; mas, não contente com isso, cinco dias depois de soltá-lo, mandou-o prender segunda vez, fazendo-o «conduzir com estrepito militar à fortaleza de Santa Cruz». José de Melo, procurador da coroa, «foi preso pelos soldados iludibriosamente, e com mófa arrastado,» por não dar o seu voto ao capitão-mor nas eleições trienas. [2] Tentou prender o tesoureiro da câmara, alferes João Inácio d'Oliveira Pereira (*V. Oliveiras*, § 1.º, n.º 3)

---

[1] A propósito dum imposto para obras de fortificação, escreviam-lhe os vereadores: «... pela usurpação que V. M.ª faz a este Senado das suas regalias querendo subordinar como faz aos mais moradores desta Ilha pois quando não pode com carícias o executa com rigor.... e como V. M.ª não faz o que deve mas so olha o que quer, etc.» E numa deprecada que lhe enviaram em 25-6-1764: «... V. M.ª sem temor nem resp.to ás Justiças de Sua Magestade e as leis procede e continua no attentado de prender e vexar a toda a pessoa da nossa jurisdição por causas, e motivos particulares, fazendo-lhe tão aggr.te prizão que lhe chega a fazer hum quazi carcere privado.... prendendo-os em prizões indignas de sujeitos de primr.ª nobreza desta Ilha.... emfim parecenos impossivel narrar a V. M.ª as urgencias com que V. M.ª perturba a paz e tranquilidade desta republica, etc» — *Reg. cam. Horta*, liv. IX, 232 e 233

[2] Idem, id., 255

por êle se ter recusado a assinar um termo feito e lavrado sem a sua presença; contudo não realizou o intento em virtude de ter o tesoureiro procurado refúgio no convento do Carmo. [1]

O caso magno, porém, aquêle que mais lhe deu que fazer e que experimentar, foi sucedido com o capitão Francisco Pereira de Lacerda Brum (V. *Pereiras*, § 1.º, n.º 10) E porque? Unica e simplesmente porque o capitão Francisco Pereira foi à visinha ilha do Pico sem lhe solicitar a licença, que êle, capitão-mor, entendia devida à soberania do seu cargo.

Aquele considerava, e talvez as mais pessoas, essa formalidade como uma vassalagem humilhante. Para as subtilezas do orgulho fidalgo de outrora era-o certamente. Mas o capitão-mor estava acima de tudo.

Constando-lhe a intenção do capitão Francisco Pereira, ordenou muito peremptòriamente que fôsse advertido por uma sentinela. A desobediência seria um crime. No entretanto o outro, que tinha tambem afinadas prosápias, e necessitava, por outro lado, de ir ao amanho das suas fazendas, lá se embarcou para o Pico, sem fazer caso algum de avisos, que tinham tanto de abusivos, quanto de insensatos. Então, no dia seguinte (30 de junho de 1761) quando regressava, ao saltar do barco no areal, prendeu-o um sargento de infantaria, encarcerando-o no castelo de Santa Cruz. [2]

Nas entrelinhas da alegação exposta pelo capitão-mor percebe-se claramente que a prisão constituiu mais um acto vingativo do que o exercício justo da autoridade. Alegou que o capitão Francisco Pereira de Lacerda dera frisantes provas de nenhum respeito pela sua pessoa, molestando-o na sua dignidade e nas suas prerogativas. Demais, ainda que estivesse isento das guardas comuns, por ter cavalo e armas, bem devia saber que nenhum individuo podia passar à ilha do Pico sem conhecimento do capitão-mor, nos mêses de junho até agosto, época em que

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 255

[2] «Aos trez do julhó de mil sotecentos e sessenta e um... apareceu Francisco Pereira de Lacerda Brum e Silveira que disse ter o capitão mor impedido no dia vinte e nove de junho de não passar a Ilha do Pico sem sua L.ª a cultura dos bens da casa de seus Paes e de o prender no dia trinta do mesmo mez no castelo sem que seja soldado, sendo outro sim livre a todos os moradores desta Ilha, etc..... ó prendera hum sargento de infantaria do Castello de Santa Cruz a ordem do Aggravado no d.º Castello por haver feyto a jornada referida sem licença sua querendo lhe vaõ tomar vênia sendo aquella livre ao aggravante mayorm.te nam sendo este soldado nem pessoa que pellas razoens de sua qualidade seja obrigado ainda as guardas que nesta ilha costumam meter as ordenanças além de ser de qualificada nobreza, etc.» (autos de desagravo) — Idem, id., 215 a 222

as ordenanças praticavam os seus exercícios anuais. Estilo antiqüissimo, ninguem ignorava. Fôra, pois, sôbre desacato, desobediência. [2]

Francisco Pereira de Lacerda procedeu juridicamente contra o capitão-mor, demonstrando não só ser livre o trânsito entre as duas ilhas, como tambem pela sua posição social e qualificada nobreza, não lhe competir o serviço das ordenanças que ôle indicava. Sua senhoria desejava era que lhe fôssem «tomar venia».

Foi dado provimento ao agravo. No acórdão proferido em 6 de agosto de 1762 pelo tribunal de guerra, se diz que agravado foi o agravante, sendo portanto ordenado ao capitão-mor que se abstivesse de mais procedimento sôbre o caso, visto ser reputada de abuso a sua exigência, sem regimento ou ordem para se fundar. E citam os juizes, mandando observá-la em toda a plenitude, uma resolução de Sua Majestade, expedida aos 28 de maio de 1705 pelo conselho de guerra, a propósito de caso idêntico sucedido com um tal António do Souto, carpinteiro, e na qual foi determinado ao capitão-mor de então, António da Cunha e Silveira «que não impedisse o Souto nem outras pessoas que tivessem fazendas na Ilha do Pico a irem tratar dellas e do recolhimento dos seus frutos, pois que os soldados das ordenanças não são obrigados a pedir licença, quando lhes parecer ausentar-se do lugar em que vivem. [2]

Assim ficou arrumado êste célebre episódio, célebre e fátuo, senão meio néscio — daquelas eras. A lição não utilizou, porêm, ao capitão-mor. A arrogância fidalga podia quebrar; torcer, nunca. Continuou, como useiro e veseiro, nos seus desatinos.

27) Manuel Inácio Brum da Silveira Taveira ◈ ◈ (§ 1.°, n.° 10) ◇ Foi Cavaleiro Fidalgo da casa rial por alvará de 30 de junho de 1775. [3] Faleceu na sua casa dos Fogos, frèguesía da Candelária, ilha do Pico, onde estava veraneando, sendo conduzido para o Faial, e sepultado na igreja do convento de S. Francisco.

---

[1] «... não me parece fazerse aggravo ao aggravante.... sendo advertido por huma sentinella que sem nenhum caso desta embarcou mostrando no acto do seu embarque o poco respeyto que me tinha em razaõ do cargo sabendo muito bem que nenhuma pessoa passe desta Ilha para aquella do Pico nos mêzes de Junho the o de Agosto sem que façam prezente ao Capp.am Mor estillo tam antiquissimo.... por ser tempo em que as ordenanças estão em actual exercicio e como tal nem devem fazer absencia, e ainda que o aggravante por ter cavallo e armas esteja excento das guardas commuas comtudo esta obrigado por serviço de vossa Magd.e...» (autos cit.) — *Reg. com. Horta*, liv. IX, 215 a 222

[2] Idem, id., 231

[3] Idem, X, 35

28) António Taveira de Neiva (§ 1.º, n.º 10)

◇ Também Fidalgo Cavaleiro da casa rial, por alvará da mesma data do que nomeou o irmão — em 30 de junho de 1775. [1]

29) Jerónimo Sebastião Brum da Silveira ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 10)

◇ Como os irmãos, e em alvará de data igual (30-6-1775) nomeado também fidalgo cavaleiro da casa rial. [2] Elevado ao posto de capitão-mor do Faial, em patente de 20 de janeiro de 1792, na vaga que ficou por morte do pai. [3] Pela carta régia de 20 de dezembro de 1796, investido no cargo de governador militar das ilhas do Faial e Pico, e do castelo de Santa Cruz, com o soldo mensal de 26$000 reis. [4]

Temos nêle um genuino exemplar de capitão-mor, daqueles de rude modêlo, com todos os seus arrebatamentos, estulticias, despotismos.

Melindroso e arbitrário como o pai, dava-se como êle às mesmas arremetidas de zêlo, aos mesmos fúteis orgulhos de mando, aos mesmos atropêlos da lei e das regalias individuais. Por dá cá aquela palha — ou porque em certa cerimónia não recebera a cortezia merecida, ou porque um forceiro era remisso em vir ao granel deitar o trigo — armava questão. E não se contentava com pouco: muitas delas deriviam-se, arrastadamente, nos labirintos judiciais. Tinha o feitio demandista.

O caso em que mais se salientou foi a celebérrima pendência com o juiz de fora, Botelho de Almeida, que nada lhe ficava a dever, antes o excedia, e muitíssimo, em desconcerto. Desta vez, porêm, não foi êle quem a provocou. Desta vez até o capitão-mor, embora exorbitando, na forma do costume, tornou-se algo louvado, porque se pôz do lado da justiça contra a insolência e a traula. A história principiou com o juiz da alfândega, morgado Jorge da Cunha, seu parente.

Botelho de Almeida mostrou impudentemente quanto podia estrebuxar um juiz de fora descoordenado de génio, falho de escrúpulos. Foram ilimitadas as suas tropelias - ilimitadas e danosas. Julgava-se senhor absoluto, com irrevogável direito de tudo fazer girar a seus pés, à medida dos seus desejos, sem olhar a pessoas, a conveniências, a regalias. É muito o que amontoaram contra êle, sôbre êste ponto, no processo a que teve de responder pelo desembargo do paço. [5]

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. X, 56
[2] Idem, id., 55
[3] Idem, id. 178
[4] Idem, id. 213
[5] Ferreira de Serpa, *Juizes*. (*Instituto*, vol. 61.º e 62.º)

Intrometia-se em todas as jurisdições — militar, civil, eclesiástica e da fazenda rial.

Usurpou atribuições alheias para se locupletar com os respectivos proventos, como foi por exemplo as funções de provedor dos resíduos e capelas; como foi ainda extinguir os lugares de almotacés, nomeando-se em seguida almotacé-mor, o que lhe deu ensejo de condenar a torto e a direito os pobres tendeiros em multas várias, que nunca apareceram escrituradas, nem tiveram destino conhecido... a não ser o bolso dêle, no cogitar das gentes.

Na aplicação da justiça, dilatava-se em arbitrariedades verdadeiramente fantásticas. Muitas vezes não permitia às partes defesa alguma, nem os recursos ordinários em processos do seu fôro; não aceitava interposições de agravos, chegando mesmo a castigar com prisão e ferros nas enxovias alguns advogados que o fizeram; por último, segundo sua inclinação ou interesses, não proporcionava as penas aos delitos nem à qualidade dos indivíduos.

Prendia, sem o menor acatamento, e até sem culpa formada, quem muito bem entendia, não raro usando a perversidade de expôr à irrisão pública, no plourinho, pessoas de *bem* — André Francisco Gularte, por exemplo, que ali esteve algemado, com uma argola de ferro ao pescoço, só porque se servia dum barco seu, que o juiz de fora tencionava aproveitar para si.

E mais, e mais. Um rosário interminável de desmandos.

Assentando pés em terras do Faial, [1] logo se desemcabrestou nas suas arremetidas. Entre os excessos praticados, aquele que constituiu o principal ponto de discórdia, pelas conseqüências que trouxe, desandando em epílogo da passagem dêle pela ilha, sobresai o grave conflito teimosamente aberto e sustentado com o juiz da alfândega.

Jorge da Cunha, o juiz da alfândega, era das mais salientes figuras da localidade, gosando, sem distinção de classes, da mais franca estima. Nobre e rico — da mais apurada nobreza, com largos bens de fortuna — notabilizava-se pelos seus requintes de cortezia e hospitalidade dispendidos a cada passo com todos, amigos ou estranhos, que se abeiravam da sua moradia. Até ficou histórica essa sua tão fidalga e corrente liberalidade. Assim esmerado por natureza, é muito provável que, instintivamente, se afastasse do outro, grosseiro, autoritário, arrogante como era. Êste, talvez despeitado, vingava-se. Isto é uma presunção minha.

---

[1] *Reg. com. Horta*, liv. XI, 201 v. — Tomou posse da judicatura em 13 de julho de 1795.

Principiou o juiz de fora, segundo seu costume, por querer meter o bedelho nos negócios da alfândega. Durante perto de três anos andou às turras com Jorge da Cunha, sempre em investidas tumultuárias, a ponto de acorrerem mais duma vez, na defesa dêste, o govêrno geral de Angra, o Conselho da Fazenda. Um belo dia, porêm, deu-lhe mais forte a veneta.

Em janeiro de 1798 entrou na Horta, desarvorada, a galera inglesa *Favourel Nancy*. Seguiu-se o regulamentar processo para as reparações. Neste decorrer, então, azedam-se as hostilidades — dum lado opinando que era reparável, do outro que não, e ora peripécia dali, ora impugnação dacolá — até que o juiz de fóra entendeu por fim simplificar a pendência suspendendo o juiz da alfândega de continuar a intervir nos respectivos autos. Quando o escrivão de direito se apresentou a intimar o despacho, Jorge da Cunha não teve mais mão em si: prendeu-o, consignando-o às enxovias do castelo de Santa Cruz. [1] Foi a faisca incendiária.

Imediatamente o juiz de fora desce de casa, [2] acompanhado pelo alcaide e escrivão de armas, seu criado, e irrompe, como um furacão, pela casa da alfândega dentro. Ameaça, insulta. Perdera o siso. Jorge da Cunha escuta, meio pálido, revestido de prudência, apoiando as mãos trémulas sôbre a escrevaninha com o seu rodapé de baeta vermelha.

— Mas que deseja V. S.ª com tamanho alvoroço?...

— Prendê-lo!

— Aqui? A mim?!...

— E é já, para a cadeia!...

Jorge da Cunha alçou-se. Um clarão de energia acendeu-lhe o cérebro — armou-lhe o braço tímido. Bruscamente:

— É V. S.ª quem fica preso em nome de Sua Majestade!

Não respondeu o juiz de fora: — mas os olhos fuzilaram-lhe súbitamente, numa ânsia rubra de assassino. Cresceu, esbracejando ameaçador. As mãos rudes do alcaide e escrivão das armas avançaram também, aferrando-se ao peito da casaca agaloada do juiz da alfândega.

Jorge da Cunha imaginou-se quási sem a vida, à semelhança de caçador incauto colhido pelas garras duma fera. Nenhum dos seus oficiais teve coragem de socorrê-lo! Subiu-lhe então um ímpeto supremo de pavor, que o reteseou. Debateu-se. A casaca estalou... [3] Afinal conseguiu

---

[1] Ferreira Serpa, *O Instituto*, vol. 61.º, 568

[2] Morava no Colégio, hoje palácio do govêrno civil. A alfândega era na casa onde agora funciona a administração do concelho.

[3] «Em data de 26 de fevereiro proximo passado.... entrando na casa da alfandega com os seus officiaes, com o intento de prender dentro della ao juiz da mes-

escapar, desandando a sete pés, cabeleira ao vento, o espadim a baterlhe nas canelas, à busca de refúgio nas casas visinhas do capitão-mor.

O outro foi-lhe no encalço; cego, apoplético, brandindo o alto bastão em manejos justiceiros, quási no mesmo instante chegou à porta do governador, [1] onde sacudin desprezivelmente, para o lado, a sentinela que se lhe opunha, galgou de salto os dois lanços da larga escada de pedra, e penetrou com o maior descaro, insolente e fero, nos aposentos do capitão-mor, exigindo imediata entrega do fugitivo, que ali acabava de acoitar-se. O governador, como senhor da sua casa, interpôz-se sobranceiro à investida, acalmando o atrevimento — ardiloso, com um leve sorriso, retrocedendo a conversa. Mal pareciam tais desatinos num Ministro! Mas o juiz de fora, que de ha muito o não via com bons olhos, arengava, teimoso, espalhando pela sala os passos impacientes; — e ali mesmo, para não perder tempo, convocou o escrivão da alfândega, Tomás Teles d'Utra Machado declarando-o juiz daquela casa fiscal.

Neste meio tempo já Jorge da Cunha estava a salvo, acobertado pela solícita bondade da esposa do capitão-mor, que lhe facultou a saída pelas dependências do prédio — de certo pelo granel, na rua da Misericórdia, mesmo em frente á residência dêle. [2] Em continenti, ao abrigo do seu tecto, numa eloqüente penada, que a raiva e a exaltação inspiravam, relata ao governador o nefando atentado, pedindo-lhe providências que o restituissem pelo menos ao exercício do seu cargo — caso não quizesse, em obediência ao § 9.º do seu Regimento, auxiliá-lo na prisão do dito ministro, guardando-o em lugar decente no Castelo, até decisão de Sua Majestade. [3]

Jerónimo Sebastião respondeu que não podia intervir, por ser o assunto estranho às suas atribuições de governador. Afinal sempre interveio e exageradamente, como vamos ver.

---

na estação Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira, chegando a arrancar contra elle, o aquerello suspender violentamente pelo escrivão das armas que lhe poz as mãos, e rompeu a casaca pelos peitos.» (Do govêrno interino de Angra ao ministro, em 13-3-1790) — *Arch. dos Açores*, X, 92

[1] Edifício onde são os escritórios da administração da casa Brum no Faial, Grémio Literário Artista, etc.

[2] Casas (então uma só morada) actualmente n.ºs 8 e 10, rua Ernesto Rebelo

[3] «Me invectiva assimmesmo colerico e perguntando-lhe eu o que queria, me respondeu que vinha a prender-me de ordem sua para a cadeia publica, e vendo-me eu desta sorte insultado por um Ministro tão despotico que me foi atacar por méro arbitrio e continuada prepotência, o prendi instantaniamente da parte de Sua Magestade, e então é que em logar de desistir ele da furia em reverencia a esta parte, que lhe dei da nossa Augusta Soberana, como seu Ministro, subiu de ponto o despotismo e violencia, porque ele mesmo me investiu por meio de acções com o dito escrivão das Armas, o qual me rasgou parte da casaca.... Nesta grande e inaudita

Não tinha, portanto, Jorge da Cunha que esperar. Considerando-se mal seguro e desprotegido, partiu para Lisboa, escusadamente, como fugitivo, a contar de viva voz todas as violências e expoliações de que tinha sido vítima [1] — agora e de antes.

O incêndio ateara-se. Estremaram-se os campos, lutando-se com todas as armas, numa exaltação de ânimo, que já não conhece respeitos, conveniências. O partido contra o odiado juiz engrossou; e por todos os cantos, de alto e bom som, lhe abocanhavam a já de ha muito avariada reputação.

Botelho d'Almeida presentia-o, e vingava-se; — prendia-os. Atacou as casas do bacharel Manuel Garcia da Rosa (V. *Garcias*, § 2.º, n.º 5) juiz de fora do Pico, e que o fôra do Faial, para de novo capturá-lo e metê-lo numa canôvia, como tinha feito, havia poucos dias. Foi em pessoa prender o sargento-mor de infantaria, António Soares de Évora, sob pretexto dêste pretender dar opinião acêrca daquele oficio do juiz da alfândega ao governador. Movido de igual intento, pelo escuro e calada da noite, rodeia a moradia do capitão-mor Jerónimo Sebastião, com um aparatoso cordão de quadrilheiros e oficiais de justiça.

Estas façanhas foram na noite de 27 de fevereiro de 1798. [2]

O capitão-mor, prevenido, convocou a companhia do seu comando, e alguma tropa do regimento de milicias, para junto de si. Nada de brincadeiras, pensou talvez Botelho d'Almeida, esgueirando-se prudentemente com os seus, ao sentir o marchar bélico que se aproximava. No dia seguinte Jerónimo Sebastião, «acautelado entre armas», se transferiu para o castelo de Santa Cruz, donde reclamou a entrega imediata do sargento-mor.

Mas a actividade hostil do capitão-mor e governador foi mais longe, igualou-se ao contendor. Querendo cortar o mal pela raiz, e estribando-se emfim no tal § 9.º do Regimento, deliberou enclausurar o juiz de fo-

---

angustia dimanada do desamparo até dos meus oficiais que presenciaram a horrorosa scena, recorri por impulso de defesa natural ao ultimo meio de fugir deste carnifico acto para as visinhas casas de V. S.ª, na sã inteligencia de encontrar em V. S.ª o auxilio que me faltou na Alfandega; mas tambem me enganei neste projecto, porque o dito ministro perseguindo-me furibundo, assim mesmo rompia igualmente a guarda das casas de V. S.ª, entrou despoticamente para o interior delas, sem o mais leve respeito.... se entreteve com precisar com V. S.ª a entregar-me como preso seu, e a unica vantagem que percebi deste meu necessario e louvavel retiro foi conseguir da inata ternura e humanidade da Illustrissima Senhora de V. S.ª o meio de sair a salvo das suas casas....» (de Jorge da Cunha a Jerónimo Sebastião, em 22-2-1798) — *O Instituto*, vol. 61.º, 569 e 570

[1] Idem, id., 609

[2] (Representação do capitão-mor á rainha, em 5-3-1798) — Idem, id., 614 e 615

ra, sem perda de tempo — antes que êle o prendesse. E agora vereis o bom e o bonito.

Nesse mesmo dia (28 de fevereiro) das seis para as sete horas da noite, um grupo afanoso de soldados, baioneta em riste, postou-se de vigilância ante a porta do juiz; o comandante, capitão João Pereira de la Cerda, garboso e juvenil, e o alferes Laureano José da Silveira, de espadas nuas, subiram prestes à sala do despacho. Botelho d'Almeida, embora refervendo, guardou toda a firmeza, sem se despegar da sua cadeira de juiz. Não era homem para sustos.

— A que veem os senhores?

Adiantou-se o alferes, com um gesto de continência, sacando de entre a abotoadura da fardeta uma intimação escrita do governador; e retorquiu, como se proferisse uma sentença:

— Prender V. S.ª à ordem de Sua Majestade.

— Onde essa ordem?... Vamos, apresentem-m'a, que me darei à prisão... beijá-la-hei com todo o acatamento...

Os emissarios olharam-se indecisos.

— O governador ensandeceu. Que se guarde nos limites do que Sua Majestade o tem encarregado; já é bastante. Não lhe reconheço nenhuma autoridade para me prender... Escrivão, intime a êstes senhores a ordem que aí tem do senhor governador geral.

O escrivão, Eugénio José de Morais, [1] alçou-se, sumido sob as pregas lúgubres da garnacha, puxou para si o castiçal de latão em que pingalhava o resto duma vela de cera, e desdobrou, pausado e solene, uma larga folha de papel, branca e rumorosa como pergaminho. Nela se repreendia o governador Jerónimo Sebastião Brum por querer intervir na jurisdição do juiz de fora, e se acrescentava que, nem êle, nem o próprio governador geral tinham capacidade suficiente para aquela prisão.

O capitão La Cerda embaraçado por esta hipótese, que não esperava, foi ao governador e veio, uma e duas vezes — porque o ministro

---

[1] Era natural desta ilha, casado com Clara Luiza Mariana, filha do oficial de ourives António Xavier da Fonseca. Teve seis filhos, entre êles Tereza de Morais, que nasceu em 15 de outubro de 1791 (não 1798, como diz Ernesto Rebelo) e que casou em 2 de março de 1822 com João Francisco Luís (não Pereira, como tambem erradamente diz E. Rebelo). Tereza de Morais foi uma senhora de extraordinário talento, assás erúdita, cultivando a poesia com um primor, sentimento, subtileza pouco vulgares. Dela li ha anos uma composição que muito me encantou. Todas as suas produções ficaram inéditas. Tinha profundo conhecimento de algumas línguas estrangeiras, que falava com grande correcção. Teve uma filha, Jerónima, casada com Tomas da Silva Ribeiro, filho do boticário Francisco da Silva Ribeiro, sendo êstes

não descia da sua, com intimações sobre intimações. Olhassem bem o que faziam! Mas o capitão voltava sempre incumbido de cumprir rigorosamente o recado, sem embargo dessas notificações ou de qualquer resistência. Por fim, mal começava ainda outra vez a dar conta da sua incumbência, veio um portador trazer-lhe ordem de ultimar quanto antes a emprêsa, começando por mandar prender os dois escrivães. Assim fez.

Botelho d'Almeida, ruge, ameaça, saltando do seu lugar, numa tempestade trágica. O alferes, como militar heroico, insistia, inflexível, mas brandamente. Era melhor entregar-se. Estava ali executando ordens superiores; não quizesse sua senhoria, com tal pertinácia, obrigá-lo a usar maiores extremos.

— Render-me?! Nem que vá de rastos com os meus oficiais... Experimentem!

Foi mandada entrar a tropa. De nada serviu; bramava da mesma sorte, sempre na mesma teima. O alferes perdia a paciência.

Eriçaram-se então as baionetas, numa linha cerrada contra êle e escrivães, que se haviam barricado detraz duma mesa, no tôpo da sala.

— Vamos, senhor alferes, faça fogo, se tanto lhe mandaram também! Que teme?... Daqui não irei, já disse, senão pela violência das armas. Não me reconheço preso; ninguem me pode prender...

E para os escrivães, atirando um brusco gesto onipotente, que fez adejar como aza negra a manga da sua toga:

— Intimem tambem êsses soldados, que se abstenham de qualquer procedimento contra nós. Que vejam o crime em que incorrem...

O alferes ainda vacilou, ou quiz contemporizar talvez, despachando uma praça, de seu arcabuz ao ombro, com noticia daqueles terrores jurídicos, ao governador. Depressa andou o emissário, sem que todavia trouxesse solução mais condescendente. Pelo contrário: levassem o juiz de rastos, uma vez que êle, a tantas instâncias, não queria ir por bem.

— Bem vê vossa senhoria...

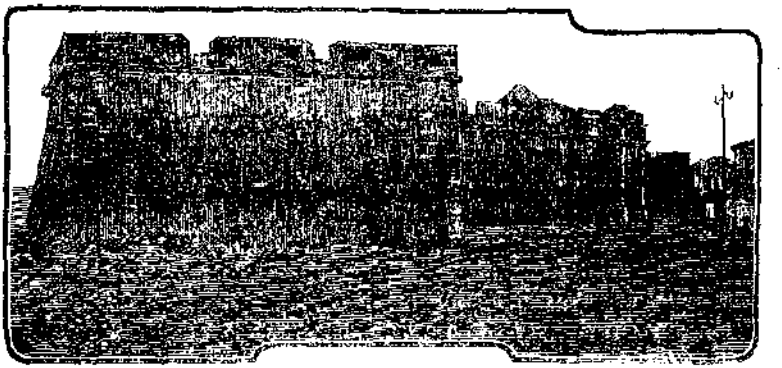
— Repito, não me rendo, nem os meus oficiais. Só à fôrça!... Ande, senhor alferes, cumpra a sua obrigação. Que espera?

Então a tropa fechou circulo em volta do juiz e escrivães. Um meio rebolíço se formou, de vozes em atropêlo, a injuriar-se, dando ordens,

---

pais de Jerónima Silva, casada com o nosso contemporâneo, que todos nós muito conhecemos, já falecido, Frederico Xavier de Mesquita. Tereza de Morais morreu em consequência duma queda, dum burro abaixo, na cidade de Ponta Delgada, aos 6 de outubro de 1846. Eugénio José de Morais foi tambem bisavô do ilustrado professor do liceu de P. Delgada, João de Morais Pereira

as armas chocando-se, na faina de vencer a derradeira e já nula resistência dos três. Tinham que ir. Aos empurrões anónimos da soldadesca, foram levados pelo amplo e ecoante corredor abobadado, e escada abaixo, seguindo numa pressa justiceira direitos ao Castelo Novo, onde Botelho d'Almeida ficou acautelado, sob a vigilância do dito alferes. Dali retrocederam, apenas uma escolta de cabo e o capitão la Cerda, para o castelo de Santa Cruz, onde arrumaram os dois escrivães de parceria com o escrivão das armas, que tinha sido prêso poucas horas antes. [1]



Castello de Bom Jesus (castelo Novo)

Eu calculo o abalo, o pasmo, os calorosos e regosijados comentários que se alastraram por toda a quieta vila da Horta, louvando a temeridade do capitão-mor, descosendo ainda mais os créditos do odiado juiz. Subiu de ponto o já extraordinário alvorôço da população.

Reuniu-se a câmara municipal naquela mesma noite, já depois de batidas as onze horas, para apreciar o sacrílego acontecimento, e deliberar como de urgência em defesa do juiz seu presidente. No decorrer da sessão, em que algumas opiniões talvez vacilaram, [2] houve mais a surpresa dum ofício enviado pelo governador, fazendo relato de tudo

---

[1] A narrativa desta scena da prisão do juiz de fora encontra-se, tal qual acabo de contar, num extenso documento feito e assinado pelos dois referidos escrivães aos 12 de maio de 1798. — *O Instituto*, vol. 61.°, 617 a 620

[2] Pelo menos o morgado José Francisco da Terra se desfez depois em desculpas ante o primo Jorge da Cunha, numa carta datada de 4-7-1798. — Idem, id., 644

aquilo que houvera por bem ordenar, e consequentemente lembrando à câmara a necessária substituição do magistrado metido em ferros de el-rei. [1]

O município participa todos êstes sucessos ao govêrno geral de Angra, esclarecendo que uma patrulha do governador impedira a saída da lancha aparelhada com intuito de levar as primeiras notícias, «tirando-lhe o leme e mais misteres para a sua navegação.» [2] Poucos dias depois expedem os vereadores a Sua Majestade idêntico comunicado, no qual põem em relêvo a sua solicitude pelo sossêgo público, alegando receios de algum tumulto popular. [3]

Percebe-se. De afeiçoados ao juiz de fora, buscavam elevá-lo à quási categoria dum mártir, concitando a seu favor a opinião geral, que mascarravam de indignada contra o capitão-mor. Como os factos se destingem ao calor das paixões!

Alevantou-se o ânimo público, sim, em ajuntamentos exaltados, mas certamente mais de revés contra o despótico juiz de fora, que não se fartava de oprimir e espoliar cada qual, do que contra o aparatoso governador, mandão, sem dúvida, porêm inepto.

Mui instantemente oficiou a câmara ao governador para que deixasse a lancha fazer-se de vela, em razão duma particular e urgente necessidade de serviço; mas trabalho inútil. Êle aguentava-se na sua: antes do dia 2 de março não podia ser. E completava esta resolução exagerada destacando tropa para todos os portos da ilha, com instruções rigorosas de não permitir a saída de qualquer embarcação, fôsse qual fôsse. Conseguiu a câmara, no entanto, iludir a vigilância e comunicar por meios secretos o ocorrido ao govêrno geral de Angra. [4]

Passados poucos dias (no 1.º de março) vendo que o juiz de fora continuava sequestrado, reune-se a vereação outra vez e expede novo

---

[1] (Participação do governador à rainha, em 5-3-1798) — *O Instituto*, vol. 61.º, 615

[2] *Reg. cam. Horta*, liv. X, 222. — «... sucedeu malograr-se a nossa deligencia, porque foram efectivamente presos o alcaide, mestre da lancha, que se achava ás portas deste tribunal, quadrilheiros que procuravam os homens para a navegação della e até hum miseravel mariuheiro que trazia a agulha de marcar... sendo todos metidos de ordem de aquele Governador nos calabouços dos ponderados Castellos.» (participação, etc.) — Idem, id., 223

[3] «Este extraordinario acontecimento fez sem demora nos convocarem em Camara, não só para darmos hum publico testemunho da nossa fidelidade a V. Mag.de, mas para conferirmos sobre o acerto das providencias que o mesmo exigia; porque vianos o Povo amargam.te sentido, concorrendo em numerosos bandos, a ponto de tumultuar-se.... (participação, etc.) — Idem, ib.

[4] Idem, ib.

ofício ao governador, alegando necessidade inadiável de comunicar com aquele ministro, a bem dos interesses públicos e do serviço de Sua Majestade. Requeriam portanto, que sua senhoria houvesse por mercê remover o impedimento que a tal se oponha [1] — que é como quem diz dar o homem à liberdade.

Jerónimo Sebastião, já meio aplacado da sua gana justiceira, ou talvez tendo-se posto a remirar na consciência o ímpeto indisciplinado das suas medidas, lavrou no dia seguinte a ordem de soltura pedida. Não a deferiu, porém, sem de alguma sorte se justificar — pelo menos nas bôcas mordazes do mundo, porque na sua devia seguramente ter remordido em sêco. Fê-lo, assim declara, por lhe constar que o juiz se absteria, dali em diante, de todo e qualquer procedimento contra os militares da ilha, perseguindo-os, prendendo-os, para os julgar, a ponto de alguns, como meio extremo de defesa, se refugiarem nas fortalezas. [2] O pretexto que êle foi rebuscar!

O juiz, dado à liberdade, responde imediatamente que não desconhecia, nem denegava as prerogativas do fôro militar; castigava os delitos civis ou da policia, cometidos pelos soldados, como lhe competia, e nada mais. [3] Uma resposta ao pé da letra.

Andou o governador com acertado tino, descerrando as portas do cárcere a Botelho d'Almeida. Parece que adivinhou o eminente desabar de algum podaço de céu velho.

Em data de 5 de março presta o govêrno de Angra atenção às cartas da câmara da Horta, determinando que procurassem oficialmente o governador, Jerónimo Sebastião Brum, e solenemente lhe requeressem declaração se recebera alguma ordem de Sua Majestade para encarcerar o juiz de fora. Era de supôr, ou antes, era indubitável, que não tivesse, e neste caso que o persuadissem a dar relaxe, no mais curto praso, da dita e indevida prisão. Podia também não querer fazê-lo; — então que o prendessem, recluso na sua própria casa, até segunda ordem — mas usando de muita prudência, e só depois de esgotados todos os meios suasórios. [4]

Quando por acaso verificada esta última hipótese, à pessoa que o substituisse, pediriam imediatamente a soltura do juiz, que logo em seguida chamariam à sua presença, admoestando-o com a devida urbanidade, e convencendo-o a não dar «novos testemunhos dos seus selerados procedimentos», os quais apenas serviriam de dificultar a benefi-

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. X, 222 v.
[2] Ferreira Serpa, *O Instituto*, vol. 61.º, 612
[3] Idem, ib.
[4] *Reg. cam. da Horta*, liv. X, 224

cência régia, quando na côrte, aonde Sua Majestade o chamava sem demora. [1]

Nesta mesma data em que o govêrno geral de Angra instruia a câmara da Horta, deprecando-lhe tão radicais meios de acção, expedia o município à Rainha aquele já citado ofício comunicando o procedimento vexatório e arbitrário do governador e capitão-mor, Jerónimo Sebastião Brum, contra o juiz de fora. [2] No dia 10 responde ao govêrno geral, dizendo que o juiz já fôra solto, havia mais duma semana, expontâneamente. [3]

O governador, por seu lado tambem não dormia. Intetrado sem dúvida do que planeavam os adversários, endereçou à Rainha exactamente no mesmo dia, um pesado e longo libelo a enredar Botelho de Almeida, concluindo por aduzir os motivos determinantes da sua intervenção violenta, que tanto inflamara aquela pendência. [4] O governo geral de Angra secundou as acusações do governador perante a atenção régia, acrescentando que melhor seria, para bem dos povos, não voltar aquele ministro ao Faial, com a vara da justiça. [5]

O emprazamento determinando a comparência em Lisboa do juiz de fora José Joaquim Botelho d'Almeida, retumbou, como era de calcular, ainda muito no quente. Foi expedido pelo Tribunal do Concelho da Fazenda, e tinha por base primária aclarar os diferentes atropêlos praticados, com gravame de reincidência, junto do juiz da alfândega. Partiu Botelho d'Almeida a caminho da capital, na escuna *Voadora*, de que era mestre Bazilio José Machado, — di-lo o governador em ofício datado de 12 de abril de 1798. [6]

Jerónimo Sebastião, como devemos crêr, pulou de contentamento; pulou, mas afinal por pouco tempo. Adoptara o partido mais simpático, é certo, seguido pela quási totalidade da gente da ilha; era pela justiça

---

[1] «. . ao qual, depois de solto (o juiz) admoestarão Vossas Mercês com a devida urbanidade. . . . em forma que na sua proxima retirada para o Reino, não deixe novos testemunhos de seus scelerados procedimentos, que mais o precipitem, e lhe difficultem a Regia beneficencia de Sua Magestade, quando chegar á sua Real prezença, aonde Sua Magestade o chama sem demora. . . .» — *Reg. cam. Horta*, liv. X, 224

[2] Idem, id. 223

[3] Idem, id. 224 v.

[4] *O Instituto*, vol. 61.º, 614 a 616

[5] «. . . . parecendo-nos para isso muito conducente não voltar aquele ministro a exercer jurisdição na ilha do Faval, porque o seu despotismo não só se acha altamente reconhecido por sua magestade no procedimento que manda ter com elle de o emprazar, mas depois disso pelas violencias que de novo tem praticado n'aquelle povo, postergando as leys, não reconhecendo superioridade, e mofando incivilmente das ordens d'esto governo. . . .» (ofício de 13-3-1798, ao ministro Sousa Coutinho, participando o conflito com o juiz da alfândega) — *Arch. dos Açores*, X, 93

[6] *O Instituto*, vol. 61.º, 620

contra a opressão; todavia à semelhança do outro, abusou das suas prerogativas, resvalando desastradamente, de paternal que quizera ser, a incorrecto. Levou tambem o seu quinau.

O ministro, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, por ofício de 19 de abril do mesmo ano, chamou-o a Lisboa para dar conta da prisão ilegal do juiz de fora. E não só por isso: o outro tinha uma questão de arroz a pôr em pratos limpos; êle devia justificar-se tambem acêrca duma história de aprovisionamento que fizera ao bergantim *Lebre*.[1] Parece que lavavam a roupa suja.

A ordem veio por intermédio do govêrno geral de Angra, que a comunicou em ofício de 23 de maio,[2] suspendendo o governador e nomeando para substituí-lo, interinamente, o sargento-mor do regimento de milícias, José Teles d'Utra Machado. Informa êste, em data de 2 de junho seguinte, ter o governador Jerónimo Sebastião embarcado a caminho da côrte no brigue *O Dragão*, comandado pelo capitão-tenente António Pusich.[3]

Não se deixou ir o governador de mãos vazias. Se tinha que entender com a justiça, as provas ou testemunhos deviam precedê-lo ante a banca dos julgadores. É minha convicção ter levado, entre os documentos com que abasteceu os bolsos, aquele instrumento acusatório contra o adversário, feito a instâncias do procurador do conselho, José Francisco de Castro. É um singular documento, não pelo que demonstra, mas pelo número e diversidade de factos que atesta, lavrado no próprio dia do embarque de Jerónimo Sebastião, e por êle assinado, pelo ouvidor eclesiástico, pelo capitão de ordenanças e vereador João de Mendonça e Silveira, pelo sargento-mor Estulano Inácio d'Oliveira Pereira, pelas abadeças dos conventos de S. João e Glória, por quási todo o clero secular da vila, pelo guardião e padres-mestres de S. Francisco, pelo capitão do regimento de milícias Manuel Inácio Bruin do Canto, pelo médico Manuel Gonçalves Mauricio, etc.[4]

Mais peças análogas se produziram, derrancando sem dó, nem piedade os créditos do juiz de fora: — uma atestação do doutor e ex-corregedor Manuel Garcia da Rosa, contando a sua prisão numa enxovia, por se ter utilisado dum barco que era muito seu, contra vontade do juiz;[5] outra do comandante da praça de artilharia, Laureano Pereira da

---

[1] *Reg. mun. Horta*, liv. XI, 48
[2] Idem, id., 47
[3] F. Serpa, *O Instituto*, vol. 61.°, 621
[4] Idem, vol. 62.°, 146
[5] Idem, id., 150

Silva, também metido na cadeia por ter agravado dum despacho de sua senhoria; [1] uma desenvolvida queixa registando muitos dos excessos por êle praticados, assinada aos 29 de dezembro de 1798 pelo vereador Jacinto Brum da Câmara Ataíde e procurador do concelho João de Mendonça e Silveira; [2] uma representação à rainha, com data de 18 de setembro do mesmo ano, escrita pelo provedor dos resíduos e capelas, João Pereira Machado da Luz, enumerando muitas das fantásticas habilidades jurídicas de Botelho d'Almeida, e algumas das prepotências com que êle o vexara dentro da esfera do seu ofício [3]

Não se sabe — não sei eu — qual o prémio que o Desembargo do Paço conferiu a êste indisciplinado e famoso juiz de fora pelas suas tropelias na pacata ilha do Faial. Não lhe haviam de faltar, talvez, influências palacianas que o apadrinhassem.

Como de costume, nos termos da lei, foi-lhe *tirada residência* (inquérito acêrca dos magistrados, referido ao período das suas funções em cada localidade) sem que coisa alguma, de falta que lhe era apontada, tivesse prova capaz de comprometê-lo. Verdade é que nisso ia todo o empênho: foi uma sindicância de encomenda, vê-se bem. [4] Fê-la José Acúrcio das Neves, corregedor em Angra, mais tarde bastante celebrisado pelos seus escritos e ferrenho mignetismo. Fê-la tão parcialmente, minguando, ou tentando apagar todas as culpas, mesmo as mais gordas e irrefutáveis, que ainda hoje, num curto relance de qualquer leigo, se nota o firme propósito de envolver numa capa de santidade a figura desconexa de Botelho de Almeida.

O govêrnador, Jerónimo Sebastião, é que nunca conseguiu desenvencilhar-se por completo, ao que parece, da meada confusa que armou com a prisão do juiz de fora. Achava-se em Angra nesse labutar (naturalmente empenhando-se pela sua recondução ao cargo de governador) quando veio a público, em data de 30 de outubro de 1802, o resultado daquela sindicância tão capciosamente amanhada. Com o feitio demandista, e ferido nas suas susceptibilidades fidalgas, logo surgiu em campo a refutá-la num azêdo requerimento dirigido ao príncipe regente, pedindo

---

[1] *O Instituto*, vol. 62.º, 151
[2] Idem, id., 40
[3] Idem, id., 189
[4] *O Instituto*, vol 62.º, 32 a 37.—«O sindicante mostrou a maior parcialidade em favor do juiz Botelho de Almeida, não inquerindo quem devera ouvir, deixando de averiguar multidão de factos e interpretando outros sempre para abonar aquele péssimo magistrado. Dominava-o o espírito de classe e encontrava na sua inventiva motivos para desculpar as estupendas tropelias do colega.» — Ferreira do Serpa, Idem, vol. 61.º, 622.

para admitirem o testemunho e documentação dêle suplicante, que haviam desprezado no andamento do aludido processo.

Nesta altura se apagam as referências sôbre esta página vã, mas das mais coloridas da vida faialense.

O juiz de fora, admoestado ou não, por lá ficou.

Em Angra se achava Jerónimo Sebastião Brum, já enfronhado noutra tarefa de caracter intimo e tambem arrevezada, de que me vou ocupar daqui a pouco, quando baixou à humildade daqueles sete palmos de terra, que tudo liquidam — orgulhos, grandezas, ambições.

No exercicio daquele seu infatigável vicio litigioso, consumiu êle cabedal que fartava, a ponto de deixar a casa empenhadissima sob uma rêde vasta, estiolante, de dividas. [1]

Foi a consorte quem concertou o rombo. Talvez aterrada ante a ruina dessa grande casa solarenga, tomou uma resolução suprema, que só os momentos angustiosos inspiram. Com uma abnegação verdadeiramente espartana, semelhando quási a loucura do heroismo, despiu-se de ostentações e de farturas, de orgulhos e ociosidades, numa compreensão de todos os sacrificios, para repôr ero seu primitivo pé os falidos créditos do casal. E conseguiu, à fôrça de paciência a mais obstinada, recurvando os dedos, numa plebeia avareza judaica, a juntar ceitil por ceitil.

Todos os bens não adstritos às terças ou aos morgados, móveis e imóveis, deu em inventário à conta do passivo. Desapossou-se de tudo — do mobiliário, das suas equipagens, do seu abundante bragal, das suas joias, até da roupa de seu uso!

Deu todas as pratas, que eram em famosa quantidade — salvas, jarros, bandejas e bacias, bules de tamanhos vários, as serpentinas lavradas, as dúzias e dúzias de facas e colheres em seus faqueiros; deu os utensilios de cosinha, mesmo os mais comuns, armários atulhados de loiça, os vidros e cristais lapidados, os valiosos trens de chá e para jantar, em porcelanas inglesas e da China; deu roupas de cama, desde os lençois até às coberturas bordadas e de damasco, roupas de mesa, espelhos e relógios, colgaduras e cortinas; deu os paineis do salão nobre, quadros com retratos de familia e dos principes, os tremós doirados, co-

---

[1] «Consta que Jeronimo Sebastião muito gastava para se desembaraçar das accusações, que, com justiça, delle se fizeram, não servindo mais Posto algum e deixando a casa empenhada: sendo a mulher, D. Jeronima quem cuidou de a desempenhar.... Do inventario que se fez por morte de Jeronimo Sebastião consta o facto aqui mencionado: sendo tantas as dividas passivas que absorveram quási todos os bens do casal.» — Garcia do Rozario, *Memoria genealogica*, ms., 55

modas cercadas de entalhes, os tamboretes de coiro pregueado, o seu cravo de seis oitavas, uma rica alcatifa da Turquia avaliada em centenas de mil reis; deu as seges, uma traquitana de três bêstas, cadeirinhas, carros de lavoura; deu a cascadura e ferragens e madeiras que tinha nos armazens; deu peças de pano caseiro, peças de renda e de requifes, peças de sarjas, de fustões, de briches, de baetas, de chitas, de cambraias, de esguiões finos, de sedas e de crepes, de melanias; deu o que ficara do marido — as casacas agaloadas de cerimónia, os numerosos coletes de fustão, de casemira, de seda, de setim, riscados, bordados, lisos, mosqueados, as bengalas de castão lavrado, as veneras cravejadas, tabaqueiras de oiro e de prata com esmaltes, esporas de prata, fivelas, espadins; deu sem nenhuma hesitação os seus vestidos, a começar pelos de chita até aos de cassa e setim bordados a oiro e prata, um molho de luvas, dúzias de lenços de mão e para a cabeça, chales de Tonkin e chales baratos para uso diário, mantilhas sevilhanas, chapeus de visitas e de passeio; deu todas as suas joias, tanto as mais insignificantes, como os adressos mais ricos — os seus aneis, alfinetes, broches, pingentes diversos, arrecadas com brilhantes e corais, gargantilhas, trancelins, cordões de compridas voltas, um grande coração de oiro e esmalte, um diadema cheio de pedraria, algumas imagens da virgem em oiro massiço, pulseiras ornadas de aljofres, flores para o cabelo salpicadas de rubis, diamantes, esmeraldas...

Êsse longo mapa [1] composto na sua maior parte de objectos caseiros, pouco acrescentado de bens de raiz, atingiu ainda assim, a soma de vinte e dois contos, pouco mais ou menos — isto numa avaliação mesquinha de inventário, e numa época em que se vendia a carne a 35 reis o arratel e cada alqueire de trigo por um cruzado.

Parece, porêm, não ter sido necessária a almoeda dessas coisas, porque, se não todas, a maior parte, pelo menos, continuou a ser vista sob a intimidade do mesmo conhecido tecto, em proveito da familia, pelos anos adiante.

Assim reconstituiu Jerónima Pulquéria a casa — assizadamente, penosamente, humildemente. Até contavam dela práticas extravagantes. Esta por exemplo.

Possuia um suino de fina raça, muito apreciado, que alugava como bicho de padreação a quem lá lhe levasse as leitoas em visita concupiscente! De tudo fazia dinheiro. E era ela própria quem fiscalisava...

Seria ridículo, não podemos deixar de concordar, tamanho exagêro de zêlo administrativo; mas que os resultados foram profícuos, atingin-

[1] Arq. da casa Brum, Faial, maço 58

do o fim planeado, não resta dúvida a ninguém. Recuperou-se a fortuna perdida — e nem por isso se perdeu a honra passada.

Foram Jerónimo Sebastião Brum e a consorte, Jerónima Pulquéria, os reedificadores da ermida de São Lourenço, em 1785. A referência a êste facto está em outra página, mais adiante, especialmente dedicada à história daquela ermida. [1]

30) Francisca Carlota de Montojo ◆ ◆ ◆ ◆ ◆
(§ 1.º, n.º 11)

◇ Em 27 de julho de 1802, perante a vereação solenemente reunida e paramentada, empossou-se no cargo de juiz de fora do Faial, o jóven bacharel Roque Francisco Furtado de Melo, já muito conhecido e considerado, como descendente que era duma família das mais nobres da visinha ilha do Pico. [2]

Mas, ao destaque do nome e da posição, aliava o brilho da mocidade, primores de inteligência, sobretudo essa elegância frívola trazida dos grandes meios — que sempre foi coisa para embasbacar o provinciano. Estou a calcular o cêrco porque passou, das mamãs casamenteiras; — e as meninas ensaiando ao espelho os sinaisinhos do rosto, a perfeição dos anelados, a maneira de mover o leque, de cortejar, de subir a uma cadeirinha, para que êle as admirasse com o vidro petulante da sua grande luneta de cabo doirado, à saida das missas na Matriz ou da Glória. Estou tambem em crêr que êle não fazia reserva dos seus créditos de conquistador. Tanto não fez, que sucedeu o que sucedeu — o namôro com a filha do governador e capitão-mor, Francisca Carlota de Montojo, e depois as arrevesadas consequencias, que já vou relatar.

Quer pela sua origem, quer pela sua situação oficial, devemos supôr que, logo após a sua chegada, encontrasse expontâneo e afectuoso acolhimento em todos os salões da já de si hospitaleira vila da Horta. Uma noite era em casa do capitão-mor, para dançar algum minuete à antiga moda francesa; outra em casa dos Terras ou dos Labats, fazendo adivinhas, jogando jogos de prendas, num círculo leviano de aconchego; outra em casa dos Arriagas ou dos Cunhas, lendo endechas de inspira-

---

[1] Vide nota (6) tit. *Pórras*

[2] Era natural da vila de S. Roque, filho do sargento-mor José Francisco Furtado, senhor duma das mais abastadas casas picoenses. Formou-se em direito na universidade de Coimbra, e foi dos primeiros deputados eleitos pelo círculo da Horta, em 1822. Teve carta de brazão de armas passada em 9-7-1817. Casou na ilha de S. Miguel com D. Maria Carlota da Câmara, deixando descendência — uma neta, por exemplo, casada com o notável escritor Manuel da Silva Gaio, filho do outro não me-

ção própria ou fragmentos da *Marília*, que as madamas escutavam num enternecido silêncio, esquecidas da costura — ao passo que na sala próxima se jogava uma partida rabugenta de *whist*, se discutia a politica revolucionária da época...

Não nos é muito difícil de saber quanto, nesta atmosfera tão suave, se estreitavam as intimidades das almas juvenis. Podemos, pois, admitir que assim se cativou o doutor Roque Furtado da filha do capitão-mor.

Estou a vê-lo surgir, de quando em quando, a uma ou outra janela da sua moradia, lá em cima, no Colégio, para admirar certo vulto indeciso, que se demorava por dentro das vidraças do quarto do oratório, em casa do capitão-mor... Estou a vê-lo saindo à rua, tomando pela beira do adro, olhos prêsos na janela da sua amada, descendo os lanços da escadaria que deitava sôbre a rua da Misericórdia, voltar para a direita e contornar a residência de Jerónimo Sebastião, vagaroso e impávido, dentro da sua casaca em pano escuro, de gola descomunal e longas abas até quási aos tornezêlos, afogado nas voltas da sua gravata de folhos a tufarem nela abertura do colete listrado, que se desdobrava em duas grandes azas angulosas por fora da casaca, as melenas escorrendo sob o chapeu de copa baixa, calção estreito, meias brancas, fazendo sobresair o polimento negro dos sapatos alivelados, um braço no través das costas, a alta bengala de castão lavrado medindo caminho tão solenemente como o solene suceder dos seus passos...

Francisca Carlota era então muito nova, mal contando ainda dezasseis anos. Dizem que era formosa: a isso reunindo, por virtude da educação austera daqueles tempos, uma tal ou qual timidez de avesinha, que a ingenuidade dos poucos anos ainda tornava mais latente — devia ser um encanto.

Não era segrêdo para ninguem o namôro, nem êles, por certo, faziam empenho de se encobrir. Amavam-se apaixonadamente — tão apaixonada e resolutamente, que chegaram a trocar entre si promessa de esponsais, com o firme desejo de cumpri-la. Assim o demonstrou Roque de Melo.

Quem não andou pelos ajustes foi o pai de Francisca Carlota. As suas vistas eram outras; — e nós sabemos quanto os planos alheios em matéria matrimonial, naquela época, desmanchavam muitas vezes as

---

nos célebre autor do *Mário*. Uma irmã do dr. Roque de Melo casou com o morgado Manuel Cardoso Machado Betencourt, sargento-mor na vila das Lages (V. *Peixotos*). Foi tio do general, seu homónimo, sôgro do dr. Manuel d'Arriaga, primeiro presidente da república portuguesa. Acêrca desta família consulte-se o interessante opúsculo *Dos que povoaram o norte da jurisdição das Lages*, por Lacerda Machado.

fantasias do coração. Não resta dúvida que o juiz de fora seria um razoável partido para a filha. Quantos e quantos outros o desejariam! Mas êle assentara na sua que realisava muito melhor contrato, dando-lhe por marido D. Francisco Pimentel, filho do capitão-mor da ilha das Flores, senhor duma das casas mais fidalgas e abastadas dali.

Se é certo haver criaturas mal lançadas no caminho da vida, esta Francisca Carlota foi uma delas. O leitor avalia comigo, sim, as revoltas mudas e a silenciosa amargura da pobresinha, as lágrimas que em horas de solidão lhe toldaram os olhos, vendo o seu primeiro sonho de amor, que já tão seguro se afigurava, assim cruamente desfeito, e para sempre.

O doutor Roque Furtado é que se não deixou pôr de parte sem mais nem menos. Tinha por si os direitos duma afeição já muito íntima, quási indestructivel; tinha sobretudo aquela mútua promessa de casamento que os dois, êle e Francisca Carlota, haviam combinado, e parece que constando dum escrito particular.

E que escrito era êsse? Seria de facto alguma declaração em forma? Não creio. Talvez alguma vulgar carta de amor, em que se contam por cada linha as mil juras de fidelidade...

Ninguem ignora o irrefutável valor jurídico que tal circunstância — promessa de esponsais — representava outrora, muitas vezes sem ser provada, para compelir qualquer das partes ao matrimónio, quer quizesse, quer não. Entre as mãos dum perito, e manejada pelo próprio interessado, constituiria então arma de seguríssimo golpe. E assim foi. Tolo seria o juiz de fora, no seu duplo papel de jurisconsulto e de enamorado, se não aproveitasse tão importante prova.

Jerónimo Sebastião, colhido desta arte nas malhas de mais um dêsses vários processos que tanto a miúde lhe surgiam debaixo dos pés, esbracejou de zanga, tomado de embaraço por não poder levar a sua àvante. Mas era feitio seu chicanar. Não se amedrontou. Imediatamente, perante o capitão general dos Açores, marquês de Sabugosa, pugnou pela inteira imunidade das regalias paternas, sempre acatadas em todos os tempos, e que o bacharel Roque Francisco Furtado de Melo agora empeçava com insídias e obstáculos descabidos. [1] Roque de Melo foi-lhe no encalço, bater à mesma porta.

O caso era melindroso e confuso para o general, que, de tão longe, mal entendia êstes banais enredos secretos de família. Querendo ajuizar

---

[1] *Arch. dos Açores*, X, 393 (ofício do general ao ministro, visconde da Anadia, em 3-11-1803)

reclamente de que lado corria a razão — se à vontade do capitão-mor, se nas alegações do juiz de fora, ou ainda se entre os dois Francisca Carlota era entidade passiva como qualquer mercadoria, ou, pelo contrário, se a escôlha do seu coração sobresaía à pertinácia de ambos — insinuou a Jerónimo Sebastião que se passasse com a família para Angra, pois assim, muito melhor e sem ofensa da justiça, deliberaria sôbre o negócio. [1]

Jerónimo Sebastião aceitou o conselho, e já lá estava, e já o general encetara as suas investigações, quando baixou, para resolver de acôrdo com o bispo e corregedor da comarca, a representação sôbre o mesmo litígio, dirigida pelo dito Jerónimo Sebastião a Sua Majestade.

Mas o bispo, D. José Pegado, que ficou famoso na diocese pela altivez do seu govêrno, era criatura de génio irascível, destemperando ao mais insignificante atrito, alçando-se sempre orgulhosamente acima de tudo e de todos. Com o próprio general já andara às turras mais duma vez, por via duns embrulhados problemas de etiqueta, sem que nenhum escrúpulo tivesse em desatendê-lo, desconsiderá-lo, só para se lhe sobrepor ao predomínio. [2] Só êle é que havia de mandar. No caso presente repetia a fórmula. Ora vejamos.

Achava-se o general certo dia em casa, muito socegado, quando lhe vieram anunciar que duas senhoras de distinção, e parecendo ambas muito aflitas, desejavam falar-lhe urgentemente. Ergueu-se perturbado. Que estranho caso seria para assim recorrerem ao seu valimento? Bondoso e cortês como era, apressou-se em atendê-las, deixando logo de lado, debaixo dum grosso in-fólio, o documento que pausadamente estava a ler. Apalpou à pressa os rôlos da alva peruca, esticou o colête; — e o seu porte fidalgo, caminhando altaneiro e grave, dir-se-ia avultar como para algum feito glorioso.

Não acabara ainda de cair após êle o reposteiro verde de baetilha, e já as duas visitantes, num rumorejar de sedas, se tinham levantado do velho canapé de pau-santo, e feito alguns passos, os braços adiantando-se com um geito dúbio de súplica. Mas ficaram suspensas, tímidas.

— V. Ex.ª! Em que posso servir-vos?... Que sucedeu?...

A voz de D. Jerónima de Montojo rompeu então acêrba, sem hesitações:

— Buscamos a vossa protecção, senhor marquês:... justiça. Querem violentar a nossa dignidade!

---

[1] *Arch. dos Açores*, X, 393 (*of. cit.*)
[2] Ib., 395

O olhar lampejava-lhe, meio angustiado, meio colérico, a pestanejar, e, naquele seu impaciente desejo de defesa, todo suspenso da autoridade soberana do juiz. Até a grande pluma do chapeu, agitando-se a cada movimento, parecia palpitar da mesma ira e da mesma impaciência que a inflamava.

O general, a modo de atónito, observava pesarosamente as duas senhoras — o seu ardor, as mãos que gesticulavam rogando, os olhos envermelhecidos por qualquer chôro copioso, talvez de ha poucos instantes. Prendia-o a eloqüência de D. Jerónima; mas mais o comoveu ver a filha, a gentil menina numa humilde e muda atitude, toda lavada em lágrimas, que sem cessar enxugava no seu minúsculo lenço de cambraia bordado a matiz.

— E quem vos ofendeu, senhora morgada?... Não eu, que só justiça tenho curado de fazer-vos... Quem, quem?...

— Sua ex.ª reverendíssima!

O marquês pasmou de assombro.[1]

Sim, sua ex.ª reverendíssima mandando o vigário geral a casa de Jerónimo Sebastião, com ordem de levar a filha, à fôrça, para um convento, e aí ficar depositada até futura ordem, sem o menor fundamento nem urgência, antes contra a expressa vontade e declaração dela, e de seus pais!

Percebia-se. Furtando Francisca Carlota ao domínio das autoridades profanas, o bispo punha o caso adstricto à sua pessoa, o que tanto equivalia a tornar-se nêle julgador essencial, que essa era, no fim de contas, a sua suprema vaidade, fôsse o que quer que fôsse de que se ocupasse.

O general a custo sopeava a onda brusca de cólera que lhe alvoroçou o sangue, lhe ensombrava a vista. Era insolência demasiada. Não bastavam as desconsiderações anteriores; vinha sua ex.ª reverendíssima, soberbo como sempre, provocá-lo de novo, desrespeitando-lhe as providências, que já tinha começado a dar com tanta publicidade e bom êxito — peor ainda, desacatando manifestamente a execução das reais ordens! Com que direito um juiz eclesiástico, misturando temporalidades

---

[1] «... hum dia chegão á minha prezença banhadas em lagrimas sua mulher, e a própria filha a procurarem a minha protecção, e pedirem providencias contra o attentado, e violencia que lhes fazia o vigario geral do bispado apresentando-se em sua casa para a levar por força para um convento, e ahi ficar depositada, não só sem o seu consentimento, mas contra a sua expressa vontade, e declaração. Confesso a v. ex.ª que esta scena me causou huma impressão a mais viva, etc.» — *Arch. dos Açores*, X, 394 (of. cit.)

com espiritualidades, se intrometia num negócio que se achava apenas sujeito aos tribunais civis, e que nada tinha ainda de espiritual? Sob que faculdade se escudava ao cometer essa violência de perturbar uma família de tamanha representação, querendo arrancar uma inocente menina ao poder e carinho de seus pais, para um inopinado depósito, que tinha tanto de iniquo, como de ilegal?

— Não mais se exaltem V. Ex.as. Podem recolher tranquilas... Eu saberei responder a semelhante ultraje!

Estava de pé, majestoso. E o braço que se alçava num movimento intrépido de eloqüência, a desconcertar-lhe no peito a casaca verde-cidra — no peito inchado pela altivez e pelos folhos da camisa — cain com o terminar da frase, onipotente e justiceiro, sôbre o espaldar da poltrona estofada a melania. Os olhos maguados de Francisca Carlota, a imbele menina, abriam-se para êle, surprêsos, clareando, num meigo lampejo de agradecimento...

Mandou o general chamar imediatamente à sua presença o vigário geral para indagar quais os motivos que tinham ditado tão rebelde procedimento. De pouco servin. Foi mais uma prova de insubordinação, a entrevista. Respondeu o padre que procedera segundo as ordens recebidas do seu prelado, [1] e que mais nenhumas explicações lhe competia ou tinha a dar sôbre o assunto; e assim por diante, sempre irónico, com palavras e modos roçando quási pela grosseria, ofensivos do decôro, urbanidade, gerarquia e altas funções da pessoa com quem falava.

O marquês não poude conter-se. Rompeu irado contra êle, o olhar fusilante, como lâminas homicidas, e num súbito brado tão imperioso, tão áspero, que até o aposento pareceu estremecer; — e apontava-lhe a saída, com um gesto duro, inabalavelmente. Que se retirasse — e direito para sua casa, onde se considerasse sob prisão, até segunda ordem. Essa segunda ordem foi no dia seguinte, apezar do marquês julgar a insólita conduta merecedora de mais prolongado castigo. Pois mesmo assim, apezar da benevolência, o vigário geral ainda recalcitrou: fez-se vítima, numa hábil humildade evangélica, tendo-se, desde que recluso, por inibido da sua jurisdição. [2] Só para ver se creava embaraços

---

[1] Andava o bispo em visita pelo Faial. Era a segunda vez: a primeira tinha sido em 1802

[2] «... mandei chamar o vigario geral, para indagar d'elle os motivos de hum tal procedimento, e recorrendo este meramente a ordens que dizia ter do seu prelado, bem longe de me dar razão alguma que merecesse attenção, aggravou mais o caso com o seu modo, comportamento e respostas, até ao ponto de me obrigar para conservação do decoro, e respeito devido ao meu emprego, ordenar-lhe que se retirasse para sua casa onde ficaria recluso athé segunda ordem, etc.» — *Arch. dos Açores*, X, 394 (of. cit.)

ao general... Êste nem perdeu tempo de maior com o comediante roupeta; o que fez foi prossegnir no desdobar da meada, com maior presteza, mais interessadamente.

Intimou a comparência breve, e sem grandes formalidades, de Francisca Carlota, no seu gabinete. Desditosa menina! Eu imagino quanto as mãos lhe iriam geladas, prêsas ao seio, como querendo aquietar o coração temeroso ante esta nova scena inquisitorial... Mas o marquês incutiu-lhe ânimo, acolhendo-a tal qual uma simples visita, solícito e afável, com um longo sorriso nos lábios a envolvê-la paternalmente. E pôz-se de conversa: falou-lhe de coisas fúteis — das últimas toiradas, do presente do vinho do Pico que ha pouco tempo tinha recebido do senhor seu pai, da rica gargantilha que ela trazia, cravejada de brilhantes e esmeraldas... Depois, muito naturalmente, num mais acentuado ademan de cortezia, esclareceu que se tornava essencial, para rápido e definitivo termo do processo, ouví-la de viva voz acêrca do seu falido caso do matrimónio. Podia falar com toda a franqueza; ninguem os embaraçava. Estava ali o senhor secretário, mas por dever de ofício, apenas para reduzir a escrito as declarações que ela entendesse fazer. Podia falar sem receio, como a um confessor. Era para seu bem.

Então ela cativada por tamanha bondade, tão gentil, quanto protectora, decididamente, com inteira verdade ou não, tudo contou. Sim, tivera vontade de casar com o doutor Roque, juiz de fora, e êle havia tambem isso como certo; porêm era projecto que naquela ocasião já andava longe, desconcertado.

— Mas V. Ex.ª chegou a assinar um papel comprometendo-se a êsse enlace...

Ela teve um imperceptivel instante de vacilação; — as mãos, caidas no regaço, torturavam um dos largos folhos do vestido, seda lilás, salpicado de lantejoulas.

— Confesso, senhor marquês... Agora, devo dizer, já não quero o consórcio... Tomei outro conselho...

E como visse o olhar do general a fitá-la com agudeza, imobilizado, numa desmesurada interrogativa, explicou:

— Os senhores pais desaprovavam... [1]

---

[1] «... chamei perante mim, e na presença do secretário d'este governo a sobredita D. Francisca de Montojos, e interrogando-a em plena liberdade, me respondeo que sim tivera vontade de casar com o mencionado bacharel Roque Francisco Furtado de Mello, e para isso chegara a assignar hum papel, mas que já não queria, e tinha dezistido d'esse projecto logo que vira que não era da vontade de seus pays, etc.» — *Arch. dos Açores*, X, 394 (of. cit.)

Pobresinha! Talvez lá no intimo ainda guardava com saudade a imagem donairosa do juiz de fora... Mas a vontade paterna era soberana!

Destas declarações extraiu o general dois treslados, como fôra ordenado — um para o corregedor da comarca, outro que enviou para o Faial, ao bispo, pedindo-lhe em imediato retôrno o seu parecer. A resposta do prelado foi continuar exigindo, como preliminar de qualquer decisão, o pretendido depósito de D. Francisca num convento. O corregedor, pelo contrário, deliberou definitivamente, não só condenando a formalidade cavilosa de semelhante providência, como sobretudo considerando dissolvido qualquer obstáculo, que se pudesse ainda supor por parte do bacharel Roque de Melo.

Perfilhou o general esta opinião, lavrando nos autos o despacho de conclusos, pelo qual Francisca Carlota ficava plena e satisfatóriamente desligada de todo e qualquer compromisso. Nem outra coisa podia deixar de ser. O próprio doutor Roque, em uma carta recente — quem sabe se num confrangimento de consciência pelos dissabores que sem proveito originara — afirmava-lhe que nenhuma oposição havia, ou sequer imaginassem da sua parte, antes se insurgia contra o procedimento despótico do bispo e do vigário geral. De mais a mais sabia o general, porque era já bem público e notório, quanto Francisca Carlota tinha acabado por submeter-se, de ânimo alegre, ao casamento que seu pai lhe talhara, assinando sem nenhuma repugnância a respectiva escritura de esponsais. [1]

Mas ela, desta feita, tornou a ter sorte revêssa: êsse escolhido matrimónio tão árdua e teimosamente ajustado não chegou afinal a realizar-se. Porque? Nada ha, nem a tradição, nem papel público ou de família, que nos elucide a tal respeito. Só podemos admitir, e com grandes visos de verdade, ter causa dissolvente a intervenção do bispo outra vez, negando-se a conceder dispensa do parentesco em quarto grau entre a filha de Jerónimo Sebastião Brum e D. Francisco Pimentel, seu noivo. [2]

Perdera sua ex.ª rev.ma a primeira cartada; agora, porém, que lhe passavam a geito pela porta, descarregava bote certeiro. Que rancorosos fígados! Por isso veio a estoirar de soberba. [3]

---

[1] *Arch. dos Açores*, X, 395 (ol. cit.)

[2] Idem, id., 398 (ofício do general ao ministro, em 4-11-1805)

[3] «Morreu em 19 de junho de 1812, no convento dos Gracianos em Ponta Delgada, aonde residia. Consta por tradição ter dado causa á sua morte o astuto Custodio Franciscano Frei José dos Anjos, seu principal inimigo, que, conhecendo o caracter orgulhoso e vaidoso do Prelado, procurou occasião de estar a sós com elle afim

Naturalmente D. Francisco Pimentel, já enfadado pelas peripécias do celebérrimo processo a que as suas pretenções tinham dado azo, e logo a seguir tropeçando em uma nova contrariedade, entrou de enfastiar-se, de arrefecer no ardor amoroso, de retrair-se... Ilai talvez o dito por não dito.

Bem certo era que Francisca Carlota, a fraca e ingénua criaturinha, mui mal fadada fôra para os destinos do coração. Correu-lhe escabrosa a existência. Dois enlaces auspiciosos esteve a pique de efectuar, e ambos lhe escaparam sem que tal julgasse; o terceiro afinal realisado, ignoro se por sua livre escôlha, ou se tambem imposto, e que seria legitimo supor o mais seguro, saiu-lhe desafortunado, como o desfolhar dum ingrato malmequer. Desafortunado e não pouco.

João Carvalhal da Silveira, o marido, deixou crédito muito escasso a seu favor. Homem perdulario e de habitos dissolutos, gastava sem conta nem tento, a ponto de empenhar completamente a casa, chegando ao excesso de comprometer os rendimentos do morgado. Certo dia desandou para Lisboa, abandonando a consorte e os filhos, e por lá se deixou ficar, absorvido por aquele meio estonteante; assás propicio ao seu usual viver de dissipação, de licenciosidade.

Francisca Carlota dissimulava nobremente a sua amargura. Todavia, apezar de escudada pelo amor dos filhos, a vida mingoava-lhe; — e foi assim, num entristecer de hora a hora, como de verdadeira viuvez, que arrastou no mundo os seus descontentes quarenta e cinco anos...

João Carvalhal, logo que recebeu em Lisboa a noticia do falecimento da esposa, efectuou segundas núpcias com Maria Venância Amorim, senhora de familia distinta e possuidora de alguma fortuna, que êle tambem desbaratou a breve trecho, com o seu desregrado viver. Enviuvando novamente, e quási sem recursos, conseguiu por fim o lugar de director da alfândega da Horta, onde casou terceira vez, já sexagenário, em 3 de março de 1851, com Maria da Glória, pessoa de origem humilde, filha de João Cristiano da Silveira, modesto lavrador da freguesia de Castelo Branco. [1]

31) António Francisco Taveira (§ 1.º, n.º 11) ◇ Cavaleiro Fidalgo da casa rial por alvará de 12 de dezembro de 1798, [2] e cavaleiro professo da ordem de Cris-

---

de o insultar desabridamente, com o que conseguiu accender nelle uma colera tão vehemente, que sem demora foi seguida por uma congestão cerebral, de que em breves dias falleceo. O frade antes de obter a audiencia, tinha predito o resultado d'ella. Não ficou impune este premeditado crime: Frey José e mais alguns de seus cumplices foram degredados.» — Idem, II, 474

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 56

[2] *Reg. cam Horta*, N.º 8

to por virtude da carta régia de 5 de dezembro de 1809. [3] A cerimónia solene em que foi armado cavaleiro da Ordem, realisou-se na igreja Matriz, no dia 17 de maio de 1814. [4] Francisca Cândida de Medeiros, sua mulher, consorciou-se em segundas núpcias, na cidade de Ponta Delgada, terra da sua naturalidade, com o doutor Agostinho Machado de Faria e Maia.

32) Maria Guilhermina Taveira
(§ 1.º, n.º 12)

◇ Seu marido, José do Canto — o morgado José do Canto, como mais vulgarmente era denominado — foi uma das individualidades de maior nomeada nos Açores. Não porque fôsse um sábio eminente, ou um escritor brilhante e fecundo, ou um politico de largos planos conquistadores; tão sómente porque foi um cidadão ilustre e operoso, consagrando a vida toda ao progresso e riqueza da sua terra. Foi um homem, na genuina acepção do termo.

A disciplina de caracter vincou-se nêle tão fundamente, tão permanentemente, que lhe fez sobresair a fôrça de vontade como principal caracteristica, em todos os dominios da sua actividade, quer privada, quer externa: — austero e probo como um spartano. A isto reunia uma série vasta de conhecimentos, adquiridos em viagens várias e longas, em leituras demoradas.

Por virtude dessa fôrça de vontade teve a cidade de Ponta Delgada o seu porto artificial, que êle estimulou com uma teimosia inquebrantável. Pela fôrça de vontade acrescentou enormemente a fortuna da sua já mui importante casa; — e dentro dessa linha de conducta, consagrando-se em particular à agricultura, deixou obra de notabilissima utilidade, como, por exemplo, o radical incremento que deu à silvicultura na ilha de São Miguel, e à plantação do chá, que constitue hoje, ali, uma das principais indústrias agricolas.

Personalidades destas merecem bem todos os louvores; e, se os merecem de estranhos, dos patricios então devem ser-lhe ofertados com devoção.

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. XI, 202 e 203
[2] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, I, 314

TITULO VIII

BULCÕES

Procedem de **Gaspar Gonçalves Bulcão**, homem fidalgo, de origem flamenga, ignorando-se porêm qual a sua ascendência, e se foi êle ou não o primeiro desta familia que fez assento no Faial.

§ 1.º

1 **Gaspar Gonçalves Bulcão** — casado com Violante d'Utra (V. **Utras**, § 3.º, n.º 3) — **(1)**

Tiveram:

2 Jerónimo d'Utra Bulcão, que segue
2 António d'Utra Bulcão — **(2)**
2 Izabel d'Utra, casada com Domingos Machado Ribeira Séca, da cidade de Angra — **(3)**
2 Violante d'Utra, m. 27-8-1645, casou com Gaspar de Faria, m. 1620 (V. **Farias**, § 1.º, n.º 1)
2 Ana d'Utra, casada com F...
2 Luzia d'Utra, casada com F..., nascendo déste consórcio:

3 Antónia d'Utra, casada com João Silveira Vilalobos (V. **Silveiras**, § 2.º, n.º 4)

2 Francisca d'Utra, casada com Pedro Ferreira de Luna, natural da ilha da Madeira, havendo déste consórcio:

3 Barbara d'Utra de Luna
3 Ana d'Utra
3 Izabel d'Utra } (4)
3 Maria Ferreira de Luna, casada com António d'Utra Pinheiro. Tiveram:

4 Maria do Espírito Santo — (5)

2 **Jerónimo d'Utra Bulcão** — casado com Margarida da Silveira (V. **Terras**, § 1.º n.º 4) — (6)
Tiveram:

3 António d'Utra da Silveira Bulcão, que segue
3 Izabel da Silveira, casada com Francisco d'Utra de Quadros (V. **Utras**, § 2.º, n.º 3)
3 Antónia da Ressurreição
3 Catarina da Silveira
3 Margarida da Silveira } (7)

3 **António d'Utra da Silveira Bulcão** — casado com Maria Leal Pereira (V. **Betencourts**, § 3.º, n.º 2) — (8)
Tiveram:

4 Manuel Pereira Bulcão, que segue
4 Diogo Pereira de Lacerda, casado com Catarina d'Ávila, de quem teve:

5 Catarina de Sena, m. 25-6-1730
5 Maria d'Ávila, m. 8-10-1749 com setenta e dois anos de idade

4 Francisco Pereira de Lacerda, m. 22-3-1694, casado com Catarina Duarte, de quem teve:

5 Brites Pereira de Lacerda, casada com Manuel Cabral de Brito
5 Catarina Pereira Bulcão, m. 30-3-1741, casada com Gregório d'Utra (V. **Utras**, § 3.º, n.º 7)

4 Jerónimo d'Utra Pereira, clérigo, m. 22-12-1667 — (9)
4 Álvaro Pereira Bulcão, clérigo — (10). Teve uma filha natural:

5 Maria Leal, c. 10-1-1674 com Gaspar da Costa Ramalho, natural das Ribeiras, Pico

4 Luís Pereira de Lacerda, clérigo, m. 4-3-1674. Tinha sido casado, havendo desse consórcio: — (11)

5 Jerónimo d'Utra de Lacerda, clérigo

4 Ana de Deus
4 Catarina de Sena
4 Margarida da Piedade
4 Filipa da Candelária
freiras professas no convento da Glória

4 Violante d'Utra, casada com Francisco Rodrigues, havendo dêste consórcio:

5 Bartolomeu da Piedade, frade franciscano
5 Catarina Pereira de Lacerda, casada com Gaspar Furtado da Mendonça (V. **Mendonças**, § 5.°, n.° 1)
5 Maria Sarmento
5 Manuel Pereira Bulcão, c. 10-11-1674 com **Maria Jorge**, de quem houve:

6 Bárbara d'Utra, n. 19-5-1686, casada com Sebastião da Silveira Vilalobos (V. **Ataides**, § 1.°, n.° 6)
6 Violante d'Utra Pereira, 1.° casou com seu primo Francisco d'Utra de Faria Bulcão (V. **Farias**, § 1.°, n.° 4) 2.°, casou com **Manuel d'Ávila da Silveira** (V **Betencurts**, § 2.°, n.° 5)

4 **Manuel Pereira Bulcão** — m. 18-5-1650, casou com Izabel de Andrade, de quem houve:

5 Margarida Pereira, que segue
5 Maria Pereira, casada com Manuel Rodrigues
5 Bárbara Pereira
5 Izabel Pereira
5 Luzia Pereira
5 Catarina Pereira, casada com Sebastião Gonçalves Albernaz (V. **Mendonças**, § 8.°, n.° 3)

5 **Margarida Pereira** — casada com Manuel Rodrigues do Soulo. Tiveram:

6 Lourenço Pereira Bulcão, que segue
6 Manuel Pereira Bulcão, que segue no § 2.°
6 Ana Maria, casada com Inácio Nunes do Vale
6 Maria Pereira Bulcão, casada com Jorge Furtado de Mendonça (V. **Mendonças**, § 8.°, n.° 4)
6 José Silveira Bulcão
6 Manuel Silveira Bulcão
6 Mateus Pereira Bulcão, m. 1-5-1722; 1.° casou com Izabel Dutra, que m. 1-6-1705; 2.°, casou com Maria Silveira, que m. 10-8-1746. Do primeiro matrimônio houve:

7 Manuel Dutra Bulcão, n. 18-6-1696, m. 15-8-1741

Do segundo casamento:

7 Tomás Silveira Bulcão, m. 17-2-1789
7 Antônio Silveira Bulcão, m. 10-1-1750 com sessenta e seis

anos de idade, c. 15-9-1757 com Mariana Rosa de Jesus, que m. 26-6-1762, da qual houve:

8 José Silveira Bulcão, n. 1756, m. 30-11-1828, c. 27-4-1788 com Ana Silveira, m. 4-9-1833

6 **Lourenço Pereira Bulcão** — b. 23-3-1662, m. 29-4-1705, casou com Maria Betencurt (V. **Farias**, § 3.°, n.° 6) casada em segundas núpcias com António Silveira Gularte. Tiveram:

7 Lourenço Pereira Bulcão, *que segue*
7 Ana Maria Betencurt, n. 12-11-1696, c. 29-6-1716 com Francisco de Lemos de Faria (V. **Mendonças**, § 2.°, n.° 8)
7 Margarida Josefa da Conceição, b. 29-11-1698, m. 10-9-1781, c. 7-11-1724 com Manuel d'Ávila Peixoto (V. **Betencurts**, § 2.°, n.° 6)

7 **Lourenço Pereira Bulcão** — casado com Maria de St.° António, de quem houve:

8 José Pereira Bulcão, que segue
8 Francisco Pereira, n. 10-7-1706
8 Ana Maria

8 **José Pereira Bulcão** — c. 8-2-1773 com Josefa Inácia, que m. 6-4-1803, da qual teve:

9 José Pereira Bulcão, que segue
9 Eugénia, n. 10-2-1794
9 Rosa Felícia de Jesus, n. 14-9-1789, casou com Vicente José da Silveira
9 Ana Josefa, n. 25-1-1781, casou com Manuel Silveira Machado

9 **José Pereira Bulcão** — n. 19-9-1778, casou com Ana Maria, de quem houve:

10 José Pereira Bulcão, que segue
10 João Pereira Bulcão, n. 27-1-1813

10 **José Pereira Bulcão** — n. 24-6-1817, m. 21-9-1847, c. 20-5-1839 com Maria Felizarda.

§ 2.°

6 **Manuel Pereira Bulcão** (§ 1.°, n.° 6) — m. 11-4-1720 com cincoenta e cinco anos de idade: 1.°, casou com Madalena de Serpa, que m. 4-5-1705; 2.°, casou com Luzia Silveira. Do primeiro matrimónio teve:

7 José Pereira Bulcão, que segue
7 Madalena do Nascimento, m. 10-2-1731
7 Leonarda Pereira do Nascimento, c. 10-1-1729 com Jorge Pereira Dutra
7 Pascoal Pereira Bulcão, n. 1691, c. 15-10-1718 com Rosa Dutra, de quem houve:

8 José Pereira Bulcão, n. 20-3-1722, c. 24-7-1778 com Maria Jacinta Brum da Silveira
8 Luiza Clara de S. José, n. 16-3-1734, c. 8-3-1784 com José Silveira Peixoto (V. **Betencurts**, § 2.°, n.° 7)
8 Joana Francisca, n. 25-2-1725, m. 11-3-1791
8 João Pereira Bulcão, m. 19-6-1800, c. 24-7-1778 com Ana Maria de Jesus, de quem teve:

9 Miquelina Bernarda de Jesus, casada com Manuel Rodrigues Pinheiro

Do segundo matrimónio teve:

7 Lourenço Silveira Bulcão, que segue no § 3.°

7 **José Pereira Bulcão** — b. 1-5-1697, c. 19-11-1746 com Ágada Maria, de quem teve:

8 António Silveira Bulcão, que segue
8 Ana Perpétua de Jesus } freiras no conv. de
8 Tomásia Francisca do Amor Divino, n. 12-9-1749 } S. João (12)

8 **António Silveira Bulcão** — n. 5-7-1755, c. 21-7-1779 com Maria Madalena Ursula, natural da Madalena, Pico, havendo dêste consórcio:

9 **António Silveira Bulcão** — n. 8-9-1781, m. 5-6-1842, c. 8-1-1816 com Maria de Lacerda Labat, n. 5-10-1790, m. 28-5-1857 (V. **Labats**, § 1.° n.° 6) — (**13**)
Tiveram:

10 António de Lacerda Bulcão, que segue
10 José de Labat Lacerda, n. 14-12-1819, m. 6-2-1844

Fora do matrimónio, e de Clara Feliciana Alves, solteira, teve:

10 Marcelo Alves Bulcão, n. 1812, m. 10-12-1891, casou com Ana Henriqueta da Silveira, m. 21-10-1890, havendo dêste consórcio:

11 Maria Adelaide Bulcão, n. 22-9-1838
11 Mariana Adelaide da Silveira Bulcão, n. 15-2-1843, c. 11-5-

1865 com Sebastião de Lacerda Pereira (V. **Pereiras**, § 4.º, n.º 13)

11 Augusto Bulcão, n. 24-11-1857, m. 1-12-1890, 1.º, c. 12-5-1878 com Maria Aurora Rocha de Évora, m. 1-8-1880 (V. **Pereiras**, § 6.º, n.º 13) 2.º, c. 1-9-1883 com Francisca Alice da da Silveira — (**14**)

Houve do primeiro casamento:

12 Maria Augusta Bulcão, n. 18-2-1880, m. 29-1-1903, c. 20-7-1898 com António Xavier Baptista (V. **Linhares**, § 1.º, n.º 11)

Do segundo matrimónio houve:

12 Maria do Carmo Bulcão

10 **António de Lacerda Bulcão** — n. 18-6-1817, m. 21-2-1897, c. 17-8-1836 com Maria Prisca de Sousa, m. 2-12-1891. — (**15**)

Tiveram:

11 António de Lacerda Bulcão, que segue
11 José de Lacerda Bulcão n. 18-6-1843
11 João de Lacerda Bulcão, n. 23-7-1847
11 João, n. 10-8-1855, m. 30-8-1856
11 Lúcio, n. 1840
11 Dometila de Lacerda Bulcão, n. 29-8-1837, m. 31-1-1918 — (**16**)

11 **António de Lacerda Bulcão** — n. 6-7-1841, m. 27-11-1884, casou com Januária Laemert, n. 8-11-1847, m. 15-2-1918, nascendo dêste consórcio:

12 Eduardo Laemert Bulcão, que segue
12 Alice de Lacerda Bulcão, n. 2-12-1866, m. 15-1-1897, c. 20-10-1883 com Francisco Pereira Ribeiro (V. Ribeiros, § 1.º, n.º 7)

12 **Eduardo Laemert Bulcão** — n. 18-11-1870, c. 19-11-1904 com Maria Betencurt. — (**17**)

§ 3.º

7 **Lourenço Silveira Bulcão** (§ 2.º, n.º 7) — n. 23-10-1709, 1.º, casou com Inês Francisca de Betencurt (V. **Mendonças**, § 2.º, n.º 9) 2.º, c. 13-4-1750 com Maria Francisca. Do primeiro matrimónio houve:

8 Manuel Silveira Bulcão, que segue

Do segundo matrimónio teve:

8 José Silveira Bulcão, n. 13-3-1753, m. 15-1-1802, c. 3-3-1778 com Catarina Felicita, de quem houve:

9 Izabel Felícia do Coração de Jesus, c. 23-10-1815 com António Francisco de Faria (V. **Farias**, § 2.°, n.° 8)
9 Luiza Feliciana, c. 18-5-1801 com Francisco José Garcia.

8 António Silveira Bulcão, m. 26-4-1836, c. 19-2-1792 com Maria Felícia, de quem houve:

9 Manuel Silveira Bulcão
9 Ana Felícia de Jesus, c. 6-11-1820 com António de Serpa da Silveira
9 António Silveira Bulcão, c. 30-5-1831 com Maria Izabel do Coração de Jesus
9 Francisco Silveira Bulcão, c. 21-11-1842 com Mariana Guilhermina Pinheiro. Tiveram:

10 Luiza Aurora Bulcão, casada com José Pereira da Costa, os quais tiveram:

11 Francisco Pereira da Costa, casado com Amélia da Glória Guiarte

9 José Silveira Bulcão, c. 10-11-1851 com Maria Izabel de Faria (V. **Farias**, § 2.°, n.° 9) de quem houve:

10 José Silveira Bulcão Júnior, casado com Francisca da Glória Peixoto, de quem teve:

11 Francisca Bulcão
11 Laura Bulcão
11 Maria Bulcão, casada com Tomás Ávila Boim, havendo dêste consórcio:

12 Maria do Ceu Bulcão Boim
12 Laura Bulcão Boim
12 Georgina Bulcão Boim
12 Helena Bulcão Boim

10 Maria Izabel Bulcão, n. 21-11-1852, m. 21-4-1919, casada com António Furtado da Silva, nascendo dêste consórcio:

11 António Furtado da Silva, n. 4-4-1869
11 Maria Furtado da Silva, n. 23-10-1870, casou com Carlos Maria Lourenço Barata, havendo dêste consórcio:

12 Carlos Barata, n. 5-5-1899, c. 10-4-1920 com Maria Alice Lopes da Fonseca

12 Cristina Barata, n. 24-11-1895
12 Helena Barata, n. 5-4-1897, casou com Heitor Dias Cabral

8 **Manuel Silveira Bulcão** — m. 8-11-1824, c. 8-6-1767 com Izabel Francisca (V. Farias, § 2.º, n.º 7) de quem teve:

9 Mariana Rosa Bulcão, que segue
9 Helena Tomásia Bulcão, m. 13-5-1823
9 Ana Francisca Bulcão, m. 27-2-1836
9 Rosa Francisca Bulcão, c. 20-10-1805 com Jacinto Machado Silveira

9 **Mariana Rosa Bulcão** — n. 20-6-1771, c. 22-2-1789 com Francisco d'Utra Garcia, nascendo dêste consórcio:

10 **António d'Utra Bulcão** — m. 16-3-1856, c. 19-8-1827 com Tereza Joaquina, de quem teve:

11 Manuel Silveira Bulcão, que segue
11 António Dutra Bulcão, m. 27-9-1856
11 Maria Tereza Bulcão, casada com Manuel Francisco de Serpa, havendo dêste consórcio:

12 Manuel de Serpa Bulcão, casado com Ana Georgina Vieira
12 João de Serpa Bulcão, casado com Gabriela Soares de Azevedo. Tiveram:

13 Maria Azevedo de Serpa Bulcão
13 Gabriel Azevedo de Serpa Bulcão

11 **Manuel Silveira Bulcão** — casado com Rosa Guilherminia, de quem houve:

12 António Silveira Bulcão, casado com Luiza A. Bulcão
12 José Silveira Bulcão, casado com Maria Madalena do Amaral
12 Alfredo Silveira Bulcão
12 Manuel Silveira Bulcão
12 Tereza Lucília Bulcão
12 Mariana Silveira Bulcão
12 Maria Capitolina Bulcão, casada com José Silveira de Lemos
12 Rosa Silveira Bulcão casada com José Silveira Bulcão

NOTAS

1) Gaspar Gonçalves Bulcão (§ 1.º, n.º 1) ◇ É o primeiro desta família de que ha notícia na ilha do Faial, o que todavia não quer dizer ter sido o primeiro que aqui tivesse vindo fazer assento. Há algumas probabilidades para assim supôr: o nome, por exemplo, em perfeito português, e sempre com tal grafia exposto em vários documentos da época, quando é sabido ser o apelido Bulcão de origem flamenga (adulteração de Bulscam ou Bulscamp) e nunca da forma original aparecer escrito, quer referindo-se a êle, quer a algum seu ascendente. Porque, se fôsse êle o primeiro desta família a entrar no Faial, sempre alguma vez o haviam de ter citado com o seu primitivo nome.

Foram entidades desconhecidas os acendentes. Êle não. Nenhuma dúvida resta de que era pessoa nobre e de elevada posição social, não só pela parte que tomou na governança da terra (conforme aludem alguns dos referidos documentos) como pelos bens de fortuna de que era possuidor, e pelas escolhidas relações de parentesco que adquiriu com o seu consórcio, da mesma sorte que os seus descendentes.

2) António d'Utra Bulcão (§ 1.º, n.º 2) ◇ Foi o instituidor duma capela, cujo rendimento trienal era exclusivamente destinado a dotar qualquer parente sua que, ao presente, ou de futuro, quizesse ser freira em algum dos conventos da Glória ou de S. João. Desta capela se utilizaram, fazendo refe-

rência à sua instituição, três escrituras, [1] que tenho presentes, lavradas na profissão de Ana Brum da Silveira, viuva de João Silveira Peixoto (V. *Linhares*, § 1.º, n.º 3) de Maria da Fé e irmã Mariana da Piedade, filhas de Gaspar Furtado de Mendonça e de Catarina Pereira (V. *Mendonças*, § 5.º, n.º 2). O rendimento, porêm, era escasso, segundo referem duas dessas escrituras, declarando-se em uma delas ter sido preciso dar mais um *moio de trigo de fôro* para prefazer o dote de 320$000 reis, visto ter sido apenas de 221$100 reis a renda da capela nos três anos anteriores.

3) Izabel d'Utra ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 2) ◇ Dela descende, em grau de bisneto, o célebre terceirense, militar famoso, que chegou a almirante na armada da Índia, e tantas e tão extraordinárias façanhas praticou nos mares do Oriente, que o cognominaram com toda a propriedade *O terror dos arábios*. Teve diversas mercês, entre elas a de mui elevada categoria, de General do Estreito de Ormús e mar Roxo. A sua biografia encontra-se esboçada e largamente documentada pelo erúdito investigador faialense, sr. António Ferreira de Serpa. [2]

4) Ana d'Utra, Izabel d'Utra (§ 1.º, n.º 3) ◇ Foram freiras professas no mosteiro de S. João. A escritura de dote foi outorgada pelos pais em 11 de julho de 1611, ficando elas a chamar-se Ana de Santa Clara e Izabel da Encarnação. [3]

5) Catarina do Espírito Santo (§ 1.º, n.º 4) ◇ Em uma escritura de rectificação de dote na profissão duma filha de Gregório d'Utra Pereira e de Catarina Teixeira, no convento de S. João (V. *Pereiras*, § 5.º, n.º 4) acha-se transcrita a patente, que concedeu a necessária licença, e na qual se diz estar a dentro do mesmo convento, tambem apta para professar, esta Catarina do Espírito Santo. [4] Não sei se de facto tomou o véu de religiosa. Talvez; mas nenhum documento encontrei a confirmá-lo.

---

[1] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV e X (Arq. rep. dist. fin., Horta)
[2] *O Instituto*, vol. 62.º e 63.º
[3] *Tomb. conv. S. João*, liv. XII (Arq. Rep. dist. fin., Horta)
[4] Idem, liv. IV

6) Jerónimo d'Utra Bulcão (§ 1.º, n.º 2) <> Sua mulher Margarida da Silveira, ao despedir-se do mundo, expressou um dos mais originais desejos de alma crente, ingenuamente patriótica, que nos é dado ver.

Decorreu-lhe a mocidade durante um bem funesto período da vida nacional, e de tal sorte se comoveu a sua alma terna com essa fatalidade, que o resto dos anos, lá no íntimo, lhe foram humilhados e tristes.

Conservava sempre nítida, nos recessos do pensamento, a história, tantas vezes escutada, da nossa tragédia sôbre os areais adustos de Alcacer-quibir, dos nossos desfalecimentos, das lutas heróicas, mas vãs, do Prior do Crato, às portas de Lisboa, ao redor dos Açores... Ainda julgava ouvir a narrativa dos capitães da terra, referente à conquista do Faial pelos espanhois, narrativa sombria, por inúmeras bôcas comentada, num recalcar de angústia a mais funda, os punhos a agitarem-se irados, justiceiramente, enquanto redopiavam os fusos e as candeias esmoreciam — depois de bem corridos, à cautela, os ferrólhos de portas e adufas. Então recordava o capitão-mor, o fiel português, que defendera até à última a honra do seu rei, e ignominiosamente enforcado pelos castelhanos vencedores no lais duma vêrga, depois de lhe deceparem uma das mãos; [1] recordava o nome de outro patrício, Tomás de Pórras (V. *Pórras*, § 1.º, n.º 3) também partidário de D. António, e capitão duma companhia, na ilha Terceira, onde foi justiçado com outros, numa grande fôrca armada em quadrado, ao pé da cadeia...

Margarida da Silveira assistia, magoada, ao gemer da sua pátria. Molestava-a o aberto despotismo de cada instante, a soberania injuriosa, as extorções sem razão. O rubor escaldava-lhe as faces ante o sem número de defecções alimentadas por dádivas e sinecuras, ante a doblez de muitos dos nossos, curvando-se servilmente às amabilidades ou omnipotência dos Filipes.

Mas o coração adivinhava-lhe que um melhor amanhecer viria pôr termo a tamanhas penas. Tanto envilecer não podia, de certo, tornar-se infinito. Lá estava a justiça eterna... E viveu sempre nesta esperança duma justiça infalível, que havia de despontar, como o claro sol em ceu de inverno, varrido por uma nortada purificadora.

O destino não lhe permitiu, porêm, essa reparadora ventura. Antes que Portugal readquirisse a desfeita autonomia, tão onsadamente radicada em Aljubarrota pela espada de Nun'Alvares, os olhos se lhe cerraram à luz do mundo. [2]

---

[1] Vide narrativa deste episódio no título *Pereiras*, nota (5)

[2] Diz Fr. Diogo das Chagas ter Margarida da Silveira morrido um ano ou dois antes da restauração. Equivocou-se ou foi mal informado. Nessa ocasião ela já ha

Mas não se apagou o seu sonho. Êsse — êsse anceio patriótico da sua alma — floriu para a posteridade num símbolo inconfundível de fé e de sentimento.

Determinou ela que, tão depressa no histórico trono dos de Aviz se tornasse a sentar rei português, o filho (a quem com tal obrigação legou a terça) fôsse sem demora acordá-la do negro repouso para essa alegria que não lograra em vida, cobrindo-lhe a campa de risos e de perfumes, num fervor agradecido — com o murmúrio das orações e lumes em redor, com braçadas profusas e festivas de quantas flores a natureza tivesse a desabrochar... [1]

Uma linda ideia de mulher, que muito ensina pelo traço cavalheiresco, pela singeleza, pelo seu perene evolar de poesia.

7) Antónia da Ressurreição, Catarina da Silveira, Margarida da Silveira ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Professaram todas três no mosteiro de S. João. Tiveram para isso escrituras de dote outorgadas pelo pai em 4 de julho de 1608 a Catarina da Silveira e Antónia da Ressurreição, e em 6 de outubro de 1612 a Margarida da Silveira. [2]

8) António d'Utra da Silveira Bulcão ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Maria Leal Pereira, a consorte, era natural da freguesia das Ribeiras, Pico, e ao que parece procedendo, pelo lado paterno, de família distinta, se atendermos à persistente adopção que fizeram os seus descendentes do apelido Pereira de Lacerda, então um dos mais nobres.

---

muito que tinha falecido, conforme colijo da escritura outorgada pelo marido em 6-10-1612, dotando a filha Margarida para freira, e na qual se lê: «... e neste dote entrava a ligitima da dita Margarida da Silveira que erdou por falecim.to de sua May...» — *Tomb. conv. S. João*, liv. XII.

[1] «Margarida da Silveira desejou tanto de ver rei portuguez, que morrendo *um ano ou dois, antes* do o *levantarem*, deixou em seu testamento encomendado a seo filho (a quem deixou sua terça com esta obrigação) que ela não merecera a Deus chegar á era de 40 em que havia de haver rei portuguez no Reino, lhe fosse enramar sua sepultura, e mandasse cantar uma missa com responso sobre ella, por sua consolação o que seo filho cumprio, no ponto em que se levantou a voz de El-Rei nosso Senhor D. João 4.º, que Deus guarde, na Ilha do Fayal, conforme me affirmaram religiosos muito graves, e pessoas de muita autoridade e verdade, a quem eu perguntei, e assim que não *pode deixar de estar no ceu a alma* de huma tão *boa* e ligitima portugueza, etc.» — Chagas, *Espelho chrystalino em jardim de varias flores*, parte II, cap. 14.º, art. 2.º

[2] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV e XII (Arq. rep. dist. fin., Horta)

Faleceu com testamento feito por Jorge da Silveira Gularte, em casa de seu filho padre Jerónimo Pereira, aos 9 de julho de 1654, e aberto em 10 de outubro seguinte. [1] Nêle contempla a Santa Casa da Misericórdia da Horta. Manda que se tire da terça 12$000 reis para dar a sua sobrinha, única neta do irmão Jerónimo, ficando o restante da terça às cinco filhas, freiras no convento de S. João. A outra sobrinha, filha do irmão Francisco Pereira, deixou «sua saia de mel colhado preto e seu jubam de veludo com botões de prata.»

9) Jerónimo d'Utra Pereira (§ 1.º, n.º 4) ◇ Clérigo do hábito de S. Pedro e beneficiado na Matriz da Horta, funções de que se achava investido à data do falecimento.

Tem-se julgado êste padre como filho de Jerónimo d'Utra Bulcão e de Margarida da Silveira; mas é erro que agora anulo bem fundamente, não só porque se acha de todo esclarecido por êle próprio no seu testamento, consignando um legado ao irmão, padre Álvaro Pereira Bulcão, [2] mas tambem pela mãe, ao nomeá-lo no número dos herdeiros seus filhos.

10) Álvaro Pereira Bulcão (§ 1.º, n.º 4) ◇ Tambem clérigo do hàbito de S. Pedro e beneficiado na Matriz da Horta. Conforme indico, teve uma filha natural, ignorando eu se antes, se depois de ter tomado ordens sacras.

Faleceu repentinamente, sem deixar testamento, nem qualquer outra disposição escrita; mas por diversas declarações ao padre Francisco de Pórras, vigário da Conceição, e outros colegas, e especialmente por palavras ditas à hora da morte ao padre Francisco Corrêa, cura da Matriz, nomeando a dita filha sua herdeira universal, foi esta julgada hábil, e dado começo ao respectivo inventário, que se inicion em 4 de abril de 1685, a requerimento do aludido vigário Francisco de Pórras, e do genro, que foi o inventariante. Nomeado curador o padre João Pereira de Lacerda, capelão da ermida do Livramento. [3]

11) Luiz Pereira de Lacerda (§ 1.º, n.º 4) ◇ Como deixo dito, foi casado, não me tendo sido possivel averiguar o nome da consorte. Enviuvando, delibe-

---

[1] *Tomb. da Misericórdia da Horta*, liv. II
[2] Idem, id.
[3] *Tomb. conv. Glória*, liv. XIX

rou-se a tomar ordens sacras, vindo a ser beneficiado da Matriz da Horta, e depois, em 1648, nomeado ouvidor eclesiástico, [1] cargo que exerceu até à data do seu falecimento.

12) Ana Perpétua de Jesus, Tomásia Francisca do Amor Divino ◈ ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 8)

◇ Tomaram o hábito de professas no mosteiro de S. João. Para isso, foram dotadas pela mãe, já viuva, por escritura de 29 de outubro de 1768. [2]

13) António Silveira Bulcão (§ 2.º, n.º 9)

◇ Teve sempre, desde muito novo, particular inclinação pelas letras, sendo sua leitura predilecta as páginas dos bons poetas nacionais, particularmente dos contemporâneos. Os pais, tendo em apreço esta vocação, mandaram-o cursar na Horta as aulas então existentes, nas quais bastante se distinguiu, revelando desde logo os seus dotes poéticos, de que, mais tarde deixou algumas provas, ainda que raras, mas de apreciado toque. Algumas dessas produções encontram-se arquivadas no jornal *O Grémio Literário*, e por António Lourenço de Macedo na sua *História das quatro ilhas*.

Em 1821 foi proposto a deputado pela ilha do Pico, eximindo-se, porém, à investidura dêsse cargo, diz-se que por motivo das suas ideias políticas. Por igual motivo foi exonerado em 1826 do emprego de escrivão da alfândega, dedicando-se então ao exercício da advocacia.

Afeiçoou-se extremamente à causa constitucional, movido sem dúvida pelo regimen de intrigas, de opressões, de intolerância, de ferocidades, que via praticado a cada passo, no recanto humilde da sua terra, onde tudo parecia dever ser uma família unida e socegada. Olhava os ódios políticos que se formaram; assistiu à série de perseguições cegas, que a vinda dum célebre sindicante Torres ao Faial ateou; — e confrangia-se-lhe o coração, e o sangue refervia-lhe sob a impassibilidade do rosto, as mãos, porêm, crispando-se a ocultas, vingativas... Foi assim que prestou especial auxílio ao conde de Vila Flor, informando-o secretamente, e a miúde, das ocorrências políticas, que em cada dia se davam no Faial, por intermédio de embarcações de pesca, e a expensas suas, e com grande risco da sua pessoa. [3] Êste episódio da sua vida inspirou o filho na urdidura dum dos seus romances.

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. IV, 140
[2] Cartório do 4.º ofício, Horta
[3] *O Grémio Literário*, n.º 37

Com a reforma administrativa de 1834, foi nomeado juiz de paz na freguesia Matriz da Horta, e tesoureiro da comissão administrativa dos bens dos egressos, cargos que desempenhou sempre com honestidade e proficiência até morrer.

14) Augusto Bulcão ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 11) ◇ Teve, como seu avô, decidida vocação pelas letras, consagrando-se em especial ao ramo da poesia, que manejava com bastante arte e sentimento; mas apenas por acaso, sem plano de maior. Um simples diletante. Os jornais de então arquivaram algumas das suas poucas produções.

15) António de Lacerda Bulcão (§ 2.º, n.º 10) ◇ Escritor assás conhecido nas letras faialenses pelas suas numerosas produções, na quási totalidade constituindo novelas, algumas baseadas em particularidades históricas das ilhas do Faial e Pico, outras em assuntos de pura fantasia. Uma grande parte delas foi dada à luz da publicidade, formando três pequenos volumes, actualmente muito raros; outras encontram-se insertas em diversos jornais da época, a título de folhetim. Nunca foi um prosador cuidadoso; pelo contrário, o estilo era o mais desataviado possível. Prendia-o apenas a imaginação, o enredo, as surpresas românticas, e nisso, devemos confessar, teve momentos de feliz inspiração.

16) Dometila de Lacerda Bulcão (§ 2.º, n.º 11) ◇ Senhora bastante ilustrada e de finos dotes de espírito, com conhecimento vasto das línguas espanhola, inglesa e francesa, que lecionou, especialmente esta última, durante toda a sua vida. Era duma bondade extrema, o seu trato duma delicadeza carinhosa. Não só a respeitavam; estimavam-a os seus discípulos. Também poetou um pouco, mas apenas para aqueles mais íntimos, que entrevia capazes de lhe apreciarem a inspiração. O gôso da publicidade não foi coisa que a seduzisse. Versejava tanto em português, como em francês, e fàcilmente, correctamente, em ambas as línguas. Possuo um certo número das suas composições, algumas delas revelando bastante merecimento.

17) Eduardo Laemert Bulcão (§ 2.º, n.º 12) ◇ Aqui têem uma personalidade de destaque. Pela posição que alcançou, pela sua fortuna, pela distinção do seu trato, pela sua franqueza, tão exímia, quanto hospitaleira com que abre a visitantes os seus salões, como recordando as antigas tradições fidalgas do Faial, pelos seus amiudados actos de filantropia geral e particu-

lar, verdadeiramente se impõe, no moderno ciclo faialense, a uma justa homenagem.

Gerente da casa Bensaude, uma das mais preponderantes no meio comercial da Horta, a sua acção dispersa-se largamente, ramificando-se por todas as classes sociais.

Como representante de diversas nacionalidades (vice-consul da Bélgica, Grécia, Dinamarca, Rússia, Suécia, e agente consular de França) tem prestado serviços — já não digo êsses de obsequiar a oficialidade dos navios de guerra que aqui aportam, e ainda quaisquer outras pessoas recomendadas à sua consideração — mas particulares serviços pelos quais o govêrno da Dinamarca o honrou já com a mercê de cavaleiro de Danebrog, e, por ocasião da grande guerra, da França obteve o grau de cavaleiro da Legião de Honra e a medalha de Verdun.

Eduardo Laemert Bulcão

Mas uma qualidade há, acima de tudo, que mais o sublinha à consideração dos conterrâneos: a sua beneficência. Mercê da grande fortuna que possue, e que a voz geral fantasia a primeira neste grão de terra açoreana, são constantes os seus actos de filantropia, quer étiquetados pela caridade, quer em proveito de quaisquer obras ou empreendimentos de utilidade comum.

O Asilo de Infância Desvalida de ha muito que encontra nêle um dos mais assíduos e melhores protectores: — o enxoval das educandas, tem-o acrescentado uma vez por outra, ao passo que torna de quando em quando mais pingue e farto o caldo do refeitório.

O culto religioso desperta-lhe especial disvelo, realisando-se a expensas suas e com notável pompa, durante o ano, na igreja Matriz, diversas festividades, como são, por exemplo, a do domingo do Espirito Santo, e particularmente a de N. S.ª da Conceição, em dezembro. É êle ainda quem subscreve com maior soma para a realisação do *império* da Caridade, onde se distribue um grande bôdo aos pobres, em rações de pão e carne, demonstrando dêste modo o seu apreço por aquelas festas populares do Espirito Santo, tão caracteristicamente nossas, e a intuição

de quanto valem, não digo já pelo frémito de poesia regionalista, mas pelo traço biológico da tradição, que representam.

Em subscrições de destinos diversos, raramente falha o seu nome. Para obras materiais ou quaisquer outros cometimentos de alcance, a sua mão dadivosa tem cooperado por vezes com bastante franqueza. Nesse majestoso templo da Matriz, por exemplo, que se deve a um seu remoto parente afim, e que êle muito estima, como todos aqueles em cujo seio o mercantilismo da época, ou as vermelhas teorias chauvinistas não abastardaram ainda o sentimento do Belo, tem dispendido verbas grossas. Entre outros benefícios, regista-se êsse mui recente da refundição e colocação do sino principal, a exclusivo cargo de sua conta.

E a mesma munificência no mundo profano. Sôbre o caso posso eu dar testemunho pessoal. Sabia o sr. Eduardo Bulcão da parcela da vida, da aturada canceira que êste livro me custara, da dedicação expontânea que lhe votei, do valor em que o tinha: sabia do quanto êle pode acarinhar os que ainda usam recordar-se da sua terra, da qual êle alguma coisa fala e divulga; sabia do acendrado empenho que eu formava em publicá-lo, mas tambem do encargo pesado que isso trazia, e a que não era lícito arriscar-me. Então, sem rogativas de estimular, num impulso mais patriótico que amistoso, subsidia pródigamente o empreendimento, antecipando-se assim no dever moral melhor talhado para outras entidades, que não para um particular. Eu agradeço-lhe — por mim e pelos meus ilustres patrícios, que do auxílio tambem colhem algum proveito.

Mas o que se lhe deve não repousa sómente no fulcro da sua filantropia. Deve-se-lhe ainda muito pela sua influência, como foi essa junto do grande benemérito, que a miude e sem reclamo socorria necessidades pessoais e comuns, e que, por fim, ao cerrar dos olhos esmolou com opulência o hospital da Santa Casa da Misericórdia, o Asilo de Mendicidade, o Asilo de Infância Desvalida; junto do sr. Walter Bensaude, avivando-lhe, pelas relações de caracter íntimo, pelas informações de cada instante, pelos interesses permanentes de negócio, os laços que noutro tempo o haviam prendido a êste cantinho — falando-lhe da nossa vida, instruindo-o das nossas necessidades...

O senhor Eduardo Bulcão ganhou já lugar de sobejo na estima dos seus contemporâneos. Triunfou na vida. Nem precisava que eu o apregoasse. Colocá-lo, pois, nesta galeria perante a posteridade, cumpre-se um ditame da consciência.

TITULO IX

CUNHAS

Tiveram começo em **António da Cunha e Andrade**, fidalgo, dos da Torre de Moncorvo, pelo lado materno, e que no Faial se consorciou por volta da primeira metade do século XVII.

§ 1.

1 **António da Cunha e Andrade** — casou com Joana Silveira (V. **Silveiras**, § 2.º n.º 5) — (**1**)

Tiveram:

2 Helena da Silveira, que segue
2 António da Cunha e Silveira, clérigo, m. 11-3-1704 — (**2**)

2 **Helena da Silveira** — m. 24-8-1697 com sessenta anos de idade, c. 15-10-1662 com Jorge Cardoso Pereira, que m. 11-4-1699 (V. **Balieiros**, § 1.º, n.º 4) — (**3**)

Tiveram:

3 António da Cunha e Silveira, que segue
3 José Pereira da Cunha, que segue no § 2.º
3 Inácio, b. 3-8-1666
3 Jorge, b. 21-9-1667

3 Francisco Pereira da Cunha, b. 22-8-1673, m. 2-12-1690
3 Antónia Cunha e Silveira, m. 26-10-1730 com sessenta e quatro anos de idade, c. 29-6-1693 com Bento Pereira de Lacerda (V. **Pereiras**, § 3.°, n.° 6)
3 Helena, b. 3-11-1671
3 Clara de Jesus, b. 13-2-1670
3 Maria da Piedade, b. 10-2-1669
3 Joana da Conceição, b. 14-10-1663
} freiras no convento da Glória

Fora do matrimónio, teve Jorge Cardoso Pereira o filho seguinte:

3 Manuel Pereira Cardoso, clérigo — (4)

3 **António da Cunha e Silveira** — b. 13-7-1665, m. 13-2-1743, casou com Antónia Maria do Canto Vasconcelos, natural da cidade de Angra, filha de André Luis da Fonsêca Meireles e de sua mulher Iria Canto e Vasconcelos. [1] — (**5**)

Tiveram:

4 Ana Rosa do Canto, que segue
4 Jorge da Cunha, b. 28-3-1690, m. 4-12-1758, casou com Maria Antónia Côrte Real, m. 30-8-1757 com oitenta anos de idade — (**6**)
4 André da Cunha Boaventura Meireles do Canto, n. 27-9-1702, m. 28-4-1761
4 José da Cunha e Silveira, clérigo, n. 8-12-1698, m. 14-4-1781
4 Manuel do Canto e Cunha, clérigo, n. 5-8-1710, m. 7-9-1796
4 Catarina Josefa, n. 15-3-1712
4 Bernarda Silveira do Canto, n. 20-5-1707, m. 11-1-1781
4 Joana Maria, m. 5-11-1757
4 Iria Clara do Espírito Santo, b. 17-10-1691
4 Clara Jerónima de S. Boaventura, b. 14-7-1695
4 Tereza Inácia Xavier, n. 14-10-1703
} freiras professas no conv. de S. João
4 Maria, b. 1-4-1686
4 Arcângela, b. 15-6-1687
4 Joana, b. 26-12-1688
4 Helena, b. 12-4-1694
4 Margarida, b. 11-11-1696, m. 9-7-1703

4 **Ana Rosa do Canto** — n. 28-3-1709, m. 3-2-1759, c. 16-1-1727 com António Brum da Silveira, m. 11-7-1790 com oitenta anos de idade (V. **Terras**, § 1.°, n.° 7) — (**7**)

---

[1] E. Campos, *Nobiliário da ilha Terceira*, II, 106

Tiveram:

5 Francisco da Cunha Xavier Brum, que segue
5 André do Canto, que segue no § 3.º
5 Jorge, n. 31-12-1727
5 José, n. 28-10-1730
5 José, n. 24-1-1735
5 José Brum da Silveira Castro Vasconcelos, n. 28-11-1736 — (8)
5 Joaquim, n. 16-4-1738
5 João, n. 1-1-1743
5 António Joaquim, n. 19-9-1741, m. de di s
5 António, n. 27-1-1746
5 Florêncio de Brum, n. 21-7-1747
5 Joaquim da Cunha Canto Brum, n. 1-1-1743, m. 8-11-1764
5 Gonçalo do Canto Brum, n. 10-1-1750, casou com Maria Leonor — (9)
5 Francisca do Canto Brum, n. 26-10-1748, c. 26-5-1787 com Laureano José da Silveira, natural do Santo António, ilha do Pico
5 Francisca Maria Xavier da Silveira, n. 27-2-1729 } freiras no convento
5 Ana Antónia Luiza, n. 24-8-1730 } da Glória — (10)
5 Emerenciana Dorotéa, n. 15-1-1732, m. 11-10-1793, c. 25-5-1769 com Joaquim Pereira de Lacerda (V. **Pereiras**, § 3.º, n.º 8)
5 Izabel, n. 2-2-1734
5 Manuel Inácio do Canto Brum, n. 19-6-1732, m. 28-2-1791, c. 8-4-1770 com Inés Joaquina da Silveira, n. 16-9-1755, m. 4-1-1833 (V. **Soares**, § 1.º, n.º 7) — (11)

Tiveram:

6 Jorge da Terra Brum do Canto, n. 3-3-1773, m. 4-4-1866
6 Manuel do Canto, n. 28-9-1777, m. 5-3-1778
6 António, n. 4-2-1772
6 José, n. 10-4-1790
6 Tomás, n. 22-8-1787
6 Mariana, n. 8-12-1788, m. 23-3-1800
6 Carlota, n. 28-6-1786, m. 11-11-1787
6 Josefa, n. 12-3-1784, m. 27-3-1786
6 Luiza, n. 2-5-1782, m. 29-3-1796
6 Maria, n. 31-3-1774, m. 9-3-1778
6 Maria, n. 25-12-1776
6 Maria do Canto, n. 4-1-1779, m. 10-9-1841
6 Ana Flora do Canto, n. 13-6-1775, m. 27-8-1861
6 Carlota Henriqueta, n. 17-9-1791
6 Inácia do Canto, n. 21-3-1783, m. 9-12-1858
6 Josefa Soares do Canto, n. 1780, m. 21-6-1818
6 Úrsula do Canto, n. 10-7-1780, m. 11-7-1826
6 Francisca Ermelinda do Canto, n. 21-10-1776, m. 3-8-1873, casou com João António da Silveira Linhares (V. **Linhares**, § 1.º, n.º 7)
6 Manuel Inácio do Canto Brum, n. 4-7-1785, m. 12-11-1852, clérigo — (12)

Teve a filha natural:

7 Ana Aurélia do Canto, casada com José Garcia do Amaral, natural da vila da Madalena, havendo déste consórcio:

8 Ernesto do Canto Amaral, n. 9-6-1858, casou com Leonor Ávila
8 José Garcia do Amaral, n. 4-7-1853, casou com Maria Emília Rocha, de quem houve:

9 Ida Rocha Amaral, n. 14-3-1879

5 **Francisco da Cunha Xavier Brum** — n. 9-1-1731, c. 10-9-1755 com Maria Francisca Xavier Brum, n. 17-12-1735, m. 30-10-1807 (V. **Terras**, § 3.º, n.º 7) — (**13**)
Tiveram:

6 Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira, que segue
6 Ana Luiza Brum Terra e Silveira, n. 1759, m. 24-3-1805, c. 3-5-1789 com seu primo Manuel Inácio do Canto (Vide § 3.º, n.º 6) — (**14**)
6 Maria Xavier de Brum, n. 17-7-1756
6 Rosa, n. 29-7-1757, m. 25-8-1759
6 Angélica, n. 4-4-1760
6 Joana, n. 8-4-1764

6 **Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira** — n. 7-9-1766, m. 17-4-1828; 1.º, c. 24-8-1789 com sua tia Francisca Úrsula de Brum Terra, n. 15-3-1767, m. 4-1-1811 (V. **Terras**, § 1.º, n.º 8) 2.º, c. 11-11-1811 com Úrsula de Menezes Leinos e Carvalho, n. 4-4-1782, m. 14-6-1850 — (**15**)
Tiveram:

7 António, n. 18-7-1790
7 Jorge da Cunha, n. 30-5-1798 — (**16**)
7 Maria Clementina Cunha, n. 21-4-1792, m. 22-12-1841, c. 13-7-1806 com José Sebastião Whyton (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 5)

Do segundo matrimónio nasceu:

7 José da Cunha Brum Terra e Silveira, que segue
7 Maria Madalena Cunha, n. 25-5-1817, m. 11-2-1884, c. 30-6-1841 com com seu primo Tomás José Brum Terra (V. **Terras**, § 3.º, n.º 9)
7 Maria Benedita, n. 27-10-1818
7 Simão de Roches da Cunha Brum, n. 26-12-1814, m. 4-7-1883, casou em 1860 com Luiza Read, n. 1840, m. 28-9-1916 (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 7) — (**17**)
Tiveram:

8 Simão de Roches da Cunha Brum, n. 1865, c. 8-9-1888 com Maria Amélia Berredo Cardoso Machado, n. 9-6-1866, m. 20-2-1903 (V. **Peixotos**, § 2.º, n.º 11) — (**18**)
Tiveram:

9 Simão de Roches da Cunha Brum, n. 1889, m. 13-9-1895

9 Maria Amélia do Roches da Cunha Brum, n. 5-11-1892, m. 20-10-1897

9 Maria Roches da Cunha Brum, n. 28-10-1893

8 Luiza Roches da Cunha, n. 1861, m. 15-3-1911, c. 27-7-1876 com seu primo António da Cunha Menezes Brum (V. **abaixo**, n.º 8)

7 Jorge da Cunha Menezes Brum, n. 18-3-1816, m. 7-3-1865, c. 23-4-1845 com sua prima Maria José Brum Terra, n. 27-4-1822, m. 15-4-1903 (V. **Terras**, § 3.º, n.º 9) — (**19**)

Tiveram:

8 Guilherme da Silveira da Cunha Brum, n. 8-2-1862, m. 22-11-1891 — (**20**)

8 António da Cunha Menezes Brum, n. 14-3-1846, m. 5-5-1912; 1.º c. 22-7-1876 com sua prima Luiza Roches da Cunha, n. 1861, m. 15-3-1911, (V. acima, n.º 8) 2.º casou com Maria Whyton Terra, n. 6-5-1868 (V. **Peixotos**, § 3.º, n.º 11) Do primeiro consórcio houve:

9 Maria da Cunha Menezes Brum, n. 22-2-1878, m. de meses

9 Jorge da Cunha Menezes Brum, n. 30-1-1881, c. 26-12-1917 com Maria Carmelina da Silveira

7 **José da Cunha Brum Terra e Silveira** — n. 2-9-1812, ignorando-se a data do falecimento; 1.º, c. 30-7-1831 com Jerónima Carvalhal, n. 15-5-1811, m. 2-5-1833 (V. **Bruns**, § 1.º, n.º 12) 2.º c. 24-8-1834 com sua sobrinha Francisca Maria Whyton, n. 3-1-1815, m. 13-8-1837 (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 6) 3.º c. 8-5-1840 com Francisca do Carmo Arriaga, n. 15-7-1824, m. 7-6-1873 (V. **Arriagas**, § 1.º, n.º 5) — (**21**)

Teve do segundo matrimónio:

8 Jorge Cardoso Pereira, n. 30-7-1837, m. de meses

Do terceiro casamento nasceu:

8 Simão da Cunha Brum Terra e Silveira, n. 8-5-1840, m. em setembro 1855

§ 2.º

3 **José Pereira da Cunha e Silveira** (§ 1.º, n.º 3) — casou com Mariana Silveira, natural das Velas, ilha de S. Jorge (V. **Silveiras**, § 3.º, n.º 8) (**22**)

Tiveram:

4 Francisco Silveira Betencurt e Cunha, que segue
4 Amaro José da Silveira } clérigos
4 Jorge Cardoso da Silveira }
4 António de Guadalupe } frades
4 José dos Anjos }
4 Inácio Boaventura da Silveira
4 Manuel Jacinto da Silveira
4 Clara Micaela } freiras
4 Joana da Cruz }
4 Helena Francisca }

4 **Francisco Silveira Betencurt e Cunha** — 1.°, casou com Águeda da Silveira; 2.°, c. 30-6-1748 com Bárbara Joana da Silveira. Do segundo matrimónio houve:

5 José Pereira da Cunha e Silveira, que segue
5 Maria Josefa da Silveira e Cunha, c. 5-5-1791 com António Machado Teixeira, nascendo déste consórcio:

6 Francisco Silveira Machado de Sousa, casado com Josefa Soares de Azevedo e Sousa (V. **Soares**, § 2.°, n.° 9) de quem teve:

7 António Machado Soares Teixeira
7 Josefa Soares
7 Tereza Soares Teixeira
7 Mariana Soares Machado, casada com seu primo António Pereira da Cunha e Silveira (V. **abaixo**, n.° 7)

5 **José Pereira da Cunha e Silveira** — casou com Rosa Vicência de Simas, natural da vila de S. Roque, ilha do Pico, filha do alferes João de Simas Garcia e de sua mulher Josefa Bernarda. Tiveram:

6 João Pereira da Cunha — (**23**)
6 José Pereira da Cunha, que segue
6 António de Simas Balieiro e Cunha, clérigo — (**24**)
6 Francisco Silveira de Betencurt, clérigo
6 Bárbara de Simas e Cunha, c. 24-2-1805 com Nicolau Teixeira Machado Stwart, nascendo déste consórcio:

7 Tereza Rosa da Silveira e Cunha, c. 30-7-1827 com André José Pereira da Silveira e Sousa

6 **José Pereira da Cunha** — m. 26-6-1850, casou com Joana Josefa Alves de Sousa, de quem houve:

7 José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, que segue

7 António Pereira da Cunha e Silveira, n. 1828, m. 1900, casou com Mariana Soares Machado (V. acima, n.º 7)
Tiveram:

8 António Pereira da Cunha
8 Francisco Silveira da Cunha
8 Maria Pereira da Cunha, casada com José Ernesto de Amorim
8 Joana Soares da Cunha, casada com António Mariano Guiarte

7 João Pereira da Cunha Pacheco, casado com Maria Soares (V. **Soares**, § 1.º, n.º 9)
Tiveram:

8 Adriana Soares, casada com o médico Trajano Baptista Pereira
8 Maria Clementina dos Reis Soares da Cunha, que m. 7-10-1897, casada com José Borges do Canto Barcelos
8 João Pereira Soares da Cunha, casado com Jovina Sarmento

7 **José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa** — casado com Brites Vitória Abreu dos Reis Duarte. — (**25**)
Tiveram:

8 José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, que segue
8 Brites Duarte Pereira da Cunha, casada com Emídio Lino da Silva

8 **José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa** — casado com Francisca Dart Castro, natural da cidade de Angra — (**26**)

§ 3.º

5 **André do Canto** (§ 1.º, n.º 5) — n. 28-11-1733, casou com Joaquina Côrte Real, natural da cidade de Angra, que m. 24-10-1807, com setenta anos de idade, havendo dêste consórcio:

6 Manuel Inácio do Canto, que segue
6 Francisca Vitória do Canto, m. 28-11-1849 com setenta e dois anos de idade, c. 27-2-1797 com seu primo João Pereira de la Cerda (V. **Pereiras, § 3.º, n.º 9**)

6 **Manuel Inácio do Canto** — m. 14-2-1815 com cincoenta anos de idade. 1.º, c. 3-5-1789 com sua prima Ana Luiza de Brum Terra e Silveira, m. 24-3-1805 (Vide § 1.º, n.º 6) 2.º, c. 24-12-1814

com Teresa Emerenciana de Lacerda, n. 7-6-1768, m. 20-2-1825 (V. **Pereiras**, § 4.°, n.° 11 — **(27)**

Do primeiro casamento teve:

7 Manuel Inácio do Canto Brum, que segue
7 Mariana Emília Brum do Canto, n. 24-11-1791, c. 20-5-1820 com João Pereira Ramos da Silveira (V. Paes, § 1.°, n.° 5)
7 Maria Brum do Canto, n. 15-8-1795, m. 15-5-1877, c. 8-8-1827 com Alexandre Pereira de Lacerda (V. **Pereiras**, § 4.°, n.° 12)
7 Francisca Úrsula, n. 21-3-1794, m. 12-6-1816

7 **Manuel Inácio do Canto Brum** — n. 7-10-1798, c. 8-8-1827 com Maria Pereira de Lacerda, m. 4-8-1840 (V. **Pereiras**, § 4.°, n.° 12) de quem houve:

8 Manuel Inacio Brum do Canto, que segue
8 Jorge da Terra Brum, m. 8-11-1879, c. 9-6-1859 com Joana Garcia da Rosa Labat Forjaz de Lacerda, n. 27-9-1841 (V. **Garcias**, § 2.°, n.° 7) nascendo dêste consórcio:

9 Maria Amélia Brum do Canto, n. 12-7-1860, casou com Miguel d'Arriaga Brum da Silveira (V. **Arriagas**, § 1.°, n.° 6)
9 Amélia Brum do Canto, n. 30-7-1868, m. 26-3-1891, c. 19-11-1887 com João Machado da Conceição.

8 **Manuel Inácio Brum do Canto** — n. 29-10-1834, m. 22-7-1921, c. 19-4-1860 com Maria Amélia Henriques, havendo dêste consórcio:

9 Salvador Manuel Brum do Canto, que segue
9 Maria Luiza Brum do Canto

9 **Salvador Manuel Brum do Canto** — n. 9-6-1885, m. 2-11-1918, casou com F... — **(28)**

Tiveram:

10 **Jorge Brum do Canto**

NOTAS

1) António da Cunha e Andrade (§ 1.º, n.º 1) ◇ Filho de Fernando da Cunha e Andrade, natural do Porto, e de sua mulher Helena Carneiro, da Torre de Moncorvo. Era de nobre linhagem, e servia o país, ocupando a elevada posição de almirante da armada de Antuérpia. [1]

Como passou à ilha do Faial? Porque? Quando?

A nenhuma destas preguntas ha elementos para responder com exactidão. Sabe-se que foi no decorrer da primeira metade do século XVII; mas dizer a data precisa não é fácil. Como e porque tambem se não pode explicar ao certo. Naturalmente, em conseqüência da sua vida de aventura, aportando alguma vez ao Faial, e relacionando-se com a fidalguia da terra, se enamorou da consorte, e assim veio a constituir família nesta ilha. Isto é o que eu presumo.

Era senhor de duas comendas da ordem de Cristo, e nomeado fidalgo cavaleiro da casa rial por alvará de 21 de março de 1639, [2] em câmbio dos muitos serviços públicos heroica e filantrópicamente prestados. Assim refere o alvará.

---

[1] Cordeiro, *Historia insulana*, liv. VI, cap. IV

[2] *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 222

Concedeu-lhe Sua Majestade essa mercê *havendo respeito* ao oferecimento que o capitão António da Cunha e Andrade fez duma nau sua de 350 toneladas, armada com vinte e quatro peças de artilharia e mais petrechos, para servir sem soldo na condução ao Brazil de mil homens, e emprestando à fazenda, ao mesmo tempo, neste socorro, 6.000 cruzados; e ainda porque, no ano de 1630, com um navio seu, evitou que fôsse apresada pelos inimigos uma naveta do Rio de Janeiro, que aportara ao Faial, socorrendo outra que no mesmo ano foi ter à dita ilha, oferecendo ao capitão dela dez peças de artilharia; e tambem porque, achando-se no Brazil, em alguns encontros com os inimigos, ofereceu, em certa ocasião, na Paraiba, ao capitão António de Albuquerque, a artilharia da sua nau, e de outra vez lhe deu duas peças para guarnecer a fortaleza; e mais por ter socorrido a praça de Tanger, levando-lhe das ilhas trigo e munições de guerra, sem querer por isso soldo nem fretes; e porque, no ano de 1637, depois de haver pelejado rijamente com o inimigo, a três léguas fora da Baía, e se ver inferior em fôrças, perdeu um navio seu, varando-o em terra com todo o carregamento que levava para aquela capitania, etc., etc. — «sem disso ter recompensa, gastando em tudo muito da sua fazenda.»

Em tróco de tão diversos e valiosos serviços, praticados numa expontaneadade de verdadeiro patriota, havemos de concordar que foi algo avára a mercê. Nesta nossa era de desperdício, até parece quási irrisória a liberalidade rial de o tomar por fidalgo da sua casa, com 1$600 reis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia.

Ignora-se a data do nascimento de António da Cunha e Andrade, assim como o lugar e data do seu falecimento, que talvez ocorreu durante alguma das suas peregrinações de soldado, em longes terras.

2) António da Cunha e Silveira (§ 1.º, n.º 2) ◇ Clérigo do hábito de S. Pedro, e formado em canones pela universidade de Coimbra. Ouvidor eclesiástico da ilha do Faial e vigário da frèguesia da Conceição, depois da frèguesia Matriz, da mesma ilha. [1] Por carta de 13 de maio de 1664, passada pelo cabido de Angra, confirmando-o nos ditos cargos de ouvidor e vigário da Conceição, foi tambem nomeado visitador da ilha do Faial, sua jurisdição, e da ilha Graciosa.

Era pessoa de muito saber, com grande influência, e por virtude do

[1] *Reg. cam. Horta*, liv. V, 189 e 214

seu nascimento, ou mais talvez pela lhaneza do seu trato, sua prudência, e largos haveres, auferindo dos conterrâneos homenagens de toda a consideração.

Possuia avultados bens de fortuna. As cercanias da Matriz velha, que era no agora chamado largo do Relójio, a começar pela ladeira da Paiva (então ladeira da Matriz) e limitadas a leste pela rua da Praça (hoje alameda Barão de Roches) pertenciam-lhe na maior parte. A sua residência, que era um edifício apalaçado de dois andares, com portaria brazonada, ficava no mesmo local onde presentemente é a casa que foi dos pais do sr. Barão de Roches, na alameda do mesmo nome. Eu não a conheci; mas é o que me disse alguem de provecta idade que ainda a alcançou.

3) Helena da Silveira ◆ ◆ (§ 1.°, n.° 2)

◇ Jorge Cardoso Pereira, o marido, era cavaleiro professo do hábito de Cristo, e por falecimento de Jorge da Terra e Silveira foi nomeado capitão-mor da ilha do Faial, cargo de que tomou posse em 6 de abril de 1680.

Nessa qualidade não passa Jorge Cardoso Pereira esquecido. Alguns exageros de governança, censuráveis uns, outros nobilitantes, lhe aposentaram o nome em catálogo de nomeada.

Entre êle e o capitão do corpo de infantaria paga, António Silveira de Lacerda (V. *Pereiras*, § 4.°, n.° 7) rebentou um azêdo incidente provocado por invasão de atribuições, e que, de muito crescido e pertinaz, chegou até aos desembargos da corôa. António Silveira de Lacerda, o capitão insigne revestido duma gloriosa fôlha de serviços, de mercês ganhas por virtude dos seus feitos, o governador da praça de Montalegre, orgulhoso do nome e posição adquiridos à custa do seu sangue, tão alto se via, que se julgava intangivel, entendendo não dever superintendência a quem quer que fôsse no exercício das suas graves funções militares de comandante. Depois, ao seu génio impulsivo e rude, apurado nas lides duma vida toda aventureira, que em moço logo começou esboçando, sempre repugnou autoritarismos alheios.

O capitão-mor, por seu lado, não perfilhava somenas filaucias, mas com a especialidade de possuir melhor campo de acção. Estava acima de tudo e de todos. Uma faculdade, no fim de contas, adstrita a tais entidades, e que lhes dava o direito absoluto de destemperar por dá cá aquela palha.

Ora, como duro com duro não faz bom muro, os dois pegaram de embirra um com o outro — o capitão-mor porque entendia poder mandar no comandante do corpo de infantaria paga, êste porque se considerava autoridade autónoma, portanto não tolerando imposições — e teima daqui, teima dali, tanto se inflamou a contenda, que foi a cabo de subir aos conselhos da Corôa.

O capitão-mor ante a desobediência, talvez estremeceu mais de raiva, que do agravo. Queixou-se. E parece que lhe assistia alguma razão, porque dentro em pouco, com data de 13 de fevereiro de 1681, baixou alvará do príncipe regente, determinando que o capitão da companhia paga, António Silveira de Lacerda, ficasse à ordem do capitão-mor, da mesma sorte que estava à ordem do antecessor, Jorge Dularte Pimentel: [1]

O capitão António da Silveira, decerto, não se deu por vencido, pois o seu feitio nunca fôra de torcer-se a pirronices despóticas. Era mais fácil de quebrar. Recalcitrou, talvez esclarecendo até onde pretendia ou poderia chegar o capitão-mor com a sua superintendência;—e porque o incidente já ia tomando séria atitude, de parelha com êle, e para os bons créditos de tão nobres personagens, para socêgo de todos, representou tambem a câmara.

Então o príncipe regente, mais avizado, expediu a 22 de julho de 1682 um novo alvará em forma de regimento, confirmando aquele do ano anterior, mas definindo as obrigações e os limites de jurisdição que a cada um competia. Ao capitão-mor, tirante os poucos e insignificantes casos de sua competência, não lhe era permitido intrometer-se no govêrno e mantejo ordinário da companhia, que só ao capitão dela tocava. Entre as diversas prescrições, estabelecia-se não ser dado mais que um soldado da companhia para o capitão-mor ter de guarda à sua porta, e sôbre tudo êste transcendente preceito de sómente receber apresentação de armas das sentinelas junto das quais por acaso passasse. [2]

E assim ficou o caso arrumado congratulatóriamente. António Silveira de Lacerda, lisonjeado, intumesceu; os munícipes respiraram... Feliz gente que possuia tempo e cabeça para encher de tais bagatelas! Infelizes eram aqueles que tinham de os aturar.

Disto não se colija que fôssem os capitães-mores criaturas por via de regra desconcertadas de sizo. E quem, nesses tempos de mal apurados costumes, não ia às do cabo em pensamento e acções, ao primeiro desejo esboçado, ao mais ligeiro melindre? Não podemos dizer que Jorge Cardoso Pereira fôsse dos mais condenados ou desconexos; contudo, se o foi, teve na sua vida um acto extremamente nobre que lhe apruma a reputação no tribunal indefectível das gerações.

Estavam em guerra acesa a França e a Inglaterra.

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. VI, 177
[2] Idem, id., 194

Corria meado o ano de 1694. Certa manhã dum luminoso dia de julho, quem se desenfastiava de olhos pregados no mar tranqüilo, viu uma pequena embarcação demandando terra a bom pano, e vir por fim arredondar carreira dentro da baía. Era uma balandra inglesa que ancorava para tomar refresco. Horas depois apareceu, trazendo a mesma prôa, um patacho de guerra francês, gáveas e bujarronas sôltas ao favor da aragem, a deslizar com soberania e socêgo. Fundeou ao largo. No tôpe do mastro ficou o pavilhão rial adejando frouxamente.

Em terra admiravam o garbo do navio, trocavam-se fantasiosos comentários acêrca da sua aparição, do que andaria fazendo nestes mares — quando notaram despegar-se dêle um escaler, remar direito à balândra, e nela saltar alguma gente. Alguma coisa de grave, fácil de calcular, sucedia... A bandeira inglesa desceu, e logo de seguida a francêsa foi hasteada em seu lugar.

Então os ânimos alvoroçaram-se. Tal procedimento, ali, em águas neutras, além do abuso que era, constituia um insulto ás pessoas da terra — a Portugal. Isso não podia ficar assim. Eramos pequenos e decaídos; mas o nosso nome heroico, que ensinara a todo o orbe os trajectos desconhecidos do oceano, valia tanto, senão talvez mais do que qualquer outro; — e ainda por cá tinhamos dessas espadas, que, da península, lampejantes de glória, haviam transposto o espaço até os confins do oriente...

O capitão-mor, ferido na altivez do seu cargo, foi dos primeiros que empalideceram, os olhos fuzilantes de ira. Cingiu a nobre espada do comando, e, sem meditação de maior, o emplumado sombreiro abruptamente atirado à cabeça, capa adejante, caminhou para o castelo, numa pressa intemerata e justiceira. Escolheu um trôço, o mais aguerrido, da sua gente, que fez embarcar num lanchão, bem fornecida de bala e de recomendações, com o intuito inabalável de libertar a balandra, restituindo-a à posse da sua bandeira. Ao comandante do patacho enviou uma carta, que a dignidade e audácia lhe tinham inspirado num repente. Era bem um rasgo de heroismo. Estranhou-lhe o acto que acabara de ver praticar, quebrando, sem nenhum respeito, as leis da neutralidade; e intimava-o a reparar imediatamente a violência cometida, aliás, obedecendo aos seus ditames, teria de empregar a fôrça, não sómente por sua honra, como tambem por defender o navio duma potência aliada.

O comandante do patacho, se leu a carta, sorriu talvez da valentia: talvez, como resposta, se lembrasse de apontar ao lanchão da tropa uma das peças da amurada... Mas não a leu, ou nem a recebeu talvez, porque o cônsul francês, tão depressa soube das aguerridas disposições do capitão-mor, deitou-se de corrida para bordo, conciliador, a socegar arrogâncias. De facto, dentro em nada, viu-se a bandeira inglesa flutuar de novo na balandra, e desta recolher ao navio de guerra a gente que fôra aprisioná-la.

O capitão-mor relatou imediatamente o sucedido a Sua Majestade, e requisitou instruções para, de futuro, pautar por elas o proceder, em casos idênticos. Êsse solicitado regimento pouco tardou: foi expedido a 11 de novembro do mesmo ano (1694) e continha as normas usadas em tais circunstâncias nos portos do reino, de acôrdo com os govêrnos amigos. Com êle veio uma carta, na qual o rei muito mandava louvar o capitão-mor e muito lhe agradecia a firmeza e dignidade com que se houvera, «fazendo o que devia.» [1]

Mas isto era ainda no tempo em que a honra valia como moeda corrente...

Jorge Cardoso Pereira casou no oratório em casa do cunhado, irmão da consorte, o reverendo ouvidor, doutor António da Cunha e Silveira, com a devida licença concedida pelo cabido de Angra, conforme se acha declarado no respectivo assento nupcial.

Os dois, marido e mulher, com o aludido doutor, reverendo António da Cunha — aqueles com as suas terças, êste com todos os seus bens — foram quem instituiu o morgado a favor do filho e sobrinho, tambem chamado António da Cunha e Silveira, por uma escritura de doação matrimonial lavrada aos 25 de maio de 1694, impondo o doutor António da Cunha, quanto à sua parte, a condição, entre outras, de todos os administradores do morgado que instituia usarem o sobrenome *Cunha*, depois do nome da pia — não só como lembrança da sua instituição, mas sobretudo para memória do avô do dotado, e pai do doador, o almirante António da Cunha e Andrade. [2]

4) Manuel Pereira Cardoso (§ 1.º, n.º 3) ◇ Clérigo do hábito de S. Pedro. Instituiu um vínculo sôbre umas vinhas no logar do Varadouro, frèguesia do Capelo, ilha do Faial, nomeando em seu testamento, para administrador, o sobrinho João Pereira de Lacerda, devendo, por morte dêste, ou seus descendentes, passar à irmã do mesmo, Joana Luiza, casada com José Francisco da Terra, o que de facto assim sucedeu.

Êste Manuel Pereira Cardoso, para o efeito de tomar ordens, teve o dote de 420$00 reis, que o pai lhe fez, e de que deixou referência em seu testamento. [3]

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. VII, 38
[2] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 18
[3] Idem, id., 18 v.

5) António da Cunha e Silveira (§ 1.º, n.º 3) ◇ Foi nomeado capitão-mor da ilha do Faial em 1701, na vaga por falecimento do pai.

Dum caderno de apontamentos que deixou, consta ter sido o edificador da ermida de Santa Ana e residência anexa, com sua quinta de plantação e de árvores de espinho, por êle tambem amurada. [1] Aquela moradia, tida como casa de campo, destruida totalmente por um incêndio, e depois reedificada, fazia parte do morgado instituido, sendo tudo vendido, após a lei de desvinculação, a indivíduo estranho, Manuel Alves Guerra, que veio a ser visconde de Sant'Ana, e que nela efectuou notáveis reparos, modificando-lhe muito o aspecto.

Êste capitão-mor foi um dos que bastante deu que falar da sua pessoa. Entre êle e Tomás Brum da Silveira Pôrras Taveira, comandante do corpo de infantaria paga (V. *Bruns*, § 1.º, n.º 7) suscitaram-se grandes e acirradas desinteligências, que trouxeram sobresaltada, quási criminosamente revôlta a população da Horta.

Começou a questão por ter o capitão-mor prendido o ajudante do referido corpo de infantaria, José Furtado de Mendonça, sem que para isso lhe assistisse competência, nem talvez razão suficiente. Foi arbitrária a prisão — arbitrária e ao mesmo tempo perversa, pois logo se queixou o ajudante de estar metido num calaboiço, [2] sem o merecido respeito—«com indecencia da sua pessoa e posto que ocupa». [3] Fôsse como fôsse, o pomo de discórdia reconhecido oficialmente foi êle ajudante. Pelo menos foi o bode expiatório. [4]

Mas o porquê inicial? Não se sabe, nem mesmo dubiamente. Conjecturamo-lo apenas.

Sabemos de que sorte eram os preceitos fidalgos de outrora, com todas as suas arrogâncias de poderio, e a cada passo explodindo em susceptibilidades imprevistas, quási sempre complicadas e néscias. Imagine-se, pois, o que seria um capitão-mor, senhor do mando supremo duma localidade, quando desconcertado de génio, e posto numa época de rudimentar codificação. Um régulo, nem mais, nem menos, a querer de todos vassalagem.

E que semelharia, quando em liça com outros de igual jaez?

---

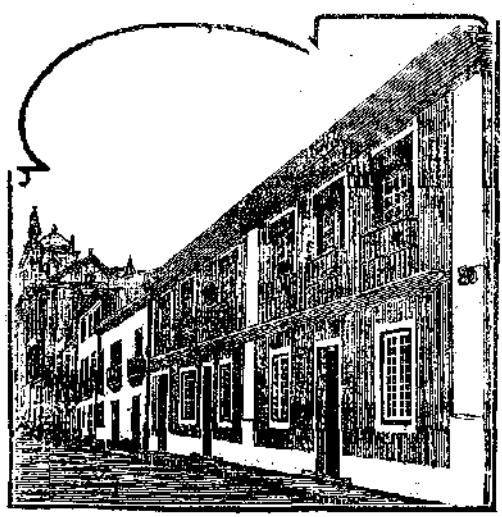
[1] Rozário, *Memoria genealogica*,, ms., 19 v.

[2] Não compreendo como é que António Lourenço (*Hist. das quatro ilhas*, I, 431) ao copiar o documento do registo da câmara, escreveu cavalharíça em logar de calaboiço. Calaboiço é o que lá está, e bem claro.

[3] (Do conselho de guerra ao sargento-mor, 27-10-1714) *Reg. cam. Horta*, liv VII, 172

[4] (Do conselho de guerra ao corregedor, 21-5-1717) Idem, VIII, 14

É muito possivel, no caso presente, que o capitão-mor António da Cunha e Silveira se arrogasse tambem o privilégio de superintendência no corpo de infantaria paga, por direito sob a chefia exclusiva de Tomás de Brum. Êste, que tambem não ficava atraz em prosápia, defendendo, e com justiça, a sua jurisdição, por certo recalcitrou; daí o alferes José Furtado de Mendonça, tomando naturalmente o partido do seu comandante, ter praticado algum acto, que o capitão-mor julgou ofensivo da sua dignidade, e que, sem mais tir-te, nem guar-te, entendeu castigar por suas mãos, com manifesta quebra de toda a cortezia e legalidade. Afinal um dos vulgares despotismos do tempo. É o que eu imagino.



Solar da família Cunha na outrora rua da Misericórdia

A questão atingiu tais proporções, generalisou-se de tal maneira, que dentro em pouco já havia dois partidos no seio da população local, qual deles o mais açulado, agredindo-se violentamente. Cegaram-se os ânimos. Os tumultos e desacatos imprevistos, as prisões e devassas, provocadas pelos próprios cabecilhas uns contra os outros, repetiam-se a miude: agora era um cidadão que se homiziava para fugir a perseguições; logo era uma multidão fervente, a esbracejar, num alarido hostil, em frente da residência do capitão-mor, quando não era tambem inversamente, à porta do comandante Tomás de Brum; e eram as calúnias e as intrigas, as insolências ou injúrias, as scenas de pugilato nas vias públicas, motivando desordens e sobresaltos. Até a municipalidade e o juiz ordinário andaram nisso envolvidos — êste pronunciando apaixonadamente o capitão-mor, o município exorbitando das suas atribuições, por entregar as intendências do posto de capitão-mor ao sargento-mor Jorge da Terra e Silveira, quando da dita pronúncia. [1]

A família faialense fazia-se soez desagregava-se.

---

[1] *Reg. cam. Horta*, liv. VIII, 14

O corregedor João de Torres da Silva, ao tomar posse do seu cargo, pasmou ante a exaltação, deveras estupenda. Tratou logo de pôr dique ao desconchavo. Foi enérgico. Duma assentada anulou delações e testemunhos, todas as querelas e pronúncias desta origem, em juizo, «por affectadas e suspeitosas para por elas se poder proceder.» O respectivo mandado de intimação foi expedido em 9 de outubro de 1714. [1]

Nesse mesmo mês (a 27) baixou o aviso do conselho de guerra, mandando soltar o ajudante José Furtado de Mendonça, em consequência da sua queixa a el-rei contra a detenção abusiva e indecorosa, que sofrera por conta do capitão-mor. [2]

O capitão-mor é que ficou fulo, sem dúvida. Nenhum documento nô-lo diz; comtudo outra coisa não coligimos da prontidão em se apresentar na capital, muito antes de ter conhecimento da ordem que o mandou comparecer ante o conselho de guerra para responder pelos seus abusos. A ordem tinha data de 27 de junho de 1715, e foi dirigida ao corregedor, que por seu turno a transmitiu aos oficiais da câmara em mandado de 30 de julho seguinte. E era dura: — se êle se puzesse com vacilações, que o remetessem preso. [3]

Tomadas em conta as acusações que vereadores e mais oficiais da câmara formularam acêrca do capitão-mor, e considerando juntamente as alegações por êle expostas, o conselho de guerra expediu aos 18 de fevereiro de 1716 uma provisão incumbindo o corregedor de sindicar a propósito da emaranhada e rancorosa questão, não podendo os três principais responsáveis — capitão-mor, sargento-mor e comandante de infantaria — permanecer no Faial, nem exercer os seus postos, emquanto durassem as investigações e não fôsse lido o respectivo relatório. Ao mesmo tempo foi o sargento-mor do castelo de Angra, Francisco Lopes

[1] «... tomando posse do dito meu cargo me foi publico e notorio o notavel escandalo que não só nesta Ilha mas em todas as mais desta comarca tem causado as parcialidades, inquietações, e perturbações desta Ilha sendo cauza dellas muitas das pessoas principaes de respeito e jurisdição que devião conciliar o socego dos povos e com a boa administração da justiça conservalos em paz e concordia por ser assim conveniente a bem comum, serviço do Deus e de Sua Magestade que Deus Gu.de, e hora sou informado que as ditas perturbações de novo se augmentam com repetidas devassas, motins, e levantamentos quiça tirada pelos cabeças das mesmas parcialidades huns contra outros, sem mais ordem ou obrigação que o desejo de sua vingança, sendo por esta forma nullas por affectadas e suspeitosas para por ellas se poder proceder, servindo só de fomentar maiores odios e ruinas, ao que desejando acudir, etc.» — *Reg. cam. Horta*, VII, 171

[2] Ib., 172

[3] Ib., 174 v.

Penteado, mandado exercitar o cargo de capitão-mor da ilha do Faial e suas ordenanças, com todas as jurisdições, durante êsse período. [1]

Por fim, apreciado o processo em todas as suas páginas, Sua Majestade determinou que se fizesse perpétuo silêncio sôbre as queixas, autos e devassas, que de parte a parte se tinham endereçado as duas parcialidades, e que, perante o auditor de guerra da côrte, onde António da Cunha e Silveira e Tomás de Brum se achavam, ambos assinassem um termo de amizade e perpétua quietação, não mais se intrometendo nem perturbando os govêrnos alheios, e se embarcassem de seguida a tomar encargo dos seus postos. E tivessem tento: o primeiro que, por si, ou por interposta pessoa, tornasse a fomentar semelhantes discórdias, seria exonerado das suas funções e submetido às demais penas que Sua Majestade entendesse. Além disto foi em especial advertido o capitão-mor para mais correcta observância do seu regimento, leis e ordenações militares.

O juiz e oficiais da câmara foram por clemência absolvidos, sendo todavia imposto a êstes ultimos o castigo, extensivo tambem ao sargento-mor, de um mês de exílio fora da ilha.

O ajudante das ordenanças, José Furtado de Mendonça, «principal autor de todas as sobreditas desordens,» foi demitido, e em seu lugar nomeado outro «capaz de satisfazer a sua obrigação.» [2]

Afinal, tudo espremido, uma pura comédia: *much ado about nothing*, como intitularia Shakespeare.

6) Jorge da Cunha ◈ ◈ ◈ (§ 1.°, n.° 4)

◇ Por provisão de 15 de junho de 1716, do capitão donatário Rodrigo Sanches Baena Farinha, foi nomeado ouvidor das justiças na ilha do Faial, na vaga que ficou pelo falecimento de *Sebastião Teixeira Carrascosa*; [3] e por patente de 20 de maio de 1724, foi elevado ao posto de sargento-mor, vago por morte de Jorge da Terra e Silveira. [4]

7) Ana Rosa do Canto ◈ ◈ (§ 1.°, n.° 4)

◇ O morgado da casa Cunha, propriamente dito, passou à linha de Ana Rosa do Canto, porque nenhum dos filhos va-

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. VII, 187
[2] Idem, VIII, 14
[3] Ib., 2
[4] Ib., 87

rões de António da Cunha e Silveira teve sucessão. No entanto não transitou por ela a administração, devido a falecer primeiro que fôsse hábil para recebê-la; passou dos antecessores ao filho Francisco da Cunha Xavier Brum, que, por sinal, se empossou no vínculo ilegalmente, antes do tempo, tendo-lhe sido movida uma acção a êsse propósito. A acção promoveu-a sua tia Bernarda Silveira do Canto, que, na citada falta de descendência dos ramos fraternos masculinos se julgou com direito ao morgado, obtendo de facto sentença a seu favor. Só depois da morte dela é que o sobrinho entrou na posse legítima do vínculo.[1]

Pelo casamento de Ana Rosa do Canto com António Brum da Silveira, representante do ramo directo dos Terras, em cujos vínculos sucedeu, se uniram dois morgadios dos maiores do Faial, ficando a casa dos Cunhas a ser talvez a mais opulenta da ilha. Digo casa dos Cunhas, e não Terras, porque aquela é que ficou prevalecendo, em virtude da cláusula imposta pelos seus instituidores — de usarem todos os administradores do morgado o sobrenome de Cunha depois do nome da pia.

A casa dos Terras ficou então representada por um dos ramos segundos, como adiante veremos, no título próprio.

Foi António de Brum um mau administrador, trazendo, nos últimos anos da sua existência, os negócios da casa de tal sorte arrastados, que o submeteram a uma tutela exercida pela pessoa do filho Manuel Inácio, «como consta dos respectivos autos existentes entre os papéis da casa do morgado Cunha,» diz Garcia do Rozário.[2]

8) José Brum da Silveira C. Vasconcelos ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5)

◇ Cavaleiro Fidalgo por alvará de 4 de março de 1763.[3] O pai e o irmão Francisco Xavier fizeram-lhe escritura de alimentos, em 9 de abril de 1759, dotando-o cada um com seis moios de trigo, anualmente.[4]

9) Gonçalo do Canto Brum (§ 1.º, n.º 5)

◇ Parece que êstes filhos de Ana Rosa do Canto não eram criaturas muito seguras de razão. Francisco Xavier, como já

[1] Eu leio isto na minuta duns autos de devassa referentes à ermida de St.ª Ana, e que daqui a pouco vou transcrever em apendice à nota (12)

[2] *Memoria genealogica*, 23

[3] *Reg. cam. Horta*, liv. IX, 264

[4] Cartório do 4.º ofício, Horta

vamos ver, foi origem de vergonhosos tresvarios. Este, por seu lado, um belo dia abandonou a consorte, ausentando-se para o Brazil, sem nunca mais dar noticias suas. [1] Outro, Florêncio de Brum, emigrou, internando-se nos sertões da America, sem que jamais houvesse novas nem mandado do seu misterioso destino. [2]

10) Francisca Maria Xavier da Silveira, Ana Antónia Luisa ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5)

◇ Ambas freiras no convento da Glória, e ambas dotadas, quando noviciaram, pelo pai e irmão Francisco Xavier — a primeira por escritura de 31 de agosto de 1758, a segunda por escritura de 18 de agosto de 1759, rectificada por outra de entrega de dote na profissão, em 12 de março de 1760. [3]

11) Manuel Inácio do Canto Brum ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5)

◇ Fidalgo Cavaleiro da casa rial por alvará de 18 de março de 1759. [4]

12) Manuel Inácio do Canto Brum ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 6)

◇ Foi frade da ordem carmelita, na ilha do Faial. Após a extinção das casas conventuais, secularizou-se, servindo de vigário na freguesia da Conceição. Tambem exerceu as funções de capelão das freiras, que voluntariamente se conservaram em clausura, no mosteiro da Glória.

13) Francisco da Cunha Xavier Brum ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5)

◇ Não lhe correu lisongeira a vida até final, provavelmente, como já dei a entender, por virtude do seu caracter orgulhoso e susceptivel, creio que meio degenerado — um pouco néscio talvez.

Segundo a frase de Garcia do Rozário, «era um homem inteiramente desarranjado.» [5] Faltou porêm, explicar se o desarranjo era todo de cabeça ou apenas na gerência dos negócios da casa e seu proceder na intimidade doméstica. Mas nós avaliamos. Talvez uma coisa e outra,

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 22
[2] Idem, ib.
[3] Cartório do 4.º ofício, Horta
[4] *Reg. cam. Horta*, liv. IX, 223
[5] *Memoria genealogica* ms., 23 v.

pois que uma e outra se ligam quási sempre como mútua consequência. A circunstância, por exemplo, quando da tutoria imposta ao pai, de não ter sido escolhido para curador, parecendo que devia sê-lo por direito de morgadio; muito nos traduz das suas qualidades; que a custo descortinamos nessa expressão vaga de desarranjo. E ha mais factos, então documentais, a confirmá-lo. Vou relatá-los. São curiosos.

O sogro, certo dia, por escritura de 25 de dezembro de 1759, teve a liberalidade de dotá-lo e à filha, não sei se de razão, com dois moios de trigo, e o rendimento dum moio de vinha, anualmente, «para sua sustentação e alimento.» Pouco ou muito, bem ou mal, era uma dádiva; contudo Francisco da Cunha, melindrado talvez nas argúcias da sua vaidade, quer olhando a oferenda como uma espécie de esmola, quer considerando-a mesquinha em relação à grandeza da sua casa, ou ainda por qualquer outra exquisitice, repudiou por inteiro o dote, abertamente, bruscamente. E como? Vão pasmar. Recusando-se a assinar a escritura, conforme declarou o tabelião em verba anulatória lavrada à margem, no próprio livro de notas. Ninguem será capaz de admitir que desconhecesse os generosos intuitos do sogro: deixando, pois, chegar o acto ao ponto a que chegou, para aquela sua tão altiva quanto descompassada deliberação, é porque na verdade tinha qualquer falha de empecer a mioleira.

Vejamos outro caso ainda mais edificante e elucidativo.

Tinha-se êle arrogado a posse do morgado que fôra de seu avô, o capitão-mor António da Cunha e Silveira, no qual andava encorporada a administração da ermida de Santa Ana. Por desapêgo religioso, ou, o mais certo, por motivo de quaisquer excessos de dissipação, senão talvez por escassez de rendimentos, começou de vender as alfaias da mesma ermida, entre elas o cális empregado no sacrifício da missa, fazendo-o em pedaços para mais fácil e disfarçadamente o poder negociar.

Não tardou a sabê-lo o reverendo ouvidor Francisco Inácio Xavier Whyton. Moveu-se de espanto; e logo, colérico, talhou maneira de castigar o sacrilégio inaudito. Intervieram todavia os parentes, pressurosos, atribuladamente, lamentando a nota que ia manchar toda a familia, uma das mais qualificadas da ilha. O ouvidor, condescendendo, abrandou o golpe: poz de parte os severos intuitos de procedimento judicial, e limitou-se a tirar das mãos de Francisco Xavier de Brum a chave da ermida, entregando-a aos cuidados do tio, reverendo Manuel do Canto Cunha. Ao mesmo tempo fez com que Manuel Inácio do Canto, irmão do

---

1 Cartório do 4.º oficio, Horta

prevaricador e administrador da casa do pai, extremamente penalisado, se obrigasse a resarcir o dano causado, por um termo de responsabilidade, onde ficou consignada verba a tanto necessária.

Esta acção por si só tudo diz, sem carecer de comentários.

Mas a história da ermida não finda nesta altura. Originou outro conseqüente episódio, que vem muito a geito de se estuiçar nas suas frases e entrelinhas, visto correr ainda adstrito às personalidades exclusivas dêste trecho. E o caso segue, como a princípio, instrutivo. Vão ver.

Foi naquela altura de ficar Francisco Xavier de Brum sem superintendência na ermida que sua tia D. Bernarda intentou a acção cível já dita (Vide n.º 7) e que, favoravelmente sentenceada, o desapossou da administração ilegal dos vínculos vindos de seu avô António da Cunha e Silveira. Possuidora do morgado, D. Bernarda constituiu o irmão, aludido padre Manuel do Canto e Cunha, seu procurador. Morreu ela. Então a administração dêsses vínculos se transferiu para o sobrinho, que estava ausente em Lisboa, tomando por isso conta dêles, como sua procuradora, a consorte, Maria Francisca Xavier Brum.

Sobresaltou-se o ouvidor, de coração alerta, tocado de maus pronúncios. Reproduziram-se-lhe no pensamento os insultos praticados pelo marido, e que tanto tinham magoado o seu coração de crente; lembrou-se sobretudo que Maria Francisca *não era pessoa de capacidade* bastante para lhe fiar aquela casa de oração.

Não era de capacidade! Porque? Por ausência de senso administrativo? Por falta de regra ou decência no seu viver? Não sei. Talvez uma coisa e outra. Sim, é muito possível que o seu coquetismo dêsse que reparar e já a tronxesse arrastada nas bocas do mundo. Emfim, o reverendo ouvidor, formando aquele conceito, lá tinha suas razões.

Como autoridade eclesiástica, e ainda na qualidade de vigário da Matriz, a *quem estava sufragânea a dita ermida de Santa Ana*, por conseguinte obrigada à sua vigilância, sem demora advertiu o padre Manuel do Canto a não fazer entrega das chaves á cunhada; — e por certo, ao mesmo tempo, em particular, numa desprendida conversa de amigos, cruamente, tudo lhe disse — quanto já tivera que sentir, os seus receios, o fraco conceito que corria acêrca dela, senhora de tão aprumada fidalguia, que assim se deslustrava, e em idade já algo adiantada.

Esquivou-se, todavia, Manuel do Canto a continuar na administração da ermida, apezar de toda a autoridade e argumentos do ouvidor. É mesmo possível que olhasse êsse encargo como uma ilegalidade; depois ela sempre era sua sobrinha... Alegando ter de «sair das casas em que morava junto à mesma ermida» (está bem de ver que foi um pretexto) mandou entregar as chaves, entretanto não à sobrinha segundo em consciência talvez entendia, mas ao ouvidor, seu superior hierarquico. Escrupuloso e cauto.

Succedeu o que o padre ouvidor calculava — quem sabe se aquilo de que já fôra prevenido. Uma vez as chaves na suas mãos, foi alguem caladamente à ermida, arrancou a fechadura da porta de entrada, e para ela mandou fazer outra chave, conforme se verificou pelo corpo de delito. [1]

Mas alguem, quem? Quem tinha interesse no assunto e que só poderia ser Maria Francisca Xavier de Brum, administradora legal dos vinculos, na ausência do marido. O ouvidor não escarrapacha nenhum nome; o documento de que me estou servindo nada mais adianta; — mas foi ela, não ha que ver. Eu não fui, nem o imperador da China.

Destas trapalhadas coligimos, sem grande custo, o molde de Francisco Xavier de Brum, e observamos já a esboçar-se o caracter desenvolto da mulher. Se êle era criatura de senso curto, esta muito superior em espirito, era a seu turno — era e foi — excepcionalmente inconsiderada no modo de viver. Dois temperamentos cambaios. E porque nenhum possuia a soma necessária de integridade moral, que se corrigissem um ao outro, andaram sem se entender, nunca se identificaram, desandando cada um para o seu lado, segundo lhes girou o catavento vário do juizo.

Maria Francisca enfastiava-se, está bem de ver, e como conseqüência natural, vaidosa e apetecida, deixando-se levar pelos caprichos do coração, se descuidou a pouco e pouco dos seus deveres, até ao termo de esquecer por completo a modéstia conjugal. O peor é que envolveu uma das filhas nessa louca embriaguez. Entretanto, durante muito, guardou as conveniências. O bom nome é que desconfio que não.

Seria já duvidando da fidelidade da mulher que Francisco Xavier de Brum, à conta de mero desfastio, ou a titulo de negócios, tomou o caminho de Lisboa? Se a honra o escoucinhava em recônditos solavancos de dignidade, não o disse, e muito menos o demonstrou; tanto assim que nenhuma outra pessoa deixou investida nos poderes de seu procu-

---

[1] «Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sette centos e outenta e hũ annos aos trinta e hũ dias do mez de janr.º do d.º anno nesta villa da Horta Ilha do Fayal nas cazas de morada do Muito Reverendo Dr. Ouvidor Ec.ª Fr.co Ignacio Xavier Whiton ahi pello mesmo Rev.do M.º me foi mandado fazer este auto de devassa ex oficio afim de averiguar quem tinha despregado a fixadura da porta da Ermida de Santa Ana tendo o mesmo Rev.do Dr. Ouvidor a chave em seu poder para a entregar a quem lhe parecesse que tinha capacidade para tratar com decência, zello e culto Religioso; porquanto estando Fran.co X.er de Brum entroduzido na posse do Morgado que administrou seu Avô o cap.m mor Antonio da Cunha e Silveira, ao qual está anexa a mesma Ermida, se esqueceu tanto das obrigações de christandade que chegou a vender, entre outras Alfaias da mesma Ermida o calix

rador senão a consorte. Contudo, não sei porque, está-me uma voz a segredar cá por dentro que o moveu uma qualquer dúvida, e se escapou então decorosamente, antes que surpreendesse ao redor os sorrisos escarninhos da maledicência.

Ela não adoptou tão calculados escrúpulos. Pelo contrario, ausente o marido, parece que mais se envenenou do fruto proibido. Bastante me firma neste conceito aquele dizer artificioso do reverendo ouvidor, recusando entregar-lhe as chaves da ermida, *por não ser pessoa de capacidade*. É fácil de perceber o sentido velado desta frase.

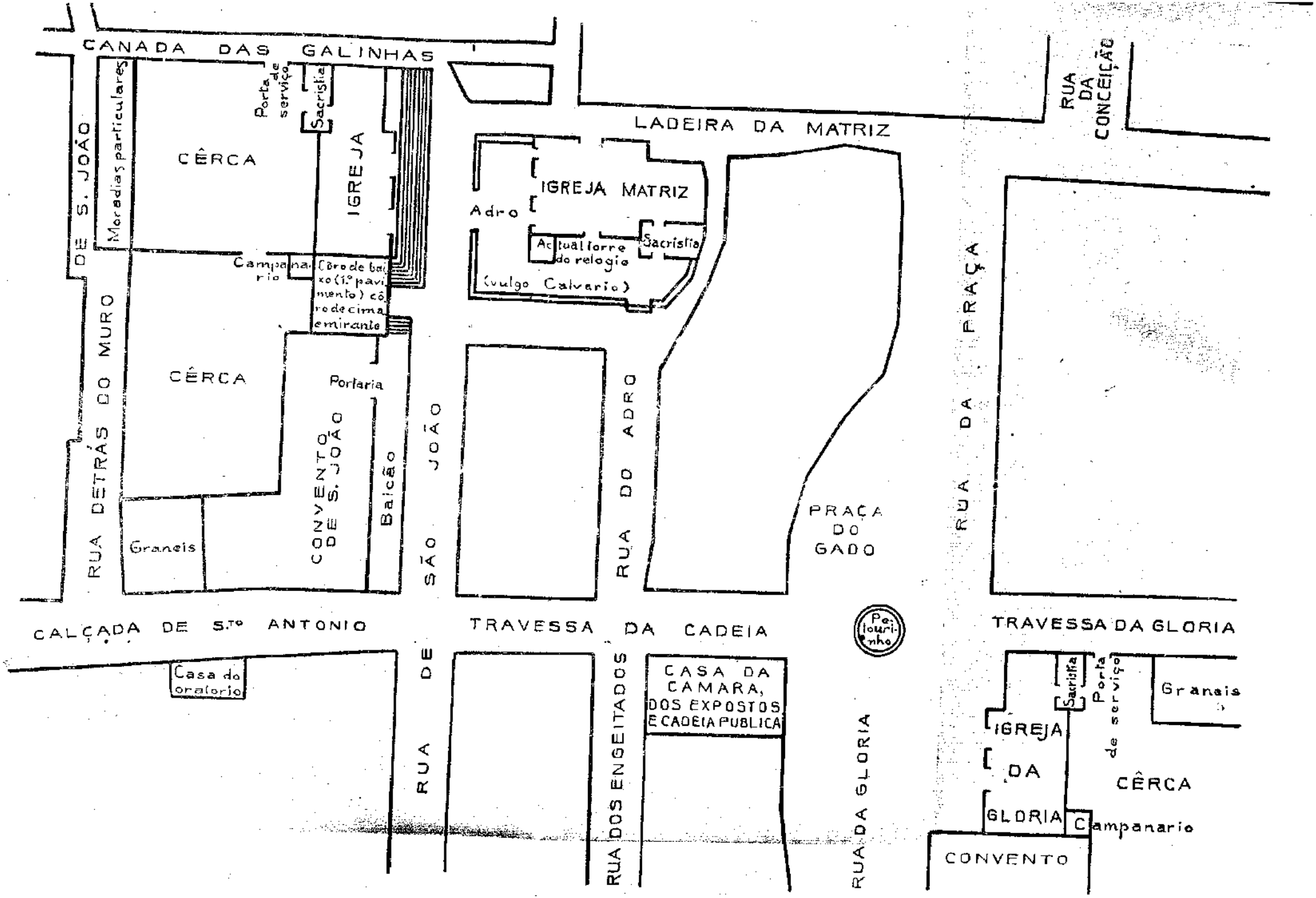
Mesmo longe, estaria Francisco Xavier de Brum instruido do procedimento licencioso da mulher? Se saia do Faial apenas com suspeitas, regressaria ainda alimentado por elas, ou já possuindo noticia irrefragável *do escárneo com que* andava posto em jôgo o seu nome? E voltaria ao Faial; ou foi mesmo de Lisboa que se transferiu para Angra, onde passou de todo a residir, ignoradamente? Nada sei, a tal respeito, que me guie numa afirmativa fiel.

Sabemos é que todo o desenlace se passou entre 1781 (época da sua estada em Lisboa) e 1790, que foi a data da morte do pai, e antes da qual sucedeu o seu passamento em Angra, segundo informa Garcia do Rozario.

Amarfanhado de vergonha pelo desleal, sobretudo impúdico proceder da esposa, foi esconder-se em Angra o mais caladamente que poude, vivendo na nudez absoluta dum cubiculo, pobre, apartado de pessoas, como um sem-ninguem. Não queria saber da sua terra, nada queria de sua casa. E assim morreu, tão falto de pecúnia e de amparo, recolhido no seio da maior humildade, que o general, por acaso recebendo

---

com que se celebrava o sacrosanto sacrificio da Missa, cometendo o inandito sacrilegio de o fazer em pedaços a seu arbitrio para lhe vender a prata de que era composto, e q. querendo proceder o d.º Rd.º Dr. Ouvidor neste cazo para castigar tam execrando insulto, obrigado das rogativas dos seus parentes que lamentavam a nota da sua familia sendo hũa das mais qualificadas desta Ilha: attendendo a d.ª qualidade houve por bem evitar-lhes esta mancha sesando no intento do procedimento do seu off.º, obrigandosse, como com effeito se obrigou por hum termo M.º Ign.º do Canto irmão do d.º Franc.º X.er de Brum a resarcir o prejuizo occazionado pelo d.º seu irmão com uma consignação que fez para esse fim: E logo tirou o mesmo Rev.º Dr. ouvidor a chave da Ermida do poder do d.º Adm.or e a entregou a seu tio o Rd.º Bend.º M.el do Canto e Cunha: e que depois apresentando um libello ao mesmo Franc.º X.er de Brum, D. Bernarda irmã do mesmo Rd.º Bend.º M.el do Canto sobre o morgado a que estava anexa a predita Ermida o convencen por sn.ª da relação, por virtude da qual foi investida na posse do d.º morgado, consérvando na sua Administração o da referida Ermida ao mesmo seu Irmão como seu procurador, e que fallecendo proximamente da vida prezente a d.ª D. Bernarda, por cujo falecim.º re-



Convento de S. João, Matriz Velha e arredores.

do notícia de quem êle era, cheio de surpresa e de lástima, lhe mandou fazer de seu bolso um funeral decente, a honrar a reconhecida distinção do seu nascimento.

A consorte, achando-se em plena liberdade, não teve mais rebuço nem temores, nem medida. Calcando a nobreza do nome, na presença de todos, de parentes e amigos, a melhor gente da terra, sem pejo do próprio morgado seu filho, lançou-se sôfrega e desfaçadamente, na torrente dos prazeres, de par com a filha, Maria Xavier, a começo viciada pelo seu exemplo, e que consigo acabou de corromper, nessa vertigem. Perdera o juizo quem, como ela, a tanto descia, e numa idade já adequada a desfiar rozários, em saldo de contas com Deus.

O mais degradante ainda era ser ela quem mercadejava com a honra da filha, talvez sem nenhum arripio de consciência quem atraiar outras insensatas como ela, a dentro da sua casa, para a mesma almoeda carnal! [1]

Essa casa, verdadeira casa de alcouce, anos depois demolida, ficava ao lado sul da Matriz, na chamada rua do Adro (hoje ladeira do Relójio) onde é o prédio n.º 9. Aquelas imediações até à rua da Praça (actual alameda Barão de Roches) em baixo, eram na sua quási totalidade, conforme eu já disse, bens da casa Cunha.

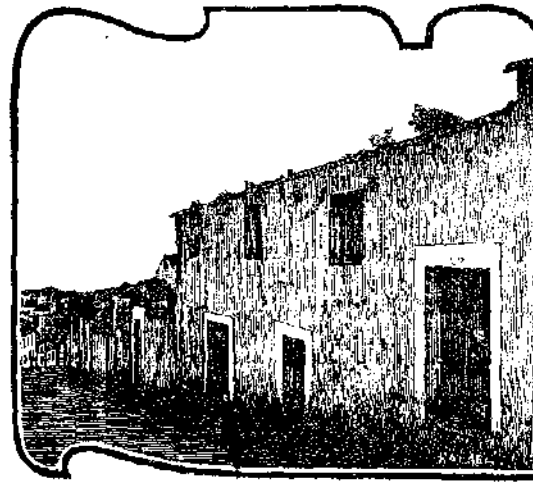
A Manuel Victor de Sequeira, secretário da câmara, falecido em 1896 com a avançada idade de oitenta e cinco anos, ouvi contar — o que por seu turno êle ouvira a pessoas coevas do acontecimento — que fôra um viver tão escandaloso o de Maria Francisca Xavier, e alvoroçando de tal modo aqueles sitios com descantes libertinos, e por vezes scenas turbulentas até altas horas da noite, que as boas monjas do visinho

---

cahio o mesmo morgado no d.º Fran.co X.er de Brum que actualmente se acha auzente na corte de Lisboa deyxando nesta Ilha sua m.er D. Maria Fran.ca com procuração sua por virtudenda qual se investiu na posse do morgado em que sucedeo o d.º seu marido, lembrado o d.º Rd.º Dr. ouvidor dos insultos cometidos pello d.º seu marido a respeyto da dita Ermida, e ponderando que a predita sua m.er não tinha capacidade para se lhe confiar, devendo-a o mesmo Rd.º Dr. Ouvidor zellar por estar debayxo da sua inspecção não só por ser ouvidor ecc.º mas por ser Vig.º da Matriz desta Villa a que he sufragania a d.ª Ermida advertiu ao ref.º Bend.º Rd.º M.el do Canto e Cunha que lhe não entregasse a chave da Ermida por não ser conveniente e por não querer conservala o d.º Rd.º Bnd.º em razam de sair das cazas em que morava junto a mesma ermida as mandou entregar ao d.º Rd.º Dr. ouvidor, e tendo-as em seu poder lhe constou que foram despregar a fixadura e lhe mandarão fazer outra chave o que assim se verificou pelo corpo de delito que se fez na dita fixadura, e afim de averiguar quem foy o agresor deste facto...» (Termina neste ponto o documento, que se vê ser minuta para um auto) — *Arq. ouv. ecl.*, *Horta*.

[1] «D. Maria Francisca, depois do fallecim.to de seu marido, considerando-se

convento de S. João, deliberaram reclamar providências urgentes ás autoridades para proibir, pelo menos arredar dali semelhante pecado. Eu ignoro, e não o sabia tambem Manuel Victor de Sequeira, qual o resultado da diligência. Provàvelmente riram-se da santidade. Os espiritos mundanos não se comoviam com tais bagatelas. — Que fechassem os ouvidos!... Não foi outra coisa.



Casa do oratório do convento de S. João (Calçada de Santo António)

Maria Francisca, depois de se afogar no redemoinho da impudência, ficou por completo separada dos seus, que muito naturalmente lhe *pagavam em* desprêzo, senão em ódio, a lama com que salpicara perpétuamente o orgulho heráldico da família. Recebia uma pequena mesada do filho, a título de alimentos, e que apenas chegava para não cair de todo na miséria.

Decorreram os anos, e tudo se acabou — o espírito leve, afeições de cada hora, abastança, gôzos. Veio a velhice, a velhice meditativa, com o seu insistente torturar de realidades e de solidão. Eu não quero inventar; mas está-me a alma inquieta por descobrir quantas lágrimas justiceiras de arrependimento lhe turvaram os olhos, em mudos momentos de recordação do passado, de cruel saudade pela filha que poluira...

Passou os últimos tempos amparada apenas por um seu escudeiro, Vicente José de Morais, compassivo servo, a quem ela, em recompensa de tal caridade, fez a 23 de abril de 1791 escritura de doação de qua-

---

em plena liberdade, ainda que em hũa idade já madura, e sem pejo, nem vergonha, se entregou a hũa vida dissoluta, vergonhosa, e reprehensivel; sem attender ao seu estado, á qualid.ª de sua pessoa, e á presença de todos os seos parentes, distintos pelo seo nascimento, e representação.... concorreu activam.te p.ª a prevaricação de sua filha D. Maria, que conservava na sua companhia...» — Rozario, *Memoria genealogica* ms., 23 v. e 24

tro e meio alqueires de vinha no cabeço do Limoeiro, logar do Cabeço Chão, ilha do Pico. [1] Restou-lhe ainda assim êsse confôrto, porque dos seus não teve, ao que parece, nenhum afago indulgente, nem sequer, talvez, o alívio duma palavra de perdão.

Morreu pobremente — pobre de moeda e de carinhos — no esquecimento, sem uma única e derradeira homenagem, embora insignificante, traduzindo, que mais não fôsse, senão o cumprimento duma protocolar cortezia. Estou até em dizer que houve o irónico cuidado de bem testemunhar esta circunstância à posteridade, lançando no termo de óbito o breve esclarecimento de ter ido a enterrar *apenas acompanhada pelo cura e tesoureiro da Matriz*. Foi sepultada em campa rasa, na igreja do convento da Glória, como qualquer vulgar criatura — quando a família possuía na igreja do Carmo, debaixo da capela-mor, um vetusto e comodo carneiro, fidalga moradia da morte, de todos conhecida.

Ignora-se por completo o fim que teve a desafortunada da filha, Maria Xavier. De perdida que era — perdeu-se. Ninguém sabe que destino levou. Dizia o referido sr. Manuel Victor de Sequeira, mas sem visos de certeza, que ela se ausentara para o Brazil. Pobresinha, entre riquezas e alegrias nascida, e tão mal encaminhada! Levou-a a desventura. Ou quem sabe se desapareceu assim para aí, a um canto, anónimamente, como último farrapo da desgraça?...

14) Ana Luiza Brum Terra e Silveira ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 6)

◇ O irmão, morgado Jorge da Cunha, por escritura de 13 de fevereiro de 1780, [2] fez-lhe doação matrimonial de alimentos para o efeito de casar com seu primo Manuel Inácio Brum do Canto, como de facto casou, mas com a cláusula de que, caso êsse consórcio se não realizasse, passarem os alimentos à tia dele doador, Francisca Ursula, sua esposada, recolhida no mosteiro da Glória, e a esta ficarem pertencendo definitivamente, muito embora com ela não chegasse a casar, como desejava, por falta da indispensável graça apostólica, que estava diligenciando obter.

15) Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 6)

◇ Era daqueles que sabiam honrar a sua terra, salientando-a, imprimindo-lhe distinção, apenas pelas suas práticas de nobreza a mais legítima, não só

---

[1] «... que comprou com dinheiro proprio seo unicos bens que possue, para ele a tratar em quanto viva for, por estar vivendo alimentada por seo filho o morgado George da Cunha Terra Brum...» — Cart. do 4.º ofício, Horta

[2] Cartório do 4.º ofício, Horta

dessa nobreza convencional usada por hábitos de linhagem, mas sobretudo dessa nobreza de sentimentos, que muito impõe os individuos ao apreço das gerações.

Tinha particular prazer — prazer ou talvez orgulho — em valer do cimo da sua grandeza a todos que lhe pediam protecção; — e para todos, amigos ou estranhos, pessoas recomendadas à sua influência, personagens do acaso poisando passos na terra do Faial, generais, bispos, a sua hospitalidade era verdadeiramente principesca, incondicionalmente franca. Êste modo de viver grangeou-lhe relações da mais notável importância, e que lhe foram de bastante utilidade, em especial quando daquela sua *espaventosa* contenda com o juiz de fora Botelho de Almeida. [1]

Jamais recusou o auxilio do seu bolso para o que quer que fôsse — uma festividade, um benefício público. A sua mão abria-se em constantes gestos de caridade a quanta pobreza lhe buscava a porta, ou sempre que uma calamidade se alastrava, de todos reclamando cooperação.

Gastou à larga. Entretanto não foi um perdulário; embora não aumentasse a casa, nunca a comprometeu, nem desbaratou, como fez o sucessor. [2]

No que êle se gastava pródigamente era em estadear a sua pessoa. Nunca perdia ocasião de acentoar a nomeada da sua grande casa, muitas vezes embasbacando o público com exibições balofas de soberania. Esta, por exemplo: quando saia à rua a destino de algum acto solene — homenagem de cortezia a qualquer visitante ilustre, uma visita às igrejas na Semana Santa — nunca levava enfileirados, junto à cadeirinha, menos de vinte criados de libré! [3] Para que avaliassem bem a sua riqueza, a sua fidalguia... Fraquezas.

Ora oiçam outro facto caracterisando tambem esta feição do morgado Cunha.

Desejou construir à sua custa, na igreja do Carmo, da qual tinha, por direito vincular, o padroado, uma tribuna donde assistir às cerimónias religiosas, para uso privativo dêle e sua familia. Era mais comodo, e mesmo mais decente, segundo refere o documento correlativo, do que a concorrência das pessoas da familia acocorando-se no solo da capela, ao tempo que em côro se recitavam os oficios divinos. Seria a tribuna na primeira janela da capela-mor, do lado da epistola.

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 29 v.
[2] Idem, ib.
[3] E. Rebelo, *Arch. dos Açores*, IX

Sobressaltaram-se os irmãos da Ordem Terceira com a notícia do caso. Persuadidos que isso os esbulharia da posse do terreno confinante com a aludida capela, opuzeram-se à obra imaginada. Acudiram, porêm, os frades solicitamente, a remover o obstáculo, com todas as facilidades da sua parte para construção da tribuna, não já pela forma ao começo delineada, mas aproveitando-se o grosso da parede e calejão externo adjacente, e interiormente sobresaindo em semicírculo sôbre o corpo da capela, numa largura de sete palmos, e com dezasseis palmos de comprimento.

Muitos de nós ainda conhecemos esta tribuna.

Isto ajustou-se por meio de escritura lavrada nas notas do tabelião Francisco Cristiano da Silveira Baptista, aos 12 de novembro de 1810. [1]

Comprometiam-se os frades, por seu lado, a erigir na mesma capela, do lado do evangelho, outra tribuna igual, destinada á colocação dum novo órgão — porque o existente, de pequeno e velho que era, estava já incapaz. Para a sua aquisição, concorria Jorge da Cunha com a dádiva de 400$000 reis, oferecendo-se ainda mais a mandá-lo vir de Lisboa. Afinal não se fez a tribuna, e o órgão só muitos anos depois é que foi comprado pela Ordem Terceira do Carmo.

E não deixou Jorge da Cunha, ou não se esqueceram os frades, como argutos, talvez maliciosos contratantes, de confirmar na mesma escritura os antigos privilégios, até ali sempre adstritos ao padroado daquela igreja e convento. Graves eram êles: — em todas as ocasiões de funções solenes, repique dos sinos, tanto à entrada, como à saída dêle padroeiro; ter cadeira privada dentro da capela-mor; vestir opa nas missas de solenidade; receber três golpes de incenso pelo reverendo diácono aparamentado, e logo depois do celebrante...

Vanita vanitatum.

Semelhantes bagatelas, de que só se atafulham à grande os espíritos mediocres, mal nos parece ajustarem em quem, como o morgado Cunha, tanto se dignificava pelas suas elevadas qualidades morais. Mas a época era assim.

Tinha, por direito de herança, a propriedade do cargo de juiz da alfândega, (cargo correndo, desde longa data, na família) no exercício do qual houve sérias desinteligências provocadas pelo juiz de fora, José Joaquim Botelho de Almeida. A narrativa desta famosa questão, em que se intrometeu a câmara, em que se enredou o capitão-mor Jerónimo Se-

---

[1] Encontra-se com outras, em pública forma, num livro de contas pertencente ao citado convento do Carmo

bastião Brum, deixei-a traçada a breve fôlego no título dos *Bruns*, nota (32)

Foi capitão-mor da ilha do Faial por patente de 13 de março de 1809, confirmada pelo príncipe regente a 23 de fevereiro de 1810, [1] cargo que deixou de exercer ao ser nomeado tenente-coronel do regimento de milícias na vila da Praia, ilha Terceira; fidalgo cavaleiro da casa rial por alvará de 15 de junho de 1786; [2] cavaleiro professo do hábito de Cristo por carta régia de 23 de junho de 1812, cuja cerimónia da profissão se realizou solenemente na igreja Matriz da Horta, em 2 de fevereiro de 1814; [3] e cavaleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição por decreto de 1 de outubro de 1823. [4]

Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira

A par de tantas mercês, é de admirar *nunca* ter requerido carta para uso de brasão de armas. Lograva fidalguia para isso. Também não consta que os antepassados, desde o avoengo almirante, houvessem com tais solicitações despertado a chancelaria da corôa. Adoptaram, porém, por sua conta e risco, o brasão tradicional dos Cunhas: — em campo de oiro nove cunhas de azul, de três em pala; por timbre uma mão, empunhando uma das cunhas do escudo. Modernamente usavam um complicado brasão inventado pelos Terras, do qual a seu tempo falarei.

Na residência dos Cunhas, na rua da Misericórdia (actualmente n.º 10, rua Ernesto Rebelo) havia sôbre a fachada, deitando para o jardim da casa, um escudo dêstes. Vendido o prédio, com o desmembramento daquela *notável fortuna*, foi o escudo levado dali por um membro da família, Manuel Inácio do Canto, para uma casa de insignificante aparên-

---

[1] *Reg. cam. Horta*, liv. XII, 14 e 164
[2] Idem, X, 162
[3] Idem, XII, 196 a 198
[4] Idem, XIV, 143

cia, na calçada da Conceição, acima da ponte do Assanhado, e lá se conserva ainda, destroço de passada grandeza, brasonando irrisóriamente a vetusta e mísera moradia.

Uma nota que por certo a maioria dos leitores desconhece: todos os prédios da então rua da Misericórdia, lado de oeste, de esquina a esquina, e confinantes com a rua de São João, pertenciam à casa Cunha.

A primeira consorte de Jorge da Cunha, Francisca Ursula de Brum Terra, sua tia, mais môça do que êle alguns mêses, achava-se recolhida no convento da Glória, com intuito de receber o véu de monja; mas, enamorando-se um do outro, nessas longas horas de palratório, em *dias de grade*, de là saiu para o mundo profano, a realizar o casamento, depois de alcançado o breve apostólico de dispensa do primeiro, segundo e quarto grans de consanguinidade. O casamento efectuou-se na ermida de Santa Ana, anexa às casas de morada do noivo.

A segunda consorte era natural da cidade de Angra, filha de José de Menezes Lemos e Carvalho, e de sua segunda mulher Benedita da Rocha e Sá Coutinho, neta paterna de José Luiz de Sousa Menezes, bisneta de Bernardo Carvalho de Lemos, senhor da casa de Trofa.

16) Jorge da Cunha ◈ ◈ (§ 1.°, n.° 7) ◇ Um verdadeiro e completo exemplar de degenerescência. Cego, mudo e demente! Creio que não ha de ser muito fácil encontrar uma tão frisante prova condenatória das ligações consanguíneas, como esta.

17) Simão de Roches da Cunha Brum ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.°, n.° 7) ◇ Teve o cargo de director da alfândega, talvez ainda em consideração a um antigo direito, já caduco, de sucessão nesse ofício, que correra na família. Foi agraciado com o título de barão de Roches.

18) Simão de Roches da Cunha Brum ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.°, n.° 8) ◇ Formado em matemática pela universidade de Coimbra, professor efectivo do liceu da Horta, professor e director da escola primária superior, e mais duma vez presidente da câmara municipal. Agraciado em segunda vida com o título de barão de Roches, por ocasião da visita régia de D. Carlos aos Açores.

19) Jorge da Cunha Menezes Brum ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.°, n.° 7) ◇ Era de génio tão incongruente e brusco, inflamando-se por qualquer motivo, ao mais leve atrito, que chegava

a ter perfeitos repentes duma criatura louca. Não media conseqüências nem conveniências. Cegava-se. Isso no fim de contas, a meu ver, pode muito bem classificar-se de desequilíbrio mental — reflexo talvez das consangüíneas relações genitais dos avós. Praticou actos de tal maneira desconcertados, que assim nos fazem julgar. Vale citar a história do seu casamento.

A congestão política do constitucionalismo, que tanto agitou o país inteiro, repercutiu-se da mesma guisa, como é sabido, na ilha do Faial. Ateou-se fèrvidamente a paixão política, sacudindo a sociedade faialense do seu morno vegetar, e estremando-a em dois campos, que se hostilisavam, feriam — que se odiavam. Famílias até então ligadas pela mais velha amizade, até por laços estreitos de parentesco, passaram a morder-se azèdamente. Entre elas houve os Cunhas e os Terras, principais e dedicados mentores dos zêlos partidários — êstes afectos ao novo ideal do constitucionalismo, aquêles ferrenhos miguelistas, e dos mais convictos, ajudando a sua causa com toda a influência pessoal, não pouco pela intriga.

É muito de supor que o morgado Terra tivesse sobejas razões de queixa dos Cunhas, seus adversários. Não admira, pois, que o orgulho todo se lhe alevantasse, num justo eriçar de cólera, ao saber que um filho dos seus mais fundamentais inimigos, do qual já recebera amiudados insultos, ousara acender os olhos libidinosos para lhe requestar uma das filhas. Alarmou-se o coração do pai. A dignidade rebentou em borbotão, e foi como barreira absoluta, temível e irredutível, contra a insensatez humilhante da filha.

O que o outro fez, a intumecer de despeito, não se calcula. Garcia do Rozário, que não teve papas na língua para escarrapachar certas fraquezas algo vulgares no orçamento das prosápias nobiliárquicas, deixou-nos explícita menção desta particularidade. De parelha com os ultrajes dirigidos publicamente ao pai, juntou, sem nenhum escrúpulo, a demência de rebaixar aquela que buscava para noiva, babujando-lhe a honra, em alto e bom som, num destampar de calúnias irrisórias — a ela e à irmã, Francisca Emília, que também não foi poupada ao dardejar venenoso da sua língua. E como louco que semelhava, não se escondia de maltratá-las, onde por acaso as topava, cobrindo-as de injúrias só próprias para correr em temas de gente ínfima! [1]

---

[1] «Foi a Jorge da Cunha, seu primo, q. ella quiz ceder a sua mão: esquecendo-se dos insultos publicos, que elle, por mais de hũa vez.... dirigira a seu Pay, José Franc.co da Terra, homem do respeito e representação.... esquecendo-se de ter sido pelo mesmo louco, por bastantes vezes offendida no seu credito, e reputação, ferindo o mais sagrado da sua honra, com a mais refinada calumnia, assim como a sua Irmã D. Franc.a Emilia... » — Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 41

Morreu o morgado Terra. O tempo passou, de ano para ano, com o seu infalível desvanecer. E a viuva, que era uma santa senhora, perdoando ofensas, esquecendo maldades, levou-se de fraqueza pela filha, que entontécera, prêsa de amor pelo maluco do primo.

E assim veio Jorge da Cunha Menezes Brum a casar com Maria José Brum Terra.

E como ponto final uma simples nota: o casamento realizou-se no oratório, em casa da mãe da noiva.

20) Guilherme da Silveira da Cunha Brum ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 8)

◇ Outro exemplar dado à luz pelo errado processo dos matrimónios consangùineos. Era demente.

21) José da Cunha Brum Terra e Silveira ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 7)

◇ Foi um acérrimo e diligente miguelista, que muito alentava as suas hostes politicas com o apanágio da sua autoridade e elevada posição — que muita inimizade e muita intriga ateou sob os violentos rancores da paixão partidária. Foi certamente mordido por isto em plena consciência, que, na vespera da chegada do conde Vila-Flor ao Faial com a sua divisão militar, [1] receiando imediatas, alias justificáveis represálias, fugiu com a familia a bordo dum navio, que estava fundeado na baia de Porto-Pim, no qual tambem embarcaram outras familias e autoridades rialistas. [2]

Imitou José da Cunha a fidalga e aparatosa altaneria do pai, com a diferença, porèm, de não ter sido como êle administrador cauteloso.

Ora leiam êste caso.

Em 1833 corria muito exaltada na Horta a rivalidade entre os dois partidos politicos, cartista e setembrista. No dia dos anos da rainha, os dêste último partido ofereceram nos paços do concelho um grande baile, para o qual cada um contribuiu com a quantia de 50$000 reis. O morgado José da Cunha mordeu-se de despeito. Então, num arranco de altivez, para lhes ser superior, ofereceu na sua residência, e no mesmo dia, um outro baile, não menos sumptuoso e animado, ao qual concorreu a melhor nobreza do Faial e Pico, até algumas freiras desligadas da clausura — ùnicamente à sua custa! [3]

---

[1] Na nota (6) título dos *Oliveiras*, encontra o leitor algumas linhas referentes a êste ponto da história faialense.

[2] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, II, 93

[3] Rebelo, *Notas açoreanas* (*Arquivo dos Açores*, IX, 72)

Acêrca dos seus três consórcios há particularidades, que não sei se deva divulgar, se arrumar na sombra. São de caracter íntimo...

A primeira consorte, perdeu-a cedo, por assim dizer ainda em plena lua de mel.

A segunda consorte morreu finestamente. Achava-se doente de parto, na cama. O médico assistente, numa das suas prescrições, receitou-lhe, diz-se que por equivoco — melhor seria talvez dizer por impericia — um medicamento impróprio, como êle mesmo confessou e foi reconhecido pelos demais facultativos, do que proveio a morte da infeliz senhora. [1]

Quanto ao casamento com sua terceira mulher, segundo reza o termo respectivo, efectuou-se em casa da contraente, por esta estar de cama, em perigo de vida... por virtude de parto.

22) José Pereira da Cunha e Silveira ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 3) ◇ Casou na ilha de S. Jorge, de onde era natural a consorte, fixando ali residência, constituindo dêste modo o tronco dos Cunhas naquela ilha. Foi juiz ordinário nas Velas em 1707 e 1722.

23) João Pereira da Cunha (§ 2.º, n.º 6) ◇ Administrador do vínculo, por direito de primogenitura herdado de seu pai. Morrendo, porêm, solteiro, sucedeu-lhe na administração o sobrinho, filho de seu irmão José Pereira da Cunha.

24) António de Simas Batieiro e Cunha ◈ ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 6) ◇ Façanhudo miguelista, duma rancorosa actividade partidária, que ficou memorável. Consta ter sido quem mais concorreu para a captura do estimado cidadão jorgense João Soares de Albergaria, e de outros liberais.

25) José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 7) ◇ Da mesma sorte que os irmãos, cursou tambem a universidade de Coimbra, obtendo a carta de bacharel na faculdade de filosofia. Era considerado o mais rico proprietário da ilha de S. Jorge, onde era extremamente respeitado, e dispunha de grande influência politica. Foi eleito deputado na legislatura de 1869-71.

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 30

26) José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa ◆ ◆
(§ 2.°, n.° 8)

◇ Habilitado com o curso de agronomia no instituto comercial e industrial de Lisboa. Eleito deputado na legislatura de 1895-97

27) Manuel Inácio do Canto
(§ 3.°, n.° 6)

◇ Nomeado por alvará de 7 de janeiro de 1789 fidalgo cavaleiro da casa rial. [1]

28) Salvador Manuel Brum do Canto ◆ ◆ ◆ ◆ ◆
(§ 3.°, n.° 9)

◇ Bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, passando a exercer a advocacia nos auditórios de Lisboa, onde gozava já de bastante nomeada, e chegaria a ser, sem dúvida, distintíssimo jurisconsulto, se a morte o não houvesse derrubado tão cedo na sua carreira.

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. X, 228

TITULO X

CURRYS

Procedem de **Andrew Curry**, de nacionalidade inglesa, que se estabeleceu na ilha de São Miguel em princípio do século XVIII, transferindo residência pouco depois para o Faial.

§ 1.º

1 **Andrew Curry** — casado com Júlia Curry — (**1**)
Tiveram:

2 **Helena Tomásia Francisca** — c. 30-11-1748 com António Dias dos Santos, natural de St.ª Maria das Covas, comarca de Chaves, nascendo dêste consórcio:

3 **Izabel Feliciana Getrudes Curry** — n. 7-10-1755, m. 16-7-1794, c. 24-12-1786 com José Filipe Ferreira Cabral, m. 18-6-1806 com cincoenta e dois anos de idade. — (**2**)
Tiveram:

4 José Curry da Câmara Cabral, que segue
4 António Curry da Câmara Cabral, n. 5-11-1788
4 Jacinto Ferreira Cabral, n. 20-12-1787
4 João Curry, n. 23-12-1790
4 Helena, n. 23-3-1792
4 Maria Izabel da Câmara Cabral, n. 1-8-1793, c. 12-6-1809 com João Pereira Ribeiro (V. **Ribeiros**, § 1.°, n.° 5)

4 **José Curry da Câmara Cabral** — n. 12-12-1789, m. 13-1-1868; 1.°, c. 21-11-1810 com Ana Cordula de Miranda, m. 19-6-1832 com quarenta e cinco anos de idade (V. **Garcias**, § 4.°, n.° 3) 2.°, casou com Bárbara Joaquina Street, m. 7-11-1871 (V. **Streets**, § 1.°, n.° 5) — (**3**)

Teve do primeiro matrimónio:

5 Alberto Curry da Câmara Cabral, que segue
5 Ana Curry, n. 12-8-1811

Do segundo matrimónio teve:

5 Maria Adelaide Curry, n. 12-12-1841, c. 25-2-1870 com o sobrinho José Curry da Câmara Cabral.
5 Carolina Street Curry da Camara Cabral, n. 1840, m. 2-5-1904, c. 15-3-1866 com Constantino Meschersky, príncipe russo. — (**4**)

Tiveram:

6 Alexandre Meschersky, n. 28-11-1869
6 Waldemar Meschersky

5 **Alberto Curry da Câmara Cabral** — n. 22-7-1812, casou com Mariana Adelaide Rumquist, de nacionalidade sueca, de quem houve:

6 Ana, n. 23-5-1854
6 José Curry da Câmara Cabral, c. 25-2-1870 com sua tia Maria Adelaide Street Curry — (**5**)

NOTAS

1) Andrew Curry ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 1) ◇ São os Currys, como já disse, de origem inglesa, descendentes dêste Andrew Curry, comerciante, que em princípios do século XVIII se passou à ilha de S. Miguel, e tempos depois ao Faial. Caso raro nos do seu país, que primam por nunca se desnacionalizar, aportuguesou êste o nome para André Correa, no que, porêm, como se vê, não foi imitado pelos seus sucessores. Ignoro qual fôsse a terra da sua naturalidade.

2) Izabel Feliciana Getrudes Curry ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 3) ◇ O marido, José Filipe Ferreira Cabral, era filho de João Rodrigues dos Santos e de sua mulher Maria Ferreira da Anunciação Cabral da Câmara, naturais de Guapiranga, cidade de Mariana, Brazil. Formou-se em direito na universidade de Coimbra, e foi o quarto juiz de fora na ilha do Faial, cargo de que tomou posse em 8 de outubro de 1784.

Como juiz de fora, seguiu, ao que parece, os processos em regra usados por estas entidades no exercício das suas funções oficiais — despotismos, arbitrariedades, ganâncias. Todavia não foi considerado dos peores. Pelo contrário, lhano de caracter, soube adquirir a simpatia duma grande parte dos faialenses.

Terminado o periodo da sua judicatura, foi transferido para a ilha da Madeira.

Faleceu na ilha do Faial, onde por fim fixara residência, vitimado por uma congestão cerebral, que o prostrou no leito, inconsciente, por

alguns dias. No inventário que correu por sua morte, os bens do casal foram avaliados na importância de 34:766$874 reis.

3) José Curry da Câmara Cabral (§ 1.º, n.º 4) ◇ Foi na Horta uma das individualidades de maior destaque, do seu tempo. Homem assás inteligente e ilustrado, sem jactâncias ôcas, de aprimorada educação, afável e franco, pela sumptuosidade com que se tratava, marcou uma época brilhante na sociedade hortense.

Os bailes e outras reuniões festivas em sua casa eram freqüentes e sempre famosos. Recebia fidalgamente, continuando assim com honra os proverbiais usos da terra na hospitalidade oferecida a estranhos.

Nisto consumiu os seus haveres, o muito que herdou, o muito que ganhou, e as duas boas fortunas que ambas as consortes lhe trouxeram.

Escolhiam-o sempre para os principais cargos administrativos, sendo por várias vezes presidente da câmara, e fazendo invariàvelmente parte imprescindível de todas as comissões de interesse local.

Foi eleito senador pelo distrito da Horta em 1838.

Era cônsul da Rússia.

4) Carolina Street Curry da Câmara Cabral ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Foi em um dos bailes oferecidos pelo pai à oficialidade dum navio de guerra russo, que Carolina Curry e o príncipe Meschersky se cativaram um do outro — êle enamorado da beleza, talvez ingénua, e modesta gentileza da jóven faialense, ela seduzida pelos mistérios aristocráticos dum principado que vinha de países distantes curvar-se embevecidamente a seus pés.

Os pares prepassavam leves, como um inconsciente adejar de pássaros. No pequeno salão só havia risos, luzes, perfumes, o dolente embalar da música... E quantas, quantas palavras de amor balbuciadas em segrêdo, as mãos estreitando-se, os corpos enlaçados, a voltearem...

O casamento realizou-se um ano depois, quando o príncipe voltou à Horta, sòmente com êsse propósito. Aqui se demoraram ainda cêrca dum ano, ausentando-se em seguida para a Rússia, sem jamais visitarem o Faial.

5) José Curry da Câmara Cabral (§ 3.º, n.º 6) ◇ Por todos os títulos — pelo seu estudo, pelo seu honesto labor, pela sua dedicação — foi uma figura de destaque entre a classe médica portuguesa. Aliando a isto um caracter íntegro, duma afabilidade e duma correcção *vieille roche*, tornou-se em Lisboa, onde sempre residiu, personagem que marcava logar, pela distinção.

Nomeado cirurgião do banco do hospital de S. José, depois elevado pelos seus merecimentos a cirurgião extraordinário e director de enfer-

maria, passou mais tarde a ter o honroso e importante cargo de enfermeiro-mor, a que deixou ligado o seu nome pelos muitos serviços prestados, e que exerceu durante anos, exonerando-se dêle por motivos particularmente politicos, incompativeis com a rijeza da sua dignidade pessoal.

Na escola médica entrou como preparador e conservador de anatomia, passando por concurso ao lugar de lente substituto, e por promoção ao de efectivo, na cadeira de anatomia patológica, depois na de anatomia operatória.

Dr. Curry Cabral

Foi vice-presidente da comissão de propaganda da Assistência Nacional aos Tuberculosos, e correlativamente encarregado da instalação do hospital para tuberculosos, denominado do Rego, o qual, em virtude dos seus disvelados esforços e competência, pode rivalizar com as melhores instituições congéneres, conhecidas.

Membro da *Societá d'Higiene* de Paris e de outras corporações scientificas, tanto nacionais como estrangeiras. Presidente da Sociedade de Sciências Médicas de Lisboa.

Como publicista, notabilizou-se, deixando o seu nome a firmar muitos trabalhos da especialidade scientifica, inclusos em grande parte no jornal *Medecina Contemporanea*, de que foi um dos mais valiosos redactores.

Na galeria dos homens insignes, a par de Sousa Martins, Manuel Bento de Sousa, que muito o consideravam, e que foram seus cooperadores, tem pois o doutor Curry Cabral logar especial, como glória da pátria portugnesa — para orgulho da sua pequenina terra.

TITULO XI

FARIAS

PROVÊEM de **Gaspar de Faria**, de quem desconheço tanto a procedência, como a ascendência. Simplesmente conjecturo ser de origem continental.

§ 1.º

1 **Gaspar de Faria** — m. 1620, casou com Violante d'Utra, m. 27-8-1645 (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 2) — (1)

Tiveram:

2 Gaspar Gonçalves de Faria Bulcão, que segue
2 Sebastião d'Utra de Faria Bulcão, que segue no § 2.º
2 Izabel de Faria, casada com o primo Estácio d'Utra Machado (V. **Utras**, § 3.º, n.º 5)
2 Bárbara d'Utra de Faria, casada com Manuel de Brum da Silveira (V. **Peixotos**, § 1.º, n.º 4)
2 Maria da Cruz
2 Catarina da Conceição } freiras no convento da Glória — (2)
2 Leonor da Conceição }

2 **Gaspar Gonçalves de Faria Bulcão** — m. 8-7-1646, casou com Madalena d'Utra, de quem houve:

3 **Gaspar Gonçalves de Faria Bulcão, o Moço** — m. 24-7-1688, casou com Leonor Vieira, m. 13-10-1685 (V. **Pereiras**, § 1.º, n.º 5) — Tiveram:

4 Francisco d'Utra de Faria Bulcão, que segue
4 Domingos Pereira, m. 1659
4 Manuel de Faria, m. 15-4-1703
4 Violante d'Utra, b. 13-7-1646, m. 11-1-1670
4 Maria Vieira d'Utra de Faria, b. 7-9-1642, casada com António d'Ávila Betencurt (V. **Betencurts**, § 3.º, n.º 2)
4 Ana da Trindade, b. 2-6-1652, freira no convento da Glória. — (3)

4 **Francisco d'Utra de Faria Bulcão** — b. 29-12-1643, m. 31-5-1705, casou com Violante d'Utra Pereira, m. 2-10-1753 com oitenta e cinco anos de idade (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 6) — Tiveram:

5 Francisco Dutra Bulcão, que segue
5 Manuel Dutra Bulcão, n. 13-8-1692, m. 9-8-1773

5 **Francisco Dutra Bulcão** — n. 29-2-1702, m. 25-4-1779, c. 2-2-1733 com Maria Micaela da Conceição, n. 29-9-1707, m. 1-6-1774 (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 7) — Tiveram:

6 Francisco Dutra Bulcão, n. 15-9-1739, m. 1811
6 Gaspar de Faria Bulcão, clérigo
6 José Silveira Bulcão, n. 17-5-1748, casou com Ana Silveira d'Ávila
6 Jerónima Constança da Silveira, n. 4-5-1743, c. 23-1-1766 com António Silveira de Lacerda Pereira Sarmento (V. **Pereiras**, § 4.º, n.º 10)

§ 2.º

2 **Sebastião d'Utra de Faria Bulcão** — (§ 1.º, n.º 2) — m. 8-4-1650, casado com Madalena d'Utra, m. 8-3-1645, de quem houve:

3 Gregório d'Utra de Faria, que segue
3 Violante d'Utra, casada com Luís Silveira
3 Pedro d'Utra de Faria, casado com Catarina Pereira
3 Catarina d'Utra
3 Manuel d'Utra de Faria, casado com Agada d'Utra (V. **Utras**, § 2.º, n.º 8) de quem teve:

4 Catarina d'Utra, casada com Francisco Pereira Sarmento (V. **Utras**, § 3.º, n.º 8)

4 Maria d'Utra de Faria, b. 7-1-1652
4 Francisco d'Utra de Faria, que segue no § 3.º
4 Manuel d'Utra de Faria, b. 4-12-1644, casado com F..., de quem teve:

5 Francisco d'Utra de Faria, casado com Izabel d'Utra, havendo dêste consórcio:

6 Maria de Faria, c. 9-2-1721 com José Furtado de Mendonça (V. **Mendonças**, § 5.º, n.º 3)
6 António d'Utra de Faria, c. 26-12-1756 com Teodósia Inácia

3 Sebastião de Faria Bulcão, casado com Maria d'Ávila (V. **Peixotos**, § 1.º, n.º 6) de quem houve:

4 Ana da Caridade, b. 27-1-1644 } freiras no mosteiro da
4 Maria da Paixão, b. 1-8-1635 } Glória — (4)
4 António de Brum, b. 7-10-1645
4 Antão d'Ávila de Faria, b. 1-11-1628
4 Manuel d'Ávila, b. 20-4-1626
4 Francisco Silveira Peixoto, b. 11-11-1632, m. 14-6-1694, casou com Maria d'Utra
4 Manuel d'Utra de Faria Bulcão, m. 7-1-1729, casou com Maria Silveira, m. 3-12-1747
4 Sebastião de Faria Betencurt, b. 8-11-1637, m. 14-1-1709, casou com Maria Camacha
4 José Silveira, casou em 1660 com Ana Silveira, de quem houve:

5 António Peixoto, frade franciscano
5 Francisco Peixoto, m. 1718, casado com F..., de quem teve:

6 Manuel d'Ávila Peixóto, clérigo
9 Rosa Maria Josefa, casada com António Dutra Pereira
6 Ana Maria da Vitória, morreu em fev. de 1791 } freiras professas
6 Ana Tereza de Jesus } no most. da Glória
6 Catarina Rosa Viterbo }

3 **Gregório d'Utra de Faria** — n. 1626, casou com Maria Pereira, de quem teve:

4 Pedro d'Utra de Faria, que segue
4 Bartolomeu Dutra de Faria

4 **Pedro d'Utra de Faria** — m. 7-9-1711, com sessenta anos de idade, casou com Violante Gomes (V. **Mendonças**, § 1.º, n.º 5) de quem houve:

5 Manuel de Faria Pereira, que segue
5 Jorge de Faria Pereira
5 José de Faria Pereira
5 Pedro d'Utra de Faria, m. 8-6-1742, c. 7-7-1714 com Catarina Duarte
5 Manuel d'Utra de Lacerda, c. 27-2-1713 com Maria do Carmo
5 Inês da Conceição, freira professa no convento da Glória
5 Izabel de Faria, casada com Manuel Roiz Pinhoiro, havendo dêste consórcio:

6 Bárbara de Faria, c. 26-1-1739 com o primo Manuel de Faria Pereira (V. abaixo, n.º 6)
6 Maria Clara, c. 4-2-1741 com o primo Francisco de Faria Pereira (V. abaixo, n.º 6)

5 **Manuel de Faria Pereira** — casado com Luzia Silveira, de quem teve:

6 António de Faria Pereira, que segue
6 Francisco de Faria Pereira, c. 4-2-1741 com a prima Maria Clara (V. acima, n.º 6)
6 Pedro de Faria Pereira, c. 1-8-1740 com Maria Ana Rosa, de quem houve:

7 Izabel Francisca, c. 8-6-1767 com Manuel Silveira Bulcão (V. Bulcões, § 3.º, n.º 8)

6 Manuel de Faria Pereira, c. 26-1-1739 com a prima Bárbara de Faria (V. acima, n.º 6) de quem houve:

7 Manuel Dutra de Faria, m. 23-9-1813, casou com Rosa Tereza

6 **António de Faria Pereira** — m. 7-9-1793 com oitenta e oito anos de idade, c. 1-6-1739 com Izabel do Espírito Santo, nascendo dêste consórcio:

7 João de Faria Pereira, que segue
7 Helena Rosa de Jesus, c. 30-6-1779 com João Silveira Peixoto Vitalobos (V. Ataides, § 2.º, n.º 8)
7 José de Faria Pereira, m. 22-2-1821, c. 19-11-1792 com Ana Felícia de Jesus
7 António Francisco de Faria, casado com Ana Joaquina, de quem houve:

8 António Francisco de Faria, c. 23-10-1815 com Izabel Felícia do Coração de Jesus (V. Bulcões, § 3.º, n.º 9) de quem teve:

9 Maria Izabel de Faria, c. 10-11-1851 com José Silveira Bulcão (V. Bulcões, § 3.º, n.º 9)

7 Manuel de Faria Pereira, casado com Rosa Felícia, de quem houve:

8 José de Faria Pereira, c. 4-2-1826 com a prima Maria de Faria Pereira (V. **abaixo**, n.º 8)

7 **João de Faria Pereira** — n. 2-1-1753, casou com Ana Luiza, nascendo dêste consórcio:

8 António de Faria Pereira, que segue
8 José de Faria Pereira, c. 7-10-1839 com Tomásia Luiza
8 Maria de Faria Pereira, c. 4-2-1826 com o primo José de Faria Pereira (V. **acima**, n.º 8)

8 **António de Faria Pereira** — casou com Rosa Jacinta, de quem houve:

9 António de Faria Pereira, c. 4-11-1850 com Maria Laureana de Vargas
9 Francisco de Faria Pereira, c. 25-10-1858 com Luiza Vitorina do Coração de Jesus

§ 3.º

4 **Francisco d'Utra de Faria** (§ 2.º, n.º 1) — casado com Catarina d'Ávila (V. **Peixotos**, § 1.º, n.º 6) — Tiveram:

5 Manuel de Ávila Peixoto, que segue
5 Francisco Peixoto da Silveira, que segue no § 4.º
5 Inês Antónia da Silveira

5 **Manuel d'Ávila Peixoto** — m. 19-12-1762 com noventa e dois anos de idade, casou com Beatriz da Conceição, de quem houve:

6 Vitória Maria da Silveira Peixoto, que segue
6 Rosa Maria Betencurt, m. 7-7-1773
6 Maria Betencurt, 1.º casou com Lourenço Pereira Bulcão (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 6) 2.º casou com António Silveira Guiarte
6 António de Ávila Betencurt, m. 6-12-1783, clérigo
6 José Silveira Betencurt Peixoto, m. 10-6-1746
6 Tomás António de Betencurt Peixoto, clérigo

6 **Vitória Maria da Silveira Peixoto** — casada com António Roiz Rocha, havendo dêste consórcio:

7 Rita Tomásia Peixoto de Betencurt, que segue
7 Francisco Peixoto Betencurt da Silveira, casado com Ana Severina de Noronha — (**5**)

7 **Rita Tomàsia Peixoto de Betencurt** — c. 5-6-1769 com António Vicente Pimentel de Mesquita, natural da ilha das Flores, onde foi capitão-mor. Tiveram:

8 João Peixoto da Silveira Betencurt de Lacerda, que segue
8 Rita Inácia, freira no convento da Glória
8 Vicente António da Silveira Peixoto, que de Rosa Maria, solteira, teve:

9 Maria, n. 31-8-1801, m. de dias
9 António Vicente, n. 1-12-1807

8 Mariana Balbina Peixoto da Silveira, casada com Francisco José de Freitas Mendonça e Costa, nascendo dêste matrimónio:

9 António Vicente Peixoto de Mendonça e Costa, m. 28-11-1866, na cidade de Ponta Delgada, casou com Maria da Purificação Gaspar Garcia. — (6)
Tiveram:

10 Maria Balbina Peixoto da Silveira, n. 21-8-1845, m. 3-6-1888
10 Francisco Peixoto da Silveira, n. 13-11-1847, c. 17-8-1871 com Idalina Betencurt

8 **João Peixoto da Silveira Betencurt de Lacerda** — n. 17-3-1770, c. 25-10-1819 com Maria Clementina. — (7)
Tiveram:

9 F...
9 F...
9 João Peixoto da Silveira
9 António Vicente Peixoto Pimentel

§ 4.º

5 **Francisco Peixoto da Silveira** (§ 3.º, n.º 5) — casado com Ana Maria, de quem teve:

6 Manuel Silveira de Betencurt Peixoto, que segue
6 António Silveira Peixoto, casado com Maria Bernarda Margarida
6 Maria Francisca da Conceição Peixoto, casada com José Pereira Betencurt. — Tiveram:

7 Francisco Soares da Silveira, clérigo
7 Luís José da Silveira Betencurt, casado com Luíza Josefa da Silveira

7 Maria Laureana da Silveira, m. 5-8-1804 com setenta e seis anos de idade, c. 27-7-1752 com Bernardo Soares de Sousa (V. **Soares**, § 1.º, n.º 6)

6 **Manuel Silveira de Betencurt Peixoto** — m. 18-8-1775 com setenta e cinco anos de idade, casou com Maria de São Bernardo, de quem teve:

7 **Laureana de Jesus Maria** — c. 1-11-1779 com António Garcia Fagundes, nascendo dêste consórcio:

8 **Francisco Peixoto da Silveira** — c. 20-5-1819 com Maria Luiza de Betencurt, de quem houve:

9 **Francisco Peixoto da Silveira** — n. 22-7-1820, c. 25-2-1854 com Senhorinha Alexandrina da Costa, de quem teve:

10 Francisco Peixoto da Silveira, que segue
10 Senhorinha Alexandrina Peixoto, n. 7-4-1856
10 Maria Angela da Costa Peixoto, m. 8-10-1878, casou com António Inácio de Medeiros
10 Inácio Alexandre Peixoto, c. 19-11-1891 com Maria Catarina de Faria
10 Zeferino Peixoto da Silveira, n. 26-4-1865, c. 19-7-1905 com Quitéria Alexandrina da Silveira

10 **Francisco Peixoto da Silveira** — n. 28-3-1908, casou com Emilia da Luz, de quem teve:

11 Francisco Peixoto da Silveira
11 Leonildo da Costa Peixoto
11 Maria Angela Peixoto
11 Senhorinha Alexandrina Peixoto

NOTAS

1) Gaspar de Faria ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 1)

◇ Ignoro completamente a procedência de Gaspar de Faria. Não sei mesmo se há alguma relação de parentesco entre êle e os Farias, que, por origem feminina, figuram no título dos Mendonças. José Cândido d'Avelar, no seu manuscrito de genealogias respeitantes à ilha de S. Jorge, a êste chama Gaspar de Faria Armão, não deixando transparecer as razões em que se fundou. Tal versão, quanto a mim, é algum tanto duvidosa, pois não vejo que semelhante apelido se repetisse uma só vez nos descendentes, caso bastante de estranhar, sendo os Armões, como eram, gente nobre e rica da ilha, e com prosápias de envaidecer quem se lhes enxertasse no nome.

2) Maria da Cruz, Catarina da Conceição, Leonor da Encarnação ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 2)

◇ Freiras professas no convento da Glória, tendo as duas últimas sido dotadas pelos pais, por escritura de 10 de junho de 1608, conforme se declara num título de encabeçamento feito em 13 de agosto de 1754. [1]

[1] Num maço de escrituras do convento da Glória — (Arq. da Rep. distrital de finanças, Horta)

3) Ana da Trindade ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 4) ◇ Freira no mosteiro da Glória, dotada na profissão pelos pais por escritura de 17 de dezembro de 1668. [1]

4) Ana da Caridade ◆ ◆ (§ 2.º, n.º 4) ◇ Professou no convento da Glória, sendo dotada pelos pais por escritura de 23 de julho de 1657. [2] Ficou a chamar-se Tereza de Jesus.

5) Francisco Peixoto B. da Silveira ◆ ◆ ◈ ◆ (§ 3.º, n.º 7) ◇ A consorte era natural da ilha Terceira, filha de Miguel Mauricio Homem da Costa, que dotou a filha para êste casamento por uma escritura de 20-12-1777. [3] Teve Francisco Peixoto carta, passada em 20 de abril de 1781, para o uso de brasão de armas, que constava dum escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Peixotos, no segundo as dos Pereiras, no terceiro as dos Betencurts, e no quarto as dos Silveiras. [4]

6) António Vicente Peixoto de M. e Costa ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 9) ◇ Bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra; eleito deputado às côrtes, em várias legislaturas, e nomeado governador civil do distrito de Ponta Delgada — cargo, digamos de passagem, que parece não ter sido exercido muito a contento dos administrados.

7) João Peixoto da Silveira B. de Lacerda ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 8) ◇ Teve carta passada em 11 de janeiro de 1804, para o uso de brasão de armas: — um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Pimenteis, no segundo as dos Silveiras, no terceiro as dos Peixotos, e no quarto as dos Betencurts. [5]

---

[1] Arq. da Rep. dist. de Finanças da Horta
[2] Idem
[3] Cartório do 4.º ofício, Horta
[4] Baena, *Archivo heraldico*, parte 1.ª, 212
[5] Idem, id., 317

TITULO XII

GARCIAS

Tiveram começo em **João Luís Garcia**, e **Alberto Garcia de Miranda**, residentes na vila da Madalena, Pico, ignorando eu totalmente qual tenha sido a sua ascendência, quer próxima, quer remota.

§ 1.º

1 **João Luís Garcia** — casado com Maria Rosa. — (**1**)
Tiveram:

2 Francisco Garcia Pereira, que segue
2 João Garcia Pereira
2 Brites Garcia, que segue no § 2.º
2 Izabel Garcia, que segue no § 3.º

2 **Francisco Garcia Pereira** — casado com Águeda Pereira de Simas, de quem houve:

3 João de Simas
3 Maria Josefa de Simas Pereira, c. 15-8 1700 com Tomás Pereira de de Lacerda (V. **Pereiras**, § 10.º n.º 6)

3 Maria de S. José
3 Izabel Garcia Pereira, c. 26-10-1693 com o primo Sebastião Garcia da Rosa (V. § 3.º, n.º 2)
3 Ana Maria Francisca, b. 30-12-1688, m. 21-6-1746, c. 20-7-1712 com Francisco Pereira Cardoso (V. **Pereiras**, § 9.º, n.º 4)
3 Beatriz Antónia da Anunciação, c. 28-10-1740 com António de Brum (V. **Betencurts**, § 1.º, n.º 5)

§ 2.º

2 **Brites Garcia** (§ 1.º, n.º 2) — casada com João Francisco, nascendo dêste consórcio:

3 Izabel Garcia, que segue
3 Manuel Francisco Garcia, c. 22-11-1688 com Maria Nunes
3 João Francisco, c. 24-4-1689 com Madalena Roiz

3 **Izabel Garcia** — c. 15-5-1690 com Sebastião Roiz, nascendo dêste consórcio:

4 José Garcia da Rosa, que segue
4 Sebastião Garcia da Rosa, n. 10-10-1696, c. 10-8-1738 com Tereza de Jesus, de quem teve:

5 Frei José das Onze Mil Virgens, egresso franciscano, n. 13-12-1740

4 António Garcia da Rosa, clérigo, m. 27-1-1788 com setenta e dois anos de idade — (2)
4 Manuel da Rosa, n. 15-4-1713
4 Francisco, n. 7-10-1705
4 Bárbara Garcia, b. 25-2-1691
4 Águeda Garcia, b. 25-1-1693
4 Maria da Glória, n. 15-11-1700
4 Izabel Maria dos Anjos, b. 18-5-1695 — (3)

4 **José Garcia da Rosa** — n. 1703, c. 7-3-1734 com Maria Tereza, de quem houve:

5 Manuel Garcia da Rosa, que segue
5 Rosália, n. 28-2-1740 } freiras no convento de Jesus, vila da Praia
5 Maria, n. 8-4-1737 } da Praia da Vitória

5 **Manuel Garcia da Rosa** — n. 1749, m. 22-5-1827, c. 26-7-1789 com Izabel Josefa Forjaz de Lacerda n. 30-5-1758, m. 1-8-1791 (V. **Labats**, § 1.º, n.º 5) — (4)
Tiveram:

6 António Garcia da Rosa, que segue
6 Izabel Josefa Forjaz de Lacerda, c. 25-1-1812 com António Cunha da Silveira (5)

6 **António Garcia da Rosa** — 1.º barão da Areia Larga, n. 1791, c. 21-1-1815 com Maria Izabel de Lacerda, n. 1-8-1800, m. 1857 (V. **Peixotos**, § 3.º, n.º 9)

Tiveram:

7 Manuel Garcia da Rosa, que segue
7 Maria Benedita, n. 15-6-1822 — (6)
7 Izabel Josefa Garcia da Rosa, n. 3-2-1827, m. 9-8-1890
7 Ana Amélia Garcia da Rosa, n. 30-6-1829, m. 10-6-1903
7 Jacinta Luiza Garcia da Rosa, n. 8-5 1831, m. 18-6-1892
7 Maria da Glória Garcia da Rosa, n. 7-8-1832, m. 13-11-1870, c. 21-10-1865 com Manuel Inácio do Canto Brum de Lacerda (V. **Pereiras**, § 4.º, n.º 13)
7 Joana Garcia da Rosa Labat Forjaz de Lacerda, n. 27-9-1841, c. 9-6-1859 com Jorge da Terra Brum (V. **Cunhas**, § 3.º, n.º 8)
7 Manuel, n. 1823, m. 21-10-1824
7 António Garcia da Rosa, n. 20-10-1819, m. 4-1-1867, casou com Maria Izabem, de quem houve:

8 Maria, n. 1856, m. 16-1-1863

7 Luís Garcia da Rosa, n. 14-8-1833, m. 2-2-1906, 1.º casou com Maria da Glória Moreira, m. 10-5-1884; 2.º c. 10-9-1888 com Ana Emília Joaquina Serrão, m. 14-4-1904. Do primeiro matrimónio teve:

8 Antônio Garcia da Rosa, n. 1865: 1.º c. 23-1-1892 com Maria do Carmo Amaral, n. 10-7-1870, m. 18-5-1909; 2.º c. 12-6-1913 com Concoição Mac-Mahon de Wrem, n. 18-12-1880
8 Júlia Garcia da Rosa, n. 19-12-1870, c. 29-4-1889 com Manuel Silveira Ávila de Melo, n. 7-2-1861, nascendo déste consórcio:

9 Luís Garcia Ávila de Melo, n. 27-5-1889
9 Manuel Silveira Ávila de Melo, n. 5-12-1891
9 António Garcia Ávila de Melo, n. 31-4-1903
9 Roberto Garcia Ávila de Melo, n. 15-9-1905
9 Laura Garcia Ávila de Melo, n. 4-8-1893, c. 25-5-1917 com Francisco Rodrigues dos Santos Costa
9 Maria da Glória Garcia Ávila de Melo, n. 7-3-1898, m. 18-3-1898
9 Noémia Garcia Ávila de Melo, n. 9-11-1894
9 Maria Garcia Ávila de Melo, n. 12-4-1899
9 Júlia Garcia Ávila de Melo, n. 2-10-1906
9 Marieta Garcia Ávila de Melo, n. 15-2-1913
9 Adília Garcia Ávila de Melo, n. 10-7-1916

7 **Manuel Garcia da Rosa** — n. 14-10-1825, casou com Ana Izabel da Rosa. — (7)

Tiveram:

8 Manuel Maria Garcia da Rosa, 2.º barão da Arcia Larga, casado com Rita Pereira Horta e Costa
8 Júlia Garcia da Rosa, n. 5-10-1851, casado com João Pinto Guedes, havendo dêste consórcio:

9 José Garcia da Rosa

§ 3.º

2 **Izabel Garcia** (§ 1.º, n.º 2) — casou com Gonçalo da Rosa Vieira, capitão-mor na vila da Madalena (V. **Mendonças**, § 6.º, n.º 4)
Tiveram:

3 Pedro Vieira Garcia, que segue
3 Sebastião Garcia da Rosa, c. 26-10-1693 com a prima Izabel Garcia Pereira (V. § 1.º, n.º 3)
3 Francisco Garcia da Rosa, clérigo
3 José Garcia da Rosa, casado com Angela Rosa de Almeida

3 **Pedro Vieira Garcia** — casado com Maria Josefa da Rosa, de quem houve:

4 **António Garcia da Rosa** — c. 10-2-1750 com Rosa Bernarda (V. § 4.º, n.º 2) — Tiveram:

5 Manuel Garcia da Rosa, que segue
5 António Garcia da Rosa de Miranda, clérigo — (8)
6 João Garcia da Rosa, casado com F...

5 **Manuel Garcia da Rosa** — casado com F...
Tiveram:

6 **Joaquim Garcia da Rosa** — casado com F... de quem houve:

7 **Luciano Garcia da Câmara Terra**

§ 4.º

1 **Alberto Garcia de Miranda** — casado com Joana Maria Clara — (9)
Tiveram:

2 António Garcia de Miranda, que segue
2 Alberto Garcia de Miranda, c. 27-2-1783 com Joana Cordula Verediana, de quem teve:

3 Ana Cordula de Miranda, m. 19-6-1832, c. 21-11-1810 com José Curry da Câmara Cabral (V. **Currys**, § 1.º, n.º 4)

2 Catarina Tomásia
2 Rosa Bernarda, c. 10-2-1750 com António Garcia da Rosa (§ 3.º, n.º 4)

2 **António Garcia de Miranda** — casado com F..., de quem houve:

3 Estácio Garcia de Miranda, que segue
3 Melquiades Garcia de Miranda

3 **Estácio Garcia de Miranda** — casado com Maria Bernarda de Faria, de quem houve:

4 Ana Izabel Garcia de Miranda, m. 30-6-1866 com cincoenta e dois anos de idade, casada com António Silveira de Sá Linhares (V. **Linhares**, § 1.º, n.º 8)

NOTAS

1) João Luís Garcia ◆ ◈ ◆ ◇ Desconheço, como disse, a origem remota dos Garcias. Os dois ramos que aponto, na ignorância tambem se entre um e outro haverá ou não alguma relação de parentesco, tinham residência fixa na ilha do Pico, o que nos arrasta o pensamento para a lembrança de procederem dos Garcias Madruga, fazendo parte daquele morador na Prainha do Galcão, e de quem fala o P.e António Cordeiro na *História Insulana*. Entretanto o facto de alguns descendentes terem adoptado o apelido Pereira faz-nos por outro lado supôr que provèm dos Garcias Pereira, que tiveram inicio na ilha do Faial, com João Garcia Pereira (V. titulo *Pereiras*). São duas hipóteses que, estudadas por qualquer esgaravatador mais destro do que a minha pessoa, talvez se esclareçam.

(§ 1.º, n.º 1)

Tanto João Luis Garcia como a mulher, eram naturais e moradores na vila da Madalena, ilha do Pico. Eram sem dúvida de classificada estirpe, porque os dois filhos obtiveram o cargo de capitão de ordenanças, o que sómente se concedia a pessoas de qualidade.

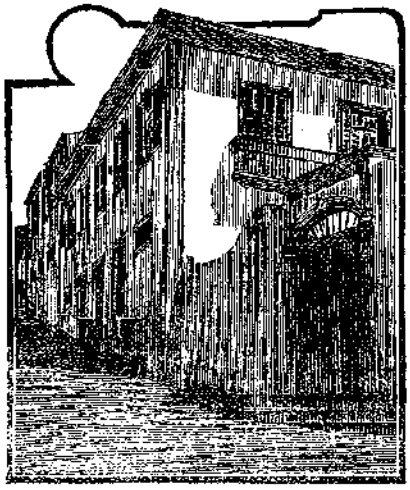
2) António Garcia da Rosa ◇ Emigrou para o Brazil, não sei se antes, se depois de tomar ordens, tendo sido vigário na igreja de Nossa Senhora da Glória, provincia de Minas. Por lá juntou farto cabedal, que comsigo trouxe para a sua pátria, sendo um dedicado protector do sobrinho, Manuel Garcia da Rosa, principalmente mantendo-o a expensas suas duran-

(§ 2.º, n.º 4)

te todo o tempo em que êle cursou a universidade. Morreu na Horta, nomeando o sobrinho, então já corregedor, seu herdeiro universal.

3) Izabel Maria dos Anjos (§ 1.°, n.° 5) ◇ Freira professa no convento da Glória, sendo-lhe feito o dote de profissão por escritura de 27 de março de 1741, outorgada pelo irmão, padre António Garcia da Rosa, então ausente no Brazil, e representado por Frei José de Santa Tereza, frade carmelita, seu procurador. Ficou ela a chamar-se Izabel Josefa de Santo António. Pouco depois da profissão doou todos os seus bens ao referido irmão, por escritura de 5 de julho de 1741. [1]

4) Manuel Garcia da Rosa (§ 2.°, n.° 5) ◇ Desde muito novo, mostrando gôsto pelo estudo, foi logo secundado nessa inclinação por seus pais, depois pelo tio, padre António Garcia da Rosa, que o mandaram habilitar no escasso ensino que então se ministrava na Horta, e de seguida para Coimbra, a tirar formatura em direito. Concluído o seu curso, obteve dentro em pouco despacho nomeando-o juiz para o Faial, cargo de que tomou posse em 17 de dezembro de 1781, e que deixou de exercer por virtude de transferência a seu pedido para a ilha do Pico.



Solar da família Garcia

No exercício das suas funções, procurou sempre usar da lei com inteligência, primando acentuar a sua integridade em todos os actos, quer oficiais, quer na vida particular. Era por vezes tamanho o seu espírito de minúcia, que logo de entrada originou um curioso pleito de pragmática entre dois vereadores da câmara, doutor Manuel Inácio de Sousa, e Francisco Inácio Soares — questão que chegou aos conselhos da coróa, e gravemente circunscrita à primasia de logar nas sessões da vereação, primasia que o primeiro se arrogava, escudado pela sua carta de bacharel, que o segundo reclamava, alegando

[1] Cartório do 4.° ofício, Horta

a sua avançada idade, sobretudo os seus irredutíveis fôros de fidalguia. Um caso de lana-caprina. Querendo o leitor satisfazer acêrca dêle a sua curiosidade, leia a nota (5), título *Soares*.

Dizem que tambem exorbitou, e eu creio. Mas quem, naqueles tempos, por muito honrado e justiceiro que fôsse, se não excedia no mando, nos privilégios, nas ambições?

Desempenhou tambem o logar de corregedor nas ilhas do Faial e Pico.

Os abusos e questões indomáveis da época, por outro lado o seu génio timbroso e não menos a independência que a sua fortuna lhe dava, levaram-o a deixar a magistratura, dedicando-se exclusivamente quási à vida intima. Ainda por várias vezes foi escolhido para cargos da administração local, alguns dos quais recusou, em certas ocasiões, por motivo de doença, sobretudo, o mais certo, por causa das dissenções políticas da época.

Era naturalmente bondoso, o que bem explica o seu feitio em extremo esmoler e paternal, bastante acentuado nos últimos tempos. Razão houve, pois, para o pezar geral que causou a sua morte.

5) Izabel Josefa Forjaz de Lacerda ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 6) ◇ O marido, que foi agraciado com o título de barão da Fonte do Mato, era filho do capitão-mor da ilha Graciosa, Bartolomeu Álvaro Betencurt, e de sua mulher Joaquina Côrte Real.

6) Maria Benedita ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 7) ◇ Foi freira num recolhimento na cidade de Londres, onde faleceu.

7) Manuel Garcia da Rosa (§ 2.º, n.º 7) ◇ Bacharel formado em medicina pela universidade de Coimbra. Estabeleceu-se na cidade de Lisboa, onde exercia clínica, alcançando ao mesmo tempo o lugar de médico da casa rial, funções que sempre cumpriu até à data do seu falecimento, com dedicação e proficiência. Por isso, e justamente pela integridade do seu caracter, mereceu segura estima de todos os monarcas, sendo entidade de boa influência no paço.

8) António Garcia da Rosa Miranda ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 3.º, n.º 5) ◇ Era capelão da ermida do Livramento, no Faial, e professor duma aula de latim estabelecida na casa contigua, do comando militar, ao qual pertencia a mesma ermida.

Este padre sofreu da mania de perseguição, acabando por ter amiudados ataques de loucura, que o levavam a injuriar algumas as pes-

soas devotas que aos domingos e dias santos iam ao Livramento ouvir missa, [1] chegando por vezes a interromper os actos religiosos, para descambar nos seus absurdos. Como mais ou menos subordinado ao comandante militar, fácilmente compreendemos que o julgasse seu inimigo, faltando-lhe ao respeito, o que originou dêste reclamações perante a autoridade eclesiástica, a qual parece ter sido remissa nas providências. [2]

9) Alberto Garcia de Miranda (§ 4.º, n.º 1) ◇ Desconheço tambem a ascendência dêste ramo dos Garcias, conforme disse no começo dêste título. Só sei que tinha morada igualmente na vila da Madalena, ilha do Pico.

---

[1] Arq. da ouv. ecl. (Auto lavrado em 20-8-1816, para inquerição de testemunhas. Não teve seguimento)

[2] Arq. do com. militar.

TITULO XIII

GODINHOS

DESCONHEÇO por completo qual a origem desta família no Faial. O primeiro que descubro, e com sucessão, é **Pedro Dias Godinho**, a quem dou o início dêste título. Outros houve de igual apelido, e anteriormente; mas criaturas dispersas, que não sei mesmo se entre êles e êste Pedro havia alguma relação de parentesco.

§ 1.º

1 **Pedro Dias Godinho** — m. 25-2-1665, casou com Margarida Roiz Bacha. — (1)

Tiveram:

2 Ana Rodrigues, que segue

2 Inês Godinha, casada com Domingos Ferreira, nascendo dêste consórcio:

3 Sebastião Godinho, c. 8-2-1665 com Catarina Duarte

3 Manuel Godinho, casado com Leonor Roiz, de quem houve:

4 Natália Godinho, m. 19-2-1697
4 Frei João da Guia, egresso franciscano
4 Filipa dos Reis, casada com Matias da Silva Moreno, havendo dêste consórcio:

5 Izabel da Conceição
5 Rosa de Santa Maria
5 Maria de São Lourenço
5 Ana de São Tiago
} freiras professas no conv. de S. João

5 António Godinho da Silva, clérigo (22)
5 João Godinho da Silva, clérigo

2 Francisca Godinho, casada com Sebastião Ribeiro, nascendo dêste consórcio:

3 Manuel Godinho Ribeiro, casado com Izabel Rodrigues, de quem teve:

4 *Tomé Godinho Ribeiro, m. 15-4-1704, clérigo*
4 Izabel Roiz
4 Helena da Ascenção, freira no convento de S. João. — (23)
4 Manuel Godinho, casado com Maria de Azevedo

3 António Ribeiro Godinho, m. 27-11-1733 com oitenta e cinco anos de idade. 1.° c. 9-11-1671 com Bárbara Pereira de Mendonça, 2.° casou com Catarina Pereira (V. **Mendonças**, § 8.°, n.° 4) — (24)

Do primeiro matrimónio teve:

4 António Ribeiro Godinho, m. 14-12-1757
4 Manuel Ribeiro Godinho, clérigo
4 Pedro Ribeiro Godinho, clérigo, m. 21-2-1753

Do segundo casamento houve:

4 Maria Pereira Godinho, b. 21-9-1696, casada com João Roiz Matos
4 Ana Inácia Maria, m. 22-4-1761, c. 27-1-1732 com D. João Flores Castil Branco, natural de Angra
Tiveram:

5 Maria Luiza Castil Branco, casada com Mateus José Luiz, havendo dêste consórcio:

6 Maria Izabel Castil Branco, m. 26-12-1860
6 Izabel Delfina Castil Branco
6 Catarina Maria Castil Branco, m. 2-7-1873
6 Maria Madalena Castil Branco, m. 6-9-1878

2 **Ana Rodrigues** — casada com Francisco Gaspar, nascendo dêste consórcio:

3 Baltazar Gaspar Godinho, que segue
3 José Godinho, casado com F... de quem teve:

4 José Rodrigues Godinho, clérigo
4 Catarina do Rozário } freiras professas no convento da
4 Brites do Nascimento } Glória (5)
4 Catarina da Vera Cruz

3 Brites Godinho, n. 1658, casou com Manuel Álvares, nascendo dêste consórcio:

4 António d'Ávila, c. 30-1-1689 com Maria Rodrigues
4 Domingos Godinho, c. 23-1-1689 com Bárbara Rodrigues, de quem houve:

5 Tomé Godinho, c. 13-11-1721 com Ana Maria da Boa Nova

3 **Baltazar Gaspar Godinho** — m. 4-11-1701, casou com Ana Rodrigues, m. 24-4-1708, de quem teve:

4 **Francisco Gaspar Godinho** — m. 12-12-1746 com sessenta e cinco anos de idade, casou com Ana Leite da Câmara — (6)
Tiveram:

5 José Leite da Câmara, c. 27-7-1750 com Clara Mariana d'Ávila Betencurt (V. **Mendonças**, § 8.º, n.º 5)
5 José Leite da Câmara, n. 18-3-1723, clérigo
5 Francisco Cobs da Câmara, n. 11-5-1712, clérigo
5 Luís Leite, n. 21-7-1721, m. 14-7-1728
5 Luís Leite da Câmara, n. 20-12-1730, m. 11-7-1770
5 Antónia Cobs da Câmara, n. 30-5-1716, m. 26-6-1728
5 Tereza Cobs, n. 9-10-1717, m. 24-6-1728
5 Rita Leite da Câmara
5 Ana Cobs Leite da Câmara, n. 19-7-1724, m. 26-1-1788, c. 16-6-1749 com João Rodrigues Gularte Whyton (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 2)
5 Mariana Elísia da Câmara, m. 2-2-1734, c. 8-8-1728 com Manuel de Brum Ataíde (V. **Ataídes**, § 1.º, n.º 7)
5 Quitéria Egiciaca } freiras professas no mosteiro da Glória — (7)
5 Margarida }

NOTAS

1) Pedro Dias Godinho ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 1)

◇ Conforme acabo de dizer, é o primeiro que encontro, dêste apelido, no Faial. Ignoro se tinha posição social de destaque. Devia ser, porêm, pessoa de alguns bens de fortuna, visto que a mulher, deixando razoavelmente herdada a bisneta Natália Godinho, segundo consta do testamento desta, é porque de certo possuia o bastante para ter contemplado primeiro, na mesma proporção, os descendentes mais próximos.

2) António Godinho da Silva (§ 1.º, n.º 5)

◇ Êste padre foi capelão das freiras do convento da Glória desde 1719 a 1738. Contra elas intentou uma acção, que foi sentenceada em 7 de julho de 1741, pela qual foram condenadas a pagar-lhe 533$061 reis de dívida de missas e outros serviços religiosos prestados por êle durante todo o tempo da sua capelania. [1] Pela conta apresentada em juizo, o preço das missas regulava de 120 a 150 reis, cada.

Foi um acinte do reverendo, percebe-se. Nem outra cousa deduzimos da natureza dos serviços alegados: por exemplo, ter acolitado uma

[1] Maço de documentos do mosteiro da Glória (Arq. da Rep. dist. de finanças, Horta

missa de festa a São Jerónimo, ter ministrado algumas vezes o sacramento da comunhão fora das horas usuais, etc. Mas desavieram-se... Então êle levou tudo à conta de sacrifício, e requereu seu direito. Lá tiveram as pobres criaturas que pagar, como moeda bem batida, aquilo que, em consciência, como simples obséquios que foram, não tinha cotação.

O maroto do padre!

3) Helena da Ascenção ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 4) ◇ Freira no convento de S. João. Tomou vêu de noviça em 9 de abril de 1687; a 7 de abril do ano seguinte professou, fazendo-lhe escritura de dote a mãe, então já viuva. [1]

4) António Ribeiro Godinho (§ 1.º, n.º 3) ◇ Era boticário. Segundo apurou o sr. Ferreira de Serpa no seu interessante trabalho *Algumas habilitações de naturais do distrito da Horta para ministros e oficiais da Inquisição*, sabe-se ter sido familiar do Santo Ofício. [2]

5) Catarina do Rosário, Brites do Nascimento ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 4) ◇ Professaram no convento da Glória, sendo de 23 de maio de 1700 a escritura de dote que lhes fez o irmão, padre José Rodrigues Godinho. Pela mesma escritura estabeleceu êle alimentos à outra irmã, Catarina da Vera Cruz, que estava como educanda no referido convento. [3]

6) Francisco Gaspar Godinho (§ 1.º, n.º 4) ◇ Era capitão de navios, e nesse mister parece ter angariado boa fortuna, tratando-se com opulência, à lei da nobreza. A consorte procedia duma família distinta, da oidade de Ponta Delgada.

7) Quitéria Egiciaca ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Foi freira professa no convento da Glória, tendo dote feito pelo pai, em escritura de 15 de novembro de 1740. [4]

---

[1] *Tombo conv. S. João*, liv. 12 (Arq. rep. dist. fin., Horta)
[2] *O Instituto*, vol. 62.º, 244
[3] Maço de escrituras do convento da Glória (Arq. rep. dist. fin., Horta)
[4] Cartório do 4.º oficio, Horta

TITULO XIV

GUTERRES

O primeiro desta familia, que encontrei residindo no Faial, foi **Antão Guterres**, tendo-me sido impossivel apurar qual fôsse a sua procedência e qual a sua ascendência.

§ 1.º

1 **Antão Guterres** — casado com F... — (**1**)
Tiveram:

2 Pedro Guterres Antona, que segue
2 Baltazar Guterres, clérigo
2 Manuel Guterres, m. 17-11-1664, casou com Bárbara Pereira, m. 12-10-1687
2 Izabel Guterres, m. 7-11-1662, casou com João de Torres Antona, nascendo dêste consórcio:

3 Pascoal de Torres Antona
3 Inês da Estrela, freira no mosteiro da Glória

2 **Pedro Guterres Antona** — m. 17-3-1674, casou com Luiza Ferraz — (**2**)

Tiveram:

3 Maria Guterres d'Almeida, que segue
3 Manuel Guterres d'Almeida, clérigo — (3)
3 Pedro Guterres

3 **Maria Guterres d'Almeida** — m. 28-6-1722 com oitenta anos de idade. 1.° casou com João Caldeira Valadão, m. 22-2-1688 (V. **Mendonças**, § 8.°, n.° 4) 2.° c. 30-10-1690 com Manuel Vieira Maciel. — (4)

Do primeiro matrimónio nasceu:

4 Miguel Casado Guterres que segue
4 Matias Guterres, casado com Maria Pereira, m. 19-4-1736
4 Joana Guterres, b. 20-6-1668, m. 14-3-1729, casou com Manuel Luís
4 Ana Maria do Pilar, freira no convento da Glória — (5)

4 **Miguel Casado Guterres** — m. 24-9-1717 com quarenta anos de idade, casou com Vitória Pereira da Silveira, m. 15-3-1758, com setenta anos de idade (V. **Betencurts**, § 2.°, n.° 6) — (6)

Tiveram:

5 Manuel Guterres da Silveira, que segue
5 Tomás António Betencurt, n. 24-11-1713, c. 10-2-1744 com Rosa Bernarda Luiza
5 Francisco Barreto Guterres, m. 5-6-1722
5 José Silveira Guterres, clérigo, m. 13-6-1776

5 **Manuel Guterres da Silveira** m. 4-3-1775 com setenta e dois anos de idade, c. 20-8-1731 com Joana Margarida Inácia da Silveira, n. 21-12-1713, m. 29-4-1791 (V. **Betencurts**, § 2.°, n.° 6) — (7)

Tiveram:

6 Vicente António da Silveira Peixoto Pereira, que segue
6 João Peixoto da Silveira Guterres, que segue no § 2.°
6 Laureana Rosa Francisca de Betencurt, m. 20-8-1795
6 Bernarda, n. 17-1-1739
6 Inácia, n. 26-10-1748, m. 18-10-1764
6 Bernardo, n. 10-9-1735
6 Inácio António da Silveira Guterres, m. 17-8-1817, casou com Clara Inácia da Silveira
6 Jorge Peixoto, n. 13-2-1731, m. 28-2-1828
6 Miguel Peixoto Guterres, n. 21-3-1754, m. 10-11-1823
6 António Xavier de Lacerda Guterres, n. 10-1-1737, m. 8-4-1789, clérigo, beneficiado e mestre de capela na Matriz da Horta
6 José Inácio Betencurt, n. 6-8-1734, m. 29-8-1795, clérigo, beneficiado na Matriz da Horta

6 Francisco Peixoto da Silveira Guterres, n. 27-11-1746, m. 25-3-1816, c. 7-3-1768 com Francisca Joaquina Mariana Brum da Silveira, natural da cidade de Angra, m. 26-8-1798, havendo dêste consórcio:

7 António, n. 23-10-1775
7 Maria Augusta Peixoto da Silveira, n. 22-6-1774, casou com Inácio Soares de Sousa (V. **Soares**, § 1.º, n.º 7)

6 **Vicente António da Silveira Peixoto Pereira** — n. 10-6-1733, m. 7-11-1807, casou com Ana Vitória Leite Ataíde Bracamonte, m. 2-9-1810 (V. **Pereiras**, § 9.º, n.º 6) — (**8**)
Tiveram:

7 Francisco Manuel Guterres, que segue
7 João de Deus, n. 29-9-1776
7 Domingos Guterres Bracamonte, n. 4-8-1784, m. 11-6-1861, clérigo — (**9**)
7 Manuel Guterres — (**10**)
7 Vicente Guterres Bracamonte, m. 24-11-1849
7 Ana Maria, n. 10-4-1775, m. 3-10-1809
7 Inácia Guterres Bracamonte, n. 17-2-1774, m. 9-10-1834
7 Joana Guterres, n. 11-4-1772, m. 11-8-1840

7 **Francisco Manuel Guterres** — n. 13-10-1770, m. 24-8-1844, c. 10-5-1810 com Leonarda Luiza de Melo (**11**)
Tiveram:

8 Ana Guterres, n. 12-13-1818, m. 7-7-1853, c. 4-10-1851 com Laureano de Sequeira (V. **Pais**, § 3.º, n.º 6)
8 Joana Guterres, n. 19-7-1822, c. 24-11-1859 com Manuel Carlos Whyton (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 6)
8 Francisca, n. 3-10-1813
8 Leonarda Guterres, n. 10-1-1814, m. 26-2-1897, c. 21-8-1834 com José Maria Whyton (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 6)

§ 2.º

6 **João Peixoto da Silveira Guterres** (§ 1.º, n.º 6)—n. 12-1-1750, m. 3-7-1817, c. 26-7-1779 com Mariana Ursula Teles, n. 28-2-1747, m. 17-5-1819 (V. **Utras**, § 3.º, n.º 10) nascendo dêste consórcio:

7 Ana Izabel Teles, que segue
7 Luiza Teles Peixoto, n. 4-2-1795, m. 7-9-1868
7 Mariana Teles Peixoto, n. 2-7-1793, m. 28-2-1844
7 Úrsula Teles Peixoto, n. 25-10-1798, m. 20-2-1886

7 Francisca Úrsula Teles, n. 5-5-1784
7 Inácia Delfina Teles, n. 1-10-1790
7 Maria Teles, n. 8-5-1782, m. 19-4-1856
} freiras no conv. de S. João
7 António Teles, n. 12-4-1781
7 João, n. 13-8-1789
7 José, n. 3-1-1792
7 Manuel, n. 26-6-1783

7 **Ana Izabel Teles** — n. 26-8-1787, m. 11-2-1885, c. 4-8-1806 com Gonçalo Rodrigues Palhinha. — (**12**)
Tiveram:

8 João Peixoto da Silveira Palhinha, que segue
8 Gonçalo Rodrigues Palhinha, n. 5-7-1821
8 Miguel Peixoto Guterres Palhinha, n. 18-11-1814
8 José Teles Palhinha, n. 21-6-1817, casou com Inácia Guilhermina, de quem houve:

9 Aurélia Teles Palhinha, casada com o primo Gonçalo Rodrigo Palhinha

8 Mariana Palhinha, n. 3-6-1807, casou com Manuel da Câmara Lima, natural da cidade de Angra
8 Maria Teles, n. 1-11-1809, freira no convento de S. João
8 Úrsula Teles Palhinha, n. 22-12-1815, m. 17-8-1901
8 Francisca Izabel Palhinha, n. 4-5-1812, m. 24-7-1873
8 António Teles Peixoto Palhinha, n. 8-10-1813, casou com Maria Delfina Cabral, natural da cidade de Angra, de quem teve: — (**13**)

9 Ana Teles Peixoto Guterres Palhinha, casada com Silvano Gago da Câmara
9 Maria Izabel Palhinha, casada com Augusto Fournier
9 Miguel Peixoto Palhinha, casado com Maria de Mendonça
9 Gonçalo Rodrigo Palhinha, casado com a prima Aurélia Teles Palhinha, de quem houve: — (**14**)

10 Rui Teles Palhinha, casado com Ester de Carvalho Silva — (**15**)

8 **João Peixoto da Silveira Palhinha** — n. 22-8-1808, casou com Mariana Luiza de quem teve:

9 Josuina Peixoto Palhinha, casada com António Homem Gularte, natural da cidade de Angra
9 Luiza Teles, freira no convento de S. João

NOTAS

1) Antão Guterres ◆ ◆ ◆ ◇ Conforme disse no começo do presente título, o mais remoto indivíduo dêste apelido que encontrei, durante o decurso das minhas pesquizas, residente na ilha do Faial, foi Antão Guterres, com assento e terras de lavoura na freguesia chamada Ribeira dos Flamengos (hoje simplesmente freguesia dos Flamengos). Quanto à sua procedência nada consegui apurar. Será de origem genuinamente portuguesa? Pessoa qualificada?

(§ 1.º, n.º 1)

O que podemos aventurar, sem cubicarmos talvez muito com a verdade, é não terem os Guterres trazido costado de alto timbre que lhes valorizasse a estirpe. Afidalgaram-se por virtude das suas ligações matrimoniais. Uma prova bem clara está na justificação dada por Vicente António da Silveira Peixoto Pereira para o uso de brasão de armas, na qual apenas se alega a nobreza dos Betencurts, dos Pereiras, dos Silveiras, dos Peixotos, ao passo que acêrca de Guterres nem pio.

Entretanto eram pessoas de alguma importância, tomando parte na governança da terra, como por exemplo o filho dêste Antão Guterres, e o neto, Pascoal de Torres Antona, nomeados, o primeiro vereador, e o segundo procurador do concelho em janeiro de 1663.

Nos vários documentos consultados, tenho lido o apelido Guterres de diferentes modos: — Guterres, Gutterres, Gutierres, Guttieres, Guttierrez. Fixou-se a primeira fórmula. Foi a que adoptei.

2) Pedro Guterres Antona (§ 1.º, n.º 2) ◇ Foi nomeado escrivão e tabelião na ilha do Faial em 1652. [1] Serviu de procurador do concelho na vereação de 1655.

3) Manuel Guterres d'Almeida (§ 1.º, n.º 3) ◇ Licenceado em teologia pela universidade de Coimbra, e protonotário apostólico. Foi síndico do convento da Glória, no Faial.

4) Maria Guterres d'Almeida (§ 1.º, n.º 4) ◇ O primeiro, marido, João Caldeira Valadão, herdou do pai o logar de escrivão dos órfãos na ilha do Faial. A propriedade dêsse ofício fôra concedida à mãe dêle, quando enviuvou, por carta de 7 de novembro de 1663, em conseqüência de ter ficado com cinco filhos, todos debaixo da sua administração e vivendo em pobreza, devendo o emprêgo ser exercido pelo filho mais velho (dito João Caldeira Valadão) sendo apto. [2]

5) Ana Maria do Pilar ◆ ◈ (§ 1.º, n.º 4) ◇ Freira no convento da Glória. Dotada na profissão pela mãe e padrasto, por escritura de 7 de maio de 1693. [3]

6) Miguel Casado Guterres (§ 1.º, n.º 4) ◇ Por ter ficado Maria Guterres, a mãe dêle, quando enviuvou, pobre, com quatro filhos, sem bens alguns com que os pudesse alimentar, foi-lhe concedido por alvará datado de 27 de novembro de 1690, o logar de escrivão dos órfãos, que pertencera ao marido, para ser exercido pelo filho mais velho, êste Miguel Casado Guterres, o qual obteve a mercê efectiva do cargo por provisão de 10 de junho de 1710. [4]

7) Manuel Guterres da Silveira (§ 1.º, n.º 5) ◇ Por ter a mãe, Vitória da Silveira, ficado viuva e pobre, com oito filhos, de quem era tutora, sendo dêles

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. V, 16 v.
[2] Ib., 260
[3] *Tomb. conv. Glória*, liv. XIX (Arq. rep. dist. fin., Horta)
[4] *Reg. cam. da Horta*, VIII, 68

o mais velho, êste Manuel Guterres da Silveira, foi-lhe feita mercê do logar de escrivão dos órfãos, que pertencera ao marido para a pessoa do dito seu filho primogénito, sendo permitido, durante a menoridade dêle, Vitória da Silveira nomear serventuário ao ofício, isto em virtude de ter representado que carecia dos emolumentos do cargo para sua sustentação. [1]

Manuel Guterres fez renúncia, em vida, do referido emprêgo a favor do filho Francisco. [2] Quando faleceu, o filho Vicente representou, requerendo o logar, com fundamento de ser mais velho, no que foi, porêm, desatendido. [3] Que exemplo de fraternidade!

8) Vicente António da Silveira Peixoto Pereira ◈ ◈ ◈ (§ 4.º, n.º 1)

◇ Requereu o uso de brasão de armas, que lhe foi concedido por carta de 10 de novembro de 1749. [4]

Não foi, porêm, criatura que muito ilustrasse os pergaminhos. A vida particular, que mostrou, nada teve a recomendá-lo à consideração dos coetaneos, e muito menos a nós seus julgadores.

Já aquele caso, que ha pouco citei, de querer esbulhar o irmão do ofício de escrivão dos órfãos, revela um caracter de fraco quilate.

Dava-se ao vício da bebida, de que abusou desmedidamente e sem pejo, chegando a andar embriagado pelas ruas, aos tombos e a cair, meio imbecil, a ponto dos filhos lhe perderem o respeito, censurando-o em pleno público, algumas vezes escarnecendo-o truanescamente, como a um estranho. Não foram poucas as ocasiões de ter sido levado para casa, em braços, sem dar acôrdo de si, e num estado de imundície, que bem demonstrava quanto rebolara pela terra dos caminhos. Perdeu a capacidade de administrar a casa, sendo por fim submetido a uma tutoria, de que a mulher foi curadora. [5]

Em casa, debaixo da embriaguez, praticava verdadeiras loucuras, armando desordens constantes, com a mulher, com os filhos, a toda a hora. Á mesa disparatava, a ponto de arremeçar com a louça e tudo que tinha á mão. Maltratava a esposa, como se fôsse uma escrava, batendo-lhe, atirando-a ao chão com empurrões. Para fugir aos seus furo-

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. VIII, 70 v.
[2] Idem, XII, 115
[3] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 69 v.
[4] *Reg. cam. Horta*, liv. IX, 212
Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 72

res, a pobre senhora tinha muitas vezes que fugir de casa, a procurar refúgio junto da irmã casada com Francisco António d'Ávila, quando não era altas horas da noite, em que ela, por exemplo, estando no campo (na frèguesia dos Flamengos) teve de se esconder, dormindo num palheiro. Chegou a investir de espadim armado para o filho mais velho, que acudira, em uma ocasião de grande desaguisado, a favor da mãe.

Moveu-lhe a consorte perante o fôro eclesiástico, um processo por sevícias, [1] no qual foram testemunhados todos êstes factos, que não sendo, muito embora, motivo para divórcio, no dizer da sentença, ficaram todavia evidentemente demonstrados para nosso juizo sôbre a personalidade do reu.

9) Domingos Guterres Bracamonte ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 5)

◇ Foi vigário na Praia do Almoxarife, passando depois a beneficiado da Matriz da Horta.

Muito afeiçoado aos princípios constitucionais, chegando a ser considerado suspeito de revolucionário, foi tambem atingido por um célebre processo de devassa contra alguns eclesiásticos, ao qual me refiro no titulo *Betencurts* (nota 25) quando da chamada *revolta do castelo*, em 4 de novembro de 1829. Nada se provou, nenhuma condenação sofrendo, portanto.

10) Manuel Guterres ◆ ◆ (§ 2.º, n.º 7)

◇ Êste não resvalou no mesmo vicio do pai e dos irmãos; mas desceu a mais, porque roçou pelo crime.

Para obter a seu favor a disposição testamentária duma tia, em logar dela apresentou ao tabelião, numa cama outra mulher. Frustrado, porêm, o plano, teve que homisiar-se, indo para a ilha de São Miguel. Ali tinha um tio, homem rico, com fama de agentário, de quem captou as simpatias e com quem passou a residir. Certo dia, com pasmo geral, rebenta a nova de que tentara envenená-lo. É preso, instaurado processo. Perante a ouvidoria eclesiástica da Horta requereu investigação abonatória do seu procedimento religioso, que lhe correu favorável, mas que de pouco ou de nada lhe serviu. [2] Afinal foi condenado a degredo para as ilhas de Cabo Verde, onde faleceu. [3]

11) Francisco Manuel Guterres (§ 1.º, n.º 7)

◇ No dizer de Garcia do Rozário, [4] êste foi dos filhos de Vicente António

---

1 Arq. da ouv. ecl., Horta
2 Ib.
3 Rozario, *Memoria genealogica*, ms., 72
4 Ib., idem

aquele que mais se revoltava contra o pai pelos seus actos de mau chefe, recriminando-o, injuriando-o até, sem nenhuma medida de respeito, mesmo em plena rua, logo que o encontrava perdido de bebado, aos tombos, num amplo esbracejar, incessante e vago. Mas quiz o destino — o destino irónico — que nêle se repetisse a degradação do pai. No último periodo da existência caiu, como êle, no mesmo vicio, e como êle dando em público os mesmos constantes e burlescos espectáculos. A fôrça da heriditariedade. O público, recordando as injúrias dele ao pai, então dizia: — castigo da Providência.

12) Ana Izabel Teles ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 7) ◇ O marido, Gonçalo Rodrigues Palhinha, era natural de Santa Eulália, Elvas, e formado em medicina pela universidade de Coimbra, no ano de 1798, vindo para o Faial no mister da sua profissão, que exerceu durante largos anos.

13) António Teles Peixoto Palhinha ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 8) ◇ Tomou parte muito activa na vida politica em Angra do Heroismo, após a implantação do regimen constitucional, sendo investido nas funções de secretário da junta governativa formada em 1847. Foi um dos fundadores do emanário politico *O Terceirense*.

14) Gonçalo Rodrigo Palhinha (§ 2.º, n.º 9) ◇ Foi escrivão de fazenda em Angra do Heroismo, passando depois a delegado de tesouro em Ponta Delgada, dai em Portalegre e Santarem.

15) Rui Teles Palhinha ◈ (§ 2.º, n.º 10) ◇ Bacharel formado em filosofia pela universidade de Coimbra, cuja carta lhe deu o logar de professor no liceu de Santarem, onde exerceu diversos cargos administrativos. Dali passou a professor e reitor do liceu de São Domingos, em Lisboa, e lente da escola politecnica, tendo exercido ao mesmo tempo, com notável proficiência diversas e importantes comissões relativas aos serviços de instrução.

TITULO XV

LABATS

DESCENDEM de **Jacques de Labath**, natural de Arrochela, França, de onde se passou, com a familia, na segunda metade do século XVII, à ilha do Faial.

§ 1.º

1 **Jacques de Labat** — casado com Ana Verta — **(1)**
Tiveram:

2 **Gedeão de Labat** — m. 8-12-1707 com sessenta e três anos, casou com Maria de Faria da Silveira, m. 1-12-1726 com sessenta anos de idade (V. **Utras**, § 3.º, n.º 7) de quem teve:

3 Diogo de Labat, que segue
3 André de Labat, cónego e arcediago na Sé de Angra
3 António de Labat, b. 2-7-1677
3 Pedro de Labat, m. 12-12-1698, com doze anos de idade.
3 Ana Maria da Vitória, freira professa no mosteiro de S. João. — **(2)**
3 Teodósia Pereira

Diogo de Labat - - n. 1684, m. 13-4-1744, casou com Izabel Felicia de Lacerda, m. 3-4-1757 (V. **Pereiras**, § 8.°, n.° 7)

Tiveram:

4 André Francisco Vandraga Forjaz Labat, que segue
4 Brioianjo Rosa Vitorina, n. 8-5-1730
4 Francisca Ursula Izabel
4 Rosa Felicia, n. 3-6-1725
} freiras professas no mosteiro de S. João
4 Jerónima Narcisa
4 Inácia, n. 19-6-1726, m. 12-6-1727
4 António, n. 1-9-1727, m. 23-1-1728
4 Diogo José
4 Francisco, n. 12-9-1731
4 Francisco Pereira de Lacerda, n. 26-3-1743, m. 19-9-1774
4 João Pereira Forjaz de Lacerda, n. 25-10-1730, frade carmelita, na Horta
4 José Francisco de Lacerda Labat, n. 23-7-1740, m. 19-11-1780, casou com Ana Maria de quem houve:

5 José Francisco de Labat Lacerda, c. 22-6-1788 com Aurélia Luiza Clara Ribeiro (V. **Ribeiros**, § 1.° n.° 3) nascendo déste consórcio:

6 Lúcio de Lacerda Labat, n. 29-4-1797, m. 28-6-1837
6 Maria de Lacerda Labat, n. 3-10-1790, m. 28-5-1857, c. 8-4-1816 com António Silveira Bulcão (V. **Bulcões**, § 2.°, n.° 9)

André Francisco Vandraga Forjaz Labat — n. 1733, m. 5-1-1792, casou com Maria Feliciana Betencurt Marramaque Lacerda, m. 13-12-1832 (V. **Ataides**, § 1.°, n.° 9) — Tiveram:

5 António Labat de Lacerda, que segue
5 André, n. 2-3-1776
5 José, n. 1777
5 Gedeão, n. 13-3-1774
5 Gonçalo de Labat Marramaque Pereira Forjaz, n. 11-11-1770 — (**3**)
5 Manuel Jacinto Labat, m. 10-11-1829, c. 24-6-1800 com Luiza de Ornelas Frazão Figueirôa, m. 3-2-1858 com setenta anos de idade. — (**4**)
5 Ana Joaquina Labat, n. 10-5-1759
5 Maria, n. 29-6-1760
5 Mariana, n. 1767, m. 1-8-1771
5 Izabel Josefa Forjaz Labat, n. 30-5-1758, m. 1-8-1791, c. 26-7-1789 com Manuel Garcia da Rosa (V. **Garcias**, § 2.°, n.° 5)
5 Rosa Mariana Labat Marramaque, n. 2-6-1760, c. 11-8-1800 com Joaquim Pereira de Lacerda Forjaz (V. **Silveiras**, § 3.°, n.° 11)
5 Mariana Paula Labat, n. 1779, m. 11-4-1862, freira professa no convento da Glória — (**5**)

António Labat de Lacerda — n. 19-11-1763, m. 6-3-1836, casou com Mariana Clementina Moniz, natural da cidade de Angra, m. 23-5-1847 — (**6**)

Tiveram:

6 António de Labat, que segue
6 Maria Leonor do Carmo Labat, n. 15-7-1802, m. 23-4-1880, c. 24-1-1825 com Manuel Inácio de Araújo (V. Araújos § 1.º, n.º 10)
6 Mariana Pusia de Mesquita Labat, n. 7-6-1806, m. 9-4-1858, casou com João Pedro da Silveira Mesquita, natural da vila das Velas (viuvo duma prima dela, Mariana Furtaz, filha de sua tia Rosa Mariana Labat Marramaque) o qual m. 13-4-1871 com setenta e nove anos de idade, nascendo déste consórcio:

7 António de Labat Mesquita, n. 8-8-1831, m. 11-7-1885. De Maria da Glória, solteira, teve:

8 João de Labat Mesquita, n. 7-5-1865, c. 14-4-1890 com Henriqueta Augusta de Vargas, de quem houve:

9 Alice, n. 9-7-1905, m. 18-2-1909
9 Zimmera de Mesquita, n. 23-12-1895
9 João de Mesquita, n. 9-3-1900
9 Artur de Mesquita, n. 26-4-1901, c. 27-10-1932 com Edna Nunes, havendo déste consórcio:

10 Melvin, n. 11-11-1913

8 António de Labat Mesquita, n. 18-10-1870, c. 17-6-1891 com Margarida Leonarte, de quem houve:

9 António de Labat Mesquita, n. 20-4-1892, c. com Maria Amélia da Rosa, nascendo déste consórcio:

10 António, m. ao nascer
10 António, n. 8-5-1924

9 Albertina de Mesquita, n. 14-9-1893

8 Mauricia de Labat Mesquita, n. 28-2-1864, casou com João Caetano Nunes de Lacerda (V. Pereiras, § 8.º, n.º 12)
8 Mariana de Labat Mesquita, n. 1-6-1869, m. 13-2-1901, casou com João Maria de Oliveira, nascendo déste consórcio:

9 António, n. 12-10-1901, m. 12-6-1906
9 Adolfo, n. 15-9-1893, m. 10-4-1894
9 Adolfo Mesquita d'Oliveira, n. 23-10-1899
9 Edwina d'Oliveira, n. 9-9-1892

6 **António de Labat** — n. 7-1-1808, m. 7-3-1838, c. 10-5-1837 com Maria Madalena Linhares, n. 21-1-1804 (V. Linhares, § 1.º, n.º 8) — (7)

NOTAS

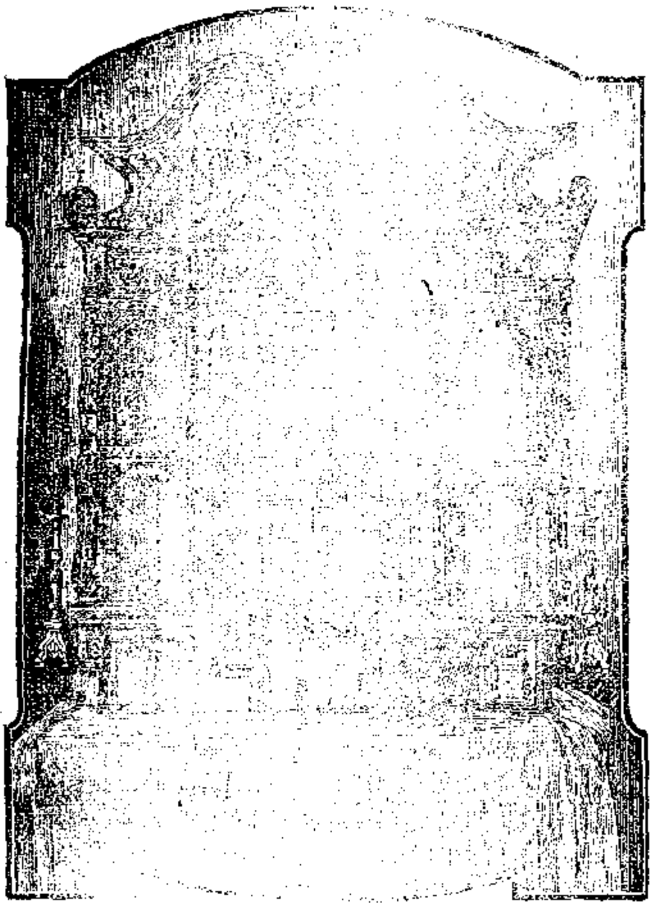
1) Jacques de Labat ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 1) ◇ Como disse, foi o primeiro que, dêste apelido, houve na ilha do Faial, onde se estabeleceu a comerciar. Mercador e homem de negócio: assim o classificam alguns documentos coevos.

2) Ana Maria Vitória ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 3) ◇ Freira professa no convento de S. João. A mãe legou-lhe por testamento 35 alqueires de trigo, renda anual, que, por morte dela, iriam ao irmão Diogo.

3) Gonçalo de Labat Marramaque Pereira Forjaz ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Uma das figuras grotescas na Horta, outrora. Essencialmente grotesca pelo que dele a tradição, de fala em fala, nos conta.

Assás curto de espírito, não menos escasso de ilustração, valentava-se pelo seu sanhudo miguelismo, sempre operoso, e pela beatice conjunta de que todos os do partido se faziam gala. Um dêsses seres inconscientes, que a vaidade entufa, em regra aproveitáveis para se lhes impingir a maçadoria de serviços banais, quando não são alguns de má saída, ou sem saída. Por cima de tudo era gago.

Algumas vezes serviu de vereador, na falta de entidades competentes, que de tal cargo se eximiam para fugir a situações deprimentes, enrêdos, malquerenças, semeados sem cessar naquela época de política agitada, ressumbrando ódios capazes de derrear os mais cautos. Por facciosismo, a tudo se prestava, sem nenhum reparo, antes parvamente enlevado.



[illegible]

[illegible]

O desembargador Monteiro Torres, que veio à Horta sindicar a respeito da chamada *revolta do castelo*, [1] procedendo a uma larga devassa, célebre pelas perseguições movidas, achou em Gonçalo Labat um adequado manequim para aquilo que, nem a escrivão ou meirinho, quiz cometer, e encarregou-o de prender o corregedor Miguel Maria Borges da Câmara (V. tít. *Arriagas*) também acusado de benevolências a favor dos constitucionais. Êste,

---

[1] No título *[illegible]*, nota (29) deixo traçado êste interessante trecho da história faialense

hábil, sabedor, o homem de espírito, a baralhar não sei quantos artigos da lei, farton-se de explorar o caso, divertindo-se com o pobre Gonçalo, que andou em bolandas, apatetado, entre o poderio do sindicante e a chalaça jurídica do corregedor.

No fundo, o seu miguelismo reduzia-se a instintivos contentamentos sanguinários, de resto muito temperados ainda pela moral daquele tempo. Os outros tambem eram assim.

Preguntou-lhe alguem, em certa ocasião, que noticias se tinham recebido de Lisboa pelo brigue *Senhora da Saude*, ancorado na véspera, ao anoitecer. Vivia-se então num sobressalto, como vendados, aqui solitários, nestas paragens longinquas. Ficaçado Labat ereseen; luziram-lhe os olhos num regosijo de alviçareiro; e na imbecilidade do seu sorrir, esfregando as mãos, informou com perversidade:

— Ma...mnais dez *mi*...*malhados* enforcados!

Referia-se à tragédia de 7 de maio de 1829, no Porto.

Foi êle talvez quem mais concorreu para aquela mesquinha fama que se criou acêrca da inteligência dos Labats. No final de contas, com verdade ou sem ela, os fatos pareceram confirmá-lo. O próprio irmão dêste, António Labat, apêzar da sua carta de la charel, jamais deu sinais de subtileza, ou da qualidade do seu saber, antes, pelo contrario, vemos ter sido personagem nula. Teve a mãe uma frase ingénua que define conceituosamente o caso.

Era presidente da câmara António José d'Ávila, depois Duque d'Ávila e de Bolama, então rapaz, já com a sua formatura em filosofia, quando pela primeira vez chegou à Horta D. Pedro IV. Sôbre o cais dirigiu a Sua Majestade o discurso de boas-vindas. Então a viuva do morgado Labat, entre *despeitada e compungida*, exclamava para as visitas:

— O filho de Manuel Jose na câmara, a falar ao Imperador, e os nossos meninos aqui em casa!...

4) Manuel Jacinto Labat ◈ (§ 1.º, n.º 5)

◇ Luiza de Ornelas, a consorte, foi baptizada na cidade de Londres, e era filha de Aires de Ornelas e de Maria Felicia, naturais da ilha da Madeira, e residentes na Horta, Faial.

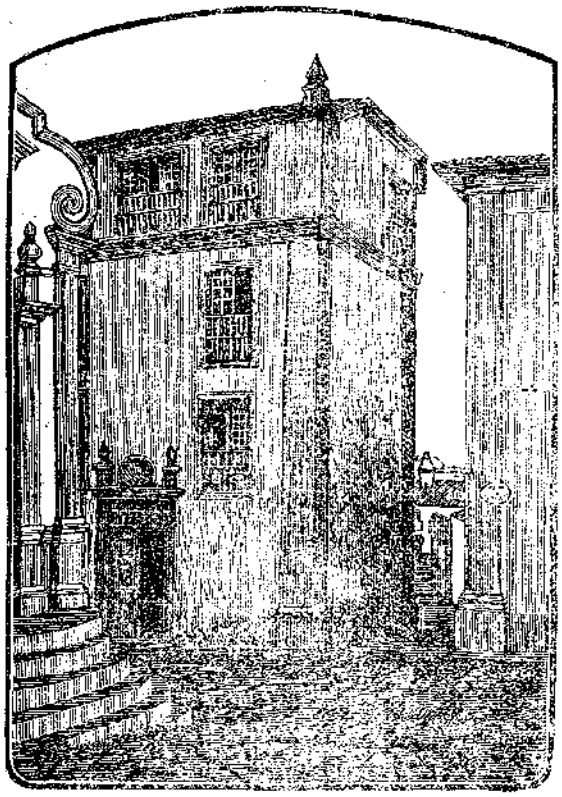
Teve Luiza de Ornelas uma irmã, que vive sempre em sua companhia, chamada Maria Leopoldina de Ornelas, senhora muito ilustrada, e de muita leitura, que foi no seio da sociedade faialense, então particularmente culta, uma distinta poetisa. Ernesto Rebelo dedicou-lhe uma das suas páginas biográficas. [1]

---

[1] E. Rebelo, *Arch. dos Açores*, V, 347

5) Mariana Paula Labat (§ 1.º, n.º 5)

◇ Deixou o seu nome assinalado romanticamente nos fastos conventuais faialenses. Foi ela que se evadiu do convento, certa noite, de parceria com outra monja, Rosa Lima de Melo, sua companheira íntima de cela, caso algo picaresco, que Ernesto Rebelo aproveitou para a urdidura duma das suas imaginosas anedotas históricas. [1] Picaresco e de grande falatório.



Portaria do convento da Glória — Rua da Carrasca

Não nos custa nada acreditar que êste sucesso escandaloso houvesse inspirado a célebre carta que o bispo D. José Pegado dirigiu à comunidade do mosteiro da Glória em 3 de junho de 1809, proibindo conceder palratório a *hereges*, homem ou mulher; e quando por acaso, nas grades ou portaria, algum se encontrasse, as madres abadessa, porteiras, rodeiras, escutas, logo mandassem recolher as religiosas e fôssem as portas fechadas. [2]

Carece, porêm, a narrativa — novela, digamos — de Ernesto Rebelo, duma pequena rectificação. Não porque eu venha triunfante e infalível, audazmente alçado sôbre documentos inéditos; pelo contrário, sigo também na esteira da tradição, e mais ou menos acomodando-me ao molde fantasioso de Ernesto Rebelo; todavia, porque de pessoa velha, informada sem dúvida por via

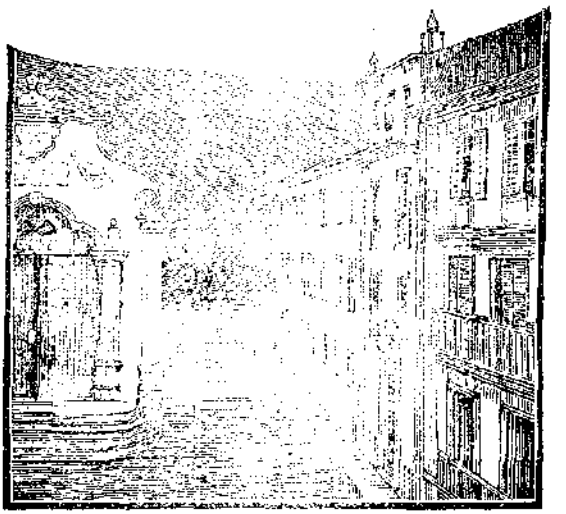
---

[1] *Notas açoreanas*, vol. II
[2] *Arch. dos Açores*, IX, 464

diversa da que teve Ernesto Rebelo, alcancei ha anos esclarecimentos ora ignorados, e que melhor definem o caracter desta freira, Mariana Labat, julgo não ser desconchavo repetir com sua variante a romanesca história.

Vamos lá.

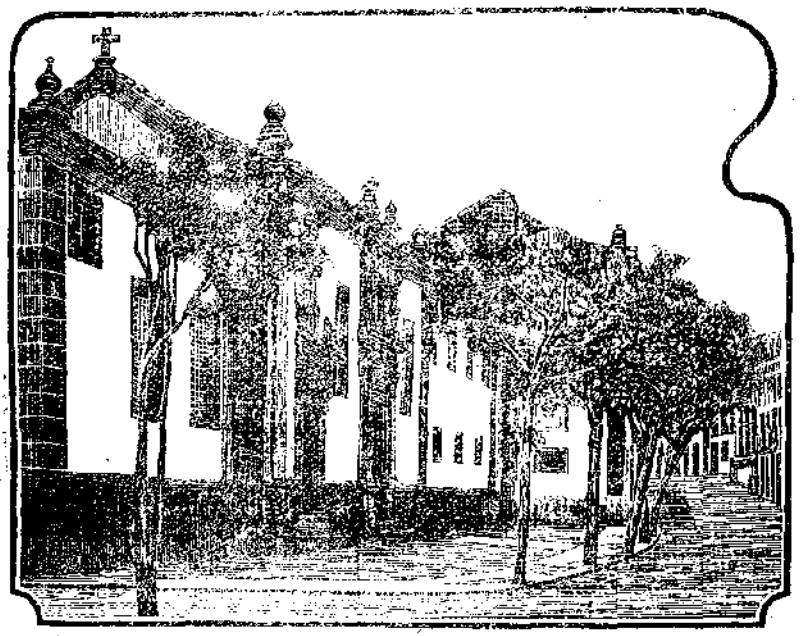
Toda a gente médiamente instruida nas particularidades da vida monástica de ha um século a dois, sabe muito bem que os palratórios dos conventos de freiras, em certos dias — *dias de grade* — eram o ponto de reunião preferido pelas pessoas de boa roda, tanto do logar, como forasteiros. Ali se ventilavam todos os sucessos locais, os mais infimos, da vida pública e particular, se declamavam versos mediocres, ora madrigalescos, ora satíricos, numa melopeia enfática, se murmuravam mil frases ambíguas de galanteio; ali se merendava com deleite as indigestas guloseimas conventuais, e o belo chá aromático em loiças finas da Índia; — e emquanto uns ofereciam às madres abadessa, vigária, ou definidoras, o rapé das ricas bocetas ornadas de miniaturas, ou com incrustações de madrepérola, que iam e vinham em pequenas pás através das grades — outros trocavam ardilosamente, com alguma freirinha menos dada ao recolhimento da oração, olhares profundos, duma eloqüência sonhadora, sorrisos, acenos...



Convento da Glória

Tinha chegado à Horta, a tomar refrêsco e a refazer-se da derrota, uma corveta da marinha de guerra inglesa. Na forma do costume, o comandante encontrou nas *grades* dos conventos da Glória e S. João afável acolhimento — êsse proverbial e cortês acolhimento que a sociedade hortense dispensava sempre, que sempre dispensou a todos os visitantes. Notou-se, porém, que, pelo palratório da Glória, êle tinha uma tal ou qual predilecção. Visitava-o a miude, a pretexto de qualquer coisa — a pretexto de nada, emfim. E parecia não ter pressa de continuar a viagem.

Ah, não tinha, não. Prendiam-o os lindos olhos cintilantes de Rosa de Lima... Ela, que ali fôra enclausurada à viva fôrça, representando-se quási uma tragédia, por assim dizer, no dia da sua profissão,[1] fácilmente tambem se deixou cativar pelos encantamentos daquele rosto moço que lhe sorria, presa dum sonho imenso de esperanças, de ventura. Pactuaram um amor indissolúvel, em terras de melhores leis — humanas, protectoras.



Igreja (do convento da Gloria)

Então veio a ideia essencial da fuga. Misteriosamente combinada

---

[1] Pouco antes de começarem os actos religiosos, estando a igreja já apinhada de povo, num repente, aferrando-se de mãos crispadas às grades do côro, onde se via reunida toda a communidade, bradou em voz alta e angustiada:

— Saibam todos que não quero professar!... Obrigam-me a isso!...

Foi um borborinho de escândalo em todo o templo. O pai correu ao palratório, e ali, convocando a desditosa à sua presença, ameaçou-a de morte com o espadim.

— Professo!... — exclamou aterrorisada a rapariga — mas tambem juro a meu pai que será por pouco tempo!... — Rebelo, *Notas açoreanas*, II, 90

Rosa de Lima contava uns 25 anos. Nascera em 30 de maio de 1783 e era filha de Lino José de Melo e de Inácia Luiza, moradores na rua da Praça (actual alameda Barão de Rochos) na casa hoje n.º 26

entre os dois, passou êle para dentro, num prato de farelórios devolvido, e sob as dobras do guardanapo, a lima que devia cortar as grades da janela. A Mariana Labat, companheira de cela, e confidente dos seus amores, contou Rosa de Lima o seu plano, induzindo-a, como era natural, para melhor segredo e exito, a associar-se na empresa. Falou-lhe em liberdade, eu calculo, na alegria e beleza do mundo, sem a condunação eterna da clausura, talvez no confôrto da existência junto dum coração amante... Mariana Labat, pouco mais velha que a outra, mas de entendimento acanhado e ingénuo, tudo aceitou.

Porta principal da igreja da Glória

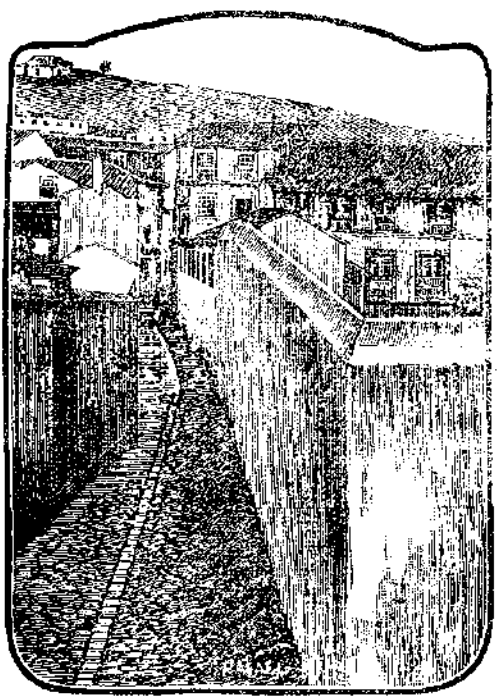
Que dias torturantes de ancicdade, confrangida a alma, como na véspera dum crime, devium ter passado as duas, ao aproximar-se o momento decisivo, sobretudo quando altas horas, no silêncio da noite impenetrável, serravam cautamente, a pouco e pouco, os ferros da janela!

Chegou a noite marcada. Na rua da Carrasca, estreita e tortuosa, entre a construção alta do convento e os muros negros duns quintais, a escuridão era profunda. Apenas em casa do doutor Manuel Gonçalves Mauricio,[1] que fazia esquina com a rua de Cima (actual rua Serpa Pinto) em uma das janelas deitando para a Carrasca, bruxoleava a débil claridade duma candeia, ou talvez de luz votiva

[1] No canto onde é o mercado geral

diante de algum sinal milagroso. Nem rumor, nem sombra de gente, se percebia.

Rosa de Lima, que já tinha afastado os varões de ferro, esperava. A certa altura sentiu alguem aproximando-se. O coração pulsava-lhe doidamente. Prestou atenção, chamando pela companheira, que orava; — e logo assomou à janela, onde o pequeno sinal combinado, se fez ouvir. Quási se não distinguiam, em baixo os vultos cautelosos. Uma voz conhecida perguntou em tom velado e breve:



Rua da Carrasca

— *Are you ready?*

Yes — respondeu ela, confiante.

E despenhou-se, corajosamente, indo cair sôbre um panno de lona, que alguns marinheiros da corveta sustinham aberto. Imediatamente se achou nos braços do namorado — e ambos, sem mais nada esperar, se afastaram a passos rápidos, ainda numa precipitação medrosa, para o areal em frente à Boa Viagem, onde estava um bote, que de pronto os conduziu a bordo.

No entretanto Mariana Labat, sempre timida, vacilante no decidir, temendo atirar-se daquela altura (uns sete metros, quando muito) foi dentro amarrar uns lençois, pelos quais descesse com segurança, escorregando. Demorou-se, porèm, numa indolencia inconcebivel, perturbada pela comoção. Os marinheiros, que nenhum proveito colhiam da aventura, impacientes de esperar, e talvez receiando ser surpreendidos, ou ainda por suporem que nada mais tinham que fazer ali, retiraram-se. A freira, afinal preparada, empoleirou-se no peitoril, enrolou ainda, num instinto de pudor, os vestidos entre os joelhos, e desceu: — descia vagarosa, sempre bem aferrada aos lençois — quando, de repente, já a meia altura, êstes se desataram, e foi estatelar-se, rolando, sôbre a calçada da rua soturna e deserta. Olhou em tôrno, chamou... Nada. Ninguem! Na Boa Viagem,

para onde se dirigiu apavorada e velozmente, e que sabia ser o ponto aprazado para o embarque, nenhuma embarcação, nem viv'alma. Mas esperou, esperou ainda, numa já baldada esperança. Que angústia sentiria a pobresinha, ao ver-se assim, perdida e só, à mercê das bocas do mundo! Choron amargamente...

De madrugada, pessoa caridosa, que a conheceu, e a quem ela narrou o sucedido, amparou-a, recolhendo-a em sua casa, e dando imediatamente os passos necessários para tudo se remediar sem maior descrédito. Não se falou de outra coisa em toda a vila, naquele dia. Entretanto apezar do escândalo, ela regressou sem grande embaraço ao convento, fingindo-se porêm molesta, com a fractura duma perna, para entrar de novo na tranquilidade da sua cela, e não ser metida de castigo no *in pace*. Era uma inocente criatura. Toda a comunidade, compreendendo o malfadado passo, se enterneceu pela sorte da infeliz freira, lhe perdoou, caindo assim o crime, a pouco e pouco, no esquecimento.

Mariana Labat foi iludida, não me resta dúvida. Ela assim o pensava tambem, segundo ouvi a alguem que conversára com ela. A outra queria era libertar-se, como foi sempre seu projecto desde que professou, e para tudo correr mais fácil e precatado, fez a recapanheira sua cúmplice. Nem de outro modo se explica a circunstancia em que Mariana Labat *ficou na ocasião da fuga, sem que os vizinhos* uma pessoa qualquer viesse de simples recado, ou por curiosidade, saber dela, procurá-la — sem que a fugitiva, a outra, a feliz, mesmo nos dias lédos da existência, que teve, segundo consta, jamais lhe enviasse repetidas palavras de agradecimento, de amizade. Se foi para a felicidade... A outra regressou ao esmorecimento da vida, nas sombras da clausura.

Mas não se finou lá. Quando da extinção das ordens religiosas, Mariana Labat passou a viver no século, e foi nesta situação que morreu, em idade já provecta, num senil enfraquecimento do cérebro.

6) Antonio Labat de Lacerda (§ 1.º, n.º 5) ◇ Formado em direito pela universidade de Coimbra, sendo, pela sua jerarquia, muito considerado na Horta, onde exerceu diversos cargos públicos.

Na vida conjugal, porêm, parece que o criterio andou arredio. Isto imagino em presença dum processo [1] que a consorte lhe moveu, acusando o de maltratá-la com injúrias, e de estar separado dela, vivendo

[1] Arq. da ouv. ect., Horta

na parte sul da casa [1] em companhia da mulher, e duma filha do seu quinteiro, chamada Ana, esta, e contando cêrca de vinte anos. Estamos a descobrir aqui uns amores seus, não lhes parece? A consorte requereu para ser depositada em casa do capitão-mor, seu visinho, José Francisco da Terra, o que se efectivou no dia 15 de outubro de 1821. Talvez se harmonisaram, porque, por despacho de 22 de dezembro de 1823, foi o capitão-mor desonerado dêsse depósito.

António de Labat foi encontrado morto na cama, fazendo-lhe a família um pomposo funeral, e distribuindo numerosas esmolas pelos pobres.

Instituiu por herdeiro, e testamenteiro, dos seus bens adquiridos, José Vicente de Sousa o tal seu quinteiro. Vamos lá, não foi de todo desagradecido à condescendência do servo.

7) António de Labat (§ 1.º, n.º 6)

Padeceu da monomania da perseguição, chegando a considerar os de casa no número dos seus imaginários inimigos. Raro saía à rua, porque por toda a parte encontrava ameaças de morte, sangue a manchar todas as coisas, portas, árvores, muros, as pessoas que encontrava, sangue escorrendo pelos canaviços, aos borbotões, a ensopar-lhe os pés, como água num ribeiro!...

Foi enterrado no logar da demolida igreja do convento de São João, que estava servindo de cemitério provisório.

[1] A morada da família Labat era constituída pelo prédio actualmente n.º 20 na rua D. Pedro IV (então rua da Misericórdia) e por uma parte anexa, de construção muito mais antiga, baixa, e que dava acesso à residência — uma soturna entrada e escadaria, tudo em tagaimento de pedra negra. Essa parte, recentemente demolida para edificação da actual casa n.º 27, era ignota do lado sul a que se refere o processo

TITULO XVI

LEITES

PROCEDEM de **João Rodrigues Leite**, que aparece no Faial em começo do século XVI, e que era filho de Rodrigo Afonso e de Margarida Fernandes Leite.

§ 1.º

1 **João Rodrigues Leite** — 1.º casou com Francisca Nunes; 2.º casou com Ana da Silveira, m. 1610 (V. **Terras**, § 1.º, n.º 3) — **(1)**

Teve do primeiro matrimónio:

2 **Domingos Gil**
2 **Margarida Gil**

Do segundo matrimónio houve:

2 **João Rodrigues Leite, o Moço**, que segue

2 **João Rodrigues Leite, o Moço** — n. 1559, m. 3-5-1625, casou com Joana Brum da Silveira (V. Peixotos, § 1.º, n.º 4) — (**2**)

Tiveram:

3 António Brum da Silveira, m. 1638, casou com Luzia da Silveira, m. 6-10-1637 (V. **Terras**, § 1.º, n.º 3) — (**3**)

3 Francisco Gil da Silveira, m. 8-4-1639, casou com Helena Buim, m. 2-7-1665 (V. **Mendonças**, § 1.º, n.º 4) — (**4**)

3 Francisca Nunes da Silveira, casada com Fernão Furtado de Mendonça, m. 16-1-1685 (V. **Mendonças**, § 1.º, n.º 4)

3 João Rodrigues Leite — (**5**)

3 Gaspar da Silveira Leite, m. 30-9-1632, casou com Violante d'Utra Albernaz (V. **Pereiras**, § 10.º, n.º 3) — (**6**)

Tiveram:

4 Bárbara da Silveira Leite, m. 12-12-1657, freira professa no convento de S. João. — (**7**)

NOTAS

I) João Rodrigues Leite (§ 1.°, n.° 1)

◇ Diz Garcia do Rozário [1] não haver noticia alguma da sua naturalidade e ascendência: mas que, embora não descenda dos Leites, de França, nem dos Leites de entre Douro e Minho, sempre se deve presumir que não era homem de nascimento humilde. Assim creio. Sabem todos quanto antigamente um casamento fidalgo era contrato melindroso, exigindo como condição essencial que ambas as partes tivessem a colorir-lhes as veias sangue do mais vivo tom celeste. Ora João Rodrigues Leite, e descendentes, consorciaram-se com a primeira nobreza da terra; não resta portanto dúvida que eram gente considerada, e provindo de elevada estirpe.

A primeira consorte de João Rodrigues Leite, Francisca Nunes, era filha de Francisco Gil, natural da provincia da Beira e de sua mulher Maria Nunes d'Utra, que se julga descender do primeiro donatário do Faial. Teve uma irmã, Margarida Gil, que foi casada com o primeiro capitão-mor da ilha do Faial, Diogo Gomes da Silveira (V. *Silveiras*, § 2.°, n.° 3)

[1] *Memoria genealogica* ms., 3 v.

João Rodrigues Leite e a primeira consorte por testamento de mão-comum, vincularam as propriedades que possuiam em Pedro Miguel; a segunda consorte instituiu igualmente outro vinculo em terras tambem situadas na dita frèguesia. [1]

2) João Rodrigues Leite, o Moço (§ 1.º, n.º 2) ◇ Êle e a mulher, em testamento de mão comum com data de 25 de abril de 1619, legaram a terça a seus filhos e filha, para ser gosada por todos sucessivamente, durante três anos cada um, passando por morte do último ao neto de nome Jorge, filho do seu filho António de Brum. [2] Por um codicilio feito em 6 de fevereiro de 1625, João Rodrigues deixou às suas netas Barbara e Joana — filhas do mesmo António de Brum, que criou como filhas suas, e que o pai destinou para freiras — 25 alqueires de trigo por cno, a cada uma. [3]

3) António Brum da Silveira (§ 1.º, n.º 3) ◇ Por virtude do seu casamento com Luzia da Silveira, foi o continuador da linha vincular dos Terras. Nesse titulo, pois, se deve procurar a sua descendência.

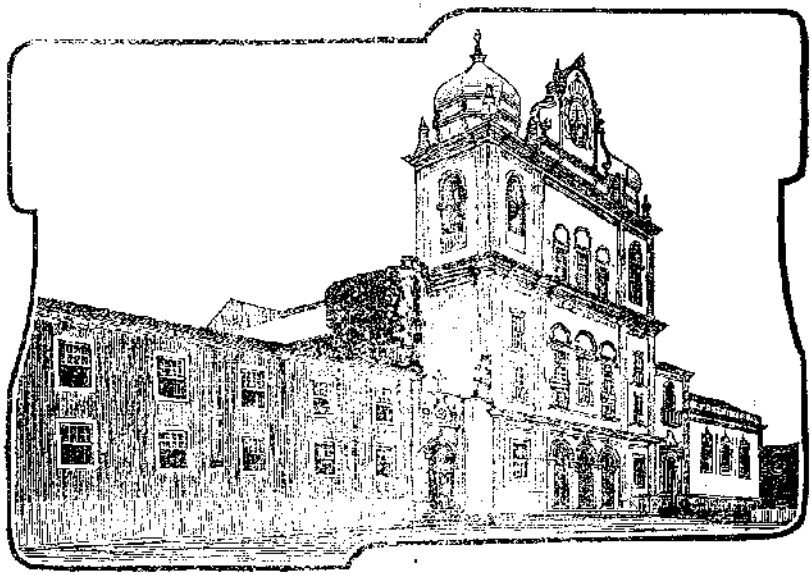
4) Francisco Gil da Silveira (§ 1.º, n.º 3) ◇ Foi capitão-mor e governador das ilhas do Faial e Pico, e por provisão de 24 de abril de 1620 ouvidor das justiças nas duas referidas ilhas. [4]

Os dois, por testamento de mão-comum em 8 de abril de 1639, fundaram uma ermida com invocação da Senhora da Boa Nova, no mesmo sitio, segundo consta, onde é a capela-mor da actual igreja do Carmo, nomeando para administrador dela seu sobrinho Francisco Gil e descendentes. Helena Buim, depois de viuva, por uma escritura de 20 de dezembro de 1651, revogou o referido testamento, quanto à sua parte, e doou todos os seus bens para a fundação dum hospicio, depois convento do Carmo, movida, diz-se, pelo intuito caridoso de terem na Horta agasalho, em todos os tempos, os frades carmelitas que passavam frequentemente pelo Faial com destino ao Brazil, os quais, entretanto, na casa dela, emquanto viva, encontraram sempre hospitalidade.

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 4 v.
[2] *Tomb. Misericórdia da Horta*, liv. III, 178
[3] Idem, I, 200 v.
[4] *Reg. cam. Horta*, liv. II, 146

Requereu ela a Sua Majestade, que logo concedeu a sua aprovação em alvará de 9 de setembro de 1612; no ano seguinte, com data de 30 de novembro alcançou a necessária licença do provincial da Ordem, que incumbiu Frei Fabião dos Reis, ex-provincial da Ordem no Brazil, quando em regresso, passando pelo Faial, de aceitar a fundação, o que assim se realisou por escritura de 22 de dezembro de 1651. Começou logo a construção, tomando posse da casa um padre e um irmão leigo, como hospedeiro dos frades que transitavam pela Horta. Por virtude de



Convento e igreja do Carmo

novas doações, aumentando os rendimentos, trataram em 1678 de ampliar o convento, dando início no ano de 1698 às obras do espaçoso templo que hoje existe, cujo frontespício só ficou concluido em 1797.

Outros devotos concorreram para aquela elegante fábrica. O altar de Jesus-Maria-José foi instituido por António de Lacerda Pereira; [1] o do Santissimo pelo arcebispo de Goa, D. António Taveira de Neiva Brum. [2]

---

[1] Vide nota (54) tit. *Pereiras*.
[2] Vide nota (22) tit. *Brums*

Um ascendente do morgado Terra construiu a capela de Santa Filomena, em cujo retábulo se encontra esculpido o brazão de armas particularmente adoptado.

Para padroeiros e administradores, nomeou a instituidora seus sobrinhos Francisco Gil e Jorge da Terra, filhos de seu cunhado António de Brum, e por morte deles, os seus ligitimos herdeiros, com preferência masculina. [1] Assim sucedeu, achando-se por isso o padroado, nos últimos tempos, em obediência a essa sucessão, adstrito à administração da casa vincular dos Cunhas.

Era obrigação fazer-se anualmente a festa de Nossa Senhora da Boa Nova e de Nossa Senhora do Carmo, com sermão.

O aludido testamento constava do tombo daquele mosteiro — livro bastante valioso para esclarecer certas obscuridades de outrora, mas que o conhecido desleixo oficial português deixou extraviar, numa talvez magna inconsciência de varredor, que nem olha para o papel que a vassoura leva aos empurrões na degradação do lixo! Eu não lhes sei descrever, leitores, a desordem nem a pobreza da maioria dos arquivos que rebusquei. Parece que andaram a saque. A pontapé têem andado alguns pela certa.

Edificou-se o convento, e entraram os frades na usofruição do legado. Uma das condições impostas, como principal, era que, se em algum tempo do mundo o convento deixasse de existir, por maneira que os religiosos não pudessem dar cumprimento às disposições da doadora, voltariam os bens à posse dos administradores nomeados. Na verdade, de certo momento em diante, o convento acabou com a extinção das ordens religiosas; mas os bens... O leitor está talvez imaginando que foi muito difícil descobrir a quem pertenciam. Engana-se. Houve logo um dono, senhor de todas as faculdades e de todo o direito, que tomou sem demora conta deles — o Estado. O morgado José da Cunha, que, por sucessão, se considerou herdeiro de facto, alegando não serem adquiridos nem de doação definitiva, mas sim uma usofruição, os bens de Helena Brum — reclamou. Serviu-lhe de muito! Obteve sentença favorável em primeira instância, lavrada aos 25 de novembro de 1842; — daí a pouco, porém, — nem outra coisa era de esperar — foi ela revogada pelo supremo tribunal de justiça. [2] O país achava-se mendigo, arrasado pelo esforço liberal...

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 3; Macedo, *Hist. das quatro ilhas*, I, 132
[2] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 5 v.

Francisco Gil e Helena Buim foram sepultados na capela do Santíssimo, da igreja da Matriz velha, em campa própria, com a seguinte inscrição: *Sepultura do capitão-mor Francisco Gil da Silveira que faleceu em 8 de abril de 1639 e de sua mulher Helena Buim da Silveira.*

5) João Rodrigues Leite ◈ (§ 1.º, n.º 3) ◇ Garcia do Rozário não cita êste no número dos filhos de João Rodrigues Leite, o Moço, e de sua mulher Joana Silveira. Admiro-me. Lendo o codicilio [1] que o pai fez ao testamento, encontrei com surpresa mais êste filho que o testador indica claramente, por sinal lembrando-se da alma dele com o benefício duma capela de missas. Não compreendo como e que Garcia do Rozário errou, tendo lido, como parece, aquele documento.

6) Gaspar da Silveira Leite (§ 1.º, n.º 3) ◇ Violante d'Ulra Albernaz, a consorte matrimoniou-se em segundas núpcias com Bartolomeu Madruga Vieira, natural de Angra do Heroísmo, e naquela cidade faleceu.

7) Bárbara da Silveira Leite (§ 1.º, n.º 4) ◇ Religiosa no mosteiro de São João, onde professou aos 3 de fevereiro de 1647, sob o nome de Bárbara de São Francisco, fazendo escritura de dote a si própria. [2] Como era menor e órfã, requereu prévia licença de Sua Majestade que lhe foi dada em provisão de 7 de setembro de 1646, tendo também alcançado antecipadamente bula de Sua Santidade permitindo-lhe a admissão no convento, embora estivesse preenchido o número de freiras professas.

Por outra escritura com data de 6 de novembro do mesmo ano, [3] doou ela todos os seus bens herdados dos pais e tios, António de Brum e Francisco Gil. A doação foi a favor do primo Jorge da Terra da Silveira, para correr na linha do filho mais velho, em vínculo perpétuo; quando, porém, êle não tivesse filhos, passaria a doação ao outro seu primo Francisco Gil, em iguais condições; caso ainda êste não tivesse descendência, iria então tudo à Santa Casa da Misericórdia. Doou a seus primos Jorge da Terra e João Rodrigues, a casa que herdou dos pais com a

---

1 *Tomb. Misericórdia, Horta*, liv. I, pag. 200 v.
2 *Tomb. conv. S. João*, liv.
3 *Tomb. Misericórdia, Horta*, liv. III

cláusula de meia capela de missas, por alma de seu avô capitão Luiz Fialho; às primas freiras, Bárbara do Rozário e Joana do Rozário, 10 alqueires de trigo a cada uma; ao tio Roque Dias Alvernaz quatro pipas de vinho; à prima Margarida Gil, filha de Manuel Silveira Vilalobos, vinte cruzados para brincos; a um menino, Ballazar Pinheiro, irmão do padre Frei Carlos, «quanto baste para um vestido; etc.»

TITULO XVII

LINHARES

DESCENDEM de **Duarte Fernandes Linhares**, cuja naturalidade e ascendência eu desconheço, e que, do continente do reino, se passou à ilha do Faial em fins do século XVI.

§ 1.º

1 **Duarte Fernandes Linhares** — casado com F..., de quem teve (1)

2 Luzia Duarte de Linhares, que segue
2 Belchior Fernandes Linhares, clérigo

2 **Luzia Duarte de Linhares** — casou com Gregório da Silveira Evangelho (V. **Peixotos**, § 1.º, n.º 4) Tiveram:

3 João da Silveira Peixoto, que segue
3 António da Silveira Evangelho, casado com Maria Burla
3 Francisco da Silveira
3 Catarina Evangelho, m. 9-1656

3 **João da Silveira Peixoto** n. 20-10-1689; 1.º casou com Maria de Almauça d'Utra, m. 13-7-1686; 2.º, casou com Ana Brum da Silveira, b. 5-10-1664 (V. **Peixotos**, § 1.º, n.º 7) — **(2)**

Do primeiro matrimónio houve:

4 António da Silveira Linhares Peixoto, n. 21-8-1710 com cincoenta e oito anos de idade, c. 29-11-1674 com Joana Pereira de Ataíde Marramaque, m. 22-10-1705 (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 5) — **(3)**
4 Estêvão da Silveira
4 João da Silveira
4 Tomás da Silveira, b. 2-1-1686
4 Izabel da Natividade
4 Maria dos Serafins — freiras professas no convento da Glória
4 Luzia do Espírito Santo

Do segundo matrimónio teve:

4 **António Dutra da Silveira Linhares Betencurt** — n. 1689, m. 5-1-1729, casou com Antónia Luiza Joana do Carvalhal — **(4)**

Tiveram:

5 João António da Silveira Linhares, que segue
5 José, n. 28-7-1720, m. 7-6-1728
5 António, n. 30-2-1724, m. de mêses
5 Maria, n. 21-7-1712
5 Ana de Sta António, n. 24-6-1715, freira no convento de S. João
5 Antónia Joana Luiza do Carvalhal, n. 15-11-1740, c. 21-3-1731 com António Botelho de Sampaio, natural da ilha de S. Miguel

5 **João António da Silveira Linhares** — n. 21-3-1719, m. 29-12-1776, casou com Maria Margarida Sebastiana Betencurt, m. 22-9-1768 com sessenta anos de idade. — **(5)**

Tiveram:

6 António Silveira Linhares Carvalhais Cota Falcão, que segue
6 Ana Margarida Linhares, m. 15-7-1767
6 Bernarda Luiza Carvalhais
6 Luiza Antónia, m. 4-11-1766
6 Policena Luiza

Fora do matrimónio houve:

6 Eugénia Tomásia Linhares, n. 13-2-1757, c. 5-5-1786 com Tomás Inácio da Silveira. — **(6)**

6 **António Silveira Linhares Carvalhais Cota Falcão** — m. 11-8-1783 com quarenta e quatro anos de idade, c. 30-11-1769 com Francisca Inácia Luiza da Silveira Soares de Noronha Betencurt, n. 25-6-1753 (V. **Soares**, § 1.º, n.º 7) Tiveram

7 João António da Silveira Linhares, que segue
7 Antónia, n. 8-1-1775, m. 16-9-1776
7 Antónia Madalena, n. 5-12-1778 } freiras professas no mos-
7 Maria Madalena, n. 16-1-1775, m. 2-9-1845 } teiro de S. João
7 Luiza Soares Linhares, n. 1-2-1783
7 Bernardo, n. 23-3-1781, m. 5-3-1782
7 F..., n. 11-2-1771, m. de dias
7 João, n. 12-1-1772
7 Sebastião, n. 13-3-1780, m. 19-3-1782
7 Manuel Peixoto, n. 30-12-1836, frade carmelita
7 António Silveira Linhares, n. 10-7-1777, m. 28-11-1854: 1.º c. 16-11-1816 com Maria Teodolina da Silveira, m. 16-2-1824: 2.º, c. 1851 com Catarina Tomásia d'Oliveira. Do primeiro consórcio teve:

8 Maria Teodolina Linhares, n. 23-8-1821, m. 1-4-1882, casou com Manuel Machado Soares (V. **Soares**, § 4.º, n.º 9)
8 Francisca da Silveira Linhares, n. 17-12-1819
8 António da Silveira Linhares, n. 19-9-1822
8 Casemiro da Silveira
8 Joaquim António Linhares, n. 10-2-1824, m. 10-12-1883, casou com Luiza Soares Machado, m. 11-11-1883 (V. **Soares**, § 4.º, n.º 9) nascendo dêste consórcio:

9 Ana Linhares Soares, n. 14-10-1857, m. 20-3-1880
9 Manuel Linhares Soares, n. 6-1-1860, m. 23-12-1880
9 Maria Linhares, n. 20-12-1861, m. 24-9-1905, casou com José Alexandre de Melo, n. 9-7-1857, m. 10-9-1882, havendo dêste consórcio:

10 Manuel Linhares de Melo, n. 24-4-1882, m. 31-10-1900

9 António Linhares de Melo, n. 22-6-1866, m. 7-10-1896
9 Teófila Soares Linhares, n. 8-7-1873, m. 7-7-1896
9 Luiza Soares Linhares, n. 2-5-1870
9 Olímpia Soares Linhares, n. 1-8-1872
9 Evangelina Palmira Linhares, n. 2-10-1868, m. 13-6-1903, casou com Venceslau Maria de Melo, n. 28-9-1858, m. 22-2-1889, nascendo dêste consórcio:

10 Maria Vencestina Linhares, n. 26-2-1889, casou com António Corrêa de Melo

7 **João António da Silveira Linhares** n. 11-2-1776, m. 19-6-1836, 1.º, casou com Izabel Inácia de Sá, natural da cidade de Angra, m. 28-8-1808, com trinta anos de idade: 2.º, c. 3-5-1820 com sua prima Francisca Ermelinda do Canto, n. 21-10-1776, m. 3-8-1873 (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 6) — (7)

Tiveram:

8 João da Silveira Linhares, que segue

8 António Silveira de Sá Linhares, n. 25-11-1801, casou com Ana Izabel Garcia de Miranda, m. 3-6-1866 (V. **Garcias**, § 1.º, n.º 5)
8 José Frederico Linhares, n. 3-8-1808, m. 31-3-1842
8 Maria Margarida Linhares, n. 4-12-1806, m. 3-5-1886
8 Maria Madalena Linhares, n. 21-1-1804, c. 10-5-1837 com António Labat (V. **Labats**, § 1.º, n.º 6)
8 Maria Izabel da Silveira Linhares, n. 1804, m. 9-1-1877, c. 3-9-1824 com António Manuel de Sousa, n. 9-4-1796, m. 21-1-1829 (V. **Sousas**, § 1.º, n.º 3) — (88)

Fora do matrimónio, e de Vicente Alexandrino da Mota, teve ela:

9 Amélia Cândida Linhares, n. 2-6-1891, c. 31-1-1864 com José Maria d'Oliveira (V. **Oliveiras**, § 1.º, n.º 6)
9 Olímpia Aurora Linhares, casada com José Batista da Silveira, havendo dêste consórcio

10 José Batista da Silveira, n. 7-1-1753, casou com Joaquina Xavier de Mesquita, de quem houve:

11 José Batista, casado com Ada Peacock de quem teve:

12 William Peacock.

11 António Xavier Batista, 1.º c. 20-7-1898 com Maria Augusta Bulcão, n. 18-2-1880, m. 29-1-1903 (V. **Bulcões**, § 2.º, n.º 12) 2.º casou com Ana Carlota Machado Sarmento; 3.º casou com *Filomena* Elvira de Sousa. Do primeiro matrimónio teve:

12 Antonieta Xavier Batista, n. 17-1-1899

Do segundo casamento teve:

12 Maria Júlia Sarmento Batista
12 António Sarmento Batista

Do terceiro casamento teve:

12 Maria Sousa Batista

11 Mário Xavier Batista
11 Aníbal Xavier Batista, casou com Polexénia Ávila, de quem houve:

12 Maria d'Ávila Xavier Batista, n. 7-7-1907
12 Aníbal d'Ávila Xavier Batista, n. 11-7-1917

10 Francisco Silveira Batista, casado com Luiza Ribeiro, de quem teve:

11 Estefânia Batista, casada com Francisco da Rosa de Medeiros
11 Olímpia Batista, casada com o cunhado Francisco da Rosa de Medeiros
11 José Batista
11 Luiza Batista, casou com seu primo Hermano Batista (V. abaixo, n.º 11)

10 Antonio Batista, 1.º casou com Maria das Dores Lobal Betencourt, n. 16-12-1865; 2.º casou com Lucilia Betencourt (V. Vitaides, § 1.º, n.º 12 e 13) — (9)
Do primeiro matrimónio houve:

11 Ester Batista
11 Hercilia Lobal Batista
11 Maria Lobal Batista
11 Domingos Batista
11 José Batista
11 Joaquim Batista, casado com sua prima Luiza Gabriel (V. acima, n.º 11)

Do segundo matrimónio houve:

11 Antonio Batista, n. 7-10-1907

8 **João da Silveira Linhares** n. 11-11-1805, m. 19-8-1863, c. 7-2-1841 com Catarina Ferraz, n. 13-10-1822, m. 28-3-1914. Tiveram:

9 João Antônio de Sá Linhares, que segue
9 Manuel de Sá Linhares, n. 15-1-1846
9 Pedro Augusto Linhares, n. 19-8-1847, m. 11-5-1916, c. 29-7-1889 com Maria Silveira de Melo, n. 13-4-1862, de quem houve:

10 Américo, n. 15-10-1890, m. 8-8-1891

9 Augusto Cezar de Sá Linhares, n. 4-6-1853, c. 27-4-1882 com Adelaide Sofia d'Arriaga, n. 29-7-1854 (V. Arriagas, § 1.º, n.º 6) Tiveram:

10 Maria Berta d'Arriaga Linhares, n. 21-8-1892
10 Luis d'Arriaga Linhares, n. 11-10-1897

9 Ana Etelvina de Sá Linhares, n. 1-7-1849, m. 8-1-1887, c. 25-7-1874 com Lisandro Augusto Justiniano de Lima, n. 8-1-1847, m. 3-12-1891. Tiveram:

10 Augusta, n. 11-10-1875, m. 3-12-1876
10 Eugênio, n. 1-12-1878, m. 20-2-1880
10 Henrique Linhares de Lima, n. 27-10-1876, c. 12-6-1918 com Esmeralda Esbel Ferreira, ascendo desde consórcio:

11 António Augusto Ferreira de Lima, n. 22-3-1914

10 Adelaide Linhares de Lima, n. 15-5-1883, c. 16-11-1901 com Francisco Rezendes de Melo, n. 14-7-1871, m. 1920

10 Augusto Linhares de Lima, n. 27-9-1877, m. 10-11-1909, c. 16-5-1896 com Emílio Soares d'Andrade, n. 11-8-1868, m. 27-5-1916, nascendo dêste consórcio:

11 Emílio, n. 16-9-1897, m. de mêses
11 Emílio Linhares d'Andrade, n. 28-9-1898
11 Henrique, n. 6-3-1900, m. de mêses
11 Henrique Linhares d'Andrade, n. 8-1-1901
11 Alfredo Linhares d'Andrade, n. 8-11-1902, m. 5-1-1916
11 Maria Helena Linhares d'Adrade } gémeas, n. 3-1-
11 Maria Linhares d'Andrade } 1902

10 Ana Linhares de Lima, n. 2-5-1885, c. 27-11-1911 com o cunhado Emílio Soares d'Andrade, n. 11-8-1868, m. 27-5-1916, nascendo dêste consórcio:

11 Augusta, n. 15-2-1912, m. dum dia
11 Manuel, n. 18-1-1913
11 Ester, n. 24-11-1914
11 Delfim, n. 30-12-1915

9 **João António de Sá Linhares** — n. 3-12-1843, m. 10-8-1914, c. 16-11-1874 com Joana Belmira Machado, de quem houve:

10 Maria Linhares, n. 5-2-1886, casou com George Tripp.

NOTAS

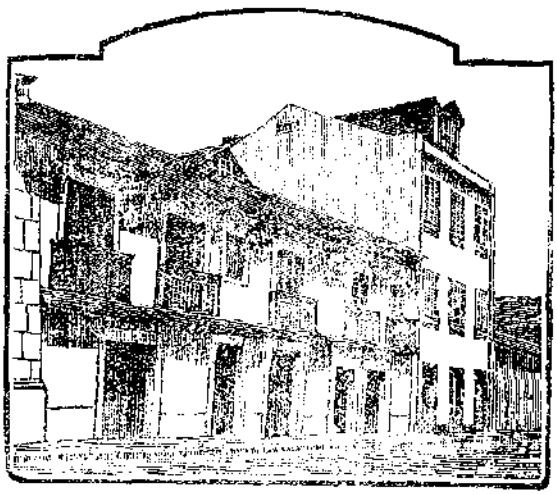
1) Duarte Fernandes Linhares (§ 1.º, n.º 1) ◇ Não lhes topo a origem. Pela qualidade do apelido vem-nos à ideia atribuir-lhe qualquer nesga de parentesco, embora remoto com a casa dos condes de Linhares; mas logo deixamos de reserva a lembrança, à falta de provas, e como simples fantasia que é. De mais nunca os membros desta família, segundo parece, se consideraram valorisados por nenhuma costela fidalga daquela procedência, e isso temo-lo demonstrado pelo brasão de armas concedido em 1784 a João António da Silveira Linhares, o qual não vemos que fôsse enriquecido em qualquer dos quarteis pelo distintivo heráldico — o crescente estrelado — dos Linhares. A nobreza que alegaram pelos quatro costados é toda ilhôa, proveniente das ligações matrimoniais que tomaram.

2) João da Silveira Peixoto (§ 1.º, n.º 3) ◇ Cobrador da rial fazenda e juiz dos órfãos na ilha do Faial. [1]

Entre êle e o capitão-mor Jorge Gularte Pimentel (V. *Pórras*, § 1.º, n.º 5) houve uma azêda pendência, que ficou memorável nos registos da história faialense. Coisas rudes de

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. V, 157 e 173

outrora: dum lado o poder despótico do mando, do outro os orgulhos de fidalguia meliadrada. Queria o capitão-mor, como no final de contas todos os capitães-mores, absoluta reverência às suas ordens e pessoa. Provavelmente, João da Silveira Peixoto, julgando vexatória para si tanta vênia, que o colocava em condições de qualquer vulgar criatura, certo dia praticou a desobediência de se ausentar sem lhe dar satisfação alguma, e daí o consequente procedimento do capitão-mor mandar prendê-lo, sob pretexto de ter faltado ao serviço da milícia para que fôra convocado. Mandou, mas enganou-se. Foi uma lição. O outro sem dúvida sabia o que fazia; embora pertencendo ao corpo de ordenanças, estava isento da obrigação do respectivo serviço na qualidade de cobrador das rendas reais, não só na ilha do Faial, como na do Pico.



Residência da família Linhares, na Horta [1]

Apresentada *queixa* a Sua Majestade, baixou imediatamente ordem ao provedor da fazenda Agostinho Borges de Sousa Zimbron, para tomar conhecimento do facto, e intimar o capitão-mor a pôr o prêso em liberdade, e abster-se de mais intervenção neste negócio, sob pena de 500 cruzados de multa, e degredo por dois anos. [2]

Não sei que mais se seguiu. Naturalmente com isto ficou liquidada a questão.

Maria de Almauça, a primeira consorte de João Silveira Peixoto, legou a êste a sua terça, formada em catorze alqueires de terra lavradia e pomar na ladeira acima do convento de S. João, propriedade doada alguns anos depois pelo filho António Silveira para edificação da igreja e convento de Santo António. Deixou à confraria do Santíssimo, da igreja

[1] Onde o actual prédio de dois andares, que se vê na gravura, eram os graneis e casa do oratório.

[2] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, I, 411

Matriz, o melhoramento do fôro imposto na mesma terra e pomar, por morte do marido e do filho (não diz qual) não tendo êste herdeiro, com a pensão duma novena de missas à Senhora da Conceição, na igreja da Glória. Pediu para ser enterrada na sepultura do tio, padre Belchior Fernandes Linhares, entre os altares colaterais, na dita igreja.[1]

A segunda consorte, Ana Brum da Silveira, depois de viuva, professou no convento de S. João, sob o nome de Ana de Santo António, sendo a respectiva escritura de dote outorgada em 4-1-1691 pelo enteado António Silveira Linhares Peixoto, por si e como tutor do irmão António Dutra da Silveira Linhares de Betencurt. Nessa escritura se faz referência ao legado duma capela instituida por António Dutra Bulcão, para servir de dote às suas parentes, que quizessem ser religiosas, legado que não puderam haver no ano anterior em consequência dos rendimentos terem sido limitados.[2]

3) António Silveira Linhares Peixoto ◈ ◈ ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 4)

◇ Pela sua fortuna, pelo nascimento, pelas funções públicas, tanto de mercê, como de eleição, que exerceu, tornou-se na ilha do Faial uma das mais proeminentes individualidades. Fez parte, por mais duma vez, do senado municipal; foi tesoureiro, depois almoxarife da alfândega.

Na órbita da sua acção particular salientou-se solenemente, deixando como poucos, nos fastos da terra, sinais bem linguareiros. Entre êles ha uma obscura história da venda do Faial... Mas nada de atropelar, porque se dessora o acepipe. Falemos primeiro de outra coisa — primeiro da vida intima.

Quiz habilitar-se a *familiar* do Santo Oficio, cargo assás disputado, sobretudo por demonstrativo da *limpeza de sangue*, que era condição para muito afidalgar a impáfia de quem o possuia. Empenhou-se, rogou; mas jamais conseguiu empenachar-se à medida dos seus desejos, porque teve sempre na sombra um conterrâneo, o familiar Manuel de Sousa de Brito, a cortar-lhe as vazas.

Êste caso algo divertido, descobriu-o a mão sagaz e paciente — sagaz e douta — do sr. Ferreira de Serpa nos arquivos da Torre do Tombo, entre a misteriosa papelada da Inquisição.[3] Devo-lhe mais o obsé-

---

1 *Tomb. Misericórdia da Horta*, liv. III
2 *Tomb. cons. S. João*, liv. IV
3 *O Século* (página literaria) de 7 de março de 1904

quio de outros elementos para arrimo do que vou esboçar. Subtrair-me a confessá-lo, e a consignar aqui os meus agradecimentos, seria descortesia classificada a roçar pela ingratidão.

Aquele Manuel de Sousa de Brito era tambem figura de certa importância e nomeada no Faial. Já o ser familiar do Santo Oficio representava motivo para aduladoras amizades. Olhando ainda mais a sua posição como vereador, sobretudo guindado à categoria de presidente do senado municipal, forçoso será admitir que causas de melhor fundo o valorisavam.

Mas a razão das suas turras com António Silveira Linhares? Isso é conto largo, que vem de mais longe, no cogitar do próprio Brito. Ora recuemos um pouco.

Quiz João Silveira Peixoto, pai de António Silveira Linhares, entrar para irmão da Ordem Terceira, ignoro de que santo ou santa. Manuel de Sousa de Brito, movido pelo inflexivel zêlo do seu oficio de familiar, e sabendo da fama de cristão-novo que deslustrava os ascendentes de João Peixoto, opôz-se à admissão. E pronto: ficou trancada a porta.

Germinaram daqui, certamente, as hostilidades entre os dois — se é que não havia já qualquer particular e mais antiga birra ou antipatia de familias.

Chegou então o ano fatidico de 1684 — fatidico especialmente para Manuel de Sousa de Brito, conforme mais abaixo vamos ver — e propõe-se António Silveira Linhares à roupeta de familiar do Santo Oficio. É instaurado o auto prévio de habilitação. No reverendo João Garcia d' Utra, ouvidor eclesiástico do Faial, delega aquele tribunal o encargo das investigações locais.

Tudo correria sem empêço para bom êxito do requerimento, se não surgisse de per meio o bedelho quizilento de Manuel de Sousa de Brito.

Quási ao mesmo tempo, não sei bem se pouco antes ou depois, nem mesmo se o fez intencionalmente, como entrave à habilitação, se por mero acaso, como espórádica mordedura vingativa, depôe sôbre a banca do inquisidor-mor uma grave denúncia contra António Silveira Linhares. E não foi sem razão. Dêle acabara de receber uma iníqua afronta (êsse facto que mais adiante vou referir) tão iníqua, quanto danosa e ultrajante. Outro que fôsse aguçaria da mesma sorte os canhões inquisitoriais. Acusou-o, não só das injúrias e prejuizos de que tinha sido vitima, mas ainda, num travo de rancor, lançando-lhe o labeu, segundo voz corrente, todavia injusto, de cristão-novo. Não aduzia provas; queixava-se simplesmente, implorando um gesto salutar em sua defesa. O facto é que a argúição caiu como sopa no mel, ficando a ser no processo documento de maior pêso.

Nada adiantaram as investigações. Confirmou-se o rumor de cristãnovice que voltejava ao redor dos Peixotos; mas base segura a confirmá-lo, nenhuma. Demonstrou-se que Francisco da Silveira, homem mui-

to colérico, e turbulento, tio paterno de Antonio Silveira Linhares, não raro fôra alcunhado de judeu, quando moço, por aqueles a quem magoava com suas travessuras; que outro tio, António Silveira Evangelho, havendo questões com Estácio d'Utra Machado, os filhos dêste, por vitupério, lhe cuspiam em rosto o mesmo epíteto, correndo por isso o ofendido pleito em juizo, que parece se aquietou sem haver sentença; que João Silveira Peixoto, pai do candidato, altercando em certa ocasião com uma prima, ela o picou de palavras, fazendo alusão à sua presumida origem judaica. E cita-se a versão, que o génio malévolo do habilitando fazia recordar uma vez por outra, de sua trisavó Izabel de Carvalho *ter pago para a bezerra*, [1] embora tal notícia andasse quási sepultada no esquecimento, e sem se poder averiguar, por sucedida havia já cêrca de cem anos.

Toda esta chusma de informações deprimentes caiu na rêde investigadora *do reverendo ouvidor eclesiástico*, que *por lhas lavrou* seu parecer. E fê-lo com critério, com justiça. Não discordando de quanto lhe referiram as testemunhas, mas tomando tudo à conta de simples boatos que eram, nonclue a tarefa com uma folha abonatória da personalidade de António Silveira Linhares. [2]

E o leitor verá, ao ler o título dos *Peixotos*, quanto a justiça vogava pelo lado dele, não passando realmente tudo de simples falsidades que a maledicência de ambiciosos inventara, e que ficou correndo de geração em geração.

O padre Amador Corrêa, vigário da Madalena (Pico) encarregado de inquirir acêrca dos ascendentes maternos de António Silveira Linhares, oriundos daquela ilha, produziu tambem opinião idêntica. Chegou a apurar ter sido Mateus Garcia e Maria de Almança, avós maternos dele Linhares, que «fizeram e dotaram à sua custa a igreja de Nossa Senhora da Boa-Nova, do logar das Bandeiras.» [3]

Não julgaram assim os inquisidores padre-mestre Fr. Vicente de São Tomás e Pedro de Ataíde de Castro, que deliberaram contra o requerente em 10 de junho de 1687 — e debaixo de tal nota, que jamais lhe deram a saber a natureza do seu voto.

António Silveira Linhares, vendo passar os anos sem novas nem mandado, e já meio desconfiado, ou talvez informado de que entidade ini-

---

[1] Assim se dizia vulgarmente das pessoas que pagavam fintas e rendas como cristãos-novos para o Santo Ofício.

[2] Ferreira Serpa, trab. cit. no *Secolo*.

[3] Idem, ib.

miga lhe tramava a pretenção, voltou à carga (em 1688) com novo requerimento, manifestando o seu receio, e repetindo umas, e acrescentando outras várias alegações depurativas da sua *limpeza de sangue*.

Teve revista o processo.

Não apresentou, porém, António Silveira Linhares prova documental suficiente para apagar o alcive. Mostrou genealógicamente a sua ascendência, da qual alguns membros subiram a cargos seculares e prelazias eclesiásticas; comtudo, ou porque de facto andasse mal instruído, ou porque, o mais certo, uum engulho heráldico, muito de propósito quizesse ocultar a bastardia plebeia da alndida sua trisavó, Izabel de Carvalho, deixou-lhe no tinteiro o nome da mãe, uma humilde Maria Lopes, mas criatura honesta e digna.

Se assim foi, errou. Essa falha serviu aos inquisidores para continuarem sustentando o seu veredicto. Porque, diziam, tornava-se inverosímil que o habilitando airmasse, e as testemunhas deposessem e jurassem ser Izabel de Carvalho cristã-velha pelos dois lados, não tendo conhecido a mãe dela, nem lhe sabendo o nome, naturalidade, qualidade, origem!

Não definindo, pois, clara e concludentemente a pureza de sangue do proposto, e remontando tudo a mais de cem anos, por isso moralmente impossivel de se averiguar por testemunhas, reiteraram (24 de setembro de 1688) o seu anterior parecer, opinando pela exclusão absoluta do pretendente. E desta vez desataram-se num extenso arrazoado. [1]

Assim ficou António Silveira Linhares tramado na caprichosa ambição de se empenachar com as funções de familiar do Santo Oficio.

Agora vamos ver como êle, a seu turno, havia primeiro tramado o adversário Sousa de Brito. É êsse um caso dos mais pitorescos, para não dizermos picarescos, da antiga vida faialense. Além disso, inédito como é, pois que em nenhuma outra parte encontrarão página assim pachorrenta a contá-lo, constitue um autêntico pitéu novelesco, para saborear avaramente, enovelados no fundo duma poltrona, cigarreando fumaças sôbre fumaças, num guloso recolhimento de mexeriquice.

Residia na Horta um estrangeiro, de origem inglesa, chamado Izac Braa, exercendo o cargo de cônsul britânico. [2] Era individuo de mesqui-

---

[1] *Ferreira Serpa*, trab. cit. no *Seculo*

[2] A provisão que o acreditou tem data de 14 de novembro de 1681. — *Reg. cam. Horta*, liv.

nhos escrúpulos, impudente, maquinador, que deixou nota excepcional da sua pessoa. Em matéria de fé era um hereje; — e eu creio que esta qualidade, no entender de Manuel de Sousa de Brito, intransigentemente enconchado sob o seu zêlo de familiar, houvesse sido motivo inicial para desconfiança. Tanto assim que daí a nada arrumou no inglês tal deslombadela, a ponto de lhe deixar para sempre, *urbi et orbi*, a fama escadeirada. E não foi sem fundamento.

A moral do nosso britânico Izac pouco tinha de exemplar, quanto a práticas ou costumes concupiscentes. Chegou isso a termo de redundar em verdadeiro escândalo. Então Manuel de Sousa de Brito, inspirado, primeiro pela oposição religiosa, depois pelo dever do ofício, deitou-se a descoser nos créditos do hereje, acusando-o dum horrendo delito, às justiças da Inquisição — de *pecado nefando* contra uma preta, uma branca, e um indiosinho! Não exorbitava. Tudo isso era já público e notório; na própria justiça secular lhe fôra já imputada a culpa. Nem êle se encobria talvez. Eu é que me detenho, porque a história, de irreverente que é em demasia não se amoida bem à sizudez arcáica com que naturalmente me proponho empanturrar êste volume. Imaginem-a.

O assunto era de dar pano para mangas. Todavia, fôsse porque fôsse, talvez pela sua dupla qualidade de cônsul, o nosso homem escapou aos tentáculos do negro tribunal. Pelo menos três anos depois ainda residia incólume, no Faial. Para saber qual o despacho que teve a inquirição tirada a Izac Braa, seria necessário escavar o arquivo da Conservatória dos Ingleses, que, como sabem, tinha juiz privativo, ainda que português. Impossível. Ninguem conhece hoje aonde pára, ou se ainda existe êsse arquivo.

Entrou o ano, o célebre, o nefasto ano de 1684. Manuel de Sousa de Brito, que andava sempre na pengada do cônsul, qual felino paciente espreitando, rejubilou em certo dia com uma estupenda notícia, que lhe imprimiu razão de sobra para tesourar.

O leitor vai pasmar comigo, da mesma sorte que, com os coetâneos, pasmou e empalideceu o familiar Sousa de Brito. Vai estarrecer. Porque? Por constar que o cônsul inglês, Izac Braa, pensava fazer venda (à Inglaterra sem duvida) da ilha do Faial!...

Foi como um sôpro agoirento, que prepassasse, agitando a morna existência dos hortenses. A indignação explodiu. Nos serões de família, à luz triste e fumarenta das candeia, emquanto se esperava pelo caldo da ceia, e a um canto o tear matraqueava gemedoramente, era discutido por todos, senhores e donas, servos e servas, o afrontoso caso. Nos sombrios recantos das tabernas, os marujos e carrejões resmungavam tôrvamente, cabeleiras em desamanho, espalhando tempestuosas ameaças por sôbre os canjirões de vinho, que estremeciam aos balanços das mesas frágeis. O inglês, alma danada!... Judeu!

A vereação fez-se eco do alarme público. Reunem-se os oficiais da

câmara capitaneados por Manuel de Sousa de Brito, seu presidente, e a requerimento dêste é mandada tirar devassa acêrca das criminosas intenções imputadas a Izac Braa. Dentro em pouco estavam as culpas tiradas, concluso o processo, e recatada, e zelosamente deposto nas mãos de Sua Majestade.

O leitor compreende que o acusado tratou logo de escudar-se. Como? Não foi com retóricas, nem artifícios legistas. Nessas épocas apertadas havia outros argumentos de maior pêso: as sombras duma enxovia, meio palmo de ferro furando as costelas dum cidadão, etc. Êle, que não era homem de perder tempo, voltou-se para os amigos; — e um dos que tinha na Horta, de vulto e condescendente, estava representado pela pessoa do almoxarife António Silveira Linhares. Aliciou-o de pronto à sua causa. Nem lhe fez talvez demorados rôgos. Com a sêde que António Silveira Linhares trazia de reserva em consequência da falida pendência da habilitação a oficial do Santo Ofício, sem dúvida bastou uma meia palavra do cônsul para logo desabotoar todo o seu antigo rancor contra o familiar implicante.

Era entidade poderosa, bem cotada e rica, António Silveira Linhares. No número das suas relações pessoais, que as tinha das mais escolhidas, contava a personalidade importante do corregedor, o doutor Simão da Costa Estácio. Com êle se meteu, e com êle urdiu um ousado lance, autêntico cheque-mate para o figurão do adversário — ou, melhor, dos adversários, pois já havia em campo, ao que parece, a degladiarem-se, dois partidos, um sob a égide de António Linhares, o outro chefiado pelo maquinador presidente Manuel de Brito.

Estavam os vereadores, certo dia reunidos em câmara, talvez já na espectativa de algum acto hostil, quando o corregedor, sem pretexto justificado, de improviso, os suspendeu do ofício, mandando que ficassem prêsos, acautelados por juizes seus parciais, dele.

Não nos será muito difícil imaginar qual o grau de escândalo que convulsionou a sonolenta vilasinha da Horta. Os registos ou a tradição nada nos revelam; mas acreditar em algum borborinho público, ajuntamentos, talvez não seja fantasiar demais.

Estando os vereadores assim detidos, e temendo ser vítimas das vexações e despotismos com que podia escorná-los a autocracia judicial, trataram de se esgueirar, sem perda de tempo, para logar aonde não perigasse a sua integridade individual. A imunidade da igreja era a única defesa para a violência que os vitimava. Buscaram refúgio no convento de São Francisco.

Burlados, almoxarife e corregedor cresceram de sanha. A maldade esvurmou-lhes de outra guisa. Não podendo dessedentar-se na pessoa dos vereadores, foram-lhes então à fazenda, e tudo sequestraram — bens móveis, imóveis e semoventes, os trigos nos graneis, roupas, papeis e livros, peças de oiro e de prata, pregando-lhes as portas das re-

sidências, que ficaram marcadas a giz com o R oficial da interdição Mais: lançaram a família na rua, criminosamente, como rancho duma capoeira, esbulhada de todos os recursos para sua sustentação.

Começaram a empreitada pela casa do familiar Manuel de Sousa de Brito, sendo executor o juiz ordinário, capitão Francisco Pereira Cardoso (V. *Pereiras*, § 9.º, n.º 3) acompanhado pelos escrivães José Rodrigues de Andrade e António Furtado de Mendonça. Isto praticou-se em 4 de setembro de 1684.

De nada valeram a Manuel de Sousa de Brito amizades e influências, nem os recursos da lei. Seu sobrinho José Garcia da Rosa apresentou-se com procuração, no acto dos embargos, protestando contra a iniqua e apaixonada diligência, tornando o juiz responsável por perdas e danos, pela afronta e maldade que praticava, sem forma de direito O requerimento e protesto foi-lhe aceite, escrito e ajustado ao processo mandou-se passar certidão nos termos legais; — e as portas cerraram-se, vedadas por grossas travessas de madeira, que os beleguins fixam toscamente, com marteladas apressadas e rijas.

Acudiu tambem ao encontro da justiça o padre Francisco de Pórras e Silveira (V. *Terras*, § 1.º, n.º 3) vigário da Conceição, oferecendo 50:000 cruzados para não prosseguir o sequestro. Era um amigo dedicado, e colega no tribunal do Santo Oficio. Inútil, porém, a generosidade. [1]

---

[1] Ao sr. Ferreira de Serpa devo a gentileza do seguinte documento copiado do processo respectivo.

«Senhor. — Servindo eu actualmente este anno de vereador, presidente eu Camara, requeri devaça contra um estrangeiro herejé chamado Izá Brita por inconfidente que queria vender esta Ilha do Fayal, cujas culpas se remetteram a Sua Magestade que Deus guarde. Este tal estrangeiro, haverá tres annos, foi convencido do peccado nefando que se lhe imputou na justiça secular. Tem este amigos, o principal, e que se faz mais poderoso e blazona ter de ser familiar do Santo Officio, sendo sexto neto de uma Carvalho que pagava finta e refinta, é Almoxarife da Real Fazenda: chama-se António Silveira Linhares, que por vingança tanto obrou com Corregedor que a mim e aos demais officiaes suspendeu e prendeu em Camara, nos deu por carcereiros, juizes de parcialidade do dito Almoxarife, homem malevolo e mal ensinado. Estando eu com os mais assim presos, temendo-nos das vexações e tiranias que nos podiam fazer, seu crime, nos recolhemos a este convento de S. Francisco e como o animo do dito Almoxarife e juizes era damnado, que elle os aconselha, nos mandaram sequestrar nossos bens, e pregar nossas casas, pondo um ... nas portas, e como contra mim era todo o odio, por eu ser pelo officio de familiar, minha casa foi a primeira que se sequestrou e pregou, deitando minha familia na rua com crueldade, sem sustento nem para mim nem para ella. Não me valeu o privilegio que posso ter por servo de Vossa Senhoria (visto não ter culpa nem sentença contra mim) nem outro sim me valeu a assistencia do Padre Vigario de N

Que mais sucedeu? Qual o fim de toda esta maliciosa comédia política? Ignora-se. Até nós não chegou documento ou informação com o desfecho de tão emocionante, quiçá truanesco episódio da vida faialense. Provavelmente tudo ficou reduzido a zero.

Manuel de Sousa de Brito, dias depois de acantelado sob os tectos monásticos (em 15 de setembro) denuncia ao Inquisidor Geral a maldade do adversário, e implora auxílio para a sua desbaratada situação. Estava bem: era o amparo mais poderoso que podia requerer. Nem o do rei! Devemos, pois, presumir que pouco custasse ser atendido. De resto, ainda subsistia muito fresca a história do *pecado nefando* imputado a Izac Braa; sôbre António Silveira Linhares pesava a suspeita de cristãnovice...

Não deitaram a mão ao cônsul. Sem dúvida valorisado pela sua dupla qualidade de entidade oficial e de estrangeiro, escapou da pouco agradável hospedagem no *Paço dos Estáos*; mas conseguiram, a breve trecho, pô-lo fora do país, que tanto valia, e com isso se contentaram. O corregedor foi talvez mandado retirar da sua correição — se é que não teve arrôcho para desmanchar tudo quanto com suas trapaças urdira ou permitira.

Duma forma ou de outra, o facto é que tudo caiu no esquecimento — e em tal esquecimento, que nem ao menos a tradição no-lo transmitiu — e que tudo, certamente, foi mandado anular por violento e irrito.

Não se pode dizer que nossos avós colhessem do caso lição pro

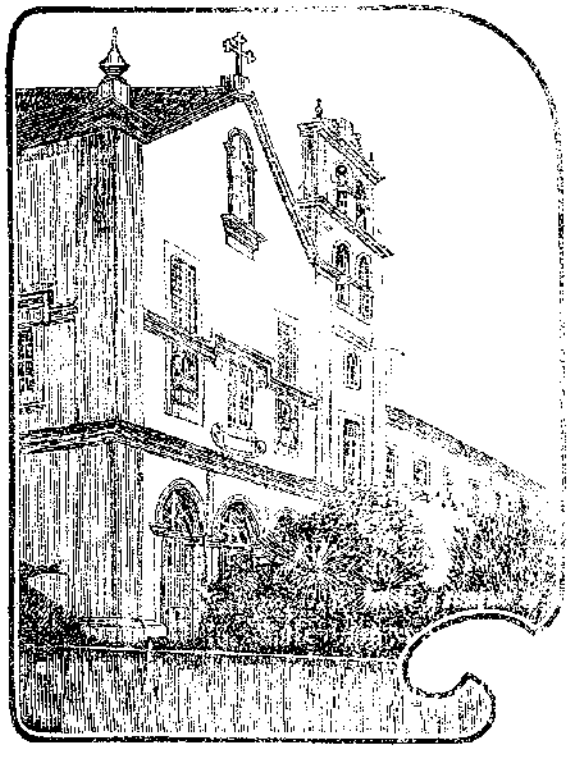
---

S.ª da Conceição desta Vila, Francisco de Paiva e Silveira que é meu zeloso deste tribunal, logo acudiu à minha casa, oferecendo-se 40 mil cruzados de penhora para que se não sequestrasse os bens, e o impedira d'outra sorte se pudera, que para tudo tem ânimo e valor. Evidentemente tudo se obrou contra mim com falsidade e ódio e desejar me guardassem os privilégios do ofício, porque julgo já ter servido a Vossa Senhoria com satisfação e admirável segredo: mas são efeitos de ódio antigo, por eu, em meza da Ordem Terceira, como zelador dela, depois de haver sido ministro, estorvar não se admitisse João Silveira Peixoto, pai do dito Almoxarife, suposta a nesga de cristão novo que tem. Dou parte a Vossa Senhoria principalmente do sangue do dito Almoxarife que publicamente disse lhe vem fazer as diligências para famiiar, e até blazona vem juiz particular para elle apontar testemunhas, o que bem sei se não pratica em tribunal tão recto. Das vexações que me fazem, visto nesta terra não ter quem me valha, acudirá Deus e Vossa Senhoria a quem o mesmo Senhor augmente muitos annos. Em Fayal 15 de Setembro de 1684 annos. Subdito obediente, Manuel de Sousa de Brito».

Com esta petição envion certidão do protesto a que faço referência, feito pelo sobrinho José Garcia da Rosa. Não a transcrevo, porque seria tornar a citação fatigante, mais do que já é.

veitosa, ou que dêle, sequer por instantes, dependessem os destinos do torrãosinho faialense. Proveito herdámo-lo nós, vindouros, no lôgro de mais um, embora curto, mas divertido quarto de hora.

Voltemos a António Silveira Linhares, que é o inspirador dêste capítulo. Os outros personagens já se esfumam — recolhem a bastidores...



Igreja e convento de St.º Antônio

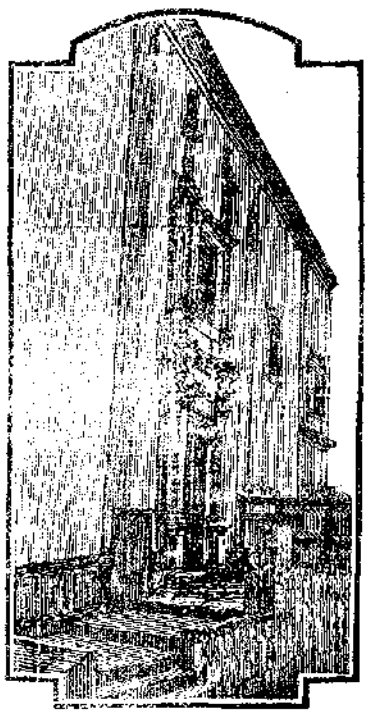
António Silveira Linhares, apezar de recusado no grémio do Santo Ofício, era e sempre foi um bom cristão praticante, dos mais dadivosos da sua terra. Está a demonstrá-lo o convento e igreja de Santo António.

Tendo construído uma ermida dedicada a Santo António, junto às casas em que morava, dentro da sua quinta no limite da vila da Horta, doou, por escritura de 13 de agosto de 1710,[1] nas notas do tabelião Domingos do Amaral, para edificação dum convento de frades capuchos, a referida ermida, casas, quinta, e mais seis alqueires e meio de terra anexa, «campo suficiente para o sitio do dito convento.» Mais doou dois moios e meio de trigo, e cinco pipas de vinho, pagos annalmente, para sustentação da mesma casa e de cinco religiosos que a fôssem habitar. Foi parte aceitante Fr. António de Jesus Maria,

[1] Arq. Rep. dist. fin., Horta (maço de escrituras)

ministro provincial da província de São João Evangelista, nas ilhas dos Açores, representado pelo síndico, seu procurador, Jacques Berquó. António Silveira Linhares instituiu a seu favor o padroado, que por sua morte iria ao irmão António Silveira Linhares Betencurt e descendentes. Confirmou por testamento esta doação; e, caso se não conseguisse a fundação que desejava, passariam todos os bens doados ao aludido seu irmão.

Um parêntese a propósito dêsse testamento. Contem êle, entre outras, a seguinte disposição caritativa, que o leitor por certo vai gostar de ouvir, tal como eu gostei de guardar, pela originalidade do seu contexto: — «... a todos os moradores da rua de S. João onde mora se dê a cada cazal duas moedinhas.» Nunca me esqueceu tal dizer. Duas moedinhas a cada casal!



Porta lateral da igreja de St.º António

Por carta régia de 22 de julho de 1717 [1] foi concedida a licença necessária para aquela edificação — a actual igreja de Santo António e convento junto, onde hoje funciona o Asilo de Infância Desvalida.

Não foi nunca ordem monástica, esta, que se salientasse no Faial. Contava apenas quatro religiosos, quando da sua extinção.

No decorrer da guerra civil, em 1832, serviu o convento provisòriamente de hospital militar. Em 1833, porêm, deixando de ser aproveitado para êste efeito, foi cedido à Santa Casa da Misericórdia, que para ali transferiu o hospital, deixando a sua acanhada casa na travessa ainda hoje chamada da Misericórdia. Entretanto, com o acréscimo das receitas, o movimento hospitalar desenvolveu-se, tornando-se aquela casa já insufi-

[1] *Reg. cam. Horta*, liv. VIII, 8

ciente, do que resultou a mudança do hospital para o espaçoso edifício do convento franciscano.

Então — escreve António Lourenço de Macedo, que presenciou o esvurmar das fúrias liberais — «o convento de Santo António em paga dos serviços prestados teve a sentença de exterminio que em 1836 foi proferida contra os edificios das ordens extintas, sendo a sua igreja despojada dos seus altares, retábulos, imagens, côro, pulpitos, e mais ornatos, etc.» [1] Mas alguem houve de carinhoso sentir e de bom senso que obstou à destruição. O edificio salvou-se das mãos dos vândalos, e ali o temos hoje, ainda firme, branquejante e sorridente, lá no alto, num recanto de paizagem, preenchendo um fim honroso e enternecedor — servindo de asilo à infância desvalida...

4) António Dutra da Silveira Linhares Betencurt ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 4)

◇ Foi juiz dos órfãos em 1680, almoxarife da rial fazenda em 1691, e nomeado tesoureiro da alfândega em 1684. Sepultou-se na igreja de Santo António, de que tinha, por herança, o padroado, nomeando nêle o filho mais velho, e na falta dêste as filhas.

5) João António da Silveira Linhares ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5)

◇ Nomeado capitão-mor da vila de S. Roque, ilha do Pico, por patente de 19 de agosto de 1755. [2]

A consorte, Maria Margarida Sebastiana, em testamento legou a terça a sua filha Bernarda; na falta dela, ou de descendentes, ao filho António; e ainda na falta dêste ou de sucessor, à Santa Casa da Misericórdia da Horta, com a pensão de quinze missas *in perpetuum*.

6) Eugénia Tomásia Linhares (§ 1.º, n.º 6)

◇ Esta filha natural de João António da Silveira Linhares, teve do seu consórcio dez filhos no espaço de nove anos, sendo um dêles Maria Delfina, freira de exemplares virtudes, do convento de S. João, e que morreu com fama de santidade. Essa Maria Delfina tinha sido dotada, tanto no noviciado como na profissão, pela tia e madrinha, Bernarda Luiza Carvalhais.

---

[1] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, I, 209
[2] *Reg. cam. Horta*, liv. IX, 50

7) João Antônio da Silveira Linhares ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.°, n.° 7)

◇ Por carta régia de 24 de abril de 1784, foi-lhe concedido o uso do seguinte brasão de armas: — escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Silveiras, no segundo as armas dos Betencurts, no terceiro as armas dos Carvalhais, no quarto as armas dos Soares. [1]

8) Maria Izabel da Silveira Linhares ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.°, n.° 8)

◇ Teve um periodo da sua existência envolto em circunstâncias de tal sorte dramáticas, que ficou excepcionalmente marcado nos anais públicos da localidade.

Enviuvou no pleno florir da idade. Formosa e jóven, e ainda por cima com o tentador contrapêso de avultados bens de fortuna, nada nos custa adivinhar quantos passos lúbricos ou cobiçosos lhe cruzavam a porta dia a dia, meditando planos conquistadores. Um que muito a requestou foi José de la Cerda, administrador do concelho. Mas ela pouca margem dava às esperanças do enamorado. Quiz o acaso, ou, melhor diremos, a má sina, que outro amor de maior desvario lhe aquecesse o coração.

Estava na Horta, chegado do continente, havia pouco, um moço estudante, figura ousada e airosa, que se impunha pela energia do traço a quem quer que com êle topava. Chamava-se Vicente Alexandrino da Mota. Tinha vinte e oito anos de idade, era natural de Atalaia, comarca de Castelo Branco, e filho de José Fonseca da Mota.

Porque veio êle parar à Horta, a tão longe? Não sei. Frequentava a universidade de Coimbra, suponho que já a meio do curso, quando de lá se ausentou, em virtude das intensas convulsões políticas da época.

Naturalmente por acaso — quem sabe se um pouco por cálculo tambem? — os olhos se lhe prenderam, enlanguescidos e absorventes, aos encantos da jóven viuva, que logo, perdida de amor, cega e quebrantada, se deixou ir até à obediência da escravidão. Estreitaram-se as relações. Vieram as entrevistas, que, de cautelosas a começo, passaram a repetidas e do conhecimento de toda a gente. Eu imagino como se morderiam de ciumes os outros pretendentes preteridos! E quanto a reputação da requestada andou aos baldões da maledicência não é preciso

[1] Baena, *Archivo heraldico*, 1.ª parte

dizer. É pelas loucuras inenarráveis da paixão que desmentimos a maioria das vezes o caracter, e se desce sempre às materialidades efémeras da vida. Por fim, esquecendo conveniências, orgulhos, deveres, decôro, instalaram-se comodamente de mancebia, não sem colorir a situação sob o pretexto de ser êle o procurador e administrador da casa.

Mas foi mais do que isso: foi senhor absoluto, dispondo às sôltas da vontade e haveres daquela que se lhe entregara tão dedicada, quão irreflectidamente. Voluntarioso, dominava-a até quási à humilhação de serva; ela, fraca, bondosa, enredada pelo coração, a tudo se submetia, numa talvez completa incapacidade de protesto.

Assim passaram alguns anos de escabrosa realidade.

Além de autoritário, Vicente Alexandrino era homem timbroso em demasia. A sua vontade devia ser intangível—a preferida. Êste conjunto lhe originava aquele genio irrascivel, *facil no inflamar*, que tanto o caracterisava, e do qual, por falta da ponderação que corrige, provinha a desordem, a injustiça, de muitos dos seus actos. No fundo, porém, quando sereno, era uma criatura recta e afectiva como das melhores.

Êsse feitio impulsivo deu azo ao grave conflito que acabou por desfechar em tragédia, arrastando na praça pública o nome de Maria Izabel Linhares, a malfadada senhora. Eis a história que vou meter agora a registo.

Antigamente, nas entradas (*saguões*, conforme se expressa o vocabulário regional faialense) nas entradas às mais espaçosas, que eram, por via de regra, as das casas fidalgas, havia a um dos cantos, para utilidade pública, um benemérito... urinol.

Rudimentarissima higiene! Aquela gente cheirava tudo, desde o rapé às toneladas e os borrifos de aluiscar com que se impregnava, até àquele perene evolar de elementos amoniacais, que os transeuntes aflitos lhe deixavam da banda de dentro da porta. Custa-me a compreender é como se acomodava muitas vezes a decência...

Residia Maria Izabel Linhares na casa, actualmente n.º 17, da rua Serpa Pinto, então chamada rua de Cima.

Ora certo dia que Vicente Alexandrino saía de casa, deparou no *saguão* com um camponio posto na sombra, em atitude duvidosa, fazendo do sitio mais do que simples mictório. A Vicente Alexandrino repugnou tamanha estupidez, que outra coisa não era, creio eu, levando-a apenas à conta de mera velhacaria. Enfureceu-se tanto mais que o homemsinho, tendo vindo pagar as suas rendas, acabara de se banquetear com o almôço da senhoria, como era de uso nas casas abastadas. Atirou-se a êle, perdido de raiva, e pô-lo a pontapés no meio da rua.

O desasado rendeiro jurou de si para si tirar desforra. Alguem supoz que êle era instigado à sucapa, por José de la Cerda, que remordia o despeito de se ver preterido na pretensão aos amores da jóven viuva.

Pouco tempo depois, ao anoitecer, saía Vicente Alexandrino de casa, a entreter algumas horas na botica do Silva, que muito freqüentava, quando duma viela que então existia pelo lado sul da residência, dando passagem para a rua do Mar, lhe surgiram na frente dois vultos de varapaus erguidos, em desenhos aéreos de bordoada. Lestamente aparou a pancada, não sem ter recebido ainda assim, de raspão, um ferimento na fronte, e ter perdido os óculos, conseguindo arrancar a arma da mão do inimigo, e, valente como era, tomar a ofensiva, no encalço dos agressores, que tinham dado às de vila-diogo. Dois amigos e visinhos, com quem topou, próximo à rua da Carrasca, tolheram-lhe os passos, apaziguaram-o.

Esta circunstância, quanto a mim, teve efeito assás determinativo na contenda. Se êle tem continuado a perseguição, satisfazendo a sua ira, a questão talvez tivesse ficado por ali, liquidada, sem o epílogo funesto que teve. Isto também foi opinião corrente naquele tempo.

Reconhecidos os malfeitores, foram presos, processados, e sumariamente julgados, tallando-lhes o juiz a pena de seis meses de degredo na ilha do Corvo. Eram António Furtado Carlos e António José Gularte, da freguesia da Ribeirinha.

Vicente Alexandrino, achando insignificante o castigo, no que percebeu empenhada benevolência e protecção de pessoas que o mal viam, considerou-se amesquinhado na sua dignidade, e resolveu fazer maior justiça, tão cedo houvesse ensejo, sem os conselhos da lei — por suas mãos. E assim foi.

Nós vamos seguir agora, a par e passo, as páginas testemunhais do processo que correu acêrca dêste estrondoso caso nos auditórios da Horta. [1] O que temos estado a narrar den-no-lo apenas a tradição oral — pessoas velhas (Joaquim d'Oliveira Pereira, cujo irmão, João Pacheco foi um dos que susteve Vicente Alexandrino na sua fúria próximo à rua da Carrasca, Tomás Terra, Manuel Victor de Sequeira, D. Mariana Mendonça, senhora de avançada idade, viúva do conhecido professor Cipriano Joaquim da Silveira, etc.) pessoas contemporâneas do acontecimento, a quem eu, antes de me afazer a êste labor das velharias, já escutava, num despontar de curiosidade histórica, àvidamente. Tudo tem o mesmo valor, porque tudo está testemunhado; sòmente o que mais vamos fazer agora é reforçarmo-nos com o apoio oficial.

Continuemos a conversa.

Logo que os dois homens terminaram o seu exílio, e Vicente Ale-

---

[1] Cartório do 4.º ofício, Horta (*Crime*, maço 69)

xandrino soube que a bordo dum pequeno navio procedente das Flores, êles tinham regressado ao Faial, tratou imediatamente de pôr em execução o seu rancoroso projecto. Foi um plano arquitectado, como para alguma montaria. Não lhe escapavam. Para coadjuvação na secreta e vingativa emprêsa, aliciou José Maurício, morador nos Flamengos, Manuel Alves, irmão do feitor da casa, Francisco Silveira do Amaral, de dezoito anos de idade, filho dum rendeiro da aludida frèguesia da Ribeirinha, e Sérgio de Melo, que fôra soldado do exército de D. Pedro, criatura de má nota, por alcunha *Candeia Fina*.

Uma noite, domingo, 12 de novembro de 1837, partiram num meio disfarce, já horas mortas, de armas bem escorvadas e carregadas, a passos breves, caminho da Ribeirinha. Fazia lua como sol. Francisco do Amaral, o rapaz, foi servindo de guia.

Chegados à morada de António Furtado Carlos, bateram açudadamente, chamando em tom amigável e cantelóro, a boca colada às frinchas da porta.

— Ó compadre, compadre, fuja, que o outro já fugiu! [1]

Mas o Carlos, que provavelmente sentia o corpo a adivinhar-lhe ruins promessas, desconfiado, matreiro, esgueirou-se com presteza, e foi esconder-se num desvão da atafona, sob o pasto, mandando à mulher dizer que não estava em casa. Os assaltantes tiveram um curto momento de indecisão; consultaram-se. De repente, como tomados duma ideia luminosa, desandaram dali a toda a pressa, em busca do outro, o Gularte, — não fôsse êle, por acaso, de prevenido, escapar-se.

Com êste mudaram de tática. Fingiram-se enviados da autoridade, e investidos dos poderes descricionários correlativos. Anunciaram-se arrogantemente, as coronhas dos bacamartes marrando na porta frágil, que estremunxava nos gonzos, com fragor, intimaram-o a apresentar-se na rua, sem demora.

— Saia! Está preso à ordem do senhor governador! [2]

Lá dentro havia um interminável rebolgo de pavor — chôros, súplicas, correrias angustiadas...

Como êle se demorasse, meteram ombros à porta, que rebentou num instante, sem demorado esfôrço, e dois foram como feras esfaimadas arrancá-lo de entre a família (mulher, uma filha de catorze anos, e outras de tenra idade) trazendo-o agarrado pelos braços para o meio do

[1] Textual (Proc. cit.)
[2] Idem, id.

caminho, onde Vicente Alexandrino logo de chofre o varou com uma bala no peito.

Mesmo em frente á casa da vitima, o padre cura Tomás José do Amaral, e a sua serva Florinda, por dentro da janela, emudecidos e gelados de terror, observaram desde o começo toda aquela scena bárbara.

Outras pessoas reconheceram os criminosos, entre elas uma Maria Tomásia, visinha e irmã do morto, que acudiu ao barulho — por sinal levando uma bofetada em troco das lamúrias ruidosas com que se poz a alvoroçar a quietação limpida da noite. Chegou a ver diante de si a boca negra duma espingarda... Salvou-a Vicente Alexandrino, que interveio benévolo, protector. Não! Não era nenhum scelerado; ia castigar somente!

Houve quem, a ocultas, e por acaso, os tivesse visto passar, fazendo reparo na figura do Mota — de jaqueta, óculos, boné de grande pala — e lhes surpreendesse referências sôltas ao terrivel drama que os levava de caminhada.

Demais, o rapaz, Francisco do Amaral, quando preso — porque logo, como era de prever, o sucesso se espalhou com extraordinária minuciosidade — tudo confessou, contrito e lacrimoso, mesmo pelo caminho, á escolta que o conduzia á cidade. Fôra levado aquilo sem saber. O pai é que o tinha mandado falar com o senhor Mota para um serviço muito em particular, que só depois, já no entrédo da mecada, compreendeu qual era. Devia ter fugido, como penson; mas teve mêdo de desobedecer.

Canela Fina, o cumplice, foi um dos que depois mais o comprometeu com suas declarações. Conversando no dia seguinte com Vicente Alexandrino, mostrou-se muito arrependido, quebrado de ânimo, com a lembrança de tudo que se passara. Ainda não havia metido uma dentada na boca... Tinha visto no Porto matar muita gente, no tempo da guerra, mas uma crueldade como a daquela noite nunca presenciara. O Mota riu-se, bateu-lhe no ombro afàvelmente, para o animar; — e uma garrafa gargolejava, a tenir na borda dum copo amplo, que se aloirava de vinho.

Julgarão cinismo de mais. Não tanto assim. Coloquemo-nos na época, consideremos o temperamento impulsivo de Vicente Alexandrino, sobretudo quanto lá fóra, naquele tempo (mesmo ainda hoje) eram método corrente os actos de justiça pessoal expressados pelo zunir anónimo dos zagalotes, em sitios ermos, e forçoso nos será confessar que de outro modo seria proceder incoerentemente. Á modorra açoriana é que quadravam mal tais processos de desagravo. Havia pontos de honra para os quais a lei era exigua e lenta — principalmente exigua. Para êle, pois, e para muitos dos seus conterrâneos, a acção que praticara seria condenável, nunca aviltante. Estava era fora do seu meio.

A tragédia horrorisou a inteira e pacífica população da ilha; e, não gosando Alexandrino da Mota grandes simpatias, a indignação ferveu fácil e inclemente contra êle.

Em menos duma semana estava o processo formado, os cinco delinqüentes pronunciados, e todos em segurança nos calabouços do castelo de St.ª Cruz.

Veio um irmão de Vicente Alexandrino ao Faial, decidido a prestar-lhe todo o auxílio possível. Vozeou-se como certo que tudo preparara, com probabilidade de bom êxito, para Vicente Alexandrino se evadir; mas também se disse que êste, timbroso e altivo, repudiou a ideia, julgando inqualificável fraqueza fugir às responsabilidades do seu acto. Seria um criminoso, não um cobarde.

Dentro da prisão propoz-se regularizar pelo casamento a sua ligação com Maria Izabel Linhares. E escrevia-lhe cartas loucamente apaixonadas, como enamorado em trasvarios da alma, que sente perder para sempre o ente de sua escolha. A solidão aviventava-lhe o escorjar saudoso da consciência. Geme, implora num sincero arrôubo amoroso, humilhadamente, que o não abandone, que não o odeie, lhe perdoe e conceda a dita de vê-la ainda uma vez — em nome do afecto veemente que os ligou, em nome das filhinhas queridas... Só por ela foi feliz; só para ela, agrilhoado ao seu jugo, quer eternamente viver! Um sequioso arquejando sôbre as areias do deserto não clamaria com maior delírio. [1]

Mas tudo acabara. Maria Izabel, inflexível como supremo julgador, repudia terminantemente a união proposta. Se de novo lhe alvorecia o socêgo e a liberdade, afastada do homem que tanto a dominava, e que já começara aborrecendo pelo absolutismo do seu génio... Depois seria uma espécie de baptismo, pelo sangue homicida, sôbre o seu nome, para a memória dos seus filhos. Oh, não! Já resvalara demais.

Teve ela uma frase extremamente elucidativa, brado expontâneo da sua alma, que traduz bem o grau de escravidão em que vivia. Sabendo

---

[1] Possuo duas dessas cartas obsequiosamente cedidas por pessoa da família. Muito interessante seria transcrevê-las; mas não o faço, por demasiado extensas. São submissões de escravo, humilhações de arrependimento, torturas de saudade. Em uma delas mortifica-se de remorso por ter aplicado alguns açoites numa das filhas, quando certa vez esteve com êle, já no negro cárcere. Êste sucesso, quando as palavras dirigidas a que fôra sua companheira atingiam os paroxismos da paixão, quando, em arrulhos de saudade, evocava a imagem, e as graças, e os sorrisos das filhinhas, êste sucesso, digo, demonstra bem a violência da sua índole impetuosa, no fundo dedicado e romântico, que deixei dito a loves tintas.

por acaso — por reuniões suspeitas, certos conciliabulos surpreendidos — do acto que ia ser praticado, mas nada podendo evitar, de impotente que era contra a soberania do amante, esmagada pelo pavor, tudo desvendou a uma criada, exclamando, como num entrever de bonança após a tempestade que se desencadeava:

— Vai ter o castigo do muito que me tem feito sofrer! [1]

E assim era. Ainda na manhã depois do crime, mal chegou a casa, êle a espancou duramente, por não tê-la encontrado de pé, solícita, à sua espera. Tudo isto são particularidades que ficaram arquivadas nas fôlhas do processo.

Todavia Maria Izabel Linhares não foi desumana. Escrevia-lhe também, suponho eu, devemos supô-lo, que de longe em longe, ponderadamente, apagando todo o renascer de novas esperanças. Mandava as filhas uma vez por outra à prisão, a visitar e a confortar o infeliz. O amor extinguira-se; mas ficara-lhe a bondade.

O julgamento não se fez esperar, e correu desempedido e breve, caindo sôbre os reus a condenação máxima, que toda a gente esperava, desejava.

O rapaz, Francisco do Amaral, foi condenado apenas a degredo perpétuo para Angola, por se ter demonstrado que servira inocentemente de guia, sem nenhuma cumplicidade próprimente dita no sanguinário conluio. A Vicente Alexandrino, José Mauricio, Manuel Alves e *Canela fina* arbitrou o juiz a pena de morte, algum tempo depois comutada em degredo perpétuo em África.

De Vicente Alexandrino da Mota nunca mais houve novas nem mandado. Correu boato, passados anos, de que alguem o reconhecera, cruzando com êle numa das ruas de Lisboa. Nada descubro a confirmá-lo. Estou em aventar que é lenda.

Com esta lição da vida, Maria Izabel Linhares se recolheu à obscuridade da paz doméstica que turvara. Despertou; — e quanto a esclarecer-am os exames de consciência não sabemos. Reabilitou-se no amor dos filhos.

---

[1] Textual (Proc. cit.)

TITULO XVIII

MENDONÇAS

O primeiro que desta família houve no Faial, onde residia no primeiro quartel do século XVI, foi **Fernão Albernoz de Mendonça**, filho de Martim Albernoz de Mendonça e de Brázia da Câmara. Dele descendem sem dúvida os outros Furtados de Mendonça que se disseminaram dai em diante por toda a ilha.

Mas de onde procede Fernão Albernoz de Mendonça?

Dois ramos dos Furtados de Mendonça, com origem conhecida, se estabeleceram nos Açores, durante o maior influxo da sua colonisação, um na ilha das Flores, e do qual me ocupo no titulo XIX, o outro na ilha Graciosa. Presumo de mim para mim, que descende dêste da Graciosa. Não possuo provas que me dêem foros de autoridade à opinião; todavia prende-me sobremaneira a tal respeito, a circunstância do cognome Albernoz (Albernaz, depois Alvernaz) comum aos Mendonças graciosenses e faialenses.

Diversos são os ramos desta familia que encontrei dispersos por toda a ilha, sem que de modo algum me fôsse possivel determinar-lhes os pontos de contacto ou de ligação. Nestas condições os apresento.

Mas muitos mais descobri, aqui e alem, solitários, em datas desconhecidas, parte na obscuridade civil, parte destacando [illegible] mais ou menos, e

para a maioria dos quais nem a filiação, pelo menos, eu consegui pôr a limpo. Deixei-os na sombra. Era gente sem arrumação. Investigadores mais competentes, mais pacientes, ou mais felizes, que os nobilitem perante as exigências genealógicas.

§ 1.º

1 **Fernão Albernoz de Mendonça** — casado com Paulina Furtado, de quem teve:

2 Fernão Furtado de Mendonça, que segue
2 Gaspar Albernoz de Mendonça
2 Belchior Furtado de Mendonça, casado com F...
2 André Furtado de Mendonça, casado com F... — (1)

2 **Fernão Furtado de Mendonça** — casado com Maria de Lemos de Faria — (2)
Tiveram:

3 **Gaspar de Lemos de Faria** — casado com Maria Bnim da Silveira — (3)
Tiveram:

4 Fernão Furtado de Mendonça, que segue
4 Izabel da Silveira, que segue no § 2.º
4 Francisco Furtado de Mendonça, padre jesuita, m. 21-11-1653, com setenta e um anos de idade — (4)
4 Gaspar de Lemos, egresso franciscano
4 Helena Bnim, m. 2-7-1665, casada com Francisco Gil da Silveira (V. **Leites**, § 1.º, n.º 3)
4 Maria de Faria, casada com Francisco Silveira Vilalabos (V. **Silveiras**, § 2.º, n.º 4)
4 Catarina de Lemos, casada com Clemente Gomes, havendo dêste consórcio:

5 Francisco de Lemos de Faria, casado com Margarida Luís
5 Violante Gomes, casada com Pedro d'Utra de Faria (V. **Farias**, § 2.º, n.º 4)
5 Catarina de Lemos de Faria, casada com Diogo Gomes da Silveira (V. **Silveiras**, § 2.º, n.º 5)
5 F..., casada com João Pereira da Terra, nascendo dêste consórcio:

6 Dionísio Faria da Terra, casado com Serafina Dutra
6 Bartolomeu Faria da Terra, casado com Izabel da Silveira (V. **Teixeiras**, § 2.º, n.º 6)

4 **Fernão Furtado de Mendonça** m. 26-1-1658, 1.º, casou com Francisca Nunes da Silveira (V. **Leites**, § 1.º, n.º 3) 2.º, c. 26-1-1632 com Catarina da Silveira Azambuja, m. 7-6-1634 (V. **Pereiras**, § 4.º, n.º 6) 3.º casou com Izabel d'Azevedo, m. 16-1-1666. Do primeiro matrimónio teve: — (5)

5 Carlos Mendonça da Silveira, m. 10-8-1660, padre jesuita

Do terceiro matrimónio teve:

5 João Furtado de Mendonça, m. 9-8-1674.
5 Luis de Lemos, m. 23-2-1659 — (6)

§ 2.º

4 **Izabel da Silveira** — (§ 1.º, n.º 4) — casou com Sebastião de Figueirôa. Tiveram:

5 Gaspar de Lemos de Faria, que segue
5 Maria da Boaviagem
5 Manuel de Lemos de Faria, casado com F.... de quem houve:

6 Francisco de Lemos de Faria, m. 19-5-1686, casou com Catarina Furtado de Lacerda, m. 4-6-1690 (V. § 5.º, n.º 2)

5 **Gaspar de Lemos de Faria** m. 166..., casou com Catarina Dias, de quem teve:

6 Francisco de Lemos de Faria, que segue
6 António de Lemos de Faria

6 **Francisco de Lemos de Faria** — casado com Serafina d'Ultra, viuva de seu primo Dionisio da Terra, havendo dêste consórcio:

7 Manuel de Lemos de Faria, que segue
7 Gregorio d'Ultra de Faria
7 Inês do Espirito Santo — (7)

7 **Manuel de Lemos de Faria** — casou com Ana Silveira, de quem houve:

8 **Francisco de Lemos de Faria** — c. 29-6-1716 com Ana Maria de Betencur (V. **Bruges**, § 1.º, n.º 7) de quem houve:

9 Tomás Silveira de Faria, que segue
9 Justina Maria de St.º António
9 José Silveira
9 Anastácia de São José
9 Inês Francisca de Betencurt, casada com Lourenço Silveira Bulcão (V. **Bulcões**, § 3.º, n.º 7)

9 **Tomás Silveira de Faria** — casou com Mariana de Jesus, de quem houve:

10 **José Silveira de Faria** — casado com Bárbara Jacinta

§ 3.º

1 **F... Albernoz** — casada com Manuel Álvares, havendo dêste consórcio:

2 **Francisco Furtado de Mendonça** — m. 29-8-1655, casou com Branca Nunes da Terra, de quem houve:

3 Sebastião Nunes, que segue
3 Domingos Furtado de Mendonça, m. 10-10-1695
3 Mateus Soeiro Pamplona, clérigo
3 Bárbara do Desterro
3 Beatriz de St.º António
3 Brites do Nascimento
3 Izabel de S. Bento
3 Maria do Nascimento
} freiras no convento de S. João — (8)

3 **Sebastião Nunes** — casado com Violante Luis, m. 13-4-1710, nascendo dêste consórcio:

4 **Domingos Furtado de Mendonça** — c. 27-2-1713 com Clara Maria de Santo António.

§ 4.º

1 **Gonçalo Nunes de Arez** — 1.º casou com Briolanja....; 2.º casou com Maria de Lacerda da Silveira (V. **Pereiras**, § 10.º, n.º 4) — (9)

Do primeiro matrimónio teve:

2 Jorge Furtado d'Arez, m. 23-8-1678 — (**10**)
Teve uma filha adoptiva chamada:

3 Izabel Batista, freira — (**11**)

Do segundo matrimónio houve:

2 Jacinto Furtado de Mendonça, que segue
2 Jerónima d'Arez

2 **Jacinto Furtado de Mendonça** — m. 29-3-1700 com sessenta e três anos de idade, 1.º c. 31-7-1662 com Maria Pereira de Lemos, m. 2-5-1682 (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 4) 2.º c. 22-4-1686 com Mariana Pereira de Ataíde, m. 17-7-1704 (V. **Ataídes**, § 1.º, n.º 6) — (**12**)

Do primeiro matrimónio houve:

3 Jorge Cardoso d'Arez, que segue
3 Izabel, b. 6-12-1666
3 Jacinta Maria de Jesus, freira no convento da Glória
3 Francisca de Lacerda Mendonça, b. 26-10-1668, m. 21-5-1733, c. 16-11-1681 com Jorge da Terra da Silveira (V. **Terras**, § 3.º, n.º 5)

§ 7.º

1 **Gaspar Furtado de Mendonça** — 1.º casou com Maria de Matos; 2.º casou com Catarina Pereira de Lacerda (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 5) — (**13**)

Do primeiro consórcio houve:

2 Águeda de Matos, casada com Amaro Luís

Do segundo matrimónio teve:

2 Gaspar Furtado, que segue
2 José Pereira de Lacerda, casado com Mariana da Silveira
2 Maria da Fé
2 Mariana da Piedade } religiosas no mosteiro de S. João — (**14**)
2 Catarina Furtado de Lacerda, casada com Francisco de Lemos de Faria (V. § 2.º, n.º 6)

2 **Gaspar Furtado** — casado com Maria Luís, de quem houve:

3 José Furtado de Mendonça, que segue
3 Manuel Furtado, c. 10-2-1738 com Ana da Conceição
3 Joana Furtado de Mendonça, c. 28-10-1737 com Amaro Brum da Silveira (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 6)
3 António Furtado de Mendonça, casado com Joana de Santo António

3 — **José Furtado de Mendonça** — c. 9-2-1721 com Maria de Faria (V. **Farias**, § 2.º, n.º 6) de quem houve:

4 Francisco Furtado de Mendonça, que segue
4 Ana Maria, c. 27-8-1775 com José Francisco de Faria
4 — Maria Antónia, c. 13-2-1741 com Manuel Roiz da Rosa

4 **Francisco Furtado de Mendonça** — casado com Clara Rosa, de quem teve:

5 José Furtado de Mendonça, que segue
5 Francisco Furtado, casado com Maria Luiza
5 Inácio Furtado de Mendonça, c. 18-1-1811 com Rosa Elísia do Coração de Jesus

5 **José Furtado de Mendonça** — c. 1-8-1806 com Clara Mariana.

§ 6.º

1 **Rui Furtado de Mendonça** — casado com Izabel Pais — **(15)**

Tiveram:

2 Paio Furtado de Mendonça, que segue
2 Lopo Furtado de Mendonça
2 Marcos Furtado de Mendonça
2 Maria Furtado de Mendonça, casada com F..., havendo dêste consórcio:

3 Luiza Furtado de Mendonça, casada com Manuel Borges
3 Maria Furtado Borges, casada com Baltazar de Fontes

2 António Furtado de Mendonça, casado com Catarina Pereira Sarmento (V. **Pereiras**, § 2.º, n.º 5) de quem houve:

3 António Furtado de Mendonça, clérigo
3 João Furtado de Mendonça, casado com Serafina de Mendonça
3 Lourenço Pereira de Mendonça
3 Águeda Furtado, casada com Francisco Luís
3 Ana Pereira de Mendonça, 1.º casou com Gaspar de Faria da Silveira (V. **Peixotos**, § 3.º, n.º 3) 2.º casou com António Silveira Betencurt (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 5)
3 Bárbara Pereira de Mendonça, c. 13-5-1664 com Gregório d'Uira da Silveira Caruna (V. **Pereiras**, § 3.º, n.º 5)
3 Izabel Pereira de Lacerda, casada com Roque Dias Alvernaz (V. **Pereiras**, § 10.º, n.º 5)

3 Catarina Pereira de Mendonça, casada com Gonçalo da Rosa, capitão-mor na vila da Madalena, nascendo dêste consórcio:

4 Gonçalo da Rosa Vieira, que casou com Izabel Garcia (V. **Garcias**, § 3.º, n.º 2)

2 **Paio Furtado de Mendonça** — casado com Izabel Dias, de quem houve:

3 **Izabel Dias** — casada com António Furtado Vieira, havendo dêste consórcio:

4 **José Furtado Vieira** — casado com Maria Silveira Furtado — (**16**)

Tiveram:

5 **José Furtado de Mendonça** — casado com Leonarda Antónia da Silveira, m. 9-12-1764 com oitenta anos de idade, de quem teve:

6 Francisco Furtado de Mendonça, casado com Maria Jacinta
6 Ana Maria Jacinta, m. 28-9-1770
6 Inácia Arcângela, 1.º casou com Francisco de Lemos de Betencurt, 2.º casou com José Silveira Betencurt
6 Izabel Joaquina Margarida da Silveira
6 Mariana Jacinta Vitória, m. 2-5-1772, c. 48-11-1743 com Manuel Pereira Sarmento (V. **Pereiras**, § 12, n.º 2)
6 Margarida Rosa de St.º António, m. 29-12-1766 com sessenta anos de idade, casou com Jacinto Furtado de Mendonça
6 Rosa Máxima Constança da Silveira, m. 6-4-1804 com setenta e cinco anos de idade, c. 6-7-1755 com Francisco Gomes Pais (V. **Pais**, § 1.º, n.º 3)
6 Clara Inácia da Silveira Betencurt, c. 14-2-1760 com Inácio António da Silveira Betencurt
6 Ana Silveira, 1.ª casou com Manuel Correia, 2.º c. 3-7-1755 com Caetano Furtado.

§ 7.º

1 **António Furtado de Mendonça** — m. 25-2-1705, casou com Ágada Furtado de Mendonça, m. 1-4-1718 (V. § 8.º, n.º 2) — (**17**)

Tiveram:

2 **João Furtado de Mendonça** — casado com Bárbara Antónia de Jesus, de quem houve:

3 António Furtado de Mendonça, que segue
3 Clara Rosa, m. 31-7-1813, c. 5-5-1766 com José Luís Carolo, n. 27-7-1740, m. 28-5-1796 — (18)
3 Catarina Tomásia Luiza, n. 28-12-1713, c. 25-8-1771 com Francisco Silveira Carolo, nascendo dêste consórcio:

4 Clara Mariana, m. 3-1-1833, c. 4-9-1800 com João Aurélio Ramos da Silveira (V. **Pais**, § 1.º, n.º 4)

3 **António Furtado de Mendonça** — n. 17-12-1741, c. 25-2-1786 com Maria Rozália.

§ 8.º

1 **Garpar Furtado** — casado com F. . . . . — (**19**)
Tiveram:

2 Sebastião Gonçalves Albernoz, que segue
2 António Gonçalves Albernoz, m. 15-9-1646
2 Francisco Gonçalves Albernoz, m. 11-2-1649, casou com Violante Gomes, de quem teve:

3 Izabel Albernoz, b. 26-1-1626, m. 23-9-1659, casou com Lourenço da Silva
3 Mateus Albernoz, m. 3-3-1670
3 Margarida Albernoz, m. 20-3-1686, casou com Pedro Luís

2 Joana Albernoz, m. 16-9-1646, casou com Manuel Pereira
2 Leonor Furtado
2 Pedro Gonçalves Albernoz, casado com Beatriz da Silveira, de quem houve:

3 Ana Silveira
3 Beatriz Gonçalves
3 Pedro Gonçalves Albernoz de Mendonça, b. 26-2-1628, m. 31-3-1678, casou com Ana Luís, m. 2-3-1686, havendo dêste consórcio:

4 Catarina Pereira, casada com António Ribeiro Godinho (V. **Godinhos**, § 1.º, n.º 3)
4 Manuel Furtado de Mendonça, clérigo, beneficiado na Matriz da Horta
4 Pascoal Furtado de Mendonça, m. 15-3-1710 com sessenta e cinco anos de idade, c. 25-1-1694 com Luzia d'Ávila Betencurt (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 5) de quem teve:

5 João da Trindade, m. 1752, frade carmelita.

5 Manuel Furtado de Mendonça, b. 29-10-1696, m. 3-4-1771, clérigo, beneficiado na Matriz da Horta
5 Ana Maria da Natividade, religiosa no mosteiro da Glória
5 Clara Mariana d'Ávila Betencurt, c. 27-7-1750 com José Leite da Câmara, (V. **Godinhos**, § 1.º, n.º 5)

2 **Sebastião Gonçalves Albernoz** casado com Ana de Paiva, de quem houve:

3 Sebastião Gonçalves Albernoz, o Moço, que segue
3 Ágada de Paiva } freiras no convento de S. João — (**220**)
3 Beatriz Gonçalves }
3 Margarida da Coluna, religiosa no mosteiro da Glória
3 Francisca de Paiva Alvernaz
3 Branca Fernandes de Paiva, casada com Amaro da Silveira Betencurt (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 3)
3 Maria de Paiva, casada com Bartolomeu Luís Homem
3 Madalena Albernoz, casada com Francisco Dutra
3 Apolónia de Paiva, m. 24-11-1673, casada com Francisco Valadão Caldeira, m. 24-2-1658, nascendo dêste consórcio:

4 Pedro Valadão, casado com Bárbara Nunes
4 Sebastião Valadão, casado com Catarina Dutra
4 Jorge Cabral
4 João Caldeira Valadão, m. 6-2-1688, casou com Maria Guterres d'Almeida (V. **Guterres**, § 1.º, n.º 3) — (**221**)
4 Polonia Valadão, c. 20-2-1666 com Estácio Machado d'Utra (V. **Utras**, § 3.º, n.º 7)

3 António Gonçalves
3 Pedro Gonçalves Albernoz, casado com Maria Gularte
3 Francisco de Paiva Gonçalves, casado com Catarina Pereira

3 **Sebastião Gonçalves Albernoz, o Moço** — m. 3-3-1686. 1.º, casou com Catarina Pereira (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 5) 2.º, casou com Margarida de Medeiros, m. 15-7-1686. Do primeiro matrimónio houve:

4 Francisco Pereira Alvernaz, c. 12-2-1696 com Brites Luís
4 Maria Pereira Alvernaz, n. 1638, casou com Bartolomeu d'Utra Machado (V. **Utras**, § 3.º, n.º 5)

Do segundo matrimónio teve:

4 Jorge Furtado de Mendonça, que segue
4 António Furtado de Mendonça
4 André Furtado de Mendonça, m. 24-9-1[illegible], clérigo

4 João Furtado de Mendonça, casado com Maria Pereira da Silveira
4 Filipe Furtado de Mendonça, clérigo, n. 5-5-1640, m. 1713 — (**232**)

4 **Jorge Furtado de Mendonça** — n. 28-1-1643, m. 10-8-1713, casou com Maria Pereira Bulcão (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 6) de quem houve:

5 António Furtado de Mendonça, que segue
5 Jorge Pereira Furtado de Mendonça, b. 11-1-1687, casou com Bárbara da Silveira, *m.* 15-2-1730
5 Jorge Furtado de Mendonça, m. 7-8-1703
5 Manuel Silveira de Mendonça, casado com Maria da Boa Nova
5 Ana Francisca das Chagas, b. 23-1-4679, freira no convento de S. João — (**233**)
5 Catarina das Chagas, b. 24-2-1684
5 Maria Madalena, b. 23-8-1677
5 Maria do Nascimento, b. 28-3-1674
5 Joana Inês Margarida de Mendonça, b. 24-6-1680, m. 24-2-1769, casou com Diogo Berquó Del Rio (V. **Berquós**, § 1.º, n. 2)
5 Leonarda Pereira, b. 20-6-1675, casou com José Silveira

5 **António Furtado de Mendonça** — b. 7-10-1685, m. 11-7-1759, 1.º casou com Luiza Clara da Silveira, 2.º c. 8-1-1746 com Maria Antónia da Ascenção. Do primeiro consórcio teve:

6 Clara Maria de St.º António, que segue
6 António, n. 24-11-1748
6 Jorge, n. 9-4-1714
6 Francisco Furtado de Mendonça, n. 3-6-1706
6 Jacinto Furtado de Mendonça, casado com Margarida Rosa de St.ª António
6 Helena, n. 5-2-1740
6 Clara, n. 25-7-1723
6 Teodora, n. 8-5-1825
6 Ana Tereza Maria, c. 5-10-1731 com Mateus Homem da Silveira

6 **Clara Maria de St.º António** — n. 28-1-1707, c. 7-3-1727 com Mateus da Cunha Toste, natural das Velas, S. Jorge, nascendo dêste consórcio:

7 Joaquim Furtado de Mendonça, que segue
7 Ana Maria da Silveira, casada com José Blayer da Silveira — (**234**)

7 **Joaquim Furtado de Mendonça** — n. 8-11-1731, m. 1800, c. 7-1-1758 com Joana Francisca da Silveira, m. 6-8-1780. — (**25**) Tiveram:

8 Ana Maria António da Silveira, que segue

8 Amaro Joaquim da Silveira
8 Francisco da Silveira Machado } clérigos
8 José Inácio da Silveira e Cunha
8 João Inácio de Mendonça e Cunha
8 Francisca Joana

8 **Joaquim António da Silveira** — c. 18-12-1797 com Luiza Perpétua de Betencurt. — **(26)**

§ 9.º

1 **João de Mendonça** — casado com Luzia da Conceição. — **(27)**

Tiveram:

2 Domingos Furtado de Mendonça, que segue
2 João Furtado de Mendonça
2 Maria Furtado
2 Rosa Maria
2 Jorge Furtado de Mendonça, casado com Izabel Silveira, de quem houve:

3 Francisco Furtado de Mendonça, n. 15-8-1705, c. 27-1-1727 com Maria Úrsula de Santa Clara

2 **Domingos Furtado de Mendonça** — m. 18-6-1731 com cincoenta e oito anos de idade, casou com Maria do Espírito Santo, de quem teve:

3 Francisco Furtado de Mendonça, que segue
3 Maria, n. 15-3-1715
3 Rosa Maria, n. 9-4-1703
3 Filipe Furtado de Mendonça, n. 28-7-1709, casou com Catarina Elísia Micaela

3 **Francisco Furtado de Mendonça** — n. 1-8-1706, c. 19-1-1727 com Margarida de St.ª Inácio. — **(28)**

Tiveram:

4 Tomás Pereira de Mendonça, que segue
4 Francisco Inácio Xavier de Mendonça, n. 29-7-1737, clérigo — **(29)**

4 **Tomás Pereira de Mendonça** — n. 22-10-1731, casou com Antónia Inácia, de quem teve:

5 Luiza de Mendonça
5 Ana Mendonça

NOTAS

1) André Furtado de Mendonça (§ 1.°, n.° 2) ◇ Teve geração que se desconhece. É, pois, muito de crer que seja esta a fonte principal, quem sabe se a única, dos Furtados de Mendonça na ilha do Faial.

2) Fernão Furtado de Mendonça (§ 1.°, n.° 2) ◇ Foi-lhe concedido o uso de brasão de armas dos Furtados de Mendonça, tendo por diferença uma merleta preta.

3) Gaspar de Lemos de Faria (§ 1.°, n.° 3) ◇ Foi o primeiro capitão português de infantaria que houve no Faial.

4) Francisco Furtado de Mendonça ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.°, n.° 4) ◇ Uma das muitas personagens que tanto honraram o nome lusitano, missionando pelo oriente. Com a idade de vinte e um anos entrou na Companhia de Jesus, no Colégio de Coimbra, e ali recebeu a roupata aos 16 de abril de 1603. [1]

---

[1] Barbosa, na sua *Biblioteca*, diz 1609; mas, verificando a idade que tinha quando morreu, vê-se ser êrro evidente.

Foi homem de raro saber, sobretudo de grande ardor e dedicação religiosa. Ainda estudante de teologia, «impelido do sagrado desejo da conversão da gentilidade», no dizer de Barbosa Leão, lançou-se a caminho do oriente, com destino ao Japão, onde se introduziu a missionar. Isto foi no decorrer de 1621. Por lá andou durante trinta e dois heróicos anos nessa árdua tarefa evangelisadora, soergnendo para a civilisação, pelo exercício das virtudes cristãs, pela difusão do seu verbo, milhares de criaturas, que viviam a existência imperfeita das sociedades rudimentares.

Não foi um santo, dêsses que o martírio deifica para a côrte celeste; mas foi-o com certeza pela intensidade da sua fé, pela sua bondade, pela sua perseverança, pelos benefícios da sua acção. A isto aliando a reflexão do seu espírito culto, tornou-se um dos mais distintos ornamentos da Companhia, então num apogeo de brilhantismo, de grandeza, de influência; tornou-se uma figura notabilíssima para a história do catolicismo — particularmente (digamos em nosso orgulho) para a história e honra desta diminuta terra faialense.

Cançado da sua longa peregrinação, se recolheu a Macau, fazendo então a profissão do 4.º voto, e ali faleceu investido das funções de visitador.

Escreveu em língua sínica uma obra composta de seis livros, intitulada *Hoan yu cixeu*, id est, *De mundo & coelo*, que foi impressa, e na qual, numa argumentação filosófica, demonstra haver um primeiro motor e Senhor do universo, que é Deus.

Mais escreveu *Logica & Metaphysica, ms., Carta escripta em 10 de Novembro de 1636 ao Geral Nucio Vitelleschi acerca dos Ritos da China, Repuesta á las 12 cuestiones de Fr. Joan Bautista de Morales sobre los Ritos Chineses em 8 de Febrero de 1640.* Estas duas últimas obras foram traduzidas e impressas em latim.

5) Fernão Furtado de Mendonça (§ 1.º, n.º 4) ◇ Por alvará de 7 de setembro de 1618 foi nomeado lealdador dos pasteis nas ilhas do Faial e Pico. [1] Administrou a capela (ou ermida) de São Tiago, instituida por Jorge d'Utra, segundo capitão donatário. Sepultou-se na igreja Matriz, onde, conforme consignou em testamento, «andem fazer seus herdeiros capela por terem essa obrigação.»

A terceira consorte, Izabel de Azevedo, era filha de Valério Lopes

[1] *Reg. cam da Horta*, II, 132

de Azevedo, rico lavrador, e de sua mulher Margarida Pires de Lemos, moradores na ilha de São Jorge. Consorciou-se em segundas núpcias com Bernardo Soares Teixeira (V. *Soares*, § 1.º, n.º 4)

6) Luís de Lemos ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Morreu desastrosamente, vítima dum naufrágio ocorrido no porto da vila da Madalena, em a manhã do dia 23 de fevereiro de 1659, e do qual ficou memória, pelo muito que impressionou o ânimo público.

Em viagem do Faial para o Pico, ao aproximar-se daquele porto, o mar, que se encapelava num batalhão de ondas altorosas, a correrem sem descanço umas após outras, do norte para o sul, desfranjando ao vento que as impelia as suas alvas juhas espumantes; o mar, irado e estrepitoso, apoderando-se do frágil batel *arremeçou-o sôbre os recifes* negros da costa, e num instante o desfez, e tudo e todos tragou vorazmente, em seu seio.

Com Luís de Lemos perceberam toda a tripulação e passageiros, nove pessoas, na totalidade: — Luís de Lemos e um escravo, Francisco Jorge, mercador e uma escrava, Francisco Gomes, caixeiro, Manuel de Sousa, mestre do barco, Manuel Alves, pescador, Simão de Medeiros, tanoeiro, e João Machado. Sobrenadou o corpo de Luís de Lemos, que veio a ser sepultado na Matriz do Faial, e outros dois que foram sepultados na igreja da Madalena. Os seis restantes nunca mais apareceram.

7) Inês do Espírito Santo ◈ (§ 2.º, n.º 7) ◇ Freira professa no convento de S. João, proferindo votos após muitos anos de ali recolhida, conforme se declara na escritura de dote outorgada em 3 de setembro de 1687 pela mãe e pelo padrasto — escritura de complemento de dote, porque ela já possuia para êsse efeito 151$300 que herdara de seu pai Francisco de Lemos.

8) Bárbara do Destêrro, etc. (§ 3.º, n.º 3) ◇ Todas freiras professas no convento de S. João. Bárbara do Destêrro, dotou-a Jorge da Terra e Silveira por escritura de 5 de abril de 1657, Beatriz de Santo António foi dotada pelo irmão, padre Mateus Soeiro, por escritura de 12 de junho de 1661, e as outras três, Brites do Nascimento, Izabel de S. Bento e Maria do Nascimento, foram todas dotadas pelo pai, respectivamente, por escrituras de 6 de agosto de 1649, de 15 de outubro de 1646, e de 16 de setembro de 1652. [1]

---

[1] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV

9) Gonçalo Nunes de Arez (§ 4.º, n.º 1) ◇ *Parece descender*, ou pelo menos ter qualquer parentesco com aquele outro do mesmo nome, que em 1547 era contador da fazenda na ilha de S. Miguel. Mas qual a origem porque transmitiu aos descendentes o nome dos Furtados de Mendonça? Haverá por ventura qualquer relação entre êle e os Mendonças do § 2.º?

Foi almoxarife da fazenda rial.

10) Jorge Furtado de Arez (§ 4.º, n.º 2) ◇ Tambem, como o pai, almoxarife da fazenda rial.

11) Izabel Batista ◆ ◆ ◆ (§ 4.º, n.º 3) ◇ Religiosa no mosteiro de S. João, tendo dote de profissão por escritura de 4 de abril de 1685, outorgada pela madrasta de seu pai adoptivo, Maria de Lacerda da Silveira, já viuva. [1]

12) Jacinto Furtado de Mendonça (§ 4.º, n.º 2) ◇ *Foi* cavaleiro *professo* da ordem de Cristo.

Por virtude do seu segundo matrimónio com Mariana Pereira de Ataide, foi o continuador da linha vincular dos Ataides, em cujo titulo o leitor encontrará a respectiva sucessão.

13) Gaspar Furtado de Mendonça (§ 5.º, n.º 1) ◇ Residia na frèguesia da Feteira, e é muito provável que proceda dos Mendonças da frèguesia de Castelo Branco, de que me ocupo no § 8.º, atendendo à contiguidade dos dois povoados.

14) Maria da Fé, Mariana da Piedade ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 5.º, n.º 2) ◇ Maria da Fé entrou para o convento *a titulo de esmola da capela que instituiu Antonio Dutra Bulcão para suas parentas serem freiras*, recebendo o véu branco de noviça em 6 de setembro de 1680. A escritura de rectificação do dote, na profissão, foi feita em 12 de dezembro de 1685, pela mãe, já viuva, e pela tia Maria Sarmento e marido, que deram mais um moio de trigo de foro para prefazer o dote de 320$000 reis, visto que o rendimento trienal da capela referida, para aquele efeito, apenas somava 221$100 reis. [2]

---

[1] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV

[2] Idem, id.

A irmã Mariana da Piedade intentou pleito no juizo ordinário para haver três anos do rendimento da capela citada, para com êle e ligitima paterna, fazer seu dote. Professou em 20 de junho de 1693, ficando a chamar-se Mariana dos Serafins, e sendo a rectificação do dote feita pelo irmão, José Pereira de Lacerda e mulher. [1]

15) Rui Furtado de Mendonça (§ 6.º, n.º 1) ◇ Inicio o § 5.º, que principia por êste Rui Furtado de Mendonça, baseando-me no capitulo apócrifo, apenso ao *Espelho Chrystalino* de Fr. Diogo das Chagas, sob o titulo *Da descendência de Rui Furtado de Mendonca Coutinho*. Parece não merecer grande confiança o arrazoado dêsse capitulo; mas como possue o seu fundo de verdade, eu o transcrevo, fazendo-lhe desde certo ponto em diante as necessárias correcções, que os documentos encontrados nas minhas investigações me sugeriram.

16) José Furtado Vieira ◈ (§ 6.º, n.º 4) ◇ Residia na frêguesia da Feteira, onde tambem moraram os seus descendentes.

17) António Furtado de Mendonça ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 7.º, n.º 1) ◇ Tinha residência na frêguesia da Praia do Almoxarife.

18) Clara Rosa ◈ ◈ ◈ (§ 7.º, n.º 3) ◇ O marido, José Luis Carolo, matrimoniou-se três vezes. Esta Clara Rosa foi a sua primeira consorte.

Nada tem de estranho a triplice sucessão do sacramento conjugal, antes pelo contrário, é facto já muito comesinho nos limites da ingenuidade humana, particularmente neste José Luis Carolo, que parece não ser considerado pessoa de grande tino; o que nos surpreende, ou melhor, agora nos diverte, são as circunstâncias algo novelescas, senão jocosas, que revestiram o seu último casamento. Foi história que muito deu que badalar.

Enamorando-se de Cândida Rosa Luiza, a terceira consorte, tratou logo de efectuar o *conjugo vobis*, promovendo para isso, na ouvidoria, o necessário processo matrimonial. Correram pregões. Nesta altura, porém, sairam-lhe com impedimentos o cunhado, Francisco Silveira Carolo,

---

[1] *Tombo cons. S. João*, fl. X.

e outras pessoas de família, alegando a irresponsabilidade juridicamente comprovada do nubente, e tão comprovada que se achava sob a tutela administrativa do dito seu cunhado.

Percebemos. Molestava-os, mas era a disparidade da ligação, que olhavam como deslustrante para as prosápias da sua estirpe. José Luis Carolo era filho de Simão Luis Carolo e de Rosa Micaela do Espirito Santo, gente abastada e vivendo à lei da nobreza em virtude do importante vínculo instituido mais dum século antes por um remoto parente, também chamado Simão Luis Carolo ; [1] Cândida Rosa, ao inverso, era uma humilde rapariga do povo, sem eira, nem beira, filha dum insignificante Francisco Vicente, alfaiate. É de crer que considerassem uma especulação da parte dela.

Convem esclarecer que o cunhado, Francisco Carolo, vinha de outra progénia — de outros Carolos: de Manuel Silveira Machado e de Francisca Josefa Santa Perpétua, residentes em S. Roque, ilha do Pico.

José Luis Carolo não se intimidou com o impecilho. Estava embeiçado pela môça e com ela, desse por onde desse, havia de casar. Bem lhe importava as tolas presunções dos parentes. O peor era o ouvidor

---

[1] Andou ausente muitos anos pelo estrangeiro, onde juntou enorme fortuna. Regressando à patria instituiu o referido vinculo para os seus descendentes. Foi o principal bemfeitor da igreja de S. Francisco, da Horta, cuja capela-mor mandou construir, declarando-se dela padroeiro, e dotando-a com cinco moios de trigo anuais, e mais trinta moios de cinco em cinco anos. A obra de escultura dessa capela foi adjudicada em 20 de março de 1700 pela quantia de 5500 cruzados. Pediu o doador para nela ser sepultado, o que com efeito se cumpriu. Ofereceu ainda á mesma igreja dois pontificais completos, um branco, outro encarnado, e uma lampada de prata, legando 24 canadas de azeite annualmente para a mesma se conservar sempre acesa. Pelo seu testamento feito no ano de 1666 beneficiou tambem os hospitais e os conventos de franciscanos do Faial e Terceira. — Macedo, *Historia das quatro ilhas*, vol. I, 44.

Em 24-1-1676 dotou para freiras quatro sobrinhas: — Maria de São Cristovam, filha de Antonio Pereira Sarmento e de Agada Nunes; Maria de S. João, filha do irmão Braz Luiz e de Engracia Nunes; Natalia de Jesus e Engracia Batista, filhas de Domingos Garcia Sarmento e de Catarina Luis. Falecendo pouco depois, rectificaram elas o dote a si proprias por escritura de 15-2-1677, na qual se vê a seguinte passagem: — «... vindo das partes das Indias de Castela para esta ilha o ditto seo tio com parte dos Beus que Deus foi servido dar-lhe com desejos de fazer as suas mais chegadas e parentes pobres virtuosas e recolhidas: e por serem ellas deste numero alcançou patentes para serem recolhidas em habito de novissas.... Estando na ilha Terceira o dotador seo tio foi Deus servido levalo desta para outra vida, rectificando em seo solemne testamento os ditos quatro dotes ...» — *Tomb. conv. S. João*, liv. IV

Destas linhas se conclue que Simão Luis Carolo faleceu no decorrer de 1676 ou no principio de 677, e que o seu testamento foi feito dentro deste periodo, e não em 1666, como diz Macedo.

que lhe não dava despacho para o enlace, antes se entregara de todo às investigações sôbre a petição justificativa do impedimento...

Teve então uma ideia genial, a tirá-lo do embaraço; teve ou alguem lha inspirou, que é talvez o mais certo. Sabia que o padre cura Francisco Pereira Cardoso, celebrava missa todos os dias de madrugada na igreja da Misericórdia, antes de ir para as suas obrigações do côro na Matriz. Então se conluiaram os dois, êle e a namorada, para o ardil, na verdade singular, que vamos ver; — e por certo se riam, escondidamente, da habilidade.

No domingo, 10 de abril (1791) domingo de Ramos, ao romper da manhã, dirigiram-se de parceria para a Misericórdia,[1] acompanhados *dum moço e duma criada, seus serviçais. A manhã era sombria, chuvosa.* Desembocando da travessa, à esquina de Bruno Nicolau Ferreira, negociante,[2] mesmo em frente à igreja, e verificando que esta ainda não estava aberta, continuaram de caminho, indo abrigar-se um pouco *mais adiante, no saguão acachapado, de pedra negra, soturno como uma* caverna, do morgado Labat. Ali encontraram, recolhido tambem o sargento do número, do castelo de Santa Cruz, Manuel Inácio Pereira, com quem Cândida Rosa travou conversa. A chuva caia dos beirais, mansamente, num estralejar solitário. A tal hora, naquele antro, as vozes tinham um certo tom de mistério. E uma das coisas que Cândida Rosa inquiriu com muito interesse era se o sargento ia, da mesma sorte que êles, ouvir missa à Misericórdia. Acercavam-se do militar, cheios de curiosidade

José Luís emolhando-se dentro do grande redingote de cabeção, ela envolta na sua ampla capa de pano azul, uma mantilha preta, de renda, a cair-lhe desprendida, em volta do rosto.

Aberta a igreja logo para lá se lizeram de ranchada, a passos saltitantes, por cima das poças de água da rua toscamente calçada. O céu parecia querer limpar. Já clareava.

Emquanto as mulheres se prostravam, mudas e quèdas no recolhimento da oração, os olhares inteiramente absorvidos pela melancolia religiosa das imagens, José Luís Carolo foi até à sacristia, vagaroso, observador, a satisfazer talvez um qualquer secreto e indomável propósito. Lá estava o padre Cardoso.

— Olá, por aqui senhor *Carolo! Guarde-o Deus... Temos alguma* novidade?

---

[1] A igreja da Misericórdia ficava situada no mesmo local aonde hoje são os prédios n.os 21 e 23, da rua D. Pedro IV, mas mais dentro do actual alinhamento, cêrca dum quatro metros. Davam-lhe acesso três portadas em arco, baixas, semelhantes às da igreja da Conceição.

[2] Pai do depois muito conhecido na Horta, doutor António Ferreira Borralho, casado com Luiza Soares, filha de Inácio Soares de Sousa (V. *Notas*, § 1.º, n.º 9)

— Não senhor. Venho à missa... E vossa mercê sabe alguma coisa?

— Eu, nada. Tudo velho...

E começou a revestir-se, enfiando pela cabeça abaixo, de braços no ar, a alva ampla e roçagante, que depois acomodou à medida do corpo, sob o nó do cíngulo, auxiliado pelo acólito.

— O que ha é cada vez mais impiedade por êsse mundo de Cristo...

E num murmúrio de reza:

— *Redde mihi, Domine, stolam immortalitatis...*

Beijou a estola, que atirou para cima dos ombros; e de sua casula roxa, lá se foi, a passos graves, acantelando junto ao peito, sob o véu ténue de seda, o cális do cerimonial. Parou diante do altar da Senhora do Rozário. Na meia penumbra do pequeno templo, o silêncio fez-se mais humilde, apenas entrecortado pelo tocir teimoso e pigarrento de algum devoto.

Próximo do altar, e separados das demais pessoas, ajoelharam José Luís Carolo e a noiva, que conservava o rosto um pouco velado pelas rendas do manto. Ouviram toda a missa com unção, singelamente. Quási ao terminar, porêm, quando o padre, voltado para dentro, numa mesura, ia proferir o *Benedicamus domino*, José Luís Carolo alça-se resoluto, de fronte inspirada, a pedir que fôssem todos boas testemunhas do que ia fazer. Não hesita, não se vexa. Com voz distinta, de mão na mão de Cândida Rosa, pronunciou a fórmula sacramental:

— Eu, José Luís Carolo, recebo a vós, D. Cândida Rosa Luiza, por minha ligitima mulher, como manda a Santa Madre Igreja de Roma.

Ela fez a mesma solene declaração. É fácil de imaginar o súbito pasmo que despontou no rosto de quantos ali estavam. Entretanto o padre, como se nada houvesse sucedido, lançava sôbre os assistentes, com gesto imperfeito e breve, o sinal da bênção. [1]

---

[1] «O Rd.º Francisco Pereira Cardoso, cura da Matriz... dice que na manhãa do Domingo da Paixão de Christo Sr. Nosso dez do cor.te mez de Abril, estando elle Rd.º testemunha na sacristia da Igr.ª da Misericordia desta villa proximo a revestir-se p.ª celebrar missa na d.ª Igr.ª, como costumava, appareceu na mesma sacristia José Luiz Carolo, e preguntando-lhe elle Rd.º test.ª se havia alguma novidade lhe respondera o d.º Reo José Luiz Carolo, que nam, e logo perguntara o mesmo Reo a elle Rd.º testemunha se sabia alguma novidade, e respondendo-lhe na mesma fr.ª que nada sabia se começara a revestir e saira a celebrar missa para a Igr.ª no Altar de Nossa Sr.ª do Rozario da d.ª Igr.ª e que reparara que perto do Altar estava huma m.er separada das mais que elle Reverendo testemunha não conhecera por estar coberta com as rendas do manto, e que procedendo a celebração da missa ex-

Mal terminada a cerimónia, e o sacerdote, feita a genuflexão final, se ausentou, dispoz-se José Luis Carolo a sair — porque, emfim, todo o seu plano estava consumado. Devia ter o olhar radiante, altivos os passos, á semelhança de herói que regressa de algum feito estranho. Pelo menos vangloriava-se, sem sombra de temor, quando, pela igreja abaixo, atravessando por entre aquela gente indolente e bisbilhoteira, que arregalava sôbre êles olhares esverumadores, de si para si explicava:

— Dizem que sou tolinho... Por isso fiz aquilo. [1]

Mas não lhe durou muito o contentamento, porque o ouvidor inteirado da esperteza, dali a nada, cêrca das oito horas, mandou prender

---

tando quasi no fim della voltado para o altar para dizer Benedicamus Domino ouvira ao dito Reo autuado as seguintes palavras: Eu José Luiz Carolo recebo a vós D. Candida Rosa Luiza por minha legitima mulher como manda a St.ª M.e Igr.ª de Roma cuja voz elle testemunha conhecera, e que a d.ª m.er proferira semelhantes palavras dizendo que o recebia por seu legitimo marido, como manda a St.ª M.e Igr.ª de Roma, e que voltando-se elle Rd.º testem.ª para o povo lançara a Benção da mesma missa, mas que não conhecera a dita m.er, ainda que pensara ser a filha de Fr.co Vicente Alfayate por estar denunciada p.ª cazar com o Reo, e impedidos neste Juizo por huma petição justificativa de Francisco Silveira Carolo curador dado pela Justiça ao mesmo Reo, e de outras pessoas contempladas na mesma petição derigida a impedir o matrimonio, que pretendião contrahir por cujo motivo se lhe não tinha passado m.to, etc.»

«M.el Ignacio Pr.ª sargento do numero do Castello de St.ª Cruz..... dice que no domingo da Paixão de Christo Sr. Nosso dez do corrente mez de Abril, vindo elle testemunha sedo ouvir missa na Igr.ª da Misericordia desta V.a, por estar xovendo, e estar a Igr.ª ainda fechada se recolheu elle testemunha no sagão de Andre Fran.co de Labat que fica proximo a mesma Igr.ª da Misericordia, e estando a porta do d.º sagão vira sahir da esquina de Bruno Nicolau a José Luiz Carolo acompanhado de duas mulheres, e hum mosso, e pelo mesmo motivo de estar chovendo e a Igr.ª fexada se recolheram no d.º sagão onde estava elle testemunha, e huma das ditas mulheres perguntara a elle testem.ª se não ia ouvir missa na d.ª Igr.ª da Misericordia,a que elle testemunha respondera, que sim, e quando ella lhe fallou entam conhecera que era a filha de Fran.co Vicente Alfayate com quem era publico queria cazar o d.º José Luiz Carolo, e que abrindo-se a Ig.ª dera o d.º José Luiz Carolo ao mosso que os acompanhava dois guardaçoes que levavam para se repararem da chuva, e que indo todos para a Igr.ª o d.º José Luiz Carolo foi para a sacristia donde sahio ao mesmo tempo que foi celebrar missa no Altar de Nossa Sr.ª do Rozario o Rd.º cura da Matriz Francisco Pereira Cardoso, e estando todos assistindo a d.ª missa com muitas outras pessoas que na d.ª Igr.ª se achavão quazi no fim da Missa estando o d.º P.e cura celebrante p.ª lançar a Benção se levantara o d.º José Luiz Carolo, e pegando na mão da d.ª filha de Fran.co Vicente dissera p.ª o povo que lhe fossem testemunhas do acto que ia fazer, entam dicera as seguintes palavras: eu José Luiz Carolo recebo a vós por minha legitima mulher, etc.» — (*Processo de devassa*) Arq. da ouv. col., Horta.

[1] «Helena Maria, anda de Nicolau Bruno..... que perguntando as pessoas que estavam junto della, que era aquillo, lhe respondera que era o Carolo que se caza-

os dois, então já recolhidos conjugalmente a casa, metendo-os, sem a menor consideração, nas grades do cárcere. [1]

No dia seguinte estavam autoados, principiando desde logo a devassa, que correu rápida, explícita, uniforme. A 16 lavrava o ouvidor despacho livrando os reus da prisão em que estavam, sem prejuízo do prosseguimento da devassa; a 30 lavrava outro, considerando subsistente a pronúncia, e fazendo citar os reus para lhes apresentar libelo por parte da justiça.

Ao mesmo tempo subsistia também o acto matrimonial, por revestido da essencial formalidade canónica, que o valorisava em público e ráso, mas sob pena de excomunhão *ad cautellam*, até ser o delito julgado superiormente.

O processo seguiu seus trâmites, arrastando-se numa lentidão burocrática de todos os tempos, pelas secretarias e cartórios. Caindo, pois, o caso a pouco e pouco no esquecimento, nada custa acreditar que os dois tivessem acabado por coabitar maritalmente, enfastiados pela demora, e sobretudo impacientes, sem dúvida, por colher o fruto, com justa verdade, agora, proibido.

Assim sucedeu efectivamente.

Cinco anos depois, emfim, a 15 de maio de 1796, foi proferida sentença definitiva pelo Tribunal da Legacia, que absolveu os reus do crime cometido, e julgou válido o casamento por êles realisado teatralmente. A êsse tempo, porêm, já a mulher andava grávida. Êle próprio, José Luís Carolo, o declarou. Em 28 do dito mês faleceu, e em testamento instituiu o filho, ou filha, *que presumia sua mulher trazer no ventre*, juntamente com a filha Rosa havida do segundo matrimónio, herdeiros das duas terças partes da sua meança. A terça legou-a à consorte.

José Luís Carolo fôra casado em segundas núpcias com Rita Augusta Vitória de Jesus, [2] filha de Manuel Francisco Gularte, natural da vila da Madalena, e de sua mulher Maria Inácia de Jesus, da Praia do Almoxarife, e *moradores na* Matriz da Horta, portanto irmã do padre Fran-

---

ro, e que logo vira ella testemunha vir a José Luiz Carolo pela Igreja abaixo proferindo estas palavras: *dizem que eu sou tolinho, e por isso fiz aquilo, etc.*» — *Proc. cit.* (Arq. ouv. ecl., Horta)

[1] «Mas às 8 horas do mesmo dia os mandou o ouvidor prender e os acharão já refugiados: *vierão p.ª a cadeia* e all estão correndo o seu pleito como criminosos.» — António Silveira Peixoto de Lacerda, *Caderno de apontamentos* (em meu poder)

[2] Assim se encontra escrito no respectivo termo de casamento, com data de 4 de maio de 1785

cisco Vieira Gularte, bacharel formado em filosofia, poeta distinto, [1] e de André Francisco Gularte, então muito conhecidos na Horta, os dois.

Aquela filha Rosa, do segundo matrimónio, sucessora na administração do grande vínculo, que andara na posse de seu pai, veio a casar com o referido André Francisco Gularte, seu tio, nascendo dêste consórcio, entre outros filhos, Manuel Francisco Gularte — o morgado Gularte — de quem ficou a numerosa geração, que todos muito bem conhecem, na ilha do Faial.

19) Gaspar Furtado ◈ ◈ (§ 8.º, n.º 1)

◇ Residia na frèguesia de Castelo Branco. Pelo nome somos levados a imaginar que talvez descenda dos Mendonças descritos no § 1.º.

20) Ágada de Paiva, Beatriz Gonçalves ◈ ◈ ◆ ◆ (§ 8.º, n.º 3)

◇ Ágada de Paiva foi dotada na profissão pela mãe, já viuva, por escritura de 14 de setembro de 1639, ficando a chamar-se Ágada de Santa Catarina. [2] A irmã, depois de professa, ficou sendo Beatriz da Boa Nova. Um ano antes o pai ainda era vivo, outorgando-lhe no dia 30 de agosto o dote de noviça.

---

[1] Como poeta, deixou algumas produções de bastante merecimento, e que se encontram em grande parte copiadas no jornal *Grémio Literário Faialense*. Tirou muito novo a sua formatura em Coimbra, ingressando logo na Academia Rial das Sciências, por influência do célebre naturalista, abade Correia da Serra. Em 1796 foi para S. Paulo (Brazil) como secretário do bispo Mateus de Abreu Pereira, com o qual se desaveio, ficando depois na intimidade, e tambem como secretário do governador, capitão-general Castro Mendonça. Exerceu ali o logar de professor régio de filosofia racional e moral, cumprindo ao mesmo tempo importantes comissões de serviço, como a reorganisação da Botica Rial, estabelecimento dum hospital militar e dum jardim botânico. Com a demissão do general, e por desafecto ao novo governador, tratou de regressar á sua pátria, alcançando a nomeação de vigário da Matriz da Horta, por carta régia de 17-10-1803: mas o bispo D. José Pegado, por ser Vieira Gularte *bastantemente surdo*, opoz-se á sua colação. Este insistiu, chegou mesmo a alcançar um breve do papa Pio VII, que o dispensava da inabilidade resultante da surdez; mas o bispo, autoritário como era, não cede. Cinco anos consumiu Vieira Gularte nesta pretenção, com certa demora no Faial, ocupando o tempo em praticas medicinais. Por fim vai ao Rio de Janeiro, e sem dúvida como desafio á birra episcopal, fez-se nomear chantre da própria Sé de Angra, embora continuando na mesma côrte «encarregado de hum objecto importante do Real Serviço,» conforme diz o aviso régio datado de 30-5-1811. Vê-se que o reverendo ganhara grande influência na côrte, e que dela usava sem custo. Por lá ficou e morreu. Era Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e director do Laboratório Quimico Prático do Rio de Janeiro.

[2] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV

21) João Caldeira Valadão (§ 8.°, n.° 4) ◇ Pelo seu casamento com Maria Guterres, ficou sendo o continuador da linha vincular dos Guterres. É, pois, sob êsse titulo que o leitor encontrará a respectiva descendência.

22) Filipe Furtado de Mendonça (§ 8.°, n.° 4) ◇ Era homem de grande piedade e de superior espirito. Formou-se em teologia na universidade de Coimbra, donde regressou, tomando o cargo de vigário, que exerceu desde julho de 1676 a fevereiro de 1686, na frèguesia de Castelo Branco. Dali foi transferido para a igreja da Conceição, e mais tarde nomeado ouvidor eclesiástico em toda a ilha.

Pelo bispo D. Clemente Vieira foi nomeado visitador em 1691.

Certamente, subindo de passeio, em algumas tardes quietas de verão, a empinada e pedregosa ladeira do Pilar (então chamada de Santa Ana, em conseqüência da capelinha com esta invocação, que os jesuitas possuiam naquele sitio, dentro da sua quinta) o reverendo vigário Filipe Furtado, seduzido pelo quadro encantador que dali se descobre, teve a lembrança de que nenhum outro logar mais erguido e tão formoso podia haver para um altar à Senhora do Pilar. Até reza a lenda que, numa hora de meditação, embevecido por aquele retalho da natureza estendendo-se a seus pés, lhe apareceu um vulto misterioso e breve, a louvar-lhe o pensamento...

E assim foi o instituidor da actual ermida de Nossa Senhora do Pilar, que fundou em 1701, edificando-a à sua custa, e tambem à conta de muitas esmolas colhidas em peditório. Ornou-a de todos os paramentos e alfaias indispensáveis ao culto, dotando-a por escritura de 24 de março de 1705, [1] com o fôro fixo de 4000 reis e duas galinhas, para a sua fábrica. [2] Tempos depois, por outra escritura, dom mais bens para o

---

[1] Tombo da ermida do Pilar

[2] «Disse elle testador que elle fez a Ermida de Nossa Senhora do Pillar sobre a Lomba desta Villa, a qual dotou para sua fabrica quatro mil reis de foro e duas galinhas, fixas, que lhe pagão os herdeiros de Antonio da Cunha por alcunha o má semana, a qual Escritura á lem de estar no Arquivo da Secretaria do Bispado anda com as que elle Testador tem em sua casa, a qual Ermida elle Testador tem ornado com dous ornamentos Cazulla frontal e mais pertenças, um delles que he de Damasco branco de seda da India e o outro de calamaço roxo de lãam com seu calix de prata e patona, veus e pallas corporaes e bolças e toda a limpeza necessaria, as quaes cousas como tambem um Missal novo, o toalhas se guardão na Igreja Parochial de Nossa Senhora da Conceição por ser a dita Ermida muito humida.» — Testamento datado de 5 de abril de 1713 (em poder do sr. Visconde de Loite Perry)

efeito de ali se celebrar missa em todos os domingos e dias santificados; mas, em data de 18 de julho de 1709, revogou essa escritura por motivo dos frades franciscanos, que iam celebrar as ditas missas, exigirem maior gratificação, e não chegar para tanto o rendimento dos bens doados, e tambem porque se tinham levantado algumas demandas acêrca dos mesmos bens. [1]

Pediu em testamento que fosse sepultado na referida ermida, «onde tem já mandado lançar a campa de sua sepultura,» e assim se fez.

Lá está na parede, junto ao altar, do lado do evangelho, uma lápide noticiando a fundação daquela igrejinha, e comemorativa do nome e data do falecimento do seu instituidor.

Um incêndio devastou a ermida, que esteve grande soma de anos ao abandono, até que, por iniciativa de alguns devotos, foi reedificada, mediante a licença prévia do bispado em data de 17 de outubro de 1734. Acêrca desta reedificação leia-se a nota (1) titulo *Sousas*.

23) Ana Francisca das Chagas
(§ 8.º, n.º 5)

◇ Freira no convento de S. João. Na profissão foi dotada pelos pais por escritura de 1 de outubro de 1703.

24) Ana Maria da Silveira
(§ 8.º, n.º 7)

◇ O marido, José Blayer da Silveira, foi escrivão e tabelião na vila das Velas, S. Jorge.

25) Joaquim Furtado de Mendonça ◆ ◈ ◈ ◈ ◈
(§ 8.º, n.º 7)

◇ Foi escrivão do almoxarife na vila das Velas, onde ocupou tambem, em 1765, uma das cadeiras da vereação.

---

[1] «... e que depois de estar assim feita e dotada a dita hermida desejando elle que nella ouvece missa aos Domingos e dias Santos por anno lhe fizera segunda doasam de alguns bens por outra escritura feita nas notas do dito tabeliam Matheus de Figueiredo da Costa, e correndo alguns Annos se levantou a esmola da missa com algum excesso, e os religiosos de Sam Francisco que as poderiam dizer se alargaram a pedir por hirem a dizer as ditas missas a dita ermida um moio de trigo que hoje vale por muito alto presso pelo que vendo elle dito dotador que os bens dotados nam eram equivalentes pelo seu rendimento para a obrigação emposta e outro sim lhe sairem de novo sobre os bens dotados algumas dividas de consideraram antes da doasam feita a ermida do que não sabia e serem alguns pretencionarios com alguns foros e de prezente se lhe terem promovido algumas demandas termos em que ficam frustrados seos intentos portanto dice que por discargo de consciencia e por obviar duvidas e demandas depois de sua morte dice revogava a dita escritura como se feita nam fosse e de hoje para sempre a avia por nula e de nenhum efeito e so sim queria que para a fabrica da dita ermida lhe ficasse os quatro mil reis e duas galinhas de fôro fixo em que nam havia duvidas algumas na forma em que lhe avia dotada...» — Arq. da ermida de Pilar.

A consorte era filha do capitão José Inácio da Silveira, um dos primeiros na governança da ilha (São Jorge) e de sua mulher Ana Maria da Silveira.

Merece relato especial o seu casamento, pelas excepcionais circunstâncias que o precederam, e sobretudo depois, quando chegou o epílogo da viuvez. José Cândido de Avelar faz menção resumida do caso no seu trabalho inédito — *Genealogias*.

Joana Francisca tinha entrado no convento de Nossa Senhora do Rozário, com destino de ser freira. Fôra vontade dos pais: mas era também manifesta inclinação dela, desde criança exercitada nos arrobos da oração, e afeita à quietitude devota da claustura, com a qual já plenamente se irmanara durante o largo período de educanda entre as santas monjas.

Ia começar a instrução para o noviciado, quando variou de rumo; porque Joaquim Furtado, sem dúvida, assíduo assistente em *dias de grade*, dela se enamorou e resolveu pedi-la em casamento. Devemos crer que ela hesitasse um pouco. Se se *tinha esposado com o céu*... Venceu, porêm, o coração. Contava vinte anos, e num coração de vinte anos o amor é sempre o mais forte. Ainda assim não abdicou por inteiro do seu secreto propósito ascético, tanto acariciado. Aceitou, estatuindo uma sagrada e bem estranha condição, que o noivo subscreveu por completo, não sei se de apaixonado, se também, como ela, preso à vida devota. Isto: um ou outro, logo que entrasse na viuvez, seguiria a carreira religiosa. Sobrevivendo ela, entraria de novo no convento para receber emfim o véu negro de professa: sendo êle quem ficasse viuvo, deixaria os bens do mundo, envolvendo-se na estamenha dum hábito, a pedir a sacra tonsura.

Dando-se na terra, um ao outro, numa plenitude inalterável de consciência, todas as aspirações e ternuras do seu ser, que mais lhes restava, na verdade, depois da morte, senão continuarem pelo espírito essa felicidade, sob a benção de Deus, no eterno além?...

Singular pacto, sem dúvida.

Decorreu a vida conjugal através vinte e dois dilatados anos, sempre quieta, vivendo e educando os filhos no temor de Deus, e na prática rigorosa e constante de todos os preceitos da igreja, até que um dia a morte roçou por aquele lar a sua aza negra, levando Joana Francisca para o repouso dessa glória tão ardentemente sonhada. Estava em pleno vigor da idade, contando quarenta e dois anos, apenas. Joaquim Furtado, fiel à palavra dada, tratou de cumprir *in continente* o voto que ambos se haviam jurado. Consagrou-se ao estudo, e cêrca de seis anos depois (entre 1785 a 1792) tomou ordens de presbítero.

Não termina, porêm, aqui, conforme o programa que havia sido talhado, a particularidade desta história. O resto é que foi verdadeiramente imprevisto e original. Na missa nova de Joaquim Furtado, que por si só já

constituía um facto pouco vulgar. Tomaram parte três filhos seus, como êle padres também — dois acolitando-o nas cerimónias do altar, o outro subindo ao púlpito, perante as gentes maravilhadas, a comemorar com palavras eloqüentes, e comovidas, das que nos vem aos lábios raras vezes na vida, aquela festividade sem igual, toda feita de renúncia, adoçada pela harmonia dos cantos, pelos perfumes ascendentes dos incensórios!

Eis a circunstância — acontecimento talvez único nos anais do sacerdócio — que vincou êste caso com todas as características de excepção, e lhe dá primasia nas páginas familiares da crónica açoreana.

Impressionou-me esta história. É rara, ingenua. Arquivando-a tenho quási a certeza que o leitor também não passará por ela descuidadamente ou apressado. Embebe-se nela a nossa imaginação, vêde, curiosamente, a modo de envolta pela castidade duma lenda medieval...

Ocorre-nos à memória aquela definição — *mulieris bona beatus vir* — aplicada ao martire Santo Adriano, marido de Natália: bemaventurado o marido da mulher boa e prudente.

26) Joaquim António da Silveira ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 8.º, n.º 8)

◇ Foi o único filho casado que teve, do qual há numerosa descendência na ilha de São Jorge.

27) João de Mendonça ◆ ◆ (§ 9.º, n.º 1)

◇ Residia na freguesia das Angustias, vila da Horta, onde baptisou pelo menos os dois filhos Domingos e Jorge. Êstes moraram em Castelo Branco, tendo sido o primeiro tesoureiro da igreja, ao tempo em que ali foi vigário o padre, licenceado, Filipe Furtado de Mendonça, induzindo-nos esta circunstância a presumir que talvez houvesse qualquer relação de parentesco dele com o padre.

28) Francisco Furtado de Mendonça ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 9.º, n.º 3)

◇ «...entrando para criado ou escudeiro do capitão-mor Jerónimo de Bruma da Silveira, casou de sua casa, ficando ao mesmo serviço. Criou os filhos nos estudos com louvável educação e bons costumes. Procedendo Francisco Furtado de Mendonça naquela casa (do capitão-mor) com boa satisfação e verdade e fora dela, o dito capitão-mor o fês tenente duma fortalêsa nesta ilha até que o fês embarcar para a ilha de S. Miguel, por procurador de seu morgado.» [1]

---

1 Ferreira de Serpa, *Algumas habilitações de naturais do distrito da Horta para ministros e oficiais da inquisição* — (*O Instituto*, vol. 62.º, pag. 299)

29) Francisco Inácio Xavier de Mendonça ◆ ◆ ◆ (§ 9.º, n.º 4)

◇ Foi presbitero secular, conego na Sé de Angra, e bacharel formado em cànones pela universidade de Coimbra. Teve provisão de comissário do Santo Ofício em 31 de março de 1767. [1] Foi-lhe concedida carta de brasão de armas em 15 de outubro de 1771: — escudo partido em pala, tendo na primeira as armas dos Mendonças, e na segunda as dos Pereiras. [2]

[1] Ferreira do Serpa, *Algumas habilitações de naturais do dist. da Horta, etc.*, (*O Instituto*, vol. 62.º, 208)

[2] Ferreira do Serpa, Ib., 300

TITULO XIX

MENDONÇAS

(OUTROS)

DESCENDEM de **João Henrique Furtado de Mendonça**, natural da ilha da Madeira, de onde saiu com a consorte, a estabelecer-se na ilha das Flores. São da nobre geração e linhagem dos Furtados de Mendonça, que, do continente do reino, foram para a referida ilha da Madeira, no século XV.

§ 1.º

1 **João Henrique Furtado de Mendonça** — casado com Joana Lopes Lombada. — (**1**)

Tiveram:

2 **Manuel Furtado de Mendonça** — casado com Auzenda de Frágoa — (**2**)

Tiveram:

3 **Tomé Furtado de Mendonça** casado com Branca Gomes, de quem houve:

4 Adão Furtado de Mendonça, que segue
4 Manuel Furtado de Mendonça, capitão-mor na ilha das Flores
4 Gaspar Furtado de Mendonça, casado com F..., de quem teve:

5 Branca Furtado de Mendonça, casada com Baltazar Velho Pimentel, nascendo dêste consórcio:

6 Gaspar Furtado de Mendonça, casado com Sebastiana Pimentel de Mesquita. — (**3**)

4 **Adão Furtado de Mendonça** casado com Catarina Pimentel — (**4**)
Tiveram:

5 Tomé Furtado de Mendonça, que segue
5 António Furtado de Mendonça
5 Manuel Furtado de Mendonça

5 **Tomé Furtado de Mendonça** casado com Suzana Pimentel — (**5**)
Tiveram:

6 Francisco Furtado de Mendonça, que segue
6 João Pimentel de Mesquita, clérigo
6 Diogo Pimentel de Mesquita Furtado de Mendonça, capitão-mor na vila das Lages, Flores, casado com Branca Furtado de Mendonça
Tiveram:

7 António Furtado de Mendonça Pimentel de Mesquita
7 Delfina Furtado de Mendonça Pimentel de Mesquita, casada com Roberto Pimentel de Mesquita. — (**6**)

6 Gaspar Furtado de Mendonça, casado com Izenda de Fraga, de quem teve:

7 Suzana Pimentel Furtado de Mendonça, casada com António Silveira Pimentel de Mesquita — (**7**)

6 Manuel Furtado de Mendonça, capitão-mor na vila de Santa Cruz, Flores, casado com Maria Pimentel, de quem houve:

7 Francisco Furtado de Mendonça
7 João Pimentel de Mesquita, casado com Úrsula Pimentel, de quem houve:

8 Branca Caetana de Mesquita, casada com António José Pimentel de Mesquita

6 **Francisco Furtado de Mendonça** — casado com F.... (**8**)

Tiveram:

7 João Pimentel de Mendonça, que segue
7 Antão de Mendonça, casado com Maria Izenda de Fraga, de quem houve:

8 João de Mendonça Furtado, c. 8-10-1727 com Tereza Pais de Jesus (V. **Pais**, § 1.º, n.º 3) — (**9**)

Tiveram:

9 Catarina Úrsula da Trindade, n. 18-10-1728 fr. conv. de S. João
9 Rozália Luiza de S. José
9 Francisco Pais de Mendonça, 1.º casou com Brízida Maria Ana, 2.º c. 9-6-1777 com Dorotea Francisca da Silveira, de quem teve:

10 Tereza Mariana da Silveira, n. 27-2-1789, m. 1852, c. 24-11-1781 com Sérgio Pereira Ribeiro (V. **Ribeiros**, § 1.º, n.º 4)

7 **João Pimentel de Mendonça** — m. 1734, casou com Izabel de Fraga, havendo dêste consórcio:

8 **Francisco Furtado de Mendonça** m. 16-6-1792 com oitenta e um anos de idade, c. 11-1-1718 com Izabel Maria do Carmo, m. 12-10-1805 com noventa e seis anos de idade. — (**10**)

Tiveram:

9 João de Mendonça Furtado da Silveira, que segue
9 Ana Joaquina de Mendonça, n. 13-3-1753, m. 5-11-1818

9 **João de Mendonça Furtado da Silveira** — n. 31-6-1751, m. 22-11-1833, c. 10-8-1777 com Ana Margarida de Lacerda, m. 5-6-1833. — (**11**)

Tiveram:

10 Francisco Pais de Mendonça, que segue
10 António Mendonça da Silveira, n. 30-5-1778
10 Jerónimo de Mendonça, n. 10-12-1781, m. de méses
10 Jerónimo de Mendonça, n. 15-4-1793
10 Ana Margarida de Mendonça, n. 19-11-1790, m. 30-9-1874
10 Francisca Izabel da Silveira, m. 8-12-1873
10 Dorotea Delfina de Mendonça, n. 25-4-1780, m. 17-2-1838
10 Izabel Feliciana de Mendonça
10 Mariana Alexandrina de Mendonça, n. 17-11-1788, m. 5-9-1865

10 **Francisco Pais de Mendonça** — n. 30-4-1784, m. 25-

11-1871, casou com Ana Guilhermina, m. 22-11-1852, de quem teve:

11 Manuel Mendonça da Silveira, que segue
11 João Pais de Mendonça, n. 29-12-1821
11 Maria Guilhermina, n. 23-1-1824, m. 19-9-1855
11 Maria de Lacerda Mendonça, n. 14-10-1825, m. 25-11-1908

Fora do matrimónio teve:

11 Mariana Mendonça da Silveira, n. 17-12-1804, m. 26-8-1904, c. 24-10-1857 com Cipriano Joaquim da Silveira, m. 12-5-1878 com setenta e dois anos de idade. — (152)

11 **Manuel Mendonça da Silveira** — n. 25-12-1821, m. 21-12-1891; 1.º c. 19-11-1843 com Carolina Izabel Furtado de Lemos, m. 29-6-1846; 2.º, c. 2-3-1848 com Francisca Adelaide de Lacerda Betencurt, n. 3-11-1828 (V. **Betencurts**, § 4.º, n.º 9) Do segundo casamento nasceram:

12 José Betencurt Pais de Mendonça, n. 19-7-1857, m. 11-7-1886
12 Manuel, n. 23-11-1861, m. de dias
12 Manuel, n. 18-4-1868, m. 19-8-1869
12 Manuel, n. 5-5-1870, m. 12-8-1880
12 Augusto Cezar de Mendonça, n. 14-11-1864
12 Adelaide de Mendonça, n. 9-2-1849, m. 24-12-1864
12 Júlia, n. 21-8-1851, m. 27-2-1858
12 Maria, n. 19-8-1855, m. 11-6-1856
12 Mariana, n. 6-1-1874, m. 3-5-1875
12 Adelaide Guilhermina de Mendonça, n. 23-1-1863, m. 3-2-1888
12 Júlia Leonor de Mendonça, n. 21-7-1866, m. 29-9-1890
12 Ana de Lacerda Mendonça, n. 8-7-1853, m. 28-11-1891; 1.º c. 2-5-1874 *com João Maria Ferreira*, 2.º c. 27-9-1884 *com António Luís Sena*, nascendo deste consórcio:

13 António, n. 23-4-1886, m. de méses
13 Maria, n. 14-7-1888, m. de méses
13 Virgínia Mendonça Sena, n. 18-3-1890, c. 18-2-1911 com Alberto Ribeiro (V. **Ribeiros**, § 1.º, n.º 8)
13 José Cândido de Sena, n. 8-8-1891, casou com Ida Vieira, de quem teve:

14 Walter Luís de Sena

12 Maria de Lacerda Mendonça, n. 27-6-1859, c. 16-7-1892 com Marcelino Lima, n. 12-3-1868 nascendo deste consórcio:

13 Júlia Mendonça Lima, n. 17-4-1893, c. 23-11-1910 com António Vilas, havendo deste consórcio:

14 Carlos Vilas, n. 10-9-1911
14 Vasco Vilas, n. 19-5-1913
14 Maria Júlia Vilas, n. 16-6-1919

NOTAS

1) João Henrique Furtado de Mendonça ◈ ◆ ◆ ◈
(§ 1.º, n.º 1)

◇ Fidalgo Cavaleiro da casa real.

Era de origem espanhola pela linha materna, conforme nos diz uma certidão pouco conhecida, e até hoje inédita, da qual conheço duas cópias em mãos particulares, produzida por Tomás Caetano de Bem, o notavel linhagista, cronista da casa de Bragança, que lhe dá a seguinte árvore de costado: — filho de D. Catarina Guevara, casada com F... Mendonça; neto de Dona Garcia Henrique; bisneto de João Henriques casado com D. Beatriz Mirabel; terceiro neto de Diogo Henriques, residente em Sevilha, casado com D. Maria de Gusmão, filha de Henrique de Gusmão, conde de Niebla; quarto neto de D. Afonso, senhor de Noronha e Gigon, pai de D. Constança de Noronha, segunda consorte de D. Afonso, Conde de Barcelos e primeiro Duque de Bragança, filho natural de el-rei D. João I, e viuvo de D. Brites Pereira, filha do condestável D. Nuno Alvares Pereira.

A consorte, Joana Lopes Lombada, era filha de D. João Lopes Lombada, fidalgo da ilha da Madeira.

2) Manuel Furtado de Mendonça
(§ 1.º, n.º 2)

◇ A consorte Auzenda de Frágoa, era filha do capitão-mor das Flores, Antonio de Frágoa, tambem fidalgo, natural da cidade de Braga e dos primeiros povoadores daquella ilha, casado

com Izabel Rodrigues. [1] Anzenda de Fragoso faleceu com 116 anos de idade.

3) Gaspar Furtado de Mendonça (§ 1.º, n.º 6) ◇ Para conhecimento da descendencia procedente dêste ramo, consulte-se o *Nobiliario da ilha Terceira*, de E. Campos, titulo LX, § 3.º

4) Adão Furtado de Mendonça (§ 1.º, n.º 4) ◇ Êstes Mendonças da ilha das Flores, como o leitor observará, ligaram-se mui intimamente com os Mesquitas Pimenteis, outra familia fidalga, que veio de Elvas para a ilha das Flores, no seculo XVI, descendente da casa dos condes de Benavente, em Castela, e da qual, um antepassado, Vasco Martins Pimentel, casou com Maria Anes, em Portugal, onde foi meirinho-mor, nos meados do seculo XIII.

5) Tomé Furtado de Mendonça (§ 1.º, n.º 5) ◇ Prestou importantes serviços à causa da restauração, durante o tempo em que esteve sitiado o castelo de S. João Batista, de Angra, e que se achava ainda na posse dos espanhóis. Os dois irmãos cooperaram com êle nessa gloriosa emprêsa, seguindo depois, os dois, para o continente, a alistar-se no exercito, e acabando por falecer em campanha, sob o comando de D. Francisco de Mascarenhas.

6) Delfina F. Mendonça P. de Mesquita ◈ ◈ ◈ ◈ §) 1.º, n.º 7) ◇ Para conhecimento da geração, que é numerosa, procedente dêsto ramo, e que deixo de enunciar, por indiferente à nobiliarquia faialense, consulte-se a já citada obra de E. Campos, *Nobiliario da ilha Terceira*, titulo LX.

É dêste ramo que descende o erudito e já falecido bacharel formado em direito no ano de 1896, Carlos de Mesquita, professor que foi do liceu de Vizeu (2.º grupo) depois em Coimbra, na regência da cadeira de

---

[1] «... António de Fragoa, natural da cidade de Braga e que procêde dos Africanos, que povoaram esta cidade, naturais de Cartago e de uma Vila ou Cidade dela, dita Fragoa, donde êle e os seus eram naturais e tomaram o apelido da patria e assim são todos os desta descendencia que tiram mais a este quarto, homens corpulentos e nervudos, e de muitas forças, como bons e generosos africanos e Portuguêses antigos no falar e trato.» — Fr. Diogo das Chagas, *Espelho cristalino*, etc., cap. 18.º, art.º 6.º

filologia germânica, e interinamente das de literatura inglêsa e francêsa. Não era nome que gosasse de muita popularidade; mas era seguramente uma das mais distintas, das mais sabedoras individualidades, e uma das de maior intuição artistica no mundo das letras. Os poucos que o conheceram de perto, como eu, hão de lamentar sempre a perda de tão alto talento.

Deixou, em jornais, artigos diversos e poesias, e em volume um notabilissimo trabalho intitulado *O romantismo inglês*.

Seu irmão, Roberto de Mesquita, uma outra organisação subtil de artista, marcou já um dos primeiros logares, como poeta, no meio literário açoreano. Pena é a sua modestia, quási horror à publicidade, pois estou em afirmar que as suas produções, vulgarisadas, o colocariam sem dúvida no grémio dos mais escolhidos metrificadores portugueses.

7) Suzana Pimentel F. de Mendonça ◈ ◈ ◈ ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 7)

◇ Consulte-se ainda o *Nobiliario da ilha Terceira* de E. Campos, titulo LX, para conhecimento da restante geração de que faz parte o notável escritor Alfredo de Mesquita.

Um neto desta Suzana Pimentel, chamado João Marcelino de Mesquita Pimentel, teve carta de brasão de armas, passada em 8 de março de 1815, com as armas dos Pimenteis, dos Mesquitas, e dos Furtados de Mendonça, em escudo esquartelado. [1]

8) Francisco Furtado de Mendonça ◈ ◈ ◈ ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 6)

◇ Será êste o Francisco Furtado de Mendonça a que se refere Fr. Diogo das Chagas na seguinte passagem? — «Detzenda da Frágoa, que casou com Manuel Fernandes de Mendonça, ha na Ilha do Faial os que procedem de um seu neto que ali está casado, por nome Francisco Furtado de Mendonça, mancebo muito honrado e que tem mui autorizada casa e boa fazenda e que naquela Ilha tem já servido todos os oficios da República...» [2]

9) João de Mendonça Furtado
(§ 1.º, n.º 8)

◇ Era natural da freguesia dos Cedros, ilha das Flores. Se o avô era realmente aquele que Fr. Diogo das Chagas menciona, concluimos então que o pai foi casado, ou pelo menos residente na dita freguesia dos Cedros, Flores.

---

[1] Baena, *Archivo heraldico*, 1.ª parte, 316
[2] *Espelho cristalino*, cap. 18.º, art. 6.º

10) Francisco Furtado de Mendonça ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 9.º, n.º 3)

◇ Era natural e baptizado na frèguesia dos Cedros, Flores. Com isto quero acentuar mais uma vez a minha dúvida se seria o avô realmente aquele orinundo das Flores, e que Fr. Diogo das Chagas conheceu na ilha do Faial.

11) João de Mendonça F. da Silveira ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 9)

◇ Esteve para ser clérigo, chegando os pais a fazer-lhe escritura de doação patrimonial, em 1 de abril de 1773.[1]

João de Mendonça identificou-se bastante com a governança da terra, exercendo alguns cargos públicos, e sempre interessando se pelo bom nome e progresso da ilha. Tomou parte activa como procurador do concelho, na célebre pendência provocada pelo juiz de fora Botelho de Almeida, na qual andaram azèdamente envolvidos o dito juiz, o capitão-mor, o juiz da alfândega, morgado Jorge da Cunha, e a câmara. (V. nota 29, titulo dos *Bruns*).

A consorte, Ana Margarida de Lacerda, era filha do cirurgião António Silveira de Lacerda Madruga e de sua mulher Catarina Bernarda, do logar do Farrobo, e neta paterna de Manuel Silveira Madruga e de sua mulher Izabel Furtado.

12) Mariana Mendonça da Silveira ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 8.º, n.º 8)

◇ Cipriano Joaquim da Silveira, o marido, foi um grande latinista, cujo idioma conhecia a fundo, em todas as suas minúcias e escabrosidades. Mais duma geração lhe escutou as lições. Foi um dos primeiros professores, inauguradores do liceu da Horta, onde sempre lecionou aquela língua, digamos de passagem, com aquêle árido e mecânico rigor catedrático do ensino antigo.

---

[1] Cartório do 4.º ofício, Horta

TITULO XX

OLIVEIRAS

PROCEDEM de **Francisco d'Oliveira**, natural da frèguesia de Santo Amaro, ilha do Pico. Apezar de todo o propósito e de todas as buscas, nada mais consegui apurar acêrca da sua remota ascendência. Nêle se quebra o fio da meada. Cheguei ao ponto aonde ficou na sua *Memória genealógica* Garcia do Rozario, que foi um dedicado amigo desta familia, e que decerto muito inquiriu, o mais possivel, a respeito dela. Seria, pois, veleidade minha querer ir mais alêm.

§ 1.º

1 **Francisco d'Oliveira** — casado com Ana Pereira, de quem teve:

2 **Manuel d'Oliveira Pereira** — c. 29-4-1720 com Vitória da Luz, de quem teve:

3 João Inácio d'Oliveira Pereira, que segue
3 Francisco Homem d'Oliveira, clérigo

3 António d'Oliveira } frades carmelitas
3 José d'Oliveira }
3 Helena Rosa } religiosas no mosteiro de São João
3 Izabel Narcisa }

3 **João Inácio d'Oliveira Pereira** — m. 8-2-1797 com sessenta e sete anos de idade, c. 30-10-1748 com Clara Tomásia de Jesus, n. 14-3-1729, m. 7-2-1814 — (**1**)

Tiveram:

4 Estulano Inácio de Oliveira, n. 21-3-1761, m. 8-10-1812, c. 19-8-1790 com Tereza Emerenciana de Lacerda, n. 7-6-1768, m. 20-2-1825 (V. **Pereiras**, § 4.º, n.º 11). Fora do matrimónio teve:

5 *Francisco de Oliveira Pereira* c. 30-4-1825 com Mariana Doon — (**2**)

Tiveram:

6 Mariana Doon de Oliveira, n. 12-1-1831
6 Guilherme, n. 31-5-1833
6 Tereza Adelaide de Oliveira, n. 10-2-1827
6 Júlia Augusta de Oliveira, n. 4-12-1828
6 Francisco, n. 27-2-1830

4 António de Oliveira Pereira, que segue
4 Miguel Inácio de Oliveira, m. 8-10-1791 — (**3**)
4 João de Deus de Oliveira, m. 9-7-1796
4 João Inácio de Oliveira, m. 11-8-1824 } clérigos — (**4**)
4 José Inácio de Oliveira, m. 24-10-1830 }
4 Joaquim Inácio de Oliveira Pereira, n. 13-4-1764, m. 3-12-1825 }
4 Emerenciana Francisca de Assis, n. 24-4-1751 }
4 Francisca Luiza Bernarda } freiras professas no
4 Rita Tomásia da Vitória } conv. de S. João (**5**)
4 Ana Felizarda, n. 18-2-1767 }

4 **António de Oliveira Pereira** — n. 30-10-1769, m. 29-7-1823, c. 3-8-1819 com Claudina Xavier de Oliveira, n. 3-2-1768, m. 4-12-1847, havendo dêste consórcio:

5 **António de Oliveira Pereira** — n. 28-3-1789, m. 27-10-1868, c. 15-8-1813 com Francisca Eleodora Pacheco, natural da cidade de Angra, m. 19-3-1874. — (**6**)

Tiveram:

6 Joaquim de Oliveira Pereira, que segue
6 António de Oliveira Pereira, n. 24-4-1823 — (**7**)
6 João Pacheco de Oliveira, n. 21-12-1817, m. 1884
6 José Maria de Oliveira, n. 23-10-1826, m. 10-3-1890, 1.º c. 27-11-1854 com Margarida Veloso de Carvalho, 2.º c. 31-1-1864 com Amélia Cândida Linhares, m. 2-6-1891 com cincoenta e três anos de idade (V. **Linhares**, § 1.º, n.º 9)

6 Francisca, n. 25-6-1825
6 Maria, n. 18-1-1819, m. 16-2-1819
6 Maria de Oliveira, n. 3-3-1822, casou com o doutor Lúcio Mascarenhas
6 Carlota de Oliveira, c. 14-2-1854 com Miguel Street de Arriaga (V. **Arriagas**, § 2.º, n.º 6) } gémeas, n. 11-2-1830
6 Mariana de Oliveira }

Fora do matrimónio, e de Vicência Angélica, teve:

6 Guilherme Pereira de Oliveira
6 Maria Angélica de Oliveira
6 Olivia de Oliveira, c. 8-4-1869 com Miguel Cândido de Betencurt, nascendo déste consórcio:

7 Miguel, n. 14-8-1870
7 Miguel, n. 30-4-1876, m. 23-2-1882
7 Olivia de Betencurt, n. 21-8-1872
7 Angelina Betencurt
7 Isménia Betencurt, n. 13-3-1881

6 **Joaquim de Oliveira Pereira** — n. 11-1-1820, m. 12-2-1903, c. 17-8-1845 com Maria Tereza Ribeiro, n. 10-10-1821, m. 6-2-1901 (V. **Ribeiros**, § 1.º, n.º 6) Tiveram:

7 Fernando Ribeiro de Oliveira, que segue
7 Violante de Oliveira, c. 1-9-1866 com João Morisson, n. 3-8-1843, m. 30-9-1902

7 **Fernando Ribeiro de Oliveira** — n. 31-5-1850, m. 15-7-1915, c. 8-2-1877 com Rosa Morisson, n. 9-4-1857, havendo déste consórcio:

8 Fernando Morisson de Oliveira, que segue
8 Maria Morisson de Oliveira, n. 3-11-1877
8 Lúcia Morisson de Oliveira, n. 8-6-1879
8 Beatriz Morisson de Oliveira, n. 9-11-1884
8 Helena Morisson de Oliveira, n. 28-3-1888
8 Izabel Morisson de Oliveira, n. 22-5-1881, casou com H. Houghton, nascendo déste consórcio:

9 Harry Houghton

8 Valentina Morisson de Oliveira, n. 30-5-1886, c. 9-9-1905 com Luís Gonzaga Rodrigues da Silva, havendo déste matrimónio:

9 Maria Oliveira da Silva, n. 23-8-1906
9 Luiza Oliveira da Silva, n. 13-6-1910

8 Luís Morisson de Oliveira, casado com Maria Ataide Labat, n. 1-6-1891 (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 13) de quem teve:

9 Maria Helena Labat Morisson de Oliveira, n. 9-8-1917
9 Maria Luiza Labat Morisson de Oliveira, n. 1-12-1918
9 Maria Ema Labat Morisson de Oliveira, n. 17-8-1921

8 **Fernando Morisson de Oliveira** — n. 23-2-1882, 1.º c. 27-7-1907 com Eduina de Ávila, n. 26-1-1885, m. 21-1-1913; 2.º c. 4-10-1918 com Maria Encarnação Paiva Lima. Do primeiro matrimónio houve:

9 Fernando Ávila de Oliveira, n. 20-7-1908, m. 14-12-1914
9 António Ávila de Oliveira, n. 9-2-1911, m. 8-12-1914
9 Joaquim Ávila de Oliveira, n. 7-1-1913

Do segundo matrimónio teve:

9 Maria Rosa Paiva Lima de Oliveira, n. 10-7-1919

NOTAS

1) João Inácio de Oliveira (§ 1.º, n.º 3)

◇ Foi João Inácio de Oliveira que engrandeceu, quem formou a casa, e vinculou, unindo para isso todas as tenças que possuia. Aumentou-a, principalmente na labuta do negócio amealhando fortuna, empregada numa grande parte em propriedades - vastos campos de vinhas na ilha do Pico; fortuna grossa feita pe mercê da sua tenacidade judaica, da sua administração calculada, avara digamos melhor, feroz, pois outra coisa não vejo que fôsse o torcer vocação de quatro filhos para a vida de clérigos, e violentamente mete no convento para freiras todas as filhas, sòmente com o fim da sucessã da casa cair em monte, a favor dum único herdeiro, numa espécie d morgadio.

Êle e os dois filhos, Estulano e padre José Inácio, foram herdeiro universais, por testamento de mão comum, de André Pestana de Ataíde Clara Rita de Jesus, Ana Inácia, Ana Rita de Jesus, e Maria Francisc todos irmãos de Manuel Pestana de Ataíde, que foi casado com Marian Antónia da Silveira (V. *Ataídes*, § 2.º, n.º 7).

2) Francisco de Oliveira Pereira ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5)

◇ A respeito dêste, Garcia do Rozario escreveu: «Faleceu na Inglaterra na flor da edade, em o mês de junh

de 1835, dizendo-se ser em resultado de paixão que concebera pelo transtorno dos seus negocios.» [1]

Ainda novo ausentou-se para o estrangeiro, a procurar fortuna, regressando ao Faial por chamamento de sua madrasta, quando viuva do segundo marido. Falecida esta, e ficando seu herdeiro, contraiu então o matrimónio, e só alguns anos depois é que voltou para Londres, mas já a comerciar. [2]

Casou no oratório da casa de seu primo António de Oliveira Pereira. A consorte, natural de Savannah, era filha de pai irlandês, John Glargo Doon.

3) Miguel Inácio de Oliveira (§ 1.º, n.º 4) ◇ Este errou os cálculos do pai, que lhe talhara tambem o uso da roupeta, tal como aos irmãos, chegando mesmo a fazer-lhe escritura de doação patrimonial em 19 de abril de 1773. [3]

O homem quási que fazia da casa um colégio eclesiástico!

Mas porque se afastou Miguel Inácio do programa? Por incapacidade? Por oposição?

4) João de Deus de Oliveira, João Inácio, etc. ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 4) ◇ Como ha pouco deixei dito, foram mais obrigados pela vontade paterna, do que pela própria vocação, que êstes quatro filhos de João Inácio de Oliveira tomaram ordens sacras. E se lhes falhou a inclinação, tambem foi voz corrente que a cabeça os não fortaleceu grande coisa — a José Inácio, pelo menos, segundo consta. Parece que êste se ordenou principalmente por obra e graça da eloqüência monetária com que o pai falou aos teólogos do bispado.

A Joaquim de Oliveira, seu sobrinho, que ainda o conheceu, e foi um fértil repositório de factos antigos, ouvi eu contar mais duma vez a seguinte anedota bastante comprovativa do que afirmo, e não pouco divertida.

Tinha o padre José Inácio de Oliveira a mania de tomar parte em todas as solenidades religiosas de maior vulto que se realisavam na Matriz; como, porèm, do seu oficio ainda sabia menos do que qualquer menino do côro, e a sua presença na igreja apenas servia de tropéço, senão tambem algum tanto de galhofa, logo a familia se apressava, por artimanhas ocultas, já habituais, a desmanchar-lhe o intento. Infalivel-

---

[1] *Memoria genealogica* ms., 83 v.
[2] Ib., 79
[3] Cartório do 4.º oficio, Horta

mente, em se aproximando alguma festividade, a Semana Santa, por exemplo, um qualquer amigo intimo da casa, embrulhado na sua ampla sobrecasaca de briche, com umas barbas postiças, e sôbre o nariz umas pesadas cangalhas pretas, investia-se no papel tirânico de médico. A entrada era teatral. Examinava meditadamente, com toda a pausa e compostura scientifica o pobre reverendo, via-lhe a lingua, tomava-lhe o pulso, olhos fitos nos ponteiros do relójio, e por fim, saia mais solene do que entrara, deixando-o a caminho de entre cobertores, numa dieta de caldos de galinha, e com um complicado formulário à cabeceira, de pilulas de miolo de pão, para tomar durante uma semana, três vezes ao dia.

Isto todos os anos! E todos os anos o pobre reverendo, meio pálido e compungido, se lamentava daquela doença que não o deixava ir auxiliar as cerimónias das Endoenças, na Matriz...

5) Emerenciana Francisca de Assis, Francisca Luiza, etc. (§ 1.º, n.º 4)

◇ Conforme já acima referi, entraram todas para o convento, e nêle professaram, obedecendo à vontade despótica do pai.

Joaquim de Oliveira Pereira, seu sobrinho, contava-nos estas coisas instrutivamente, com miudeza, por tradição de familia.

Ana Felizarda, então, a mais môça, foi para os ferros e silêncio da clausura, como se em verdade seguisse a caminho dum patibulo. De nada lhe valeram os excessos da sua natural repugnância. Não lhe serviram súplicas, razões, subterfúgios, lágrimas, rôgos humildes de escrava, dela e da mãe, os porfiados empenhos dos parentes e amigos. Coisa alguma demoveu a resolução soberana do pai, que tudo sacrificava impassivelmente, matemàticamente, às conveniências dos seus cálculos avaros. Estou quási em dizer que era capaz de vender a alma pelo vil metal.

Desalentada, sem um qualquer alvorecer de esperança, para a justiça imponderável do céu voltou o pensamento. Fêz veementes promessas aos santos mais amoráveis e milagrosos; macerava os joelhos pelas igrejas, em repetidas rezas, e em casa, a toda a hora do dia, murmurando terços, novenas, estações, num constante chorar copioso, ante a imagem sempre triste da Virgem, cercada de lumes...

No entanto, prosseguiam os preparativos. O hábito, com seu véu branco de noviça, estava a concluir-se. Em breve deveria chegar a necessária patente do Rev.mo Padre Provincial, para a admissão no mosteiro. E nesta espectativa anceiada, os dias corriam fatais, inalteráveis, com uma pressa inexplicável.

Teve uns fugazes estremecimentos de heroismo com que se escudou, acalentada pela ideia de abandonar os seus, para fugir a tão grande iniquidade, já que resistir não podia; mas logo o pêso imenso da

realidade — a tirania paterna — lhe quebrava a fantasia, apontando-lhe novamente o traço negro do seu destino.

Crescia o desânimo. Por fim, submissa, já nada pedia: apenas desejava e esperava a esmola de algum confôrto. Abraçava-se a todos, às amigas de infância, às servas, ao seio carinhoso da mãe, com essa resignação febril das despedidas, soluçante, recalcando no fundo do peito, como mártir, toda a agrura do tormento que a lacerava. Houve momentos em que a alma se lhe desfazia num inferno de dor.

Todavia ainda teve um assomo inaudito de coragem — de revolta. Foi no dia tremendo da separação. Resistiu desesperadamente: não queria sair de casa. Empregaram então uma violência selvagem, quási de esbirros.

Á última hora, já sôbre o patamar da escada, num desvairamento tempestuoso, enrouquecida pelo seu inútil clamar, aferrava as mãos crispadas ao corrimão, como náufrago que vê fugir-lhe a vida. Os cabelos, meio desgrenhados, desprendiam-se. O corpete, com alguns botões rebentados pela luta, começava de se entreabrir, desvendando-lhe um pouco a alvura do colo.

— Não quero!... Socorro! Socorro!...

O pai, ébrio de furor, a trovejar pragas, ameaçava tudo e todos, o espadim no ar, fumegante. Havia em toda a volta um círculo de pessoas apavoradas. A mãe, que corria, ora a um, ora a outro, contorcendo os braços angustiados, não sabia se mais necessitava de aquietar o marido, se de beijar a filha.

Por fim foi a infeliz arrancada dali à fôrça pelos serventuários, que a levaram, escada a baixo, debatendo-se sempre, e lhe abafaram os gritos suplicantes dentro da cadeirinha, fechada à pressa e com estrondo.

Na rua estacionava uma chusma de curiosos, atraídos por aquele alarido escandaloso, cujo desfecho despertou mal contidos murmúrios de censura e espanto. João Inácio de Oliveira nem os viu, chispando dos olhos clarões rubros de cólera, todo consagrado à sua emprêsa. Recompondo o tricórnio meio descaído para a nuca, sôbre os bucres da cabeleira em desalinho, e com mão ainda trémula arrumando na abertura do colete os bofes entufados da camisa, lá foi de parelha com a cadeirinha, que tomou a passo acelerado pela travessa da Misericórdia acima, com destino ao convento de São João.

Tamanha crueldade sem precedentes, não tanto pelo que tinha de insanável, porque isso, embora desumano, constitui o epílogo vulgar na maioria dêstes dramas de família, mas ainda pelo que era de excessional e monstruoso no seu desfecho; tamanha crueldade assim exercida sem o menor recato, comoveu toda a gente, mesmo os mais rudes e indiferentes, e foi tão longamente comentada, que se tornou lendária nos fastos monásticos da terra.

Joaquim de Oliveira Pereira, seu sobrinho, que ainda a conheceu

(dizia ter uns doze a catorze anos quando ela faleceu) e de qual eu soube, como já referi, toda esta história romântica assim coloridamente narrada, acrescentava que a desditosa monja, unida à grade do palratório, como na ância dum segrêdo, lhe perguntara em certa ocasião se na vinha do Carmo (no Pico) ainda existia o grande portão vermelho, que deitava para o caminho da costa; e logo em seguida, colando-se ainda mais às grades, sempre a meia voz, inquiria com um longinquo brilho nas pupilas amortecidas:

— E ao pé dêle ainda há uma grande pedra, pegada ao muro?...

É porque ali, no tempo das vindimas, ia ela, de fugida, conversar com o namorado, posta da parte de dentro, temerosa e enleada, êle do lado de fóra, sôbre aquela grande pedra, debruçado no muro. Talvez fôsse ao descair da tarde morna, já quando o sol começava de franjar a laivos côr de oiro vivo as nuvens encasteladas por cima do Faial, e depois, a pouco e pouco, as inundava de tons metálicos, acobreados, para daí a nada, morrendo apoplético, as ruborisar, esbraseando todo o poente, num derramamento sanguíneo...

O acalentar daquela saudade perene, único fio de felicidade que lhe perfumara a vida, era de certo todo o seu lenitivo — melhor talvez, quem sabe, que o refúgio das orações, na infinita noite da clausura...

Santa!

6) António de Oliveira Pereira (§ 1.º, n.º 5) ◇ Foi baptizado como filho de pais incógnitos, sendo perfilhado pelos pais, quando êstes vinte anos depois realisaram o seu casamento.

Foi cônsul espanhol na ilha do Faial.

Hospedou em sua casa, em 1831, José Estevão Coelho de Magalhães, o famoso tribuno português, então simples cadete do batalhão académico, fazendo parte do corpo expedicionário que, sob o comando do Conde Vila Flor, veio submeter as ilhas de S. Jorge, Pico e Faial, ao govêrno de D. Pedro IV.

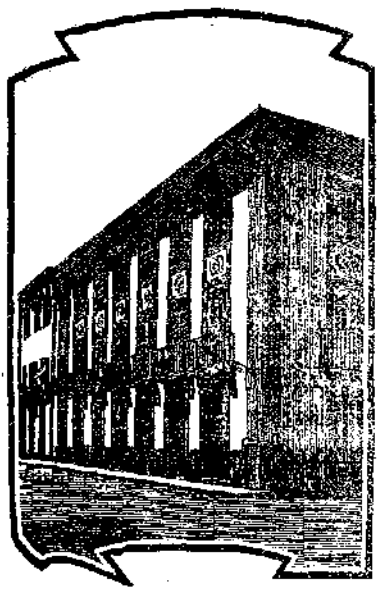
Ernesto Rebelo teceu com esta passagem histórica uma das suas melhores páginas das *Notas açorranas*. Houve-a talvez da mesma fonte que eu a colhi — de Joaquim de Oliveira Pereira, que narrava o caso com toda a minudência e colorido. É um muito particular, mas interessantíssimo episódio da vida íntima dêsse grande homem político, que vale recordar.

E recordando-o, recordemos também a correspondente página da história faialense. [1]

---

[1] Tem estreita relação com êste o episódio que deixei descrito na nota 29, tit. dos *Betencurts*. A sua leitura prévia [illegible]

Tinha começado a campanha liberal, cujo início fôra a gloriosa acção na vila da Praia da Vitória, em 11 de agosto de 1829. Agora ia tomar fase mais activa, depois de largos mêses de preparação, perdidos principalmente em deslindar os embaraços provenientes das negociações para indispensáveis empréstimos, no estrangeiro. O plano era começar pela submissão das restantes ilhas açoreanas, mas sem mais delongas, que bastante estavam prejudicando a causa constitucional. Assim, alguns navios mercantes foram fretados e armados para as primeiras operações.



Residência da família Oliveira

Em fevereiro de 1831, dois deles singraram por defronte do Faial, como a reanimar os seus, fortalecendo-os na esperança de que melhores dias não tardariam a alvorecer. Os corifeus do miguelismo é que tremeram de susto, determinando vários preparativos militares para a provável hipótese duma invasão. Até o nefasto sindicante Monteiro Torres e seus sequazes, se reacenderam em ódios, na sua insidiosa perseguição aos adversários.

Foi a ilha do Pico ocupada pelo exército de D. Pedro, que de Angra viera desembarcar, em parte, no porto das Ribeiras (21-4-1831) estabelecendo-se daí a quatro dias na vila da Madalena. Dali irradiariam para S. Jorge e Faial. Dentro em pouco começaram de aparecer alguns navios da flotilha, que se aproximaram da Horta, nas tardes de 4 e 8 de maio, com intuitos de desembarque, ao que pareceu. Nada disso, porêm. Tornaram a surgir mais tarde, depois da ocupação de S. Jorge: mas as hostilidades não passaram de alguns tiros de peça, ao acaso, para atemorisar o inimigo.

O tempo corria mesmo pouco favorável, obstinadamente agreste, enevoado. [1]

Então, sob uma brisa de feição, fizeram os agressores pròa a S. Jorge, onde desembarcaram na manhã do dia 9, tomando conta da ilha após curta resistência. Ainda assim, custou cêrca de 70 baixas aos defensores, mortos e feridos. [2]

---

[1] *Arch. dos Açores*, VI, 458

[2] Vide nota (17) título *Silveiras*

No mesmo instante mandou o conde de Vila Flor notícia do seu feito aos faialenses, lembrando-lhes que melhor seria capitular do que expôrem-se a um sacrifício certo de vidas, lamentável, improficuo. Olhassem os seus visinhos.

E neste intervalo foi a Angra, de onde regressou a breve trecho (em 15) com reforços para o ataque à ilha do Faial.

O tempo, porêm, soprando pertinazmente do oeste, sempre áspero, demorava a emprêsa. [1] Isto impacientava. Apezar das vantagens já obtidas, a demora trazia todos em sobresalto — porque podia muito bem aparecer cortando os mares algum navio de guerra inimigo, e isso seria um estôrvo dos demónios. [2]

O governador do Faial, coronel António Izidoro Morais Ancora, e especialmente alguns dos seus companheiros mais intransigentes e feros, sustentando a sua honra de soldados, deliberaram defender-se. Foi o que responderam ao emissário. Por seu turno reuniu-se a vereação (13 de maio) não trombeteando valentias, mas para representar a el-rei, acobardada e aflita, a pedir pronto auxilio — «aliaz (diziam) em breve seremos vitimas d'aquelles malvados...» [3] Malvados!

Estavam as coisas neste pé, mal talhadas, em uma perfeita incerteza, quando passou pela baia da Horta a fragata inglesa *La Volage*, toda impávida, traçando no canal uns bordejos serenos, de gáveas em meia adriça. Pouco depois circulou a notícia de que levava a seu bordo o Imperador D. Pedro, que êste abdicara da coroa brazileira, e vinha à Europa decidido a coadjuvar a causa de sua filha. Não era fantasia. Ao mestre da lancha, que foi à fala, ofereceu o monarca quatro peças em oiro, e algumas linhas a identificar-se, traçadas pelo próprio punho. [4]

Acabaram por desmoronar os ânimos rialistas. No dia seguinte a câmara, movida de novas adagadas revulsivas, voltou a reunir-se, lembrando ao governador as desgraçadas circunstâncias da ilha, pobre de recursos de guerra, e a consternação da maior parte dos habitantes. A consternação principal era deles vereadores. Opinavam pela conveniência duma submissão honrosa, sem a efusão de sangue, senão tambem outras calamidades. [5]

Concluiram os militares por ceder ao alvitre, mandando logo para S. Jorge, num escaler, o major D. José Maria de Noronha, a tratar da

---

[1] «No Fayal, aonde o mao tempo nos privou de entrar até 23 do corrente, etc.» (carta do major Pacheco, em 30-6-1831) — *Arch. dos Açores*, VI, 131

[2] Of. de Mousinho de Albuquerque a Abreu e Lima, em 23-6-1831 — *Ib.*, X, 483

[3] *Reg. cam. da Horta*, liv. XV, 141

[4] *Arch. dos Açores*, VI, 462

[5] *Reg. cam. Horta*, liv. XV, 142 v.

capitulação. Foi em 6 de junho. Partiu de manhã. Dai a três dias recolheu com as condições impostas — e regosijado pela maneira afável como tinha sido acolhido pelos adversários. [1]

Nesse mesmo dia da partida do major Noronha para S. Jorge, ancorou na Horta a corveta *D. Izabel Maria*, ao serviço do govêrno de Lisboa, e que vinha de S. Miguel, pela Terceira e Graciosa, com a especial incumbência de socorrer os faialenses. Pasmou o comandante da situação: não imaginava a ilha em semelhante estado, tão perdida de valor, sobretudo tão escassa de convicções pelo seu monarca, e nada menos escassa, o que era peor, de cartuchame para a tropa. Mas com a sua presença cobraram brio os do partido. O navio dava-lhes a esperança de que não tardariam a receber mais auxílio, como requerido, da capital. [2]

Para Vila Flor foi uma contrariedade. Assim tornava-se o desembarque, senão impossível, pelo menos difícil. Como resolver o embaraço? Despachou o emissário, D. José de Noronha, e por êle escreveu ao comandante da corveta *D. Izabel Maria*, instruindo-o das pretenções que estavam em jôgo, e a rogar que não tolhesse o bom êxito das negociações, fascinando com a sua presença os desejos da guarnição. [3] Desta carta, remeteu segunda via.

Nisto alevantou-se de novo o tempo, hostil e carrancudo, com tamanho ímpeto, que obrigou o navio a picar a amarra, desfraldando panos, e pôr-se de bordejo, ao largo. Porque se julgaram sós outra vez, tornaram os do Faial a pensar na rendição. Frágeis adeptos!

Mas o vento começou de amainar; clareou o céu; — e logo de no-

---

[1] Silveira Macedo (*Historia das quatro ilhas*, II, 92) diz que D. José de Noronha regressou ao anoitecer do mesmo dia 6. Engana-se. E a prova temo-la no facto de D. José ter sido portador duma carta de Vila Flor para Nolasco da Cunha, comandante da corveta *Izabel Maria*, carta datada do dia 8 do dito mês de junho.

[2] «..... sai n'esse mesmo dia para o Faial, onde cheguei no dia 6, achei esta ilha no peior estado possivel, não só por falta de recursos pecuniarios, mas mesmo por falta de petrechos de guerra: a tropa em total insubordinação, tendo-se-lhe já faltado com um prct, o que ia occasionando um levantamento, e o povo muito descontente, em consequencia do que já por vezes tinha tentado capitular, e mesmo n'este dia se achava o major D. José no porto das Velas a tratar da capitulação com o ex-conde de Villa Flor..... A chegada desta corveta, posto não ser de nenhum soccorro para aquella ilha..... comtudo poz as autoridades em mais socego, com a esperança, que no entanto chegariam recursos de Lisboa, que havia bastantes tempos tinham exigido — (Of. do comandante da corveta *D. Izabel Maria* ao inspector do arsenal da marinha, Carlos May, em 23-6-1831) — *Arch. dos Açores*, XI, 495 e 496.

[3] Ib., 500

vo se lhes alegraram os olhos, quando dai a poucos dias, em 15, o viram velejando, de proa feita para a baia. [1]

Impacientava-se o conde de Vila Flor, sem recado, nem mandado, tanto da corveta, como dos de terra. Enviou então um parlamentário no dia 19, com um oficio [2] a Nolasco da Cunha, inteirando-o do bloqueio do Tejo, do cruzeiro dos navios franceses nas águas açorcanas, tendo já apresado a corveta *Urania*, e fazendo-lhe notar, por consequência, o risco que êle comandante, como inimigo, tambem corria. Por sua parte ia continuar as operações; não se expusesse, pois, às contingências duma obstinação, tanto inútil, quanto funesta talvez. Melhor seria ligar-se à causa de sua majestade fidelissima, a senhora D. Maria II, podendo desde já assegurar-lhe (porque a tanto estava autorisado) e a todos os oficiais, a conservação dos seus postos, e o tratamento leal e urbano de irmãos reconciliados.

Nolasco da Cunha, sereno, com nobreza, repudiou a proposta. Entretanto aceitou o conselho, decidindo ausentar-se, sem tardança, para logar mais protegido, pelo menos para S. Miguel, onde havia ainda govêrno da sua grei. [3]

Quem se não enfronhou tambem muito em conselhos foram o sindicante Monteiro Torres, e alguns dos seus principais adeptos, entre êles o morgado Cunha. Assim que perceberam o negócio mal parado, trataram de enfardelar malas — o sindicante afundando bem nos recessos do baú, avaramente, a sua inquisitorial e volumosa devassa, da qual nunca mais houve noticia — e lá se foram a bom navegar, primeiro que os outros, num navio que levantou ferro da baia de Porto Pim. [4]

O oficio de Vila Flor citava a carta, datada de 8, que nunca chegara às mãos dêle, comandante, nem da mesma houvera conhecimento algum, apezar das duas vias expedidas, e que agora, por lembradas, feitas as diligências, descobrio estarem na posse do governador Morais Anco-

---

[1] «No dia 10 o vento foi muito forte, e o ferro sobre que estava fundeado não aguentou, e tive de o largar e sair, e andei fóra até 15, em que pude vir fundear. N'estes mesmos dias tornaram a querer virificar nova capitulação, que se frustrou por eu aparecer.» (Of. cit. do Nolasco da Cunha ao inspector May) — *Arch. dos Açores*, XI, 496

[2] Ib., 498

[3] «..... resolvi-me a sair para evitar o ser presa dos francezes, vir a S. Miguel saber novidades..... officiei ao governador participando-lhe a necessidade da minha retirada, e elle immediatamente veiu a meu bordo, e me fez ver o estado da ilha e o que passava a fazer exigindo quarenta e oito horas para o embarque, se assim se assentasse em conselho a que ia proceder..... Prestei-me á sua requisição, apezar do risco que ali corria, etc.» (Of. cit. do Nolasco da Cunha) — Ib., 497

[4] Rebello, *Notas açorcanas*, II, 112. — Macedo, *Historia das quatro Ilhas*, etc., II, 93

ra, a quem tinham sido entregues, durante a sua ausência. [1] Compreende-se pois, a razão do seu silêncio para com Vila Flor.

Instruido o governador da resolução do comandante Nelasco, immediatamente se apresentou a bordo, demandando o prazo de quarenta e oito horas para reunir e fazer embarcar a sua gente. Sem soldados, sem munições, sem recursos pecuniários, sem o apoio da população, que mais restava senão fugir? Isso já estava mesmo meio preparado: um bergantim e uma escuna achavam-se tambem fretados para a retirada. Era indispensável o seu auxilio; não o desamparasse. Foram estas declarações reduzidas a auto (20 de junho de 1831) que a oficialidade do navio subscreveu. [2]

No dia seguinte reuniu-se a guarnição em conselho no quartel do castelo de Santa Cruz, para ouvir o governador, e deliberar definitivamente.

— A nossa gente é pouca, e como vossas senhorias sabem, não temos quási nenhumas munições de guerra. De Lisboa não nos vem socorro... A corveta *D. Izabel Maria*, que teme ser surpreendida pelos navios franceses, vai partir; com a sua ausência cresce consideravelmente o perigo de sermos atacados, sem dúvida por fôrças irresistiveis, o que me faz supôr eminente a perda da ilha e da sua guarnição...

O corregedor, que tambem fôra convocado, e era presente, esclareceu serem muito deminutos os recursos pecuniários, não podendo deixar de se adoptar desde já uma continua supressão de pagamento.

O descoroçoamento foi completo.

Eu avalio a diligente anciedade do governador Morais Ancora, homem moderado, boudoso, sem nenhuns instintos guerreiros, querendo levar a efeito o seu pensamento, talvez mais timido, que humanitário. Queria era ver-se livre daquela alhada. Mas o que êle expunha era a verdade; e tão fundo ela pesou no conceito de todos, mesmo nos de mais belicosa intransigência poucos dias antes, que resolveram por unanimidade de votos, se seguisse o alvitre do governador — «retirar-se com a guarnição, munições e trem de guerra para a ilha de S. Miguel, aonde podiam continuar a fazer mais úteis serviços a sua majestade el-rei.» [3]

---

[1] *Arch. dos Açores*, XI, 497

[2] Ib., 501

[3] O auto, com data de 21 de junho de 1831, foi animado pelo corregedor da comarca, pelo governador e mais dez oficiais. — Ib., 502.

Pela leitura do auto concluimos que Silveira Macedo, — *Hist. das quatro ilhas*, II, 94 — se engana redondamente quando diz que o governador embarcou receando alguma revolta de parte da guarnição que *votara pela resistencia*.

Pelas oito horas da manhã de 23, dia em que terminava o prazo para o embarque, já estava acomodado a bordo o governador. Que pressa! Talvez ainda julgasse que era mentira. O comandante da corveta, como não tivesse favor da maré além das cinco da tarde, determinou que tudo devia estar a postos até às três horas, o máximo; — e três horas eram quando atracaram ao navio os últimos batelões com alguns soldados, alguns oficiais e empregados civis. Era pouca gente: uns cem militares, quando muito. Explicou o tenente-coronel Guido José Serrão, pessoa de espírito recto e humano, [1] que tinham tocado a reunir várias vezes, mas que mais ninguem aparecera, além daqueles e dos que haviam seguido para os outros navios. [2] Que se havia de fazer? E concluiu, numa frase de certo amargor, meio apagada:

— Houve muitas deserções...

Sem mais demora o comandante mandou um guarda-marinha transmitir ordem aos dois transportes, de se fazerem de vela imediatamente. A corveta levantou ferro pelas quatro horas; — ia já de mar em fora, a escuna, levada por uma brisa ténue. O bergantim, porém, que chegou a desfraldar pano, não se movia do ancoradouro, sempre preso à amarra. Por dois soldados, que se passaram à escuna, depois à corveta, correu boato de ser devido à falta de vento. Mas aos outros não faltou; sairam... Nolasco da Cunha ficou convicto de ter havido traição. [3]

Os dois soldados estavam ilndidos. O navio fôra retardado em virtude de reclamação feita pelo cônsul britânico, e apresentada pelo comandante da fragata inglesa *Galathea*, para a entrega dum soldado acusado de homicíuio.

Fôra o caso que êsse soldado, desarranjado pela embriaguez, com outros, na ocasião do embarque, deu-lhe na tineta de apontar e disparar a espingarda para um vulto, que estava, como outro, por curiosidade, à janela do administrador do rial contrato. [4] Feriu mortalmente o alvejado, Diogo Searle, filho dum negociante inglês estabelecido na Horta, cuja morte se verificou ao cabo de cinco dias. O soldado desembarcou com efeito, e daí a pouco tempo (24 de setembro) foi justiçado.

Assim detido, o navio já não teve depois boa maré, nem aragem que o levasse. Além disso as fôrças liberais haviam já atravessado o canal — estavam de posse da ilha. Reinavam outros ventos...

---

[1] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, II, 82

[2] Foi calculado entre oitenta a cem o número de militares fugitivos.' (Of. de João Ferreira Sumpaio a Luís do Abreu e Lima, em 23-6-1831 — *Arch. dos Açores*, XI, 507

[3] Of. cit., em 23-6-1831, do comandante Nolasco a Carlos May. — Ib. 507

[4] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, II, 94

O conde de Vila Flor, que nunca mais tivera noticias da capitulação próposta depois da chegada da corveta *D. Izabel Maria*, deliberou emfim efectuar o ataque à ilha do Faial, passando-se no dia 22 (junho) com a sua gente, de S. Jorge para o Pico, numa viagem calma de luar, até à vila da Madalena, onde aportaram na madrugada imediata. Êste era o ponto escolhido para início da acção. [1]

Pouco depois da chegada à Madalena prenderam-lhe a atenção alguns tiros de peça nos fortes da baia da Horta, e grande número de lanchas navegando de terra para a corveta, e da corveta para terra. Não só desejoso, mas sobretudo convindo saber o que se passava, mandou um escaler com dois oficiais ao encontro dum brigue americano, que levantara ferro, e navegava a pano sôlto em direcção ao norte. Não tiveram grande demora; voltaram a toda a pressa informados da evacuação militar da ilha, e especialmente esclarecidos de que ela se fizera aceleradamente, tendo sido a maior parte da tropa metida de roldão a bordo de dois navios mercantes. Da cooperação prestada pela corveta nada sabiam.

Sem esperar mais nada, o general ordenou o embarque duma fôrça necessária, não só para ocupar as fortalezas, mas principalmente para obstar, sendo possivel, á saida dos transportes. Era um trôço de infantaria com destino a desembarcar no cais da vila da Horta. Êle, por seu lado, num movimento combinado, com uma vanguarda de caçadores, foi pisar terra na Praia do Almoxarife; — e numa anciedade de supremo momento, galgando a Lomba do Pilar, descendo depois por tortuosos e ingremes caminhos, em menos duma hora, Vila Flor e os seus entraram, quando os outros, na Horta, sem a menor resistência. Dir-se-ia que todos o esperavam.

Foi ao fechar da noite. [2]

As tropas liberais eram recebidas no meio dos aplausos e das aclamações delirantes de toda uma população que respira, resgatada. As ruas coalhavam-se de inúmera gente, alegre e ruidosa, que parecia ter

---

[1] Of. do conde de Vila Flor a João Ferreira Sarmento, em 24-6-1831, descrevendo a sua entrada no Faial. — *Arch. dos Acores*, XI, 505

[2] «Imediatamente mandei proceder ao embarque duma força sufficiente, não só para ir ocupar os fortes, mas para obstar, sendo possivel á saida dos transportes; e atravessando o canal me dirigi com uma vanguarda de caçadores a praia de Santo Christo, emquanto que a infanteria navegava para o cais da villa, e effeituei o meu desembarque ao fechar da noite no meio dos applausos, dos vivas deste povo, que nos consideron como seus libertadores...» (Of. cit. de Vila Flor, em 24-6-1831) — Ib.

necessidade em se afirmar, de oferecer, como que à natureza, o seu fácil contentamento; muitas eram as famílias, e pessoas várias, pelos quarteis e casas de aboletamento, abraçando os parentes e conhecidos alistados nas fileiras constitucionais; — e havia lágrimas enternecidas de amigos que se abraçavam após aterradores mêses de prisão. Os sinos repicavam jubilosamente; toda a vila se iluminou de fora em fora, com uma expontânea profusão nunca praticada. Houve bailes. A bordo da fragata inglesa *Galathea*, sob o comando de Napier, depois conde do Cabo de S. Vicente, e que tomou parte muito activa no decurso da guerra civil, foi oferecido um jantar ao general, seu estado maior, e alguns oficiais. [1]

Vila Flor nunca soppoz que fôsse tamanha a desordem e a fraqueza do inimigo. Mal havia chegado, apresentou-se-lhe um oficial, dos que se achavam a bordo do bergantim ainda fundeado no porto, a protestar submissão absoluta, tanto sua, como de todos os seus, oficiais e soldados. Muitos dos que tinham desertado vieram oferecer-se-lhe de bom grado. Subiu a 304 o número total de prisioneiros. [2] Na precipitação da fuga, não fizeram recolher os destacamentos dispersos pelos diferentes pontos da ilha. Não houve tempo para tanto. Mas vagar houve para encravar uma grande parte da artilharia, e arrojar ao mar o balame, cartuchame, e até caixões com armas. [3]

O conde, porêm, em menos duma semana, de tudo cuidou com inteligência e presteza. As 55 peças de artilharia, guarnecendo as diversas baterias da ilha, que as fôrças miguelistas tinham deixado encravadas e desmontadas, ficaram prontas a servir em menos duma semana; as peças de campanha, que haviam sido arrojadas ao mar, postas a salvo sôbre o cais da vila, esperavam apenas pelos reparos para serem

---

[1] «Os nossos foram recebidos em triumpho, no meio das acclamações de jubilo, e dos vivas dos faialenses, que os proclamavão como seus libertadores, tornando-se mais *pathetica* esta scena pela presença *d'um grande numero de pessoas que* se achavão presas, muitas d'ellas ha tres annos, por opiniões politicas, e de algumas familias que vinham abraçar seus parentes e amigos, que se achavão nas nossas fileiras. A villa foi á noite expontanea e brilhantemente illuminada: houverão differentes bailes, para os quaes foram convidados os officiaes, cadetes e voluntarios, e no entanto os hymnos, e os vivas se fazião ouvir por toda a parte.... A fragata ingleza *Galathea* que se achava fundeada no porto da villa da Horta, salvou a bandeira bicolor logo que foi arvorada nos fortes; e o seu commandante convidou o Ex.mo General, o seu estado maior e alguns officiaes para um jantar, etc.» (*A Chronica*, semanal, orgão oficial da Regencia) — *Arch. dos Açores*, VI, 461.

[2] Ib., VI, 86.

[3] Of. cit. do conde Vila Flor. — Ib., XI, 506.

montadas. Alistou gente; guarneceu de tropa os pontos principais da ilha; assegurou a subsistência e acomodação de todo o corpo expedicionário. E quando tudo em ordem, entendidas todas as suas instruções, sem mais perda dum minuto — porque outros pensamentos de maior vulto tinha a cumprir — se embarcou o conde de Vila Flor com o seu quartel general na chalupa de guerra *Water Witch*, saltando em terra, na Terceira, em 29 dêsse afortunado mês de junho.

Entre os militares que ficaram no Faial, contava-se o joven cadete do corpo académico, José Estevão Coelho de Magalhães, fazendo parte do pequeno trôço de tropa desembarcada com Vila Flor na Praia do Almoxarife. Quando êste chegou à Horta, um dos principais da terra que primeiro o saudou, a oferecer-lhe seus serviços, foi António de Oliveira Pereira. O general recomendou-lhe José Estevão, que vinha debilitado e doente. Oliveira Pereira orgulhou-se da preferência. Em sua casa, pois, ficou o môço académico aboletado, melhor diremos hospedado, pelo que se seguiu depois.

No seio da família Oliveira encontrou José Estevão todos os cuidados de que carecia, dispensados com uma franqueza e carinho inexcediveis — qualidades aliás bastante peculiares, outrora, do génio faialense. O afectuoso acolhimento de que foi rodeado, se lhe restaurava a vida no corpo alquebrado, não menos lhe confortava comovidamente a alma saudosa e solitária, longe dos seus, em aventuras, por terra estranha.

Nas janelas do seu quarto palpitavam umas cortinas leves de cassa; sôbre a cómoda, nas jarras de faiança holandesa, havia sempre ramalhetes frescos de flores; — e à cabeceira, emquanto doente, e mesmo depois, até ao último momento da sua permanência no Faial, teve a dedicação solícita e humilde duma velhota, serva da casa, que àquele joven tão galante e dócil, de olhar sismador, consagrava uma amisade quási de mãe.

Foi prolongada a convalescença. Por êste motivo passou em companhia da família Oliveira o seu aniversário natalício, a 26 de dezembro de 1831, para a comemoração da qual todos se juntaram, conspirando nos preparativos sem que êle coisa alguma suspeitasse. Tinham descoberto, com reservada habilidade, aquela data.

Nos primeiros instantes dêsse 26 de dezembro, quando José Estevão, depois do almôço, subiu ao seu quarto, e pasmava de vê-lo transformado, todo posto de gala, com cortinas novas nas janelas, e uma rica colcha de seda amarela, bordada a matiz, cobrindo o leito; quando dai a nada recebia os parabens dos donos da casa e os beijos virginais das crianças, que o cercavam triunfantes — apareceu a velha Bárbara, muito grave dentro do seu vestido domingueiro, côr de canela, a felicitar tambem o seu hóspede, e, com meias palavras de envergonhada, oferecendo-lhe algumas varas de pano fino, preto, embrulhadas numa

alvinitente toalha de linho, cheirando a rosas. O coração de José Estevão bateu fortemente, num humilde assombro, a minguar de reconhecimento, não percebendo porque era alvo de tanta estima, de homenagem tão significativa e simples.

— É para um fardamento novo... Vossa senhoria hade desculpar o atrevimento.

Êle não sabia que dizer. Aquele moço audaz, já iniciado nos perigos tomerosos da vida, já retemperado pelos fumos alucinantes, sobresaltos e surpresas das batalhas, e de certo sentindo-se já iluminado por êsse verbo potente, que mais tarde arrastaria inflamadamente as multidões — emudeceu. Apenas balbuciou com voz sumida um breve «obrigado», mais cheio de respeito talvez, que de contentamento. Olhou em de redor todos aqueles rostos, que brilhavam, ajudando a inocente comédia — e estreitou entre as suas as mãos daquela santa criatura. E dos olhos borbulhavam-lhe algumas lágrimas silenciosas, num consolador enternecimento.

Antônio de Oliveira esforçou-se sempre por tornar alegres e salutares as horas de permanência do seu hóspede, junto de si. Levava-o a passeio de vez em quando; relacionou-o com as melhores pessoas da terra; teve-o comsigo, veraneando, na sua casa do Cabeço Chão (Pico) da qual só se descortinavam campos e campos de vinha, a perder de vista — tristonhos campos de lava, ásperos e negros, apenas alegrados pelos pámpanos verdes das cepas; proporcionava-lhe amiudados serões, à moda do tempo, em que se fazia roda para os jogos de prendas, e ao bater regulamentar das nove horas, se servia o chá familiar, o belo chá verde, aromático e fumegante, em pintalgadas porcelanas da China...

Assim se demoron José Estevão no Faial, cêrca dum ano, com diferença de dias. É de crer que fôsse o último período mais tranquilo da sua existência. Do Faial seguia para S. Miguel, a reunir-se à divisão constitucional já coordenada, prestes a partir. Depois foram os tormentosos momentos da guerra civil; depois as convulsões políticas, as suas lutas tribunícias, toda uma gloriosa e revoltada carreira de idealista.

7) António de Oliveira Pereira (§ 1.º, n.º 6) ◇ Estava cursando a universidade de Coimbra quando faleceu.

TITULO XXI

PAIS

DESCENDEM de Matias Pais, natural da vila da Praia, ilha Graciosa, sendo seu filho **Francisco Gomes Pais** o primeiro que desta família se passou à ilha do Faial, em começos do século XVIII.

Mas a origem de Matias Pais? Apezar de todas as diligências, não foi possivel remontar a época que me fornecesse, embora incertamente, a linha da sua ascendência. Nem sei mesmo se tem alguma relação de parentesco com a Izabel Pais citada no artigo 7.º, (apócrifo) capitulo 14.º, do *Espelho cristalino* de Fr. Diogo das Chagas. [1]

§ 1.º

1 **Matias Pais** — casado com Maria Gomes, de quem houve:

2 Francisco Gomes Pais, que segue
2 Domingos Pais, c. 11-10-1694 com Ana Luís
2 Fernando Pais, casado com Izabel Nunes, de quem teve:

---

[1] Vide § 6.º, tit.º *Mendonças*

3 Teroza Pais de Jesus, c. 8-10-1727 com João de Mendonça Furtado (V. **Mendonças, outros**, § 1.°, n.° 8)

2 **Francisco Gomes Pais** — m. 26-9-1749 com setenta anos de idade; 1.° casou com Maria de Melo, m. 9-12-1711; 2.° casou com Maria da Anunciada, m. 6-5-1759. Do primeiro casamento teve:

3 Joana Clara do Espírito Santo, que segue no § 2.°
3 André Gomes, n. 3-12-1711

Do segundo matrimónio houve:

3 Francisco Gomes Pais, que segue
3 Inácio Cezar Ribeiro, m. 28-7-1762
3 Alexandre José, n. 29-7-1737
3 José Augusto Ribeiro, n. 30-1-1732 } clérigos — (1)
3 Tomás Francisco Ribeiro
3 Francisca Inácia de Santa Rita, n. 17-12-1714, freira professa no mosteiro da Glória
3 Jacinta Bernarda
3 Clara Luiza Bernarda de Jesus, n. 10-8-1729, m 10-8-1804, c. 17-5-1751 com Francisco Pereira da Rosa Pires (V. **Ribeiros**, § 1.°, n.° 3)

3 **Francisco Gomes Pais** — n. 3-2-1718, m. 1-10-1801, c. 6-7-1755 com Rosa Máxima Constança da Silveira, m. 6-4-1804 (V. **Mendonças**, § 6.°, n.° 6) — Tiveram:

4 Francisco Gomes Pais da Silveira, que segue
4 João Aurélio Ramos da Silveira, n. 15-6-1764, m. 25-6-1833, c. 4-9-1800 com Clara Mariana (V. **Mendonças**, § 7.°, n.° 4) — Tiveram:

5 João Aurélio Ramos da Silveira, n. 3-6-1801, m. 19-6-1825, c. 24-9-1824 com Úrsula Teles de Lacerda, n. 17-3-1801 (V. **Sousas**, § 1.°, n.° 4) — (2)
5 António Ramos da Silveira Coutinho, n. 15-7-1806, casou com Maria das Dores Moniz Sá Côrte Real, natural de Angra — (3)
5 Ana Adelaide Ramos, n. 23-7-1812, c. 19-11-1836 com António Teles d'Utra Machado (V. **Sousas**, § 1.°, n.° 4)
5 Emília Ramos da Silveira, n. 19-11-1802, c. 7-11-1838 com o brigadeiro Emídio José Lopes da Silva
5 Francisco, n. 17-3-1804
5 Guilherme, n. 6-7-1807, m. 4-3-1816
5 Maria n. 6-3-1814

4 **Francisco Gomes Pais da Silveira** — n. 8-4-1756, m. 25-6-1795, c. 1-8-1784 com Rosália Cândida Emerenciana, de quem teve:

5 João Pereira Ramos, que segue
5 Desidério, n. 22-6-1788

5 José, n. 12-12-1793
5 Analdina, n. 8-2-1787
5 Amélia, n. 4-7-1791
5 Ermelinda Cândida, c. 21-8-1804 com António Jacinto de Melo — (4)
Tiveram:

6 Maria de Melo, n. 4-8-1810, c. 3-5-1827 com o doutor António Ferreira Borralho, o qual se consorciou em segundas núpcias com Luiza Soares (V. **Soares**, § 1.°, n.° 8)

5 **João Pereira Ramos da Silveira** — c. 20-5-1820 com Mariana Emília Brum do Canto, n. 24-11-1791 (V. **Cunhas**, § 3.°, n.° 7) — Tiveram:

6 Manuel Inácio do Canto Ramos, que segue
6 Mariana Brum do Canto Ramos, n. 7-8-1822, m. 20-8-1864, c. 26-4-1852 com seu primo Manuel Inácio do Canto Brum de Lacerda (V. **Pereiras**, § 4.°, n.° 13) — Tiveram:

6 **Manuel Inácio do Canto Ramos** — n. 6-6-1825, m. 1886, c. 30-10-1856 com Ana Elvira de Lacerda, n. 19-6-1838 (V. **Pereiras**, § 4.°, n.° 13) — Tiveram:

7 Alexandre do Canto Ramos
7 Olívia do Canto Ramos
7 Alfredo do Canto Ramos

§ 2.°

3 **Joana Clara do Espírito Santo** (§ 1.°, n.° 3) — n. 1709, c. 22-5-1728 com Felix Gonçalves Dutra, havendo dêste consórcio:

4 Teodora Bernarda Luiza, que segue
4 Francisco António da Rosa

4 **Teodora Bernarda Luiza** — m. 21-9-1815 com setenta e cinco anos de idade, c. 25-12-1760 com o doutor Manuel Gonçalves Maurício, m. 3-12-1818 com noventa e quatro anos. — (5)
Tiveram:

5 Zeferino José Gonçalves, que segue
5 Ana Maurícia Laura, que segue no § 3.°
5 Emídio António, n. 23-3-1765
5 Laureano José Bento, n. 24-5-1762 } clérigos (6)
5 Maurício António de Andrade, n. 2-5-1764 }

5 Maurícia Cândida, freira professa no convento de São João
5 Eulália Maurícia, n. 13-4-1765, m. 9-4-1838
5 Pulquéria Luiza, n. 8-8-1766, m. 28-6-1821
5 Petronilha Luiza, n. 26-7-1771
5 Balbina Clara
5 Venceslau, n. 28-6-1773

5 **Zeferino José Gonçalves** — n. 21-7-1768, casou com Jacintá Pulquéria da Cunha Vasconcelos, de quem teve:

6 Jacinta Zeferina de Vasconcelos, que segue
6 Ana Zeferina Gonçalves, c. 7-7-1821 com José Filipe de Lacerda (V. **Pereiras**, § 7.º, n.º 12)
6 Margarida Zeferina, casada com António Hermes
6 Maria Zeferina, casada com João Dias Coelho (V. **Pereiras**, § 6.º, n.º 11)

6 **Jacinta Zeferina Vasconcelos** — c. 28-11-1835 com Vicente Prieto, natural da Senhora da Graça, Cartagena (Espanha) filho de João Prieto e de Joana Garriga. — Tiveram:

7 **Eduviges Hernandes Prieto** — c. 6-6-1868 com Evarista Guilarte, n. 22-10-1849, de quem houve:

8 **Eduviges Goulart Prieto** — n. 27-7-1870, m. 21-8-1916, c. 23-10-1897 com Luiza Soares de Melo e Simas (V. **Soares**, § 4.º, n.º 11) de quem teve:

9 Capitolina Prieto, casada com Amadeu Ferreira
9 Augusto Carlos Prieto

§ 3.º

Ana Maurícia Laura (§ 2.º, n.º 5) — n. 25-7-1767, c. 18-2-1796 com Vitoriano José de Sequeira, m. 13-4-1816 com setenta e cinco anos de idade. — Tiveram:

6 Vitoriano José de Sequeira, que segue
6 Manuel, n. 19-6-1805 (gémeo com o irmão José)
6 José Maria de Sequeira, n. 19-6-1805, m. 8-8-1876, c. 17-8-1845 com Joaquina Emília Terra, n. 22-3-1806, m. 5-12-1881 (V. **Terras**, § 3.º, n.º 9) — Tiveram:

7 Francisca de Sequeira, n. 11-6-1844
7 Augusta de Sequeira, n. 1-1-1846
7 Hermínia Sequeira, n. 4-9-1848, c. 26-10-1872 com João de Betencourt, m. 18-6-1880

6 Laureano de Sequeira, n. 26-8-1802, m. 28-7-1876, c. 4-10-1851 com Ana Guterres, n. 12-13-1818, m. 7-7-1852 (V. **Guterres**, § 1.º, n.º 8)

6 Manuel Victor de Sequeira, n. 12-4-1841, m. 1896, casou com Cândida Elvina, de quem houve

7 Elísia de Sequeira
7 Maria do Nascimento Sequeira, 1.º casou com Jorge Eben Milliken, 2.º casou com o Dr. Tomás José de Betencurt Gularte
Do primeiro matrimónio teve:

8 Jorge Milliken, n. 19-6-1871

Do segundo consórcio houve:

8 Maria Amélia Betencurt Gularte, casada com Carlos Müller Kjolner, havendo déste consórcio:

9 Maria Ana Gularte Müller Kjolner

7 José Maria de Sequeira
7 Manuel Victor de Sequeira, n. 1837, m. 1887, casou com Joana Charmouth, de quem teve:

8 Gil Mont'Alverne de Sequeira, n. 27-6-1859, na cidade de Obidos, Brazil, c. 27-6-1889 com Maria Vitoriana Mont'Alverne de Sequeira. — (7)

6 Ana Maurícia Sequeira, n. 2-5-1797, m. 6-6-1823, c. 8-8-1822 com Francisco Silveira Vilalobos (V. **Ataides**, § 2.º n.º 9)
6 Maria Sequeira, n. 5-3-1800, m. 16-5-1816
6 Elísia de Sequeira, n. 1798, m. 22-5-1822
6 Joana de Sequeira, n. 8-1-1804, m. 8-1-1888, c. 7-2-1822 com Laureano Pereira da Silva, nascendo déste consórcio:

7 Laureano Pereira da Silva, n. 1824, m. 25-4-1897, c. 22-2-1854 com Emília Vilalobos Ribeiro, n. 7-10-1836, m. 17-5-1921 (V. **Ataides**, § 2.º, n.º 10) — Tiveram:

8 Hortênsia Ribeiro da Silva, n. 12-5-1860, m. 22-12-1918, c. 24-10-1881 com Daniel de Moura Lane (V. **Ribeiros**, § 2.º, n.º 7)
8 Oton Pereira da Silva, n. 31-12-1854, casou com Olinda Rodrigues, de quem teve:

9 Laureano Pereira da Silva, n. 30-11-1875
9 Utília Rodrigues da Silva, c. 5-5-1897 com Jaime da Terra Mesquita. (V. **Terras**, § 3.º, n.º 11)

6 **Vitoriano de Sequeira** — n. 25-2-1796, m. 5-12-1879, casou com Francisca Rosa Coucelos, m. 29-7-1882, de quem teve:

7 José Augusto de Sequeira, que segue
7 Laureano Victor de Sequeira, n. 5-12-1846, m. 19-6-1878

7 Vitoriano José de Sequeira, n. 24-9-1844
7 Manuel Augusto de Sequeira, n. 21-4-1849
7 Ana de Sequeira, n. 9-10-1841, m. 22-10-1892
7 Francisca Herminia de Sequeira, n. 26-9-1837, m. 1-1-1890

7 **José Augusto de Sequeira** — c. 16-7-1892 com Clara de Oliveira, nascendo dêste consórcio:

8 José Augusto de Sequeira, n. 23-4-1898
8 Manuel Augusto de Sequeira, n. 29-5-1903

NOTAS

1) **Alexandre José. José Augusto Ribeiro, Tomás Francisco Ribeiro** ◈ ◈ ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 3)

◇ Êstes padres (os dois últimos) juntaram grosso cabedal, não sei bem se no exercício do seu mister, se no negócio, se por virtude de herança ou doação. Do que se tem a certeza é que legaram todos os seus haveres ao cunhado Francisco Pereira da Rosa Pires, que estudou e foi a Coimbra tirar carta de farmacêutico exclusivamente a expensas deles. Residiam na rua de Jesus, na casa n.º 3 de que eram donos. O padre Tomás foi vigário na freguesia da Candelária, Pico, e foi quem baptizou o sobrinho Sérgio Pereira Ribeiro; o irmão, padre José Augusto, paraninfou na pia as sobrinhas Matilde Ribeiro e Aurélia Ribeiro.

2) **João Aurélio Ramos da Silveira** ◈ ◈ ◈ ◈ ◈
(§ 1.º, n.º 5)

◇ Foi sargento-mor de milícias na Horta.

3) António Ramos da Silveira Coutinho ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Casou na cidade de Angra, de onde era natural a consorte, e ali se estabeleceu, deixando descendência. [1]

A êle é atribuido o art.º 7.º, apócrifo, que faz parte do manuscrito de Fr. Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino*, segundo parecer do sr. Ferreira de Serpa, que a tal respeito escreve: «Parece-me que quem fês o acrescentamento foi António Ramos da Silveira Coutinho (filho do João Aurélio Ramos e de Clara Mariana da Silveira Carolo, que nasceu na Horta em 15 de julho de 1806) para dizer que descendia de Mendes Furtado de Mendonça, a quem deu tambem o apelido Coutinho, e que era parente remoto do Bispo de Coimbra, Dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Como se sabe, o manuscrito do *Espelho Cristalino* é hoje propriedade do Sr. Doutor Alberto Teles de Utra Machado, que o herdou de seu pai, o Doutor José Prudêncio Teles de Utra Machado, açoriano, que residia em Angra, aonde tambem se fixou António Ramos da Silveira Coutinho, e nada mais fácil que, tendo-lho emprestado, Silveira Coutinho uditasse o que bem lhe conveio, sem reparar que Frei Diogo das Chagas, tendo morrido havia cêrca de duzentos anos, não podia escrever a respeito dos avós dêle, Silveira Coutinho, e do Bispo, falecido em 1821.» [2]

4) Ermelinda Cândida ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5) ◇ O marido, natural da vila de S. Roque, Pico, foi escrivão e tabelião na Horta, tendo a seu cargo o cartório então criado, e que é hoje o do 2.º oficio.

5) Teodora Bernarda Luiza (§ 2.º, n.º 4) ◇ O marido, Manuel Gonçalves Maurício, era com ela primo coirmão, filho de Estevão Gonçalves Maurício e de sua mulher Maria Ana de Jesus, da vila da Madalena, Pico.

Foi êle uma personalidade de nome, na ilha do Faial — um médico distinto. Com natural vocação, desde criança, para o estudo, em seu pai, que era um abastado proprietário, encontrou todo o disvelo e auxílio para levar a cabo a sua ambicionada carreira. Cursou na Horta primeiras letras, e os demais estudos que então se professavam, lecionados pelos padres jesuitas no seu colégio, seguindo depois para a universidade de Coimbra a matricular-se na faculdade de medicina, em que se

[1] E. Campos, *Nobiliário da ilha Terceira*, tit. *Coutinhos*
[2] *O Instituto*, vol. 66.º e 369.º

formou com assidua aplicação. É datada de 23 de março de 1756 a sua carta de bacharel. [1]

Foi nomeado pela câmara da Horta, em 1761, para o segundo partido médico, com a remuneração anual de 50$000 reis, passando ao primeiro partido no ano de 1770, com a retribuição de 120$000 reis.

Exerceu tambem o cargo de médico dos conventos e do hospital da Santa Casa da Misericórdia. De cada um dos conventos de freiras — Glória e São João — recebia anualmente dois moios de trigo.

Foi, repito, uma figura de grande destaque na ilha do Faial, não pelo que influiu na governança da terra, mas pela sua proficiência, pela bondade do seu trato, pela nobreza do seu caracter. Tornou-se popularissimo e alvo duma veneração sem limites. Era em extremo caritativo para com os pobres, aos quais tratava sempre levado da maior solicitude, não sómente visitando-os gratuitamente, como ainda dando-lhes dinheiro para medicamentos, quando não era algumas vezes para agasalho do corpo ou para uma côdea de pão.

Pertenceu ao doutor Gonçalves Mauricio a casa dum andar, fazendo esquina com a rua da Carrasca e rua de Cima (hoje rua Serpa Pinto) a qual, adquirida pela câmara municipal juntamente com outros prédios contiguos, foi demolida em 1840 para construção do actual mercado público.

6) Maurício Antonio de Andrade ◈ ◈ ◈ ◈ ◈
(§ 2.º, n.º 5)

◇ Doutorou-se em leis e cânones na universidade de Coimbra, sendo provido em 1802 na vigararia da Matriz da Horta, e mudado depois para a da freguesia da Conceição, em 1806, cargo que exerceu até à data do seu falecimento (1820). Era ouvidor eclesiástico em toda a ilha do Faial.

Pela sua ilustração, que se manifestou notóriamente em diversos actos da sua vida, não só no desempenho do seu ofício, mas sobretudo nas funções de jurisconsulto, pela sua integridade de caracter, virtudes evangélicas, e zeloso acatamento dos seus deveres, grangeou a mais respeitosa consideração de quem quer que o conhecia. Tendo em atenção os seus serviços e méritos pessoais, el-rei agraciou-o com o hábito da ordem de Cristo — mercê que então não andava tanto a granel como depois sucedeu, porque em regra era prémio de qualidades condignas, morais ou intelectuais, de heroismo ou de altruismo.

---

[1] *Reg. com. Horta*, liv. IX, 99

7) Gil Mont'Alverne de Sequeira ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 3.º, n.º 8)

◇ *Doutor* em medicina pela escola médico-cirúrgica de Lisboa, onde apresentou, como tese da sua formatura, um interessante trabalho intitulado *Hipnotismo e sugestão*, que mereceu excepcional apreço, quer de profissionais, quer dos simples leigos.

Ainda no dominio do seu oficio, conta um opúsculo *A estação termal das Furnas*; um curioso volume *Os alienados nos Açores*, outro *O tratamento termal da beri-beri*, diversos artigos na *Medicina contemporânea* e na *Medicina Portuguesa*. Em literatura tem um livro de contos originais, um drama intitulado o *Padre Angelo*, as traduções *O outono duma cortezã* e *Os meus filhos*, quatro opúsculos de critica geral, *Questões açoreanas*; numerosa colaboração politica e literária em diferentes revistas e jornais do Pará, Lisboa, Porto, Ponta Delgada e *Horta*.

É sócio correspondente da Academia das Sciências de Lisboa, e da Sociedade das Sciências Médicas, da mesma cidade, membro da Academia Fisico-Quimica de Palermo.

Exerce clinica na cidade de Ponta Delgada, onde é facultativo municipal, sub-delegado de saude, e, no hospital, médico-director da enfermaria das mulheres e crianças.

Orador distinto, em conferências no liceu de Ponta Delgada, de que foi reitor durante seis anos, no *Ateneu Comercial*, em comicios, especialmente durante o periodo de intensa propaganda a favor da autonómia açoreana, produziu numerosos e interessantes discursos.

Na politica tambem tomou parte muito activa, durante certo tempo, sendo eleito deputado às côrtes em 1894 e em 1895.

TITULO XXII

PEIXOTOS

DESCENDEM de **Jorge Peixoto de Carvalho**, fidalgo da nobre casa de Pousada, que se veio estabelecer na ilha do Faial, em começos do século XVI.

§ 1.º

1 **Jorge Peixoto de Carvalho** — casou com Inês Fernandes, de quem não teve descendência. — (**1**)

Fora do matrimónio, de Maria Lopes, teve:

2 **Izabel de Carvalho Peixoto** — casou com Rui Dias Evangelho. — (**2**)

Dêste consórcio nasceu:

3 Beatriz Evangelho, que segue
3 Francisco Peixoto, casado com Catarina Brum da Silveira
3 Gaspar Pereira Evangelho

3 **Beatriz Evangelho** — casada com António Brum da Silveira (V. **Terras**, § 2.º, n.º 3) havendo dêste consórcio:

4 Manuel de Brum da Silveira, que segue
4 Francisco Peixoto de Carvalho, casado com Ana de Brum, de quem teve:

5 Ágada de Brum da Silveira, casada com Antão de Ávila Betencurt (V. **Betencurts**, § 1.º, n.º 2)

4 Branca da Trindade
4 Izabel do Espírito Santo } religiosas no convento de S. João
4 Inês da Silveira Peixoto, casada com Pedro Leal de Ávila Betencurt (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 2)
4 Joana Brum da Silveira, casada com João Rodrigues Leite (V. **Leites**, § 1.º, n.º 2)
4 Jerónimo Brum da Silveira, casado com Izabel Pereira
4 Gregório da Silveira Evangelho, casado com Luzia Duarte Linhares (V. **Linhares**, § 1.º, n.º 2)
4 António do Espírito Santo, frade
4 Jorge Peixoto
4 Rui Dias Evangelho } clérigos (35)
4 João Silveira Evangelho, que segue no § 2.º

4 **Manuel de Brum da Silveira** — 1.º casou com Catarina de Ávila, (V. **Betencurts**, § 1.º, n.º 2) 2.º, casou com Bárbara Dutra de Faria (V. **Farias**, § 1.º, n.º 2)

Do primeiro matrimónio teve:

5 Francisco Brum da Silveira Betencurt, que segue
5 Sebastião de Brum da Silveira, m. 1644

Do segundo matrimónio nasceram:

5 Gaspar de Faria da Silveira, que segue no § 3.º
5 Beatriz Evangelho
5 Maria da Silveira } freiras no convento de São João — (34)
5 Maria do Destêrro, freira no convento da Glória — (35)
5 Belchior de Faria da Silveira, casado com Beatriz Duarte, de quem teve:

6 Manuel de Brum da Silveira, casado com Maria Pereira
6 Catarina da Ressurreição, freira no conv. de S. João — (43)
6 Maria Brum, casada com Amaro Silveira Betencurt (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 5).
6 Jorge da Silveira
6 Sebastião de Faria, casado com Maria Dutra

5 **Francisco Brum da Silveira Betencurt** — casado com Inês Duarte, de quem houve:

6 Francisco da Silveira Peixoto, que segue
6 Maria da Paixão, freira no convento da Glória — (7)
6 Maria de Ávila, casada com Sebastião de Faria Bulcão (V. **Farias**, § 2.º, n.º 3)
6 Catarina de Ávila, casada com Francisco d'Utra de Faria (V. **Farias**, § 3.º, n.º 4)
6 Manuel de Brum da Silveira, c. 5-8-1675 com Filipa Pereira de Sepulveda, de quem teve:

7 Bárbara do Desterro
7 Maria Xavier da Conceição } freiras no mosteiro da Glória

6 **Francisco da Silveira Peixoto** — casado com Maria Dutra de Medeiros, de quem houve:

7 Ana de Brum da Silveira, b. 3-10-1664, casada com João da Silveira Peixoto (V. **Linhares**, § 1.º, n.º 3)
7 Ana, b. 20-10-1669
7 Maria, b. 18-11-1671
7 António de Brum
7 João, b. 25-6-1662

§ 2.º

4 **João da Silveira Evangelho** (§ 1.º, n.º 4) — casado com Ana de Azevedo, da ilha de São Jorge, de quem teve:

5 Manuel de Brum da Silveira, que segue
5 Maria de Azevedo casada com Francisco Pereira Sarmento (V. **Pereiras**, § 2.º, n.º 5)
5 António Silveira de Azevedo, casado com Branca Garcia, de quem teve:

6 João da Silveira
6 F.... casada com Belchior Fraga
6 Bárbara d'Azevedo da Silveira, c. 19-6-1670 com Gaspar de Faria (V. **Utras**, § 3.º, n.º 6)
6 Izabel da Silveira, casada com Bartolomeu Faria da Terra (V. **Mendonças**, § 1.º, n.º 6)
6 Maria Silveira, casada com Gregório d'Utra Machado (V. **Utras**, § 3.º, n.º 6)

5 **Manuel de Brum da Silveira** — 1.º casou com Maria Silveira; 2.º casou na vila das Lages, Pico, com Izabel da Silveira Betencurt (V. **Betencurts**, § 6.º, n.º 2) Do segundo matrimónio:

6 António Betencurt da Silveira, que segue
6 Manuel de Brum da Silveira, clerigo
6 Maria do Belem
6 Izabel da Apresentação } religiosas no mosteiro de S. João

6 **António Betencurt da Silveira** — casado com Jacinta Izabel Francisca de Betencurt (V. **Betencurts** § 1.º, n.º 6) — Tiveram:

7 Manuel Cardoso Machado, que segue
7 Izabel Jacinta Francisca da Silveira
7 Maria, n. 1748
7 António, n. 1740
7 Tomás, n. 1748
7 Tomás, n. 1745
7 Francisco Xavier da Silveira Betencurt, n. 1737 } clérigos
7 Vicente José da Silveira }

7 **Manuel Cardoso Machado** casado com Vicência Rosa de Sinas, de quem houve:

8 **Manuel Cardoso Machado Betencurt** — casado com Coleta Mariana de Melo. — **(8)**
Tiveram:

9 António de Betencurt Cardoso Machado, que segue
9 Jacinta Felícia de Betencurt, casada com Estácio Teles d'Utra Machado (V. **Utras**, § 3.º, n.º 11)
9 Ana Jacinta de Betencurt, n. 8-2-1800, m. 1890, casou com Manuel Machado Soares (V. **Soares**, § 1.º, n.º 8)
9 Francisco Xavier da Silveira Betencurt, sargento-mór na vila das Lages, Pico, m. 3-6-1842, casou com Maria Paulina. — Tiveram:

10 Ana Vitória de Lacerda, m. 7-1-1885

9 **António de Betencurt Cardoso Machado** — casado com Josefa Carlota Soares, n. 10-7-1801 (V. **Soares**, § 1.º, n.º 8) — **(9)**
Tiveram:

10 Manuel Cardoso Machado de Betencurt, que segue
10 Francisco Xavier de Betencurt Cardoso, casado com Genovéva de Betencurt, havendo déste consórcio:

11 Maria da Glória Betencurt Cardoso Machado
11 Maria da Glória Betencurt Cardoso Machado
11 Maria Nazaré de Betencurt, m. 12-6-1918, c. 22-5-1879 com Alfredo Borges da Silva, (visconde Borges da Silva) n. 15-5-1857, havendo déste consórcio:

12 Afonso Betencurt Cardoso Borges da Silva, n. 14-9-1886, c. 19-9-1910 com Maria Serpa Serrão de Carvalho

10 **Manuel Cardoso Machado Betencurt** — n. 5-9-1834, m. 12-8-1896, c. 26-1-1857 com Amélia Berredo de Melo, n. 12-6-1837, de quem teve:

11 Manuel, n. 15-10-1838, m. 6-2-1862
11 António, n. 26-1-1860, m. 15-6-1862
11 Maria Amélia Berredo Cardoso Machado, n. 9-6-1866, m. 20-2-1903, c. 8-9-1888 com Simão de Roches da Cunha Brum (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 8)

§ 3.º

5 **Gaspar de Faria da Silveira** (§ 1.º, n.º 5) — casado com Ana Pereira de Mendonça (V. **Mendonças**, § 6.º, n.º 3) — Tiveram:

6 **António Pereira de Faria** — m. 2-1-1742 com sessenta anos de idade, casou com Inês Antónia da Silveira, de quem teve:

7 Francisco Peixoto da Silveira, que segue
7 Joana Maria de Jesus
7 Clara Silveira, n. 6-9-1715

7 **Francisco Peixoto da Silveira** — m. 23-3-1765 com sessenta anos de idade, c. 22-2-1756 com Joana Batista de Lacerda, m. 16-6-1736 (V. **Pereiras**, § 6.º, n.º 10) — Tiveram:

8 Luis Peixoto de Lacerda e Silveira, que segue
8 João, n. 14-12-1762
8 Francisca, n. 5-8-1765
8 Maria Luiza Bernarda de Lacerda, n. 20-11-1757, c. 25-6-1782 com Tomás Teles d'Utra Machado (V. **Utras**, § 3.º, n.º 10)

8 **Luis Peixoto de Lacerda e Silveira** — n. 24-8-1760, c. 16-8-1790 com Jacinta Luiza Betencurt de Lacerda, m. 14-9-1844 (V. **Pereiras**, § 4.º, n.º 11) — Tiveram:

9 Luis da Terra Peixoto de Lacerda, que segue
9 Maria Izabel de Lacerda, n. 1-8-1800, c. 27-7-1815 com António Garcia da Rosa (V. **Garcias**, § 2.º, n.º 6)
9 Ana Maria de Lacerda, n. 18-6-1791, m. 20-8-1856, c. 20-9-1814 com Francisco José da Costa Rebelo, m. 22-8-1857 — (**10**)

Tiveram:

10 Jerónima de Lacerda Rebelo, n. 8-7-1817, m. 16-4-1896
10 Francisco Peixoto de Lacerda Costa Rebelo, n. 25-11-1814, m. 1903, casou com Maria Elisia Lavalière, m. 27-4-1888 — (**11**)

Tiveram:

11 Ernesto Lavalière Rebelo, m. 15-11-1890 — (**12**)
11 Alfredo de Lacerda Lavalière Rebelo, n. 20-10-1847, m. 20-9-1916, casou com Maria Clotilde de Lacerda, n. 2-4-1852 (V. **Pereiras**, § 4.º, n.º 14) de quem teve:

12 Guilherme Rebelo, 7-3-1875, casou com Grace Wildred.
12 Alfredo de Lacerda Rebelo, n. 19-9-1869, casou com Maria Anélia Tangor
12 Maria Palmira de Lacerda Rebelo, n. 5-11-1879, c. 14-10-1916 com Joaquim Sérvulo Gaspar, nascendo dêste consórcio:

13 Alfredo Pereira de Lagotteria Rebelo Gaspar

12 Alexandre de Lacerda Rebelo, n. 16-10-1888, casou com Lídia Ataíde de Sousa, n. 20-4-1889 (V. **Ataídes**, § 1.º, n.º 13) de quem houve:

13 Maria Clotilde Ataíde Rebelo, n. 18-2-1912
13 Lídia Clotilde Ataíde, n. 6-2-1913
13 William Lavaliere de Sousa Rebelo, n. 30-9-1914, m. 22-9-1917
13 Valentina Clotilde de Sousa Rebelo, n. 23-11-1917
13 Aída Clotilde de Sousa Rebelo

9 **Luís da Terra Peixoto de Lacerda** — n. 27-2-1793, c. 24-7-1816 com Maria Whyton, n. 14-6-1797, m. 10-12-1858 (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 5) de quem teve:

10 Maria das Mercês Whyton de Lacerda, n. 24-6-1818, m. 10-3-1881

Fora do matrimónio houve:

10 **Luís da Terra** — n. 1840, m. 30-12-1902, c. 21-10-1866 com Maria Guterres Whyton (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 7) de quem teve:

11 Maria Whyton da Terra, n. 6-5-1868, casou com António da Cunha Menezes Brum (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 8)
11 Palmira Whyton da Terra, n. 21-9-1870, c. 7-11-1892 com João d'Almeida Lima, havendo dêste consórcio:

12 Jorge da Terra Lima, n. 8-8-1893, c. 14-10-1922 com Maria Roches da Cunha Brum, n. 28-10-1893 (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 9)

11 Ana Whyton da Terra, n. 14-1-1875, c. 9-11-1892 com Tomás Francisco de Medeiros, nascendo dêste consórcio:

12 Maria Whyton de Medeiros, n. 26-9-1893
12 Ana Whyton da Terra Medeiros, n. 26-2-1900

11 Luís Whyton da Terra, n. 27-8-1883, casou com Berta do Amaral, de quem teve:

12 Luís Whyton Zarco da Câmara Terra, n. 31-3-1907

NOTAS

1) Jorge Peixoto de Carvalho
(§ 1.º, n.º 1)

◇ Por um melindre qualquer — questão de orgulho fidalgo, questão de amores, talvez — teve no reino com outro nobre senhor, uma grave pendência decidida em duelo de morte. Com uma estocada furiosa mandou para a outra vida o adversário, varando-o de lado a lado. Receioso então, não só da justiça rial, que lhe dava às vezes para ser implacável nestes casos, mas tambem da perseguição fera e traiçoeira dos parentes da vitima, homiziou-se, a caminho dos Açores, parando no Faial, donde nunca mais saiu, e onde sempre se tratou como pessoa nobre, investido em alguns dos primeiros cargos do govêrno da ilha.

Desconhece-se a procedência e paternidade da consorte, Inês Fernandes, sabendo-se no entretanto ser tambem nobre e rica.

A Maria Lopes, de quem provêm a sua descendência, era natural da frèguesia dos Cedros, e criatura de humilde condição, porém *mulher muito limpa de sangue*, como se disse num documento da época.

Jorge Peixoto de Carvalho era filho de Álvaro Peixoto Pereira, quarto senhor do morgado de Pousada e fidalgo da casa rial, e de sua mulher Inês de Carvalho, filha do desembargador Diogo Afonso de Carvalho, senhor da quinta de Monquido, e de sua mulher Branca Pinheiro; neto de Rui Vasques Peixoto e de Tereza Fernandes; bisneto de Vas-

co Gonçalves Peixoto e de Guiomar Anes, filha de Domingos Anes, por alcunha o *Mouro*, cidadão honrado e fidalgo dos livros de El-Rei, e de sua mulher Estevainha Anes Freitas; terceiro neto de Gonçalo Gonçalves Peixoto, casado com Ursula Pires, e que foi abade de Tolões, e instituidor, com seu irmão Gomes Gonçalves, do referido morgado de Pousada, no ano de 1302; quarto neto de Gonçalo Gomes Peixoto e de sua mulher Auzenda de Guimarães; quinto neto de Gomes Viegas, o Velho, por alcunha *Peixoto*, ao qual o regente, conde D. Pedro, deu principio à nobre familia dos Peixotos, casado com Maria Roiz Pereira, filha de Pedro Roiz Pereira.

Dos Peixotos cantavam as trovas:

Lá em Montelongo teu
Os Peixotos o sabido
Solar seu enobrecido
Para Penaliel vem
Com senhorio subido.

Com Dona Osenda casou
Gonçalo Gomes Leal
De que linhagem ficou
Dos Peixotos, e foi tal
Que por Leal acabou.

2) Izabel de Carvalho Peixoto (§ 1.º, n.º 2) ◇ Obteve de D. João III, em 19 de junho de 1539, carta de legitimação com todos os foros de nobreza de seu pai, de quem foi nomeada universal herdeira.

Alguns parentes invejosos não olharam com bons olhos esta legitimação duma bastarda, que, não só se revestia dum nome ilustre, mas que entrava sobretudo na posse de bens por êles muito cubiçados. O desprêzo pela criatura acrescentou-se com o rancor da avareza. Moveram-lhe uma guerra surda, de intrigas, calúnias, vexações, a ponto de denunciá-la como cristãnova perante o tribunal do Santo Oficio, sob pretexto do pai ser neto de Branca Pinheiro, prima coirmã (aliás tia, como mais abaixo vamos ver) de Maria Pinheiro, em quem começou a aleivosa suspeita.

Izabel de Carvalho, que contava a seu favor pessoas de vulto, destruiu sem uma ponta de dúvida, tudo quanto lhe lançavam em rosto, por um ronceiro processo que vagueou anos esquecidos pelos tribunais e mesas da Inquisição. Demonstrou-se a sua limpeza de sangue, a sua fidelidade católica e de seus ascendentes, atestada pelo próximo parentesco com bispos, arcebispos, inquisidores gerais. O acto justificativo

produziu-se na ilha do Faial, aos 15 de junho de 1574, sendo imediatamente isentada da finta do Santo Ofício, e portanto restituída à sua antiga fama. Muito tempo depois, em 9 de abril de 1608, outra justificação igual foi apresentada na vila de Guimarães, terra da naturalidade de seu pai.

Tudo isto são coisas já desfiadas, e mais que reditas pelos linhagistas.

Entretanto, apezar das mais depurativas investigações, dêsse inconcusso processo de reabilitação que correu, o laivo de calúnia não se extinguiu por completo: lá ficou pelos tempos adiante — arma conspurcante em momentos de rixa — ao bafo das bocas perversas ressurgindo como mancha em tecido que se impregnou de matéria gordurosa.

O sucedido com António da Silveira Linhares, seu tresneto, é prova frisante. Êste feria uma vez por outra, com suas insolências de grande senhor, algumas criaturas. Afinal eram todos assim, os da sua roda. Desforçavam-se então os ofendidos, mordendo-o venenosamente — dando-lhe a alcunha de *judeu*. O pior foi quando da sua pretensão a familiar do Santo Ofício, porque um de maior coturno surgiu de fronte, e lhe desarranchou o jôgo com a denúncia de cristãonovice.

Mas como, quando e porque se levantou esta fama? É história curiosíssima. Uma intriga da côrte.

Comecemos por esclarecer qual o grau de parentesco de Izabel de Carvalho com a tal Maria Pinheiro — aquela em quem principiou a nota de judaismo. Eis a árvore demonstrativa:

Martim Gomes Lobo
c. c.
Maior Esteves Pinheiro

Branca Pinheiro	Izabel Pinheiro
c. c.	c. c.
Diogo Afonso de Carvalho	Pedro Esteves
Inês de Carvalho	Maria Pinheiro
c. c.	c. c.
Alvaro Peixoto Pereira	Pedro de Sousa Seabra
Jorge Peixoto de Carvalho	
c. c.	
Inês Fernandes	
Izabel de Carvalho (bastarda)	

Pedro Esteves nasceu em 1405, pouco mais ou menos, sendo seu padrinho do baptismo o grande condestavel D. Nuno Álvares Pereira. Doutor *in utroque jure* por Salamanca, e desembargador do conselho de El-Rei. Foi coudel-mor da câmara de Guimarães: cavaleiro da sua casa por D. Duarte, em 1463: vedor das obras dos paços e fortalezas, por D. Afonso V, em 1464. Era cavaleiro da casa do Duque de Bragança, e dele ouvidor nas terras do ducado, e seu procurador em Guimarães, em 1441.

O genro, Pedro de Sousa Seabra — fidalgo da casa de Bragança, alcaide-mor de Bragança e da vila do Oiteiro, senhor de Paiva, Baltar, e terra do Prado, e meirinho-mor das terras do duque D. Fernando I — era filho de Martim Afonso de Sousa, senhor de Gouvea, e de sua mulher Violante Lopes de Távora, filha do senhor de Mogadouro. De Pedro de Sousa Seabra e Maria Pinheiro era neta o conde de Castanheira, D. António de Ataide, que gosava larga nomeada e na côrte tinha mui invejado valimento.

Ora conta um linhagista que, no decorrer de 1555, reinando D. João III, um frade de Santo António entregou na mão de El-Rei, por mandado de pessoa desconhecida (que se vozeou ser o conde de Sortelha) um papel onde se alinhava uma satira em verso, composta de 64 coplas bem aguçadas e todas apontadas ao aludido conde de Castanheira. Vingança de alguem injuriado ou roido de despeito, ou com pruridos de inveja.

Ponham-o pela rua da amargura, amesquinhando-o tanto no fisico como no moral. Do cabelo, dos olhos, das sobrancelhas faziam grotesca pintura; da forma dos artelhos e calcanhares diziam-lhe coisas terriveis: e chamavam-lhe tirano, homem cobiçoso e falso, desalmado, injusto, até ladrão! Arremeçavam-lhe as maximas vilezas. Finalmente é acusado de inimigo de Deus e de El-Rei, por ser o diabo em corpo e alma, concebido em pecado, parente de Abrahão e de Mafamede. Não sendo fácil aplicar-lhe esta mancha no sangue que tinha dos Ataides, Castros, Sousas e Tavares, de pureza assás notória, ascenderam pela linha da avó materna, Maria Pinheiro, cuja familia era menos conhecida na côrte, e nela imprimiram a infamante suspeita — nela, isto é, na pessoa de Pedro Esteves, que fizeram de origem humilde, possuhido costela de mouro, e por amores matrimoniado com uma formosa judia.

53

Mestre João, sacerdote,
De Barcelos natural,
Houve de uma Moura tal
Um filho de boa sorte.

54

Pedro Esteves se chamou
E honradamente vivia,
Por amores se casou
Com uma formosa judia.

55

Dêste pai nada se esconde:
Nasceu Maria Pinheiro
Mãe da mãe daquele Conde
E sua avó verdadeira.

Damião de Goes o famoso cronista (acrescenta o sr. Ferreira de Serpa [1]) que tinha contas a ajustar com o Conde Castanheira, e que sentia ainda as carnes doridas duma agressão, não podendo esquecer que o Conde conhecia certa malversação de dinheiro em Flandres, julgou vingar-se, corroborando a calúnia, e escrevendo na cota do título dos Sousas, que se conserva na Torre do Tombo: — «Haveis de saber que em tempo de El-Rei D. Duarte houve em Goimarães um tesoureiro ou sacristão, o qual conheceu casualmente uma judia, da qual teve um filho, que se criou judeu no fôro de sua mãe, e depois se fez cristão, e foi chamado Pedro Esteves Cogominho (sic) e casou-se com uma mulher honrada, chamada Maria Pinheiro, mulher dêste Pedro de Sousa Seabra.»

E aqui tem o leitor como a choçarrice de alguns versos anónimos, e o ódio impotente dum eminente letrado conseguiram cotoxicar os créditos duma família, quer fazendo enraivecer os seus descendentes, quer dando que matutar a doutores e rábulas nos tribunais inquiridores do Santo Ofício. E tanto foi que, nem mesmo com o passar dos séculos esta família se purificou ante os preconceitos da sociedade de então. Já Voltaire dizia: *calomniez, calomniez, il en restera toujours quelque chose.*

Hoje em dia o caso só representa uma infantilidade que parece colhida no tablado de alguma comédia quinhentista.

O marido de Izabel de Carvalho Peixoto, Rui Dias Evangelho, foi ouvidor das justiças nas ilhas do Faial e Pico por provisão régia de 11

---

[1] *Homizio de fidalgos* (Página literária do *Século* de 7-3-1904)

de junho de 1559. Era filho de Gaspar Rodrigues Evangelho, senhor de extensas propriedades na ilha do Pico, onde fixara residência, casando com Filipa Pereira, filha de Izabel Pereira fundadora duma ermida dedicada à Senhora da Conceição, na vila das Lages, no logar onde depois foi erigido o convento de São Francisco. [1]

3) Rui Dias Evangelho ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 1) ◇ Clérigo do hábito de São Pedro, tendo exercido as funções de vigário na frèguesia da Feteira, ilha do Faial.

4) Beatriz Evangelho, Maria da Silveira ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Foram ambas dotadas pelos pais por escritura de 27 de junho de 1633, ficando a chamar-se, depois da profissão, respectivamente Beatriz do Espírito Santo e Maria do Rosário. [2]

5) Maria do Desterro ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Freira no convento da Glória. Dotada na profissão pela mãe já viuva, por escritura de 12 de março de 1648. [3]

6) Catarina da Ressurreição § 1.º, n.º 6) ◇ Professou no convento de S. João, sendo dotada pelo irmão Manuel de de Brum por escritura de 17 de outubro de 1689. [4] Para preenchimento do dote entraram 200$000 reis, que ela obtivera dos rendimentos da capela instituida por António Dutra Bulcão com êste fim exclusivo de dotar quaisquer parentes suas que quizessem ser religiosas.

7) Maria da Paixão ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 6) ◇ Freira no convento da Glória. Foi dotada na profissão pelos pais por escritura de 20 de abril de 1661. [5]

9) Manuel Cardoso Machado Betencurt ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 2.º, n.º 9) ◇ Foi sargento-mor na vila das Lages, ilha do Pico, e senhor e administrador de vinte e um vinculos, alguns

---

[1] Lacerda Machado, *Os morgados das Lages*
[2] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV (Arq. rep. dist. de fin., Horta)
[3] Maço de escrituras do convento da Glória (Idem)
[4] *Tombo conv. S. João*, liv. IV (Idem)
[5] Maço de escrituras do convento da Glória (Idem)

de importante fundo. [1] A consorte era filha do sargento-mor da vila de S. Roque, José Francisco Furtado, e de sua mulher Brígida Ferreira de Melo, e irmã do desembargador Roque Francisco Furtado de Melo, um dos primeiros deputados, eleito pelo círculo da Horta, em 1822, a respeito do qual me refiro circunstanciadamente na nota (30) título dos *Bruns*.

9) António de Betencurt C. Machado ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 2.º, n.º 9) ◇ Foi o último administrador dos numerosos vínculos da casa de seus pais, por conseqüência, da família dos morgados das Lages, como então se dizia, o último morgado.

10) Ana Maria de Lacerda (§ 3.º, n.º 9) ◇ O marido era natural da paróquia de São José, Lisboa, filho do desembargador Francisco José de Sousa Rebelo.

11) Francisco Peixoto de L. Costa Rebelo ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 10) ◇ O muito conhecido literato faialense, de quem se contam numerosíssimas produções, de minguada importância, digamos, esparças pela imprensa açoreana. Era um caracter bondoso, na mais genuína e lata acepção da palavra, um observador em subido grau, surpreendendo sempre com finura o lado espirituoso dos acontecimentos. A sua conversação tornava-se, por isso, particularmente atraente. Todos os empreendimentos literários (publicações, saraus, etc.) tinham nele um colaborador nunca esquivo. Foi um dos fundadores, em 1835, do *Acoreano Oriental*, de Ponta Delgada, decano dos jornais portugueses.

12) Ernesto Lavaliére Rebelo (§ 3.º, n.º 11) ◇ Um dos mais notáveis escritores faialenses, pela sua fecundidade, suas qualidades literárias, sobretudo pelo seu incessante labor. Deixou numerosas novelas, poesias, peças teatrais, etc., dispersas, na sua maior parte, pelos jornais, algumas reunidas em volume, outras ainda inéditas.

---

[1] Lacerda Machado, *Os morgados das Lages*

Como representante dos últimos adeptos da escola romântica ainda muito em voga nos Açores, foi incontestavelmente uma individualidade de bastante valor. Pena é que as suas produções não sejam todas de fácil alcance, porque muitas delas, no seu género, são dignas de se emparelharem na estante com os bons poetas da época.

Ernesto Rebelo

Merece destacar-se, como uma das suas melhores obras, as *Notas açoreanas*, em que a história anedótica do distrito da Horta, principalmente do Faial, apezar das muitas lacunas e incorrecções, se acha desenhada com um colorido e sabor regional bastante apreciável.

Trabalhador incansável, nunca deixou de prestar o seu concurso a todos os empreendimentos intelectuais, fôssem êles quais fôssem. Homem dumа bondade infinita, caracter franco e simples, nunca na vida despertou uma malquerença, antes era carinhosamente estimado por todos que o conheciam, absolutamente por todos que com êle privavam.

TITULO XXIII

PEREIRAS

(LACERDAS-PEREIRAS-SARMENTOS)

Descendem de **João Garcia Pereira** (da nobilissima casa dos condes da Feira) o qual, no começo do século XVI, passou à ilha do Faial, depois de ter permanecido alguns anos em Tanger, onde prestou, como guerreiro, relevantes serviços a el-rei e à patria.

Alguns ramos dispersos desta familia, procedentes todos, por certo, dêsse tronco principal — João Garcia Pereira — eu descobri no decurso das minhas investigações, sem que me fôsse possivel atingir os seus pontos de contacto com a origem, ou mesmo as relações de parentesco entre uns e outros. São os que apresento iniciados por Bárbara Dias, Izabel Pereira, António da Silveira Pereira Carauta, Bonifácio Pereira Sarmento.

Quanto aos demais desta descendência, que de modo algum consegui coordenar em linha genealógica, de tão vagos e sôltos que os encontrei, só digo ser numerosissima a lista.

O apelido desta familia tanto pode ser Pereira como Sarmento, ou Lacerda (ou La Cerda, conforme adoptaram alguns dos seus membros referidos no § 3.º) pois, quem é Lacerda, é ao mesmo tempo Pereira e

mento, e vice-versa. Convem no entretanto observar que Lacerda e mento derivam do lado feminino de Izabel Pereira Roxo — como ificará o leitor no fim da nota (1) do presente titulo.

Vai êste titulo assinalado com o apelido Pereira, por ser aquele e sempre predominou, mesmo o que mais se generalisou.

§ 1.º

João Garcia Pereira — casado com Izabel Pereira Roxo, da casa dos senhores de Vigo. — (1)

Tiveram:

2 Gaspar Garcia Pereira Sarmento, que segue
2 João Garcia Pereira Sarmento, de que me ocupo no § 2.º
2 Sebastião Pereira Sarmento, casado com F ... d'Utra (V. **Utras, § 2.º**, n.º 3) — (2)

Gaspar Garcia Pereira Sarmento — m. 1569, casou com Beatriz Gonçalves Madruga, da Ilha Terceira, de quem teve:

3 Gonçalo Pereira Sarmento, que segue
3 Henrique Pereira Sarmento
3 Álvaro Pereira Sarmento, casado com Ana Belas da Silva, da cidade de Angra. — (3)
3 Catarina Garcia Pereira Madruga, casada com Gaspar Gonçalves d'Utra (V. **Utras, § 3.º**, n.º 3)
3 Izabel de Cristo
3 Mor da Madre de Deus } freiras professas — (4)

Gonçalo Pereira Sarmento — casado com Maria de Medeiros — (5)

Tiveram:

4 Diogo Pereira de Lacerda, que segue
4 Aurélia da Luz
4 Dorotea do Espírito Santo
4 Izabel dos Arcanjos } freiras no mosteiro da Esperança (Angra)
4 Beatriz Gonçalves
4 Izabel de Cristo
4 Mor Pereira } freiras professas no convento de S. João — (6)
4 Gaspar Pereira Sarmento, m. 1622, casado com Violante d'Utra da Silveira (V. **Silveiras, § 1.º**, n.º 4) — Tiveram:

5 Amaro Pereira de Lacerda, que segue no § 3.º
5 Francisco d'Utra de Quadros
5 Duarte Gonçalves Pereira
5 Jerónimo d'Utra Pereira, } clérigos
beneficiado na Matriz da Horta
5 Margarida de São Jerónimo, freira no conv. de S. João — (7)

4 Gonçalo Pereira Sarmento, casado com Bárbara Luís, de quem teve:

5 Izabel Pereira Sarmento, que segue no § 4.º

4 **Diogo Pereira de Lacerda** — casou em 6-5-1613, na igreja da Conceição, de Angra, com Catarina Madruga Vieira, que dali era natural. — (8)

Tiveram:

5 Pedro Vieira Sarmento, que segue
5 Leonor Vieira, casada com Gaspar Gonçalves de Faria Bulcão (V. **Farias**, § 1.º, n.º 3)
5 Úrsula Pereira de Lacerda, casada com João Pacheco, da cidade de Angra
5 Umbelina Pereira de Lacerda, casada com seu primo Álvaro Pereira de Lacerda, natural de Angra

5 **Pedro Vieira Sarmento**, m. 24-8-1688, casou com Maria da Trindade, m. 13-2-1677.

§ 2.º

2 **João Garcia Pereira Sarmento** (§ 1.º, n.º 2) — casou com Izabel Gularte da Silveira, de quem houve:

3 Braz Pereira Sarmento, que segue
3 Izabel Gularte Pereira de que me ocupo no § 3.º
3 Cristovão Pereira Sarmento, casado com Maria Furtado, de quem teve:

4 Mónica Pereira
4 Paulina da Purificação } freiras no conv. de S. João — (9)
4 Gabriel Pereira, casado com F.... de quem teve:

5 Maria Sarmento, casada com Francisco Fernandes
5 Jerónimo Pereira Sarmento, casado com Francisca Nunes, de quem teve:

6 Margarida Gularte, freira no convento de S. João — (10)

5 Gaspar Pereira da Terra, 1.º casou com Margarida Alvernaz, 2.º casou com Catarina Duarte. Do segundo matrimónio teve:

6 Filipa Pereira
6 Mónica Pereira, m. 1675, casou com Baltazar Luís de Vargas (V. § 10.º n.º 4)

3 **Braz Pereira Sarmento** — m. 10-3-1606, casou com Maria Gomes — (**11**)

Tiveram:

4 Bárbara Pereira, que segue
4 Garcia Pereira } clérigos
4 João Pereira Sarmento }

4 **Bárbara Pereira** — casou com Domingos de Medeiros, havendo dêste consórcio:

5 Francisco Pereira Sarmento, que segue
5 Catarina Pereira Sarmento, casada com António Furtado de Mendonça (V. **Mendonças**, § 6.º, n.º 2)

5 **Francisco Pereira Sarmento** — m. 31-5-1653, casou com Maria de Azevedo, m. 12-10-1672 (V. **Peixotos**, § 2.º, n.º 5) — (**12**)

Tiveram:

6 Francisco Pereira
6 João Silveira, clérigo
6 Ana de Azevedo, n. 1635, m. 2-6-1698, casou com Sebastião Teixeira Carrasqosa (V. **Bom-Dias** § 2.º, n.º 2)
6 Maria dos Serafins, freira professa no convento da Glória

§ 3.º

5 **Amaro Pereira de Lacerda** (§ 1.º, n.º 5) — m. 29-10-1661. 1.º, casou com Catarina Silveira, filha de Pedro Rodrigues de Bem; 2.º, casou com Paula de Bom-Dia (V. **Bom-Dias**, § 2.º, n.º 2) 3.º, casou com Maria Pereira de Lemos, m. 2-5-1682 (V. **Balleiros**, § 1.º, n.º 4) — (**13**)

Do terceiro matrimónio nasceram:

6 Bento Pereira de Lacerda, que segue
6 Gaspar Pereira de la Cerda, m. 27-8-1724 } clérigos — (**14**)
6 João Pereira de Lacerda, b. 7-10-1655, m. 12-9-1692 }
6 Maria de São Jacinto, freira professa no convento da Glória

6 **Bento Pereira de Lacerda** — b. 4-5-1658, m. 21-8-1728, c. 29-6-1693 com sua prima Antónia Cunha da Silveira, m. 26-10-1739 com sessenta e quatro anos de idade (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 3) — (**15**)

Tiveram:

7 António Cunha Pereira de Lacerda, que segue
7 Francisco António de Lacerda, m. 6-2-1785, clérigo
7 Jorge da Cunha, n. 15-10-1705, m. 28-4-1759, clérigo—(**145**)
7 João Pereira de Lacerda, b. 17-7-1698, m. 9-11-1757
7 José Tomás de Lacerda, n. 23-4-1704
7 Manuel Inácio da Cunha, n. 27-12-1716
7 Tomás de Lacerda, n. 17-9-1712, padre franciscano sob o nome de Tomás de Jesus Maria
7 Helena Antónia do Sacramento, n. 12-6-1700, freira professa no mosteiro da Glória
7 Maria Aurora Francisca Xavier, b. 16-12-1696
7 Joana Luiza de Lacerda da Silveira, n. 10-2-1702, m. 5-1-1767, c. 27-11-1732 com José Francisco da Terra Brum (V. **Terras**, § 3.°, n.° 6)

7 **António Cunha Pereira de Lacerda** — n. 8-4-1708, casou com Catarina Narcisa Procença, natural do Rio de Janeiro, de Janeiro, de quem houve:

8 **Joaquim Pereira de Lacerda** — m. 19-8-1796 com quarenta e oito anos de idade, c. 25-5-1769 com Emerenciana Dorotea Brum da Silveira, n. 5-1-1752, m. 14-10-1793 (V. **Cunhas**, § 1.°, n.° 5) — Tiveram:

9 João Pereira de la Cerda, que segue
9 António da Cunha, n. 25-6-1770, m. 25-8-1771
9 António da Cunha, n. 9-9-1774, m. 18-3-1778
9 Bento Pereira de la Cerda, n. 31-8-1776 — (**17**)
9 Ana Luiza de Lacerda, freira professa no convento da Glória—(**18**)
9 Ana Maria Cunha de Lacerda, n. 8-7-1778 — (**19**)

9 **João Pereira de la Cerda** — m. 12-9-1772, m. 26-3-1850, c. 25-2-1797 com Francisca Vitória do Canto, m. 28-11-1849 (V. **Cunhas**, § 3.°, n.° 6) — (**20**)

Tiveram:

10 José Pereira de la Cerda, que segue
10 Joaquim Pereira de la Cerda, n. 19-7-1804, m. 5-12-1881, c. 15-12-1838, com Maria Angélica Gomes Velho, m. 25-9-1900 com noventa e dois anos de idade
10 Manuel, n. 12-9-1813, m. 10-1-1845
10 João Pereira de la Cerda, n. 7-9-1800, m. 17-7-1802
10 Francisco Pereira de la Cerda, n. 27-10-1814
10 João, n. 3-2-1799, m. de mêses
10 Ana de la Cerda, n. 3-2-1799, m. 30-5-1861 } gémeos
10 Francisca de la Cerda, n. 19-11-1797, m. 10-11-1826
10 Joaquina de la Cerda, n. 2-2-1802
10 Maria Amélia de la Cerda, n. 3-9-1801, m. 13-11-1875
10 Lucrécia de la Cerda, n. 27-5-1808, m. 21-1-1888
10 Jesuina de la Cerda, n. 4-2-1803, m. 16-9-1885 — (**21**)
10 Umbelina, n. 26-6-1809

10 André Pereira de la Cerda, n. 2-11-1840, m. 25-2-1891, c. 25-11-1867, após o nascimento de alguns filhos, com Maria Augusta, de quem teve:

11 João Pereira de la Cerda, n. 26-7-1838, m. 18-4-1890, c. 25-2-1865 com Maria Luiza, n. 11-6-1807, de quem teve:

12 Maria Palmira de la Cerda

11 Amélia Augusta de la Cerda, n. 30-7-1843
11 Beatriz Maria de la Cerda, n. 4-12-1862, m. 21-1-1915 — (**252**)
11 André Pereira de la Cerda, n. 1846, m. 14-2-1910, c. 30-11-1871 com Gertrudes Adelaide Moura, havendo dêste consórcio:

12 João de la Cerda — (**253**)
12 Ernesto, n. 21-11-1888
12 Norberto, n. 13-8-1887, m. 8-9-1890
12 Virgílio, n. 1872, m. 16-9-1847
12 Gertrudes Augusta de la Cerda, n. 19-5-1875
12 Maria Dalia de la Cerda, n. 24-4-1880

11 Manuel Genuino Pereira de la Cerda, n. 1856, casou com Francisca Emília da Silveira, m. 6-6-1922, de quem houve:

12 Luís Pereira de la Cerda, n. 2-3-1890
12 Manuel Genuino de la Cerda, n. 24-8-1896
12 Gemima de la Cerda, n. 27-3-1894
12 Maria Palmira de la Cerda, n. 26-6-1897
12 Beatriz Gemima de la Cerda, n. 12-6-1899
12 Amélia Clotilde de la Cerda, n. 28-10-1901
12 André Pereira de la Cerda, n. 12-7-1902
12 João Pereira de la Cerda, n. 16-9-1904
12 Evangelina de la Cerda, n. 21-11-1906
12 José Pereira de la Cerda, n. 19-11-1908
12 Lino Pereira de la Cerda, n. 13-11-1910
12 Mário Pereira de la Cerda, n. 28-4-1914

10 **José Pereira de la Cerda** — n. 25-3-1807, m. 6-6-1843, c. 28-4-1828 com Ana de Betencurt, n. 3-4-1810, m. 1-10-1886 (V. **Betencurts**, § 3.º, n.º 7) — Tiveram:

1 Francisca Emília de la Cerda, n. 17-1-1831, m. 4-2-1875, c. 8-4-1850 com Gaspar Pereira de Lacerda (V. § 4.º, n.º 13)

§ 4.º

5 **Izabel Pereira Sarmento** (§ 1.º, n.º 5) — casou com António Silveira Coelho, m. 1-7-1646 — (**24**
Tiveram:

6 António Silveira Coelho, que segue
6 Francisco Silveira, n. 22-3-1644, clérigo
6 Bárbara da Cruz } religiosas no mosteiro de São João — (25)
6 Maria de Jesus }
6 Izabel Pereira da Silveira Azambuja
6 Catarina da Silveira d'Azambuja, m. 7-6-1634, c. 26-1-1632 com Fernão Furtado de Mendonça (V. **Mendonças**, § 1.º, n.º 4)
6 Margarida da Silveira Pereira, c. 21-8-1620 com Jacinto de Bom-Dia (V. **Bom-Dias**, § 1.º, n.º 2)

6 **António Silveira Coelho** — m. 15-7-1666, casou com Catarina Teixeira da Silveira, m. 25-2-1645, de quem teve:

7 António Silveira de Lacerda, que segue
7 Luís da Silveira Coelho, que segue no § 6.º
7 Bárbara dos Arcanjos } freiras no convento de São João — (26)
7 Vitória da Cruz }

7 **António Silveira de Lacerda** — n. 1618, m. 9-11-1686, c. 17-2-1670 com Maria Carrascosa Betencurt, b. 28-8-1654, m. 5-12-1680 (V. **Bom-Dias**, § 2.º, n.º 2) (27)

Tiveram:

8 António Pereira de Lacerda, o Velho, que segue
8 Francisco da Silveira Pereira de Lacerda
8 Catarina Antónia da Silveira Vilalobos, b. 23-8-1676, m. 13-9-1697.
8 Manuel de Brum da Silveira Coelho
8 Pedro Rodrigues Carrascosa Brum de Lacerda, b. 13-2-1672

8 **António Pereira de Lacerda, o Velho** — b. 13-1-1673, m. 15-8-1719, c. 13-6-1706 com Maria Catarina Leal, m. 16-6-1746, de quem teve:

9 António Pereira da Silveira de Lacerda, o Moço, que segue
9 Antónia de Lacerda

9 **António Pereira da Silveira de Lacerda, o Moço** — n. 11-10-1707, m. 4-11-1762, c. 18-8-1732 com Tereza Bernarda da Silveira (V. § 5.º, n.º 8) de quem teve:

10 António Silveira de Lacerda Sarmento, que segue
10 Francisco Pereira de Lacerda, n. 21-1-1737 — (28)
10 Manuel Silveira Pereira de Lacerda, n. 22-9-1746
10 Mariana Francisca da Natividade, n. 7-9-1735
10 Margarida Xavier, n. 8-2-1739 } religiosas no mosteiro da Glória
10 Maria Laura Benedita }
10 Izabel Felícia de Lacerda, n. 8-11-1741, m. 30-10-1807, c. 8-2-1777 com Tomás Luís Leal, n. 21-3-1727, m. 29-8-1780. — Tiveram:

11 Antóno Pereira da Silveira de Lacerda Leal, n. 12-7-1779, m. 31-10-1836
11 Tomás Luís Leal, n. 2-2-1778, m. 8-2-1834. De mulher incógnita teve:

12 Manuel Mariano Leal, n. 28-3-1805, c. 29-11-1838 com Maria do Carmo Whyton, n. 17-3-1816 (V. Whytons, § 1.º, n.º 6) de quem houve:

13 Izabel Leal, n. 15-9-1839
13 Maria Whyton Leal

10 **António Silveira de Lacerda Pereira Sarmento** — n. 14-9-1733, c. 23-1-1766 com Jerónima Constança Bulcão, n. 4-5-1743 (V. **Farias**, § 1.º, n.º 6) — (**29**)

Tiveram:

11 Gaspar Pereira de Lacerda Silveira Sarmento, que segue
11 Jacinta Luiza Betencourt de Lacerda, m. 14-9-1844, c. 16-8-1790 com Luís Peixoto de Lacerda e Silveira (V. **Peixotos**, § 3.º, n.º 8)
11 Maria Constança de Lacerda, m. 5-4-1838
11 Rosa Constança de Lacerda, n. 1-6-1769
11 Tereza Emerenciana de Lacerda, n. 7-6-1768, m. 20-2-1825. 1.º, c. 19-8-1790 com Estulano Inácio de Oliveira (V. **Oliveiras**, § 1.º, n.º 4) 2.º, c. 24-12-1814 com Manuel Inácio do Canto (V. **Cunhas**, § 3.º, n.º 6) — (**30**)

11 **Gaspar Pereira de Lacerda Silveira Sarmento** — n. 5-1-1766, m. 23-11-1826, c. 21-11-1826 com Inácia Luiza Tomásia, m. 29-6-1865. — (**31**)

Tiveram:

12 Alexandre Pereira de Lacerda, que segue
12 Maria Pereira de Lacerda, m. 4-8-1840, c. 8-8-1827 com Manuel Inácio Brum do Canto (V. **Cunhas**, § 3.º, n.º 7)
12 António Silveira de Lacerda, m. 6-10-1887, casou com **Margarida** Leonor Teles, n. 4-7-1805, m. 6-3-1888 (V. **Sousas**, § 1.º, n.º 4) de quem teve:

13 Estácio Teles de Lacerda, n. 8-12-1829
13 António Teles de Lacerda, n. 1830
13 Gaspar Teles de Lacerda, n. 19-10-1836, casou com sua prima Adelaide Teles, n. 18-9-1842, m. 28-7-1884 (V. **Sousas**, § 1.º, n.º 5)
13 Augusto Carlos Teles de Lacerda, n. 3-7-1835, m. 29-7-1884, casou com sua prima Hermenegilda Teles de Lacerda, n. 30-7-1841, m. 9-8-1895 (V. **Sousas**, § 1.º, n.º 5) — (**32**)

Tiveram:

14 Maria Teles de Lacerda, n. 4-9-1863

14 Raquel Teles de Lacerda, n. 1865, c. 17-8-1894 com Tomás Francisco de Freitas, m. 11-1-1899 com sessenta e quatro anos de idade
14 António Teles de Lacerda, n. 12-5-1868, c. 21-2-1903 com Adelaide Pahoira da Silva
14 Angelina Teles de Lacerda
14 Gaspar Teles de Lacerda, n. 5-8-1872, m. 1917. — (**333**)

12 Sebastião de Lacerda Pereira, m. 27-6-1859, casou com Maria Fortunata, m. 19-5-1936, de quem teve:

13 Gaspar Pereira de Lacerda, n. 1834, m. 3-3-1899
13 Sebastião de Lacerda Pereira, n. 24-3-1839, m. 31-12-1900, c. 11-5-1865 com Mariana Adelaide Bulcão, n. 15-2-1843 (V. **Bulcões**, § 2.°, n.° 11)
13 Maria de Lacerda Pereira, n. 2-4-1836
13 Ana de Lacerda Pereira, m. 9-5-1897
13 Ana, n. 4-6-1837, m. 18-4-1840
13 Inácia, n. 16-10-1841
13 Fortunato de Lacerda Pereira, n. 11-5-1843, m. 20-7-1913, c. 18-1-1868 com Adelaide Augusta de Betencurt, m. 11-11-1879, de quem houve:

14 Júlio Betencurt de Lacerda, n. 10-11-1869, casou com Maria Filomena, de quem teve:

15 Adelaide Betencurt de Lacerda

14 Amélia Betencurt de Lacerda, n. 30-6-1872, c. 19-7-1893 com António Carlos Nunes, nascendo dêste consórcio:

15 Luís de Lacerda Nunes, n. 5-7-1894, casou com Joana Chaves, de quem teve:

16 Luís Nunes, n. 1915

15 Edmunda de Lacerda Nunes, 6-7-1895
15 Carlos de Lacerda Nunes, 23-9-1897
15 António de Lacerda Nunes, 14-5-1903

12 **Alexandre Pereira de Lacerda** — n. 2-8-1796, m. 10-3-1855, c. 8-8-1827 com Maria de Lacerda Brum do Canto, n. 15-8-1795, m. 15-5-1877 (V. **Cunhas**, § 3.°, n.° 7) de quem teve:

13 Gaspar Pereira de Lacerda, que segue
13 Alexandre Pereira de Lacerda, n. 1830, m. 9-6-1905, c. 21-10-1880 com Virgínia Mendonça, de quem houve:

14 Raul de Lacerda, n. 6-9-1871, m. 5-5-1892

14 José de Lacerda, n. 10-2-1870, m. 21-2-1909, c. 8-2-1892 com Maria da Glória Avelar, nascendo dêste consórcio:

15 Clotilde, n. 12-4-1893, m. de mêses
15 Hortense Avelar de Lacerda, n. 5-4-1895
15 Natália, n. 19-9-1896, m. 17-7-1897
15 Helena, n. 8-7-1902, m. 22-6-1903
15 Virginia Avelar de Lacerda, n. 20-7-1908
15 Maria da Conceição Lacerda, n. 19-3-1891, c. 6-7-1918 com Emílio Rodrigues Ferreira, havendo dêste consórcio:

16 Emílio Avelar Ferreira

15 Luciano Avelar de Lacerda, n. 16-8-1905
15 Alexandre Avelar de Lacerda, n. 14-2-1899, casou com Lúcia Cunha Brum, de quem teve:

16 José
16 Maria Lúcia

13 Manuel Inácio Brum do Canto Lacerda, n. 16-7-1832, m. 5-8-1903; 1.º c. 26-4-1852 com sua prima Mariana Brum do Canto Ramos, n. 7-8-1832, m. 20-8-1864 (V. **Pais**, § 1.º, n.º 6) 2.º, c. 21-10-1865 com Maria da Glória Garcia da Rosa, n. 7-8-1832, m. 15-11-1870 (V. **Garcias**, § 2.º, n.º 7) Do primeiro matrimónio houve:

11 Ana Olívia do Canto Lacerda, n. 18-2-1855, c. 6-4-1894 com Lizandro Augusto Justiniano de Lima, viúvo de Ana Etelvina Linhares (V. **Linhares**, § 1.º, n.º 9)

Do segundo matrimónio houve:

11 Manuel do Canto Lacerda, n. 6-8-1867

13 Maria Olívia de Lacerda, n. 28-1-1830, m. 29-5-1880, c. 1-2-1864 com José Joaquim de Azevedo. — (**33-1**)
Tiveram:

14 Adelaide de Lacerda Azevedo, n. 2-12-1864, casou com Manuel Victor da Rocha, nascendo dêste consórcio:

15 Victor Azevedo da Rocha, n. 1-11-1890, m. 3-4-1903

14 José de Lacerda Azevedo, n. 25-11-1865, c. 18-7-1887 com Dina de Carvalho, de quem houve:

15 José de Lacerda Carvalho Azevedo, n. 23-8-1890
15 Maria de Carvalho Azevedo, n. 7-5-1888, casada com Joaquim Azevedo, havendo dêste consórcio:

4 Maria Antonieta, n. 1-9-1909

16 Estela Azevedo, n. 5-1-1913
16 Renato de Carvalho de Lacerda Azevedo, n. 15-10-1920

13 Ana Elvira do Canto, n. 19-6-1858, m. 1911, c. 30-10-1856 com Manuel Inácio do Canto Ramos (V. **Pais**, § 1.º, n.º 6)
13 Inacia Pereira de Lacerda, n. 1-2-1881, m. 30-9-1912, c. 29-1-1881, com Antônio de Brum Ataide (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 11)

13 **Gaspar Pereira de Lacerda** — n. 28-11-1828, m. 29-11-1873, c. 8-4-1849 com Francisca Emilia de la Cerda, n. 17-1-1831, m. 4-2-1875 (V. § 3.º, n.º 10) — Tiveram:

14 Alexandre de Lacerda, que segue
14 Maria Clotilde de Lacerda, n. 2-4-1852, casou com Alfredo de Lacerda Lavalière Rebelo (V. **Peixotos**, § 8.º, n.º 11)
14 Olivia de Lacerda, n. 28-8-1862

14 **Alexandre de Lacerda** — n. 27-3-1857, fal. 20-6-1916, 1.º, casou com Felicia Noronha Ataide, n. 30-6-1857 (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 12) 2.º, casou com Luiza Augusta da Silva, de quem teve:

15 Maria Olivia de Lacerda, n. 1881, c. 18-5-1907 com Tomás Gularte da Silva, havendo dêste consórcio:

16 Manuel de Lacerda Gularte da Silva, n. 29-3-1908
16 Maria de Lacerda Gularte da Silva, n. 13-8-1913
16 Alexandre de Lacerda Gularte da Silva, n. 19-2-1917

§ 5.º

3 **Izabel Gularte Pereira** (§ 2.º, n.º 31) — casada com Diogo Vaz. — Tiveram:

4 Gregório d'Utra Pereira, que segue
4 Francisco Pereira de Lemos
4 Amaro Pereira d'Utra, clérigo
4 Catarina da Conceição, religiosa no mosteiro de S. João — (**2375**)
4 Margarida da Silveira Pereira, que segue no § 8.º

4 **Gregório d'Utra Pereira** m. 20-9-1649, c. 24-10-1607 com Catarina Teixeira de Azevedo, m. 2-8-1667, de quem teve:

5 Gregório d'Utra da Silveira Caranta, que segue
5 Tomé Pereira
5 Maria da Apresentação, freira no convento de S. João — (**2363**)
5 Izabel Gularte Pereira, m. 30-9-1677, casada com Antônio Silveira Armão. — Tiveram:

6 António Silveira Armão, m. 23-1-1712 com setenta e cinco anos de idade. 1.º, c. 2-11-1665 com Margarida Gil da Silveira, m. 2-12-1676 (V. **Silveiras**, § 2.º, n.º 5) 2.º, c. 4-6-1677 com Paula Brum da Silveira, m. 20-9-1690 (V. **Terras**, § 2.º, n.º 6) 3.º, c. 30-11-1690 com Maria Furtado de Mendonça. — (117)

6 Francisco Silveira Armão, clérigo, vigário na Feteira

6 Maria de Azevedo, m. 13-1-1721 com oitenta anos de idade, casou com Francisco Peixoto da Silveira, m. 15-9-1704 (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 4)

6 Gregório d'Utra, m. 21-8-1687, 1.º casou com Izabel da Silveira, 2.º casou com F... Dêste segundo matrimónio teve:

7 Inês Antónia da Silveira, m. 12-8-1751 com sessenta e seis anos de idade, casou com Inácio Soares de Sousa (V. **Soares**, § 1.º, n.º 5)

7 F... casada com Manuel Soares Teixeira

6 Sebastião Silveira Armão, casado com Izabel d'Utra, m. 29-1-1701, de quem teve:

7 Catarina d'Utra, b. 27-1-1664

7 Izabel da Ascenção, b. 11-5-1673, m. 11-7-1693

7 Maria Josefa da Silveira, c. 10-1-1707 com Filipe Silveira

7 Margarida d'Utra da Silveira, b. 1-7-1677, casou com Francisco Corrêa da Silveira, havendo dêste consórcio:

8 Tereza Bernarda da Silveira, c. 18-8-1732 com António Pereira da Silveira (V. § 4.º, n.º 9)

7 Maria das Candeias, casada com Manuel de Ávila Betencurt (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 1)

7 Francisco Silveira Armão, b. 3-3-1680, m. 7-10-1732, c. 3-3-1710 com Catarina de Brum, b. 18-2-1694, m. 28-10-1758 (V. **Terras**, § 2.º, n.º 8) — Tiveram:

8 António de Brum da Silveira Armão, n. 19-2-1729, casou com Eufrásia Felícia de Jesus

8 João Silveira Armão, n. 21-6-1714

8 Manuel da Silveira, n. 21-12-1711

8 Maria Ana Bernarda, n. 5-9-1717

8 Vitória Bernarda, n. 20-5-1721

7 Manuel Silveira, b. 23-12-1668

7 António Silveira Armão, b. 25-7-1666, m. 19-1-1732, casou com Luzia Silveira, m. 23-9-1732, de quem teve:

8 Izabel da Silveira, n. 8-1-1711, m. 13-12-1735

8 Maria Josefa da Luz, c. 25-1-1731 com José Rodrigues Terra

8 Tereza Maria de Jesus, n. 2-12-1746, c. 1-11-1742 com Antônio Silveira Coelho (V. § 6.º, n.º 9).

7 Matias da Silveira, n. 7-1-1685, m. 11-1-1751, casou com Maria da Trindade, de quem teve:

8 Ana Maria da Silveira, c. 25-11-1734 co Antônio Francisco d'Ávila
8 Josefa Margarida, n. 24-10-1729
8 Domingos da Silveira, n. 3-2-1721
8 José Silveira Arnão, c. 5-9-1753 com Luzia Maria
8 Vicente da Silveira Arnão, n. 28-6-1733, casou com Inácia Joaquina de Jesus, de quem teve:

9 José Vicente da Silveira, c. 5-6-1823 com Ana Delfina

5 **Gregório d'Utra da Silveira Carauta** — c. 15-5-1664 com Bárbara Pereira de Mendonça (V. **Mendonças**, § 6.º, n.º 3) de quem houve:

6 Matias d'Utra da Silveira, que segue
6 Gregório d'Utra Pereira, b. 15-12-1675, clérigo — (**238**)
6 Jorge de Santa Tereza, f. 26-2-1671, religioso carmelita. (**239**)
6 Francisco, b. 9-6-1667
6 Catarina, b. 14-2-1669
6 Inês, b. 28-1-1677
6 Inês, b. 24-2-1673
6 Joana, b. 5-3-1673
6 Maria, b. 25-3-1665
6 Josefa Antônia de Jesus, b. 24-3-1680, freira no convento da Glória — (**240**)

6 **Matias d'Utra da Silveira** — b. 28-2-1666, m. 31-1-1739. 1.º c. 9-10-1683 com Margarida d'Utra da Silveira, m. 20-12-1688; 2.º, c. 15-9-1700 com Tereza Clara Del-Rio, m. 8-8-1747 (V. **Berquós**, § 1.º, n.º 2) — (**241**).

Do segundo matrimônio teve:

7 Antônio Francisco da Silveira, que segue
7 Pedro Berquó Del-Rio, n. 31-7-1708, m. 9-2-1736
7 João, n. 9-10-1712
7 Jorge, n. 15-6-1710
7 Maria, n. 1718
7 Ana Maria Vitória (gêmeas, n. 16-4-1719) freiras no convento da Glória
7 Maria Antônia (gêmeas, n. 16-4-1719) freiras no convento da Glória
7 Joana Tereza da Conceição, n. 27-2-1715
7 Tereza Clara Del-Rio, n. 3-10-1722 — (**242**)
7 Francisco Antônio da Silveira Berquó, n. 8-1-1705, casou com Ana Velasco e Molina (**243**)

Tiveram:

8 Tereza Clara Margarida Berquó da Silveira e Ultra, casada com António Feliciano Cuper
8 Ana Maria Molina Velasco da Silveira
8 Josefá Joaquina Velasco e Silveira, casada com João Mauricio da Gama Freitas. — (4-4)

Tiveram:

9 José Maria da Gama Freitas Berquó (marquez de Cantagalo) casado com F..., de quem houve:

10 José Maria da Gama Dias Berquó

7 **António Francisco da Silveira** — n. 1701, m. 4-10-1759, c. 15-5-1730 com Catarina Betencurt Côrte Real, n. 5-7-1713, m. 9-5-1757 (V. **Terras,** § 1.º, n.º 7) de quem teve:

8 Jorge Brum da Silveira, n. 14-12-1733, m. 29-10-1772 — (4-5)
8 Inácio Xavier Brum da Silveira, n. 31-7-1740, frade
8 Francisca, n. 6-2-1743
8 Tereza, n. 15-12-1746
8 Ana
8 Maria das Mercês, n. 25-3-1738 } relig. no most de S. João—(4-6)

§ 6.º

7 **Luís da Silveira Coelho** (§ 4.º, n.º 7) — casado com Luzia Gonçalves, de quem teve:

8 Maria Silveira, que segue
8 António Silveira Coelho, casado com Maria Pereira, de quem houve:

9 António Silveira Coelho, c. 1-11-1742 com Tereza Maria de Jesus (V. § 5.º, n.º 8)

8 **Maria Silveira** - b. 3-6-1663, c. 5-2-1690 com Manuel Roiz, nascendo dêste consórcio:

9 **António Silveira de Lacerda** — m. 3-4-1786 com noventa anos de idade; 1.º, casou em 1719 com Maria de São Francisco, m. 12-6-1745; 2.º, c. 1-11-1746 com Maria Silveira. Do primeiro matrimónio houve:

10 Francisco de Sousa Pereira de Lacerda, que segue
10 João Francisco de Lacerda, que segue no § 7.º
10 Luís Silveira, n. 17-1-1723
10 António Silveira, n. 1-5-1728
10 Ana Maria de Lacerda, n. 29-7-1720
10 Francisca Inácia da Silveira, n. 3-10-1721, m. 7-3-1756, c. 17-8-1744 com António Francisco Betencurt (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 6)
10 Joana Batista de Lacerda, n. 16-6-1736, c. 22-2-1756 com Francisco Poixoto da Silveira (V. **Peixotos**, § 2.º, n.º 7)

Teve António Silveira de Lacerda do segundo matrimónio:

10 Inácia Maria de Lacerda, n. 7-9-1752, c. 26-2-1770 com José Dias Coelho, havendo dêste consórcio:

11 Manuel José Dias Coelho
11 João Dias Coelho, casado com Maria Zeferina (V. **Pais**, § 2.º, n.º 6)

10 Francisca Mariana da Silveira de Lacerda, n. 6-6-1753, c. 17-1-1768 com Francisco da Rocha — (**17**)
Tiveram:

11 Maria Aurora Rocha, n. 28-3-1791, m. 14-6-1865, freira professa no mosteiro da Glória
11 António de Lacerda Rocha, n. 6-2-1792 m. 21-7-1857, c. 17-1-1828 com Maria Silveira Batista, m. 4-1-1879, de quem teve:

12 Francisco Rocha, n. 3-2-1829, m. 18-4-1906
12 António de Lacerda Rocha, n. 28-4-1832, c. 9-2-1859 com Gertrudes Moura (V. **Ribeiros**, § 2.º, n.º 6)
12 Francisca Rocha, n. 2-12-1833
12 Maria Aurora Rocha, n. 30-5-1835, m. 17-6-1921
12 Mariana Rocha, n. 6-9-1834, c. 3-7-1861 com Domingos Silos Teixeira da Cunha, m. 17-10-1917
12 Joana Rocha, n. 19-2-1840, m. 2-9-1893
12 Luíza Rocha, n. 9-1-1837, m. 28-1-1895
12 Ana Rocha, n. 10-9-1841, casou com José Soares de Évora, m. 21-8-1869. Tiveram:

13 Maria Amélia Rocha, n. 19-7-1864
13 Maria Aurora Évora, n. 21-5-1861, m. 1-8-1880, c. 14-5-1878 com Augusto Bulcão (V. **Bulcões**, § 2.º, n.º 11)

12 Rita Rocha, n. 11-9-1843, casou com Anatólio Teixeira, havendo dêste consórcio:

13 Izauro Rocha Teixeira, c. 20-7-1892 com Júnia Graça

10 **Francisco de Sousa Pereira de Lacerda** — n. 6-9-1721, m. 14-5-1784, c. 20-1-1765 com Maria Inácia da Silveira (V. § 9.º, n.º 5) de quem teve:

11 Catarina Luiza de Lacerda, que segue
11 Maria Vicência de Lacerda
11 Rita Vicência de Lacerda

11 **Catarina Luiza de Lacerda** — c. 12-12-1791 com José Silveira de Escobar, havendo dêste consórcio:

12 João Silveira de Lacerda, que segue
12 Clara Luiza de Lacerda, n. 10-9-1804, c. 16-8-1831 com José Francisco Pereira Pinheiro
12 Delfina Luiza de Lacerda, n. 5-4-1807, m. 18-9-1891, casou com Antonio Silveira Calvino
12 Rita Luiza de Lacerda, c. 23-8-1830 com Tomás Pereira Jorge, havendo dêste consórcio:

13 Antônio Pereira de Lacerda, n. 13-12-1843; 1.º, c. 11-5-1877 com Izabel Adelaide, m. 6-6-1882; 2.º, casou com Maria Glória Sanches; 3.º, casou com Ana Silveira
13 Maria Izabel de Lacerda, n. 11-6-1841, m. 25-3-1874

12 Maria Vicência de Lacerda, n. 8-3-1795, c. 25-7-1816 com Tomás Pereira Jorge, nascendo dêste consórcio:

13 Francisco Pereira de Lacerda
13 Antônio Pereira Jorge, casado com Mariana Bernarda

12 Antônio Silveira de Lacerda, n. 24-3-1810, c. 4-11-1832 com Florinda Mariana, n. 24-3-1898, de quem teve:

13 Maria Florinda de Lacerda, n. 3-5-1837, casou com João Pereira Fojaz (V. **Silveiras**, § 3.º, n. 13)

12 **João Silveira de Lacerda** — n. 27-1-1800, c. 10-2-1831 com Angélica Rosa, de quem teve:

13 José Silveira de Lacerda, que segue
13 Maria Paulina de Lacerda, c. 22-7-1850 com seu primo José Francisco de Lacerda (V. § 7.º, n.º 12)
13 Mariana Delfina de Lacerda, n. 12-3-1834, c. 18-8-1851 com Manuel Francisco Rodrigues

13 **José Silveira de Lacerda** — n. 17-12-1831, casou com Maria Clara da Conceição, de quem teve:

14 José Silveira de Lacerda, c. 9-5-1891 com Maria Ávila de Escobar
14 Clara Emília de Lacerda, n. 27-9-1871, c. 31-7-1895 com Manuel Francisco Gomes
14 Filomena da Conceição Lacerda, n. 6-3-1860, c. 19-9-1881 com António Garcia da Rosa
14 Maria da Conceição Lacerda, n. 6-10-1858, c. 22-2-1879 com Francisco da Rosa Silveira
14 Rosa Emília de Lacerda, n. 20-1-1866; c. 27-7-1893 com José Silveira Machado
14 Francisco Silveira de Lacerda, n. 30-1-1861, casou com Rosa Adelina da Silva

§ 7.º

10 **José Francisco de Lacerda** (§ 6.º, n.º 10) n. 20-5-1730, casou com Rosa Bernarda, de quem teve:

11 Diogo Pereira de Lacerda, que segue
11 Francisca de Lacerda, n. 20-5-1770, c. 9-1-1800 com José Silveira Betencurt (V. **Betencurts**, § 3.º, n.º 6)
11 Narcisa de Lacerda, n. 6-4-1784
11 Amélia Luiza de Lacerda, n. 1787, m. 3-6-1813, foi professa no convento de S. João
11 José Francisco de Lacerda, n. 25-11-1792, casou com Maria Paulina de Escobar, de quem teve:

12 Maria da Glória Lacerda, c. 12-2-1848 com José Maria de Sousa Machado. — Tiveram:

13 José Maria de Lacerda Machado, casado com Rosa Perpétua.

12 Rosa de Lacerda, casada com José da Rosa da Silveira, nascendo dêste consórcio:

13 Gabriela Emília de Lacerda, 1.º c. 15-5-1877 com Manuel da Rosa Pereira; 2.º, 24-4-1884 com Francisco da Rosa Escobar
13 Mariana Aurora de Lacerda, n. 8-11-1841, c. 13-10-1881 com João de Deus da Silva Raminha

11 António de Lacerda Pereira, c. 20-8-1798 com Ana Matilde Pulquéria, de quem teve:

12 José Filipe de Lacerda, n. 11-1-1802, c. 7-7-1821 com Ana Zeferina Gonçalves (V. **Pais**, § 2.º, n.º 6) de quem houve:

13 José Filipe de Lacerda, n. 1-6-1822; 1.º c. 30-5-1857 com Francisca Paulina, 2.ª, c. 10-9-1879 com Maria Clarejo Do segundo matrimónio [illegible]

14 Ana Zeferina de Lacerda, c. 31-7-1897 com Francisco Ficiado Rodrigues
14 Irene de Lacerda, n. 23-9-1889
14 José Filipe de Lacerda, n. 20-4-1881
14 Edwiges de Lacerda, n. 16-12-1892
14 Rufino de Lacerda, n. 4-4-1894

11 **Diogo Pereira de Lacerda** — n. 12-1-1780. De Rosa Clara, solteira, teve:

12 **José Francisco de Lacerda** — c. 22-7-1850 com sua prima Maria Paulina de Lacerda (V. § 6.º, n.º 13) de quem teve:

13 Manuel Francisco de Lacerda, que segue
13 José Francisco de Lacerda, c. 26-11-1883 com Maria da Glória
13 Izabel Augusta de Lacerda, c. 17-1-1870 com Mariano de Escobar
13 Maria Clara de Lacerda, n. 2-11-1831, casada com Manuel Garcia
13 Emerenciana Paulina de Lacerda, n. 7-8-1856, c. 15-7-1875 com António Rosa Machado

13 **Manuel Francisco de Lacerda** — n. 19-10-1853, c. 24-11-1881 com Filomena Paulina de Escobar, de quem teve:

14 José Francisco de Lacerda, n. 25-12-1886
14 Manuel Pinheiro de Lacerda, n. 28-5-1901

§ 8.º

4 **Margarida da Silveira Pereira** (§ 5.º, n.º 4) — casada com António Pereira Garanta — (**48**)
Tiveram:

5 Gonçalo Pereira de Lacerda, que segue
5 Diogo Pereira de Lacerda — (**49**)
5 Maria das Chagas — (**50**)

5 **Gonçalo Pereira de Lacerda** — casou em 1646 com Izabel de Azevedo, natural da vila das Velas, m. 9-2-1687 — (**51**)
Tiveram:

6 **António de Lacerda Pereira** — n. 10-7-1651, nas Velas, m. 25-5-1730 na vila da Horta; 1.º casou com Paula de Sequeira, n. 14-12-1660, filha do capitão-mór das Velas, António Alves Machado,

2.º c. 26-7-1687, na Horta, com Briolanja de Arez da Silveira, b. 30-5-1661 (V. **Ataídes**, § 1.º, n.º 6) — (**52**)

Teve do primeiro matrimónio:

7 António de Lacerda Pereira, que segue
7 Catarina da Silveira de Lacerda

Do segundo matrimónio teve:

7 João de Lacerda Forjaz, religioso carmelita — (**53**)
7 José Francisco de Lacerda Pereira
7 Izabel Feneia de Lacerda, n. 3-1-1757, casada com Diogo Labat (V. **Labats**, § 1.º, n.º 3)

7 **António de Lacerda Pereira** — c. 15-10-1714 com Francisca Betencurt de Ávila, natural da vila das Velas — (**54**)

Tiveram:

8 José Francisco de Lacerda, que segue
8 António de Lacerda Pereira, clérigo
8 Umbelina Francisca de Lacerda, c. 13-7-1744 com Diogo António da Silveira (V. **Silveiras**, § 3.º, n.º 10)

8 **José Francisco de Lacerda Pereira** — c. 7-3-1744 com Ana Margarida Machado, de quem teve:

9 António de Lacerda Pereira Forjaz, que segue
9 José Francisco de Lacerda
9 Gonçalo Pereira de Lacerda
9 Tereza de Lacerda, freira no mosteiro do Rozário, S. Jorge
9 Umbelina de Lacerda
9 Ana de Lacerda, c. 12-2-1781 com **José de Sousa Cabral**, havendo deste consórcio:

10 Ana de Lacerda Cabral, casada com João Forjaz de Lacerda (V. **Silveiras**, § 3.º, n.º 12)
10 Mariana de Lacerda, casada com Joaquim José Ferreira da Silveira (V. **Silveiras**, § 3.º, n.º 12)
10 Jerónimo José de Lacerda Cabral, casado com Mariana Rosa da Silveira (V. **Silveiras**, § 5.º, n.º 13) de quem teve:

11 Beatriz de Lacerda Cabral, casada com seu primo António Mariano de Lacerda Cabral (V. **abaixo**, n.º 11)
11 Maria Flora de Lacerda Cabral, casada com José Teixeira Betencurt
11 Maria Joaquina de Lacerda Cabral, casada com Amaro Soares de Albergaria (V. **Soares**, § 3.º, n.º 9)
11 Rosa de Lacerda Cabral

10 Francisco Pereira de Lacerda Cabral, casado com Mariana Amélia Silva, de quem teve:

11 António Mariano de Lacerda, casado com sua prima Beatriz de Lacerda Cabral (V. **acima**, n.º 11)

10 Constantino de Lacerda Cabral, casado com Ana Vicência Forjaz de Lacerda (V. **Silveiras**, § 3.º, n.º 12) de quem houve:

11 Maria de Lacerda Cabral, casada com José Terra de Lacerda

9 Maria Custódia Forjaz de Lacerda, c. 20-6-1796 com José Francisco da Silveira (555)
Tiveram:

10 Bárbara de Lacerda
10 António de Lacerda Pereira, c. 19-11-1834 com Izabel Bernarda da Silveira Moniz (V. **Silveiras, §** 3.º, n.º 14) de quem teve:

11 António de Lacerda Pereira Forjaz, casado com sua prima Tereza Ermelinda de Lacerda (V. **abaixo**, n.º 11) de quem teve:

12 António de Lacerda Pereira Forjaz
12 João Pereira de Lacerda Forjaz, n. 9-12-1869, casou com Luiza do Amaral Viana, de quem teve:

13 Maria, n. 1-12-1900
13 Maria Luiza Viana de Lacerda, n. 22-10-1901

11 José de Lacerda Pereira Forjaz, casado com sua prima Rita Moniz Barreto (V. **Silveiras**, § 5.º, n.º 14)
11 João Pereira
11 Joaquim Augusto de Lacerda Forjaz
11 Cândido Pereira de Lacerda Forjaz
11 Tomé de Lacerda
11 Maria Tereza de Lacerda Forjaz, casada com seu primo Tomé Gregório de Lacerda (V. **abaixo**, n.º 11)

10 José Francisco de Lacerda, c. 18-1-1820 com sua prima Ana Utília de Lacerda (V. **abaixo**, n.º 10) de quem houve:

11 António de Lacerda Pereira, clérigo
11 José Augusto Pereira de Lacerda
11 Tereza Ermelinda de Lacerda, casada com seu primo António de Lacerda Pereira Forjaz (V. **acima**, n.º 11)

11 João Augusto Pereira de Lacerda, casado com Maria Emília Gonçalves

11 Francisco Augusto de Lacerda Forjaz. Teve o filho natural:

12 Francisco Augusto de Lacerda Forjaz, médico, casado com Zulmira Ribeiro, n. 27-2-1887 (V. **Ribeiros**, § 1.º, n.º 8) de quem houve:

13 Raul, n. 2-12-1908, m. de horas
13 Alice, n. 2-12-1909
13 Maria Regina de Lacerda, n. 31-10-1911
13 Gonçalo Rui Pereira de Lacerda, n. 26-7-1913

11 Cândido Pereira de Lacerda, n. 30-3-1829, m. 7-3-1896, casou com sua prima Francisca Soares de Lacerda, m. 4-1-1877 (V. **abaixo**, n.º 11) — Tiveram:

12 Francisca Soares de Lacerda, n. 20-1-1856, casada com Gabriel Samora Moniz, bacharel em direito, m. 21-6-1912
12 Evangelina Soares de Lacerda, casada com o bacharel em direito Francisco Adriano da Veiga
12 Matilde Soares de Lacerda, n. 2-11-1863, c. 24-11-1888 com Manuel Rocha de Almeida, nascendo destes consórcios:

13 Manuel Lacerda de Almeida, n. 15-3-1890
13 Luciano Lacerda de Almeida, n. 31-8-1892
13 Luciano, n. 25-8-1891, m. 10-6-1892
13 Estela, n. 28-5-1894, m. 4-9-1895
13 Regina, n. 20-7-1895, m. de dias

10 João Pereira de Lacerda, n. 1814, m. 1895, 1.º casou com Francisca Luiza Soares, n. 12-5-1801 (V. **Soares**, § 4.º, n.º 8) 2.º c. 15-1-1859 com Maria José Whyton da Câmara (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 6) Do primeiro matrimónio teve:

11 Inácia Soares de Lacerda
11 Francisca Soares de Lacerda, m. 4-1-1877, casou com seu primo Cândido Pereira de Lacerda (V. **acima**, n.º 11)
11 Maria Soares de Lacerda, casado com João Paulino da Silveira, nascendo destes consórcios:

12 José Paulino da Silveira

11 Tomé Soares de Lacerda
11 João Soares de Lacerda, casado com Josefa Carolina — (**53**)
Tiveram:

12 André de Lacerda
12 João de Lacerda
12 José de Lacerda
12 Virgínia de Lacerda

11 Francisco Soares de Lacerda, n. 1841, m. 17-4-1916, casou com Maria Belo Correa de Melo, filha do capitão-mor da Madalena, Tomás Correa de Melo — Tiveram:

12 Maria Soares Melo de Lacerda, n. 30-9-1865; 1.º c. 18-1-1890 com Manuel Zerbone; 2.º casou com James Dalrympio. — (**57**)
12 Francisca Soares de Melo Lacerda, n. 1868, c. 4-6-1887 com José de Sousa da Rosa, havendo dêste cônsorcio:

13 Maria Melo de Lacerda Rosa, n. 21-10-1889, casou com Luís Rau Sales
13 José de Lacerda Rosa, n. 22-7-1892
13 Helena de Melo de Lacerda Rosa

10 Ana Forjaz de Lacerda, c. 19-11-1834 com Caetano Ferreira Nunes, m. 1868, natural das Ribeiras, Pico, havendo dêste consórcio:

11 Maria das Dores Nunes de Lacerda, casou com seu primo Júlio Pereira de Lacerda (V. **abaixo**, n.º 11)
11 Tereza Amelia Clotilde de Lacerda, casou com seu primo José de Lacerda Pereira e Sousa (V. **abaixo**, n.º 11)
11 Francisco Nunes de Lacerda e Melo, c. 20-4-1840 com Jacinta Teodolina Machado Soares, n. 20-8-1837, m. 1909 (V. Soares, § 4.º, n.º 9) de quem houve:

12 João Machado Soares
12 Francisco Soares de Lacerda Machado, n. 29-1-1870, c. 7-7-1898 com Otávia de Sousa Machado, n. 23-11-1880 (V. **Ataides**, § 2.º, n.º 11) de quem teve:

13 Francisco Pereira de Lacerda Machado, n. 1-10-1899

12 Maria Soares de Lacerda Machado, casada com Augusto da Silva Pereira Fornelos — Tiveram:

13 Fernando de Machado Pereira
13 Maria Dorotea Pereira
13 Emilia Augusta de Lacerda, c. 18-5-1914, em Lisboa, com Agnelo da Cunha Pessoa, havendo dêste consórcio:

14 Francisco Pedro, n. 24-1-1916

10 Maria Utilia de Lacerda Forjaz, casada com João Caetano de Sousa, havendo dêste consórcio:

11 Francisco Augusto Pereira de Lacerda
11 Tomé Gregório de Lacerda, casado com sua prima Maria Tereza de Lacerda (V. acima, n.º 11)
11 António Pereira de Lacerda, casado com Izabel Pacheco, de quem teve:

12 João Forjaz Pacheco
12 Maria Amélia Forjaz Pacheco

11 João Caetano de Sousa e Lacerda, casou com Maria Silveira — (58)
Tiveram:

12 Maria de Lacerda
12 João de Sousa Lacerda
12 José Caetano de Lacerda, 1.º casou com Maria Dorotea Pereira da Silveira e Sousa (V. **Silveiras**, § 5.º, n.º 14) 2.º casou com sua cunhada Estefânia Beatriz Pereira da Silveira e Sousa — (59)
12 Francisco de Lacerda, casou com Izaura Soares de Lacerda — (60)
Tiveram:

13 Maria Utilia de Lacerda, casou com Pedro Felix de Mendonça Machado
13 João Caetano Soares de Lacerda

11 José de Lacerda Pereira e Sousa, casado com sua prima Tereza Amélia Clotilde de Lacerda (V **acima**, n.º 11) de quem teve:

12 João Caetano Nunes de Lacerda, casado com Manuela de Labat Mesquita, n. 28-2-1864 (V. **Labats**, § 1.º, n.º 8) de quem teve:

13 Maria de Mesquita Lacerda, n. 26-11-1895 — (61)

12 Guilhermino Forjaz de Lacerda. Teve os filhos naturais:

13 Maria Avelar de Lacerda, n. 2-9-1910
13 Tereza Avelar de Lacerda, n. 25-9-1911

12 António de Lacerda Pereira e Sousa, médico, casou com Maria Elisa Batista da Silva, de quem teve:

13 João Caetano Batista de Lacerda
13 Maria Tereza Batista de Lacerda
13 Maria Luiza Batista de Lacerda
13 Maria Utília Batista de Lacerda
13 António Batista de Lacerda
13 José Batista de Lacerda

12 José Jerónimo Cabral de Lacerda, casou com Maria da Encarnação Amaral — **(62)**
12 Tomé Gregório de Lacerda, médico
12 Francisco Augusto Forjaz de Lacerda
12 Maria das Dores Nunes de Lacerda, casada com João Romano de Freitas
12 Rita Amélia de Lacerda
12 Maria Custódia Nunes de Lacerda, casou com José Cipriano da Silveira Nóbriga, havendo dêste consórcio:

13 Maria de Lacerda Nóbriga, n. 15-12-1898
13 Júlio de Lacerda Nóbriga, n. 4-12-1899
13 José de Lacerda Nóbriga, n. 15-1-1902
13 Alvarina de Lacerda Nóbriga, n. 7-7-1904

9 **António de Lacerda Pereira Forjaz** — c. 17-11-1783 com Maria Josefa, de quem teve:

10 José Pereira de Lacerda, que segue
10 António de Lacerda Pereira
10 Florindo Pereira Sarmento da Lacerda, casado com Joana da Câmara Menezes
10 João Pereira de Lacerda
10 Ana Utília de Lacerda, casou com seu primo José Francisco de Lacerda (V. **acima**, n.º 10)
10 Francisca Dorotea de Lacerda
10 Leonor de Lacerda

10 **José Pereira de Lacerda** — casou com Inácia Peixoto, natural de S. Roque, Pico. Fóra do matrimónio teve:

11 Júlio Pereira de Lacerda, casado com sua prima Maria das Dores Nunes de Lacerda (V. acima, n.º 11)

§ 9.º

1 **Bárbara Dias** — casada com Nuno Machado — **(63)**
Tiveram:

2 João Machado Pereira, que segue
2 António Machado
2 Beatriz Machado, casada com Gaspar Homem Brum da Silveira (V. **Terras**, § 2.º, n.º 4)

2 **João Machado Pereira** — m. 14-3-1665; 1.º, c. 11-12-1630 com Francisca Silveira Pestana, m. 7-8-1644; 2.º, c. 12-2-1647 com Bárbara d'Utra. Do primeiro matrimónio teve:

3 Inácio Pereira, que segue
3 Nuno Machado, b. 15-2-1635, casou com Catarina d'Utra
3 Paula Pereira, m. 3-6-1699, casada com Luís Silveira

Do segundo matrimónio houve:

3 Ana Pereira, casada com Manuel Silveira Galarte, nascendo deste consórcio:

4 Bárbara, b. 26-4-1687
4 Ana da Conceição, b. 15-9-1675
4 Maria do Belem, b. 5-1-1687
4 Brizida Maria do Bom Despacho
} freiras no convento da Glória — **(64)**

3 Maria Pereira Machado, b. 15-4-1652, m. 1726, casou com Francisco Pereira Cardoso — **(65)**
Tiveram:

4 Domingos Pereira Cardoso, clérigo, ouvidor eclesiástico na ilha do Faial, b. 13-4-1699, m. 28-6-1744
4 Francisco Pereira Cardoso, b. 20-4-1681, c. 20-7-1712 com Ana Maria Francisca, b. 30-12-1688, m. 21-6-1746 (V. **Garcias**, § 1.º, n.º 3) — **(363)**
Tiveram:

5 Domingos Pereira Cardoso
5 Francisco Pereira Cardoso, n. 7-5-1713
} clérigos

5 João Pereira Cardoso, capitão-mor na vila da Madalena, Pico, n. 1707, casou com Maria Úrsula Teles (V. **Utras**, § 3.º, n.º 9)
Tiveram:

6 João Pereira Cardoso, casado com Josefa Maria, m. 17-12-1812
6 Ana Vitória Leite Bracamonte, m. 2-9-1810, casou com Vicente António da Silveira Guterres (V. **Guterres**, § 1.º, n.º 6)
6 Florença Luiza Bracamonte, casada com Francisco António d'Ávila Betencurt (V. **Betencurts**, § 5.º, n.º 4)
6 Bernarda Luiza
6 Filipa d'Utra
6 Luiza Constância, freira no convento de S. João — (**67**)

3 **Inácio Pereira** — b. 7-12-1631, m. 29-7-1680, casou com Maria d'Utra, de quem teve:

4 Manuel Silveira Machado, que segue
4 António Silveira Machado, b. 10-2-1672, casou com F..., de quem houve:

5 Maria Inácia da Silveira, c. 20-2-1765 com Francisco de Sousa Pereira de Lacerda (V. § 6.º, n.º 10)

4 **Manuel Silveira Machado** — c. 28-1-1686 com Izabel Rosa, de quem teve:

5 João Silveira Machado, que segue
5 Domingos Machado, b. 13-1-1692
5 António Silveira Machado, b. 27-6-1699

5 **João Silveira Machado** — c. 21-2-1729 com Izabel Rosa

§ 10.º

1 **Izabel Pereira** — casou com Bartolomeu Luis Fialho. — (**68**)
Tiveram:

2 Bartolomeu Luís Pereira, que segue
2 Gaspar Luís Fialho
2 João Fialho
2 Lázaro Gomes, casado com Clara Gularte

2 Maria Pereira, casada com João de Medeiros, nascendo déste consórcio:

3 João Fialho de Medeiros, 1.º casou com Maria de Azevedo, 2.º casou com Bárbara Gularte da Silveira. Do primeiro matrimónio teve:

4 Izabel da Trindade, freira no convento de São João — (69)

3 Francisco Pereira
3 Maria Gularte, freira no convento de São João — (70)
3 Violante Pereira, casada com Sebastião Luís de Vargas, m. 7-3-1652, nascendo déste consórcio:

4 Mor de São Boaventura, religiosa no mosteiro de São João — (71)
4 Maria de Lacerda da Silveira, 1.º casou com Estácio d'Utra Machado (V. **Utras**, § 3.º, n.º 5) 2.º casou com Gonçalo Nunes de Arez (V. **Mendonças**, § 4.º, n.º 1) — (72)
4 Baltazar Luís de Vargas, casado com Mónica Pereira, m. 1675 (V. § 2.º, n.º 6) — (73)

2 **Bartolomeu Luís Pereira** — casado com F..., de quem houve:

3 Maria Almança, que segue
3 Izabel Pereira, casada com Domingos Fernandes
3 Bárbara Luís, c. 30-10-1645 com Matias Pereira, nascendo déste consórcio:

4 Maria Pereira, c. 15-5-1671 com seu primo Amaro d'Utra (V. **abaixo**, n.º 4)

3 **Maria Almança** — m. 8-5-1663, casou com Sebastião Alvernaz, m. 21-1-1675. — Tiveram:

4 Luís Fialho, que segue
4 Bárbara d'Utra, b. 1-5-1630, c. 28-1-1665 com Francisco Pereira
4 Amaro Pereira, c. 15-5-1671 com sua prima Maria Pereira (V. **acima**, n.º 4)
4 Sebastião Alvernaz, b. 16-2-1637, casado com Leonor...
4 João Fialho, c. 3-5-1657 com Maria Pereira

4 **Luís Fialho** — casado com F..., de quem teve:

5 Roque Dias Alvernaz, que segue
5 Violante d'Utra Alvernaz, 1.º casou com Gaspar da Silveira Leite (V.

Leites, § 1.º, n.º 3) 2.º, casou com Bartolomeu Madruga Vieira, natural da cidade de Angra
5 Maria da Graça, freira professa no convento da Glória

5 **Roque Dias Alvernaz** — 1.º casou com Izabel Pereira de Lacerda (V. **Mendonças**, § 6.º, n.º 3) 2.º casou com Ágada Dias da Terra — (**74**)

Do primeiro matrimónio teve:

C Tomás Pereira de Lacerda, que segue

Do segundo matrimónio houve:

6 Roque Dias Alvernaz
6 Joana da Cruz, religiosa no mosteiro de São João

6 **Tomás Pereira de Lacerda** c. 15-8-1700 com Maria Josefa de Simas Pereira (V. **Garcias**, § 1.º, n.º 3) de quem teve:

7 António Xavier de Lacerda, que segue
7 Francisco Xavier de Lacerda, clérigo

7 **António Xavier de Lacerda** — m. 30-7-1777, c. 25-5-1751 com Elisia Mariana Andreza da Câmara Leite, n. 10-5-1731, m. 7-8-1755 (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 8) — Tiveram:

8 António de Lacerda Marramaque, que segue
8 Elisia Margarida Leite da Câmara, n. 6-8-1755, m. 29-5-1781, c. 29-6-1778 com Francisco Whyton da Câmara (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 4)

8 **António de Lacerda Marramaque** — n. 9-1-1752, m. 13-6-1781, c. 29-6-1778 com Antónia Mariana Whyton da Câmara, n. 24-3-1750, m. 27-9-1829 (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 4) — Tiveram:

9 **António Mariano de Lacerda Marramaque** — n. 6-9-1783, m. 30-11-1849, c. 1-8-1819 com sua prima Ana Whyton, m. 22-6-1875 (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 5) — (**75**)

§ 11.º

1 **António da Silveira Pereira Carauta** — 1.º casou com Catarina Silveira, 2.º casou com Ana Silveira Pereira, tendo do primeiro consórcio: — (**76**)

2 António Gularte da Silveira, clérigo

Do segundo matrimónio teve:

2 **Manuel Silveira Vilalobos** — casado com Paula de Bom-Dia (V. **Bom-Dias**, § 2.º, n.º 2) de quem teve:

3 Gaspar da Silveira Vilalobos, que segue
3 Maria Silveira, casada com Manuel Paim

3 **Gaspar da Silveira Vilalobos** — m. 25-5-1669, casou com Joana Pereira de Ataide Marramaque (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 5) — (**77**)

§ 12.º

1 **Bonifácio Pereira Sarmento** — casou com Maria Gomes de Lacerda. — (**78**)
Tiveram:

2 João Pereira Sarmento, que segue
2 Maria Josefa Pereira, casada com José Silveira (V. **Terras**, § 2.º, n.º 7)
2 Manuel Pereira Sarmento, m. 31-8-1744, c. 18-11-1743 com Mariana Jacinta Vitória, m. 29-5-1772 (V. **Mendonças**, § 6.º, n.º 6) de quem houve:

3 Clara Francisca Angélica Pereira Sarmento, n. 23-9-1744, c. 18-2-1760 com António de Sousa e Silva (V. **Sousas**, § 1.º, n.º 2)

2 **João Pereira Sarmento** casou com Mariana Tereza Jacinta da Silveira, de quem teve:

3 João Pereira Sarmento, que segue
3 António Pereira Sarmento, n. 1-10-1723, c. 7-1-1743 com Mariana Antónia
3 Izabel Sarmento, n. 27-6-1735, casou com João Machado Nogueira
3 Joana Aurora Elísia, n. 2-8-1737, freira no convento da Glória

3 **João Pereira Sarmento** — c. 22-4-1765 com Catarina Bernarda Flora, m. 30-10-1786

NOTAS

I) João Garcia Pereira ◆ ◆ ◇ Teve um começo de vida bastante agitado, por virtude do qual, mais de que por ânsia de fortuna, veio parar aos Açores. Merece contar-se essa história. Foi um romance. [1] Eu vo-la repito, baseado num breve trabalho do sr. Ferreira de Serpa [2] e um pouco ajudado pela lenda e pelo colorido da minha imaginação.

(§ 1.º, n.º 1)

Achava-se João Garcia Pereira na côrte, encetando carreira. Na casa de El-rei desempenhava as obrigações adstritas à elevada gerarquia que o honorificava, com a mesma solicitude e fidelidade que sempre usaram seus avós.

Mas, verdadeiramente, o que o trazia preso na capital eram os belos olhos de sua prima Izabel Pereira, filha de Gaspar Pereira Roxo, cuja morada, centro de fidalgo ajuntamento, êle freqüentava-a miúde.

Muito arrebatado de génio, certo dia, o sangue referveu-lhe inopinadamente, ao surpreender os galanteios de outro moço perante Izabel Pereira, a sua amada. Acercou-se. O olhar fuzilou-lhe com a ironia dum

---

[1] Ao redor dêste interessantíssimo episódio foi já arquitectada uma novela, que o jornal *O Atlantico*, de Lisboa, publicou em 1891, nos seus n.ºs 460 a 463.

[2] Página literária do *Século* de 29-2-1904

remoque. Esfusiaram as frases agressivas, aguçadas e breves, despedidas meio ocultamente; arremeçaram-se ameaças.

Momentos depois, no pátio, batiam-se os dois, cegos de fúria, silenciosos, em apressado duelo. João Garcia, mais feliz ou mais destro, venceu num instante o adversário, que caiu por terra, quási sem soltar um gemido, com uma estocada de morte.

Embora em justo duelo, era acção criminosa, acrescentada pela agravante de ser na pessoa de um fidalgo, fulano de tal Coutinho, muito próximo parente do conde de Marialva. O rei não perdoava. Homiziou-se, que não tinha outro remédio, tomando o caminho de Tanger, em África, onde era governador um seu parente, D. João de Menezes, conde de Tarouca, e onde se pelejava a valer na defesa do pendão das quinas, contra os mouros. Ofereceu-se à pátria. Dela se divorciara, mas a ela pertencia. Denodado como poucos, nada o afrouxava, nem os caminhos ásperos, nem o risco das emprêsas, nem a braveza ou ousadia do inimigo. Praticou loucuras que foram celebrados heroismos.

O leitor vai ver como esta qualidade guerreira predominou em vários dos seus descendentes.

No entanto não era apenas pela glória que a sua espada flamejava: arremetendo como alucinado de encontro aos perigos, rompendo escudos, derrubando ginetes, estilhaçando lanças e cimitarras, buscava não sómente redimir o seu delito, mas sobretudo aquietar no fundo do peito aquela saudade de cada instante, pelo ente adorado, que tanto o torturava.

Nas horas de descanço, sempre que podia esquivar-se ao convívio estouvado dos companheiros, procurava lugares ermos — algum palmeiral silencioso, algum rochedo alto à beira do oceano — para meditar na sua desventura. Via todo o passado, o alvorecer tão atraente da sorte, e a sua ruina dum minuto; via os lábios frescos daquela que fôra todo o seu sonho de esperança, a sorrirem... O murmúrio do mar acalentava. De vez em quando corria perto uma gaivota, asas espalmadas, num vôo ondeante e longo.

Mas o seu infortúnio parecia não querer findar. Não bastava o pêso da sua culpa, a sua vida desmantelada e sem rumo; mesmo ali, como um propósito diabólico do destino, um novo arrepelão veio esfacelar-lhe ainda mais a alma exilada. Por uma caravela chegada de Lisboa, teve notícia de que sua prima — aquela por quem se perdera, e para quem sómente vivia — fôra dada pelo pai, em casamento, a um Gabriel de Bruges, filho do capitão donatário da ilha Terceira!

Por um simples galanteio, aliás tão vulgar, matara com mão rancorosa um amigo; agora, que outro lhe roubava, então de vez, a que desejou para si sempre pura, que outro a possuia, lhe bebia os olhares, lhe mordia as carnes em impetos soezes de luxúria, estava êle ali, em

semelhante abandono, louge, humilhado — e à cinta um ferro de bem rijo gume, pendente e inútil!...

Os anos decorreram.

Certo dia, nas horas do seu divagar, topou com um mouro que tambem buscava a solidão, e como êle tambem se esquecia a sismar longamente, os olhos perdidos na imensidade. Trocaram confidências. Eram duas existências iguais: o mesmo fado, o mesmo sofrer de amor. Companheiros do acaso, dentro em breve uma simpatia mútua os uniu nos laços duma amizade leal e franca.

Os demais portugueses, percebendo as relações dos dois, deram-se a claras murmurações pelos ângulos da fortaleza, nas ruas, às portas dos bazares, cada qual cogitando maneira de desmanchar tamanha indignidade. Um cristão ligado com um mouro!

João Garcia fingia não os entender.

Resolveram então falar-lhe abertamente, convidando-o a quebrar de vez aquela amizade, por todas as razões condenável — pelas lições severas e doutas da Igreja, pela distinção de sangue, pelas leis do reino — e que, dum momento para o outro, poderia tornar-se suspeita perante as latentes hostilidades guerreiras.

João Garcia escutava-os tranquilo, sem estranheza nem ódio. A desfortuna sopeara-lhe o génio.

Compreendendo os fidalgos que não era facil demovê-lo de semelhante ligação — ligação desonrosa para o orgulho português — tomaram então outro conselho, por certo menos nobre, mas de efeito seguro, isto é, radical — matar o mouro.

Uma noite que o desditoso torcia caminho, ao desembocar duma esquina, viu de repente diante de si, saido da sombra, um magote de homens, de espadas nuas, ameaçadoras. Ele mal teve tempo de enrolar no braço a ponta do albernós, e de arrancar do cinto o alfange. Faiscavam os primeiros golpes — quando surgiu entre os contendores, como do alçapão duma mágica, uma criatura diabólica, de braço potente e vertiginoso, que desbaratou em curto momento os assaltantes, meio atónitos e perdidos de ânimo.

Fôra João Garcia Pereira que, adivinhando o plano dos seus companheiros de armas, sempre vigilante, nas pègadas do mouro seu amigo, lhe salvou a vida, com a destreza do seu braço, sobretudo com a lealdade e nobreza do seu coração. Mas no campo do combate, entre golfadas de sangue, um dos fidalgos, numa reviravolta, dava o último estremeção da agonia...

Maldita sina, a sua. Parece que no mundo, por onde quer que passasse, nada mais tinha a fazer senão espalhar malefícios ou desgraça!

Teve que homiziar-se de novo. Para fugir, aproveitou um navio, que estava a levantar ferro, escondendo-se a bordo, como qualquer as-

lucioso malfeitor, num recôndito esconso do porão, por detrás de grandes atados e de caixotes com especiarias.

Não sei se por mero acaso, se por traçado da derrota, a meio de arrastada viagem, livre de inimigos e dos desasocêgos das borrascas, aproaram à ilha Terceira, onde lançaram ferro para se recompor de algum refresco, e ao mesmo tempo tambem para um pouco de descanço.

Acaso, disse? Sim, verdadeiro acaso, ou como quizerem supor, foi para êle êsse que o levou ali. Bem sabia que naquela paragem longinqua, existia a escolhida da sua alma — irremediavelmente, porêm, sujeita a outros deveres, outra obediência, outra ventura talvez. Mas se assim, imprevistamente, chegava tão perto dela, é porque alguma fôrça misteriosa e benévola o favorecia.

O pensamento em tumulto, num batalhar infinito de ideias, cravava os olhos na terra verdejante, debruçado sôbre a amurada, alheio às manobras da marinhagem. Que fazer? Procurá-la, e pedir-lhe relação de quanto sucedera após a sua fuga — contar-lhe a sua existência errante, por entre perigos e lutas temerárias, num penar constante e mudo do coração? Fugir-lhe? Subiueter-se a mais êsse suplicio de partir sem pelo menos, num único instante, a escusas mesmo, saciar os olhos na que fôra toda a luz divina dos seus olhos?... Não. Vê-la ainda uma vez. Quebrar cortezias e conveniências, arrostar recriminações, desprêsos talvez, senão alguma ameaça de ferro homicida — mas vê-la!

Informou-se. Então é que a sua surpresa subiu de ponto. Todo o horisonte denso do seu futuro se rasgou num súbito alvorecer de esperanças e de alegrias. Izabel Pereira, sua prima, estava viuva! Viuva e só, sem filhos, sem familia, antes entre criaturas hostis, que se demandavam por conta da capitania, vexando-a, espoliando-a de regalias e fazenda, sua pertença, por morte do marido, com quem vivera casada apenas quatro a cinco anos.

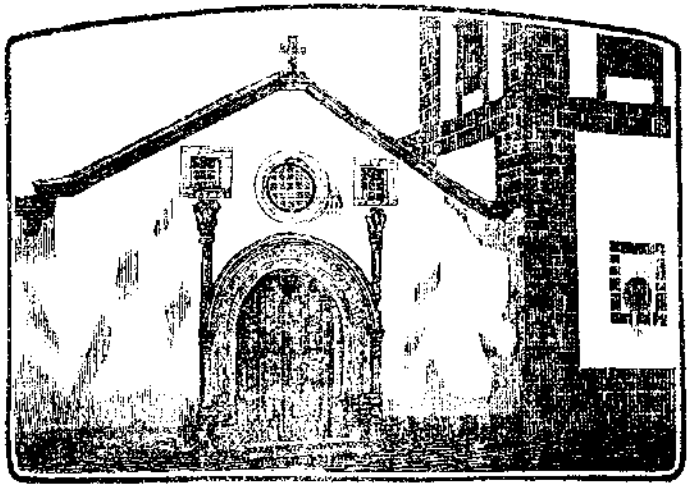
Num alvoróço do coração, saltou em terra; correu a casa dela; anunciou-se. O que se passou não cabe, nem carece dizê-lo aqui. Devia ter sido alguma coisa de muito venturoso e terno, que melhor se adivinha do que se escreve.

Os laços de outrora reataram-se mais seguros e intimos, sem obstáculo algum insuperável. Pouco tempo depois estavam casados, e de seguida, pressurosos, abandonavam a ilha Terceira, à busca de lugar onde pudessem usofruir, em segrêdo, emfim, vida próspera e remansosa.

Tomaram caminho do Faial. Não fizeram, porêm, seu assento entre o mercantil reboliço das gentes, na vila nascente da Horta: foi no sitio mais extremo da ilha, na frèguesia dos Cedros, que João Garcia, avaro de felicidade, dessa felicidade que lhe custara largos anos de trabalho, tão negros sobresaltos de tragédia, desespêros; foi nesse sitio humilde — e para mais longe iria, se mais longe pudesse esconder o tesouro

da sua alma — que João Garcia passou desconhecidamente, e sem dúvida venturosamente, o resto da existência.

A razão porque êle se obstinou em ocultar a sua qualidade e extirpe só se baseia, quanto a mim, no interesse, que por ventura julgava preciso, de lhe ignorarem o paradeiro, talvez ainda receioso da acção da justiça, de perseguições ou vinganças. Até isso também explica o motivo porque a consorte (o que tem sido pasto de variadas conjecturas



Igreja dos Cedros (Faial)

por parte de alguns historiadores) para fugir a qualquer destaque inconveniente, vulgarisou o nome, abolindo de todo a distinção honorífica do *Dom*. [1]

Só muitos anos depois, já em avançada idade, e que João Garcia Pereira deixou, sem reluço, correr nota da sua origem. Por volta de 1519, Lopo Soares de Albergaria, governador da Índia, regressando ao reino, entrou na baia da Horta, a refazer um pouco a armada das canceiras da viagem. Sabendo por acaso da existência de João Garcia, logo

1 *Arch. dos Açores*, IV, 207

o mandou chamar a bordo da sua nau, e o tratou ante todos, por parente, e com grandes obséquios e afabilidade. Lamentou vê-lo sumido naquela insignificante ilha, onde acabariam seus filhos por viver pobremente, sem que lhes valesse sua nobresa, nem os serviços de seus avós. Se houvesse ido para a Índia, tê-lo-ia beneficiado como a tantos outros, mormente a êle, que era seu sobrinho... Respondeu João Garcia Pereira que, no tempo dos seus trabalhos e enfadamentos, todos o tinham desamparado, e que agora, já no derradeiro quartel da vida, naquele remanso e quietação, não tendo filha a amparar, se lhe faltava fazenda, seus filhos que a fôssem buscar, ainda a servir os Reis, como êle servira.

Foram testemunhas dêste facto Jorge d'Utra, capitão-donatário do Faial, o seu escudeiro Pedro Afonso, Nuno Afonso da Costa, e muitos outros fidalgos, que assim o depuzeram numa justificação da nobreza de seu neto Álvaro Pereira Sarmento. [1]

Consta dessa justificação ser João Garcia Pereira filho legítimo de Garcia Álvares Pereira e de sua mulher D. Inês de Magalhães; neto de Gonçalo Pereira, de Riba de Vizela, casado com D. Filipa Henriques de Albergaria, do conselho de guerra de D. Afonso V, e irmão do conde da Feira; bisneto de Fernão Pereira, casado com D. Maria de Berrêdo.

A consorte, Izabel Pereira Roxo, era outrossim dos Pereiras, da casa dos senhores de Basto, por ser filha legítima de Gonçalo Pereira Roxo e de sua mulher D. Maria Sarmento, filha legítima de Garcia Sarmento, senhor de Vigo, Salvaterra e Sobroso, e de sua mulher D. Francisca Sotomaior, filha da condessa de Caminha, sendo Gonçalo Pereira Roxo irmão inteiro de Afonso Pereira de Lacerda, de Paio Gomes Pereira e de João Rodrigues Pereira, de Guimarães, filhos de João Rodrigues Pereira, válido de D. João II, e quarto senhor de Celorico de Basto, casado com D. Leonor de Tovar, e todos êles netos de Reimão Pereira de Lacerda

2) Sebastião Pereira Sarmento (§ 1.º, n.º 2) ◇ A José Frederico Elerpek de Lacerda, morador na cidade do Porto, foi concedida em 7 de fevereiro de 1798, carta para o uso de brazão de armas, da qual consta ser filho de João Frederico Gerardo Elerpek Hutel e de D. Maria Vitorina de Lacerda e Sousa Machado; neto pela parte materna de Tomás de Sousa Machado, cavaleiro professo na ordem de Cristo, cadel-mor do concelho da Maia, Bouças e Leça, superintendente das fábricas das comendas da ordem de

[1] Em poder do insigne investigador, sr. António Ferreira de Serpa

Cristo, na provincia de Entre Douro e Minho, pagador geral das tropas da gente de guerra, e de D. Francisca Clara de Lacerda; bisneto de Manuel de Sousa Machado, e de D. Mariana Moreira; terceiro neto de Pedro d'Utra de Lacerda, filho de António Pires Albernaz e de sua mulher D. Bárbara Sarmento d'Utra, neta de José d'Utra (Jorge d'Utra) fidalgo flamengo que povoou a ilha do Faial. [1]

3) Alvaro Pereira Sarmento (§ 1.º, n.º 3) ◇ Governava a ilha Terceira o célebre Manuel da Silva, conde de Torres Vedras, em nome de D. António, Prior do Crato. Êste homem, pelo seu despotismo, principalmente pela crueldade com que julgava culpas e submetia a tormentos quantos tinha por adversos, ficou sendo uma das personagens mais lúgubres da história açoreana.

Tornou-se um potentado, dos que tudo querem rastejando de obediência, de humilhação ou de susto, a seus pés. Teria quarenta anos de idade, pouco mais ou menos. Muito dado a folgares, duma soberba inaudita, tratava-se como príncipe, com muitos criados e pagens, uma grande estrebaria de cavalos, emfim, usando de maior estado que o próprio D. António. Nada respeitava, para satisfazer sua vontade, nem honras, nem mercês. Violentava o pudor de donzelas e casadas, sem o menor escrúpulo; chegou a prender na cadeia pública os juizes, de varas nas mãos. [2]

Mal pisou terra da Terceira, se desvendou o tempêro da sua indole, e qual o programa que se propunha. Foi em fevereiro de 1582. Hospedou-se no convento de S. Francisco, emquanto lhe preparavam moradia especial, numas casas e quinta perto do castelo pertencentes ao marquês Cristovão de Moura, onde o ouvidor e feitor do marquês residia, as quais mandou desocupar com brevidade. [3]

Tão fiel se tinha aquela gente ao dominio português, que o receberam com extraordinárias festas em toda a cidade e ilha. Logo o visitaram os oficiais da câmara, juizes, governador, fidalgos e capitães, religiosos das diferentes ordens, oficiais de justiça, letrados, cidadãos de

---

[1] Baena, *Archivo heraldico*, I, 383

[2] *Arch. dos Açores*, X, 83 e 47 (Relação das coisas que aconteceram em a cidade de Angra, etc.)

[3] Ib., 29

todas as classes, quer da cidade, quer das vilas da Praia e São Sebastião, vigários e prègadores, e homens principais das mais afastadas frèguesias.

Algumas pessoas conhecidas, da governança da terra, que não mediram o cuidado de lhe prestar homenagem, logo ficaram tidos por suspeitos. Êle bem claramente foi acentuando êste ponto a quantos, por dever, atenção ou lisonja lhe fizeram vénia: — que se livrasse qualquer de murmurar contra el-rei D. António, seu senhor, ou de ter sequer o menor pensamento em desabono do seu serviço, porque seria sem vida e sem fazenda. [1]

E se o disse melhor o fez. As masmorras, dentro em pouco, atulharam-se. Muita foi a gente que atirou para a fôrca, ou recomendou ao cutelo do algoz; muitos os que submeteu a tormentos, chamuscando-lhes os pés em fogueiras vivas, na sua presença, êle próprio interrogando-os, para extorquir declarações convenientes aos seus fins sanguinários.

Teve um sequaz de fígados iguais, chamado Amador Vieira, que muito o acolitou nesta tarefa.

Viera Amador Vieira por mensageiro do rei de Castela, com cartas para D. António; induzido, porèm, por Manuel da Silva, dêle se fez solícito sectário, acobertando-se no jôgo com o manto da hipocrisia. A falsidade, a traição foi o seu papel. Fazendo-se sempre como dedicado a D. Filipe, abeirava-se dos infelizes que por acaso não seguiam a causa do Pretendente, e falava-lhes sem rebuço, num mistério de confissão, como grande amigo, a puxar-lhes pela lingua. O seu maior cuidado era visitar as prisões. Descosiam-se ingènuamente, alguns: — e logo desandava, o facinora, mais célere do que besta agulada, num secreto alvorôço, a delatá-los. [2]

Destarte buscou seduzir (nada conseguindo, porque se encontrou com duas criaturas sagazes) Gaspar Gonçalves d'Ultra e seu irmão Estácio d'Ultra, homens fidalgos, dos melhores da ilha do Faial, presos por via duns mexericos que tinham enviado contra êles. [3] Dêste modo desgraçou, levando à fôrca, um Francisco Gil, piloto, que deu a conhecer todos os seus segrêdos, e nomeou como seu principal auxiliar, Melchior Afonso, homem que vivia honradamente, abastado, natural da ilha, e que viajara largo tempo nas Indias de Castela. A seu turno, êste Mel-

---

[1] *Arch. dos Açores*, X, 27; idem, IV, 268 (Comentário, etc. en que se escrive la jornada de las islas de los Açores)

[2] Idem, ib. 47; idem IV, 268 (Comentario, etc.)

[3] Vide nota (22) titulo *Ultras*

chior Afonso descobriu outros cúmplices, e mais indivíduos, que sabia adversos ao govêrno de Manuel da Silva. Entre êsses nomeou Alvaro Pereira Sarmento. [1]

Alvaro Pereira era um dos mais elevados cidadãos da ilha Terceira, senhor de grosso cabedal, e sobretudo da mais qualificada fidalguia. Tinha o cargo de mamposteiro-mor dos cativos naquela e nas chamadas ilhas de baixo, e o de lealdador-mor dos pastéis.

Os cabelos todos brancos, a emoldurarem-lhe a fronte ampla e serena, bem indicavam idade mais que de sexagenário. A gravidade do vulto por si só incutia respeito. Homem avisado, de recto proceder, mal olhava sem dúvida os excessos de Manuel da Silva, e mal se continha que não julgasse amargamente, mesmo em público, serviços tão tirânicos. Êste falar, depois a imputação de Melchior Afonso, o levaram às sombras do cárcere. De nada lhe valeram estirpe, fortuna, os anos, mercês. A fera não perdoava. E porque os calabouços estavam já cheios de condenados, foi Alvaro Pereira guardado com outros no aljube.

Certo dia resolveu Manuel da Silva metê-lo a tormentos, numa avidez de declarações, verídicas ou imperfeitas, quando não ditadas pela alucinação do sofrimento, em que pudesse assentar, num simulacro de legalidade, a truculência dos seus rancores. Sorte idêntica destinou, para essa mesma ocasião, a mais quatro acusados. Estava com a mão na massa.

Por ser ganancioso, de tudo fazendo moeda, vozeou-se que o motivo de não ter inutilisado mais cedo Alvaro Pereira foi com a ideia de primeiro transferir para o seu bolso o dinheiro da remissão dos cativos, que êle possuia. [2] Não duvido de que fôsse verdade.

Um alcaide e escrivão, com alguns homens de armas, foram man-

---

[1] Foi singular o sucedido com a morte de Melchior Afonso. Primeiro posto a tormentos lhe assaram os pés untados de pobre de carvão e azeite, sobre as chamas duma fogueira. Atado ao rabo dum cavalo, arrastaram-o pelas ruas da cidade até junto da fôrca, arvorada à beira-mar, sôbre o cais. As partes do corpo esquartejado estiveram expostas nas entradas da cidade: a cabeça foi pregada na torre do relojio da praça. Jamais o conde Manuel da Silva consentiu que dali se tirasse a cabeça, apesar dos muitos rogos e empenhos da família, parentes e amigos do justiçado. Por fim, já enfastiado, respondeu que não porfiassem mais, e que só veriam tirar dali a cabeça de Melchior Afonso quando para lá fôsse a sua. Parece que a justiça eterna o escutou. Mêses depois, tomada a ilha Terceira pelos espanhóis, e degolado Manuel da Silva, lá foi efectivamente a cabeça dele substituir no alto da torre a já descarnada caveira de Melchior Afonso.—*Arch. dos Açores*, X, 54 e 78, idem, IV, 324 (Comentario, etc.)

[2] Idem, X, 56

dados ao aljube sob incumbência de costodiar Alvaro Pereira até ao tribunal, à presença do conde. Seguia a escolta sem empêço, rua adiante, quando, ao emparelhar com a portaria do mosteiro da Esperança, se abrirain as portas depressa e francamente, e as freiras todas, da banda de dentro, em monte, numa bem visível consternação expressa pelos gestos e no olhar, suplicaram ao alcaide que deixasse ali chegar o preso para dele se apartarem suas desoladas irmãs.

Eram duas as irmãs de Alvaro Pereira naquele convento - Mor da Madre de Deus e Izabel de Cristo, esta então abadessa. [1]

Enterneceu-se o alcaide com o pedido e acedeu. Aproximaram-se. No mesmo instante as freiras, veus adejantes, esquecidas das regras da clausura, saíram ao cambiobo, abraçando-se a Alvaro Pereira as duas irmãs, num sentido pranto. Crescia o borborinho; os comentários aumentavam entre a chusma dos curiosos. As outras monjas, formando círculo, sem lhes importar o roçar dos hábitos no contacto com os homens — o alcaide e o escrivão, que tinham ficado de envolta na turbamulta — soluçavam tambem, magoadamente. Alvaro Pereira estreitava as duas inconsoláveis irmãs, numa resignação de mártir, as lágrimas caindo-lhe em fio sôbre as barbas patriarcais. E o tempo corria, sem se desapegarem...

Nisto o alcaide teve um baque de coração, que o horripilou. Que seria dêle se as freiras se lembrassem de arrastar consigo Alvaro Pereira, e fecharem as portas de súbito, sôbre si? Era um velho, nada tinham a receiar, e assim o cobriam com a imunidade sagrada. Que diria, que faria o conde?...

Mais ligeiro do que foi êste pensamento, saltou o alcaide para a soleira da porta, os braços abertos em cruz, a lembrar que se fazia tarde — que bastava de lamentações, e deixassem seguir o preso a seu destino. O senhor conde esperava; não fôssem as reverendas madres causa dêle sofrer alguns trabalhos.

Entretanto o escrivão, mais por arteirice talvez, do que por dó, animava-as, dando de concelho que mandassem cartas ao senhor conde Manuel da Silva com o que lhes parecesse de rôgos ou de crédito em defesa do sr. Alvaro Pereira, emquanto êste fôsse ouvido de confissão; mais ainda, que pedissem aos padres de São Francisco licença do portador ir com seu recado por cima dos muros que estavam ao longo do pomar dos paços, visto não se abrirem as portas a pessoa alguma nas ocasiões de interrogatório dos condenados.

---

[1] Vide nota (4) dêste título

Convenceram-se as freiras e largaram de mão o preso, algum tanto a custo ainda assim, chorosas sempre, e como que aquietando o arfar dos peitos com gesto aflito, sob as alvas pontas das toalhas a emoldurarem-lhes as faces purpurisadas. [1]

O sequito retomou sua marcha, más a passos mais zelosos, porque a hora correra em demasia com aquela inesperada dilação das despedidas. Manuel da Silva esperava, e por certo seria já agastado, remoendo ameaças, castigos...

De facto a razão de tamanha tardança foi o que êle de chofre inquiriu ao alcaide, mal sopeando a impaciência, torvo o olhar, a gorra de veludo descaida. Explicado, porêm, o caso — as lágrimas copiosas e a dôr das irmãs de Alvaro Pereira, a súplica de todas as madres, tão devotadas servidoras do senhor D. António — calou-se, seguramente mais por respeito às religiosas do que por natural piedade. Mas logo cortou o momentaneo silêncio, dirigiu-se ao paciente a perguntar-lhe quem desejava para tomá-lo de confissão. Mostrava-se cortez, o tirano. Escolheu Alvaro Pereira o licenceado Melchior Gonçalves Antona, sacerdote de boa nobreza, de alma recta, e dm dos deputados da Mesa de Consciência.

As madres da Esperança não perdiam tempo. Era muito de crêr que o decrépito irmão da abadessa não pudesse resistir ao suplicio que lhe talhavam; portanto convinha, antes disso, tornarem-se lembradas de sua ex.ª o governador. Perfilharam o conselho do escrivão, ditando a abadessa e discretas uma carta a implorar, em nome dos seus serviços, prorogação do caso.

Devia ter sido uma página eloquente de dor, essa da abadessa!

O pior foi que não acharam ninguem com afouleza de tomar em mão a missiva, temerosos todos da ira implacável do conde. Mas era forçoso, urgia levá-la... Então encarregaram uma mulata sua serva, chamada Inês Rodrigues, que arrojadamente correu aos franciscanos, e se atrepou de cima de duas cadeiras, auxiliada pelos frades, ao muro da cêrca, saltando lesta à banda dos paços.

Ainda se via Alvaro Pereira de mãos postas, e balbuciante, ajoelhado devotamente aos pés do confessor. Manuel da Silva passeava de lado a lado, apertando o cabo do punhal pendente do cinto que lhe estreitava o verde gibão golpeado. A mulata avançou direita a êle, sem vacilação e entregou-lhe a carta. Tudo parou de pasmo, antevendo a tempestade que ia desabar.

---

[1] *Arch. dos Açores*, X, 56 (Relação das coisas que sucederam em a cidade de Angra, etc.)

— Por onde entraste?

— Pela porta — mentiu ela prontamente, resoluta.

— Quem te deixou entrar?

— Ninguem.

Custava a crer. Então as suas ordens eram descuradas!

— Não te viram guardas?...

E de brusco voltando-se para os oficiais, a voz altiva, ordenou que fizessem vir já à sua presença o porteiro. Entrementes acercava-se o reverendo Melchior, a passos serenos, busto firme, o comprido fio das camandulas descendo até à beira do hábito; poisando no conde um claro olhar de bondade, esclareceu:

Esta môça é das madres da Esperança, muito servidoras de el-rei D. António, pelo qual fazem muitas orações de continuo. Leia vossa excelência a carta, e saberá o que é e a que vem. Tempo tem para êsse outro exame...

Assentou-se Manuel da Silva, mais socegado de génio, quebrou o selo do papel, leu engolfadamente o extenso escrito, concentrou-se, meditou. Impressionaram-o os conceitos da petição.

Todavia aquele espirito agressivo não podia passar sem fazer mal. Porque cedendo às moujas, perdia um dos seus melhores instantes de recreação, começou de se comprazer, por zombaria, em aterrorisar a mulata, lembrando que os pés, metidos no tronco, lhe fôssem calçados dumas *servilhas novas*, pelo atrevimento que tivera de ali entrar sem licença. Servilhas novas, percebe o leitor, era uma metáfora espirituosa de sua mercê, que significava envolver os pés dos supliciados nas bem ateadas labaredas duma fogueira.

A mulata teve um calafrio. Nem mesmo brincando era coisa que se ouvisse. O olhar sobresaltado, crespando a mão sôbre o seio amplo, que um cotão vermelho mal continha acudiu:

— Senhor, se eu mereço pena aqui estou; antes eu a tenha que o porteiro, que não teve culpa, pois eu não entrei pela porta...

E explicou como e por onde viera: que se introduzira no pomar dos frades de São Francisco sem êles nada saberem; que por suas artes, sósinha apenas, se aventurara a subir e descer os muros deitando para aquele lado dos paços. Falava anciosamente. Depois fez uma breve pausa, e concluiu, erguendo ao ceu os braços agradecidos:

— Deus Nosso Senhor me ajudou sabendo ao que vinha!...

Tal sinceridade, tamanha abnegação e afoiteza moveu de maravilha quantos a ouviam. O próprio conde, suspendendo o gracejo, considerava-a morosamente, benévolamente, a afagar com mão distraida a pesada cruz do colar, cravejada de rubis.

— Ide — deliberou êle emfim — dizei às senhoras madres que o que me pedem lhes concedo... que muito mais farei por amor delas...

Eis o que a môça queria ouvir. Largou de corrida, num espanejar do saiote, as pontas do grande lenço amarelo, desatado, sôltas ao vento, com o feliz recado para suas amas a borbulhar-lhe dos lábios. O regosijo que foi a dentro do mosteiro não se sabe, *mas é fácil de calcular.* Quantas missas, e terços, e cirios acesos pelos altares! Á mulata deram extraordinárias alviçaras.

Alvaro Pereira regressou à prisão ileso, e aí permaneceu sem a surpresa de novas vexações, até à entrada, poucos meses depois, dos *espanhois*, que o libertaram.

Justificou na Horta, em 25 de setembro de 1512, sua nobreza, conforme deixei referido na nota (1) dêste título.

Foi instituidor dum importante vinculo, sendo na ilha Terceira o tronco dos Lacerdas-Pereiras-Sarmentos.

4) Izabel de Cristo, Mor da Madre de Deus ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Professaram no convento de São João, da ilha do Faial, do qual sairam para ir fundar o da Esperança, na cidade de Angra.

Diz Fr. Diogo das Chagas terem padecido notaveis trabalhos, em consequência de demandas injustas que lhes moveram Braz Pires do Canto, fundador e padroeiro do convento de São Gonçalo, e o bispo D. Jorge, que o protegia. Elas, porêm, não se acanharam, antes muito valorosas se fizeram, impugnando as ambiciosas pretensões, e assim mantendo os seus direitos. Tambem o comissário Fr. Lourenço de Pina topetou com elas, privando a madre Mor da Madre de Deus do cargo de abadessa, e transferindo-a para o mosteiro da Luz, na Praia da Vitória; mas ela reclamou da violência, não tardando que fôsse reconduzida ao seu catre da Esperança. [1]

5) Gonçalo Pereira Sarmento (§ 1.º, n.º 3)

◇ Aleiçoado a el-rei D. Filipe, como seu irmão, e desejando sem derramamento de sangue a submissão da ilha do Faial, onde tinha residência e fazenda, associou-se ao plano de conquista da ilha, do que lhe resultou a morte em circunstâncias estupidamente tragicas.

[1] *Espelho cristalino*, cap. 14.º, art. 4.º

É drama que nos recorda uma das mais emocionantes páginas da crónica faialense.

A armada aprestada no porto de Lisboa para vir submeter as *ilhas de baixo*, enfunou panos, de barra em fora, no dia 23 de junho de 1583. Compunha-se de 103 embarcações — galeões, caravelas, patachos, galeras, etc. — tripuladas por 6.531 homens, e conduzindo 14.141 soldados e oficiais de desembarque. Uma poderosa esquadra. Era comandada por D. Alvaro de Bazan, Marquês de Santa Cruz, comendador-mor de Leon. Dela fazia tambem parte o depois famoso poeta D. Lopo de Vega, então um desconhecido môço de 15 anos.

A travessia foi ronceira, porque só a 14 de julho alcançou o primeiro ancoradouro, o porto de Vila Franca, na ilha de São Miguel, conquistada havia um ano. A 19 retomou viagem em direitura á Terceira, aonde chegou, ainda mal ajudada do vento, após cinco espaçados dias. Foram a terra parlamentários com proclamações para uma rendição amigável; mas porque regeitadas soberanamente, D. Alvaro de Bazan investiu com a sua gente, fazendo recuar melhor do que julgava, os adversários mal adestrados e temerosos. Foi a 25 de julho. A cidade de Angra esteve a saque durante três dias, pagando muitos defensores com a vida, nos braços da fôrca, a sua fidelidade ao que queriam por seu rei — D. António, Prior do Crato. [1]

Não tinha ainda o marquês de Santa Cruz ultimado a sua escabrosa tarefa de ocupação da ilha Terceira, e já cuidava de levar a idêntico fim as outras ilhas, desde a Graciosa e principalmente o Faial, até ao torrão insignificante do Corvo.

Sob o comando de D. Pedro de Toledo Osório, marquês de Vilafranca, duque de Fernandina, destacou, para êsse efeito, parte da armada — «doze galeras, quatro patachos, diez y seis pynaças, navios que fueron de mucha importância en esta jornada, y algunos barcos y barcas» — com dois mil e quinhentos homens dos diferentes terços de infantaria. [2] A bordo ia Gonçalo Pereira Sarmento, pessoa de consideração, por sua fortuna e nobreza, e que se achava em casa de seus parentes, na cidade de Angra. Não ia combater: apenas se ofereceu como medianeiro, esperançado de dissuadir os seus patrícios duma resistência que seria funesta e inútil, por muito heróica que fôsse.

---

[1] *Arch. dos Açores*, IV, 255 a 332 (Comentario, etc. en que se escrive la jornada de las islas de los Açores, por Mosquera Figueroa, licenciado auditor general da armada de D. Alvaro de Bazan)

[2] Idem, id., 318

Navegaram pausadamente, quási sem vento, num mar de verão, preguiçoso. Quando no canal entre São Jorge e Pico, e à vista da ilha do Faial, uma fragata a remos, armada de quatro mosqueteiros, foi desembarcar Gonçalo Pereira, que, por sua indicação, sem dúvida, saltou num sitio próximo do porto da Ribeirinha. [1] A sua casa era ali perto, na frèguesia dos Cedros; devia conhecer com segurança os segrêdos daquelas rochas alcantiladas.

Logo que a fragata regressou à galera capitânia, esta, cassando escotas e virando de bordo, achegou-se tanto quanto poude para reconhecer melhor aquele lado da ilha. Ao dobrar a ponta da Ribeirinha, descobriu uma enseada, que lhe pareceu de molde às suas operações, e desamparada de gente. Os de terra, porèm, vendo o navio aproximar-se, e na persuasão dum desembarque, acudiram apressadamente, em magote bélico, a defender aquele ponto; — toda enfunada, a galera disparou quatro zombeteiros tiros de peça, torceu leme e fez-se de proa para junto do resto da frota.

No dia seguinte, 1 de agosto, dispoz-se D. Pedro de Toledo a estudar a ilha toda em volta. Tomou para o sul, atravessou o canal em frente da Horta, acercou-se do monte da Guia, como alta vedeta avançando pelo mar fora, e contornou-o um pouco por estibordo, a deixá-lo na retaguarda.

A população olhava a manobra com terror.

Tinha agora diante de si a costa baixa e acessivel, negra como carvão, do Pasteleiro. Acompanhado dum engenheiro de bordo e de outros gentis-homens, o Mestre de Campo, Agustin Iñiguez, Miguel de Oquendo, Rodrigo de Vargas y Marolin, meteu-se numa fragata e acercou-se de terra. Na beira-mar, sôbre um bico elevado da rocha, estavam três individuos, quedos, semelhantes a estátuas, em atitude indecisa e observadora. Fizeram-lhes acenos com a bandeira branca durante todo o tempo que andaram no reconhecimento; chamaram-os de mil modos e feitio; mas nem uma só vez êles deram indício de qualquer resolução — se moveram sequer da sua postura. D. Pedro de Toledo, enfastiado, esqueceu-os; — quando, porèm, recolheu a bordo, já sôbre o tombadi-

---

[1] «Quando llego don Pedro, seria postrero de Julio, y surgio en la Isla del Pico, que está del Fayal casi una legua: y luego embio don Pedro un Portugues natural de aquela Isla, hombre conocido, y de los mas caudalosos della, servidor de su Magestad, en una fragata con seys mosqueteiros e alguns marineros, los quales le llevaron, y dexaron en cierto desembarcadero, urca del puerto de la Riberiña, y se bolvieron a la galera capitana, la qual salio luego a reconocer parte de la Isla, etc.» — *Arch. dos Açores*, IV, 318

lho, apontaram-lhe um rapaz, que se tinha lançado ao mar, e nadava para a galera açodadamente. Acolheram-o com júbilo, com avidez. E então ouviram um caso nefando. [1]

Gonçalo Pereira, o nobre senhor, irmão dos da ilha, mensageiro fiel, que lhes levava recados de paz de S. M. Católica, tinha sido deslealmente assassinado! Mal acabara de desembarcar, apareceu com sua gente, embargando-lhe o caminho, o governador e capitão-mor do Faial, António Guedes de Sousa, fermente de cólera, o olhar felino, bramindo tumultuosas injúrias. Gonçalo Pereira ia dizer de sua justiça, justificar-se... Mas o governador, desvairado, indómito, avançou abruptamente, às cutiladas, sem que o outro, atónito, tivesse tempo de esboçar um gesto sequer de defesa.

Não havia, pois, que esperar. Foi resolvido o ataque. O rapaz prestou esclarecimentos de *muita* valia para *êste efeito*. D. Pedro concluiu a volta à ilha, tornando a encorporar-se na armada, em frente à Ribeirinha.

Logo que pegou de escurecer, trataram de se coordenar em posição de marcha, até que partiram pelas onze horas, rumo sul outra vez — terra a terra, encostados ao Pico, para não serem descobertos, porque a noite era tranquila, e no vazio do espaço a lua vogava purissima e redonda.

Na Ribeirinha ficavam dois patachos e duas galeras, afim de atrair as atenções, simulando um desembarque.

Ao amanhecer estavam no lado oposto da ilha, à vista da Feteira, onde não conseguiram saltar por virtude da fôrça da corrente, que os impeliu um pouco mais abaixo, para a costa do Pasteleiro. Protegidos pelo bombardeio activo das galeras, ali efectuaram o desembarque, não sem uma certa dificuldade, no litoral fragoso, semeado de recifes. Em terra havia apenas uns cincoenta homens, que fugiram ante o número e aspecto guerreiro dos espanhois.

Formando em coluna, começou o pequeno exército a sua marcha. Andada uma milha, toparam com o inimigo entrincheirado no monte Queimado, donde desceram duas companhias a escaramuçar com a primeira das colunas invasoras, sem êxito algum para qualquer das partes.

Estavam num momento de tréguas, a recolher e a cuidar dos feri-

---

[1] *Arch. dos Açores* IV (Comentario, etc.) 349

dos, quando chegou uma nova coluna de mosquetaria, comandada pelo capitão Fernandez de Luna, avançando a passo de carga sôbre os portugueses, que recuaram apressadamente ante o inesperado reforço. Desorientavam: desconheciam tão aguerridos encontros. Uma manada de gado que traziam para espicaçar contra os invasores, à semelhança do que tinham feito os da Terceira um ano antes, fugiu tambem diante daquela fúria, espavorida e estremalhada, pelos campos fora. [1]

Mudaram então os portugueses o seu ponto de apoio. Reunindo os que ainda restavam sôbre o monte Queimado, e juntando-se-lhes alguma tropa francesa, foram tomar posição nos montes da Senhora (depois chamados das Môças e cabeço da Artilharia). Ali pelejaram o dia inteiro, até que, por fim, ao entardecer, tiveram de abandonar o campo, assaltados decisivamente pelos espanhois, numa fúria indomável de vendaval.

Sôbre o cabeço da Artilharia concentraram ainda uma heroica resistência. Tinham a seus pés a fortaleza, toda guarnecida; para alem era o mar. Assim, barravam a passagem ao inimigo, e podiam destroçá-lo, fuzilando-o à queima-roupa, se tentasse penetrar no coração da vila. Mas D. Pedro de Toledo, perito decidido, formando um esquadrão de cincoenta lanças, engrossado com parte dos arcabuzeiros que tinham tomado posse do monte Queimado, mandou o capitão Calderon atacá-los de flanco — e com tal veemência foi, que os portugueses, quando se viram atingidos corpo a corpo, diante daquelas espadas hábeis, destemidas, incansáveis, deram em correr, ladeira abaixo, indo refugiar-se no castelo, como lebreus acossados.

Assediados, com o quebrantamento das armas a embotar-lhes a coragem, propuzeram então os franceses (que eram comandados pelo capitão Charles Bordeaux, filho do presidente da chancelaria de Bordeus) uma mediação, que D. Pedro de Toledo não aceitou, nem sequer ouviu, concedendo-lhes por benevolência apenas as vidas. Renderam-se. Havia dentro cêrca de quatrocentos franceses e alguns naturais, com seis bandeiras, muito escassos mantimentos, dezasseis peças grandes de artilharia, polvora e munições de outras quarenta mais pequenas, dispersas pelos restantes fortes da vila.

Entre os portugueses contava-se o governador e capitão-mor da ilha — o matador de Gonçalo Pereira Sarmento. Era já noite fechada.

---

[1] «... y se esparzio por el campo el ganado mayor, que tambien traian consigo para usar lo mesmo que los de la Isla Terceira, em cuyo socurro tenian parte de sus esperanças.» — *Arch. dos Açores* (Comentário, etc.) IV, 320

Aproveitando a sombra dos corredores e casamatas, no meio do confuso tropel da entrada, conseguiu êle esquivar-se e pôr-se a salvo das vingativas mãos castelhanas.

D. Pedro de Toledo referveu de desapontamento. No dia imediato (3 de agosto) ao toque marcial dos clarins, a cada esquina, mandou lançar bando de que ganharia o prémio de 500 ducados todo o soldado que lhe trouxesse preso o fugitivo governador. Foi o bastante. Não ha olhos mais aguçados que os da cobiça. Nesse mesmo dia foi António Guedes capturado e levado à presença de D. Pedro de Toledo.

Nêle, escravo do dever, cego pela dedicação à sua pátria, àquele que considerava seu legitimo rei, o Prior do Crato, descarregaram tôda a vingança. Cortaram-lhe a mão que praticou a bárbara injúria de dar morte ao embaixador, filho daquela terra, que ia para êle confiante e desarmado, com palavras de paz; depois, tendo-o arrastado pelas ruas, foi dependurado na mesma fôrca que havia erguido no intuito de justiçar os usurpadores espanhois. [1]

Gemeram os molinetes, içando ferro: a armada desfraldou pano...

Executado aquele castigo, D. Pedro de Toledo cuidou imediatamente de deixar o Faial — «por cumplir todo lo que estava a su cargo» — voltando à ilha Terceira onde o marquês de Santa Cruz tinha urgência de se fazer de vela a caminho de Espanha.

O drama da ocupação do Faial durou horas apenas, sob um lindo ceu de julho — e foi fácil...

Na ilha ficou uma guarnição de cêrca de 80 homens, comandada pelo capitão D. António de Portugal, neto do conde de Valença, pagem e gentil-homem de el-rei D. Filipe.

6) Beatriz Gonçalves, Izabel de Cristo, Mor Pereira (§ 1.º, n.º 1)

◇ Beatriz Gonçalves e Mor Pereira foram dotadas na profissão pelo irmão Diogo, por escritura de 20 de

---

[1] «... y no pudo en aquella coyuntura ser preso por ser de noche.... y otro dia mando don Pedro echar bando, que el soldado que prendiesso al governador se darian quinientos ducados y seys de ventaja: y en el mesmo dia fue preso, y traydo a la galera capitaba, de donde le sacaron para hazer justicia del cortandole la mano con que hizo aquella barbara injuria, dando la muerte al embaxadore que le conbidava com la paz por parte de su Majestade, y arrastandole, y com muerte de horca en la mesma que el tenia hecha para justiciar a los que fuessem de la parte del Roy nuestro Señor.» — *Arch. dos Açores* (Comentário, etc.) IV, 322

agosto de 1605. [1] Acêrca de Izabel de Cristo, o irmão Gaspar e consórte declaram numa escritura de 21 de agosto de 1614 «que ao tempo que Izabel de Cristo, sua irmã, freira professa no dito convento que outrosim presente estava entrara no dito convento elle Gaspar Pereira lhe outorgara uma escritura ao tall tempo de dous moios de renda, e por ao presente ser perdida a dita escritura no saque que os ingleses deram nesta ilha e della não haver noticias, e por se escusarem duvidas.... rectificamos, etc.» [2]

Mor Pereira chamava-se, no seculo, Simoa Pereira.

7) Margarida de São Jerónimo (§ 1.º, n.º 5) ◇ Professou no convento de São João em 18 de novembro de 1622, sendo a escritura de dote outorgada pela mãe, já viuva, declarando se não estarem ainda feitas as partilhas por morte do pai. [3]

8) Diogo Pereira de Lacerda (§ 1.º, n.º 4) ◇ Capitão-mor da ilha do Faial e governador da ilha do Pico, muito naturalmente em recompensa dos serviços prestados pelo pai. Em 1616 foi nomeado ouvidor do capitão donatário. Foi procurador do concelho na vereação de 1580. Era vereador na freguesia dos Cedros, segundo consta da escritura de dote que fez às irmãs, freiras professas no convento de São João.

9) Mónica Pereira, Paulina da Purificação ◆ ◆ ◆ (§ 2.º, n.º 4) ◇ Foram dotadas na profissão pelos pais, por escrituras de 1 de outubro de 1573 e 19 de janeiro de 1584. Mónica Pereira ficou sendo Mónica de Santa Clara, e era abadessa no referido mosteiro em 1602. [4]

10) Margarida Gularte ◆ ◆ (§ 2.º, n.º 6) ◇ Freira professa no convento de S. João, fazendo-lhe os pais escritura de dote com data de 30 de agosto de 1612. Ficou a chamar-se Margarida da Salvação.

---

[1] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV (Arq. rep. dist. da fin., Horta)
[2] Idem, XI
[4] Idem, IV
[3] Idem, XII

11) Braz Pereira Sarmento
(§ 2.º, n.º 3)

◇ Muito novo ainda, saiu de junto dos seus, a procurar fortuna, correndo mundo, levado pelo espirito aventureiro da epoca. Foi para a India, o decantado pais dos prodigios, das pedras preciosas, das especiarias. Por lá lutou, batalhou, ganhando um pouco de fama e outro tanto de cabedal.

Certa ocasião regressava ao reino. A frota navegava morosamente, havia dias, num monotono mar estanhado, já perto da costa africana, de proa feita ao sul. Iam confiantes, louvando a Deus sua fortuna — quando surgiu pela frente, caminhando direita a êles, uma basta flotilha de corsários árabes.

Foi na manhã do dia 15 de janeiro de 1525.

Começaram logo as naus e caravelas a manobrar em linha de combate. As peças abocaram nas couraças; trepou às enxárcias a marinhagem com seus arpeus e bem corrigidas machadas, para a abordagem.

Foi assustador o embate: o inimigo era numeroso, e destemido, e hábil. No entanto a armada das quinas tinha maior valor; possuia, pelo menos, a superioridade do armamento.

A bordo do galeão em que ia Braz Pereira Sarmento pelejava-se extremamente. Êle corria a um e outro lado, já tinto de sangue — talvez sangue inimigo ou dalguma ferida que recebera — a espada fumpejante, encorajando os companheiros, rechaçando sempre um árabe a cada golpe que atirava. O mar estava já juncado de destroços de embarcações, de náufragos, de cadáveres. Parecia sem termo a luta; dir-se-ia interminável o número dos infieis!

Braz Pereira teve um momento de desânimo... Então, por entre o desconcêrto da batalha, num minimo intervalo de calma, sob a coberta do castelo de proa, ajoelhado, as mãos suplicantes, como o heroi de Aljubarrota nas horas duvidosas da vitória, no ceu depoz o supremo anceio da sua fé, a pedir um milagre infalivel e súbito que os salvasse. E prometeu retribuir o favor da Providência erigindo uma ermida com a invocação do santo daquele dia, logo que chegasse à sua terra, no logar da sua morada. Ergueu-se, correu ao tumulto, mais seguro, assim iluminado pela esperança mística da sua alma.

O inimigo de facto fraquejava. Na luta desigual contra as armas infernais dos portugueses, vomitando fumo e fogo, teve finalmente que ceder, fugindo a todo o pano dos seus batéis e fustas meio desmantelados, em desordem.

Era uma hora passante do meio dia.

A promessa foi cumprida. Santo Amaro teve a sua ermida, parece que edificada, ou começada a edificar em 1537, diz a tradição. Disso não ha prova. A certeza é que sómente em 14 de setembro de 1575 foi lavrada a escritura da sua instituição e dote. Constou a dotação de sete

alqueires de terra lavradia no sitio do Farrobo, a qual foi aforada por 20 alqueires de trigo e 300 reis annuais, obrigando-se os dotadores por essa mesma escritura a paramentar a ermida com sino, imagens, vazos sagrados e tudo o mais que fôsse necessário para celebração da missa. [1]

Nela está Braz Pereira Sarmento sepultado com a consorte, em um carneiro debaixo do altar, achando-se lavrado na pedra que fecha em cima, no solo, a entrada, o seguinte brazão de armas: — escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Pereiras, no segundo as dos Sarmentos, no terceiro as dos Albergarias, no quarto as dos Lacerdas, e por timbre o dos Pereiras — a cruz do escudo entre duas azas de oiro abertas. Por debaixo lê se esta inscrição:

S A
DEBRASPRSA
RMENT PADRO
ÐSTA IGREIA
D SAMARO
A QVALFES &
DOEE PECAS
A &VA CVSTA
FA ÐSÐMAR&
D 16o6 A

12) Francisco Pereira Sarmento (§ 2.°, n.° 5) ◇ Em testamento de mão commum feito aos 23 de março de 1697, elle e a consorte declararam ser por successão administradores da ermida de Santo Amaro.

13) Amaro Pereira Sarmento (§ 3.°, n.° 5) ◇ Foi juiz dos orfãos em 1640, e nomeado sargento-mor de ordenanças em 1660. [2]

---

[1] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, III, 260
[2] *Reg. cam. da Horta*, liv. III, 102; liv. V, 94

Paula de Bom-Dia, a segunda consorte, em testamento, legou-lhe a terça, com obrigação de meio moio de renda à Santa Casa da Misericórdia, da Horta, passando por morte dela a Maria Silveira sua filha e de seu primeiro marido, casada com Manuel Paim, e depois ao irmão da dita sua filha, Gaspar Silveira; ao cunhado, Duarte Pereira, deixou dez alqueires de trigo para ajuda de património. [1]

Êste ramo dos Pereiras, conforme já referi no começo dêste título, teve a particularidade de se assinalar, desde certa epoca em diante, com o apelido *La Cerda*, querendo assim talvez reivindicar a remota origem espanhola do nome. O primeiro desta familia que encontrei adoptando a aludida fórmula (La Cerda) foi o padre Gaspar Pereira, ouvidor eclesiástico da Horta, que viveu em fins do século XVII, principio do século XVIII. Alguns parentes o imitaram, mas sem regularidade, sendo só pouco antes de 1800, que vejo essa norma definitivamente generalisada e estabelecida por João Pereira de la Cerda, seus descendentes e irmão Bento.

14) Gaspar Pereira de la Cerda, João Pereira de Lacerda (§ 3.°, n.° 6)

◇ Ambos com o grau de licenciados em teologia, pela universidade de Coimbra, e ambos beneficiados na Matriz da Horta.

Gaspar Pereira de la Cerda, foi ouvidor eclesiástico na ilha do Faial, por provisão do cabido de Angra, de 9 de agosto de 1686. [2] Instituiu seu herdeiro universal o irmão Bento, a quem legou tambem a terça em vinculo de morgado para correr na linha do filho mais velho, ou, na falta de primogenitura masculina, ir à filha mais velha.

15) Bento Pereira de Lacerda (§ 3.°, n.° 6)

◇ Para o seu consórcio, o sogro Jorge Cardoso Pereira e mulher, lizeram em 6 de junho de 1692 uma escritura de dote, com caracter vincular, escritura a que concorreram tambem os padres Gaspar Pereira de la Cerda e João Pereira de Lacerda. [3]

Ilma Maria Leal, viuva de Amaro d'Utra, falecida em 1733, por uma escritura de doação de 29 de março de 1706, e pelo testamento,

[1] *Tomb. Misericórdia, Horta*, liv. 1
[2] *Reg. cam. Horta*, liv. IV, 200
[3] G. Rozário, *Memoria genealogica*, mss., 25 v.

deixou a Bento Pereira todos os seus bens em forma de morgado, passando por morte dêste ao filho mais velho, com a clausula de que, sendo clérigo algum dos filhos do dito herdeiro, exerceria o logar de capelão da ermida do Livramento, e possuiria a casa e terra defronte da mesma ermida, em que ela testadora morava, e, quando por ventura fôssem extintas as linhas recta ou transversal, iria tudo à confraria do Santissimo, da Matriz da Horta.

Bento Pereira de Lacerda representou a câmara da Horta na concordata celebrada em 1702 com a câmara das Lages do Pico para isenção do imposto de dois por cento sôbre os géneros provenientes das propriedades que os faialenses possuissem naquela ilha, e que fôssem exportados para o Faial, «visto que da dita ilha do Faial se não cobrava dous por cento de cousa alguma que se embarcava para a ilha do Pico.» Em compensação, e caso a renda do mesmo imposto sôbre a exportação para as outras ilhas não atingisse o necessário às fortificações da referida ilha do Pico, obrigavam-se os faialenses a supri-lo com o rendimento próprio das suas fortificações, sob prévia determinação do respectivo capitão-mor. [1]

Bento Pereira foi juiz ordinário do Faial em 1916.

16) Jorge da Cunha ◆ ◆ ◇ Foi capelão da ermida do Livramento, e nela foi sepultado. Assim se cumpriu a disposição testamentária de Maria Leal, viuva de Amaro d'Utra, citada na nota anterior.
(§ 3.º, n.º 7)

17) Bento Pereira de la Cerda ◇ Saiu do Faial, ainda muito novo, com destino, creio, de seguir no reino quaisquer estudos. Todavia, lá chegando, outros ventos, o bulício e as seduções do grande mundo, lhe mudaram o rumo: logo de comêço vêmo-lo em Lisboa levado ao acaso na onda voluptuosa dos prazeres e loucuras da vida airada.
(§ 3.º, n.º 9)

Espírito brilhante, apurado na intensa atmosfera artística criada pelo padre José Leal Furtado — um dos talentos mais vastos, incontestavelmente um dos mais delicados, que flutuou na terra do Faial, e que

---

1 *Reg. da Horta*, liv. VII, 95

mui do íntimo lidou com esta família, [1] as suas aptidões literárias avultaram notàvelmente, tornando-se um devotado cultor das musas. Versejava com elegância, consta. Pena é não ter existido mão cuidadosa que recolhesse e legasse à posteridade algumas das suas produções.

Pela natureza do seu temperamento, sobretudo pelas eventualidades da vida de boémio, em tresnoitadas por botequins e lupanares, logo de começo se relacionou com Bocage, o famoso Bocage, e com o conhecido André da Ponte do Quental, da ilha de São Miguel, tornando-se inseparáveis nas estrdias.

Certo dia largaram todos três pelo país fora, em plena vida de aventuras, de guitarra em punho, cantando trovas, recitando versos dos mais escolhidos — a simples trôco de hospitalidade!

Exercitado neste viver do acaso, já sem os companheiros com quem se gastava nas horas de prazer, encetou certo dia outro destino de maior grandeza. Fez-se militar, assentando praça nas legiões napoleónicas, sendo um dos míseros que escaparam à derrocada da campanha russa. Obtendo baixa, regressou a Portugal.

Foi depois para o Brazil, onde recebeu grande protecção de D. João VI, com quem muito privava, e ali faleceu. [2]

18) Ana Luiza de Lacerda (§ 3.º, n.º 9) ◇ É esta a filha do morgado Joaquim Pereira de Lacerda, que fugiu do convento, e à qual Ernesto Rebelo, nas *Notas Açorenas*, com a sua facilidade mais de novelista, que de historiador, baseando as suas páginas apenas na tradição oral, erradamente denomina Branca de la Cerda. Branca — Branca Margarida de Cortona — era o nome da monja sua cúmplice na evasão.

Tenho presente o processo mandado correr pelo cabido, *sede vacante*, da Baía, para demonstração da sua identidade, quando ela se recolheu ao mosteiro da Lapa, daquela cidade, e cuja autoação tem a data de 18 de maio de 1814. A inquirição foi dai a dois dias. Fê-la o cónego prebendado, desembargador Manuel Anselmo d'Almeida Saude, acompanhado do escrivão Francisco Jorge Moniz Barreto.

---

[1] Ao redor desta figura notabilíssima, que foi um raro modelo de sensibilidade artística, de ilustração, de virtudes, de subtileza de sentimento, e que na existência teve uma inteira página de romance, tenho já urdida uma novela histórica que, após o presente trabalho, se me não manquejarem as fôrças, me esforçarei por concluir e dar à luz.

[2] *Arch. dos Açores*, VIII, 335

Era de manhã. Subiram ao palratório do convento, investidos da sua natural e bem pausada compostura, mas sem severidade, nem aparatos. Aguardava-os já a madre abadessa, Ana Joaquina do Menino Jesus. Armada a mesa em escrivaninha com o seu tinteiro de latão provido das brancas e emplumadas penas para a escrita, e nas folhas de papel lançados os primeiros dizeres preparatórios, mandaram comparecer a delinqüente.

Dentro em pouco, a passos suaves, humilhada, mas tranquila, aparece a mísera, que se acercou da grade, esboçando uma imprecèptivel mesura aos visitantes. Jurou por sua alma, sôbre os Santos Evangelhos, de bem e verdadeiramente responder a verdade. [1]

---

[1] «Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quatorze, aos vinte dias do mês de Mayo do dito anno, nesta cidade do Salvador, Bahia de todos os Santos, e convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, na grade do mesmo, para onde veio o Reverendissimo senhor Dezembargador Manuel Anselmo d'Almeida Sande, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, e Conego Prebendado na Sé Catedral, comigo Escrivam.... foi mandada chamar a que se diz Religiosa da Ilha do Fayal, Bispado de Angra, que presentemente se acha recolhida neste convento por outra Portaria do mesmo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Cabido, em virtude do que compareceo a Reverenda Madre Abadessa do dito convento Anna Joaquina do Menino Deos, e logo mandou chamar a dita, que se diz Religiosa da Ilha do Fayal, Bispado de Angra: com effeito compareceo uma Religiosa com habito dêste mesmo convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, que ao Escrivam dou minha fé ser de estatura alta, cheia de corpo, côr alva, olhos grandes, rosto redondo, nariz grande e afilado, boca proporcionada, labios nam muito grossos, e bem corados, e sobrancelhas grandes e grossas.... — Respondeu chamar-se Anna Luiza Emerenciana, e no tempo do secolo Anna Luiza de Lacerda, natural da Ilha do Fayal, que julga já ter feito trinta e dous annos de idade, filha ligitima de Joaquim Pereira de Lacerda, capitão do Regimento auxiliar da mesma ilha do Fayal, e de D. Emerenciana Brum de Lacerda, ambos já fallecidos antes della se retirar do seu convento.... Respondeu que entrou para o convento da Gloria, Oraculo de Nossa Senhora da Conceição da mesma Ilha do Fayal, tendo de idade treze annos, mais ou menos, e esteve quatro annos no Noviciado por nam fazer gosto em professar, porem bem aconselhada pelas Religiosas do mesmo Convento, e por seu irmão o Capitain Joam Pereira de Lacerda, primogenito do Morgado da sua caza, professou, sujeitando-se á vontade dos que a aconselharam, sem reflectir a mais couza alguma, e se conservou no seu dito Convento mais doze annos depois de professa, os quaes, com os quatro do Noviciado, fazem dezoito annos que estevo no mesmo Convento.... Respondeu que se auzentou do seu convento a quatro de Junho de mil oitocentos e onze, e que a cauza que para isso teve foi desgostar-se de lhe nam facilitarem os meios de se applicar a aprendor o que ella desejava saber, como fosse Francês, Inglês, e tocar alguns instrumentos, e o principal motivo foi nam fazer a devida reflexão que hoje faz.... Respondeu que na mesma hora em que sahiu do seu Convento, se embarcou em Brigue de Guerra Inglês, e foi em direitura para Londres, em cuja capital sempre permaneceo té ao dia quatro do Outubro de mil oitocentos e treze, e sempre permaneceo na sua Religião Catholica, e

Estou a vê-la, de porte senhoril, imóvel, falando com firmeza. Contava trinta e dois anos. [1] Era de estatura elevada, cheia de corpo. O rosto redondo, um todo nada moreno, [2] e longinquamente embebido de melancolia, sobresaindo na alvura impecável da toalha, tinha o que quer que fôsse duma serenidade angélica. O nariz, grande e afilado, indicava decisão de caracter. Na boca breve — nesses lábios bem corados, onde se apagara, para sempre talvez, o mais ligeiro frémito de contentamento — ainda havia uma certa frescura da mocidade, que, nem as desilusões, nem as fadigas tinham fanado. Apenas os belos olhos negros, incertos e vagarosos, sob as sobrancelhas densas, deixavam adivinhar toda a resignada tristeza que lhe abafava a alma.

Baixando pùdicamente o olhar, as mãos cruzadas dentro das mangas do hábito, contou tudo sem rebuço, claramente, — a pura verdade, sem dúvida.

O caso foi diferente do que se supoz, e do que, de boca em boca, chegou a ser recolhido pela pena de Ernesto Rebelo.

Entrou para o convento ainda em vida do pai, aos treze anos de idade, numa perfeita submissão de criança. Vestiram-lhe o hábito de pupila, até ser um dia toucada pelo véu negro de professa. Corriam os anos e clareava-se-lhe o entendimento; — sem vocação para freira, foi pois demorando, arrastando quanto poude, durante quatro, afinal, breves anos, a instrução do noviciado. Mas um momento chegou em que já não teve arte de se defender, nem fôrça de protestar — e proferiu votos. [4]

---

por isso somente ferquentava os Templos Catholicos em Londres, ouvindo Missa, nam só nos dias do preceito, mas ainda nos outros todos, e assistindo aos mais actos Catholicos.... Respondeu que todo o seu intento he permanecer neste Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, onde presentemente se acha, e desejava ficar té sua morte, sem ir mais para o da Gloria da Ilha do Fayal, para nam passar pela vergonha de comparecer perante as mais Religiosas do mesmo Convento attenta a sua fugida.... Respondeo que sahio com outra Religiosa Professa do nome Madre Branca Margarida de Cortona, com quem igualmente se embarcou, e foi ter a Loudres, onde ambas se recolheram no dito Recolhimento de meninas, ou Collegio, e que quando ella respondente se embarcou para esta cidade a dita companheira Religiosa ficara em uma caza nobre subsistindo do seu mesmo trabalho, e mais não dice, etc.» — (Processo de identificação) Arq. da ouv. ecl., Horta

[2] A abadessa do convento da Glória, no seu depoimento, dá-lhe 33 anos.

[3] Os do Brazil acharam-a alva de rosto; a abadessa da Glória diz ser de côr não muito alva. Temos, pois de concluir que não é senão o que eu digo.

[4] A 3 de maio de 1798, declarou a abadessa do convento da Glória no seu depoimento

— De sua própria vontade?...

— Oh, não, reverendissimo senhor... Deus me perdoe!... Fui induzida pelas reverendas madres, particularmente pelo senhor mano, morgado da casa...

O doutor Manuel Anselmo acenfnou, fitando-a num ligeiro tom de censura:

— Mas professou...

— Sujeitando-me à vontade dos que aconselhavam, sem reflectir a mais cousa alguma!...

Ali viveu nas regras da clausura, sempre serva obediente do Senhor, até que um aceno falaz do mundo a entonteceu, e levou para os turbilhões do acaso. Evadiu-se. Não disse como, nem [como teceram o o plano, ela e a companheira. Foi na noite de 4 de junho de 1811. Porque?

O público, sempre ávido de escândalos, logo atribuiu ao caso todo o colorido dramático duma paixão amorosa. Muito fácil é a maledicência.

Não. Espirito subtil, desabrochado na intensa atmosfera de arte e de estudo, que a amizade dêsse homem superior, que foi o padre José Leal Furtado, criara indelèvelmente no seio desta familia, as suas aspirações perdiam-se muito além, fora daquele circulo estagnado, num anceio constante de outra vida mais vivida, mais sorridente, mais fecunda. Queria estudar, e não lhe facilitavam os meios de adormecer o constante desejo do seu cérebro! Queria ilustrar-se, aprendendo linguas (parte essencial da educação naquele tempo) principalmente o inglês e francês, para se recreiar com tanta coisa bela, como diziam, que havia escrita nessas grandes terras; dedilhar alguns instrumentos, iniciando-se nessa linguagem infinita da alma, com que se acalentam mágoas, incertezas, esperanças, desilusões... Nada lhe facultavam! Depois de aprisionado o corpo, enclausuravam-lhe tambem o pensamento.

Sofria... Fugiu.

Certo dia, ela e a religiosa sua confidente, Branca de Cortona, outro ser da mesma sorte tentado pela liberdade, encontraram quem meditadamente as escutou, e se condoeu da sua sorte. Foram dois oficiais dum brigue de guerra inglês, havia largo tempo fundeado na Horta, aos quais narraram, nas repetidas conversas do patratório, ou em bilhetinhos trocados às escusas, todos os segrêdos da sua malfadada existência — o suplicio de cada hora nas trevas da reclusão, os mudos estertores do coração, as lutas da consciência, os devaneios da sua inocência tão cruamente obscurecida...

Para aqueles homens educados no exercicio do Direito, vivendo em pleno contacto com a natureza, ora sofreando-lhe as ameaças, ora alargando os peitos fortes à luz e ao ar, nos dias de bonança, sôbre o mar calmo, a embeber-se da alegria do ceu; para aqueles homens rudes, se-

melhante viver da juventude era uma deshumanidade, quási um crime.

Conjuraram-se com elas no plano da fuga, dando-lhes passagem a bôrdo do seu navio. Não sei, nem ficou memória, nem, como já disse, ela explicou, qual o modo da evasão; o que consta todavia, e bem explícito, é o escândalo que logo ecoou em toda a vila, e jocosamente anunciado no dia imediato por alguns estúrdios que armaram, pela calada da noite, fora da porta do convento, um barco trazido da praia e de bandeira inglesa no tope duma vara.

A viagem do brigue não foi longa, porque, decorrido pouco tempo, subiam o Tamisa e amarravam num dos cais de Londres.

Uma vez ali, entraram as duas ao serviço dum recolhimento de meninas, gratuitamente, ao que parece, ou talvez pouco remuneradas, porque Ana Luiza de Lacerda mal subsistia do seu trabalho, recebendo tambem algum auxílio de pessoas caritativas, «que tinham noticia da sua necessidade.» Tudo lhe faltava, os recursos, a esperança, tudo — menos a fé, menos a inocência. Não quebrou suas crenças; permaneceu sempre fiel à religião católica, cujos templos freqüentava para ouvir missa ou assistir aos demais actos do culto, não sómente nos dias de preceito, mas ainda em todos os outros.

Assim viveu cêrca de dois anos, num labutar humilde, desamparada e esmorecida, como planta que se estiolasse lançada sôbre solo estranho. Por fim, completamente quebrada de coragem, se embarcou no dia 4 de outubro de 1813 para o Brazil, a bordo da galera portuguesa *Monte Alegre*, que dois mêses depois, a 12 de dezembro, chegava à Baia.

Apresentou-se no convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa. Contrita, curvada ao pêso do seu pecado, narrou toda a desventura que a má sina lhe fizera trilhar, e pediu a esmola duma cela, a mais ruim, onde pudesse esconder a sua miséria, e em paz penitenciar a sua alma.

Obtido assentimento do Príncipe Regente, e após sanção do núncio apostólico, deferiu-lhe o bispado a petição por portaria de 9 de maio de 1814.

Ela teve um gesto de gratidão, que poisou vecmentemente sôbre o seio amplo; a voz vibrou de enternecida:

— Deus abençoe as santas monjas que me agasalharam!

— E deseja aqui ficar? — inquiriu de improviso o doutor Anselmo.

— Até à morte!

— Sem mais voltar ao seu mosteiro do...

— Da Glória?! — acrescentou ela, num sobresalto, os olhos penetrantes, a pestanejarem. — Oh, não, reverendíssimo senhor! Nunca

mais! ... para não passar pela vergonha de comparecer diante das religiosas, minhas irmãs...

E a outra fugitiva, sua companheira, Branca de Cortona? Essa, mais determinada ou mais feliz, por lá ficou, em Londres. Na ocasião em que sóror Ana Luiza a deixou, tomando passagem para o Brazil, já ela estava ao serviço duma casa nobre. Por lá ficou, heroicamente entregue às surpresas do destino, sem que jamais ninguem tivesse noticias suas...

O processo que estou seguindo transitou por certidão para o cabido de Angra, que a seu turno commissionou no reverendo ouvidor do Faial, doutor Mauricio António de Andrade, por ordem capitular de 29 de abril de 1815, o encargo da inquirição, a qual se realisou em 20 de maio, ouvindo a madre abadessa, então Ana Jacinta Izabel de Santa Ana, que disse ser de setenta e seis anos de idade, a madre vigária, Francisca Bernarda Luiza, e quatro definidoras. Os seus depoimentos pouco ou nada adiantaram, corroborando todas as declarações da irmã ausente. Estava comprovada a identidade.

Servido o último gole de chá que as obsequiosas madres por fim ofereceram, o ouvidor despediu-se, desejando a todas a paz do Senhor, e entregando à reverenda abadessa uma carta pastoral do excelentissimo cabido de Angra, *sede vacante*, sôbre o assunto, para resolverem. [1]

Nesse mesmo dia tangeu a campa, e reuniu-se toda a communidade em capitulo. Antes que as últimas badaladas se apagassem, já todas se achavam na sala, num ferveroso cochichar, como abelhas diligentes. Era palpitante o caso. A reverenda madre abadessa passou à madre vigária um papel largo, dobrado e selado; esta pôz-se de pé, concertou as cangalhas de pesados aros de prata, e leu empoçadamente, monotonamente:

> Nós Deão Prezidente, e Cab.º
> *da Cathedral do S.mo Salvador desta cidade de Angra, sede Episcopali vacante, &*
> *A Red.ª M.e Abbadeça, Difinitorio, e mais Religiosas do Convento de N. S.ª da Gloria, Ilha do Fayal, saude, e paz em Jezu Christo Snr. Nosso.*
>
> Deos, Senhor Nosso, Pay de Benilicencia, e de Misericordia, e que não quer a Morte do Pecador, dá a sua Graça a to-

[1] (No processo cit.) Arq. da Ouv. Ecles., Horta

do aquelle que arrependido e contricto chora a sua culpa, e implora o perdão da mesma, e dá todo o auxilio aquellas desgraçadas Ovelhas, que procurão o rebanho, que o inimigo commum fez abandonar. assim o vemos verificado na M.e Anna Luiza Emerenciana, Religiosa, que foi, e he desse Mosteiro, que esquecida da seriedade dos seus votos, quebrantou as mais Santas Promessas, que á face da Egreja tinha votado a D.s perante os seus Sagrados Altares. Mas se então chorastes a sua, e a vossa desgraça por veres arranda (sic) de entre vós por Satanaz a Vossa Irmã, como vos não gratularéis agora em ouvires, que o Lobo esfaimado não se asenhoreou da preza. Sim, vossa Irmã vive, e vive Religioza, alegrai-vos e dai Graças infinitas ao Altissimo; e assim como este Senhor liberalisou para com ella todos os seus Divinos Auxilios, hé bem que cheias de Caridade vos esqueçaes do seu erro, para lho imputar, e só vos lembreis delle para pedires a Deos Senhor Nosso vos não deixe cahir no mesmo, pois que a fragilidade humana a tudo hé sojeita. Rogai a Deos a sua e a vossa prezeverança no Santo temor do Senhor, Principio de Sabedoria, e de Salvação, e sêde indulgente para com a Vossa Irmã. Ella, cheia de rubor, e de pejo teme estar entre vós, e por essa razão quer residir no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa da Bahia, aonde abjurou o seu erro, e vive reclusa, mas para isso hé necessário, que o vosso Convento lhe assista com outro tanto, quanto tem de vitalicio aquelle outro Convento. Consultai a vós mesmas, e a renda do vosso Convento, observai se vos achais em termos, ou de fazeres toda a despeza necessaria, para ella vos ser restituida, protestando de nunca lhe encararés o seu erro, ou de condescender com a sua vontade, dando vossos votos na forma do estillo por favas brancas, e pretas, e do resultado a M.e Abb.a dará parte ao Nosso R.do Dr. Ouvidor para com ella respondermos ao Ill.mo Cabido Metropolitano da Bahia, para a mesma Religioza se deliberar sobre a sua sorte. Deos, Pay de Mizericordia, e Providentissimo, e de Bençam para todos os que procurão o Caminho do arrependimento, seja sempre comvosco. Dada em Angra sob Sello da Meza Capitular, e Signaes dos R.dos Assinadores aos vinte e nove de Abril de mil outo centos e quinze anos. E eu o Conego Manoel Machado Diniz secrt.o do Ill.mo e R.mo Cabido, e Escrivão da Camara Eclesiastica a sobscrevi.

O Dr.ão José M.a de Bett. Vas.os Lemos

O Arcediago Felix José Ferreira

Enterneceram-se as santas monjas perante tanto favor e tanta caridade; mas foram prudentes e ponderadas. Se, por um lado, se esquivavam à contribuição vitalicia pedida, em compensação, por outro, de votos unânimes, e jubilosas, se prestavam a toda a despesa para o regresso daquela amável irmã ao seu seio. Iriam mesmo ao desembarque, todas, sem nenhum escrúpulo, antes amorosamente, pressurosamente, — «se as leis da clausura o não vedassem.»

Três dias depois o servo do convento levava, às mãos do reverendo ouvidor, o seguinte escrito: [1]

R.mo Sr. Dr. Ouvidor
Mauricio António de Andrade

Em cumprimento da Carta Pastoral do Ill.mo e Rev.mo Cabido desta Diocese, e que se leu em plena comunidade no dia vinte do corrente afim de se deliberar sobre o expendido na mesma por parte da M.e Ana Luiza Emerenciana Religiosa que foi e he deste Most.o de N. S.a da Gloria, prestarão todas de commum acorda os seus votos negativos relativam.te á contribuição vitalicia que exige pela residencia da sobredita no Convento de N. S.a da Conceição da Lapa na Bahia; ao tempo que sem discrepancia derão os seus votos affirmativos a respeito de toda e qualquer despeza necessaria p.a a recondução desta sua amável Irmã, cuja companhia anciosamente já desejão, protestando-lhe com firme segurança os seus sentimentos de maior ternura para a decente recondução e fiel amizade, sendo tão geral neste Mosteiro o contentamento pela sua suspirada vinda, que se as leis da clausura o não vedassem hirião todas assistir ao desembarque p.a a reconduzirem em seus braços, demonstrando assim o grande jubilo dos seus corações e o muito que prezarão sempre as estimaves qualidades com que se orna e tanto se distingue; he o que posso participar a V.me que D.s G.e m.s an.s. Most.o da Gloria 23 de Maio de 1815.

Do Sr. Dr. Ouvidor
Veneradora mt.o serva

Izabel Jacinta de St.a Anna, Abbadeça

---

1 (No precesso cit.) — Arq. Ouv. Eccl., Horta

Que mais se seguiu? Terminariam aqui as negociações? Talvez.

O resto esfumou-se na vida apagada da clausura, com o quebrantamento, de hora a hora, da pobresinha entregue ao murmurar da sua alma, e santificando-se nos segrêdos purificantes da oração. Apenas o mais, que depois se soube, foi que ela, visitada certo dia por um patrício em viagem de negócio pelo Brazil, num renascimento súbito da alma, recordando o passado, talvez os claros dias da infância, talvez as suas companheiras da religião, a sua linda terra tão longe, perdida para sempre — chorou, quási num desfalecimento, lágrimas copiosas de saudade...

19) Ana Maria Cunha de Lacerda ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 9)

◇ Considerando a estreita intimidade que no seio desta família teve o padre José Leal Furtado, o excepcional artista, ousei imaginar Ana Maria Cunha de Lacerda a figura escolhida e gentil — gentilíssima, pela formosura do rosto e da alma — a quem êle consagrou por inteiro todos e os melheres merecimentos do seu ser íntimo. Sabemos que êle se apaixonou, com misteriosa reserva, até à loucura, por uma criaturinha ideal, toda adejante de virgindade e e de espírito; — mas quem, quem?

É extraordinário que, dum caso tão falado, e relativamente recente, nenhuma memória exista revelando-nos o nome dêsse vulto feminino tão poèticamente assinalado para o romance.

A mim, aprouve-me fantasiar que fôsse Ana Maria da Cunha, e revesti-a então dêsse papel, a dentro de outro volume de menos fôlego, de menor responsabilidade, que tenho em urdidura. Foi demasiado arrôjo — e se ela me ouve neste momento, que me perdoe a invenção; comtudo, repito, olhando a privança entre esta gente e o padre Furtado, e pertencer ela a uma família insigne pelo brilho de inteligência, não vai muito de desconchavo permitirem-me a suposição.

Em todo o caso sempre é uma suposição. E, êste, é um livro de verdade histórica... Por conseqüência, nas presentes páginas, Ana Maria Cunha de Lacerda fica sendo uma figura sem valor, apagada, como o rigor da análise exige; nesse meu outro trabalho, meio novelesco, meio história, será então a imagem bela do engenho, da pureza, da graça...

20) João Pereira de la Cerda (§ 3.º, n.º 9)

◇ De todos os irmãos, foi sem dúvida êste o mais influenciado pela acção intelectual do padre José Leal Furtado. Tornou-se um literato distintíssimo, do mais elevado bom gosto, manuseando os melhores autores nacionais e estrangeiros — característica muito especial da sociedade faialense de então, digamos de passagem, extremamente afeiçoada ao labor das letras.

Deixou grande número de produções, tanto em prosa como em verso, perdendo-se, porêm, a maior parte, devido à falta absoluta de imprensa na Horta, que as tivesse arquivado. Voltaire e Moliére eram os seus autores favoritos, sobretudo Moliére, do qual sabia de cór centenas de páginas. Nêles muito apurou o seu natural espirito satírico, que em verso, na redondilha ou soneto, tomava quási sempre aquele picante tempêro do mestre Tolentino. Dentro dêste molde encontram-se alguns exemplares muito interessantes, que a mão bondosa de Ernesto Rebelo recolheu no jornal *O Gremio Litterario*. Fez numerosas traduções do francês e inglês: *A guerra dos Deuses* de Parny, *O retracto* de Diderot, *O Misantropo* de Moliére, *O conde d'Essex*, *Branca*, *Ensaio sobre os costumes das nações* de Voltaire, etc.

Não foi alheio ao espirito politico da época. Apaixonado pelas doutrinas dos enciclopedistas franceses, tornou-se um liberal convicto, sendo dos que mais entusiásticamente se manifestaram por ocasião do pronunciamento constitucional dos faialenses em 1821. Com o restabelecimento do absolutismo, porêm, retraiu-se, e de novo o vemos só entregue à vida privada, na companhia fiel e amoravel dos seus livros. Ainda no periodo de 1831 a 1836 tornou a aparecer na senda pública; mas não tardou a recolher-se de vez ao seu socêgo intimo, desgostoso ante o referver das paixões politicas, e desiludido pelas lutas e erros em que, dia a dia, se ia transmudando o novo regimen.

Na fase de maior agitação, quando rialistas e constitucionais, eriçados de ódios se mordiam afanosamente, sabendo ser mal cotado por aqueles, em conseqüência das suas ideias avançadas, enterrou dentro duma cesta quási todos os seus escritos, com fundado receio de serem apreendidos e servirem aos adversários de base para dessedentarem os seus rancores. Infelizmente nunca mais se soube dêsses escritos, ou porque se inutilisaram, ou porque êle os esqueceu.

Passava os dias isolado, sem receber ninguem, todo entregue às suas locubrações literárias, geralmente na sua propriedade, ainda hoje denominada Salvaterra, num pequeno pavilhão que mandara construir para maior conchêgo.

De verão, no Pico, na sua casa da Barca, entrecortava o mister das letras com longas partidas de pesca, por que era apaixonado, quer em embarcações sôbre o mar alto, quer percorrendo os bicos das rochas, à hora de pleno sol, ou de noite, ouvindo cantar o arame dos caniços, numa colheita fértil de sargos.

Entregue a êste modo de vida, abdicou, como era natural, do govêrno da casa, de que a esposa se tornou absoluta e hábil administradora, mas conseqüentemente descurando a educação dos filhos, que se criaram à rédea sôlta, em perfeita indisciplina de caracter, origem das acesas questões levantadas entre uns e outros, após o falecimento do pai.

João Pereira de la Cerda foi bastante considerado por todos os faialenses, entre os quais, ainda hoje, a sua fama de literato subsiste com bem merecida nomeada. [1]

21) Jesuina de la Cerda ◆ (§ 3.º, n.º 10) ◇ Senhora assás ilustrada, com grande conhecimento da literatura nacional e estrangeira, e ao mesmo tempo uma poetisa distinta, não se conhecendo, porêm, actualmente, nenhuma das suas produções.

22) Beatriz Maria de la Cerda (§ 3.º, n.º 11) ◇ Muito ilustrada professora de instrução primária, poetisa tambem, sendo poucas as suas produções que se conhecem, publicadas em algumas folhas jornalisticas.

23) João de la Cerda ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 12) ◇ Escritor jornalistico muito apreciado, tratando de preferência assuntos económicos, sobretudo agricolas, por vezes com uma minudência e uma concretisação reveladoras de paciente estudo, e duma observação cuidadosa. Os seus escritos, já numerosos, duma dedução racional e intuitiva, lêem-se, pois, com interesse.

24) Izabel Pereira Sarmento (§ 4.º, n.º 5) ◇ O marido, António Silveira Coelho, era filho de Estevão da Silveira, rico lavrador da frèguesia dos Cedros, ilha do Faial, do qual ignoro a ascendência; isto é, a linha ascendente, porque a origem deve ser forçosamente Guilherme da Silveira — Wilhelm van der Haagen, o famoso colonisador açoreano (Vide tit. *Silveiras*)

25) Bárbara da Cruz, Maria de Jesus ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 4.º, n.º 6) ◇ Foram ambas dotadas na profissão pelos pais, por escritura de 25 de setembro de 1609, na qual os mesmos dotadores tambem fizeram dote a uma sobrinha chamada Francisca da Silveira. No fim dessa escritura consta a

---

[1] Rebelo, *Arch. dos Açores*, I, 486, e VIII, 334; Macedo, *Gremio Litterario*, n.ºs 22; G. Rozário, *Memoria genealogica*, 26

curiosa declaração de que Izabel Pereira, a mãe, não exarou o seu nome «por ser nobre e não saber assinar.» [1] Bárbara da Cruz foi abadessa no referido convento de São João.

26) Bárbara dos Arcanjos, Vitória da Cruz ◈ ◈ ◈
(§ 4.º, n.º 7)

◇ Bárbara dos Arcanjos teve dote de *profissão feito pelo pai, por escritura* de 19 de outubro de 1661. [2] Vitória da Cruz foi dotada pela tia freira, Bárbara da Cruz, por escritura de 23 de julho de 1657. [3]

27) António Silveira de Lacerda
(§ 4.º, n.º 7)

◇ Uma *individualidade*, pelos seus feitos, das mais salientes da ilha do Faial. Rude e despótico, como quási todos os grandes senhores daquele tempo neste nosso país, deu bastante que falar da sua pessoa, desde muito novo, e de tal modo, que ainda hoje se memoram os ecos das suas proezas.

Foi êle o protogonista daquele famoso episódio romanesco, que tem andado sempre adstrito à crónica oral da localidade, e que o sr. Manuel da Câmara brilhantemente coligiu sob o título *O sr. do castelo da Rocha Negra*, no seu livro de anedotas históricas. [4] O caso, porém, segundo tradição constante de família, é um pouco diferente, principiando pelo nome do protogonista, que, no livro, é um nome do acaso. Êsse próprio castelo da Rocha Negra, é mero invento da fantasia popular; no âmbito das paragens açoreanas *jamais existiu* o luxo feudal de qualquer torre de menagem. É o que verdadeiramente podemos chamar um castelo... no ar.

A arrogância fidalga da pendência foi bem essa magistralmente esboçada pelo sr. Manuel da Câmara. Os Lacerdas eram da gente mais nobre da ilha, e nos Cedros, onde êste residia, a mais abastada. Imagine-se, pois, qual era ali a sua preponderância, e quão desmedido seria o seu orgulho — os estampidos da sua cólera, numa criatura desta categoria, por via de regra, naqueles tempos, sem cultura, apenas pensando em mulheres, caçadas, cavalos, sem outro instinto mais palpitante, que o de pura animalidade.

---

[1] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV (Arq. rep. dist. de fln., Horta)
[2] Ib.
[3] Ib.
[4] *Vinte contos insulanos*

Mas a *causa belli* provinha de origem muito particular e recente. Tinha António Silveira de Lacerda uma amásia, ou namorada, junto da qual o vigário, parece que mesmo na sombra do confessionário, se permitira quaesquer pretenções amorosas. O génio violento e desteuido de António Silveira de Lacerda, mal isto soube em confidência, logo decidiu de si para si tirar desforra, desazando a concupiscência clerical. E não tardou muito.

Certo dia saiu o Senhor a um enfermo. No préstito devia tomar parte, como de costume, em logar de honra, por direito de jerarquia, António Silveira de Lacerda; mas o padre, talvez já por manhosa hostilidade, cometeu a imprudência, ou antes descortezia, de não esperar por êle, mandando repicar o sino, e pondo-se a caminho com o cortejo. António Silveira, impando de ira, correu a tirar vingança. Nada valeu ao padre, nem sequer a solenidade em que ia. Ali mesmo, na rua, diante de todos, investiu ferozmente ao reverendo, esmurrou-o, deitou-o por terra. O vaso sagrado rolou tambem, ao desamparo, espalhando as particulas no solo imundo! A confusão e o alarido foram medonhos. O pálio, como sacudido pelos arrancos dum vendaval, vogou à matroca, cambaleou, abateu-se. Um sacrilégio sem nome.

O resto é fácil de adivinhar. Procedimento eclesiastico e civil; a insubmissão formal e altiva ás penas impostas, desobedecendo a todas as determinações e solicitações das autoridades; a sua captura pela fôrça armada, e o seu exilio, sob prisão, na capital do reino. Caso mais estupendo não podia haver. Por fim o nobilitante epilogo de domar e adestrar, como eximio cavaleiro que era, um ginete rijo espinoteador, requerendo e obtendo em tróco perdão pleno para a sua falta.

Perfeita turbulência de cavaleiro andante, que é o que êle foi, no fim de contas, toda a sua vida.

Até aqui a lenda — a figura fútil que foi. Consultemos agora a história.

Havia pouco tempo que regressara à sua terra, quando chegou a inopinada noticia da restauração de Portugal. Temperamento fogoso, despertado pelos entusiasmos da independência, tão depressa D. João IV foi aclamado nos Açores, partiu com alguns outros patricios para a ilha Terceira, a auxiliar os seus habitantes na expulsão dos espanhois, que em número de quinhentos, comandados pelo general D. Álvaro Viveiros, ocupavam o castelo de São João Batista.

Terminado êste esfôrço de libertação, e seduzido pela carreira das armas, seguiu para Lisboa, assentando praça em 1652 no regimento da armada. Com um têrço dêsse regimento foi para a fronteira ajuntar-se as tropas que em 1658 sitiavam Badajoz, fazendo parte dos que prestaram auxílio à praça de Elvas, e distinguindo-se assásmente nas batalhas das linhas da mesma praça, em 1659. Com uma guarnição fortificou Assumar, socorrendo a praça de Jurumenha.

Combateu na Galiza em 1662, regressando após isso, num intervalo de tréguas, a Lisboa. Outra vez, porêm, partiu para o seu têrço, para o Alemtejo, entrando no combate de Gaião, na batalha de Ameixal, e na reocupação da cidade de Evora em 1663. Passando a Traz-os-Montes, invadiu a Galiza; marchou em seguida a socorrer a provincia da Beira, conseguindo desalojar os espanhois do forte de Lamosa, rechaçá-los de Castelo Rodrigo em 1664, após rija peleja.

Nesta data foi promovido a capitão. O seu nome tornara-se já famoso, e era apontado como raro exemplo de patriotismo.

Em Vila Viçosa praticou um memorável feito. A praça estava cercada pelos castelhanos; mas êle, num impeto de audácia e de heroica arremetida, rompeu a linha do cêrco, penetrou na praça com toda a sua gente, levando assim aos defensores um reforço de armas e de coragem, que valorosamente concorreu para a retirada do inimigo.

Entrou na gloriosa batalha de Monte-Claros; com o seu têrço tornou a invadir a Galiza, talando-a sem embaraço, em marcha firme e rápida; no regresso ganhou o forte e vila da Guarda; depois foi encarregado da fortificação de Chaves; e por fim, ajustada a paz, el-rei galardoou-o com o honroso cargo de governador da praça de Mont'Alegre.

Dois anos depois, já na sua terra, cansado e marcado de feridas, foi nomeado por carta patente de 15 de março de 1672 comandante da companhia de infantaria paga, e governador do castelo de Santa Cruz, da ilha do Faial. Voltando a Lisboa em 1681, obteve a sua reforma com o emprego de escrivão da alfandega da Horta, para si e seus descendentes em linha recta, por carta régia de 20 de março de 1682. [1]

Não foi na verdade um vulto notável e cavalheiroso, que realça perante a posteridade o nome faialense? Razão de sobra teve êle para dizer no seu testamento que «serviu o Rey por mais de 26 annos tanto nas fronteiras de Portugal e nas Armadas como nesta Ilha.... cujos serviços deixa a seus Filhos para que pudessem requerer o que julgassem conveniente.» [2]

Teve em 15 de janeiro de 1669 o fôro de fidalgo cavaleiro da Ordem de Christo, sendo-lhe tambem concedido o uso de brazão de armas por carta de 15 de novembro de 1668. [3]

---

[1] Macedo, *Grémio Literário*, n.º 44

[2] G. Rozario, *Memoria genealogica*, ms., 74

[3] Escudo posto ao balão, esquartelado. No primeiro quartel as armas dos Silveiras, que são, em campo de prata, três faixas vermelhas. No segundo quartel as

Estava ainda no continente, na cidade da Guarda, quando realisou por procuração o seu casamento, sendo representado na cerimónia nupcial pelo cunhado, Sebastião Teixeira Carrascosa.

Sepultou-se na capela de Nossa Senhora da Piedade de que era protector, na igreja de São Francisco, em campa própria, cuja lápide, encimada pelo brazão de armas, diz:

S. D.
CAP.AM P.O RVIS D CARRASCOSA E D S M.ER E ERDEIROS
ESTA CAMPA MANDOV VIR A S CVSTA D LX.A NO A DE 1682
O CAP.AM D INFANTER.A G.OR Q FOI DA PRACA D M.TE ALEGRE
ANT.O D SILV.R.A D LACERDA CAVALR.O PROF.O DA ORDEM DE XP.O
P NESTE JASIGO ESTAR SEPVLTADA S M.ER
D M.A CARRASCOSA E BETANCOR
P HV P.A NS.O

28) Francisco Pereira de Lacerda ◆ ◆ ◆ ◆ ◆
(§ 4.º, n.º 10)

◇ Foi com êle que armou o capitão-mor Tomás Francisco Brum da Silveira uma séria pendência, que ficou notável na crónica da terra, mandando-o prender injuriosa e arbitrariamente, pelo simples motivo dêste, sendo oficial de ordenanças, se ter ausentado para a ilha do Pico, sem lhe ter pedido licença. Francisco Pereira de Lacerda agravou da prepotência, citando outros diversos actos do despotismo daquela autoridade, e alcançando

---

armas dos Lacerdas, que são: campo dividido em pala, sendo a primeira partida em faixa, tendo na parte alta, em campo sanguinho, um castelo de oiro lavrado de preto, que são as armas de Castela, e na parte baixa as armas de Leão, que são, em campo de prata um leão rompente de purpura; na segunda pala o campo azul semeado de flores de liz, de oiro. No terceiro quartel as armas dos Pereiras, que são, em campo vermelho, uma cruz de prata florida, e vazia do campo. No quarto quartel as armas dos Sarmentos, que são, em campo vermelho, treze arruelas de oiro em três palas. Por diferença um cardo verde florido de vermelho. Elmo de prata aberto, guarnecido de oiro. Paquife dos proprios metais e cores das armas. Timbre o dos Silveiras: meio urso de prata, cortado e armado em sangue, assentado sôbre uma grinalda de silvas verdes. — *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 83

dos juizes da côrte imediata sentença a seu favor, na qual se censura o procedimento do capitão-mor, e se declara não haver nenhuma razão nem lei que proibisse as ordenanças de «se ausentarem do logar em que vivem.»

Narração um pouco mais explicita dêste sucesso encontra-se na nota (26) do titulo *Rimas*.

29) António Silveira de Lacerda Pereira Sarmento (§ 4.º, n.º 10)

◇ Por carta régia de 25 de outubro de 1762 foi-lhe concedido brazão de armas igual ao que usou seu bisavô, com a distinção apenas de ter por diferença uma brica com um M negro. [1]

30) Tereza Emerenciana de Lacerda ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 4.º, n.º 11)

◇ Foi pouco venturosa com o segundo matrimónio, porque cincoenta e um dias depois de casar tornou a ficar viuva. Garcia do Rozário, que foi muito afeiçoado à familia do seu primeiro marido, censura esta senhora pela nenhuma necessidade que teve de contrair novas núpcias, as quais serviram apenas de criar, nas pessoas dos enteados mais herdeiros para os seus haveres, dela. [2]

31) Gaspar Pereira de Lacerda Silveira Sarmento ◈ (§ 4.º, n.º 11)

◇ A consorte era filha de pais pobres e humildes, razão porque Gaspar Pereira viveu com ela sempre em mancebia, e se resolveu, somente na antevespera de falecer, a realisar o seu casamento, legitimando nesse acto o filho Alexandre, que tinha sido baptisado como exposto. Estava então residindo na Madalena.

32) Augusto Carlos Teles de Lacerda ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 4.º, n.º 13)

◇ Hermenegilda Teles, sua consorte, foi na Horta uma das senhoras de mais elevada distinção, e de rara cultura intelectual. Escritora de bastante mereci-

---

[1] *Reg. cam. Horta*, liv. IX, 240
[2] *Memoria genealogica*, 79

mento e duma fecundidade pouco vulgar, deixou numerosas composições, tanto em prosa como em verso, dispersas nas paginas do jornalismo açoreano e em alguns jornais e revistas continentais. Nenhuma ficou impressa em volume, e é pena, porque muitas possuiam valor mais que suficiente para isso. Na poesia salientou-se: trabalhava o verso com extrema correcção, segundo os moldes românticos da época. Em prosa deixou grande quantidade de novelas e peças teatrais, uma destas representada por amadores no teatro da Horta. A lista completa das suas produções encontra-se numa notícia biográfica escrita por Ernesto Rebelo no *Archivo dos Açores*, volume IX.

33) Gaspar Teles de Lacerda (§ 4.°, n.° 14) ◇ Desde muito novo revelou notável vocação para o desenho, sendo êste, mais tarde, o meio exclusivo da sua carreira. Ainda no Faial, como simples curioso, começou a manifestar provas do seu talento, executando alguns trabalhos de scenografia, algumas tentativas sem valor em aguarela, e por brincadeira, entre amigos, um ou outro esbôço caricatural. Possuo uma dessas aguarelas, por êle oferecida, e que guardo com muita estima, embora quási nulo o seu mérito intrinseco. Estimo-a exactamente pela sua infantilidade artistica.

O Gaspar (permitam-me aqui êste tratamento que lhe davamos na intimidade) vegetou durante largo tempo em Lisboa, sempre absorvido pelas dissipações, pelos acasos e indolências da vida boémia, até que foi levado por um primo para o Brazil, onde começava já a encarreirar no futuro, quando faleceu. Residia em Catemby.

Dum jornal fluminense copio os seguintes periodos escritos nessa ocasião.

«Matriculou-se na escola de Belas Artes, revelando uma inteligência grande. Tornou-se querido dos seus condiscipulos e dos mestres, sempre aplicado que era ao estudo. Em meio do curso, que seria brilhantissimo, já artista, morreram-lhe os pais, forçando-o a deixar a escola. Diante dêsse desastre, vendo o joven artista abandonado, acolheu-o no seu *atelier* o mestre da scenografia portuguesa, Eduardo Manhado, que soube apreciar as suas superiores qualidades de criação e de talento. Continuando a trabalhar, Gaspar entrou para a emprêsa do *Seculo*, de Lisboa, sendo o chefe dos desenhistas da *Ilustração Portuguesa*, na qual traçou páginas magnificas. Ha anos deixou a *Ilustração* e fez-se ao Brazil. Retraido, modesto, julgava que podia aqui ser chamado de intruso, aqui onde são poucos os que, como êle, tinham a intuição perfeita da arte. Foi aparecendo aos poucos. Fez capas para o *Fon-Fon*, ilustrou páginas admiráveis na *Revista da Semana*, na *Faceira*, na *Carioca*, foi o redactor artistico da *Faladora*, publicou trabalhos na *Gazeta de Noticias*, fez ilustrações numerosas, tendo sido por algum tempo o

director artistico do *Correio da Manhã*. Por insistência de amigos ia agora concorrer á exposição de Arte Cristã. Fez para isso dois trabalhos notáveis a bico de pena, sendo um *Cristo e Samaritana*. Ainda ultimamente Gaspar Teles fazia a capa do romance a aparecer *Anita e Plomark* de Theo Filho e R. de Bedarjenx. Foi êste o seu último trabalho puramente artístico. Gaspar Teles era um desenhista notável, um artista perfeito. Além de desenhar, Gaspar fazia aguarelas como os maiores dos nossos artistas no género.»

34) Maria Olívia de Lacerda (§ 4.º, n.º 13) ◇ José Joaquim de Azevedo, seu marido, era formado em filosofia pela universidade de Coimbra, sendo durante muitos anos professor de história natural no liceu da Horta.

35) Catarina da Conceição (§ 5.º, n.º 4) ◇ Foi freira no mosteiro de São João, fazendo-lhe seus pais dote para profissão, por escritura de 30 de abril de 1602. Tinha ela então 14 anos de idade, conforme está declarado na mesma escritura. [1]

36) Maria da Apresentação (§ 5.º, n.º 5) ◇ Fizeram-lhe os pais dote de profissão no convento de São João, por escritura de 14 de julho de 1643. [2]

37) António Silveira Armão (§ 5.º, n.º 6) ◇ Foi nomeado para o logar de juiz dos órfãos da ilha do Faial, por provisão de 19 de dezembro de 1665, passada pelo corregedor dos Açores, desembargador Domingos Pereira da Silva. Êsse cargo tinha pertencido ao marido da primeira consorte, Jorge da Silveira Guiarte.

38) Gregório d'Utra Pereira (§ 5.º, n.º 6) ◇ Era clérigo do hábito de São Pedro, e formado em cânones pela universidade de Coimbra. Faleceu em Lisboa no ano de 1751.

---

[1] *Tombo conv. S. João*, liv. IV (Arq. rep. dist. fin., Horta)
[2] Ib.

39) Jorge de St.ª Tereza ◆ (§ 5.º, n.º 6) ◇ Religioso professo no convento do Carmo, ilha do Faial, onde lecionou aulas de filosofia e de teologia. Foi lente jubilado da Sagrada Teologia e mestre de número da sua religião. Exerceu tambem os cargos de prior, visitador e comissário provincial. Teve provisão de qualificador do Santo Oficio em data de 29 de novembro de 1729.

Frei Bartolomeu do Pilar, depois bispo do Grão Pará, Brazil, foi contemporâneo de Frei Jorge de Santa Tereza, no referido convento do Carmo. [1]

40) Josefa Antónia de Jesus (§ 5.º, n.º 6) ◇ Religiosa no convento da Glória, sendo dotada na profissão pelos pais por escritura de 11 de dezembro de 1696. [2]

41) Matias d'Utra da Silveira (§ 5.º, n.º 6) ◇ Escudeiro fidalgo da casa rial por alvará de 22 de abril de 1719. A primeira consorte era viuva em segundas núpcias de Francisco Jorge Correia, e em primeiras núpcias de Francisco Viegas da Fonseca, de quem teve duas filhas, Madalena de São Boaventura e Mariana de São Francisco, que foram freiras professas no convento da Glória, dotadas por escritura de 5 de janeiro de 1686. A segunda consorte deixou em testamento ao filho Francisco, um moio de trigo anualmente, e às suas três filhas, religiosas no aludido mosteiro da Glória, 20$000 reis em dinheiro.

Diz Garcia do Rozário, [3] que pela meia noite de 10 de agosto de 1730 se incendiou a casa do capitão Matias d'Utra da Silveira, na Horta, ficando totalmente destruida com tudo o que tinha dentro, todos os papeis e móveis. Encontrava-se êle na ilha do Pico, a cuidar das suas colheitas.

42) Tereza Clara Del Rio (§ 5.º, n.º 7) ◇ Faleceu recolhida no convento da Glória, em hábito de secular. Seu sobrinho, Inácio Xavier Brum da Silveira, ao

---

[1] Ferreira Serpa, *O Instituto*, vol. 62.º, 301 e 305 (Algumas habilitações, etc.)
[2] Arq. da Rep. dist. de Finanças da Horta (maço de escrituras)
[3] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 59 v.

fazer-se frade (V. nota seguinte, n.º 46) doou-lhe alguns vínculos de que era senhor, os quais ela logo em seguida por escritura de 3 de fevereiro de 1778 trespassou a sua sobrinha Tereza Clara Margarida Berquó da Silveira e Utra, filha de seu irmão Francisco, e residente em Lisboa. [1] Em 15 de outubro de 1798 foi sentenceada pela ouvidoria eclesiástica da Horta uma justificação desta sua sobrinha, habilitando-se como herdeira aos bens que ficaram «por falecimento de sua tia Tereza Del Rio, recolhida no convento da Gloria.» [2]

43) Francisco António da Silveira ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 5.º, n.º 7)

◇ Formou-se em direito e foi desembargador da Casa da Suplicação. Matrimoneou-se em Lisboa donde era natural a consorte.

44) Josefa Joaquina Velasco e Silveira ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 5.º, n.º 8)

◇ A respeito dela escreveu Garcia do Rozário: [3] «Com esta D. Josefa estava ajustado para casar seu primo Inácio Xavier Brum da Silveira Côrte Real... cujo casamento se desconcertou, porque o tal Inácio Xavier se resolveu ser religioso, entrando e professando na ordem da Santissima Trindade, em Lisboa: mas antes do acto religioso da profissão fez uma escritura nas notas do tabelião Joaquim José de Brito, da dita cidade, [em 7 de dezembro de 1777, sendo partes presentes, a dita D. Ana Maria (já então viuva) com as referidas suas filhas, em que declarou ficar nula e de nenhum vigor, a promessa e escritura que havia feito de casamento, em conseqüência da deliberação que tomara de entrar naquela ordem, abraçando o estado religioso. Para essa escritura nomeou ele nos vínculos que lhe passaram à morte de seu irmão, o sargento-mor José de Brum, aquela prima D. Tereza, por ser a mais velha filha do dito seu tio, o qual sucederia na casa quando vivo fosse; e por isso ela devia suceder pelo direito de representação, com todas as cláusulas e condições das respectivas instituições. Pela mesma escritura lhe doou todos os bens, direitos, e acções, que lhe pertenciam, para ela doada e sua descendência legitima, a quem devia passar os bens, seguindo a ordem da sucessão. Declarou mais, que falecendo a dita sua prima, D. Tereza,

---

[1] Cartório do 4.º oficio, Horta
[2] Arq. Ouv. Ecl., Horta
[3] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 148 v.

sem descendência, passariam os bens a sua irmã D. Maria Joaquina e sua descendência: e se ela falecesse sem descendentes, passaria à outra irmã, D. Josefa e sua descendência.»

45) Jorge Brum da Silveira (§ 5.º, n.º 8) ◇ O seu falecimento deu-se em circunstâncias impressionantes, algum tanto dramáticas, as quais, salientadas pela elevada posição social e estima pública de que êle gosava, muito se gravaram na memória dos faialenses.

Provàvelmente, durante uma qualquer viagem a Lisboa, enamorou-se da prima Ana de Molina, ajustando com ela casamento, não sei se antes, se depois de regressar ao Faial. Parece ter sido um concêrto de mútuo amor, a avaliar pela enternecida verba do testamento a ela referente, e pelas prendas e oferecimentos que lhe fez. O casamento foi realisado por procuração, achando-se ela ainda junto de seus pais, em Lisboa; mas — lúgubre designio do destino! — antes que a noiva chegasse ao Faial, Jorge de Brum caiu de cama, atacado de repentina e grave moléstia, que o vitimou ao cabo de poucos dias. Trágico anlace, ou, antes, desenlace. A infeliz senhora, seguramente com o coração adejante de esperanças, a contar como séculos as horas da interminável, fastidiosa viagem, desenhando na imaginação mil projectos dêsse futuro claro como um arrebol, chegou à Horta — chegou emfim à terra tão desejada, aonde a levava seu pensamento, para afinal receber, não o véu casto de núpcias, perfumado e risonho, mas os negros crepes da viuvez!... [1]

No testamento que fez Jorge de Brum antes de morrer, nomeou o irmão Inácio Xavier seu herdeiro, e pediu que êste dêsse por bem empregado tudo o que êle testador tinha mandado à noiva, assim de dinheiro, como de prendas. À irmã (não diz qual, provàvelmente por já existir sómente uma) religiosa no convento de São João, deixou 48000 reis em cada ano, de quinze em quinze dias um cruzado, e em cada semana alqueire e meio de trigo. Deixou mais um moio de trigo anualmente para ser entregue por mão do padre vigário à pessoa constante duma relação em poder do mesmo reverendo. E ficamos nós a pensar quem seria essa criatura, cujo nome era preciso ocultar num mistério de con-

---

[1] Rozario, *Memoria genealogica*, ms., 12 v.; Macedo, *Historia das quatro ilhas*, I, 260.

fissão, como se houvesse em sua volta alguma sombra de delito. Alguma amante? Algum parentesco que não convinha revelar?... Declarou ainda que prometera fazer uma ermida com invocação de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos junto às suas casas em que morava, rogando ao seu herdeiro, que cuidasse muito em satisfazer esta promessa. Etc. Isso cuidou êle! Não consta que chegasse a ter sido assente pedra para a ermida.

Todas estas informações testamentarias encontram-se expressas no seu termo de óbito, donde as extrai.

46) Ana, Maria das Mercês (§ 5.º, n.º 8) ◇ A primeira por escritura de 7 de dezembro de 1750, e a segunda por escritura de 10 de fevereiro de 1754, fizeram a seu pai doação de todos os bens que por qualquer forma lhes viessem a pertencer. [1]

47) Francisca Mariana da Silveira de Lacerda ◆ ◆ (§ 6.º, n.º 10) ◇ Diz Garcia do Rozário: «O grande lapso de tempo que se manifesta desde a data do casamento até à do nascimento do primeiro filho consta provir de ter D. Francisca a edade incompleta de 12 anos (aliás 13 — Garcia do Rozário enganou-se, por ignorar a data do nascimento) quando casou, e de se haver o marido, logo que casou, ausentado para o Brazil, onde se demorou muitos anos, e depois de regressar é que então se uniu com a consorte.» [2]

48) Margarida da Silveira Pereira ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 8.º, n.º 4) ◇ O marido, António Pereira Carauta, foi juiz ordinário na Horta em 1624. Era filho de Gonçalo Velho de Medeiros e de Bárbara Dias Pereira, da freguesia dos Cedros.

É dêste ramo dos Pereiras que procedem, como se vai ver, todos os Lacerdas da ilha de São Jorge, que depois irradiaram tambem para a ilha do Pico.

[1] Rozario, *Memoria genealogica*, ms., 13
[2] Ib., 240

49) Diogo Pereira de Lacerda (§ 8.º, n.º 5)

◇ Como o irmão Gonçalo, foi um destemido militar, cuja morte, pelo seu excessional remate de tragédia, lhe notabilisou o nome a traços gloriosos para a posteridade. Foi uma dessas mortes verdadeiramente cavalheirescas que redimem, como que santificam toda a vida duma criatura.

Un belo morir tutta la vita honora.

A êste episódio dramático aludem os autos de justificação, que requereu André Francisco de Labat (V. *Labats*, § 1.º, n.º 4) em 1760. Extraindo deles as linhas gerais, vamos a ver se consigo aguarelar, embora desmaiadamente, mais esta página nobilitante da nossa terra.

Diogo Pereira saiu do Faial com o irmão e outros patrícios, a auxiliar os terceirenses na expulsão dos espanhois, não só de toda a ilha, mas especialmente do castelo de São João Batista, do qual ainda eram senhores, em número para cima de quinhentos homens, gente adestrada e bem armada.

Restabelecida a liberdade e a paz na ilha Terceira, Diogo Pereira, juntamente com muitos outros açoreanos, acudiu em seguida ao chamamento do país, que lutava a todo o trance, num arranco de temeridade, pela consolidação da sua independência. Lá andou algum tempo, sempre valoroso, nessa demorada e árdua campanha.

Por fim encarregou-o o govêrno duma comissão ao Brazil. Embarcou a bordo da nau *Rozario*, navio de segurança, razoàvelmente guarnecido, mas de modesto lote. Navegaram dias e dias, sempre a bom pano, em mar desempedido.

Certa manhã, quási no termo da viagem, já de proa feita à Baía, surgiu no horisonte, e cresceu a pouco e pouco, caminhando para êles, todo cufunado, um navio de alto bôrdo. Não lhe divisaram bandeira. Desconfiados, torceram um tudo nada o rumo; — logo o outro mudou tambem a linha, mostrando bem o intento de alcançá-los. Era um navio suspeito. Era um corsário holandês, reconheceram por fim.

Então tudo se aprestou. Vieram pólvora e balas para o tombadilho; afinaram-se as pederneiras dos mosquetes; provou-se o gume às espadas e aos machados de abordagem.

No entretanto a *Rozario* corria em pôpa, de fugida. O outro, porém, mais veloz, de maior bôjo, ganhava-lhe caminho, a pouco e pouco. E quanto mais fugiam, mais êle se aproximava!

Era já curta a distância.

Nisto viram sair-lhe de bombordo um novelo de fumo: — e logo uma bala veio roçar pelo velume da *Rozario*. Não havia meio de escapar. Tornava-se forçoso oferecer combate, pois que a isso — inimigos encarniçados dos portugueses, no mar — vinham êles. Viraram de bôrdo, e, sem mêdo, arrogantemente, flanco a descoberto, dispararam as suas peças.

Travou-se dura peleja. A artilharia troava sem descanço, de lado a lado, batendo certeira nos alvos. Uma vez por outra o inimigo rompia a fundo, rápido, de fito feito para a abordagem; mas a *Rozario*, vigilante, guinava sempre hábil, esquivando-se à arremetida. Todavia a luta era desigual: o outro, mais poderoso e experimentado, maior, com melhor artilharia, tarde ou cedo, acabaria fatalmente por vencê-los. De resto, a *Rozario* estava já meio desmantelada: pouco mais poderia resistir. O mastro da mezena tombara pela borda fora, só tendo para manobrar, ainda intactas, as bujarronas e gáveas de avante.

Então Diogo Pereira e os companheiros, numa alucinação de heroismo — de orgulho, de sublime escárneo — resolveram, numa jura perante Deus, antes morrer do que aviltar a bandeira das quinas, deixando-se aprisionar por aqueles bandidos. Diogo Pereira talhara o plano. Desceu ao paiol, destampou as barricas, e na melhor delas colocou um rastilho, a que largou lume sem demora, sem vacilar. Subiu à coberta, impávido e iluminado por essa serenidade divina dos irrevogáveis e augustos momentos. Já se não pensava em combater. Ao abrigo das amuradas, de joelhos, as mãos postas, erguiam para a luz do ceu, longamente, o olhar anceiado...

O inimigo, que percebera a inação, corria mais confiante: aproximava-se tambem de canhões emudecidos, para empolgar a presa — quando súbitamente, sem tal prever, rebentou no meio do mar um vulcão pavoroso, com infernais estampidos, entenebrecendo o espaço! A nau *Rozario* voara em astilhas, cuspidas num misto de carvão e fogo, e que ficaram coalhando a água, ao redor.

Seguiu-se o pasmo, a solidão...

Diogo Pereira de Lacerda, como a nau, e com a nau desapareceu.

50) Maria das Chagas ◆
(§ 8.°, n.° 5)

◇ Freira professa no convento de São João. Foi dotada pelo pai por escritura de 1 de abril de 1632. [1]

51) Gonçalo Pereira de Lacerda ◆ ◆ ◆ ◆ ◆
§ 8.°, n.° 5)

◇ Mais um valoroso e notabilissimo militar, que se ilustrou de numerosos feitos, honrando o humilde nome da terra faialense. Arrastado pelo amor

---

1 *Tomb. conv. S. João*, liv IV

pátrio, lá partiu com outros conterrâneos a socorrer seus irmãos terceirenses na expulsão dos espanhois, embarcando-se em seguida para Lisboa com a determinação de dar o seu sangue a trôco da independência nacional.

É circunstância singular, digna de registo, a feição guerreira que muito sobresaiu em vários membros desta família. O leitor já reparou?

O seguinte documento, extraído dos autos da justificação requerida por André Francisco Labat, a que já me referi, mostra bem que têmpera de homem foi Gonçalo Pereira. Transcrevo-o na integra pelo seu valor histórico e honroso, e porque, por si só, resume toda a epopeia, que a minha pena mal saberia contar.

«El-Rei, nosso senhor, tendo respeito ao zelo e deligencia com que Gonçalo Pereira de Lacerda, filho de Antonio Pereira acudiu por espaço de 15 annos, nas occasiões de rebates que se offereceram em a ilha do Fayal (donde era morador) particularmente no tempo qun o castello de Angra esteve sitiado. E no anno de 642 de embarcar em companhia do general Antonio de Saldanha para esta corte: e passando no de 643 ao Alemtejo começar de servir com dois cavallos á sua custa, n'aquellas fronteiras, e hindo da de Campo Maior nas sahidas que em 10 de maio e 11 de julho do m.^mo^ anno se fizeram por dentro de Castella, pelejar nos recontros que houve com o inimigo como bom soldado. E da mesma maneira proceder em todas as facções, que se obraram na primeira entrada que por suas terras fez o exercito, e em tudo o mais que o governador das armas executou em differentes praças da Andaluzia, e nas investidas e assaltos de 27 de abril, 12 e 18 de maio do anno passado de 644, obrou com igual valor, ajudando a matar, ferir e render muita gente e ganhar algumas prezas aos Castelhanos. E da batalha que com elles houve no campo de Montijo, tendo feito sua obrigação, depois de lhe matarem o cavallo, e o deixarem a elle tambem por morto de dezesseis feridas que recebeu no rosto e mais partes do corpo aleijado de um dedo, e com lesão na mão esquerda. E em consideração do mais que por sua parte me representou, Ilei por bem de lhe fazer mercê da promessa de 30$000 reis de pensão em uma das comendas que se houveram de pensionar da ordem de Ghisto para os ter com o hábito de ella que lhe tem mandado lançar. Em Lisboa, a 20 de abril de 645. M.^or^ de Faria Severim. — Reg.^a^ a f. 248 — Manuel Affonso Barreiros.»

A consorte, Izabel de Azevedo, era natural das Velas, São Jorge, filha de Jorge de Oliveira Amarante e de sua mulher Iria Vieira de Azevedo, neta paterna de Gonçalo de Amarante, o Velho, e de sua mulher Francisca de Oliveira. Izabel de Azevedo, depois de viuva, instituiu por escritura de 12 de julho de 1684 a ermida de Nossa Senhora da Penha

de França, nos Casteletes (Urzelina, São Jorge) doando-lhe duas pipas de vinho, pagas anualmente.

É dêste ramo dos Pereiras que descendem todos os Pereiras-Lacerdas da ilha de São Jorge.

52) António de Lacerda Pereira ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 8.º, n.º 6)

◇ Exerceu nas Velas o cargo de almoxarife da fazenda rial.

Foi António de Lacerda Pereira o instituidor da capela de Jesus-Maria-José, na igreja do convento do Carmo, do Faial.

Pouco antes de morrer, fez seu testamento nas notas do tabelião Domingos do Amaral, com data de 31 de janeiro de 1730. [1] Declarou ter sido casado duas vezes, a primeira nas Velas, a segunda na Horta, e que a seu filho do primeiro matrimónio, António de Lacerda Pereira, casado em S. Jorge, tinha já entregue toda a meança da sua mãe e avó.

Disse que, concluido o inventário dos bens do casal, e feita que fôsse a sua têrça, quem a possuisse daria um moio de trigo todos os anos a Margarida de Santo António, sua filha natural, casada com José da Rosa, residentes nesta vila, e teria a obrigação de fabricar, ornamentar e paramentar uma capela com invocação de Jesus, Maria, José, na igreja do convento do Carmo. [2]

Foram administradores dessa têrça, primeiro o filho José, depois a irmã Izabel, casada com Diogo de Labat, e, tanto um como o outro — segundo declaração dos frades do Carmo num processo que anos depois promoveram a êste respeito — ocultaram sempre o testamento, com o intuito talvez de se esquivarem ao cumprimento daquela piedosa disposição testamentária.

Naturalmente os frades, por respeito ao seu venerável irmão Fr. João de Lacerda, nunca se atreveram a exigir, de quem competia, a formal execução daquele encargo. Depois dele falecer decidiram-se, e o prior da ordem procurou o sobrinho, André de Labat, neto do instituidor, e então administrador da têrça, e expoz-lhe em plena luz toda a responsabilidade da questão, todo o direito que ao mosteiro assistia in

---

[1] Consta do processo a que abaixo me refiro, existente entre os meus papeis.

[2] «Disse elle Testador que quer do rendimento da sua terça se lhe fabrique hua capella igual á que se está fazendo na Igreja nova do Carmo desta villa com Invocação de Jesus Maria José. . . .»

vocar, quem sabe mesmo se lhe lembrou as penas do inferno que estariam, naquele momento e por aquele motivo, lambendo as almas remissas de seus pais e tio. André de Labat não opoz relutância alguma; aceitou o sagrado dever, pedindo ao prior seu tio a bondade de olhar pela construção da capela e seu ornamento, que depois satisfaria quanto nisso dispendessem. Até deu três castanheiros para se porem em madeira destinada a êsse fim.

Pouco mais dum ano depois dele falecer, concluída a obra, os frades apresentaram ao filho, dr. António de Labat, a conta da despesa, que somava 456$630 reis (material, mão de obra e pintura, 180$000 reis, as imagens de Jesus, Maria, José, São Joaquim e Santa Ana reis 230$750, outras despesas 45$880 reis). O doutor enfureceu-se que não tinha encomendado o sermão, fôssem bater a outra porta. Recusou terminantemente pagar.

Então os frades embaraçados e compungidos, mas firmes no seu propósito, requereram uma acção civel, que foi de pronto julgada a seu favor por sentença de 4 de janeiro de 1794. Não sofreu o doutor António de Labat o desaire dum arresto, porque logo se humanisou, compondo-se sem mais contradita com os humildes, porêm sagazes monges, no ajuste de contas. [1]

53) João de Lacerda Forjaz (§ 8.º, n.º 7) ◇ Formado em teologia pela universidade de Coimbra. Ainda andava tirando o curso à data do falecimento do pai, conforme referência dêste no seu testamento. Foi frade professo no convento do Carmo (Faial) onde era padre mestre, gosando de grande estima, não só a dentro da Ordem, como tambem de todos os seus conterrâneos.

---

[1] «Por via do Libello civel diz como A. em juizo o Rd.º P.e Pregador, e Prezentado, e Prior actual no Conv.º de N. S. do Carmo Fr. Stanislau do Sacram.º contra o R. Dr. Ant.º Labbate Lacerda e Marramaque na forma milhor de Dr.º

«P.e ser o R. actual administrador da terça de seu segundo avô o Capp.m Antonio de Lacerda Per.a, e como tal se acha no uzofructo dos seus rendim.os pello falecim.º de seo Pay Andre de Labate.

«P.e que falecendo aquelle segundo avô do R. debacho da desposiçam do testam.º que se junta na verba 12 determina que do rendim.º da sua terça se lhe fabrique huma Capella igual ás q. de prez.e se estavam fazendo na nova Igr.a do Carmo da Invocação de Jesus, Maria Joné, e q. depois de ornada e aparamentada lhe deichava de fabrica mil e duzentos.

«P. que achando-se a d.a Capella sem retabullo faltara o Rd.º A. ao Pay do R.

54) António de Lacerda Pereira ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 8.º, n.º 7)

◇ A consorte era natural da vila das Velas, São Jorge, como fôra sua mãe. Por êste facto, e por já possuir ali alguma fazenda, fixou sua residência na dita vila, constituindo assim o tronco dos Pereiras-Lacerdas naquela ilha.

55) Maria Custódia Forjaz de Lacerda ◆ ◆ ◆ (§ 8.º, n.º 9)

◇ O marido era natural da frèguesia das Ribeiras, da ilha do Pico, sendo por esta via que apareceram os Pereiras-Lacerdas procedentes de São Jorge.

56) João Soares de Lacerda (§ 8.º, n.º 11)

◇ Formado em medicina pela universidade de Coimbra. Espírito extremamente investigador, de vastos conhecimentos scientificos, pelos seus constantes estudos, o seu nome tomou uma notoriedade pouco vulgar, que ainda hoje subsiste, e creio que subsistirá entre as gerações vindouras.

57) Maria Soares Melo de Lacerda ◆ ◆ ◆ ◆ § 8.º, n.º 12)

◇ Manuel Zerbone, seu primeiro marido, foi uma individualidade de destaque na cidade da Horta, pela sua fortuna, aprimorada educação, sobretudo pela sua ilustração e fino espírito, deixando na literatura local, esparsas pelas folhas periódicas, páginas de bastante valor artístico.

58) João Caetano de Sousa e Lacerda ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 8.º, n.º 11)

◇ Um hábil investigador de alguns obscuros pontos da crónica açoreana, aliando à sua paciência um senso analítico e crítico pouco vulgares. Sôbre a nobiliarquia e história da ilha de São Jorge trouxe a lume preciosíssimos elementos, que muitas dúvidas vieram esclarecer. Foi, neste género, um

---

para o mandar fazer, e asintendo este na sua factura dera trez castanheiros p.ª se porem em madeira, dizendo ao Rd.º A. que concoresse com as despezas q.e depois de feito se pagaria.

«P. que entrando o Rd.º A. na factura do d.º retabullo daquella Capella, e Imagens, tem dispendido como fez certo da conta incluza coatrocentos cincoenta, e seis mil seiscentos e trinta nos quais deve o R. ser condenado e nas custas a q.e da cauza q.e por tal o obriga pella prez.e acção. — H. S. P. — P. R. e E. de Justissa.»

repositório de quem muito se aheiravam os estudiosos. Deixou publicado um trabalho, que nós outros, rabujentos espanejadores de velharias muito apreciamos de ter em nossas estantes, intitulado *Os meus antepassados*.

59) José Caetano de Lacerda (§ 8.°, n.° 12) ◇ Formado em medicina pela escola médico-cirúrgica de Lisboa, onde, em pouco tempo se notabilisou pela sua sciência, pelo seu estudo, pelas suas lúcidas asserções sôbre patologia nervosa, de que teve um consultório dedicado a esta especialidade clínica. Era um espírito superior, vibrátil. A par do vasto cabedal scientífico, possuia uma estranha organisação de artista, uma alma de poeta, veemente e sonhadora. Aquele seu poemeto *O pantano* é um livro acima do banal, que nos impressiona, que não esquece.

60) Francisco de Lacerda (§ 8.°, n.° 12) ◇ Uma outra original, perfeita e rara organisação de artista, toda consagrada à divina arte de Beethoven. Tirou seu curso, com notável distinção, no conservatório de Lisboa, aperfeiçoando-se depois muito durante o longo tempo que residiu em Paris. É um pianista eximio e vibrátil, que sabe, como poucos, modelar, aquecer, na visionação da sua personalidade, toda a extensão múltipla da sua técnica — diz quem já o tem ouvido, não eu, que nunca logrei semelhante dita. Pena é que, nos últimos tempos, se jurasse, num porquê inexplicável, abdicar formalmente dessa tão bela prerogativa do sentimento!

61) Maria de Mesquita de Lacerda ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 8.°, n.° 13) ◇ Formada em medicina pela escola médico-cirúrgica de Lisboa, onde ficou exercendo clínica.

62) José Jerónimo Cabral de Lacerda ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 8.°, n.° 12) ◇ Cursou a escola de belas-artes, em Lisboa, sendo os trabalhos de escultura aqueles que a sua organisação de artista melhor perfilhava. Como pensionista do estado esteve em Paris completando o aperfeiçoamento da sua arte; quando regressou, senhor de mais conhecimentos, fàcilmente foi nomeado professor da aludida escola de belas-artes, na lecionação de gravura a talhe doce.

63) Bárbara Dias (§ 9.°, n.° 1) ◇ Tinha sua residência na frèguesia dos Cedros, ilha do Faial. Quanto ao marido, presumo que fôsse natural da ilha Terceira.

64) Bárbara, Ana da Conceição, Maria de Belem, etc. (§ 9.°, n.° 4)

◇ Brizida do Bom Despacho e Maria de Belem tiveram dote de profissão no convento da Glória, feito pelo pai, por escritura de 24 de janeiro de 1696. [1]

65) Maria Pereira Machado (§ 9.°, n.° 3)

◇ O marido era filho do capitão-mor da vila da Madalena, ilha do Pico, João Pereira Cardoso e de sua mulher Izabel Garcia. Foi juiz dos órfãos em 1691. Já tinha sido tambem juiz ordinário.

66) Francisco Pereira Cardoso (§ 9.°, n.° 4)

◇ Foi sargento-mor, e teve, por carta de 26 de março de 1726, a mercê do hábito de Cristo, com a tença de 12$000 reis, em atenção aos seus próprios serviços e aos prestados por seu pai. Professou na mesma ordem em 1726. Foi familiar do Santo Officio por carta de 23 de junho de 1716. [2]

67) Luiza Constância ◆ (§ 9.°, n.° 6)

◇ Luiza Constância foi dotada para a profissão pelo padre Manuel Paim de Frias (V. *Brums*, § 1.°, n.° 8) de quem era afilhada, por escritura de 18 de janeiro de 1755.

68) Izabel Pereira ◆ ◆ ◆ (§ 10.°, n.° 1)

◇ Tinha a residência na frèguesia dos Cedros; era gente abastada, e pelos indícios que possuo ainda mui próximos parentes dos principais ramos dos Pereiras.

69) Izabel da Trindade ◆ (§ 10.°, n.° 4)

◇ Freira professa no convento de São João, tendo-lhe feito dote o pai e a madrasta por escritura de 8 de junho de 1650. [3]

---

[1] Arq. da Rep. dist. do Finanças da Horta (maço de escrituras)
[2] Ferreira Serpa, *O Instituto*, vol. 62.°, n.° 3 (Algumas habilitações, etc.)
[3] *Tomb. conv. S. João*, liv. XII, fl.° 21

70) Maria Gularte ◈ ◈ ◈ (§ 10.°, n.° 3) ◇ Professou no convento de São João, fazendo-lhe o respectivo dote a mãe, já viuva, por escritura de 31 de dezembro de 1623. [1]

71) Mor de São Boaventura (§ 10.°, n.° 4) ◇ Religiosa no mosteiro de São João, tendo escritura de dote feita pelo pai, na profissão, em 27 de abril de 1634. [2]

72) Maria de Lacerda da Silveira ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 10.°, n.° 4) ◇ Os pais dotaram-a em 3.000 cruzados quando do casamento com o seu primeiro marido. Numa escritura de abonação do dote de profissão à irmã, que fez com seu segundo marido, em 24 de abril de 1634, se declara ser ela menor de vinte e cinco anos. [3]

73) Baltazar Luis de Vargas (§ 10.°, n.° 4) ◇ Foi dotado no seu consórcio pelos pais por escritura de 25 de outubro de 1627, com terras e um aposento de casas na freguesia então Ribeira dos Flamengos. [4]

74) Roque Dias Alvernaz ◈ (§ 10.°, n.° 5) ◇ A segunda consorte, Ágada da Terra, fôra casada em primeiras núpcias com Francisco Pacheco. Dêste primeiro marido teve Simão Pacheco, clérigo, e Pascoal Pacheco casado com Izabel Dutra, que, enviuvando, foi religiosa no convento de S. João, sob o nome de Izabel da Piedade. Pascoal Pacheco e Izabel Dutra tiveram duas filhas freiras no mesmo convento, de nome Engrácia de St.ª António e Maria Pacheco, as quaes tiveram escritura de rectificação de dote, feita pela avó Ágada da Terra, em 1 de outubro de 1677. [5]

Parte destes esclarecimentos estão num escrito que encontrei por acaso entre as folhas duns livros de escrituras do convento de São João, devido à pena de sóror Margarida de Cortona Graham, filha do cônsul

---

[1] *Tomb. conv. S. João*, liv. XII, fl.ª 21
[2] Idem, liv. IV
[3] Idem, id., fl.ª 409
[4] *Tomb. conv. Glória*, liv. XIX
[5] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV

inglês Alexandre Graham, e que Ernesto Rebelo celebrisou numa das suas interessantes páginas das *Notas açoreanas*. É um papel que guardo, não tanto pelo apontado, mas principalmente pela lindíssima caligrafia, um cursivo o mais perfeito, que raro terá modelo de traslado a igualá-lo.

75) António M. de Lacerda Marramaque ◆ ◆ ◆ (§ 10.°, n.° 9) <> Bacharel formado em direito, e tenente-coronel de milícias. Exerceu o cargo de sub-perfeito da Horta (1832-36) sendo depois, por virtude da divisão administrativa dos Açores, nomeado governador civil por decreto de 28 de março de 1836. Foi agraciado com a carta de conselheiro e com a comenda da ordem de Cristo.

76) António da Silveira Pereira Garauta ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 11.°, n.° 1) <> Que relação ou parentesco tem êste António Pereira Garauta com o seu homónimo, marido de Margarida da Silveira Pereira, referido no n.° 4, do § 8.°? A semelhança de nomes indica proximidades de origem; mas definí-las? Eis o que de modo algum consegui, e deixo consignado à perícia de outros mais felizes do que eu.

77) Gaspar da Silveira Vilalobos (§ 11.°, n.° 3) <> Foi o continuador da linha vincular dos Ataídes; procure-se, pois, nesse título a sua descendência.

78) Bonifácio Pereira Sarmento (§ 12.°, n.° 1) <> Pertencia à frèguesia da Conceição, segundo o termo de casamento ao filho Manuel, na frèguesia da Feteira, e presumo que morador no logar do Farrobo.

TITULO XXIV

PÓRRAS

Tiveram principio em **Tomás de Pórras Pereira**, que aparece no Faial em começos do século XVI, desconhecendo-se porém a sua procedência, bem como a sua filiação.

§ 1.º

1 **Tomás de Pórras Pereira, o Velho** — casado com Izabel d'Utra (V. **Utras**, § 2.º, n.º 3) — (**1**)

Tiveram:

2 Aires de Pórras, que segue
2 Joana de Pórras
2 Maria de Pórras, casada com Jorge da Terra da Silveira, o Moço (V. **Terras**, § 1.º, n.º 2)

2 **Aires de Pórras** — casou com Izabel Dias, filha de Garcia Gonçalves Madruga, primeiro capitão-mor das Lages do Pico. — (**2**)

Tiveram:

3 Rosa Pereira Garcia, que segue
3 Tomás de Pórras — (**33**)

3 **Rosa Pereira Garcia** — casada com Jorge Gularte, filho de António Anes, homem principal da ilha e de sua mulher Bárbara de Vargas. Tiveram:

4 Tomás de Pórras Pereira, que segue
4 Francisco de Pórras, clérigo
4 Barbara de Vargas, casada com Francisco de Betencurt Correia Ávila, natural da ilha Terceira — (**4**)
4 António Gularte, casado com Catarina Silveira, de quem teve:

5 António Gularte

4 **Tomás de Pórras Pereira** — m. 28-5-1629, casou com Aldonsa Martins (V. **Silveiras**, § 2.°, n.° 4) — (**5**)
Tiveram:

5 Jorge Gularte Pimentel, que segue
5 Inês Silveira
5 Maria Gularte
5 Tomás de Pórras Pereira, m. 22-6-1659, casou com Maxência de Lucena, natural do Rio de Janeiro, m. 15-12-1658 — (**6**)

5 **Jorge Gularte Pimentel** — m. 9-8-1678, casou com Maria Montojo, m. 11-11-1661 (V. **Terras**, § 1.°, n.° 4) — (**7**)
Tiveram:

6 Maria Montojo, que segue
6 Maria da Guia, freira no convento de São João

Fora do matrimónio houve:

6 José Pereira do Amaral, clérigo, m. 2-1-1696 — (**8**)
6 Catarina da Ressurreição
6 Joana da Trindade } religiosas no mosteiro de S. João — (**9**)

6 **Maria Montojo** — b. 7-1-1657, m. 17-12-1708, 1.° c. 1-7-1674 com Jerónimo Brum da Silveira (V. **Bruns**, § 1.°, n.° 6) 2.° casou com o desembargador João Sovral Barbuda. — (**10**)

NOTAS

1) Tomás de Pórras Pereira, o Velho ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 1) ◇ Conforme disse, ignora-se a sua procedência e ascendência, parecendo, porêm, ser pessoa de destaque. Beatriz de Macedo, a viuva de Jorge d'Utra, primeiro donatário do Faial, menciona em seu testamento um Tomás de Pórras, que não sei bem se será êste. Presumo que sim. Frei Diogo das Chagas assim julga tambem. Deve ser dele com certeza que descende esta família.

E qual o apelido paterno? Será realmente Pórras ou Pereira? Segundo o uso actual, parece que devia ser Pereira; mas como outrora era muito freqüente não olhar a semelhante regra de terminar sempre o nome pelo apelido do pai, preferindo muitas vezes o apelido materno, fico em dúvida se na verdade o pai deste Tomás de Pórras procederia da família dos Pereiras, e casado com mulher chamada Pórras, ou se a mãe é que fôsse Pereira, e êle tivesse adoptado, por mais distinto, o seu apelido.

Em todo o caso êsse é que prevaleceu, assinalando esta família.

2) Aires de Pórras ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 2) ◇ Acérrimo partidário de D. Antonio, Prior do Crato, e nomeado pelo capitão-mor e corregedor de Angra, Ciprião de Figueredo, capitão duma companhia de infantaria, foi preso, enviado para Angra, e, após a entrada dos espanhois, públicamente justiçado, como um dos principais sediciosos, com morte de fôrca.

A consorte era filha de Garcia Gonçalves Madruga, primeiro capitão-mor das Lages do Pico, acêrca do qual conta Gaspar Frutuoso [1] que, achando-se devedor de grande quantia à fazenda rial, construiu à sua custa um galeão, baptizando-o de nome *Galeão Trindade*, e oferecendo-o a el-rei, que se deu com a dádiva por pago e satisfeito. Foi construido na Prainha do Sul (Pico) e daí a razão explicativa daquele logar ser conhecido tambem por Prainha do Galeão.

3) Tomás de Pórras ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 3) ◇ Igualmente capitão duma companhia na cidade de Angra, onde tinha ficado de guarnição no dia em que os espanhois desembarcaram na Praia da Vitória. Feito prisioneiro, foi depois condenado e justiçado com morte de fôrca.

4) Bárbara de Vargas ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 4) ◇ O marido, natural da ilha Terceira, era irmão do glorioso padre João Batista Machado, da Companhia de Jesus, que morreu martirizado, andando a missionar no Japão.

5) Tomás de Pórras Pereira (§ 1.º, n.º 4) ◇ Foi o edificador (não o filho Jorge, como diz o padre Cordeiro na *Historia insulana*) da ermida de Nossa Senhora da Guia no cimo do monte denominado, por êsse facto, monte da Guia.

Nessas epocas remotas, andava o sentimento religioso sempre ligado a todos os actos da existência humana. Tomás de Pórras, dedicado ao bom nome da sua terra, e movido de caridade por aqueles que andavam na vastidão dos mares arriscando a vida, em lutas de cada hora, ergueu aquele piedoso sinal, a branquejar lá no alto, como vigilante sorriso do ceu, levando aos nautas, distantes ainda, a certeza duma acolhida próxima e carinhosa.

Cêrca dum século depois, essa ermida, por estar já bastante arruinada, e tambem por ser muito pequena, foi de todo reedificada à custa de esmolas, que o zêlo religioso de alguns frades franciscanos fàcilmente colheu. Um dos mais devotados a êste empreendimento foi o padre Fr. António de Jesus Maria, que dirigiu todos os trabalhos de construção e fez à sua custa o douramento da ermida. No dia 12 de maio de 1714 foi a imagem de Nossa Senhora da Guia levada em procissão para a sua

[1] *Saudades da Terra*, liv. VI, cap. XI.

nova ermida, com acompanhamento de todas as comunidades religiosas, colégio da Matriz, câmara municipal, e autoridades civis e militares. Benzeu a ermida o reverendo ouvidor Gaspar Pereira de Lacerda, que em seguida capitulou vésperas cantadas a órgão. No dia imediato houve missa cantada e sermão proferido por um religioso franciscano. [1]

6) Tomás de Pórras Pereira (§ 1.º, n.º 5) ◇ Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e sétimo capitão-mor do Faial, por provisão de 4 de janeiro de 1640. [2]

Poucos mêses depois de enviuvar, preparava-se Tomás de Pórras Pereira para contrair segundas núpcias com uma sobrinha, D. Branca, filha do capitão-mor da Terceira, Vital de Betencurt, quando o acometeu súbita e irremediável moléstia, que o levou desta para melhor, em pouco tempo. Legou metade dos seus bens a esta sobrinha, e a outra metade à sobrinha Maria Montojo, filha de seu irmão Jorge Gularte. Aquela D. Branca veio por fim a casar com o fidalgo Agostinho Borges de Sousa, de cujo consórcio nasceu António Zimbron da ilha de S. Miguel. [3]

Foram êste Tomás de Pórras e a consorte quem erigiu, em uma sua quinta, «plantada de arvores e faial» a ermida de São Lourenço (ilha do Faial) a qual dotaram por escritura pública de 11 de maio de 1651, nas notas do tabelião Francisco Homem Cardoso. Á data da escritura já tinham principiado a edificação da ermida, e alcançado a necessária licença do cabido de Angra. Dotaram a ermida com todos os ornamentos, não só indispensáveis para nela se dizer missa aos domingos e dias santos sem nada faltar, mas ainda com mais «abundancia e profusão» de que em qualquer outra; paramentaram-a, e mais a dotaram com vinte alqueires de trigo de fôro perpétuo. [4] A quinta tomou o nome do santo, ficando a chamar-se, como até hoje, quinta de São Lourenço.

Com o decorrer do tempo, a ermida arruinou-se, ficando sem préstimo e ao abandono, até que por fim desabou. O santo foi abrigado sob outro tecto: foi pedir pousada ao visinho Santo Amaro, que lá o teve largos anos junto de si.

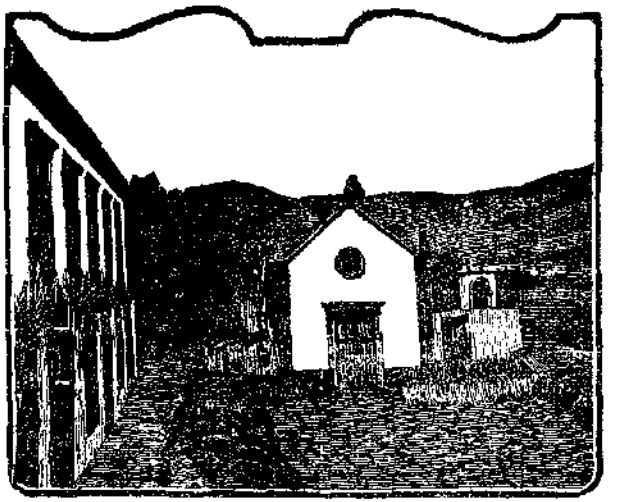
---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. VII, 170
[2] Idem, liv. IV, 85
[3] Cordeiro, *Historia insulana*, liv. V, tit. V
[4] «Aparecerão partes contratantes a saber de hua como dotadores o dito Capitão mor e sua molher masencia de lucenna e de outra como pessoa acitauto o Reverendo padre luiz pereira de lacerda ouvidor.... e logo pelos ditos dotadores foi dito que elles são senhores e verdadeiros possuidores de hua sua quinta plantada

Os descendentes de Tomás de Pórras, que possuiram e administraram a referida quinta, esquecidos da vontade dele instituidor, jamais pensaram de reerguer aquelas quatro paredes para novo agasalho do milagroso São Lourenço.

Teve finalmente essa lembrança, mas já ao terminar do século XVIII, Jerónimo Sebastião Brum da Silveira (V. *Bruns*, § 1.°, n.° 10) sobrinho em quarto grau do instituidor. É verdade que o pai de Jerónimo Sebastião pretendeu tambem efectuar essa reedificação, tendo dado todos os passos legais, e obtido do bispado em 27 de maio de 1784 o definitivo despacho, que, para se tornar executório, só faltava lavrar a escritura de património; mas a escritura nunca se lirmou, continuando a ermida no mesmo pé de ruina.

Impressionado Jerónimo Sebastião por êste relaxamento, e porque se achava já de posse da quinta, a que ligava grande estima, chamou sôbre si o encargo, renovando a petição paterna, que nada tardou em receber o deferimento. Imediatamente, a 17 de fereiro de 1785, se lavrou a escritura de dote. Por ela, Jerónimo Sebastião Brum da Silveira e



Casa e ermida de São Lourenço

---

de arvores e faial sita na freg.ª da Ribeira dos Flamengos dentro na coal buscarão sitio mais acomodado para edificarem hua ermida do martir São Lourenço a coal tem já principiado para se dar fim a seu bom intento e zelo com que alcansarão hua cumissão do muito Reverendo cabido de angra..... diserão os ditos dotadores que de suas proprias e livres vontades davão e dotavão a dita ermida de São Lourenço todos os ornamentos necessarios para nela se dizer missa sem que lhe falte couza algũa mas antes em mais abundancea e perfusão do que em outra igual ermida e paramentada, lhe dotam mais vinte alqueires de trigno de foro prepetuo, etc.» — *Tombo do arquivo paroquial dos Flamengos*

sua mulher, movidos de zelo e devoção pelo mártir São Lourenço, e desejando a sua companhia na mesma quinta aonde costumavam passar alguns meses de cada ano, se obrigaram a reedificar totalmente a ermida até seu perfeito acabamento, a paramentá-la e orná-la com maior prodigalidade do que qualquer outra, e lhe dotarem mais os vinte alqueires de trigo, de fôro perpétuo, com que fôra patrimoniada em seu princípio. Assim teve São Lourenço a sua nova casa, obra feita desta vez com mais apuro, a avaliar pelo que dela ainda resta.

Da antiga ermida já nada existia. O reverendo ouvidor, que foi mandado informar e examinar o local junto às casas de morada do suplicante, nem pedra sôbre pedra, mesmo ao desbarato, nenhuns vestígios, encontrou da primitiva fabrica. O logar estava inteiramente profanado. [1]

---

[1] «... no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos outenta e cinco aos dezasete dias do mez de Fevereiro do ditto anno nesta villa da orta ilha do Fayal nas cazas de morada do capittam mor desta ilha Thomaz Francisco da Sylveira.... apareceram partes contratantes a saber de huma como dotadores o Tenente Jeronymo Sebastiam Brum da Sylveira e sua mulher Dona Jeronyma Pulcheria de Montojo Paym da Camara filho e nora do ditto capittam mor.... e como esta (a ermida) pello decurso do tempo se avia arruinado e totalmente demolido e os sucessores dos ditos instituidores que haviam administrado a ditta quinta esquecidos da vontade dos mesmos deixaram de erigir de novo a mesma ermida como eram obrigados: elles dotadores como imidiatos successores do Morgado que administra o sobredito seo pay e sogro a que pertence a mesma quinta de que já se acham de posse intentavam effectuar a façam da ditta ermida para cujo effeito ... supplicara o sobredito seo Pay e sogro ao Reverendissimo Senhor governador actual do Bispado pella faculdade para a mesma erecçam por cujo despacho fora determinado fizece o mesmo seo Pay e sogro com sua molher may e sogra delles dotadores Dona Rita Eugenia Paym da Camara escritura publica em que se obrigam por sy e seus successores a assistirem com os ornamentos e Patrimonio precizos a mesma Ermida e como houvece relaxaçam em se firmar a ditta escritura elle dotador novamente continuara os mesmos requerimentos.... e sam ao theor seguinte: Diz Thomaz Francisco Brum da Sylveira Porras Taveira capittam mor desta ilha do Fayal que um dos instituidores do morgado que administra edificou uma ermida de Sam Lourenço na qual instituiu o legado de huma missa nos Domingos e dias santos cuja era erecta em huma quinta que da mesma ermida tomou o nome citta no lógar que chamam Ribeira dos Flamengos a qual pello decurso do tempo se arruinou e inteiramente demolio para cumprimento do legado collocaram os antecessores do supplicante o sancto na ermida de Santo Amaro porem o supplicante em conformidade daquella instituiçam pretende de novo edificar a ermida no mesmo sitio.... Deverendo Doutor ouvidor averigue o lugar destinado para a ermida e nos informe em carta serrada, cabido de Angra quatro de Fevereiro de mil setecentos outenta e quatro, o Deam Castro, o Arcediago Sylva. Illustrissimo e Reverendissimo Senhor, Em observancia do despacho de vossa senhoria profenido na petiçam retro fuy pessoalmente examinar o citio da ermida que pertende reedificar

Mas de que serviu a reconstrução, se, pouco menos dum século depois, a igrejinha caiu outra vez no desamparo, aberta às injúrias do ceu, às chuvas, aos vendavais? E lá estão, naquele sitio pitoresco, de companhia ainda com o denegrido e tambem abandonado solar, as pobres paredes cobertas de lichens, de ervas, escondendo-se entre ramagens rústicas, a dizerem-nos, na nudez poética da sua solidão, o que foram, os murmúrios religiosos que ouviram — a recordarem-nos quanta fortuna e quanta alegria outrora por ali passou...

7) Jorge Gularte Pimentel (§ 1.º, n.º 5) ◇ Cavaleiro da ordem de Cristo, e nono capitão-mor do Faial.

No exercício do seu cargo — que guindava sempre quem o possuia ao apogeu do mando e do orgulho, sob cuja égide, mesmo nos temperamentos mais comedidos e esclarecidos, se praticavam estravagantes actos de despotismo; no exercício desse cargo, caiu tambem em alguns excessos, não sei se filhos de demasiado zêlo, se das suas magestáticas prerogativas melindradas, se repentes dum génio facilmente inflamável.

Um caso dêsses, do seu govêrno, que ficou célebre na crónica faialense, foi sucedido com o capitão João da Silveira Peixoto (V. *Linhares*, § 1.º, n.º 3). Jorge Gulart mandou-o prender sob o pretexto de falta ao serviço da milicia para que fôra convocado, quando de tal obrigação João Silveira Peixoto estava isento, na qualidade de cobrador das rendas riais, não só da ilha do Faial, como na do Pico, para onde se tinha

---

o supplicante junto as cazas que o mesmo supplicante tem na sua quinta chamada de Sam Lourenço e a mesma area em que estava erecta antigamente huma ermida do mesmo sancto segundo me informaram supposto que se nam deixam ver vestigios da ditta ermida antes está aquelle fugar inteiramente profanado. Tem o citio designado para a nova erecçam quarenta palmos de comprimento e vinte e quatro de largura alem do espaço designado para alreo que comprehende vinte e quatro palmos de comprido e doze de largo; o mais que se contem na supplica he verdadeiro segundo a informação que me deram. Vossa Senhoria mandara o que for servido Villa da orta do Fayal quatro de Março de mil setecentos oitenta e quatro. O ouvidor do Fayal Francisco Ignacio Xavier Whitton.... por bem do que dice elle e ditta sua molher que de seus motus proprios e expontaneas vontades afim de satisfazerem a determinação de seos ascendentes instituidores e movidos do zelo e devoçam que tem ao mesmo sancto e desejarem a sua companhia na mesma quinta aondé costumam abitar alguma parte de cada hum anno se obrigavam a trafarem da erecçam da sua ermida prestando-lhe com toda a despeza necessaria the a sua ultima perfeiçam e com todos os ornamentos precisos para nella se dizer missa com mais abundancia do que em outra qualquer lhe dotavam mais vinte alqueires do trigo de foro propetuo com que fora patrimonada na sua primeira erecçam....» — *Tombo do arquivo paroquial dos Flamengos*

ausentado. Enviada queixa a Sua Majestade, baixou imediatamente ordem ao provedor da fazenda, Agostinho Borges de Sousa Zimbron, para tomar conhecimento do facto, e intimar o capitão-mor a deixar o preso em liberdade, e abster-se de mais intervenção neste negócio, sob pena de 500 cruzados de multa, e degrêdo por dois anos.

Jorge Gularte Pimentel foi uma figura notabilissima da sua terra, talvez a mais prestimosa de outrora, pelos numerosos serviços públicos que prestou. Homem talvez exagerado no proceder, mas pontual executor das obrigações que lhe competiam, cuidando diligentemente das necessidades gerais, ou de interesse mínimo, da sua capitania, deixou assinalada perduravelmente a sua passagem, mais em serviços e obras de instante utilidade do que em ementa de papeis louvaminheiros.

As que realizou no periodo de 1660-76 êle próprio as enumera numa alegação dirigida a el-rei, [1] requerendo a mercê de 200$000 reis de tença para gosar em vida com o hábito de Cristo de que era professo, e pagos pelos sobejos dos dizimos dos vinhos e miunças na ilha do Pico, com faculdade de os poder nomear por sua morte em um neto, a favor do qual tambem pediu o fôro de fidalgo e o hábito de Cristo—«para continuar com luzimento, dizia, o serviço de V. Alteza.»

Registemos.

Em 1666 fez uma fortaleza fechada, com duas casas de recolhimento (o conhecido castelo da Greta, no monte da Guia) guarnecido de duas peças de artilharia e com bombardeiras para muitas mais.

Em 1668 fez uma grande muralha ao lado sul do castelo da infantaria paga (o actual castelo de Santa Cruz) até ir ligar com o portão de Santa Cruz; e, ainda nesse ano, havendo-se levantado um violento temporal que arrasou quási todas as muralhas de defesa da vila, e porque o provedor da rial fazenda, em consequência das suas ocupações, não poude tratar imediatamente de reedificá-las, «o suplicante com o limitado rendimento de dois por cento, com parte da sua fazenda e assistência pessoal, reedificou e fez de novo outras muito necessárias.

No ano de 1669 construiu de novo a fortaleza da Boa Viagem, que o referido temporal havia derrubado, «acrescentando-a para com largueza jogarem oito peças de artilheria, que nella poz cavalgadas.»

No ano de 1670 fez a muralha que o mar destruira entre a Boa Viagem e o portão da alfandega.

---

[1] *Arch. dos Açores*, I, 368

Nos anos de 1671 e 1672 reconstruiu a muralha para «a parte do norte até a rua do porto novo» (Poiso Novo?) tambem arruinada pelo mar; e de «muito bom modo e agasalho» acolheu as armadas de Hollanda, França e Inglaterra, que ancoraram no porto da Horta, a descançar e tomar refrêsco.

Em 1674 emprestou dinheiro para compra dumas peças de artilharia destinadas às fortalezas da vila, e tratou de concluir o castelo de Santa Cruz, que andava em obras de reparação e ampliação.

Em 1675 «fez no porto da area junto ao castelo uma muralha com dois portões para serventia, correndo cortina da dita muralha até á fortaleza nova por detraz do convento de São Francisco» (actual sitio das Pedras dos Frades). Nesse mesmo ano enviou para o Grão Pará cincoenta casais, que havia muito sustentava á sua custa — «por estarem individados, observava êle, em razão de lhes faltar o sustento pelo castigo do incendio nas duas freguesias que na dita ilha se queimaram no ano de 1672, por haver contra elles muitas execuções para serem presos e pelos livrar pagou da sua fazenda muito dinheiro.»

Era um coração bondoso. São prova frisante êste seu rasgo de generosidade, a parte activa que tomou, nas horas de maior angústia, quando do vulcão da Praia do Norte, visitando pessoalmente as duas frèguesias assoladas, levando socorros e confôrto ao seio daquela gente, que muita era sem tecto, sem um palmo de terra vicejante. [1]

O seu génio previdente, activo, liberal, de nada se esquecia.

Em meio dos seus desvêlos pelas coisas da governança, tambem acudia às necessidades do culto, pródigamente até, «gastando nas igrejas das duas freguesias, aonde sucedeu o incendio, à sua custa fazendo uma de novo, e outras na Ilha do Pico.» A que fez á sua custa foi a do Capelo; no Pico foram as igrejas da Candelária, São Mateus e São João.

A sua preocupação essencial, como é fácil de coligir, e segundo o que ha instante ficou dito pela boca dele, por certo se circunscrevia, particular e invariavelmente no dominio dos acontecimentos maritimos. Os interesses do porto, que sempre constituiram o mais fecundo elemen-

[1] «Dia dos Prazeres era quando o fogo estava no estado que tenho referido, já quasi noite, se retirou á vila o Capitam mor, que nestes dous dias, mostrou bem o seu zello, e teve bem em que exercitar a sua charidade com os mizeraveis desta freguesia....» — (Relagam dos tremores de terra, e fogo, etc.) *Arch. dos Açores*, III. 431

to de vitalidade da ilha do Faial, requeriam-lhe a cada instante, sem dúvida, os seus altos cuidados e valimento.

E qual o faialense que deixará de encantar-se com a magnificência do seu porto, em cujo fundo se enquadra, numa moldura de montanhas verdejantes, o sorridente alvejar da casaria da cidade, e em frente, dominador, o vulto colossal do Pico, ora despido, em dias frigidos, a mostrar a cabeleira de neve, ora sumindo o cone ponteagudo entre um denso rolar de nuvens pardacentas e vagarosas, ora ensanguentando-se da luz poente, num morno entardecer de verão? — êsse porto amplo e quieto, seguro e gracioso, que se cava numa larga enseada, abrindo para os navegantes, afectuosamente, os seus dois braços...

Jorge Gularte Pimentel reflectiu a miude, com maduração e tristeza, no perigo que estas ilhas constituiam para a navegação incauta, que delas se aproximava, sob as insondáveis trevas da noite. Se eram avançados redutos no meio do Atlântico para descanço dos marcantes, não menos se tornavam vedetas traiçoeiras, onde muitos encontravam a morte. Seguramente se lhe desenharam, muitas vezes, na imaginação os dramas pavorosos dêsses ignorados naufrágios, apenas adivinhados por algum destrôço de embarcação, que a ironia do mar trazia à praia...

O pai lá puzera, em elevado monte, a pequenina ermida da Guia, toda de branco, brilhando sob a claridade do ceu, como um sorriso virgem, a chamar - - gulando. Porêm de noite? De noite é que havia o maior risco, quando o espaço se fechava, sem uma única estrêla, e rugiam as tempestades.

Teve então a ideia altruista de acender uma luz—luz salvadora!— nessas costas ásperas e soturnas, onde as vagas se quebram ciclópicamente, de jubas alterosas e espumantes, durante as fúrias do inverno.

Foi a primeira iniciativa dum farol na ilha do Faial.

Não o realizou em vida, êsse fidalgo pensamento, e porque ignora-se; mas encontramo-lo como uma das suas últimas vontades, bem concretamente reduzida a fórmula de disposição testamentária. Está na verba 41.ª do seu testamento. Declarou ter com a mulher dotado a ermida de Nossa Senhora da Guia com «toda a terra que se achasse ser sua do portão para cima», com pensão das três missas do Natal por alma de Tomás de Pórras, pai dele dotador, «do qual foi a dita ermida», declarando mais que, «vindo as terras a render com que se faça hua sacristia, e se ponha hum farol, para estar de noite accêso, que se faça, e se ponha.»

Não se fez, nem se pôz, provavelmente, creio, por escassez do legado. Comtudo a grandeza do pensamento ficou subsistindo para sempre.

Foi, pois, Jorge Gularte Pimentel uma personagem acima do vulgar, sem dúvida alguma. Êste é que é homem para alcunharmos, numa jus-

ta e plena adaptação do termo, de cidadão prestimoso. Mesmo no fim da vida, quando as exigências do mundo já nada valem, e quási nada interessam, êle ainda se lembrou de beneficiar e honrar a sua terra! Quantos haverá hojé que o imitem?

É um documento assás interessante o seu testamento, pelo modo reflectido com que todo êle foi delineado. [1] Percebe-se bem ter sido feito por um homem de juizo. Contemplou quem devia contemplar, e na medida do devido. Foi escrito aos 15 de julho de 1678 pelo capitão António Machado de Lima, [2] natural da ilha Terceira, homem ilustrado e rico, amigo intimo do testador, e aprovado no mesmo dia pelo tabelião Francisco Homem Cardoso.

Uma das verbas mais curiosas é a que ha pouco citei para colocação dum farol no cimo do monte da Guia. Não se esqueceu dos filhos bastardos, aos quais deixou o preciso para a sua subsistência — ao padre o seu património e outros bens, às freiras 10 alqueires de trigo por ano, a cada uma: — e talvez se refira à mãe deles, ou de algum deles, quando pede que se dê dez alqueires de vinha e 20$000 reis em dinheiro a uma pessoa que o rev. vigário da Matriz nomearia, conforme um papel por êle testador assinado. Os legados pios foram criteriosamente estipulados, sendo a Santa Casa da Misericórdia a que com êles mais beneficiou. Entre êles ha a disposição digna de registo que manda dar a cada um dos capitães, alferes e sargentos, que o acompanhassem à sepultura, um cirio de três por arratel, e a cada pobre um cirio de dez e um vintém em dinheiro. Deixou por herdeiros universais sua filha e genro, os quais já havia dotado, declara, por ocasião do casamento, com bens no valor de 21:000 cruzados.

Foi sepultado na capela de São Braz da igreja do convento de São Francisco.

---

[1] Encontrei-o transcrito na íntegra, por certidão, nuns autos de penhora requeridos pelo neto Tomás de Brum, em 20-1-1704. — (Arq. da casa Brum, na Horta, maço n.º 46) — tambem se encontra no tombo da St.ª Casa da Misericórdia, liv. II

[2] Um dos benfeitores da igreja dos padres da Companhia de Jesus (Faial) na qual está sepultado, em túmulo próprio, no transepto, ao sair da actual capela do Santissimo, de moderna construção, porque nesse logar era o altar, ou capela de N. S.ª da Conceição, que haviam instituido, êle e a consorte Maria de Betencurt. Foram ainda êles que fundaram a ermida da Estrela, sufragânea à paróquia da Madalena, Pico, dotando-a com o fôro anual de 2$000 reis imposto num campo de vinha

8) José Pereira do Amaral (§ 1.º, n.º 6) ◇ Chamo-lhe José Pereira do Amaral, e não da Silveira, conforme Garcia do Rozário, porque dêsse modo foi denominado pelo pai em seu testamento.

Faleceu num naufrágio ocorrido na vila da Madalena. No seu testamento declarou que o pai fizera as igrejas da Candelária, São Mateus e São João, todas da ilha do Pico, assim como fez (talvez quizesse dizer: concluiu) a ermida de Nossa Senhora da Guia, no que gastou muita fazenda de sua casa. [1]

9) Catarina da Ressurreição, Joana da Trindade ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 6) ◇ Catarina da Ressurreição foi dotada pelos pais, na profissão, por escritura de 3 de junho de 1647. [2] Para o dote e demais despesas do noviciado e profissão de Joana da Trindade, deixou Jorge Gularte, o pai, consignado em testamento o legado preciso.

10) Maria Montojo ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 6) ◇ Acêrca do seu segundo casamento vide nota 16), tit. *Bruns*.

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 49
[2] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV

TITULO XXV

RIBEIROS

Tiveram começo em **João Luís**, natural da frèguesia de Castelo Branco, ilha do Faial, nada se conhecendo acêrca da sua ascendência.

A razão porque esta família tomou o apelido Ribeiro vai explicada na nota (1) do presente título.

§ 1.º

1 **João Luís** — casado com Ana Rosa, de quem teve:

2 **Manuel da Rosa Pires** — m. 10-9-1759 com setenta anos de idade, c. 15-7-1718 com Maria Pereira, n. 20-11-1701, m. 31-4-1763. Tiveram:

3 Francisco Pereira da Rosa Pires, que segue
3 Ana Jacinta da Rosa
3 Arcângela Rosa da Ascenção, c. 4-7-1741 com João Machado do Souto

3 **Francisco Pereira da Rosa Pires** — n. 1-1-1725, m. 23-2-1794, c. 17-1-1751 com Clara Luiza Bernarda de Jesus, n. 10-8-1729, m. 19-8-1804 (V. **Pais**, § 1.º, n.º 3) — (**1**)

Tiveram:

4 Sérgio Pereira Ribeiro, que segue
4 Manuel Pereira Ribeiro, n. 4-8-1758
4 Domatila Dorotea Delfina Ribeiro, n. 10-7-1768, m. 27-3-1836
4 Matilde Cândida Ribeiro, n. 10-1-1762
4 Miquelina Luiza Carolina Ribeiro, n. 2-5-1765, m. 3-1-1845
4 Aurélia Luiza Clara Ribeiro, m. 8-1-1809, c. 22-6-1788 com José Francisco de Lacerda Labat (V. **Labats**, § 1.º, n.º 5)

4 **Sérgio Pereira Ribeiro** — m. 12-9-1835, c. 24-11-1781 com Tereza Mariana da Silveira, n. 27-2-1759, m. 1832 (V. **Mendonças, outros**, § 1.º, n.º 10 — (**2**)

Tiveram:

5 Francisco Pereira Ribeiro, que segue
5 Maria Izabel Ribeiro, que segue no § 2.º
5 Maria Tereza Ribeiro, n. 29-3-1794, m. 19-12-1870
5 João Pereira Ribeiro, n. 30-4-1788, c. 12-6-1809 com Maria Izabel da Câmara Cabral, n. 1-8-1793 (V. **Currys**, § 1.º, n.º 4)
5 Sérgio Ribeiro, n 20-11-1792, m. 7-3-1830, casou com Maria Jacinta, m. 7-4-1876, nascendo déste consórcio:

6 Ana Adelaide Ribeiro, n. 28-12-1822, m. 14-3-1897
6 José Ribeiro, n. 5-7-1825, m. 1857
6 Maria Tereza Ribeiro, n. 10-10-1821, m. 6-2-1901, c. 25-8-1845 com Joaquim de Oliveira Pereira (V. **Oliveiras**, § 1.º, n.º 6)

5 Guilherme Ribeiro, n. 20-2-1796, m. 1862, c. 30-9-1824 com Luiza Teles, n. 1804, m. 20-9-1862 (V. **Sousas**, § 1.º, n.º 4) havendo déste consórcio:

6 Ana Ribeiro, n. 1842, m. 15-1-1863, casou com Ernest Spann (V. **abaixo**, n.º 7)
6 Maria Leonor Ribeiro, n. 1847, m. 25-8-1900 — (**3**)
6 Francisca Adelaide Teles Ribeiro, n. 25-9-1832, m. 24-1-1893
6 Tereza Ribeiro, n. 27-1-1840, m. 11-9-1882, casou com seu primo Rodrigo Alves Guerra (V. § 4.º, n.º 7)
6 Guilherme Teles Ribeiro, n. 16-4-1827, casou com Ana Maria
6 João Sérgio Ribeiro, n. 24-8-1836, m. 28-5-1910, c. 27-11-1871 com Carolina Dart, de quem houve:

7 Guilherme Dart Ribeiro

6 Luiza Esménia Ribeiro, n. 10-11-1825, m. 1850, casou com Antônio Maria de Oliveira, m. 24-11-1886 com sessenta e nove anos de idade — (**4**)

Tiveram:

7 Guilherme Ribeiro de Oliveira, n. 1843, m. 8-7-1863
7 Maria Luiza Ribeiro de Oliveira, n. 23-4-1856, c. 8-1-1874 com seu tio Ernest Spann (V. **acima, n.° 6**)

5 **Francisco Pereira Ribeiro** — n. 19-6-1784, m. 29-9-1842, c. 10-4-1809 com Rita Arcângela, m. 3-9-1877 com oitenta e três anos de idade, havendo dêste consórcio:

6 Francisco Pereira Ribeiro, que segue
6 Sérgio Augusto Ribeiro, n. 21-3-1811, m. 17-11-1882, c. 17-6-1839 com Rosa Adelaide Maciel
6 Tereza Ribeiro, que segue no § 3.°
6 Francisca Ribeiro, que segue no § 4.°

6 **Francisco Pereira Ribeiro** — n. 10-10-1821, m. 13-3-1909, c. 19-5-1852 com sua sobrinha Francisca Guerra, n. 28-9-1837, m. 29-10-1883 (V. § 4.°, n.° 7) — Tiveram:

7 Sérgio Pereira Ribeiro, que segue
7 Rita Evelina Ribeiro, n. 7-9-1856
7 Francisca Ribeiro, m. 25-3-1914
7 Maria do Carmo Ribeiro, m. 2-10-1873 } n. 7-7-1863
7 Sérgio, n. 22-2-1853, m. de horas
7 Francisco Pereira Ribeiro, n. 15-3-1858, 1.° c. 20-10-1883, com Alice Bulcão, n. 2-12-1866, m. 15-1-1897 (V. **Bulcões**, § 2.°, n.° 12) 2.°, casou com Maria Angela. Do primeiro consórcio houve:

8 Zulmira Ribeiro, n. 27-2-1887, casou com Francisco Augusto Forjaz de Lacerda (V. **Pereiras** § 8.°, n.° 12)
8 Olga, n. 30-5-1890, m. mêses
8 Maria, n. 10-11-1893, m. 30-6-1894
8 Carmen, n. 30-7-1895, m. 23-5-1896
8 Raul, n. 16-9-1891, m. 25-3-1894
8 Maria da Conceição Ribeiro, n. 4-9-1891, c. 8-5-1916 com E. Ansell, nascendo dêste consórcio:

9 Doris Evelina Ansell
9 Ivone Cecilia Ansell
9 Olga Mary Ansell

8 Alberto Ribeiro, n. 6-7-1894, m. 5-3-1921, c. 18-2-1911 com Virginia Mendonça Sena, n. 18-3-1890 (V. **Mendonças, outros**, § 1.°, n.° 13) havendo dêste consórcio:

9 Maria, n. 25-12-1912, m. de dias
9 António Luís Sena Ribeiro, n. 18-1-1914
9 Eduardo Sena Ribeiro, n. 18-6-1915
9 Alice Bulcão Ribeiro, n. 26-5-1917
9 Gustavo de Sena Ribeiro
9 Jannária de Sena Ribeiro

7 Raul Ribeiro, n. 17-1-1869, m. 18-12-1948, c. 25-1-1899 com Ernestina Calheiros de Menezes, n. 18-1-1871, de quem teve:

8 Francisco Calheiros Menezes Ribeiro, n. 23-1-1900
8 Maria Alice Ribeiro, n. 31-8-1901
8 Jorge Ribeiro, n. 5-8-1907
8 Maria do Carmo Ribeiro, n. 6-4-1915

7 **Sérgio Pereira Ribeiro** — n. 11-6-1857; 1.º casou com Maria Violante Saldanha; 2.º casou com Mariana Henriques. Do primeiro matrimónio houve:

8 Armando Saldanha Ribeiro, n. 3-1-1885

Do segundo casamento teve:

8 Carlos Henrique Ribeiro, n. 19-6-1890, casou com Joana Conde
8 Fernando Henrique Ribeiro, n. 28-5-1896
8 Mário Henrique Ribeiro, n. 10-2-1889
8 Maria Ernestina Ribeiro, n. 5-12-1904

§ 2.º

5 **Maria Izabel Ribeiro** (§ 1.º, n.º 5) — n. 5-10-1804, c. 14-10-1827 com Nicolau Tolentino de Moura, natural de Lisboa, m. 19-12-1872 com setenta anos de idade. Tiveram:

6 Tereza Adelaide Moura, que segue
6 Gertrudes Ribeiro Moura, c. 9-2-1859 com António de Lacerda Rocha (V. **Pereiras**, § 6.º n.º 12)

6 **Tereza Adelaide Moura** — c. 14-2-1852 com Guilherme Henrique Lane, havendo dêste consórcio:

7 Daniel de Moura Lane, que segue
7 Maria de Moura Lane, casada com António José d'Ávila
7 Guilherme de Moura Lane, casado com Helena de Oliveira Arriaga (V. **Arriagas**, § 2.º, n.º 7)

7 **Daniel de Moura Lane** — c. 24-10-1881 com Hortênsia Ribeiro da Silva, n. 12-5-1860; m. 22-12-1918 (V. **Pais**, § 3.º, n.º 8) — Tiveram:

8 Guilherme Henrique da Silva Lane, que segue

8 Daniel da Silva Lane, n. 9-5-1884, casou com Leonor Tojal
8 Maria da Silva Lane, n. 30-4-1885, casou com Alberto Borges de Sousa — (5)

8 **Guilherme Henrique da Silva Lane** — n. 3-1-1883, casou com Maria Patrocinio Cardeñas.

§ 3.º

6 **Tereza Ribeiro** (§ 1.º, n.º 6) — n. 11-2-1809, m. 24-8-1867, c. 1-3-1832 com José Pamplona Moniz Côrte Real, n. 17-4-1805, m. 24-8-1880 — (6)

Tiveram:

7 Francisco Ribeiro Pamplona Côrte Real, que segue
7 José Pamplona, n. 6-3-1833
7 Tereza, n. 1836, m. 14-10-1843
7 Rosa, n. 1855, m. 20-4-1856
7 Ana Pamplona, n. 21-9-1839, m. 1906, c. 11-2-1864 com António Vieira de Faria, havendo dêste consórcio:

8 Sérgio Pamplona Ribeiro, n. 4-1-1869
8 Clotilde Pamplona Ribeiro, n. 12-7-1866, casou com Ernesto Carlos Rosa

7 **Francisco Ribeiro Pamplona Côrte Real** — n. 11-3-1848, c. 27-11-1871 com Hermenegilda Gularte, de quem teve:

8 Guilherme Gularte Pamplona Côrte Real, que segue
8 Maria Tereza Pamplona, n. 22-8-1872, c. 5-10-1893 com Armando Rocha Betencurt (V. **Betencurts**, § 3.º, n.º 9)
8 Alfredina Pamplona, n. 28-12-1887, casou com Manuel Ribeiro Teles
8 Carlos Pamplona, n. 28-11-1890

8 **Guilherme Gularte Pamplona Côrte Real** — n. 4-8-1877, c. 25-11-1905 com Judit da Terra Mesquita, n. 3-2-1880 (V. **Terras**, § 3.º, n.º 11) nascendo dêste consórcio:

9 Judit Mesquita Pamplona, n. 7-9-1906
9 Maria Ema Mesquita Pamplona, n. 9-11-1908

§ 4.º

6 **Francisca Ribeiro** (§ 1.º, n.º 6) — n. 14-3-1812, m. 21-6-1883, c. 21-5-1832 com Rodrigo Alves Guerra, m. 30-11-1840 — (**7**)

Tiveram:

7 Rodrigo Alves Guerra, que segue
7 Manuel Alves Guerra, n. 1-11-1834, c. 16-9-1861, na cidade de Bruxelas, com Maria Luiza Bömder Melsbreck — (**8**)
7 Francisca Adelaide Guerra, n. 28-9-1837, m. 29-10-1883, c. 19-2-1852 com seu tio Francisco Pereira Ribeiro (Vide § 1.º n.º 6)
7 Maria Adelaide Ribeiro Guerra, m. 19-1-1897, c. 8-2-1862 com o doutor António Maria de Oliveira, viuvo de Luiza Esmênia Ribeiro (Vide § 1.º, n.º 6) nascendo dêste consórcio:

8 Francisca Guerra de Oliveira, n. 17-11-1862, m. 6-11-1909

7 Júlia Guerra, n. 7-4-1839, m. 30-3-1901, c. 23-8-1853 com Augusto Dally, m. 4-12-1903. Tiveram:

8 Artur Dally, n. 27-5-1857, m. 30-11-1893
8 Júlio Dally, n. 30-11-1872
8 Augusto Dally, n. 14-12-1875

7 Rita Adelaide Guerra, n. 29-4-1841, m. 27-3-1906, c. 23-7-1859 com João Alvares Cabral, m. 30-6-1903, havendo dêste consórcio:

8 Rodrigo Cabral, n. 27-5-1861
8 Sérgio Cabral, n. 12-8-1863
8 João Sérgio Alvares Cabral, n. 20-5-1869, m. 1909, c. 20-5-1885 com Luiza Cardoso Machado Soares (V. **Soares**, § 4.º, n.º 10) de quem teve:

9 Sérgio Machado Cabral, n. 4-5-1885
9 João Rogério Alvares Cabral, n. 1-3-1887
9 Luiza Alvares Cabral, n. 5-6-1889, casou com George Read
9 Luis Alvares Cabral
9 Noémia Cabral
9 Graça Machado Cabral

7 **Rodrigo Alves Guerra** — n. 1833, m. 5-5-1901, 1.º c. 10-11-1855 com sua prima Tereza Ribeiro, n. 27-1-1840, m. 11-9-1882 V. § 1.º, n.º 6) 2.º c. 12-7-1883 com Maria Cristina de Simas Garcia, n. 7-1-1867 (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 13) — (**9**)

Do primeiro matrimónio teve:

8 Rodrigo Alves Guerra, que segue

8 Luiza Guerra, n. 1856, m. 1913, c. 25-1-1877 com **Henri Danel, oficial da marinha de guerra francesa, havendo dêste consórcio:**

9 **Henri Guerra Danel, n. 31-5-1879**
9 **Téreze Guerra Danel, n. 15-1-1883**
9 **Ivonne Guerra Danel, n. 14-6-1889**

8 Francisca Eugénia Guerra, n. 1857, m. 26-7-1877
8 Tereza Guerra, n. 10-3-1860, c. 14-7-1889 com Florêncio José Terra (V. **Terras**, § 3.°, n.° 10)
8 Ema Guerra, n. 9-3-1874, m. 2-6-1892
8 Maria Leonor Guerra, n. 3-3-1863, c. 27-11-1886 com Manuel Francisco da Silva Gularte, havendo dêste consórcio:

9 Rodolfo Guerra Gularte, n. 23-8-1887, casou com Beatriz Pereira, de quem houve:

10 Ruth Pereira Gularte
10 Edgar Pereira Gularte

9 Alfredo Guerra Gularte, n. 14-1-1889, casou com Maria de Sousa, de quem teve:

10 Ema de Sousa Guerra Gularte, n. 3-10-1912
10 Walter de Sousa Guerra Gularte, n. 16-6-1917

9 Alice Guerra Gularte, n. 30-11-1893, casou com Ralph Herold Amiro, havendo dêste consórcio:

10 Ralph Gularte Amiro
10 Maria Alice Gularte Amiro

Teve Rodrigo Alves Guerra do segundo matrimónio:

8 Júlia de Simas Guerra, n. 3-9-1884, casou com J. Hardy, nascendo dêste consórcio:

9 Maria Guerra Hardy, n. 13-9-1903
9 Luiza Guerra Hardy, n. 10-10-1904
9 Rodrigo Hardy, n. 10-8-1906
9 Aida Júlia Hardy, n. 24-10-1908
9 Patrício Guerra Hardy, n. 21-2-1910

8 Maria Sant'Ana Guerra, n. 12-9-1888, casou com António Pereira do Amaral, havendo dêste casamento:

9 Gustavo, n. 1909, m. 1912
9 Rodrigo Guerra Amaral, n. 21-7-1910
9 Manuel Guerra Amaral

8 Manuel Alves Guerra, n. 27-10-1869; 1.° casou com Helena Correia, m. 6-8-1918, 2.° casou com Maria Elísia Betencurt. Do primeiro matrimónio houve:

9 Manuel Correia Guerra, n. 5-12-1913
9 José Correia Guerra, n. 16-3-1914
9 Rodrigo Correia Guerra, n. 9-9-1915
9 Helena Guerra, n. 16-8-1917

8 **Rodrigo Alves Guerra** — n. 1862, c. 1-9-1889 com Maria Batista Emílio — (**10**)
Tiveram:

9 Rodrigo Guerra, que segue
9 Tereza Guerra, n. 29-11-1891, casou com Pedro Vidoeira, havendo deste consórcio:

10 Pedro Augusto Vidoeira, n. 5-9-1915

9 Olga Maria Alves Guerra, n. 18-5-1893, casou com Manuel Duarte Leite Dias

9 **Rodrigo Guerra** — n. 17-8-1890, casou com F.... de quem teve:

10 Maria Manuela Sampaio Alves Guerra, n. 11-4-1918

NOTAS

I) **Francisco Pereira da Rosa Pires** ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 2)

◇ Boticário com o grau de licenceado, aprovado por carta datada de 18 de junho de 1757.[1] Foi muito protegido e auxiliado nos estudos pelo cunhado, padre José Augusto Ribeiro, homem abastado, morador na casa n.º 3 actualmente, da rua de Jesus. Dele herdou os bens — e em sinal de reconhecimento, para os descendentes adoptou o apelido.

Êstes esclarecimentos, ouvi-os ao falecido sr. Joaquim d'Oliveira Pereira, casado com uma neta, e que foi um precioso repositório de bisbilhotices históricas.

Duas das filhas, Aurélia e Matilde, foram afilhadas do dito padre, tendo sido o filho Sérgio baptisado pelo outro cunhado, padre Tomás Francisco Ribeiro, vigário da Candelária (Pico) o qual também legou ao boticário e família todos os seus haveres.

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 100

2) Sérgio Pereira Ribeiro (§ 1.º, n.º 4) ◇ Cavaleiro professo da ordem de Cristo e comendador da mesma ordem por carta de 30 de julho de 1810. Foi mandado armar cavaleiro por alvará de 26 de junho do dito ano, realizando-se a cerimónia na igreja Matriz da Horta, em 17 de maio de 1812. Fez a investidura o cavaleiro Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira, e serviram de padrinhos outros dois cavaleiros, Estácio Machado d'Utra Teles, e João Manuel da Câmara Berquó. [1]

Foi nomeado cônsul francês em 1798. Dos proventos do consulado, que então eram algo copiosos, e correlativamente do grosso comércio de fornecimento a navios, auferiu boa fortuna. Era tambem sindico do convento de São Francisco. É êle quem acidentalmente figura na anedota histórica da passagem de D. Pedro IV pelo Faial, contada por Ernesto Rebelo, [2] e que eu repito na nota (42) titulo *Terras*.

Tratava-se com grandeza e distinção, não ocultando, antes sublinhando a vaidade que tinha da sua pessoa e posição social. Como representante da poderosa nacionalidade francesa, a sua casa era, e continuou sendo uma das de maior destaque na Horta, onde se reunia o melhor da sociedade faialense. Ali encontravam sempre franca e fidalga hospitalidade quantos tinha por dever dar acolhida ou lhe eram recomendados, contando-se entre êles personagens notáveis, como Chateaubrian, o principe de Joinville, filho de Luis Filipe, etc.

Êste último, retribuindo os obséquios recebidos do seu cônsul, enviou-lhe uma rica boceta de oiro cinzelado, cravejada de rubis e esmeraldas, que durante muito tempo andou como reliquia no recato da família, ignorando-se hoje totalmente qual o destino que levou êsse estimado objecto de arte. O próprio Sérgio Ribeiro relata o acontecimento a uma filha veraneando no Pico, em carta que tenho presente, e que bastante nos traduz a atmosfera elegante daquela residência e o caracter do seu dono. É um documento de particular colorido, que vale a pena ler por inteiro. Eu vo-lo mostro.

«Faial 27 de 7.bro á noute

Minha cara, e m.to Prezada Filha

«Sua Excellencia deu a intender, que sahia hoje, e pela manhãa de baixo de grande chuva veio hum Guarda Marinha

---

[1] *Reg. cam. Horta*, liv. XII, 147 e 148
[2] *Notas açoreanas*, vol. II, 59, 186

receber a reção, e o comissario ajustar as contas com Guilherme, e passar as letras, que não chegou a 50$ r.$ = M.ms recados, e agradecimentos, e eu para dizer verdade mt.to satisfeito pela maneira com que me trataram, e m.to mais por ver, que todos, Principe, o Mentor, comte, officialid.e, todos mostrarão a mais completa satisfação, como te relatarei quando nos virmos. = Pelas duas horas fui para a meza, e a pouco, ainda com m.a chuva dous cr.os graves do Principe com huma carta m.to politica, e a oferta de huma rica caixa d'ouro, valendo 100$000 r.s, agradecendo m.o a man.a porque o tinha tratado, e a officialid.e da Fragata Sirene; quando eu nenhuma conversa tive com elle, por me ser m.to recomendado, que nunca o tratasse como Principe, e foi hontem na despedida, que se dignou elle mesmo dar-me a mão, appertando-a. = Tenho motivos p.a julgar q.e esta Fragata m.to hade acreditar esta pobre Ilha, o que não he p.a mim; mas sim p.a os vindouros: passei mal 5.a, e 6.a feira; hoje porem estou melhor, desejando m.o passar ao Pico, por mais huns 10 ou 12 dias. — Foi m.to a proposito q.e Maria Magd.a me acompanhasse; porque sem ella, não sei como se havia obezequiar tanta Fidalguia; ainda hontem á noute appareceráo na salla o prim.o Medico do Principe, o Comissario, varios Fidalgotes Tenentes, e Guarda Marinhas, divertindo-se m.o com jogos &. Aqui para entre nós, sempre p.o desabafo te direi que a nossa M.a Magd.a he como... (Faltam nesta altura, fim da página, algumas linhas do texto, por ter sido cortado, parece que propositadamente, um pedaço da carta) ... meza me magoou m.to com sinallefas, dizendo, que todos eram de oppinião, que eu não devia tornar ao Pico; eu, ainda que velho, e touto ainda sei o que me convem, e quando dei pelos conselhos d'outrem nunca me aconteceu bem: se D.s me conservar a vida heide ir p.a a m.a varanda, e não preciso da comp.a de M.a Magd.a, nem das suas gritarias, e eu na tua companhia arranjaremos tudo p.a passar ao Fayal. = Se te parecer communica ao am.o Mendonça o que digo a resp.e da Fragata, que julgo sahirá amanhãa, tendo estado em huma Ilha das Canarias dous dias, na Madeira quarenta horas, e no Fayal seis dias, e diz o conde m.to seriam.te, que vae para França, porque as suas ordens forão p.a o Fayal; mas o segundo com quem me dei m.to disse-me que o comm.e tinha fallado em dar huma volta á roda das Flores. A D.a, a D.s

Teu Pai

Sergio P. Ribeiro

P. S. como a Fragata não sahirá tão cedo ainda vou escrever p.ª bordo huma carta p.ª agradecer o mimo do Principe, e são 11 horas da noute.

Sérgio Ribeiro tomou parte muito activa, até certo ponto, tanto quanto lhe permitia a sua situação oficial, na chamada *recolta do castello*, [1] ocorrida no dia 4 de novembro de 1828, e que mui funestas conseqüências trouxe a um grande número daqueles que directa ou indirectamente nela se envolveram. O desembargador Monteiro Torres, que veio no Faial sindicar do famoso acontecimento, refere-se a êsse facto bem claramente, no seu ofício do dia 6 ao ministro da marinha. [2] Tambem do célebre processo de devassa contra os padres Mateus Aquino, vigário da Ribeirinha, Vitorino José Ribeiro, Domingos Guterres, beneficiados, João António da Costa, cura das Angústias, freira Mariana Narcisa, etc., [3] consta o depoimento duma testemunha, dizendo ter Sérgio Ribeiro escrito ao vigário da Ribeirinha, a pedir que fôssem «escolhidos e nomeados dez ou doze homens para ajudar a fazer o serviço aos que tinhão tomado o Castello em nome do Senhor Dom Pedro.» De sua casa soube-se ter saído gente armada para aquele feito revolucionário, o que é uma prova indubitável da sua conivência, pelo menos. E mais: o filho Guilherme tambem foi um dos que estiveram presos. Á sombra, porem, da sua bandeira de cônsul, Sérgio Pereira Ribeiro conseguiu escapar incólume ás garras danadas do sindicante Torres.

3) Maria Leonor Ribeiro ◆ (§ 1.º, n.º 6) ◇ Não se julgue haver erro na data do nascimento. É mesmo assim: nasceu antes dos pais se consorciarem.

4) Luiza Esmênia Ribeiro (§ 1.º, n.º 6) ◇ Seu marido foi o conhecido médico António Maria d'Oliveira, formado pela universidade de Coimbra, distinguindo-se bastante no ramo da cirurgia, durante toda a sua clínica. Foi muito estimado de todos os faialenses, pela probidade inalterável do seu caracter, pela franqueza algum tanto rude, mas amorável, do seu trato

---

[1] Vide nota (28), tit. *Betencourts*
[2] *Arch. dos Açores*, X, 353
[3] Cartório do 3.º ofício, Horta. Crimes, maço 146

dedicando-lhe o povo um sincero respeito, pela solicitude com que sempre atendia e socorria a pobreza. Teve grande influência na politica local, sendo durante algum tempo chefe dum dos partidos militantes.

5) Maria da Silva Lane ◈ ◈ (§ 2.°, n.° 8) ◇ Seu marido, Alberto Borges de Sousa, tomou formatura em medicina, na escola de Lisboa, sendo hoje um nome já consagrado no campo da sciência, pelos seus estudos especiais sôbre doenças da vista.

6) Tereza Ribeiro ◈ ◈ ◈ (§ 3.°, n.° 6) ◇ José Pamplona Moniz Côrte Rial, seu consorte, era filho do coronel Teodoro Pamplona, que foi governador militar da ilha do Faial (1804). Seguindo, como o pai, a carreira das armas, foi durante algum tempo governador da ilha do Pico, passando depois a exercer igual cargo na ilha do Faial (1852-55).

Na patente de governador a Teodoro Pamplona, se diz que foi passada «em atenção ao bem que serviu assim na paz como nas campanhas do sul, Roussillon e Catalunha.» [1] Foi na verdade um bravo militar, que ganhou numerosas distinções, tanto nacionais como estrangeiras, uma delas, conta-se (não me sendo possivel apurar como, nem aonde) conferida no próprio campo de batalha, após um feito heroico.

7) Francisca Ribeiro ◈ ◈ (§ 4.°, n.° 6) ◇ Seu marido, Rodrigo Alves Guerra, era administrador do rial contrato do tabaco e saboarias na ilha do Faial, e vice-cônsul da Bélgica e da Suécia.

8) Manuel Alves Guerra ◈ ◈ (§ 4.°, n.° 7) ◇ Bacharel em direito pela universidade de Coimbra, sendo nomeado administrador do concelho de Cintra logo após a sua formatura, que concluiu em 1856. Distinguiu-se no desempenho dêste cargo, pela sua zelosa actividade no combate da epidemia da febre amarela, que então devastou aterradoramente Lisboa e seus arredores. Como que a titulo de recompensa teve a mercê do hábito de Nossa Senhora da Conceição.

---

1 *Reg. com. da Horta*, liv. XI, 96

Dedicando-se à carreira diplomática, e em virtude de concurso prévio, foi nomeado adido à legação portuguesa em Haia, passando depois à de Bruxelas, merecendo do govêrno dos Paizes Baixos a condecoração da Cruz da Corôa de Carvalho.

Em 1861 foi eleito deputado pelo circulo da Horta, sendo de sua iniciativa a proposta de lei para a construção duma doca na ilha do Faial, pouco depois promulgada por decreto de 20 de junho de 1864. Será bom acentuar êste facto, pois creio que, da memória dos faialenses já quási se apagou o nome daquele a quem se deve a consecução dêsse magno melhoramento tão repetidamente reclamado. [1]

Palacete de Sant'Ana

Agraciado com o fôro de cavaleiro fidalgo, voltou para a Bélgica, onde recebeu o grau de cavaleiro da ordem do rei Leopoldo. Dali passou em 1862 para adido efectivo da legação portuguesa em Turim, sendo, pelo seu zêlo, elevado a secretário da mesma legação, e condecorado com a comenda da ordem de Cristo. Por ocasião da visita dos reis de Portugal à côrte de Florença, agraciou-o a majestade italiana com o grau de oficial da ordem de São Mauricio e São Lázaro.

Foi promovido em 1869 a secretário efectivo da legação em Viena de Áustria; e tendo por algum tempo ocupado o logar de encarregado da mesma legação, elaborando notáveis relatórios politicos e comerciais, recebeu do duque d'Ávila, então ministro dos negócios estrangeiros, um honroso despacho de louvor, e na mesma ocasião, em data de 10 de

[1] Os trabalhos foram mandados iniciar por portaria de 31 de março de 1875, tendo começado dai a um ano, em 20 de março de 1876, sob a direcção do engenheiro Álvaro K. Barbosa Ayala.

fevereiro de 1870, o título de barão de Sant'Ana. Pelo imperador da Áustria foi também agraciado com a comenda da ordem da Corôa de Ferro, distinção das mais qualificadas daquele país, que revestia o seu possuidor, sendo súbdito austríaco, com o título de barão, e sendo estrangeiro, com as plenas honras de titular.

No ano de 1871, elevou-o o govêrno português a primeiro secretário da legação em Londres.

Em 1874 teve a nomeação de enviado extraordinário e plenipotenciário junto da república dos Estados Unidos da América do Norte, exercendo ao mesmo tempo o cargo de comissário régio do govêrno português durante a exposição de Filadélfia. Nesta data obteve a mercê da comenda de Nossa Senhora da Conceição.

Voltou para a Bélgica, e foi ali que faleceu, então já como encarregado da respectiva legação.

9) Rodrigo Alves Guerra ◈
(§ 4.º, n.º 7)

Barão de Sant'Ana (Rodrigo)

◇ Barão de Sant'Ana (Rodrigo) comendador da ordem de Cristo, cônsul da França, Rússia, Dinamarca, Suécia e Noruega. Em virtude de serviços especiais prestados ao govêrno francês, foi agraciado com as palmas de oficial da instrução pública.

Foi governador civil e presidente da câmara municipal, ficando a sua passagem por esta corporação assinalada pelos benefícios duma administração sensata e produtiva, principalmente na parte respeitante aos serviços de viação.

Homem ilustrado, aliando a graça dum fino espírito aos primores duma educação esmeradíssima, franco, despido de orgulhos, foi dos raros que, na Horta, souberam manter inquebrantàvelmente as proverbiais tradições de hospitalidade de seus avós. Na sua casa (o belo palacete de Sant'Ana, propriedade de seu tio paterno, Manuel Alves Guerra, visconde de Sant'Ana) recebia sempre fidalgamente todos os visitantes ilustres, muito em especial a oficialidade das marinhas de guerra dos países que representava, organisando serões, bailes, passeios, a que concorria toda a sociedade elegante da Horta. Assim, obsequiando estranhos, exaltecia

a sua terra, tornando-a lembrada dêsses que por acaso a tinham pisado. A êle deve o Faial razões de fama, bastante para envaidecer.

10) Rodrigo Alves Guerra ◆ (§ 4.º, n.º 8) ◇ Um dos mais estimados literatos faialenses, destacando-se pela maneira leve e graciosa do seu estilo. Como folhetinista, tem páginas interessantíssimas, repassadas dum humorismo fácil, borbulhante, aqui e acolá mordaz, mas sem pique de peçonha, simplesmente *flaneur* — páginas, algumas, de delicado valor artístico, merecedoras de volume que as recolhesse do esquecimento das publicações periódicas.

TITULO XXVI

SILVEIRAS

DESCENDEM de **Willem van der Haghe**, fidalgo flamengo, que em fins do século XV passou à ilha do Faial, depois às Flores e Terceira, fixando-se por fim em S. Jorge.

O seu nome não foi tambem estranho à evolução filológica, como o de muitos outros estrangeiros seus contemporâneos. De modificação em modificação, transformou-se em Guilhermo Vandaraga (van der Haghe) até que se reduziu à fórmula perfeitamente portuguesa de Guilherme da Silveira. O mesmo sucedeu com o nome da consorte, que, de Sabuyo que era, passou a ser Sabuja, depois Azambuja, conforme usaram alguns seus descendentes.

§ 1.º

1 **Guilherme da Silveira** — casado com Margarida Sabuyo — (1)

Tiveram:

2 Francisco da Silveira, que segue

2 Jorge da Silveira
2 Margarida da Silveira, casada com Jorge da Terra, o Velho. (V. **Terras**, § 1.º, n.º 1)
2 João da Silveira, casado com Guiomar Borges Abarca, da ilha Terceira — (**2**)
2 Ana da Silveira, casada com Tristão Pereira (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 1)
2 Catarina da Silveira, de que me ocupo no § 2.º
2 Luzia da Silveira, de que trata o § 3.º
2 Maria da Silveira, que segue no § 4.º

2 **Francisco da Silveira** — m. 1595, casou com Izabel d'Utra de Macedo (V. **Utras**, § 1.º, n.º 2) de quem teve:

3 Jorge d'Utra da Silveira, que segue
3 Francisco da Silveira, o Moço
3 Manuel da Silveira — (**3**)

3 **Jorge d'Utra da Silveira** — casado com Ana Brum da Silveira (V. **Bruns**, § 1.º, n.º 3) de quem houve:

4 Ana Brum da Silveira, que segue
4 Antônio d'Utra da Silveira
4 Violante d'Utra da Silveira, casada com Gaspar Pereira Sarmento (V. **Pereiras**, § 1.º, n.º 4)

4 **Ana Brum da Silveira** — casada com o inglês João Ibri, nascendo dêste consórcio:

5 Joana Brum da Silveira, que segue
5 Antônio Brum Ibri, m. 1618
5 Catarina de Brum, casada com Belchior Machado de Lemos — (**4**)

5 **Joana Brum da Silveira** — casou com João Correia de Mesquita — (**5**)

Tiveram:

6 Beatriz da Silveira, n. 1618

§ 2.º

2 **Catarina da Silveira** (§ 1.º, n.º 2) — casada com Jorge Gomes d'Avila, natural da ilha Graciosa, havendo dêste casamento:

3 Diogo Gomes da Silveira, que segue
3 Ana da Silveira

3 Catarina da Silveira, casada com Belchior Borero — (6)
Tiveram:

4 Aldonsa Martins, casada com Tomás de Pórras Pereira (V. **Pórras**, § 1.º, n.º 4)
4 Ana da Silveira, freira em S. João — (7)

3 **Diogo Gomes da Silveira** n. 1617, casou com Margarida Gil, m. 1591 — (8)
Tiveram:

4 Diogo Gomes da Silveira, que segue
4 António da Silveira, clérigo
4 Jorge da Terra e Silveira
4 Margarida da Visitação
4 Clara do Espírito Santo } freiras no mosteiro de S. João — (9)
4 Francisco Silveira Vilalobos, casado com Maria de Faria (V. **Mendonças**, § 1.º, n.º 4) — (10)
Tiveram:

5 Baltazar Pinheiro
5 Carlos da Silveira, n. 1625, m. 1683, padre jesuita — (11)
5 Diogo de Santo António, frade franciscano
5 Joana da Silveira, casada com António da Cunha Andrada (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 1)

4 Manuel Silveira Vilalobos, m. 18-12-1657, casou com Maria Luís, m. 24-12-1657, da qual teve:

5 Margarida Gil da Silveira, m. 2-12-1676; 1.º casou com Jorge da Silveira Gularte (V. **Terras**, § 2.º, n.º 5) 2.º c. 2-11-1665 com António Silveira Arnão (V. **Pereiras**, § 5.º, n.º 6)

4 João da Silveira Vilalobos, casado com Antónia d'Utra (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 3) de quem teve:

5 Diogo Gomes da Silveira Vilalobos
5 Ágada da Trindade, freira em São João — (12)
5 Catarina da Silveira Vilalobos, m. 21-3-1676, 1.º c. 29-10-1656 com Pedro Bom-Dia (V. **Bom-Dias**, § 2.º, n.º 2) 2.º c. 12-8-1665 com Gaspar de Faria Machado (V. **Utras**, § 3.º, n.º 6)
5 Margarida da Silveira, casada com Melchior de Fraga de Mendonça, havendo déste consórcio:

6 João da Silveira
6 Maria do Livramento, freira em São João — (13)

4 **Diogo Gomes da Silveira** — capitão-mor na ilha do Faial, casado com F...
Tiveram:

5 Diogo Gomes da Silveira, que segue

5 Fracisco Gil, clérigo, m. 6-1-1680
5 Manuel da Silveira, m. 29-1-1693

5 **Diogo Gomes da Silveira, o Moço** — m. 8-4-1676, casou com Catarina de Lemos de Faria (V. **Mendonças**, § 1.º, n.º 5)

§ 3.º

2 **Luzia da Silveira** (§ 1.º, n.º 2) — casada com André Fernandes — (**14**)
Tiveram:

3 **Guilherme da Silveira** — m. 3-8-1582, 1.º casou com Francisca de Lemos; 2.ª casou com Inês Gonçalves d'Avila — (**15**)
Teve do primeiro consórcio:

4 **Maria Silveira** — casada com Melchior Gonçalves d'Ávila — (**16**)
Tiveram:

5 **Guilherme da Silveira Ávila** — casado com Agada Balieiro V. **Balieiros**, § 1.º, n.º 2) havendo dêste consórcio:

6 Belchior Gonçalves d'Ávila, que segue
6 Manuel Silveira d'Ávila, de que me ocupo no § 5.º
6 Maria Silveira d'Ávila, casada com Mateus Lopes Fagundos, havendo dêste consórcio:

7 Aleixo da Silveira Ávila, clérigo
7 António da Silveira d'Ávila

6 Izabel Corrêa d'Ávila, casada com Domingos Dias Teixeira. Tiveram:

7 Miguel Teixeira Betencurt, casado com Maria Pinto de Araujo
7 Maria d'Ávila Betencurt, casada com Francisco Lopes Beirão, nascendo dêste casamento:

8 Mariana da Silveira, m. 19-1-1761, casada com José Pereira da Cunha (V. **Cunhas**, § 2.º, n.º 3)

6 **Belchior Gonçalves d'Ávila** — casado com Beatriz Vieira, de quem teve:

7 **João Silveira d'Ávila** sargento-mor no Tôpo, casado com Maria Ferreira.
Tiveram:

8 António Silveira d'Ávila, que segue
8 Izabel Silveira d'Ávila, que segue no § 6.º

8 **António Silveira d'Ávila** — capitão-mor na vila do Tôpo, casado com Ana Pacheco Maciel.
Tiveram:

9 **João Machado Pacheco da Silveira** — c. 20-10-1711 com Paula Catarina Sequeira, havendo dêste consórcio:

10 Diogo António da Silveira, que segue
10 Jacome de Sousa Cabral, c. 6-6-1750 com Maria Clara Betencurt. Tiveram:

11 Jacome de Sousa Betencurt e Silveira, c. 1-9-1786 com Rosa Clara de Betencurt.
11 Rosa Vitorina Terra da Silveira, c. 8-4-1799 com seu primo João Forjaz de Lacerda (V. **abaixo**, n.º 11)
11 Ana Josefa Betencurt da Silveira, c. 8-9-1790 com Jorge José de Sousa. Tiveram:

12 Ana Terra Brum da Silveira, c. 23-9-1811 com João Silveira Carvalho
12 Vitorina Brum da Silveira, c. 4-2-1822 com António Teles de Lacerda, da cidade de Angra.

11 João Machado Betencurt da Silveira, c. 29-1-1776 com Luiza Joana de Betencurt, de quem teve:

12 Joaquim José Terra da Silveira, c. 10-2-1804 com Mariana de Lacerda (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 10) — Tiveram:

10 **Diogo António da Silveira** — c. 13-7-1744 com Umbelina Francisca de Lacerda (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 8) — Tiveram:

11 António Alves de Lacerda, que segue
11 Francisca Benedita Forjaz, c. 4-4-1799 com António Machado da Silveira
11 João Forjaz de Lacerda, c. 8-4-1799 com sua prima Rosa Vitorina Terra da Silveira (V. **acima**, n.º 11)
11 Joaquim Pereira de Lacerda Forjaz, c. 11-8-1800 com Rosa Mariana Labat, n. 2-6-1760 (V. **Labats**, § 1.º, n.º 5) — Tiveram:

12 Mariana Emília Forjaz, c. 15-8-1832 com João Pedro da Silveira Mesquita

11 Jorge de Lacerda Forjaz, 1.º c. 15-1-1793 com Vicência Josefa da Silveira, 2.º c. 30-11-1809 com Catarina de Sena, havendo do primeiro matrimónio:

12 Ana Vicência de Lacerda, c. 13-11-1820 com Constantino de Lacerda Cabral (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 10)

12 João Forjaz de Lacerda, c. 6-3-1825 com Ana Lacerda Cabral (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 10) — Tiveram:

13 Ana Forjaz de Lacerda, casada com João Silveira de Botencurt Carvalho
13 Francisco Pereira Forjaz
13 João de Sousa Forjaz de Lacerda
13 Maria Forjaz de Lacerda
13 Mariana Forjaz de Lacerda

12 António da Silveira de Lacerda Pereira, 1.º c. 1-8-1820 com Catarina Vicência Barcelos, 2.º c. 13-5-1827 com Mariana Rosa Silveira. Do primeiro casamento teve:

13 Vicência de Lacerda, casada com Claudio Joaquim de Medeiros Teixeira

12 Jorge de Lacerda Forjaz Pereira da Silveira, c. 2-4-1823 com Florinda Josefa, de quem houve:

13 João Pereira Forjaz, casado com Maria Florinda de Lacerda, n. 8-5-1857, m. 10-2-1903, natural dos Cedros, Faial (V. **Pereiras**, § 6.º, n.º 13) de quem teve:

14 João Pereira Forjaz, n. 24-11-1860, casado com Maria Noémia da Rosa, viúva de Olímpio Labat Rodrigues
14 Florinda Carmen de Lacerda Forjaz
14 Izabel de Lacerda Forjaz, m. 21-3-1882
14 Maria Olívia de Lacerda Forjaz
14 Matilde Irene de Lacerda Forjaz, m. 15-12-1907

11 **António Alves de Lacerda** — casado com F.... (**17**)
Tiveram:

12 **António de Lacerda Forjaz** — (**18**)

§ 4.º

2 **Maria Silveira** (§ 1.º, n.º 2) — casada com João Pires de Matos — (**19**)
Tiveram:

3 **F.... Matos da Silveira** — casado com F...., de quem houve:

4 **João de Matos da Silveira** casado com Luzia Dias, de quem teve:

3 Ana de Matos da Silveira, que segue
5 Diogo de Matos da Silveira, clérigo — (**20**)

5 **Ana de Matos da Silveira** — casou com Francisco Silveira d'Ávila, sargento-mor na vila do Tôpo. Tiveram:

6 **Luzia da Silveira** — m. 31-1-1693, casou com João Luis de Valença, nascendo dêste consórcio:

7 **João de Matos da Silveira** n. 1660, m. 11-1-1742, casou com Ana de S. Pedro Vieira, de quem teve:

8 **Jorge de Sousa da Silveira** — n. 18-1-1693, casou com Rosa d'Azevedo, n. 1699, m. 20-10-1784, da qual teve:

9 João de Matos da Silveira, que segue
9 Marta da Silveira, n. 26-11-1742, m. 24-3-1825, casou com Jorge de Azevedo Machado, nascendo dêste consórcio:

10 Bárbara Josefa da Silveira, casada com José Soares de Sousa (V. Soares, § 2.º, n.º 8)

9 **João de Matos da Silveira** casado com Luiza Rosa da Silveira, de quem teve:

10 **Jorge de Sousa da Silveira** — c. 23-6-1800 com Tereza Gertrudes de Betencurt, de quem teve:

11 **João Inácio Corrêa d'Ávila** — c. 5-8-1822 com Rita Josefa Betencurt.

§ 5.º

6 **Manuel Silveira d'Ávila** (§ 3.º, n.º 6) — casou com Agada Dias, de quem teve:

7 **António Silveira d'Ávila** — casou com Agada Dias, de quem teve:

8 **João Silveira d'Ávila** — sargento-mor na vila do Tôpo, casado com Bárbara Pereira Neto. — Tiveram:

9 António Silveira d'Ávila, que segue
9 Gaspar Nunes da Silveira, clérigo

9 **António Silveira d'Ávila** — capitão-mor na vila do Tôpo, m. 1730, casou com Catarina Machado d'Azevedo. — Tiveram:

10 Miguel António da Silveira e Sousa, que segue
10 Francisco Machado d'Ávila
10 João Machado Pereira, clérigo — (**22**)

10 **Miguel António da Silveira e Sousa** — capitão-mor na vila da Calheta, m. 1769, c. 4-8-1734 com Maria Josefa da Silveira e Cunha. — Tiveram:

11 António Silveira d'Ávila, que segue
11 Rita de Cássia, m. 9-7-1757 — (**22**)

11 **António Silveira d'Ávila** m. 1815, casou com Izabel Micaela de Jesus — (**23**)
Tiveram:

12 Miguel António da Silveira e Sousa, que segue
12 Rosa Josefa da Silveira, c. 19-10-1794 com Manuel José da Silveira, havendo dêste consórcio:

13 António Silveira d'Ávila
13 José Acácio da Silveira
13 Mariana Rosa da Silveira, casada com Jerónimo José de Lacerda Cabral (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 10)

12 Maria Dorotéa da Silveira e Cunha, casada com Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa — (**24**)
Tiveram:

13 António José Pereira da Silveira e Sousa, n. 9-4-1793, m. 7-12-1881
13 Jorge Pereira da Silveira e Sousa
13 André Pereira da Silveira e Sousa
13 Maria Joaquina
13 Mariana Eulentéria da Silveira e Sousa, c. 22-6-1846 com Sebastião Cabral de Teive
13 Izabel Maria da Silveira, casada com João Matos de Azevedo, nascendo dêste consórcio:

14 Izabel Beatriz de Azevedo (viscondessa de São Mateus) casada com José Soares Teixeira de Sousa (V. **Soares**, § 2.º, n.º 10)
14 Maria Dorotéa, casada com José Acácio da Silveira Canto Moniz Ponce de Leon (V. **abaixo**, n.º 14)

13 Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa, n. 1796, c. 1-5-1870 com Maria Joaquina — (25)
Tiveram:

14 Maria Dorotéa Pereira da Silveira e Sousa, casada com José Caetano de Lacerda (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 12)
14 Estefânia Beatriz Pereira da Silveira e Sousa, casou com seu cunhado José Caetano de Lacerda

12 **Miguel António da Silveira e Sousa** — casado com Maria da Luz Moniz — (26)
Tiveram:

13 **Miguel** António da Silveira Moniz, que segue
13 António Moniz da Silveira e Sousa, casado com F..., de quem teve:

14 Rita Moniz Barreto, casada com seu primo José de Lacerda Pereira Forjaz (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 11)

13 Izabel Bernarda da Silveira Moniz, c. 19-11-1834 com António de Lacerda Pereira (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 10)
13 Maria Josefa Moniz, casada com José Augusto Homem Noronha, nascendo dêste consórcio:

14 José Acácio da Silveira Canto Moniz e Noronha Ponce de Leon, casado com Maria Dorotéa (V. **acima**, n.º 14)

13 **Miguel António da Silveira Moniz**

§ 6.º

8 **Izabel da Silveira d'Ávila** (§ 3.º, n.º 8) — casou com Francisco Machado Vieira, havendo dêste consórcio:

9 **João Silveira Machado** — m. 12-4-1748, casou com Luzia de Betencurt, de quem teve:

10 **José de Sousa da Silveira** — casado com Maria Margarida da Silveira, de quem houve:

11 Manuel Joaquim da Silveira Betencurt, clérigo
11 Ana Izabel da Silveira
11 Maria Margarida da Silveira, casada com António Lúcio Corrêa de Melo, havendo dêste consórcio:

12 Arminda da Silveira, casada com Manuel Teixeira de Sequeira
12 Josefa Carlota da Silveira, c. 26-6-1850, com Inocêncio Maria da Cunha. Tiveram:

13 António Maria da Cunha, casado com Mariana Belmira d'Andrade
13 Maria Inocência da Cunha

11 Rosa Margarida da Silveira Betencurt, 1.º casou com Manuel Silveira Betencurt, 2.º casou com Manuel Silveira de Sousa Batista. Do segundo matrimónio nasceu:

12 Rosa Margarida da Silveira, casada com André José da Silveira Batista, seu tio paterno
12 Maria Margarida de Sousa, casada com José Luís de Sequeira, da ilha Terceira, nascendo dêste consórcio:

13 Maria Margarida de Sequeira
13 José Luís de Sequeira

12 Ana Margarida da Silveira, casada com Celestino José da Silveira, havendo dêste consórcio:

13 Ana da Silveira
13 Maria Margarida, casada com António Fernando Loureiro
13 Rosa Margarida da Silveira, casada com José Maria Batista d'Ávila

NOTAS

1) Guilherme da Silveira ◆ ◇ São algo escassas as notícias que ficaram àcêrca de Guilherme da Silveira. Além do que Gaspar Frutuoso registou nas *Saudades da Terra*, e do que consta da justificação de nobreza dada por António Silveira Pereira (neto de Guilherme da Silveira) e sentenceada em nome de D. Sebastião, nada mais se pode acrescentar proveniente de documento, ou transmitido pela tradição oral.

(§ 1.°, n.° 1)

Guilherme da Silveira era homem rico e principal, de origem fidalga, possuindo a família, no dizer dos cronistas — o que, porém, as investigações ainda não confirmaram — seu solar em Maestrich. Natural de Bruges, onde também residia Josse van Hurtere (Jorge d'Utra) primeiro donatário das ilhas do Faial e Pico, ao qual o ligavam estreitas relações de amizade, sob instigações dêste, com promessa de muitas terras e vários outros partidos, se demoveu a vir colonizar, como êle, as duas ilhas. Todavia, uma segunda circunstância influiu assàsmente na sua resolução: foram os ódios políticos — fugir às lutas que então revolucionavam a Flandres, impelindo para a morte numerosa gente, e nas quais bastante lhe repugnava intervir.

Partiu Jorge d'Utra, e êle se ficou fazendo preste com toda a família, mandando ao mesmo tempo lançar pregão de que conduziria à sua custa quantos quizessem acompanhá-lo, e suas mulheres, e filhos, e

criados. Grande cópia de gente ajuntou. Passado um ano (supõe-se que em 1470, ou pouco depois) em duas urcas carregadas de sua fazenda, de muitos homens trabalhadores e oficiais de todos os ofícios, e famílias, abalançou-se ao seu novo destino. [1]

No decorrer da viagem, provavelmente arrastado por ventos adversos (pois de outra forma não se explica como, vindo da Flandres, fôsse ali parar) aportou à ilha da Madeira, onde os moradores, informados de quem êle era, lhe prestaram franca hospitalidade, honrando-o de muitos presentes e cortesias. Rogaram-lhe instantemente que com êles, naquela terra, se deixasse ficar, e mais todos aqueles que levava; dar-lhes-iam casas, e muitas terras com outros largos partidos e abundancias.» Guilherme da Silveira agradeceu sobremodo reconhecido, escusando-se. Não podia aceitar: dera a sua palavra a Jorge d'Utra.

Quando chegou ao Faial, Jorge d'Utra recebeu-o com todas as demonstrações de respeito, não sem deixar perceber, porém, uma certa e mal cabida reserva. Tambem o cercaram das maiores, mais particulares provas de acatamento, acompanhando-o a cada instante, todos os demais flamengos já residindo na ilha.

Entretanto os dias passavam. Então Guilherme da Silveira, homem recto e determinado, quebrou a injustificável mudez, para se concluir, afinal, o negócio, recordando aquilo que fôra assente entre ambos, os terrenos e as muitas regalias prometidas em Flandres. Jorge d'Utra fazia-se, porêm, remisso, respondendo sempre com evasivas — que tais e tais terras já estavam dadas — como se assim quizesse desgostá-lo, para o afastar, picado algum tanto de ciume, segundo correu, em razão da extrema homenagem que via prestada ao recemchegado pelos seus compatriotas. [2]

---

[1] Com Guilherme da Silveira veio um individuo chamado Pero Pasteleiro, e um irmão. Seria dêles que tomou o nome, o sítio hoje assim denominado, no Faial, ou foi porque ali se praticava em larga escala a semeadura do pastel? Juntamente tambem veio outro homem Flamengo chamado Govarte Luis (*Guarte, Gouarte*, ou *Guvarte*, correspondente a *Godaverte = Godofredo*, diz o sr. Ferreira de Serpa, e que se transformou em apelido, dando *Gularte*, hoje erroneamente afrancezado *Goulart*). Êste homem teve no Faial muitos filhos e filhas, o tão entendedor era na indústria do pastel, que vulgarisou por todas as ilhas, que el-rei o mandou a São Miguel com encargo de superintender neste negócio, nomeando o lealdador-mor dos pasteis. Teve um filho, Sebastião Luis, tambem muito hábil, que el-rei mandou como seu feitor à Flandres, depois para Goa, falecendo na India muito rico, com o cargo de contador-mor. — G. Frutuoso, *Saudades da Terra*, i, cap. 36

[2] «Chegando a ilha do Faial com sua gente o Cap.ᵐ o recebeo como era de

«Vendo Guilherme da Silveira o pouco benefício e graça que recebia do capitão,» dai os estôrvos futuros que lhe adviriam, tomou a deliberação de ir fazer vida para outra parte. Com tudo aquilo que possuia, e todos os seus, e parte da gente que trouxera, se embarcou para a visinha ilha de São Jorge, fixando residência no lugar do Tôpo, ainda por povoar. Mas a terra não lhe foi tão próspera como desejava.

Saiu então a buscar melhor fortuna na ilha Terceira.

O motivo desta segunda abalada, perfilhando a opinião do falecido dr. João Teixeira Soares, [1] funda-se no descontentamento que provavelmente teve Guilherme da Silveira ao saber da doação da capitania da ilha de São Jorge, feita pelo duque D. Diogo a João Vaz Côrte Real, capitão donatário de Angra, por carta datada da vila de Moura, aos 4 de abril de 1483.

Entretanto, já na Terceira, foi a Flandres regular negócios seus, passando, no regresso, por Lisboa, onde adquiriu importantes relações entre a gente da côrte.

Surge-lhe então, por acaso, o ensejo de ir colonizar a ilha das Flores. D. Maria de Vilhena, mulher de Fernão Teles, do conselho do rei D. Afonso V, tinha a donataria das duas ilhas Flores e Corvo, por carta dada em Estremoz, a favor do marido, aos 28 de janeiro de 1475; [2] com Guilherme da Silveira concertou o negócio, fazendo-lhe largos partidos, garantindo que lá estaria como capitão, senhor de quantas terras quizesse, sem outra obrigação mais do que pagar seus direitos. A emprêsa era prometedora.

Seduzido com tantas promessas, foi de facto para as Flores, onde fez seu assento em um sitio próximo do que é a actual vila de Santa Cruz, mandando abrir numa rocha de tufo, perto da Ribeira da Cruz, grandes salas para seu aposento, segundo referem Gaspar Frutuoso e Fr. Diogo das Chagas, que diz terlas visitado. [3]

---

razão: aposentado na Ilha era mui acompanhado dos Framengos que elle trouxera e mantinha assi no mar e viagem como depois na terra: e o mesmo fazião outros framengos q̃ com o Cap.ᵐ vierão por conhecerem q.ᵐ elle era, passados alguns dias pedio ao Cap.ᵐ lhe desse certas terras conforme ao q. lhe prometera em Frandes, e cada vez q. pedia algũas sempre lhe respondia que já aquellas terras erão dadas: no q̃ sospeitou e se dizia q̃ o Cap.ᵐ não desejava delle estar na terra por quant.ᵒ o acompanhava mais a gente e fazião mais conta delle.» — G. Frutuoso, idem, 36 (cópia de José de Torres)

[1] *O Jorgense*, n.º 72, de 1-10-1874

[2] *Arch. dos Açores*, I, 21 a 28

[3] «... e ali fez uns edifícios e casas bem lavradas para morar em uma furna, onde ainda estão...» — *Saudades da terra*, liv. VI, cap. 47.º (cópia J. Torres)

«... foi dar nesta ilha das Flores e nella desembarcou à parte de Leste, por-

Não é singular que um fidalgo, possuidor de razoáveis recursos, e tendo ao seu dispôr oficiais de vários oficios, com hábitos de confôrto, filho dum país de civilisação adiantada, adoptasse costumes troglodítas? Conhecendo-se a preocupação que Guilherme da Silveira sempre manifestou em buscar metais preciosos, quási nos vem à lembrança a hipótese de que tais escavações houvessem principiado por investigações mineiras, acabando por serem ampliadas e utilisadas para moradia.

Nas Flores não o bafejou ainda a sorte.

Profundou a terra, preso sempre àquela ideia dos metais, à semelhança de alguns seus patrícios, companheiros de Jorge d'Utra, que no Faial praticaram iguais pesquisas, acreditando na informação gratuita dum Frei Pedro talvez êle próprio movido por essa crença — e nada. Fazia grandes covas, as quais em seguida fechava, murmurando descontente, alto e bom som, ao ver que o conteudo, de muito calcado, já não tornava a encher as mesmas covas:

— Tu não te fartas a ti: mal me fartarás a mim... [1]

O pior eram as ruins condições em que vivia, isolado do resto do mundo, só por mercê do acaso aparecendo de ano a ano algum navio, padecendo necessidades das mais duras, sem os recursos indispensáveis às suas lavouras, e para sustentação da sua gente — depois a terra a custo dando algum grão, quotidianamente varrida por ventos ásperos...

Isto dizem os cronistas Gaspar Frutuoso e Frei Diogo. O dr. João Teixeira Soares, comtudo, opina que o que levou Guilherme da Silveira a enfardelar malas outra vez, deixando-se da exploração do solo floren-

---

to onde está agora a Villa de Santa Cruz, aonde se diz Ribeira de Cruz, aonde fez morada e assento em furnas que fez na rocha que é por aquella parte de tufo, a modo de salas e cazas muito grandes, aonde habitou passante de 40 anos. Estas furnas ou cazas vi eu sendo rapaz e dellas levava alguns pedaços de pau do brazil, muito compridos e muito vermelho, que dava muito boa tinta, e perguntando a minha avó (ainda que menino) que era mulher muito pratica, quem fizera aquelas furnas, onde se achava aquelle pau, e que tão grandes e formosas eram, ella me respondeu que aquillo foram cazas em que moraram os framengos...» — *Espelho cristalino*, etc., cap. 18.º

Em um estudo de Sophus Ruge sôbre os Açores o porto de Santa Cruz é denominado *Porto dos framengos*.

[1] «... porque dizem (é tradição em que eu me criei) que elle fazia covas na terra, e depois tornava-as a encher com a mesma terra, calcando-a, e que faltava terra para se acabar de encher, o que elle vendo disse: tu não te fartas a ti, mal me fartaras a mim...» — Chagas, *Espelho*, etc., idem

tino, foi D. Maria de Vilhena, na qualidade de tutora de seu filho Rui Teles, ter realizado venda das ilhas das Flores e Corvo, a João da Fonseca, escrivão da Chancelaria e da Fazenda Real, aí por volta de 1503, acto que D. Manuel muito favoreceu e confirmou por carta dada no 1.º de março de 1504, calculando as referidas ilhas, pela sua situação geográfica, de grande valor para a navegação portuguesa.

Uma coisa ou outra, lá se alevantou Guilherme da Silveira, indo então de novo e definitivamente assentar moradia no Tôpo, onde estavam estabelecidos alguns dos seus filhos. Ali possuia tais e tamanhos campos — terras de semeadura de trigo e de pastel, e de criações de gado — que quási todo o Tôpo era seu. Proporcionalmente, o rendimento dêsses bens atingia também *cifra grossa*, bastando *saber* se, para avaliarmos, que só da seara de trigo pagava, em cada ano, cincoenta, às vezes sessenta moios de dízimo. Raras casas havia abastadas como a sua. Era como uma estalagem, dando franco agasalho a quantos por aquele logar passavam. [1]

Sete *anos*, no falar de Frutuoso, ou dez segundo Frei Diogo das Chagas, se demorou êle nas Flores. Tomando à conta de verdadeira a hipótese do dr. João Teixeira Soares, e considerando a data em que D. Maria de Vilhena efectuou a referida transação, coligimos que Guilherme da Silveira foi habitar às Flores entre 1493 e 1496, portanto que, primitivamente pelo Faial e S. Jorge, depois pela Terceira, andou ao redor de vinte e tal anos.

Se assim foi, e por outro lado, tendo falecido na primeira década de 1500, como se julga, custa um pouco a crer que, em tão curto praso da sua residência no Tôpo, houvesse agricultado aquelas extensões de campo, de onde extraía o rendimento enorme apontado por Frutuoso. Não; para isso era necessário ter lá vivido «muitos anos», conforme

---

[1] «... e como aquella terra era esteril e mt.º tormentoza e combatida de ventos quotidianam.º e não hia lá navio nem barca senão algum de âno a âno por maravilha, padecia elle e sua familia muito trabalho pela falta de m.tas cousas de q̃ tinha necessidade pera sua vida e suas lavouras e sustentação de sua gente e q̃ não podendo sofrer se veo em hũ navio q̃ mandou buscar as outras Ilhas com isso q̃ pode trazer, e desembarcou na Ilha de S. Jorge onde se aposentou na p.te della q̃ chamão o Topo q̃ he da banda do Nordeste; e *ali houve m.tas terras em q̃ semeava* seu trigo e pastel e tantas creações de gados q̃ quasi todo aquelle topo era seo onde viveo m.tos âños.... m.to honradam.te e com tão grande abundancia q̃ como tenho dito dizem q̃ pagava de dizimo cada âno só da seara q̃ fazia 50 e as vezes 60 moios de trigo.... sendo sua casa como estalagem pera quantos hião e viuhão aquella terra...» — Frutuoso, *Saudades da terra*, cap. 30, ms. (cópia de José de Torres)

judica o cronista, por consequência grande tempo antes da venda que fez D. Maria de Vilhena, e neste caso mal se firma em nosso conceito a opinião do dr. João Teixeira.

Acêrca da idade de Guilherme da Silveira nada ha de positivo. Apenas se sabe que faleceu em dia de São Tomé, presumindo-se, como referi ha instante, que êsse falecimento tenha ocorrido dentro da primeira década de 1500.

É interessante o relato que da sua morte faz Gaspar Frutuoso. Presentindo-a, fixou-lhe o desenlace, como à fase dum programa. Ao filho Francisco Silveira, que estava a embarcar para o Algarve, e lhe foi pedir a benção, disse que, da tornada, já não o encontraria, porque tinha a certeza de não poder passar com vida além do Natal próximo. Preparou-se beatificamente para morrer, com o maior, o mais humilde desprendimento de santidade; preparou-se religiosamente, recebendo da igreja todos os sacramentos purificadores da alma. Fê-lo quatro dias antes. Assim ajudado de Deus, saiu a despedir-se de seus filhos e filhas, casa por casa, para a eterna viagem; depois, ao chegar da hora fatal, quando sentiu a morte degdobrando por cima do seu catre a asa sinistra, quiz que um padre, ali mesmo, em sua presença, e de todos os seus reunidos ao redor, lhe rezasse uma missa.

Um altar se improvisou, com seu crucifixo entre lumes e flores. Quando foi ao levantar a Deus, para mais respeitosa adoração, pediu aos filhos que o soerguessem, amparando-o em umas almofadas. Eu como que lhe vejo a fronte pálida, mais pálida parecendo na brancura das suas cans, a repousar, desfalecida, toda embebendo-se dêsse sereno êxtase dos justos — e os lábios a moverem-se débilmente, siciantes, numa ténue oração...

— *Domine, non sum dignus... Domine...* — murmurava o padre, de sua casula de lhama a cobri-lo, todo curvado e contricto sôbre o pequeno e vacilante altar; — e vagarosamente, quási escondidamente, consumia a hóstia sagrada, num misterioso recolhimento eucarístico.

Neste momento, então, como se na verdade Deus houvesse desaparecido, subindo à mansão etérea, Guilherme da Silveira cerrou os olhos turvos, tombou, ao ceu entregando tambem para sempre a sua alma de bemaventurado...

Guilherme da Silveira é de todos os colonizadores açoreanos aquele cujo nome a história reveste das mais eminentes qualidades de cavalheirismo, lateireza de caracter, junto a uma bondade quási evangélica, que só pode haver numa criatura verdadeiramente cristã, como êle. O seu nome que, digamos de passagem, nada tem de comum com os Silveiras do continente, foi nesses tempos remotos um dos mais considerados, tão reconhecida era a nobreza da sua estirpe, e por tal circunstância, e pelas ligações numerosas e sucessivas com outras famílias, aquele que mais depressa se vulgarizou em todo o arquipélago. Trazia

honra a quem o adoptava, e tanto que as armas dos Silveiras foram sempre as mais preferidas pela heráldica açoreana em seus esquartelamentos.

Reza a tradição que, quando da sua passagem por Lisboa, ao regressar da Flandres, obteve de D. João II confirmação das armas usadas pela sua família, cujo diploma não ficou registado na chancelaria rial, e se perdeu juntamente com outros papeis importantes, em um incêndio da sua casa na ilha Terceira.

É um brazão muito conhecido: — em campo de prata três faixas sanguinhas; por timbre meio urso de prata cortado em sangue, e armado da mesma côr, assentado sôbre uma grinalda de silvas verdes.

2) João da Silveira ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 2)

◇ Forma o tronco dos Silveiras na ilha Terceira. Vide *Nobiliario da ilha Terceira* por E. Campos, titulo XCIII.

3) Manuel da Silveira ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Apontado por Gaspar Frutuoso como descobridor da decantada ilha Nova, que se dizia existir ao norte e próximo do Faial — decantada, ou melhor, encantada, pois parece que afinal nunca ninguem a encontrou.

Manuel da Silveira e seu irmão Jorge eram homens duma tal rectidão de caracter, daqueles de antes quebrar que torcer, não admitindo em nenhum trato a menor dúvida ou esquivança, fôsse a proveito de quem fôsse, mesmo dos seus parentes, que por todos, até dos inimigos, eram louvados e respeitados. [1]

4) Catarina de Brum ◆ ◆ (§ 4.º, n.º 6)

◇ Seu marido Belchior Machado de Lemos, natural da ilha Terceira, ficou conhecido pelo *Viriato terceirense*, devido ao exemplar denodo com que, na mesma ilha, combateu contra os castelhanos.

Deles descendem Mariana Vitória de Noronha, que casou com José Brum Terra Leite (V. *Terras*, § 3.º, n.º 7) Joaquina Clara de Noronha, que casou com Francisco Inácio da Terra Brum (V. *Terras*, § 3.º, n.º 7) Ana Carlota da Costa Noronha, que casou com Manuel Brum Labat Ataide

[1] Frutuoso, *Saudades da terra*, liv. VI, cap. 38

(V. *Ataídes*, § 1.º, n.º 11) Ursula de Menezes Lemos de Carvalho, que casou com Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira (V. *Cunhas*, § 1.º, n.º 5) [1]

5) Joana Brum da Silveira (§ 1.º, n.º 5) ◇ O marido João Corrêa de Mesquita foi corregedor em Angra.

6) Catarina da Silveira (§ 2.º, n.º 3) ◈ ◇ Acêrca desta Catarina da Silveira teem os genealogistas laborado em êrro, que julgo poder esclarecer.

Catarina da Silveira, neta de Guilherme da Silveira, como diz o P.e António Cordeiro, na *Historia insulana*, e que seja mãe de Aldonsa Martins, mulher de Tomás de Pórras, não pode ser senão esta, filha da filha de Guilherme da Silveira, com igual nome. Filha de Margarida da Silveira e de Jorge da Terra, o Velho, nunca. Primeiro, porque esta teve por marido um Diogo Gomes, oriundo da ilha Graciosa, e não aquele que apresento — Belchior Borero — casado com a sua homónima, prima co-irmã, conforme documento coevo, irrefutável, uma escritura, que abaixo cito; segundo, e principalmente, porque, no testamento com que a Catarina, mulher do dito Diogo Gomes, faleceu em 1568, [2] fazendo menção de todos os seus filhos e filhas, não nomeia nenhuma de nome Catarina, e a Ana que indica diz ser casada com António de Figueiró, e não freira, como aquela que foi irmã de Aldonsa Martins, e dotada na profissão pelo cunhado Tomás de Pórras, por escritura de 4 de julho de 1608. [3]

O padre António Cordeiro, ao referir-se a esta Catarina da Silveira, mãe de Aldonsa Martins, diz que o marido era de Lessa de Matosinhos, deixando, porêm, em branco o nome dêle. Garcia do Rozário chama-lhe António Gularte, confundido talvez com outro de igual nome tambem casado com uma Catarina da Silveira. O sr. Eduardo de Campos denomina-o, a seu turno, Diogo Gomes, o que está bem até ao ponto de ser casado com uma neta de Guilherme da Silveira, mas não em ser o pai de Aldonsa Martins, mulher de Tomás de Pórras Pereira, como acabamos de ver.

Toda a confusão proveio de ter havido duas netas de Guilherme da

---

[1] E. Campos, *Nobiliário da Ilha Terceira*, tit. LXV e LVIII
[2] *Tomb. Misericórdia, Horta*, liv. II
[3] *Tomb. conv. S. João*, liv. XII

Silveira com o mesmo nome — Catarina da Silveira — uma filha de Margarida da Silveira e de Jorge da Terra, outra filha de Catarina da Silveira e de Jorge Gomes d'Ávila; e proveio muito em especial de, até hoje, se ter ignorado por completo o nome do marido da segunda.

Mas o testamento duma, e a aludida escritura de dote à irmã da outra, na qual se citam as legítimas de origem paterna, põem agora o caso bem a claro, creio eu.

7) Ana Silveira ◆ ◆ ◆ (§ 2.º, n.º 4) ◇ Freira professa no convento de São João, fazendo-lhe escritura de dote, já acima referida, o cunhado Tomás de Pórras Pereira, em data de 4 de julho de 1608. Para religiosa tomou o nome de Ana de São Francisco.

8) Diogo Gomes da Silveira (§ 2.º, n.º 3) ◇ Foi o primeiro capitão-mor da ilha do Faial, e governador militar da ilha do Pico, desde 1573 a 1578. Foi síndico do convento de São João durante largo período.

Houve três Diogos Gomes da Silveira: avô, filho e neto. É mais um ponto para tirar a limpo, visto ser opinião corrente ter havido só duas criaturas dêste nome. O caso esclarece-se lendo os períodos seguintes na escritura com que João da Silveira Vilalobos dotou para freira, em 1637, a filha Agada da Trindade: — «... deceram elles dotadores que elles sam verdadeiros senhores e possuidores de trinta e tres alqueires de terra lavradia, pouco mais ou menos, ou tanta quanta for, e se achar que lhe sucedeu por titulo da herança de seu Pay e Sogro Diogo Gomes da Silveira.... assignarão com testemunhas prezentes Diogo Gomes da Silveira, irmão e cunhado dos ditos dotadores, que assignou pela dita dotadora por dizer não saber assignar.... e Diogo Gomes o Mosso, filho do dito Diogo Gomes da Silveira....»

Nota interessante, alheia ao assunto: nesta escritura computava-se em 100$000 reis cada moio de trigo de fôro.

Margarida Gil, a consorte, era filha de Francisco Gil, natural da província da Beira e de sua mulher Maria Nunes d'Utra, que se julga descender do primeiro donatário do Faial, ou de alguem da família dêle. Teve uma irmã de nome Francisca Nunes, que foi casada com João Rodrigues Leite (V. *Leites*, § 1.º, n.º 1)

9) Margarida da Visitação, Clara do Espírito Santo (§ 2.º, n.º 4) ◇ Freiras no mosteiro de São João. Tiveram ambas dote para professar, feito pelo pai, por escritura de 6 de agosto de 1598, à Clara do Espírito San-

to, e por escritura de 2 de maio de 1602 a Margarida da Visitação. [1]

10) Francisco Silveira Vilalobos (§ 2.º, n.º 4) ◇ Licenceado pela universidade de Coimbra, ignoro em que faculdade. Foi nomeado pelo capitão donatário ouvidor das justiças na ilha do Faial. [2] Além dos filhos nomeados, diz Garcia do Rozário que houve mais três filhas religiosas no mosteiro da Glória, cujos nomes se desconhece.

11) Carlos da Silveira (§ 2.º, n.º 5) ◇ Desde muito novo foi destinado pelos pais à vida religiosa. Aos catorze anos o consagraram ao serviço de Deus e da Companhia de Jesus, mandando-o para o colégio de Lisboa, a fazer seu noviciado. Ali entrou aos 15 de junho de 1639.

Terminados que foram os seus estudos de teologia, final do curso, voltou ao Faial, por mandado dos superiores. Sendo êsse curso dois anos de letras humanas, três de filosofia, três de professorado, e quatro de teologia, a sua visita ao Faial — segundo opinião do sr. Alexandre Coutinho Castelo nuns *Comentários* à obra de António Franco (trabalho particular à minha esquadinhadora pessoa facultado) — realisou-se em 1653. Não tendo, porêm, feito os três anos de professorado, devia ela ter sido então em 1650, ou ainda um pouco antes, dada a hipótese das coisas não sucederem bem como hoje se prescreve.

Emfim, do que podemos ter plena certeza é que representava missão de secreta importância, a que lhe incumbiram os seus directores. O colégio instituido por mercê da doação de Francisco d'Ulra de Quadros estava a abrir, como de facto abriu em 1652, com geral regosijo, ao som festivo de instrumentos músicos e salvas de artilharia. [3] A presença dum insigne membro da Ordem, insigne não só pelo nascimento, mas pelas suas virtudes e ilustração, visitando a terra onde se iniciava tão notável melhoramento, onde tinha familia e onde nascera, devia ser de grande proveito. Na verdade assim parece ter sucedido. Ao fazer sua

---

[1] *Tomb. conv. S. João*, liv. X e XII

[2] *Reg. cam. da Horta*, liv. I, 179

[3] «O colegio abriu em 1652 no Fayal, onde com regozijo universal, ao som de instrumentos musicos e salvas de artilharia receberam os fundadares...» (os primeiros padres que dele tomaram conta) — F. Rodrigues, *A Formação intellectual do jesuita*

solene profissão, dispondo, como da regra, dos bens terrenos, Carlos da Silveira aplicou uma grande parte deles ao colégio do Faial. Êste exemplo, e não menos por certo, a sua palavra e ardente zêlo em bem observar as determinações da communidade, induziram alguns parentes seus a concorrer tambem para a utilissima e nascente casa de instrução. [1]

Desconhece-se quanto tempo se demorou no Faial. Pouco, naturalmente.

Depois, em Lisboa, vemos que o não seduzia aquela existência tão enredada de obrigações e interesses mundanos; desejava uma vida mais religiosa, toda de renúncia, evangelisadora. Obteve então licença dos superiores, e partiu para Angola, a derramar entre os negros algumas scentelhas civilisadoras. Por lá ficou nessa árdua missão, falecendo após penosissimos trabalhos, em 1683. Um espirito que se santificou.

Foi reitor do collegio de Loanda.

12) **Agada da Trindade** ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 5)

◇ Professou no convento de São João, sendo a escritura de rectificação do dote feita pelos pais, aos 2 de junho de 1638. [2]

13) **Maria do Livramento** ◈ (§ 2º, n.º 6)

◇ Freira no mosteiro de S. João. Fez-lhe a mãe, então já viuva, escritura de rectificação de dote, na profissão, aos 5 de janeiro de 1651. [3]

14) **Luzia da Silveira** ◈ ◈ (§ 3.º, n.º 2)

◇ Casou no Topo, onde o marido exercia as funções de tabelião. Forma um dos troncos dos Silveiras na ilha de São Jorge.

15) **Guilherme da Silveira** (§ 3.º, n.º 3)

◇ Foi o primeiro capitão-mor das Velas, S. Jorge. Instituiu a favor de seu neto Guilherme um morgado, cujos

---

[1] «Depois dos estudos da theologia voltou por mandado dos Superiores ao Fayal, aonde muito promoveu o bem daquelle collegio, assim com o que lhe deu, como tambem com o que por seu respeito lhe deram os seus parentes.» — António Franco, *Imagem da Virtude no noviciado de Lisboa* (Coimbra, 1717) pag. 619

[2] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV

[3] Idem, liv. XII

bens, no dizer de José Cândido de Avelar, são ainda hoje conhecidos naquela ilha pelos bens do morgado Forjaz.

A segunda consorte, Inês Gonçalves de Ávila, era filha de Fernão d'Ávila, neta de Belchior Gonçalves d'Ávila, casado na ilha Graciosa com Inês Gomes Freire, bisneta de Antão Gonçalves d'Ávila, que da ilha Madeira se veio estabelecer na Terceira (V. *Betencurts*, pag. 100)

16) Maria da Silveira ◈ ◈ (§ 3.º, n.º 4) ◇ O marido, Melchior Gonçalves de Ávila, era filho de Damião Dias Picanço, e de sua mulher Filipa Gonçalves de Avila, o Velho, e neta de Antão Gonçalves de Avila, da ilha Terceira, casado com Inês Antona; neto de Bartolomeu Dias Picanço, bisneto de Diogo Afonso Picanço, criado do conde de Faro, e um dos primeiros povoadores da ilha do Faial.

17) António Alves de Lacerda (§ 3.º, n.º 11) ◇ Por morte do irmão primogénito, João Forjaz de Lacerda, de quem não ficou descendência, foi administrador do vinculo que êle possuia. Casou no Brazil ignorando-se o nome da consorte.

18) António de Lacerda Forjaz (§ 3.º, n.º 12) ◇ Foi o sucessor, na administração do morgado, por morte do pai. Deu-se êste caso na ocasião em que o Brazil se separou de Portugal, proclamando a sua independência. António de Lacerda, nascido no Brazil, portanto estrangeiro, não podia suceder no morgado, e daí o motivo porque seu primo João Pereira Forjaz tentou reivindicar para si, em 1868, a dita morgadia, o que todavia não conseguiu. Não tinha António de Lacerda Forjaz direito à sucessão vincular, mas teve-a na qualidade de legítimo herdeiro. Por se tornarem os bens livres e alodiais, pela lei da desvinculação, fizeram os filhos venda dos mesmos bens, que foram então avaliados em cêrca de 30:000$000 de reis.

19) Maria Silveira ◈ ◈ ◈ (§ 4.º, n.º 2) ◇ O marido, João Pires de Matos, moço escudeiro, instituiu em 1 de junho de 1518 a ermida de S. Lázaro, na vila do Tôpo.

20) Diogo de Matos da Silveira (§ 4.º, n.º 5) ◇ Clérigo, beneficiado na igreja Matriz, da vila do Tôpo, S. Jorge. Cêrca de 1661 fundou, sob invocação de São Diogo, o convento de franciscanos na mesma vila.

21) João Machado Pereira ◆ (§ 5.º, n.º 10) ◇ Morreu vitimado pelo assombroso terramoto da noite de 9 de julho de 1754, sob as ruinas da sua casa, na freguesia de Santo Tiago, aonde era vigário.

22) Rita de Cássia ◆ ◆ ◆ (§ 5.º, n.º 11) ◇ Ora vejam êste quadro de tragédia.

Memoremos a breves termos aquele cataclismo, conhecido na tradição do povo por *mandado de Deus*, que dentro de alguns instantes, em a noite de 9 de julho de 1757, cobriu de terror e de luto a ilha de São Jorge. [1]

Foi súbita a catástrofe. Até momentos antes, nenhum fenómeno se percebera que a fizessem esperada, sequer adivinhá-la.

Era perto da meia noite. Tudo em paz e silêncio. De repente, o solo começou a tremer, e crescendo, crescendo de agitação, chegou a tais e tamanhas convulções ciclópicas, que acordaram para a rua todos os moradores, erguendo ao céu os braços desconcertados, com suplicantes brados de misericórdia. Julgavam o fim do mundo...

Mas os efeitos mais terríveis, pelo número de mortos e prejuizos materiais, foram na Calheta e no Topo, como se a mão sinistra da fatalidade ali se houvesse esmerado no castigo. Pelos campos, as paredes mal seguras esborralharam-se; nem um só edifício, grande ou pequeno, ficou de pé ante a *brusca* violência do abalo, que os sacudiu furiosamente, até aos alicerces, sumindo nos seus escombros centenares de vitimas. Houve uma casa em que ficaram sepultados todos os moradores — nove pessoas, desde avós aos netos. Os templos *entraram* tambem na conta, fazendo depois os sacerdotes recinto sagrado, para abrigo do Santissimo e suas rezas, no campo, debaixo de árvores, à moda druidica. Fendeu-se o chão; despegaram-se rochas, pedaços da terra, que desabavam, outros corriam para o mar, a formar baixios e ilhotas, algumas ainda com suas árvores — uma levando no cimo uma casa com seus moradores, sem êstes sofrerem nenhum dano, nem saberem da transformação, senão no dia seguinte. Por toda a parte ruinas, assombro, desgraça. Revolucionava-se a natureza.

Foi de 1.034 o número de pessoas mortas naquela parte da Calheta e do Topo. Quantos os feridos? Não se sabe. Todavia a nossa imaginação amargurada talvez consiga avaliá-lo.

[1] *Arch. dos Açores*, IV, 353 e 355; XIII, 151

O sucedido em casa do capitão-mor da Calheta semelhou uma crueldade. Tinha êle passado fora o serão, com alguns amigos, entretidos a jogar uma bisca bem pitadeada e rabujenta, na melhor paz do Senhor. Quando recolhia, a passos cautelosos que o débil clarão da lanterna ia guiando, e quási ao terminar o trajecto, já próximo da sua habitação, sentiu de repente o solo estremecer debaixo dos seus pés, num descompassado ímpeto de besta irada. Ao mesmo tempo, um ruido soturno e misterioso encheu a negrura da noite. Os muros desmoronavam-se com fragor; ouviam-se gritos... Estacando, um calafrio de terror a trespassá-lo até ao mais fundo da alma, como condenado sob o lampejar do cutelo, caiu de joelhos, as mãos erguidas numa súplica para a inclemência do espaço.[1] Compreendeu, num fugace pensamento, toda a grandeza da tragédia, sem calcular ainda o quadro horripilante que o aguardava. Passado o primeiro momento de angústia, largou a fugir, numa corrida louca, a saber dos seus. Encontrou a sua casa em ruinas, como todas as outras, e sob os destroços, morta, a sua filha, e um seu criado.

Caprichos do destino! Por uma brincadeira infantil, ela e o irmão tinham trocado naquela noite os quartos de dormir; e assim foi, devido a um mero acaso, que a infeliz menina pereceu, e o irmão se salvou do desastre, na parte da casa conservada de pé.[2] Caprichos do destino!...

23) António Silveira d'Ávila (§ 5.º, n.º 11) ◇ Não só pelo esmero e afabilidade do seu carácter, mas sobretudo pela sua superior ilustração adquirida na leitura assídua dos bons escritores nacionais e estrangeiros, tornou-se uma figura das mais distintas do seu tempo e da sua terra.

Foi eleito em 1759 sargento-mor da Calheta, cargo que exerceu até à data do seu falecimento.

24) Maria D. da Silveira e Cunha (§ 5.º, n.º 12) ◇ Nomeado, o marido, capitão-mor da Calheta por provisão do capitão-general, de 12 de dezembro de 1817, confirmada por carta régia de 19 de fevereiro de 1820.

Foi o último capitão-mor da Calheta.

Era neto do capitão-mor das Velas, Gabriel Acácio Pereira de Sousa.

---

[1] «Poz-se de joelhos aterrado, assustando-se de tal ordem que, por uma disposição hereditária, ficou depois lazarado.» — P. Manuel d'Azevedo da Cunha, *Arch. dos Açores*, XIII, 455

[2] Apontamento pelo dr. João Teixeira Soares. Em Silveira Avelar, *Ilha de São Jorge*, 420

25) Joaquim José P. da Silveira e Sousa ◆ ◆ ◆ (§ 5.º, n.º 13)

◇ Bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra.

Deu-lhe a vocação o enveredar pela carreira politica, de que foi na sua terra um vulto notabilissimo, quer pela sua situação como chefe do partido regenerador, e pelos cargos e mandatos que ocupou, quer pela influência que adquiriu, devida especialmente às cativantes qualidades do seu trato e do seu caracter.

Fez, por várias vezes, parte da câmara municipal das Velas, e era dela presidente, quando naquela ilha, a 11 de abril de 1832, esteve de visita, por algumas horas apenas, D. Pedro IV.

Por decreto de 29 de dezembro de 1849, foi nomeado governador civil da Horta, cargo que exerceu até 9 de dezembro do ano seguinte, por ter de se ausentar a tomar assento em côrtes, como deputado eleito pelo distrito de Angra.

Foi um orador insigne, não de *grande e destra argumentação*, mas falando com surpreendente verbosidade.

Êstes dotes oratórios despertaram ensejo ao seu ilustre conterrâneo, João Soares de Albergaria, para uma conceituosa frase, já muito conhecida, porèm digna de registar-se ainda mais uma vez.

Êle Joaquim José, o irmão António e o seu patricio Manuel Teixeira Soares, regressavam a São Jorge, juntos, tendo completado na universidade as suas formaturas. Então João Soares de Albergaria, espirituoso e sagaz observador, considerando aquele cacho de bacharéis, num inspirado momento, definiu os três desta arte: *um sabe mais do que diz, outro diz mais do que sabe, outro não sabe o que diz.*

Sabe mais do que diz, entendia-se com o irmão, homem muito ilustrado e estudioso, mas de poucas falas, o sem o dom da palavra; *diz mais do que sabe*, aplicava-se ao doutor Joaquim, como já disse, um constante palrador, falando de tudo e a propósito de tudo; *não sabe o que diz* tinha sobrescrito para o doutor Manuel Teixeira, que era considerado pessoa de fraco saber, se tal é possivel admitir-se em quem possuia um titulo de estudos superiores.

26) Miguel António da Silveira e Sousa ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 5.º, n.º 12)

◇ Foi o último capitão-mor da Calheta, eleito em 1818.

TITULO XXVII

SOARES

Descendem de **Belchior Soares**, que se estabeleceu na ilha de São Jorge, em meados do século XVI, procedendo dos nobres Soares de Sousa, donatários da ilha de Santa Maria.

§ 1.º

1 **Belchior Soares** — casado com Inês Dias, de quem teve:

2 **Diogo Soares** — que casou com Francisca Roque, da qual teve:

3 **Amaro Soares de Sousa** — casado com Suzana Gonçalves Teixeira — (**1**)

Tiveram:

4 Bernardo Soares Teixeira, que segue
4 Inácio Soares Teixeira
4 Sebastião de Sousa Soares, que segue no § 2.º

4 **Bernardo Soares Teixeira** — 1.º c. 17-6-1662 com Izabel de Azevedo, m. 16-1-1666 ; 2.º casou com Maria Silveira Guiarte, m. 18-2-1733 (V. **Terras**, § 2.º, n.º 6) — (**2**)

Tiveram :

5 Inácio Soares de Sousa, que segue
5 Maria de São Bernardo, freira no convento da Glória — (**3**)

5 **Inácio Soares de Sousa** — n. 5-2-1673, m. 25-8-1747, casou com Inês Antónia da Silveira, m. 12-5-1751 com sessenta e seis anos de idade (V. **Pereiras**, § 5.º, n.º 7) — (**4**)

Tiveram :

6 Bernardo Soares de Sousa, que segue
6 José Inácio Soares de Sousa, que segue no § 3.º
6 Ana Soares de Sousa
6 Luiza da Silveira Soares
6 Maria Inácia, freira no convento de São João
6 António Silveira de Sousa Soares, clérigo, m. 8-11-1804
6 Francisco Inácio Soares de Sousa — (**5**)

6 **Bernardo Soares de Sousa** — m. 18-6-1768 com sessenta anos de idade, c. 27-7-1652 com Maria Laureana da Silveira Betencurt, m. 5-8-1804 (V. **Farias**, § 4.º, n.º 7) (**6**)

Tiveram :

7 Inácio Soares de Sousa, que segue
7 Francisco Inácio Soares, n. 1758
7 Ana Soares, n. 26-7-1763, m. 23-9-1841
7 Francisca Inácia Luiza da Silveira Soares de Noronha, n. 25-6-1768 c. 30-11-1769 com António Silveira Linhares Carvalhais Cota Falcão (V. **Linhares**, § 1.º, n.º 6)
7 Inês Joaquina da Silveira, n. 16-9-1755, m. 5-1-1833, c. 8-1-1770 com Manuel Inácio do Canto Brum (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 3)
7 Josefa Soares, n. 17-8-1760
7 Luiza Francisca Soares, n. 26-2-1758, m. 12-8-1820, c. 22-8-1784 com Tomás Telles d'Utra Machado (V. **Utras**, § 3.º, n.º 10)
7 Inácia Joaquina Soares, que segue no § 4.º

7 **Inácio Soares de Sousa** — n. 26-7-1763, m. 18-2-1815, c. 27-6-1804 com Maria Augusta Peixoto da Silveira, n. 22-6-1774, m. 1844 (V. **Guterres**, § 1.º, n.º 7) — (**7**)

Tiveram :

8 Bernardo Soares, que segue
8 Francisco Soares de Betencurt, n. 21-9-1814
8 Francisca Soares, n. 27-3-1807, m. 24-7-1894
8 Maria Laureana, n. 5-1-1806, m. 21-11-1839

8 Inácia Soares, n. 1811 m. 11-3-1881, c. 20-1-1844 com António Whyton (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 5)
8 Luiza Soares, n. 4-3-1809, c. 19-1-1828 com António Ferreira Borralho, n. 21-6-1793, m. 22-6-1853 na cidade de Ponta Delgada — (**8**)
Tiveram:

9 Maria José Borralho, m. 20-12-1846 com treze anos de idade

8 **Bernardo Soares de Sousa** — n. 1804, m. 6-3-1877, casou nas Velas com Marta Soares de Sousa (Vide § 2.º, n.º 9) — (**9**)
Tiveram:

9 Maria Soares, que casou com João Pereira da Cunha Pacheco (V. **Cunhas**, § 2.º, n.º 7)

§ 2.º

4 **Sebastião de Sousa Soares** (§ 1.º, n.º 5) — m. 23-1-1689, casou com Marta Simoa de Sousa, m. 7-7-1710 — (**10**)
Tiveram:

5 Amaro Soares de Sousa, que segue
5 Bárbara de São Carlos } religiosas no mósteiro da Esperança (Angra)
5 Suzana de Cristo }
5 José Soares de Sousa, clérigo — (**11**)

5 **Amaro Soares de Sousa** — casado com Bárbara de Sousa Machado — (**12**)
Tiveram:

6 Gonçalo Nunes Pereira, que segue
6 Damião de Sousa Soares
6 José Sebastião de Sousa Soares, c. 3-6-1727 com Maria de Jesus da Silveira
6 Marta Maria do Rozário, freira no convento do Rozário, nas Velas

6 **Gonçalo Nunes Pereira** — casado com Maria Josefa Pereira de Lemos, de quem teve:

7 **Marta Maria Josefa Pereira** — c. 16-8-1744 com Miguel Teixeira Betencurt, nascendo dêste consórcio:

8 José de Sousa Soares, que segue
8 Damião de Sousa Soares — (**13**)
8 Manuel Teixeira de Betencurt, clérigo

8 **José Soares de Sousa** m. 1717, casou com Bárbara Josefa da Silveira (V. **Silveiras**, § 1.º, n.º 10) — (**14**)
Tiveram:

9 Miguel Teixeira Soares de Sousa, que segue
9 Damião de Sousa Soares
9 João Pereira Soares
9 Izabel Soares Teixeira
9 Bárbara Soares de Sousa
9 Marta Soares de Sousa, casada com Bernardo Soares de Sousa (Vide § 1.º, n.º 8)
9 Rita Soares Teixeira, c. em 16-11-1825 com Nicolau Teixeira Machado Stwart, viuvo de Bárbara de Sousa Cunha (V. **Cunhas**, § 2.º, n.º 6) — Tiveram:

10 Tereza Soares Teixeira
10 Maria Vitória Soares Teixeira, c. 5-6-1851 com José Caetano de Sousa e Cunha

9 Josefa Soares d'Azevedo e Sousa, casada com Francisco Silveira Machado e Sousa (V. **Cunhas**, § 2.º, n.º 6)
9 Manuel Teixeira Soares — (**15**)
9 José Soares de Sousa, n. 31-7-1794, m. 22-12-1872 — (**16**)

9 **Miguel Teixeira Soares de Sousa** — n. 14-6-1791, m. 9-5-1831, c. 26-8-1822 com Maria Angélica Soares de Albergaria, n. 3-10-1794, m. 11-7-1874 (Vide § 3.º, n.º 8) — (**17**)
Tiveram:

10 Miguel Teixeira Soares de Sousa, que segue
10 Luiza Soares Teixeira, c. 13-10-1870 com Francisco José Betencourt e Avila (barão do Ribeiro) n. 24-5-1827, m. 16-10-1888
10 João Teixeira Soares de Sousa, n. 19-9-1827, m. 1-7-1882 — (**18**)
10 José Soares Teixeira de Sousa, n. 26-3-1826, m. 20-8-1885, casou com Izabel Beatriz d'Azevedo Pereira e Sousa (V. **Silveiras**, § 3.º, n.º 14) — (**19**)
Tiveram:

11 Miguel Teixeira Soares de Sousa
11 Maria Izabel Soares Teixeira, casada com Álvaro Soares de Albergaria Mesquita (Vide § 3.º, n.º 9)

10 **Miguel Teixeira Soares de Sousa** — n. 12-8-1824, m. 11-8-1891, casou com Maria Machado Soares (Vide § 1.º, n.º 9) — (**20**)

§ 3.º

6 **José Inácio Soares de Sousa** (§ 1.º, n.º 6) — n. 7-6-1727, casou com Joaquina Iosefa Belencurt — (**21**)

Tiveram:

7 Inácio Soares de Albergaria e Sousa, que segue
7 José Inácio Soares, clérigo, ouvidor na vila das Velas
7 Jacinto Soares de Albergaria — (**22**)
7 Francisca Luiza Soares de Albergaria, c. 6-2-1815 com João Câncio da Silveira Machado, havendo dêste consórcio:

8 Josefa Soares de Albergaria, c. 12-6-1851 com Antonio Pedro da Silveira Mesquita, nascendo dêste consórcio:
9 Alvaro Soares de Albergaria Mesquita, casado com Maria Izabel Soares Teixeira (Vide § 2.º, n.º 11)
9 José Soares de Albergaria Mesquita

7 **Inácio Soares de Albergaria e Sousa** — n. 1768, m. 1835, c. 9-6-1793 com Izabel Delfina da Silveira — (**23**)

Tiveram:

8 João Soares de Albergaria, que segue
8 Maria Angélica Soares de Albergaria, c. 26-8-1822 com Miguel Teixeira Soares (Vide § 2.º, n.º 9)
8 Jose Soares de Albergaria, casado com Tereza Ermelinda Borges do Canto — (**24**)

Tiveram:

9 Antônio Soares de Albergaria, casado com F....
9 Diogo Soares de Albergaria
9 Amaro Soares de Albergaria, c. 29-9-1859 com Maria Joaquina de Lacerda Cabral (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 11)

8 **João Soares de Albergaria** — n. 16-1-1796, m. 1-2-1875 — (**25**)

§ 4.º

7 **Inácia Joaquina Soares** (§ 1.º, n.º 7) — n. 1-1-1766, c. 28-7-1791 com Tomé Cardoso Machado (**26**)

Tiveram:

8 Manuel Machado Soares, que segue
8 Francisco Soares de Lacerda Machado

8 Josefa Carlota Soares, n. 10-7-1801, m. 1865, casou com António Betencurt Cardoso Machado (V. Peixotos, § 2.°, n.° 9)
8 Maria, n. 3-7-1792, m. 1801
8 Maria Laureana, n. 25-12-1799
8 Francisca Luiza Soares, n. 12-5-1801, m. 1857, casou com João Pereira de Lacerda (V. Pereiras, § 8.°, n.° 10)
8 Carlota, gémea com a anterior
8 Bernardo, n. 29-12-1798
8 João Machado Soares, n. 7-3-1812, casou com Mariana Leonor Soares, de quem teve:

9 Maria Machado Soares, casada com Miguel Teixeira Soares de Sousa (Vide § 2.°, n.° 10)

8 António Silveira Soares, casado com Maria Emília Silveira Soares, de quem teve:

9 Manuel Machado Soares, casado com Maria Adelaide
9 Inácia Machado Soares, casada com José Maria Betencurt
9 António Silveira Machado Soares, n. 1868, casou com Maria da Glória Sarmento
9 Maria Emília Machado Soares, n. 1864, casou com António Laureano Betencurt Machado

8 **Manuel Machado Soares** — n. 22-11-1794, m. 12-12-1864, casou com Ana Jacinta de Betencurt, n. 8-2-1800, m. 1890 (V. **Peixotos**, § 2.°, n.° 9) — (**27**)
Tiveram:

9 Manuel Machado Soares, que segue
9 António Silveira Machado Soares, casado com Laureana Carlota Machado Soares, de quem teve:

10 António Silveira Machado
10 Maria Machado
10 Maria da Glória Soares
10 Manuel Machado

9 Jacinta Teodolina Machado Soares, n. 20-8-1837, m. 1909, c. 20-4-1860 com Francisco Nunes de Lacerda e Melo (V. **Pereiras**, § 8.°, n.° 11)
9 Luiza Soares Machado, m. 11-11-1883, casou com Joaquim António Linhares (V. **Linhares**, § 1.°, n.° 8)
9 Ana Soares, casada com Amaro Gomes de Azevedo, nascendo dêste consórcio:

10 Adelaide Clotilde Soares, casada com seu primo Manuel Machado Linhares Soares (V. **abaixo**, n.° 10)

9 Maria da Glória Machado Soares, casada com João Manuel Rodrigues de Sousa, havendo dêste consórcio:

10 João Manuel Machado Soares
10 Fernando Soares de Sousa

9 Tomé Cardoso Machado Soares, m. 1905, casou com Luiza Júlia de Betencurt, n. 17-10-1834, m. 25-7-1915 (V. **Betencurts**, § 3.º, n.º 8) — Tiveram:

10 Luiza Cardoso Machado, n. 1866, c. 20-5-1883 com João Sérgio Álvares Cabral, n. 20-5-1860, m. 1909 (V. **Ribeiros**, § 4.º, n.º 8)
10 Maria Palmira Machado Soares, n. 14-9-1872, m. 1898, casou com Manuel Pedro Mackey d'Almeida
10 Filomena Betencurt Machado Soares, n. 17-8-1880, m. 1913, casou com João Álvares Cabral
10 Ana Cardoso Machado Soares, casou com Ernest de Rot
10 José Machado Soares
10 Manuel Machado Soares
10 Tomé Machado Soares

9 Maria Laureana Soares, n. 1822, m. 1896, casada com João José de Simas Vilalobos, n. 1806, m. 1888, havendo dêste consórcio:

10 João José de Simas Vila-Lobos, casado com Laura da Silva Corrêa
10 Maria da Glória Soares, casada com José Silveira Vila-Lobos, nascendo dêste consórcio:

11 Palmira Vila-Lobos, c. 21-1-1888 com Manuel Joaquim da Silva Menezes, nascendo dêste matrimónio:

12 João Vila-Lobos Menezes, n. 5-12-1888, casou com Maria Adelina Pereira, de quem houve:

13 Maria Palmira Menezes, n. 17-3-1913
13 Maria Adelina Menezes, n. 24-8-1917

12 Maria do Carmo Menezes, n. 1896, c. 30-4-1919 com seu primo Manuel Machado de Melo Menezes (V. **abaixo**, n.º 12)

12 José Silveira Vila-Lobos Menezes, n. 12-5-1908

9 **Manuel Machado Soares** — m. 4-10-1881, casou com Maria Teodolina Linhares, n. 25-8-1821, m. 7-4-1882 (V. **Linhares**, § 1.º, n.º 8) — Tiveram:

10 Manuel Machado Linhares, que segue
10 Luiza Soares Machado, n. 3-1-1851, casou com Manuel Maria de Melo e Simas — (~~1875~~) — Tiveram:

11 Luiza Soares de Melo e Simas, c. 26-10-1897 com Eduviges Guiarte Prieto (V. **Pais**, § 2.º, n.º 8)

11 Manuel Soares de Melo e Simas, n. 10-7-1869, casou com Laura Sarmento de Morais — (20)
Tiveram:

12 Luiza Sarmento de Morais, casada com Manuel Damaso do Espírito Santo
12 Maria de Melo e Simas

10 Amélia Clotilde Soares, n. 3-10-1848, casou com José Maria de Melo, n. 24-6-1846, m. 17-2-1915, havendo dêste consórcio:

11 Manuel Machado Soares, n. 10-9-1876, m. 7-9-1895
11 Leonel Soares de Melo, clérigo, n. 18-4-1881, m. 7-4-1909
11 Amélia Soares de Melo, n. 28-8-1882, m. 11-8-1900
11 Maria Amélia Soares de Melo, n. 25-10-1871, casou com João de Menezes, n. 15-11-1870, m. 1916, havendo dêste cosórcio:

12 Manuel Machado de Melo Menezes, n. 26-9-1896, c. 30-4-1919 com sua prima Maria do Carmo Menezes (V acima, n.º 12) — Tiveram:

13 Manuel Machado de Melo Menezes, n. 5-2-1920

12 João Machado Soares de Melo Menezes, n. 17-9-1899
12 José Maria de Melo Menezes, n. 21-12-1903

11 José Maria Soares de Melo, n. 13-7-1873, casou com Lucília Soares, de quem teve:

12 Lucília de Melo
12 Maria Amélia de Melo

11 Clotilde Soares de Melo, n. 21-2-1879, casou com Sebastião d'Ávila Furtado, bacharel em direito, havendo dêste matrimónio:

12 Gastão de Melo Ávila Furtado
12 José de Melo Ávila Furtado
12 Leonel de Melo Ávila Furtado
12 Maria da Conceição de Melo Ávila Furtado

11 Olívia Soares de Melo, n. 28-5-1887, casou com Artur Sebastião Betencurt, nascendo dêste consórcio:

12 Amélia Soares de Melo Betencurt, n. 24-4-1913
12 Artur de Melo Betencurt } n. 2-1-1919
12 José de Melo Betencurt }

10 Maria Palmira Soares de Melo, n. 2-10-1849, casou com Manuel Maria de Melo, n. 8-2-1848, havendo déste matrimónio:

11 Jaime Maria Soares de Melo, n. 12-2-1877, casou com Maria Amélia Martins, de quem teve:

12 Jaime Melo
12 Maria Regina de Melo

11 Álvaro Soares de Melo, n. 31-1-1879, c. 30-1-1909 com Albertina Avelar Betencurt, de quem teve:

12 Maria Hortênsia de Melo
12 Elísia Betencurt de Melo

11 Maria Regina Soares de Melo, n. 6-12-1881, m. 12-11-1905
11 Guiomar Soares de Melo, n. 1-2-1884, casou com A. Moll

10 **Manuel Machado Linhares Soares** — n. 20-9-1847, casou com sua prima Adelaide Clotilde Soares Linhares (V. **acima**, n.º 10) de quem houve:

11 Manuel Machado Soares, n. 10-6-1870
11 Hortense Machado Soares, n. 18-9-1876
11 Maria Alice Machado Soares, n. 1-8-1872

NOTAS

1) **Amaro Soares de Sousa** (§ 1.º, n.º 3) ◇ Era em 1618 sargento-mor na vila das Velas, onde tambem ocupou, por diversas vezes, os cargos de vereador da câmara e provedor da Misericórdia. No referido ano de 1618 foi-lhe concedido o fôro de fidalgo, em mercê dos seus serviços prestados na Flandres, tendo-os prestado igualmente, e relevantes, á causa da restauração, no cêrco ao castelo de São João Batista, na Terceira, em 1641.

Sua mulher, Suzana Gonçalves Teixeira, era filha de Baltazar Dias Teixeira e de sua segunda mulher Francisca Gaspar Fagundes; neta de João Dias, primeiro ouvidor das justiça na ilha de São Jorge, homem douto e opulento, que, juntamente com outro fidalgo abastado, João Varela, fundaram, e ajudaram a edificar a Santa Casa da Misericórdia, das Velas, á qual doaram muitos bens; bisneta de Sebastião Dias, que se estabeleceu por volta de 1484, na ilha de S. Jorge, e de sua mulher Senhorinha Gonçalves, dama do paço.

2) **Bernardo Soares de Sousa** (§ 1.º, n.º 4) ◇ Teve a mercê de escudeiro fidalgo da casa rial, em atenção aos serviços prestados por seu pai. [1]

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. VII, 76

A consorte era viuva do capitão Fernão Furtado de Mendonça (V. *Mendonças*, § 1.º, n.º 4). Realizaram o casamento, ele, em São Jorge, ela aqui, na Horta, sendo representante do contraente seu irmão Inácio Soares Teixeira. Izabel de Azevedo sepultou-se em campa própria na capela-mor da igreja de São Francisco, da Horta.

3) **Maria de S. Bernardo** ◆ (§ 1.º, n.º 3) ◇ Professou no convento da Glória. Foi tolada pelos pais por escritura de 3 de fevereiro de 1688. [1]

4) **Inácio Soares de Sousa** (§ 1.º, n.º 5). ◇ Tambem como o pai escudeiro fidalgo da casa rial. [2]

5) **Francisco Inácio Soares de Sousa** ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 6) ◇ Notabilizou-se na cronica anedótica da Horta por via dum incidente ocorrido a sombra dos paços do concelho — caso insólito e futil, que lhe fez enovelar de indignação a prosápia, e alguma coisa deu que cogitar á pragmática oficial. Foi o caso...

Ah! que não sei, de moja, como o conte!

Na casa da câmara — na pequena sala das sessões, de paredes nuas, branqueadas pelo pincel do caiador — empossava-se, prestando juramento, a vereação anteriormente eleita.

Era um pobre edificio já velho, de dois andares, baixo e acanhado, tambem servindo de cadeia, situado á praça, na esquina da ladeira de São João, em frente á igreja da Glória. A sua construção fôra ordenada pelo desembargador Fernão Gomeiro Massam, quando de correição pelas ilhas, na sessão da câmara do dia 5 de novembro de 1632. «Achou que a cadeia era incapaz por seu acanhamento, visto estarem os homens e as mulheres juntos; e não ter o carcereiro onde morasse; por isso mandou que se intimasse o procurador do marquez donatario da ilha para mandar fazer uma cadeia de dois andares com as comodidades necessarias.» [3]

Fora, no campo da *Praça*, formava a companhia de infantaria paga para as descargas do estilo. Ao redor, e nas janelas e portas, gente vária, imobilizada, numa alegre pasmaceira.

---

[1] **Maço** de escrituras do convento da Glória (Arq. rep. dist. fin., Horta)
[2] *Reg. cam. Horta*, liv. IX, 312
[3] Idem, liv. III, 74

Em cima, sôbre os telhados, a garrida, que dobrava todos os dias, ao anoitecer, mandando os tendeiros e taberneiros encerrarem as suas portas, e que, de tempos a tempos, repicava alarmada em anúncio da evasão de algum preso, acabara de badalar socegadamente, num espalhado preludio de solenidade.

Foi a 21 de fevereiro de 1782.

O presidente, juiz de fora, [1] doutor Manuel Garcia da Rosa (V. *Garcias*, § 2.º, n.º 5) todo aprumado e esguio dentro da sua casaca côr de canário, os fôlos da perneca branca meticulosamente enelados, fôra pontual, e acolhia com pausadas e sorridentes mesuras cada um que entrava.

Os vereadores e outras personagens vieram separadamente, alguns aos grupos. Luziam-lhes como novas, as enormes fivelas dos sapatos. Sôbre os ombros traziam os vereadores as suas meias capas burguesas, do oficio, em seda preta, que se abriam no peito, deixando tufar à vontade os fôlhos das camisas, muito alvos, engomados de fresco.

O juiz de fora, em pé, junto da cabeceira da mesa, leu, segundo a regra, a pauta dos novos vereadores. O primeiro nome na cabeça do rol, que se ouviu, foi o do doutor Manuel Inácio de Sousa (V. *Sousas*, § 1.º, n.º 2)

Um silencioso movimento de surpresa despontou por toda a assembleia. Não era aquilo o que a etiqueta, em especial o direito ordenavam: a primeira cadeira da vereação pertencia ao mais velho dos oficiais eleitos. Sempre assim se praticara, desde épocas imemoriais. Porque motivo agora tal desacato?

Francisco Inácio Soares, que era o fesado, impava de reprimida cólera, a envermelhecer, como se as altas voltas da gravata mais o estivessem estrangulando. Os lábios tremiam-lhe; tremiam-lhe as mãos dentro dos punhos de renda, compridos, à antiga. Todavia prestou com os companheiros, sôbre os Santos Evangelhos, o juramento regulamentar.

O juiz de fora, sempre grave, num breve gesto fidalgo, estudado como um discurso, convidou o doutor Sousa a sentar-se. Era um colega de mais a mais.

Francisco Inácio Soares então explodiu.

— Perdão! Sou quem...

O juiz assestou a sua grande lunheta de cabo de marfim, alteando a cabeça.

---

[1] Os juizes de fora eram os presidentes natos das vereações

— Não sei porque.

— Pela minha idade...

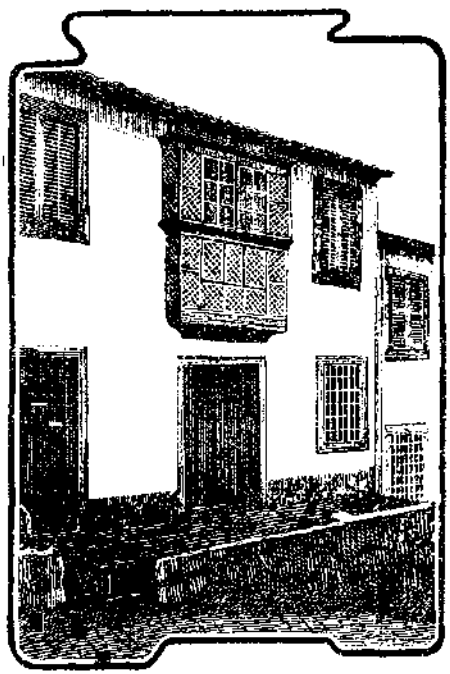
— Velharias. Então os graus universitários onde ficam?...

E para encurtar discussão, indicava os logares aos outros vereadores, acrescentando:

— Mas vossa senhoria recorre, querendo...

Francisco Inácio Soares embatucou: não por via dos argumentos, mas submetido à decisão absoluta da autoridade.

Embatucou, mas não desistiu. Se o juiz de fora disse, lembrando que reclamasse, êle muito melhor o fez. Espoliado, como era visível, nas suas regalias hierárquicas, por conseqüência ferido no seu amor próprio, imediatamente recorreu da arbitrariedade perante Sua Majestade, requerendo o devido e cabal acatamento das particulares usanças do município. Era por certo indubitável a justiça que lhe assistia, porque sem grande demora, com substanciosa sentença, foi atendido.



Uma antiga varanda de "ralos,,

Em data de 23 de dezembro de 1782 *baixou provisão* do paço, declarando o recorrente no plenissimo direito ao primeiro logar em questão, conforme bem claramente estatuia o livro 1.º, títulos 51.º, 58.º, 60.º e 65.º das Ordenações, e portanto que a êle fôsse restituido como vereador mais velho em idade, sem embargo da letra da pauta, e muito menos do argumento exposto pelo recorrido, de possuir o grau de licenceado em canones, e tambem porque não devia constituir costume o exemplo alegado, praticado na última pauta, pois, ainda quando o houvesse, não podia nunca prevalecer ás leis. [1]

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 102

Assim ficou liquidada a pendência. Francisco Inácio Soares sentiu-se feliz; — e em santa paz continuou dormindo, como acaba sempre por dormir,

O génio tutelar das Bagatelas.

6) Bernardo Soares de Sousa (§ 1.º, n.º 6) ◇ Cavaleiro fidalgo por carta de 17 de abril de 1769. [1] Foi juiz ordinário em 1750.

Deixou a terça dos seus bens à mulher, e ambos legaram as terças, de que eram administradores, ao filho Inácio, para correr sucessão regular, preferindo o macho à fêmea.

7) Inácio Soares de Sousa (§ 1.º, n.º 7) ◇ Fidalgo da casa rial, por carta de 14 de julho de 1777. [2]
Era gêmeo com a irmã Ana.

8) Luiza Soares ❖ ❖ ❖ (§ 1.º, n.º 8) ◇ Seu marido, António Ferreira Borralho, tinha formatura em medicina pela universidade de Coimbra.

Era filho de Bruno Nicolau Ferreira, comerciante, natural do Porto, e de sua mulher Tomásia Joaquina Teles Berlinque, a qual era filha do escrivão da câmara da Horta João Alves da Costa e de sua mulher Catarina Teles Berlinque. Foi batisado como filho de pais incógnitos, e perfilhado anos depois por sentença de 18 de janeiro de 1814. António Ferreira Borralho era já viuvo de Joana Ferreira do Espirito Santo, de quem tinha um filho chamado Nestor.

Distinguiu-se notàvelmente no Faial, sua terra, não só no exercício da sua clínica, mas sobretudo pela sua influência politica, de que foi uma das mais preponderantes individualidades. Representou o Faial, em côrtes, na legislatura de 1834; fez parte, como vogal, da junta governativa da Horta, em 1847.

Uma nota interessante, que julgo muito a propósito de se arquivar: o prelo em que começou a imprimir-se *o Açoreano oriental*, de Ponta Delgada, hoje decano do jornalismo português, foi êle António Ferreira Borralho que o comprou e trouxe de Coimbra.

---

[1] *Reg. sam. Horta*, liv. X, 23
[2] Ib., 79

9) Bernardo Soares de Sousa (§ 1.°, n.° 8) ◇ Foi alferes do batalhão de voluntários nacionais, no Faial, em 1831. Consorciou-se nas Velas, onde passou a residir.

10) Sebastião de Sousa Soares (§ 2.°, n.° 4) ◇ Sargento-mor de ordenanças nas Velas, cargo de que tomou posse em 22 de junho de 1658. Foi juiz ordinário em 1663 e 1678, e vereador da câmara em 1687.

11) José Soares de Sousa ◆ (§ 2.°, n.° 5) ◇ Beneficiado na Matriz das Velas, São Jorge. Foi um estudioso, grande investigador, dedicando ás coisas do passado o mais carinhoso cuidado e apreço.

Em 1713, como provedor da Misericórdia, por encontrar o arquivo dêsse estabelecimento em completa desordem e malbaratado, quási incapaz de servir de noticia aos vindouros, reorganizou-o totalmente, mandando trasladar os estatutos primitivos, e solicitando de Sua Santidade novas bulas em substituição das que tinham desaparecido pela invasão que na vila fizeram os franceses em 20 de outubro de 1708. [1]

Por escritura de 7 de julho de 1718, fez doação duma casa com seu quintal e vinha, medindo pouco mais dum alqueire, na vila das Velas, para fundação dum convento de franciscanos, que não chegou a edificar-se, mas onde se pretendia que houvesse um mestre de latim perpétuo, e um mestre de música de canto de orgão. Nessa escritura rectifica a obrigação imposta na terça legada por seu avô, o capitão-mor Bartolomeu Nunes Pereira, de se celebrar anualmente, em 8 de janeiro, uma festa na Matriz da vila da Calheta, comemorando o facto acontecido em igual dia de 1639 — o incêndio que reduziu a cinzas a respectiva igreja, deixando, porém, incolume, no seu altar, entre os corporais, a hóstia consagrada. [2]

---

[1] José Cândido Avelar, *Genealogias*, ms. 57

[2] «... pegara fogo na Matriz de Santa Catarina da dita villa, com a qual se queimara parte d'ella, e a capella onde estava o SS.mo Sacramento e o sacrario, ficando, porem, a Divinissima Hostia consagrada inteira e sem a minima lesam, metida em um monte de cinzas e brazas em cima do altar, mas reparada por cima e por baixo com os corporaes, do tamanho somente da mesma hostia, pelo fogo haver queimado o mais; e que em memoria, etc.» — *Arch. dos Açores* XIII, 437

Deixou os seguintes manuscritos, produto de suas locubrações:

Catalogo dos bispos dos Açores.
Memoria sobre a fundação do convento de freiras nas Velas.
Memoria sobre a heresia da primeira Matriz na vila das Velas em 1675 pelo bispo D. Fr. Lourenço de Castro e alguns outros apontamentos historicos. [1]

12) Amaro Soares de Sousa (§ 2.º, n.º 5) ◇ Sargento-mor de ordenanças, nas Velas.

O nome da consorte, Bárbara de Sousa Machado, faz-nos presumir muito convictamente, haver qualquer grau de parentesco entre ela e os Sousa Machado referidos na nota (2) do titulo dos *Pereiras*.

13) Damião de Sousa Soares (§ 2.º, n.º 8) ◇ Era o primogénito, senhor do morgado; morrendo, porêm, solteiro, sucedeu-lhe na administração do vinculo o irmão José.

14) José Soares de Sousa (§ 2.º, n.º 8) ◇ Sargento-mor nas Velas, depois (em 1809) capitão-mor até à data do seu falecimento no ano de 1817. Teve carta de brazão de armas passada em 2 de outubro de 1816: — escudo esquartelado, sendo no primeiro quartel as armas dos Sousas, no segundo as dos Teixeiras, no terceiro as dos Pereiras, e no quarto as dos Soares. [2]

A seu respeito escreveu José Cândido de Avelar os seguintes honrosos periodos, dignos de se vulgarisarem.

«Rebentando em 1 de maio de 1808 o vulcão da Urzelina, este capitão-mor, sendo vereador da câmara, com os demais, ausente o presidente, juiz de fora, fugido para o Pico em tão pungente ocasião, dirigiram ao capitão-general dos Açores, D. Miguel António de Melo, um officio pedindo-lhe para representar a el-rei para abolir o regimento de milicias, cujo corpo era formado com uma grande parte dos empobrecidos com a queima, com os pobres que não viviam senão do seu jornal

[1] José Cândido Avelar, *Genealogias*
[2] Bacelar, *Archivo heraldico*, I, 422

e outros muitos miseráveis, que talvez aparecessem com a farda para fazerem as guardas, sem vestirem camisa pela não terem; o que faziam como meio de proteger a ilha em tão calamitosa época.

«Esta súplica justa mereceu-lhes serem mandados repreender severamente pelo capitão general. A autoridade *despotica e cruel* do capitão-mor José Soares de Sousa (aliás Sousa Soares) assentava em actos de justiça e benevolência a favor do povo, como aquele. [1]

15) Manuel Teixeira Soares (§ 2.°, n.° 9) ◇ Bacharel em cânones pela universidade de Coimbra. Foi êste o doutor que João Soares de Albergaria, num dos seus momentos de verve defluiu com a divisa *não sabe o que diz*, ao classificá-lo, e aos doutores António e Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa, quando regressaram de Coimbra com as suas cartas de bachareis. Esta espirituosa anedota deixei-a reproduzida em a nota (30) titulo *Silveiras*.

16) José Soares de Sousa ◆ (§ 2.°, n.° 9) ◇ Esteve destinado para a vida eclesiástica, chegando a receber ordens de prima tonsura, sendo a falta de bispo na diocese o motivo principal por que interrompeu a carreira.

Em 1828, como vereador da câmara das Velas, é um dos que aclamam D. Miguel; em 1831, porêm, já o vemos constitucional, e nomeado pelo conde de Vila Flor, em nome da regência, juiz e corregedor na ilha de São Jorge, pela exoneração dos próprios, partidários do absolutismo.

Foi êle quem, na qualidade de juiz ordinário, em 1839, usando de grande diligência e ardileza policial, e aplicando todo o rigor da lei, conseguiu anular uma associação de malfasejos, verdadeira quadrilha de salteadores, denominada *Os frades*, que, desde 1833, infestava a ilha, assaltando propriedades, espancando cidadãos, praticando roubos e assassinatos. [2]

17) Miguel Teixeira Soares de Sousa ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 2.°, n.° 9) ◇ Tenente-coronel de milicias e fidalgo da casa rial. Pela sua fortuna e jerarquia, sobretudo pela nobreza do seu caracter, tornou-se uma das indivi-

---

[1] J. Cândido Avelar, *Ilha de São Jorge*, 86
[2] Avelar, *Genealogias*, ms., 57

dualidades mais distintas, cujo nome ficou em destaque para as gerações vindouras, nos fastos da ilha de São Jorge.

Jurou a constituição de 1820; e foi por virtude dela, e pela votação popular efectuada em 1822, que saiu eleito vereador da câmara municipal das Velas, da qual ficou sendo presidente.

Chegou o ano de 1823, e restabeleceu-se o govêrno absoluto. Então, mal teve conhecimento dêste facto, apresentou-se imediatamente com os companheiros a depor o mandato nas mãos dos vereadores, que ao tempo da sua eleição estavam em serviço. Cada regimen com os seus servidores e com as suas ideias. Êste singular exemplo de escrupulo cavalheiresco caracterisa perfeitamente o feitio fidalgo da sua personalidade.

Teve uma morte bárbara, [1] que bem longe era de esperar na pessoa de quem tanto sobresaia pela coerência do proceder, praticada pelas mãos brutais duma soldadesca ignara, e que consternou a população inteira da ilha.

No dia 9 de maio de 1831 as tropas constitucionais, sob o comando do conde de Vila Flor, tendo desembarcado sem o mais insignificante empêço na Fajã de St.º Amaro, seguiam em ordem de marcha, rufando triunfalmente, a caminho da vila das Velas.

O tenente-coronel, alheio ao acontecimento, seguia montado no seu cavalo, muito despreocupado e vagaroso, admirando os verdes trigais ondeantes, para a sua casa dos Terreiros. Seguia só. Até ali tudo deserto e imerso na grande, incompreensivel paz da natureza. Chegando, porém, ao sitio da Piedade, alguns *populares*, meio assustados, saindo de trás dum muro, correram a dar-lhe parte do sucedido, e a dizer-lhe que as tropas já deviam achar-se perto e que traziam rumo daquele logar.

— Não devem tardar. Melhor será V. S.ª tomar pelo atalho...

Mas porque? O seu nome por todos respeitado e conhecido, a ombridade do seu procedimento politico, das suas opiniões, aliás mais inclinadas ao liberalismo do que à grei miguelista, seriam seguramente escudo inviolavel para a sua pessoa. Todavia, por prudência, mudou de destino: repuchando rédeas, tomou pelo caminho de Entre os Picos, a passo açudado, em direcção à sua casa do Ribeirinho, além de São Pedro.

A certa altura encontrou o padre António Rodrigues Pereira, cura

---

[1] J. Cândido Avelar, *Genealogias*, mss., 60

da Matriz, que seguia a pé e só, na mesma linha. Apeou-se, contou-lhe o que ouvira, inquiriu-o; e ambos continuaram a viagem, emparceirados, amigavelmente. A conversação espraiou-se sem dúvida sôbre o famoso caso, de resto já esperado, o desembarque das tropas — no que iria acontecer, nas pessoas e nas coisas que se mudariam...

Nisto bateram de cara com dois soldados, guarda avançada do exército de Vila Flor, que os detiveram, exigindo explicações. Quem eram? para onde iam? Contudo, apesar de todos os esclarecimentos expontâneos e minuciosos, os boçais militarões, com a sua grosseira arrogância de conquistadores, deram-lhe voz de prisão — e que marchassem. Para encurtar distância, enfiaram os presos por um atalho que ia dar à canada dos Passais, no sitio das Covas.

Foi ali, à entrada dessa canada, que se deu o crime. E porque? Por selvageria, por estupidez. Não foi para roubar, nem tão pouco em defesa própria. Tiveram desconfiança talvez de irem mal guiados, eis o que foi. É a razão que me parece mais plausível. De fora da terra, desconhecendo logares e caminhos, e tendo-se na conta de inimigos, presumiram ser levados ardilosamente para alguma cilada.

— Um fidalgo e um padre... — pensavam, olhando com aversão os dois prisioneiros, que seguiam na frente, desapercebidos.

Então um dos soldados, cada vez mais alarmado pelo seu crasso receio, num repente sanguinário, convidou o companheiro, e sem uma única palavra, desfecharam as espingardas, à queima-roupa, sôbre os dois cidadãos indefesos e inofensivos. Na serenidade do ar ressoaram os estampidos dos tiros; as vitimas baquearam; — e a solidão vaga dos campos logo depois continuou na sua indiferença, sob o claro céu.

Miguel Teixeira, mal ferido, o olhar desvairado, tentava erguer-se. O padre caira de bôrco, fulminado, com uma bala nos miolos. Mas as feras, que o sangue embriagava, entontecidos pelo começo do crime, arremessaram-se sôbre os desgraçados, e acabaram de saciar a vileza dos seus instintos, numa fúria canibalesca, retalhando-os a golpes de baioneta. Consumado o feito, deram-se pressa em abandonar o sitio, deixando os cadáveres no meio duma terra, o sangue a ensopá-los, conspurcados de pó.

Pessoas compassivas, que de longe entreviram a tragédia, não tardaram em acudir, presas tanto de indignação como de horror, para levarem os dois corpos a um mais digno repouso.

O tenente-coronel Miguel Teixeira foi depositado, com as devidas honras e enternecimento, na ermida do Corpo Santo, junto à sua casa, da rua do Outeiro. A essa hora (duas da tarde) o exército de D. Pedro instalava-se jubilosa e singelamente na vila das Velas...

Foi talvez sentindo êste lutuoso sucesso, ou talvez para apagar um pouco do odioso que, embora irresponsàvelmente, mancharia os créditos do conde e seu partido, e ainda para minorar na ilustre família a

rudeza do golpe, que Vila Flor nomeou juiz e corregedor da ilha o capitão José Soares de Sousa, irmão do tenente-coronel assassinado.

18 **João Teixeira Soares de Sousa** ◈ ◈ ◈ ◈ ◈
(§ 2.º, n.º 10)

◇ Bacharel formado em filosofia pela universidade de Coimbra, no ano de 1854. Em 16 de outubro de 1864 foi eleito *deputado* às *côrtes pelo circulo* de São Jorge e Graciosa. Mas a politica, que não era sua vocação principal, pouco tempo, relativamente, lhe absorveu da vida.

Onde a sua actividade se firmava com gôsto era no dominio das letras, e muito em particular nos assuntos históricos. Neste campo tornou-se *um vulto açoriano*, digamos antes, *uma* das individualidades portuguesas mais notáveis. Pela sua erudição, pela sua paciência investigadora, sobretudo pelas suas faculdades de critica e de análise, muitos pontos obscuros da história ilhôa póz em evidência, desempoeirados uns, outros explicados. Derivadamente, a lenda, a tradição oral, a *antologia popular mereceram sempre* da sua alma de *poeta*, que era, carinhoso estudo, de que resultou êsse precioso volume, *Cancioneiro dos Açores*, salvando assim do esquecimento, e da adulteração do tempo, inúmeras canções, os nossos melhores romances e aravias.

A tanto chegava o seu estudo, e tão valiosos eram os seus conceitos, *que* à sua beira *se chegaram* a colher informações, não só criaturas inominadas, de fraca cultura, mas outros de fama consagrada, como Garret, Teófilo Braga, Ernesto do Canto, etc.

Ernesto do Canto, que foi um seu devotado admirador, dedicou-lhe, à data do falecimento, uma página notável no *Archivo dos Açores*. *Não sei que melhor se tivesse escrito a seu respeito.* Dela vou extrair um trecho, que por certo diz muito mais do quanto eu poderia discretear numa récua de volumes.

«A individualidade do ilustre jorgense foi um complexo de qualidades de subido valor e de aptidões variadas. Dotado dum talento pouco vulgar, *memória feliciss*ima, *de muita* agudeza de compreenção, os seus recursos eram excepcionaes quando se propunha resolver qualquer problema historico. De indole investigadora, jamais perdia a ocasião de saciar a sua inata curiosidade, tendo alem disso a rara faculdade de nunca mais esquecer aquilo que uma vez ouvira ou lera, por *mais insignificante que fosse*.

«A historia açoreana merecia-lhe especial atenção, sem todavia despresar o que pudesse servir para abrilhantar o nome português, ou iluciclar um qualquer ponto importante da historia da humanidade. Dos Açores conhecia tudo: o passado e o presente, as pessoas e os logares, os factos publicos e particulares, datas e circumstâncias interessantes. Era uma enciclopédia viva, que a toda a hora se podia consultar sem receio de encontrar lacunas.

«Vivendo isolado na ilha de S. Jorge, longe do bulicio mundano, e de quaisquer distrações, entregava-se exclusisavamente á leitura e a profundas cogitações, de que resultavam ideias originais e consequências maravilhosas de perspicácia. Aproximando e concatenando factos isolados, coordenando ideias avulsas, fazia de tudo uma sintese, que espargia luz aonde dantes só havia sombras.

Fugindo da rotina, sujeitava a história á critica severa dos factos, para de tudo deduzir consequências lógicas, únicas, que satisfaziam, não só o seu amor pela verdade, mas igualmente a natural rectidão do seu espirito.

«Newton interrogado como tinha descoberto as admiráveis leis da atracção universal, respondeu: *en y pensant toujours*. Tal é a força da inteligência quando se concentra em profundas meditações!

«Em Coimbra, no vigor da mocidade, rodeado de centenares de estudantes, revelava já a natural tendência para o isolamento; daqui a resultante necessidade de suprir pela leitura a falta de convivência social.

«De trato amenissimo, com uma fisionomia simpática, a seu pezar atraia os circunstantes, principalmente quando por meio duma conversação sempre interessante, melhor lhe deixava perceber os elevados dotes do seu caracter e a inexgotável mina de seus conhecimentos.

«A placidez, filha da força fisica e moral, o espirito justo e recto, manifestavam-se na expressão bondosa das suas feições regulares. Tinha o tipo dum português antigo, daqueles cujos nobres sentimentos e acções tem feito extremecer de entusiasmo as gerações passadas e presentes.» [1]

Além do *Cancioneiro açoreano*, nenhuma outra obra de vulto deixou impressa em volume; mas dispersos em muitas revistas e jornais, encontram-se variados, notabilissimos subsidios históricos.

Refere o doutor Ernesto do Canto que a êle deveu o pensamento inicial da publicação do *Archivo dos Açores*.

19) José Soares Teixeira de Sousa ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 10)

◇ Bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, curso que foi forçado a interromper por algum tempo em conseqüência do famoso pronunciamento liberal *Maria da Fonte*. Exerceu o cargo de administrador

---

[1] *Arch. dos Açores*, VII

do concelho das Velas, consecutivamente, desde 1852 a 1879. No exercício dessas funções houve-se por maneira tão criteriosa, tão zelosa e recta, e com um tal cunho de bondade, que captou a admiração de todos, até mesmo dos próprios adversários políticos.

20) Miguel Teixeira Soares de Sousa ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 2.°, n.° 10) ◇ Com o bacharelato em letras obtido numa das universidades da Bélgica. Regressando á sua terra em 1847, fez logo parte da comissão criada para estudar e combater o *coccus hesperidus* que atacava e acabou por destruir os laranjais. Tambem fez parte da comissão que se estabeleceu para investigar ocêrca das ossadas do bispo D. António Vieira Leitão e padre Amaro Teixeira Fagundes, ao instalar-se o club *Velense* no extinto convento do Rozário, que aquele padre, seu parente, fundara, e que o bispa instalara.

Foi chefe do partido regenerador no concelho das Velas, adquirindo bem depressa, pela sua fortuna e jerarquia, sobretudo, pela integridade do seu caracter, grande e inabalável influência. Espírito prudente e hábil, duma superior educação, nada lhe alterava a linha fidalga, quer fôsse uma vulgar insolência, quer uma simples agressão politica. [1]

21) José Inacio Soares de Sousa (§ 3.°, n.° 6) ◇ Escudeiro e cavaleiro fidalgo por alvará de 17 de abril de 1769. Vereador da câmara da Horta em 1760. Pouco depois, por virtude do casamento, fixou residência em São Jorge, onde, em 1763, já era juiz ordinário. Para conhecimento da ascendência da consorte, consulte-se o *Nobiliario da ilha Terceira* por Eduardo Campos. (tit. *Ávilas*, § 2.°, n.° 10.)

22) Jacinto Soares de Albergaria ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 3.°, n.° 7) ◇ No dia 5 de dezembro de 1816, sendo comandante do forte da vila da Calheta, pelo bom fogo de artilheria que fez, certeiro e vivo, repeliu o ataque dum navio pirata que tentava entrar no porto da referida vila, com o intuito de apresar o brigue-escuna português *Santo Cristo*. Em ordem emanada do capitão general dos Açores, em 3 de janeiro de 1817, foi

---

[1] J. Cândido de Avelar. *Genealogias*. ms. 60

louvado pela maneira intrépida como se houve nêsse feito, sendo-lhe dado o posto de capitão da segunda companhia de ordenanças na mesma vila. [1]

29) Inacio Soares de Albergaria e Sousa ◆ ◆ ◆
(§ 3.º, n.º 7)

◇ Nomeado pelo capitão general dos Açores, em 6 de julho de 1818, sargento-mor das Velas, e confirmado nêsse posto por carta régia de 12 de março de 1819. Em fevereiro de 1820 deixou o dito cargo, por ser promovido a tenente-coronel de milícias. [2]

Foi um homem verdadeiramente excêntrico. Tinha ideias extravagantes, genuino produto dum cerebro desregulado, que ficaram lendárias, e que ainda hoje se enfileiram na lista das boas anedotas.

Devido ao seu génio irrascivel e orgulhoso, ao seu azedume irreprimivel e natural teimosia, por dá cá aquela palha armava pendências, algumas delas, por vezes, de feitio divertido. Com a fazenda pública sustentou numerosos pleitos, que lhe absorveram não pequena soma de cabedal.

José Cândido de Avelar conta alguns dêsses episódios, que diz ter ouvido ao doutor João José Bernardes Madureira Cyrne, que conheceu bem o tenente coronel Inácio Soares, por ser tambem natural de São Jorge, e ter estado em 1829 na mesma ilha como corregedor.

Por via dos seus obstinados litígios com a fazenda, teve Inácio Soares que ir diversas vezes á ilha Terceira para tratar os assuntos mais de perto com os procuradores e com as autoridades. E quem andava metido em tais emprêsas, carecia mostrar quem era e quanto valia. Então para arrotar opulência, mostrando possuir moeda de medir aos alqueires, levava na bagagem baús, sacas bem aferrolhadas, caixas, que na verdade, pelo seu pêso, faziam gemer os carregadores... atulhadas de pedras!

Numa dessas ocasiões que foi á Terceira, teve a lembrança maliciosa, quasi perversa, de aterrorisar a esposa, a titulo de inocente brincadeira. Fazia a viagem em barco. Depois de deixar a ilha, e aí por altura da ponta da Queimada, arrojou ao mar vários objectos seus, que, boiando, pudessem ir ter á costa, casualmente, no babujar das ondas. E para quê? Para que em terra o julgassem vitima dum naufragio, e assim saber em vida como seria pranteado pela consorte, no lance da viuvez!

---

[1] J. Cândido Avelar, *Genealogias*, ms., 81
[2] Ib.

No ultimo período da existência, deixado de demandas, que, no fim de contas, lhe saiam quasi sempre avêssas, circunscrevia o seu viver a dentro do possivel isolamento, divorciado da sociedade, longe mesmo das amisades mais intimas, sómente apreciando a companhia capitosa de alguns vinhos escolhidos. E era cómica a maneira como êle escolhia, agora ou logo, aquele que desejava beber.

Numa das salas mais espaçosas da sua casa, mandava arregimentar, dum extremo ao outro, em duas filas militarmente alinhadas, algumas garrafas de bom vinho, e das diferentes qualidades que se arrumavam na sua adega. Vestia o uniforme de tenente coronel, empunhava a sua espada de copos floreados, e, heroicamente, a passo grave, fazia a sua entrada na sala. Atrás, a laia de ordenança, seguia o preto Cipriano, seu constante e dedicado companheiro. À entrada parava, perfilado, mirando o minúsculo batalhão.

—Sentido!

E começava marchando garbosamente, em ar de revista, por entre as duas alas de garrafas. A certa altura, tomado de súbita resolução, estacava, brandia a espada flamejante, e deitava fora, com golpe destro, o gargalo dum garrafa. O preto avançava pressuroso, erguia-a do chão, e apresentava-a ao comandante, sem proferir palavra. O tenente coronel enfiava a arma na bainha, sorria e punha à boca a sua decapitada vitima...

24) José Soares de Albergaria (§ 3.º, n.º 8) <> Principiou a sua carreira militar como cadete do exército de D. Pedro, sendo dos que desembarcaram nas praias do Mindelo. Fez toda a campanha da guerra civil, morrendo em 1892 com a patente de tenente coronel, na sua casa da Urzelina, São Jorge.

25) João Soares de Albergaria (§ 3.º, n.º 8) <> Vagando em 1818 a capitania-mor das Velas, cargo que seu pai disputava, embarcou para o Rio de Janeiro, a reforçar junto de D. João VI a pretenção paterna, regressando depois por Lisboa, onde se demorou até ao ano de 1827.

Foi nesta cidade que publicou, em 1822, o seu conhecido trabalho *Corographia açorica*.

Estava nas Velas quando o governador José Mauricio Rodrigues, por ordem do capitão general, pretendeu aclamar D. Miguel em reunião da camara, no dia 15 de junho de 1828. Impulsionado pelo fogo das novas ideias, num arremêsso de audácia, de energia, obstou que se realizasse êsse acto politico.

O escaler que trouxera a ordem do governador, regressou a Angra: e num instante se espalhou por toda a cidade a noticia do temerário su-

cesso. Diz-se ter isto sido o motivo que incitou o batalhão de caçadores 5 á revolta, que no dia 22 do mesmo mês depoz o general Manuel Vieira de Albuquerque Tovar, e restabeleceu o govêrno de D. Maria II.

No entretanto, decorrido pouco tempo, o governador José Mauricio sempre conseguiu que a câmara das Velas aclamasse solenemente D. Miguel. Como todas as pessoas da governança da terra, João Soares de Albergaria, já mais acomodado, compareceu tambem a êsse acto, e assinou com os outros o respectivo auto.

Não lhe valeu a manha. Passado um ano, a 14 de outubro de 1829, estando no exercício do cargo de almotacé, foi preso como rebelde ao govêrno de D. Miguel, enviado para a ilha de São Miguel, e ali julgado e condenado (17 de maio de 1830) a cinco anos de degrêdo numa possessão africana. Dias depois, tendo recorrido da sentença, foi-lhe comutada a pena em cinco anos de prisão na praça de Elvas.

Horas intermináveis de desalento, sem uma voz amiga, sem esperança, o torturaram nas trevas infectas da masmorra. Nunca imaginou sair dali. Afinal a guerra teve seu termo, veio a convenção de Évora Monte — e a 27 de maio de 1834 era posto em liberdade.

Regressando à sua terra, tornou-se uma das figuras mais proeminentes, pelos seus meios de fortuna e qualidades superiores de inteligência, não sómente na politica, mas tambem como cidadão benemérito.

A vila das Velas deve-lhe serviços importantes e inolvidáveis. Basta citar, que são suficientes para lhe exalçar o nome. Quando deputado, obteve por portaria de 4 de maio de 1838, a doação, ao hospital, do edificio que fôra convento dos franciscanos. A actual praça em frente ao edificio municipal existe devido ao oferecimento expontâneo e desinteressado feito por êle, á câmara, duma propriedade de casas e quinta que possuia naquele sitio.

Numerosas e estreitas eram as relações que adquirira e sempre manteve com individualidades mais cotadas na governança do estado — nem outro, diz José Cândido de Avelar, a quem sigo nesta noticia, [1] teve havido em São Jorge que as lograsse melhores.

Espirito culto e sagaz, num relance entrevia pessoas e acontecimentos, apreciava ideias e preconceitos, ordens e costumes, tudo concretizando, ironicamente por vezes, sob o lampejo de qualquer frase, num geito de caricaturista. É exemplo a interessante anedota que já citei, [2]

---

[1] J. Cândido Avelar, *Genealogias*, ms., 35
[2] Vide nota (30) tit. *Silveiras*

definindo os três doutores jorgenses chegados de Coimbra com as cartas frescas de bachareis.

A falta de imprensa na ilha de São Jorge, escreveu nos jornais de S. Miguel, Terceira e Faial numerosos artigos politicos e de controvérsia partidária, que esclarecem até certo ponto a feição especial da sua inteletcualidade.

26) Inácia Joaquina Soares (§ 4.º, n.º 7) ◇ É êste o ramo dos Soarès na ilha do Pico.

O marido, Tomé Cardoso Machado, foi capitão-mor na vila das Lages (Pico) nomeado cerca de 1789. Justificou sua nobreza em 1785, assim como seu pai, Manuel Machado da Silveira praticara em 1724, fazendo-se descender do famoso Mem Moniz, que rompeu a golpes de machado a porta da cidade de Santarem, quando em 1147 D. Afonso Henriques a tomou aos mouros. [1]

Tiveram brazão de armas em escudo esquartelado com as armas dos Pereiras, Machados, Fagundes e Betencourts.

27) Manuel Machado Soares (§ 4.º, n.º 8) ◇ Êle e a consorte foram duas das personagens mais distinctas da vila das Lages, Pico, ambos dotados de raras virtudes, que lhes exalçaram os nomes, num preito de estima e de saudade, entre os seus conterraneos. Manuel Machado Soares, senhor do morgado instituido pelo seu sétimo avô, André Rodrigues, tinha os graus de cavaleiro do hábito de Cristo, e de Nossa Senhora da Conceição, e, por uma galanteria da côrte, em decreto do principe regente, D. João VI, foi nomeado tenente aos dez anos de idade. [2]

28) Luiza Soares Machado (§ 4.º, n.º 10) ◇ Seu marido foi o muito conhecido na ilha do Faial, doutor Manuel Maria de Melo e Simas, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, jurisconsulto distintissimo, uma figura de bastante destaque na magistratura judicial.

29) Manuel Soares de Melo e Simas ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 4.º, n.º 11) ◇ Um dos mais insignes oficiais da arma de artilharia, já pela sua vasta série de conhecimentos, já pelos seus criteriosos processos dirigentes. Nos úl-

---

[1] Lacerda Machado, *Os capitães-mores das Lages*
[2] Lacerda Machado, *Os morgados das Lages*

timos tempos foi comissionado nas funções de primeiro astrónomo, director do observatório da Tapada da Ajuda.

Tendo-se dedicado por inteira vocação á alta mathemática, e, como conseqüência, aos maravilhosos e complicados estudos astronómicos, produzindo trabalhos, cálculos, hipóteses, demonstrações, descobertas dum valor inédito — é hoje individualidade a quem, no mundo scientifico, não escasseiam, incondicionalmente, as mais especialisadas homenagens A sua erudição, a par de vasta, é sóbria e segura. No estrangeiro — América do Norte, Alemanha, nas academias de Londres e de Paris — o seu nome está já consagrado como uma verdadeira glória nossa. E é bom frisar, essencialmente modesto, toda essa nomeada se fem feito sem choculhos de reclamo, apenas pelos méritos intrinsecos da sua inteligência, e da sua inteligencia, e da sua actividade.

Quanto a mim é dos vultos de que melhor pode orgulhar-se a terra açoreana.

TITULO XXVIII

SOUSAS

Procedem de **Domingos de Sousa e Silva**, natural da ilha Graciosa, e que se estabeleceu no Faial no decorrer do primeiro quartel do século XVIII.

§ 1.º

1 **Domingos de Sousa e Silva** — m. 6-1-1768, com sessenta e oito anos de idade, c. 24-10-1723 com Bárbara da Trindade, m. 6-8-1773 com setenta e sete anos de idade. — (1)

Tiveram:

2 Manuel Inacio de Sousa, que segue
2 João José de Sousa, clérigo, n. 2-1-1728, m. 24-10-1784 — (2)
2 Francisco de Sousa, frade carmelita, n. 30-12-1733 — (3)
2 Tomás de Sousa e Silva, n. 1726, m. 15-7-1749
2 Rosa de Sousa, n. 7-10-1735
2 António de Sousa e Silva, n. 26-6-1731, m. 14-4-1767, c. 18-2-1760 com Clara Francisca Angélica Pereira Sarmento, n. 23-9-1741, m. 1772 V. Pereiras, § 12.º, n.º 3) — (4)

Tiveram:

3 Luiza Francisca Sarmento de Lacerda, n. 19-6-1760, m. 28-5-1825, c. 10-8-1773 com seu tio Manuel Inácio de Sousa (V. **abaixo**, n.º 2)
3 Caetano de Sousa e Silva, casado com F.... de quem teve:

4 Francisca Luiza de Sousa
4 Francisca Perpétua de Sousa

2 **Manuel Inácio de Sousa** — n. 30-12-1739, m. 15-5-1801, c. 10-8-1773 com sua sobrinha Luiza Francisca Sarmento de Lacerda, n. 19-6-1760, m. 28-5-1825 (V. **acima**, n.º 3)
Tiveram:

3 António Manuel de Sousa, que segue
3 Manuel, n. 8-2-1792, m. 1794
3 João Manuel de Sousa, n. 28-12-1783, m. 9-2-1810
3 Manuel Inácio de Sousa Sarmento, n. 6-1-1800, m. 28-2-1874, c. 23-8-1828 com Maria Rosa Whyton, n. 1806, m. 3-6-1837 (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 5) da qual teve:

4 Maria Rosa de Sousa, n. 26-5-1829, m. 5-12-1919
4 Luiza Francisca de Sousa, n. 8-6-1832, m. 18-8-1884

3 Luiza de Sousa Sarmento, n. 21-6-1779, m. 5-5-1780
3 Ana Luiza Sarmento, n. 30-11-1787, m. 9-9-1813
3 Bárbara Dometila de Lacerda, n. 8-5-1793. Casou com António Pereira Betencurt — (6)
3 Estácio Manuel de Sousa, n. 17-6-1798, m. 3-12-1868, casou com Antónia Whyton, n. 1801, m. 1869 (V. **Whytons**, § 1.º, n.º 5) de quem houve:

4 Ivo Sarmento, n. 28-4-1835, c. 25-11-1867 com Carolina Amélia Rocha — (7)
4 Antónia Sarmento de Sousa, n. 6-2-1829, casou com seu primo António Manuel de Sousa (V. **abaixo**, n.º 4)
4 Maria Whyton de Sousa, n. 21-2-1824, m. 22-11-1836
4 João Pereira Sarmento, n. 19-6-1822, m. 6-3-1894, casou com Maria de Betencurt, m. 19-12-1872 — (8)
Tiveram:

5 Ana Sarmento, n. 3-5-1854
5 Maria Adelaide Sarmento, n. 2-2-1862, m. 16-6-1879
5 João Pereira Sarmento, n. 2-12-1856, casou com Maria Palmira

3 Francisca Cordélia de Sousa, n. 29-3-1781, m. 184.., casou com Estácio Machado d'Utra Teles, m. 9-10-1831 — (9)
Tiveram:

4 António Teles d'Utra Machado, n. 12-3-1804, c. 19-11-1836 com Ana Adelaide Ramos (V. **Pais**, § 1.º, n.º 5)
4 Luiza Teles, n. 1802, m. 20-9-1862, casou com Guilherme Ribeiro (V. **Ribeiros**, § 1.º, n.º 5)
4 Leonor Teles d'Utra Machado, n. 19-3-1811, m. 21-4-1890
4 Margarida *Leonor* Teles, n. 4-7-1805, m. 6-3-1888, casou com António Silveira de Lacerda (V. **Pereiras**, § 4.º, n.º 12)
4 Ursula Teles, n. 17-3-1801, c. 24-9-1824 com João Ramos da Silveira Coutinho (V. **Pais**, § 1.º, n.º 5)
4 Violante Teles, casada com José Prudêncio Telos (V. **Utras**, § 3.º, n.º 11)
4 Bárbara Guilhermina Teles, n. 6-9-1814, m. 6-4-1858; 1.º c. 23-2-1832 com João António Falcão Wanzeler, 2.º c. 20-2-1841 com José Alexandre Barcelos Merens, m. 27-5-1857. Do segundo matrimónio nasceram:

5 Ana Teles
5 Francisca, n. 26-11-1856
5 Adelaide Telos, n. 18-9-1842, m. 28-7-1884, casou com seu primo Gaspar Teles de Lacerda (V. **Pereiras**, § 4.º, n.º 13)
5 Maria Henriqueta, n. 29-9-1847, foi religiosa
5 Violante Teles de Barcelos, n. 12-3-1845
5 Hermenegilda Teles de Barcelos, n. 30-7-1841, m. 9-8-1895, casou com seu primo Augusto Teles de Lacerda (V. **Pereiras**, § 4.º n.º 13) — **(10)**
5 Henrique Teles de Barcelos, n. 26-2-1853
5 Luís Teles de Barcelos, n. 29-10-1843, m. 30-4-1887, c. 20-7-1875 com Francisca Moura — **(11)**
Tiveram:

6 Henrique de Barcelos, n. 13-10-1874
6 Adelaide Teles de Barcelos, n. 29-11-1875
6 Maria Teles de Barcelos, n. 7-6-1877
6 José, n. 1880, m. de meses
6 Hermenegilda, n. 1875, m. 15-9-1882

3 **António Manuel de Sousa** — n. 8-4-1796, m. 21-1-1829, c. 3-9-1824 com Maria Izabel Linhares, n. 1804, m. 9-1-1877 (V. **Linhares**, § 1.º, n.º 8) de quem teve:

4 António Manuel de Sousa, que segue
4 Maria da Glória Linhares de Sousa Sarmento, n. 1829, m. 25-12-1902
4 João Maria Linhares de Sousa, n. 9-6-1827, c. 5-2-1853 com Maria do Ceu

4 **António Manuel de Sousa** — n. 1826, m. 27-3-1886, casou com sua prima Antónia Sarmento de Sousa (V. acima, n.º 4) de quem teve:

5 António Manuel de Sousa
5 Clara de Sousa Sarmento, n. 22-4-1855, casou com José Inácio Pimentel, nascendo dêste consórcio:

6 Clotilde de Sarmento Pimentel, c. 16-11-1912 com Augusto Carlos da Terra Mesquita (V. **Terras**, § 3.º, n.º 11)

NOTAS

1) **Domingos de Sousa e Silva** (§ 1.º, n.º 1) ◇ Das informações que se me deparou arrecadar, nada consegui saber acêrca do motivo que trouxe Domingos de Sousa e Silva ao Faial, nem das suas condições. Muito novo, buscava enraizar-se na vida; naturalmente veio a tentar fortuna. Estabeleceu-se talvez para aí com algum pequeno negócio, que, pouco a pouco prosperou, e a tal ponto que, por fim, já o vemos metido em transações de vulto. Como outros, abalançou-se também, embora em modesta escala, a exportador de vinhos do Pico, recebendo por troca, dos mercados de destino, artigos vários — panos, farinhas, assucar, etc. — para venda local. Tomou de renda, não sei com que fim (para subarrendar, sem dúvida) as propriedades que nas ilhas das Flores e Corvo foram confiscadas ao duque de Aveiro. [1] Estou em crer que era um topa-a-tudo.

Teve o emprêgo de escrivão da câmara da Horta, que exerceu desde 1749 até à data do seu falecimento.

Êle e a consorte foram quem mais concorreu para a reedificação da ermida do Pilar, não só monetàriamente, mas em especial pela sua

[1] *Arch. dos Açores*, V, 275

iniciativa e actividade, cobrando donativos, organizando irmandade, promovendo os necessários despachos do fôro eclesiástico. Lá estão ambos como primeiros signatários dos respectivos estatutos, aprovados pelo visitador geral em 7 de fevereiro de 1729, e reduzidos a termo de sujeição, com data de 31 de agosto de 1734, perante o visitador João Batista do Amaral, tudo confirmado pelo bispado a 17 de outubro do mesmo ano.

Entre outras, contêem êsses estatutos as seguintes interessantes disposições: — «Os irmãos trarão no braço por insignia uma cadeia de ferro, e não de ouro ou prata.... A esta Santa Irmandade se não acceitarão homens titulares nem de menos condição dos que a constituiram.... Não consentirão os nossos irmãos que nos dias das vésperas e festas da Senhora se façam banquetes nem mais daquillo que fôr de serviço da dita Senhora....»

A ermida, fundada pelo padre Filipe Furtado de Mendonça (V. *Mendonças*, § 8.º, n.º 4) em 1701, foi por êle edificada, à sua custa e à custa de esmolas, por êle paramentada de todos os ornamentos necessários ao culto, e ainda por êle dotada em escritura, que rectificou no testamento feito a 5 de abril de 1713. Um incêndio a devorou totalmente, e assim esteve grande soma de anos, ao abandono, sem tecto, nem portas. Alguem quiz acabar de demoli-la; — então se ajuntaram essas almas devotas com Domingos de Sousa e Silva e a consorte, e reedificaram a ermida, com um novo retábulo e lageada de pedra branca, lhe fizeram escadas e muro ao redor, alargando o adro, até construindo uma casa contigua «para servir de reparo ao sol e chuva dos devotos que fazem suas novenas,» e lhe puzeram um sino, e a ornaram de seu cális dourado, dum frontal de tela rica, de cruz e tocheiros, e por fim se congregaram em irmandade legalmente constituida e regulamentada.

Parece, porém, que o vigário da Conceição não olhava com bons olhos êste piedoso trabalho dos seus paroquianos, naturalmente por querer chamar a si os réditos, embora diminutos, da ermida sua sufragânea. Era êle quem desde muitos anos os cobrava, não deixando que para isso se nomeasse nenhum devoto da Senhora do Pilar, como foi vontade expressa do fundador, e conservando na sua mão mais de 60$000 reis, sem coisa alguma aplicar em benefício da mesma Senhora. Nele sempre encontraram dificuldades e repugnâncias, não só no coadjuvar a obra, mas até em associar-se aos actos do culto. Foi êle emfim quem pretendeu demolir o que da ermida, em ruinas, ainda restava. [1]

---

[1] O requerimento pedindo a aprovação dos estatutos, e no qual se relatam estas edificantes noticias, encontra-se no arquivo da referida ermida do Pilar.

Perante êste derradeiro atentado, que seria «d'algum escândalo ao povo, e para os demais devotos desconsolação,» se ajuntaram, pois, e levaram a efeito a reedificação.

Domingos de Sousa e Silva e a mulher foram sempre dedicados protectores da ermida, que amiudadas vezes esmolaram emquanto vivos, dotando-a em 1768 com um alqueire e três quartas de terra lavradia situada na então canada de Santa Ana, hoje ladeira do Pilar.

Fizeram testamento de mão comum, deixando cada qual 6000 missas para serem rezadas dentro de seis meses, e uma missa pelo Natal, *in perpetuum* na dita ermida do Pilar.

O filho António teve a jactância de requerer carta para uso de brazão de armas; êle, porèm, Domingos de Sousa e Silva, não mostra que tal coisa o preocupasse um instante sequer. O seu casamento está a prová-lo: a mulher, Bárbara da Trindade, diz Garcia do Rozário, tinha sido taberneira, estabelecida na rua da Boa Viagem, ignorando se foi quando solteira ou se depois de casada que exerceu tal mister.[1] É provável que ainda depois de casada. Homem de negócio sómente pensava no lado prático da vida. Pouco se lhe dava dessas vacuidades do filho.

2) João José de Sousa ◆ ♑ (§ 1.º, n.º 2) ◇ Clérigo do hábito de São Pedro. Mediante a competente licença da Santa Sé, fez-se tambem homem de comércio, associando-se com o irmão Manuel Inácio no mesmo negócio iniciado pelo pai, mas então largamente desenvolvido, a ponto de ser a sua casa considerada a primeira em exportação de vinhos para o estrangeiro. Instituiu o referido irmão seu herdeiro universal, com reserva da terça para a sobrinha Francisca Cordélia, sua afilhada.

3) Francisco de Sousa ♔ (§ 1.º, n.º 2) ◇ Frade no convento do Carmo (Faial) onde assumiu o priorado da ordem, pela última vez, no triênio de 1786-88. Fez-se depois disso religioso egresso.

Parece ter sido pouco exemplar na administração dos rendimentos monásticos, segundo mui clara e minuciosamente se encontra consigna-

---

1 *Memória genealogica*, mss., 90 v.

do num livro de receita e despesa [1] do aludido mosteiro, e após apreciação, em clavaria, das contas referentes àquele triénio. É uma declaração ex-ofício, sem grande valor, mas curiosissima como amostra de trapalhada conventual, e creio que ali posta ardilosa e subrepticiamente. Direi porque, mais abaixo.

Como havia oito anos que não ia visitador ao convento, determinaram os frades fazer o julgamento de contas, e, para descriminação de responsabilidades, deixar uma lembrança, *ad perpetuam rei memoriam*, das parcelas por que consideravam responsavel o rev. Fr. Francisco de Sousa, carregando-as a seu débito, dele. Eis resumo, para encurtar mais explicações, acusam-o de ter prejudicado a comunidade, principalmente no fabrico dos vinhos e aguardente das propriedades da Barca e Areia Larga (Pico) fazendo isso em comum com a sua colheita, misturando os seus vinhos e aguardente com os do convento, não dando em conta as quantidades exactas, quer do numero de pipas de vinho que fazia ferver, quer das que para aguardente fazia queimar, e por cima de tudo, para dessipar qualquer noticia certa que os confrades podessem colher, assinalava tambem com a sua marca todas as pipas da comunidade. Etc.

Quem revelou estas e tão mininas irregularidades foi Fr. Manuel da Natividade, à data subprior, e que, em companhia dele, assistira às vindimas no verão de 1787 — quem sabe se já com reservada malicia andando-lhe na pingada.

Entre as diferentes verbas que lhe assinalam à responsabilidade, figuram duas dignas de se especializar, e que transcrevo sem mudança de palavra: «Hum livro de ouro q. tirou da cella do R. P.e Fr. Joseph de Lacerda e gastou na sua cadeirinha ou balancim em que anda; — 5 alq.s de sal que tirou da Adega e mandou para casa de Joana Flora logo que soube ter chegado a patente de Prior ao R.do P.e Fr. Estanislau do Sacramento.»

Estou em suspeitar que aquela Joana Flora, era provavelmente alguma amásia do frade.

E concluem: «Advertindo que como a mente deste d.o P.e foi sempre fazer confuzões e misturas p.a se não vir no conhecimento de suas rapinas; maxime terem corrido tantos annos em que naturalmente se perderam as noticias; não se pudesse com individuação saber tudo o que tirou de vinhos e aguardente e dos viveres.»

Depois de tudo espremido e remirado, computaram-lhe o débito

[1] Arq. da Rep. dist. de Finanças da Horta

na fenomenal quantia de 1658400 reis! Já era vontade de espiolhar.

O que se descortina, com muitos visos de verdade, por entre as entrelinhas desta história, é uma das várias intrigas, que, de volta e meia, zuniavam pelas arcarias tristonhas dos claustros conventuais.

Não foi, presumo, em consequência dum mero escrúpulo económico, mas talvez por uma malevolada hostilidade, que os monges teceram aquele rozário de culpas contra Fr. Francisco de Sousa. Depois de tanto rebuscarem, chegando a meter em conta umas insignificantes botijas de aguardente que lhe lobrigaram na cela, e supozeram pertencentes à comunidade, até aqueles irrisórios cinco alqueires de sal; depois de muito respigarem, e após todo o socorro matemático, apenas conseguiram apurar uma dívida de cento e tantas patacas. Bem se vê que a vontade era apoucar-lhe os créditos.

Seria outro o fim? Então não houve franqueza. Se assim fôsse, aquela declaração teria sido feita às claras, em presença do responsável, quando do encerramento de contas, e não tempos depois, num manhoso aditamento.

Eu não quero com isto lavar a reputação de Fr. Francisco de Sousa; estou mesmo em aceitar que a sua administração não foi das mais zelosas, e que, parte das acusações a êle endereçadas, tiveram algum fundamento; — mas aonde chegava ao certo o seu monstruoso grau de gravidade? E quantos casos idênticos, até piores, motivados pelo descuido, relaxamento, ou impericia, sofriam, de longe em longe, os réditos das ordens religiosas, talvez dentro do próprio convento do Carmo, sem que por isso fôsse costume lavrar tamanho esteadal, antes o empenho era tudo obscurecer, arquitectando maneira de *tapar o buraco*?

Fr. Francisco de Sousa era uma criatura vaidosa, e certamente muito inchado de prosápias fidalgas, à semelhança do mano António. Se até possuía cadeirinha em que andava... Nele se reflectia a importância dos irmãos, senhores de prodigiosa fortuna, logrando no seio da sociedade faialense situação distinta, e sem dúvida foi mais a esta circunstância do que aos méritos próprios, que alcançou o priorado da Ordem. Com o mando na mão, e com aquelas fumaças de sangue anilado nas veias, não admira ter-se guindado acima dos confrades, pessoas então acanhadas e modestas, e que abusasse autoritàriamente dos seus fôros governativos.

Êles é que não gostaram do jôgo. Desiludidos, já delida a paciência, picados talvez duma pontinha de inveja, formaram a certa altura um secreto conluio contra Fr. Francisco, hostilizando-o o mais inocentemente que puderam. Não foi outra coisa. A chefia recaiu em outro irmão, no momento oportuno; e não contentes com isso, ainda tiveram a cautela de lhe empurrar o nome para a posteridade nas dobras dum atestado desconceituoso.

Uma simples intriga conventual. Não foi outra coisa.

4) António de Sousa e Silva (§ 1.º, n.º 2) ◇ Juiz dos defuntos e ausentes por provisão de 4 de fevereiro de 1762.[1] Requereu e foi-lhe concedido o uso de brazão de armas por carta de 4 de dezembro de 1756, sendo êle: — um escudo esquartelado com as armas dos Mendonças, Furtados, Rochas e Alvernazes, tendo por timbre o dos Mendonças (uma asa de oiro saindo dum pé de águia) e por diferença uma brica de prata com um trifólio azul.[2] Fez descender seu pai de João de Mendonça e de Agada de Sousa Melo, ser neto paterno de João de Aviz e de Catarina Albernaz Furtada, neto materno de André Furtado de Mendonça e de Maria da Rocha, que era filha de Salvador Gonçalves e de Izabel Fernandes.

António de Sousa e Silva foi tambem cavaleiro fidalgo da casa rial por alvará de 3 de julho de 1757,[3] e cônsul da Suécia por patente de 21 de junho de 1755.[4]

Deixou a filha por herdeira universal, tanto dos seus bens, como de todos os que de seus pais lhe poderiam advir.

5) Manuel Inácio de Sousa (§ 1.º, n.º 2) ◇ Formado em cânones pela universidade de Coimbra. Capitão de ordenanças nomeado em 1775, e provedor interino dos resíduos em 1791. Foi vereador da câmara da Horta em 1781, dando-se por essa ocasião um incidente algo cómico, que já deixei relatado no título dos *Soares*, nota (5)

Era homem de muita ilustração, sobretudo de superior gôsto artístico, que apurara durante as suas diversas permanências no continente e viagens pelo estrangeiro. Tinha especial predilecção por todas as ocupações literárias, ora versejando, e bem, ora internando-se na leitura dos melhores poetas e prosadores.

Poeta de incontestado merecimento, deixou todavia mui escasso número de produções, não sei se devido a pouca fecundidade, se a extravio dos raros exemplares manuscritos que circularam das suas inspirações. O jornal *O Gremio Litterário*, que recolheu grande número de trabalhos dos poetas faialenses do século XVIII, inseriu nessa lista uma

---

[1] *Reg. cam. Horta*, liv. IX, 202
[2] Ib., 87
[3] Ib., 111 v
[4] Ib., 89 v

composição do doutor Manuel Inácio de Sousa, a meu ver, uma verdadeira joia literária.

A sua conversação leve, colorida, cheia de conhecimentos, pelo muito que lá por fora vira e ouvira, salpicada de frases espumantes, prendia todos os que dele se abeiravam. Valeu-lhe essa verve picante, por vezes sarcástica, a nota de pessoa de *má língua*. E quem o não é, criticando inimizades, violências, corrupções, ridículos?

Esta feição própria, e ao mesmo tempo as suas particulares aptidões artísticas, vincaram-se por tal forma no fundo do seu caracter, que resurgem hereditàriamente, com bem definida especialisação, em alguns dos seus descendentes. São exemplo João Pereira Sarmento, Francisca Cordélia e os netos Luís Teles de Barcelos e Hermenegilda de Lacerda, Rodrigo Guerra pai e filho, etc.

Celebrizou-se a sua individualidade, na ilha do Faial, mais no meio mundano do que nos domínios da governança. Ainda hoje a sua fama é motivo de admiração. Aliando aos dotes naturais, e à esmerada cultura intelectual, todas as regalias duma enorme fortuna, que sempre usou com superior critério, fàcilmente se compreende qual seria o brilhantismo onde evolucionava a sua faustosa existência.

Foi a sua casa considerada a mais opulenta do Faial. Diziam-a milionária. Do que, porém, se pode ter a plena certeza, é que foi ela uma das mais ricas, senão uma das mais importantes, pelo seu movimento comercial. O pai amealhara crescido cabedal. Do irmão e sogro herdou todos os bens, que não eram poucos, havidos e por haver. Tudo isso êle multiplicou depois no negócio, rápidamente, associado ao outro irmão, padre João José de Sousa (de quem foi também principal legatário) estabelecendo os dois em larga escala a casa iniciada pelo pai, que se tornou, dizia-se, a de maior tráfego na exportação de vinhos do Pico para o estrangeiro — Alemanha e Rússia, especialmente. Reza a tradição que chegaram a possuir mais de seis navios empregados neste serviço.

Os documentos oficiais corroboram os nossos cálculos. Manuseando o inventário que correu por sua morte, para distribuição dos bens do casal, dos quais êle dispoz em terça para a consorte, e o restante a favor dos filhos, se observa um arrolamento na soma de 102:827$496 reis — isto, note-se, numa avaliação somítica de inventário. Multipliquemos esta cifra para alcançarmos o valor rial; multipliquemo-la por êsse exagerado coeficiente, que resulta da valorisação actual da propriedade, e atingiremos, em relação a nós, um resultado global de alguns milhares de contos. E se adicionarmos ainda a importância do vínculo, que devia ser gordo, e no qual, entre outros, se inscrevia o prédio do Pilar, que por si só já representava uma fortuna?

Sim, nada tinha de hiperbólico o esfôrço calculista do público. Naquele tempo, neste meio, era bem uma fortuna fabulosa.

Falecido o irmão societário, e então já riquíssimo, reduziu o negócio, para se recolher, gosando do máximo confôrto e socêgo que o dinheiro pode proporcionar.

Pensou na construção daquela admirável vivenda do Pilar, cuja opulência e modernismo ficaram lendários na memória dos faialenses. Era a primeira da época. Não só pelo apurado gôsto que presidiu à sua edificação e pelas belezas que encerrava, mas sobretudo pelo que foi na série dos acontecimentos mundanos, de elegância e arte, realizados sob os seus tectos — essa residência teve, como nenhuma outra, uma história magnificente. Tem uma história inconfundível que é preciso registar.

É um dos pontos mais pitorescos da ilha, o Pilar. Ha mesmo poucos que o igualem. Di-lo o arrôbo dos nossos olhos, testemunhando-o as referências expontâneas dos estranhos. Dali, daquele alto, a meia encosta da Lomba, se descortina todo êsse gracioso panorama da Horta, estendida à beiramar, sorridente como um imenso lençol de espuma, a sumir-se além, em frente, no extremo longuejo de Porto-Pim; depois, sôbre a direita, as montanhas verdejantes, a sucederem-se, trepando; à esquerda, o vulto colossal do Pico, nascendo do seio do oceano, e majestosamente ergnido no espaço — dêsse mar insondavel, que dali se descobre até perder de vista, no qual tumultuam tantas vezes as tristezas das invernias, e onde, em manhãs estivais, o giro do sol a esmo se polvilha, onde tremeluz a claridade meiga da lua, em noites de amor...

Aquele quadro mágico seduzia o doutor Manuel Inácio. Depois, ali perto, ao lado, estava a ermida do Pilar, reconstruida, mercê dos esfôrços e piedade dos pais. Que logar lindo para descançar! O seu estro poético já nele se inspirara, deixando uns versos ternos na ode, que é a composição a que ha instante me referi.

> Aos verdes montes do Pilar subindo
> Estendo por te ver os olhos tristes:
> Mas não te avisto, e só vou descobrindo
> O sitio venturoso onde existes:
> . . . . . .

Não tardou proporcionar-se ensejo para a sua fantasia assentar em plena realidade.

Um decreto de 20 de agosto de 1770 tinha mandado avaliar e pôr em praça, «porque se estavam deteriorando cada dia mais pela negligencia dos administradores,» os bens confiscados aos jesuitas. Entre os existentes na ilha do Faial, e exactamente no sitio invejado, contava-se a quinta do Pilar, numa meia saliência da encosta, então denominada cabeço da *Fôrca*.

Eram 74 alqueires de terra lavradia e mato. Sete estavam amurados, plantados de arvores de espinho e de alguns castanheiros, e com uma pequena casa telhada, alta, sobradada. Ali tinham os jesuitas uma capelinha consagrada à S.ª Santa Ana, provindo daí o nome, que outrora teve a ladeira do Pilar, de canada de Santa Ana.

Foi o prédio avaliado em 23 de julho de 1772: os louvados, António Xavier de Lacerda Pereira e João António da Silveira Linhares, capitão-mor de São Roque, Pico, «homens das principais familias, e muito inteligentes dos interesses e fazendas da mesma Ilha,» computaram-a em 1:200$000 reis.

Pelo tribunal da Junta da Fazenda Rial, com séde em Angra, fôra anunciada a arrematação, que se realizou no dia 29 de novembro de 1773. Fez-se o doutor Manuel Inácio de Sousa representar por procuração. Sem competidor que afrontasse, foi-lhe adjudicada a propriedade pela quantia de 1:210$000 reis. [1]

É opinião corrente (nem razão ha para admitir outro parecer) que o doutor Manuel Inácio de Sousa, cuidou imediatamente da edificação projectada. Nela concentrou toda a sua atenção — aplicou uma parte consideravel da sua fortuna. Tudo o que a imaginação, aguçada pelo ensinamento das viagens, lhe suscitava de hora a hora, tudo êle lançou em prática, tanto quanto estava nos limites do possivel e ao alcance dos recursos locais, sobretudo na proporção da extensibilidade do seu cofre.

Nenhuma memória, ou sequer rudimentares apontamentos coevos, acêrca daquela famosa vivenda, foram legados à posteridade. Felizmente o facto não é de época muito remota, e quando, na tradição oral não existissem, como existem, numerosas informações, bastava-me os testemunhos que tive a fortuna de ouvir, embora já ha muitos anos, a alguem que ainda conheceu intacta a casa do Pilar, para ao de leve a esboçar.

Não teve o edificio nenhum precioso traço arquitectónico que o distinguisse: — um certo ar apalaçado, sim, porèm vulgar; mais ou menos o que ainda se observa. Foi notavel, mas pela concepção das obras executadas, em especial pelos exquisitos detalhes de arte decorativa com que o doutor Manuel Inácio o dotou, quer interior, quer exteriormente. A maior parte dos materiais de construção, e do recheio com que guarneceu o ninho, veio do continente e do estrangeiro, nos seus navios.

---

[1] Possuo entre os meus papeis o título de arrematação

Um espaçoso jardim bem urdido, e sempre bem varrido e amanhado, um frondejante jardim com as suas estreitas ruasinhas ziguezaguentes, ladeadas pelos buxos dos canteiros sempre toscquedos, estendia-se ao redor da casa em suave declive, mais além descendo abruptamente. As plantas de alecrim, as camélias, as azaleas, cortadas à tesoura, segundo o estilo do tempo, apresentavam cá e lá aspectos estranhos: pirâmides de diferentes feitios, esferas, sofás com seus espaldares, ânforas esguias... Por entre a sombra do arvoredo brilhavam virginalmente, em seus pedestais, os vasos de porcelana de Delft, onde os cactos e as tulipas floriam; e num recanto escolhido, branquejavam duas figuras de origem mitológica, modeladas em gesso, esboçando atitudes indecisas.

A meio do vasto cirado, em frente da casa, havia uma piscina de mármore, onde caía mansamente, uma vez por outra, o fio débil dum repuxo, alimentado por duas grandes cisternas, actualmente ainda existentes, lá no alto, no fim do jardim.

Aquela piscina, quando do desbarato da propriedade, foi vendida, indo ter a um jardim particular da ilha de São Miguel.

Sôbre os maincis, ao redor, pousavam outros vasos de faiança com plantas vicejantes. A um lado e outro, as banquetas amplas ofereciam-se para o beatífico descanço das merendas, em bom convívio, nas tardes lentas de verão, fecundas e puras. Nos ângulos tinham elas, fazendo abrigo, à guisa de guarda-sol, umas enormes conchas marinhas, que ficaram memoráveis pela singularidade do emprêgo que lhes permitia o seu tamanho; — e eram os recostos, em substituição dos vulgares azulejos, revestidos a capricho de mil pequeninos cacos de louça da Índia.

Êstes embrechados, então de grande aprêço, encontravam-se, e ainda hoje se descobrem alguns, em outros pontos do edifício.

Próximo havia o tanque, que lá está ainda, onde podia remar uma minúscula embarcação.

No interior o fausto requintava. As madeiras valiosas, trazidas do Brazil, foram empregadas pródigamente. Os soalhos eram quási todos de canela; um deles, o do escritório, se bem reproduzo o que ouvi, havia merecido especial atenção, todo marchetado a jacaranda, nogueira e pau branco. Havia tectos apainelados. O dêsse mesmo quarto do escritório apresentava a rara, quão fantástica particularidade, de ser todo salpicado de moedas de prata, embutidas, e que brilhavam, lembrando um retalho estrelado do céu. Era dentro dêsse pequeno recinto, grave e rico, parecendo um templo, que se arrumava em altas estantes, uma biblioteca, apontada como mais valiosa na qualidade do que a dos frades de São Francisco. Dos frisos doirados da sala de visitas, pendiam dois grandes espelhos e algumas molduras doiradas, ovais, com retratos: ao centro, um pesado lustre de bronze, em que se acendiam dezenas de velas.

Foi nesta residência luxuosa que se passou um, é verdade que curto, mas talvez o mais famoso, o mais ligeiro e mais belo período da vida elegante faialense. Ali concorria a melhor roda, toda a nobreza e burguesia fina da Horta. As festas sucediam-se quási sem intervalos, com um brilhantismo desusado, que foi admiração dos conterrâneos, surpresa de estranhos.

Eram os passeios previdentemente organizados, quási como para uma viagem ao sertão, com grossa bagagem de comestíveis, e uma récua de burros e serventuários, passeios fadigosos, mas pitorescos, por caminhos e atalhos rudes, à Caldeira, essa monstruosa maravilha da natureza, que nossos olhos jamais se cançam de analisar; eram os piqueniques na ponta da Espalamaca, nos matos do Chão-Frio ou dos Flamengos; os banquetes servidos lautamente, num pausado cerimonial; os bailes magníficos, que tinham princípio ao anoitecer, todos etiqueta e mesuras, iluminados pela luz morna de centenares de lumes a arderem nos lustres e candelabros de prata, por toda a casa.

Mas outras reuniões havia de aspecto mais singelo, mais carinhoso, onde tanto se estreitavam as mãos como os corações, e em que o espírito também buscava seu quinhão de enlêve. Eram os repetidos serões familiares, duma rumorejante intimidade, com entretenimentos do acaso, jogos, conversas, descantes – gorgeios da mocidade. Lia-se novelas; recitava-se. No escritório, a um canto, batiam-se dois caturras, numa partida arrenegada e galhofeira de gamão. Entretanto, no grande relógio inglês, de pesos, as nove horas regulamentares soavam, em compassos de minuete: — e logo apareciam os criados de sua libré verde, com as bandejas de charão, a circularem de convidado para convidado, oferecendo o aromático chá verde, fumegante...

Este giro principesco absorvia por completo a imaginação do doutor Manuel Inácio. Reformara-se para a luta e para as exigências graves da vida. Trabalhara; gosava. Gosava com amor o seu ninho. Nem à vila descia, e, se por ventura o fazia, era de longe em longe, em sua cadeirinha ricamente doirada, com criados à portinhola.

Falecendo o doutor Manuel Inácio, e deixando por herdeiros todos os seus filhos, êstes se encarregaram de dispersar, a breve trecho, a enorme fortuna paterna. Hipotecaram sem escrúpulo nem medida. Tudo venderam. Por último, desaparecida a mãe, lançaram-se àquela admirável moradia, já empobrecida de suas decorações e mobiliário, e arrazaram-a, como se a fúria dum verdadeiro saque tivesse rodado sôbre ela. Venderam-lhe as portas e janelas, a telha que a cobria, os sobrados, o travejamento! Ficaram de pé apenas as paredes, servindo de abrigo às aves do céu, sómente as paredes, nuas e solitárias, semelhando o esqueleto deixado por um incêndio, que tudo tivesse devorado, de cima a baixo...

Assim estiveram aquelas ruínas longos anos, ao abandono, até que

um dia, adquiridas pelo falecido conselheiro doutor António Emilio Severino de Avelar, foi o edificio reconstituido, não com a opulência primitiva, mas, pelo menos, debaixo do mesmo aspecto geral. Não é por inteiro o que foi, não; mas a formosura inigualável do logar, e tudo quanto do inicio ainda existe, lá está atestando às gerações, mui notóriamente, o cérebro de artista que era o seu primeiro dono.

O sr. visconde de Leite Perry, actual proprietário, por herança de seu sogro o referido conselheiro Avelar, contou-me que em certa ocasião, achando-se na quinta, vira transpor o portão, aberto ao serviço, uma criança pobremente vestida, de andar timido, balbuciante. Por uma vulgar curiosidade interrogada, descobrira o sr. visconde com surpresa que essa criança era, nem mais nem menos, um descendente direito do antigo senhor da casa do Pilar!

Que diria o doutor Manuel Inácio de Sousa, nos melhores instantes do seu fausto e do seu orgulho, se alguem lhe despertasse a exótica hipótese de que ainda um dia, naquele solo, onde semeara dinheiro a rôdo, onde passeiava jactanciosa e ociosamente, como um rei em seus dominios, de que ainda um dia, dentro daqueles muros, circuito de tanta grandeza, estaria tambem um trisneto seu, de idade inocente, temeroso, demovendo a caridade com o seu olhar melancólico e suplicante?...

Voltas que o mundo da.

6) Bárbara Dometila de Lacerda ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Teve relações amorosas com o cunhado, Estácio Machado, de quem houve uma filha, cujo nome ignoro, que Francisca Cordélia, a irmã, sempre protegeu e teve em sua companhia. [1] Depois casou, ausentando-se ela e o *matido* para o *Brazil*, *donde* nunca mais voltaram, nem nenhum dos filhos.

7) Ivo Sarmento ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 4)

◇ A consorte, natural do continente, era actriz, fazendo parte duma companhia dramática que visitou o Faial. Depois do matrimónio ainda se demoraram na Horta cêrca dum ano, tomando em seguida rumo da capital, e por lá ficaram.

[1] G. Rozario, *Memoria genealogica*, ms., 91

8) João Pereira Sarmento ◆ (§ 4.º, n.º 4) ◇ Escrivão e tabelião na comarca da Horta. Homem de fina observação, de trato extremamente afável e espirituoso, salientando-se nêle bastante o feitio epigramatico de seu avô paterno, qualidade esta que tornaram interessantissimos os seus raros escritos jornalisticos.

9) Francisca Cordélia de Sousa (§ 4.º, n.º 3) ◇ Foi uma digna sucessora de seu pai. A sua residência (que era um prédio de três andares, na esquina da rua de Jesus, onde a moderna edificação, n.º 8, da rua Walter Bensaude) como a casa do Pilar, tornou-se tambem um famoso ponto de reunião da sociedade elegante faialense. Nela se repetiam os bailes luxuosos. Ali eram constantes os serões, em que as horas decorriam ligeiramente, numa familiar intimidade, repassada em regra pelo perfume espiritual dos recitativos e descantes.

No seguimento desta existência lautosa e descuidada, os meios de fortuna, que estavam longe de se equiparar aos da paternidade, acabaram por esgotar-se. A situação de Francisca Cordélia, sobretudo depois de viuva, foi precária. Todavia nem um só instante desmentiu a linha fidalga, ou repudiou sequer o mais insignificante que se lhe acercasse e pudesse ser apadrinhado pelos seus dotes intelectuais.

Do pai herdou o talento literário, que sempre cultivou com amor e fecundamente. Deixou em manuscritos, hoje perdidos por completo, dizem que brilhantes traduções de algumas obras notáveis do francês, inglês e italiano.

Mas era versejando que melhor se distinguia a sua vocação artistica, em especial no género satírico. Infelizmente todas essas composições, que a musa inspiradora lhe despertou, se perderam da mesma sorte que os seus trabalhos em prosa, à mingua de imprensa na Horta, naquele tempo, que as tivesse perpetuado, ou pelo menos dum simples lápis curioso que as houvesse recolhido por estimação.

Sei duns versos seus assás conhecidos, e que a tradição oral tem conservado. Porque correm avulsos, vou aqui arrumá-los, a título provisório, até que um dia lhe seja aberto logar mais adquado, e a outros em idênticas condições.

Tinha entrado em moda usarem as senhoras ao pelo, pendentes das voltas de grandes cordões de oiro, imagens, tambem de oiro, do Menino Jesus. Como todas as modas, esta caiu no costumado exagêro: os Meninos Jesus cresceram, cresceram... Então a uma dama da primeira sociedade, de reputação vacilante, e que trazia sobre a eminência dos seios uma imagem descomunal, desfechou Francisca Cordélia o seguinte epigrama — ferroadelasinha, dita à bôca pequena, mas que dentro em pouco era por todos saboreada.

Nas fábricas de escultura
Onde bonecos de engenham,
Para que os freguêses venham
Põem à porta uma pintura;
Hoje as damas com loucura,
Seguindo seus desatinos,
Põem às vezes sôbre o peito
Uns bonecos pequeninos,
Como quem diz: «Ó frègueses
Aqui se fazem meninos!»

10) Hermenegilda Teles de Laderda ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Foi tambem uma distintissima escritora faialense, cujos traços biográficos deixei consignados, referindo-me a seu marido, na nota (32) titulo *Péreiras*.

11) Luís Teles de Barcelos ◈ (§ 1.º, n.º 5) ◇ Tambem um brilhante e fino espirito de artista, duma emotividade pouco comum. Pouco ou quási nada escreveu; mas, tanto nisso, como nas suas conversações, havia sempre um tom essencial de elegância e arte. Destacava-se mui distintamente como orador, e em especial como amador dramático. Foi professor de francês no liceu da Horta.

TITULO XXIX

STREETS

PROCEDEM de **Guilherme Street** (William Street) natural da cidade de Londres, de onde veio, acompanhado da família e dum irmão, estabelecer-se com comércio, na ilha do Faial, em fins do século XVII.

§ 1.º

1 **Guilherme Street** — casado com Izabel Street, m. 25-9-1712 com cincoenta e cinco anos — (1)
Tiveram:

2 João Street, que segue
2 António Street, n. 17-6-1778, clérigo, ouvidor nas Lages (Pico)
2 Diogo Street, clérigo, cura na freguesia da Feteira
2 Guilherme Street, clérigo — (2)
2 João Street, clérigo, m. 23-11-1777 — (3)
2 Maria Clara, n. 1689

2 **João Street** — m. 9-6-1753 com sessenta e oito anos de ida-

de, c. 6-2-1708 com Josefa Ramos da Silveira Borges, de quem teve:

3 Guilherme Street, que segue
3 Ana, n. 8-1-1727, m. de meses
3 Izabel Street, n. 27-1-1724 — (4)
3 António Street, n. 24-1-1728, m. 1778
3 João, n. 18-2-1715, m. 1717
3 João Street, n. 24-2-1718
3 Francisco, n. 15-3-1731
3 José Street, n. 23-3-1721, m. 10-4-1778

3 **Guilherme Street** n. 15-11-1711, m. 10-6-1789, c. 16-8-1745 com Bárbara Nodin de Arriaga, n. 27-6-1717, m. 16-7-1772 (V. **Arriagas**, § 1.°, n.° 3) — (**5**)

Tiveram:

4 Guilherme Street de Arriaga Brum da Silveira e Cunha, que segue
4 Bárbara, n. 3-1-1760
4 Brizida, n. 30-6-1761
4 Catarina Mariana Izidora, n. 19-6-1751 — (**6**)
1 Rita Street, freira professa no convento de São João, m. 21-12-1818 com setenta e cinco anos de idade
4 Maria Street, n. 7-9-1753
4 Mariana Catarina Street de Arriaga, n. 6-8-1754, m. 13-12-1832, c. 15-9-1771 com João Inácio Pimentel de Mesquita — (**7**)

Tiveram:

5 Maria Bárbara Street de Arriaga Pimentel Mesquita, n. 12-6-1776, m. 24-2-1814, c. 12-9-1793 com seu tio Guilherme Street de Arriaga Brum da Silveira e Cunha (V. **abaixo**, n.° 4)

4 Francisco Street, n. 12-1-1759, m. 22-6-1772 — (**8**)
4 Miguel Street, n. 29-12-1748, m. 27-9-1777
4 João Street de Arriaga Brum e Cunha, m. 21-8-1812, casou com sua prima Francisca Xavier Borges da Câmara Arriaga (V. **Arriagas**, § 1.°, n.° 4)
4 José Street de Arriaga Brum da Silveira, n. 23-5-1747, m. 5-2-1802, casado com Ana Joaquina Inácia da Cunha — (**9**)

4 **Guilherme Street de Arriaga Brum da Silveira e Cunha** — n. 3-4-1757, m. 28-10-1826, c. 12-9-1793 com sua sobrinha Maria Bárbara Street de Arriaga Mesquita, n. 12-6-1776, m. 24-2-1814 (V. **acima**, n.° 5) — (**10**)

Tiveram:

5 José Street de Arriaga e Cunha, que segue
5 Ana, n. 9-10-1794
5 Mariana, n. 15-10-1795

5 Catarina de Arriaga e Cunha, casada com José Luis Rangel de Quadros
5 Barbara Joaquina Street de Arriaga, n. 5-3-1800, m. 7-11-1871; 1.º casou com seu primo Miguel Maria Borges da Câmara (V. **Arriagas, § 2.º, n.º 5)** 2.º casou com José Curry da Câmara Cabral (V. **Currys**, § 1.º, n.º **5**)
5 Guilherme, n. 1798, m. 15-3-1800
5 Guilherme, n. 1-11-1802
5 José, n. 23-6-1796, m. 13-8-1798
5 José, n. 7-6-1801, m. 28-8-1802

5 **José Street de Arriaga e Cunha** — b. 26-8-1805, m. 19-3-1885, casou com Joana Carolina Sterman — (**11**)
Tiveram:

6 Guilherme Street de Arriaga e Cunha, que segue
6 João, n. 2-9-1834
6 Catarina
6 Catarina Sterman Street de Arriaga Cunha, casada com Francisco de Almeida — (**12**)
6 Margarida Street da Cunha, casada com António Pedro Lopes de Mendonça, n. 14-10-1826, m. 8-10-1865 — (**13**)

6 **Guilherme Street de Arriaga e Cunha** — casou em 1885 com Sofia Livia Ferrari Schindler — (**14**)
Tiveram:

7 José Street de Arriaga Cunha, n. 23-9-1887
7 Guilherme
7 Maria Lívia, n. 31-12-1886

NOTAS

1) Guilherme Street (§ 1.º, n.º 1) ◆ ◆ ◇ Não sei qual foi o ramo de negócio com que se estabeleceu Guilherme Street. Sei que residia na frèguesia das Angústias. No termo de óbito da consorte se declara terem ambos abraçado a religião católica. E de certo o fizeram com ardor, porque tiveram quatro filhos clérigos.

2) Guilherme Street (§ 1.º, n.º 2) ◆ ◆ ◇ Tinha o grau de licenceado em teologia. Foi vigário na frèguesia das Ribeiras, Pico, e ouvidor na vila das Lages, da mesma ilha.

3) João Street (§ 1.º, n.º 2) ◆ ◆ ◆ ◇ Foi vice-vigário na frèguesia das Angústias, e, à data do seu falecimento, ouvidor na vila da Madalena, Pico.

4) Izabel Street § 1.º, n.º 3) ◆ ◆ ◆ ◇ Presumo ter sido freira, sob o nome de Izabel de Belem.

5) Guilherme Street (§ 1.º, n.º 3) ◆ ◆ ◇ O seu casamento com Barbara Nodin de Arriaga, efectuou-se na ermida

de São Pedro, (actualmente já demolida) da freguesia da Feteira, de que o sogro estava de posse, e de cuja capela era administrador. [1]

6) Catarina Mariana Izidora (§ 1.°, n.° 4) ◇ Religiosa no convento de São João. No dia em que tomou o habito de noviça, em 31 de março de 1767, fez-lhe o pai a necessária escritura de dote, que foi de 620$000 reis. [2]

7) Maria C. Street de Arriaga (§ 1.°, n.° 1) ◇ O marido, João Inácio Pimentel de Mesquita, era sargento-mor na ilha das Flores, e filho do capitão-mor da mesma ilha, João Pimentel de Mesquita. Um irmão de José Inácio, Diogo Pimentel de Mesquita, padre, falecido na Horta em 1786, deixou a sobrinha Maria Bárbara por herdeira, na falta desta a mãe, e ainda por falta desta o cónego irmão dêle, Francisco Xavier de Mesquita.

8) Francisco Street ◆ ◈ (§ 1.°, n.° 4) ◇ Teve uma morte desastrosa. Criança, inexperiente, apanhando à mão uma arma, lembrou-se de ir à caça, e partiu pelo campo, desacompanhado e contente. A certo ponto, por descuido, ou antes, falando talvez melhor, por imperícia, a espingarda disparou direita a êle, que logo caiu por terra, com o rosto todo esfacelado. Êste acontecimento trágico muito impressionou os habitantes da Horta.

9) José Street de Arriaga Brum da Silveira ◆ ◈ (§ 1.°, n.° 4) ◇ São dum erudito investigador [3] o trecho e outras informações que se vão seguir, referentes a José Street e sua consorte. É dessas informações que me vou utilizar tratando dos restantes membros desta família.

«Veio para Lisboa, pelos meados do século XVIII, uma senhora que dizem ser mulata, brazileira, que tão rica era que o povo lhe poz a alcunha de *Monte de oiro*, revelador da sua grande riqueza. Casou com Joaquim Inácio da Cruz, que, com os fartos bens que lhe trouxe aquela senhora comprou vastos terrenos na Alagoa e Sobral, que vinculou, começando êle e sua família a apelidar-se, daí em diante, Sobral.

---

[1] Vide nota (2) tit. *Arriagas*
[2] Cartório do 4.° ofício, Horta
[3] P.e José Batista Pereira, *Memórias de Carnide* (*O Instituto*, vol. 62.°)

«Este morgado da Alagôa que veio a ser conselheiro, e que parte tão activa tomou na reconstrução pombalina da cidade baixa de Lisboa, edificou importantissimos prédios, pertencendo-lhe todos quantos ainda hoje se vêem no largo de S. Julião, praça do Municipio, rua do Arsenal, Corpo Santo, e alguns nos Romulares e cais do Sodré, que ainda hoje pertencem á familia Street. Outros possuia a mesma familia Cruz no próprio Terreiro do Paço e Romulares, que seus sucessores, ha poucos anos alienaram.

«Era a familia burgueza mais poderosa naqueles tempos e contribuindo muito para o aumento de seus bens o favor que sempre lhe dispensou, incondicionalmente, o compadre marquez, o omnipotente Pombal.»

Faleceu o conselheiro entre 1781 e 1784. Pouco tempo depois contraia a viuva suas segundas núpcias com José Street de Arriaga Brum da Silveira.

Dai a breve intervalo, por escritura de 11 de maio de 1785, [1] instituiram o morgado de Carnide no capital de 117:880$000 reis com o rendimento de sete contos, sendo cabeça dêsse morgado a quinta e casa de Carnide, actualmente palácio dos condes de Carnide. Esta propriedade, então chamada de Malvor, herdara-a o conselheiro Sobral dum seu irmão cónego.

José Street e esposa não tendo filhos do seu consórcio, nem êle do seu primeiro matrimónio, fizeram doação do vinculo ao irmão e cunhado, Guilherme Street, por escritura de 21 de novembro de 1801, aprovada e confirmada por provisão do desembargo do paço em 18 de fevereiro de 1802. Nessa doação estipulou Ana Joaquina da Cunha como condição *sine qua* o uso perpétuo do seu apelido Cunha na liniagem do doado.

José Street foi sepultado na igreja paroquial de São Lourenço (Carnide).

10) Guilherme Street de Arriaga B. S. e Cunha ♣ ♣
(§ 1.º, n.º 4)

◇ Como acabo de dizer, foi o herdeiro de seu irmão e cunhada, que o nomearam na administração do morgado de Carnide. Pelos termos de batismo dos filhos na igreja paroquial daquele logar, se vê que, pouco de-

[1] *Reg. com. Horta*, liv. X, 125

pois do casamento, deixando o Faial, junto do irmão passou a residir definitivamente.

Morreu na freguesia da Lapa, onde então residia, e foi enterrado na respectiva igreja, em sepultura rasa, na capela mor, sôbre a qual, recentemente, o conde de Carnide, seu neto, fez colocar uma inscrição comemorativa. A consorte faleceu na sua casa de Malvor, sendo sepultada em São Lourenço (Carnide).

11) **José Street de Arriaga e Cunha** ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 5)

◇ Bacharel formado em filosofia pela universidade de Coimbra. Serviu no regimento de cadetes e foi vereador em 1837, 1845 e 1846. Juntamente com o conde de Farrobo estabeleceu a Companhia Prosperidade, que teve vida efémera, devido aos acontecimentos politicos da época, fundou a *Gazeta dos Lavradores*, e creou a Rial Associação da Agricultura Portuguesa, etc. Primeiro visconde de Carnide, cujo titulo lhe foi concedido em duas vidas.

O já citado sr. João Batista Pereira no seu interessante trabalho sôbre Carnide, mencionou o seguinte curiosissimo facto, que não posso furtar-me ao desejo de aqui recolhê-lo, por bastante significativo do seu caracter.

«Este senhor, inteligente e de grande actividade, fez parte da camara electiva dos pares, sendo naquela constante e strénuo propugnador da extinção da lei dos morgados e para ela contribuiu com o seu voto. Não desejando, porém, que sua casa opulenta viesse a desmerecer do seu explendor, dividindo-se por todos os seus cinco filhos, tratou, em tempo competente, e por uma incoerência notavel, de registar o vinculo, que era composto, pela nova lei, da metade da fortuna, tendo mais, o primogénito direito a haver sua quota parte na divisão que do restante fosse feita pelos cinco filhos. E assim logrou o Visconde que a seu filho aproveitasse ainda a lei dos morgados, que nas camaras combateu com tanto ardor, como antisocial, desumana e irracional!»

Ainda outro caso bastante demonstrativo da sua tempera moral.

Um seu cunhado negociante da praça de Londres, e do qual era fiador, faliu, ficando José Street obrigado a pagar cêrca de cem contos, porque era responsavel. Foi um rombo importante na sua boa e sólida fortuna. Não desanimou, porém, nem se entregou a inúteis jeremiadas. Não era coisa que aniquilasse a casa; mas tornava-se preciso mantê-la integra, sem nada desmerecer da sua grandeza. Talhando o seu plano, e com uma coragem e energia surpreendentes, tratou imediatamente de reparar a perda. Começou por reduzir as despezas — todos os gastos supérfluos de luxo e ostentação. Na cosinha os córtes foram profundos. Vendeu cavalos, trens, ficando na cavalariça apenas um paciente e economico burro, que modestamente o conduzia, e a familia, a caminho de

Lisboa. Assim, com uma sobriedade verdadeiramente espartana, conseguiu José Street restaurar as suas finanças abaladas pelo funesto cunhado londrino, sem que tivesse sido preciso alienar um único prédio dos muitos que possuia na capital. Estranho exemplo de estoicismo e de força de vontade!

José Street casou em Londres, parece que estando emigrado por motivo das alterações politicas que originaram a *guerra civil em Portugal.*

12) Catarina S. Street d'Arriaga e Cunha ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 6)

◇ D. *Francisco d'Almeida, seu marido*, foi ajudante de ordens, e criatura muito da intimidade do falecido rei D. Luis.

13) Margarida Street da Cunha ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 6)

◇ Seu marido, António Pedro Lopes de Mendonça, é o notável e conhecido escritor, de quem ficou, entre outras obras de mérito, aquele livro estranho *Memorias dum doido*, que foi como o sarcástico presentimento da loucura que mais tarde o levou ao manicómio, e dali o mergulhou na paz do túmulo.

É assás conhecida a biografia dêste homem de letras, desde o seu inicio da mocidade, na armada, em que não firmou carreira, até aos meandros da politica em que se enredou e que tanto mal lhe causaram; desde os seus triunfos jornalisticos na *Revolução de setembro*, os seus valiosos trabalhos literários, até à coxeante figura que fez em côrtes, devido à imperícia de não saber alinhavar nem proferir meia dúzia de palavras elegantes em público, arremessando-lhe por isso os adversários sátiras e chufas, no fim de contas injustas, mas deprimentes. Disse-se ter sido esta infeliz situação que muito o impressionou e lhe envolveu o espírito no vendaval da loucura.

É assás conhecida a biografia dêste homem de letras para que eu agora, fastidiosa, senão incompetentemente a repita. Um escritor insigne, um dos nossos melhores escritores; — uma criatura infeliz. Foi êle o iniciador daquela tão brilhante forma literária de folhetins, continuada depois por Júlio Cezar Machado, e que outros a custo procuraram imitar.

Sua esposa foi sempre uma carinhosa e paciente enfermeira, emquanto lhe coube acompanhá-lo. Concedeu-lhe, ao menos, o destino essa caridade.

Está sepultado no cemitério dos Prazeres, lendo-se, gravado no seu túmulo, o seguinte epitáfio:

Que posso eu exigir mais do que um olhar,
do que um suspiro, do que uma lagrima!
E' tudo: é nada!
Memorias dum doido, p. 192

Naceu a 14 de outubro de 1826
Morreu a 8 de outubro de 1865

14) Guilherme Street d'Arriaga e Cunha ◆ ◆ ◆ ◆
(§ 1.º, n.º 6)

◇ Segundo visconde e primeiro conde de Carnide. Bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra. Em 1895 nomeado par do reino. Seguiu a carreira diplomática, iniciada junto da côrte de Roma, donde, passado um ano teve transferência para os Estados Unidos da América do Norte. Foi nomeado em 1862 primeiro secretário para a legação de Berlim, e em 1890 para Madrid, passando neste ano á disponibilidade. Esteve em 1883 como enviado extraordinário junto da Sublime Porta.

TITULO XXX

TERRAS

DESCENDEM de Josse Van Aard (ou Aertrijcke) nome que em português se adulterou para **Jorge da Terra** — fidalgo flamengo, um dos primeiros colonizadores da ilha do Faial, onde se estabeleceu, certamente quando o primeiro donatário e outros, no derradeiro quartel do século XV.

§ 1.º

1 **Jorge da Terra** — casado com Margarida da Silveira (V. **Silveiras**, § 1.º, n.º 2) — (1)
Tiveram:

2 Jorge da Terra da Silveira, o Moço, que segue
2 João da Silveira, de que me ocupo no § 2.º
2 Francisco da Silveira
2 Bárbara da Silveira, casada com António de Brum, o Velho (V. **Bruns**, § 1.º, n.º 2)

2 Manuel da Silveira casado com Izabel Pereira (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 2) -- (**2**)
Tiveram:

3 António da Silveira
3 Manuel da Silveira
3 Pedro da Silveira
3 Inês da Silveira, casada com Gomes Pacheco de Lima, da ilha Graciosa -- (**3**)
Tiveram:

4 António Pereira de Lima
4 Cristiano Pereira de Lima
4 Manuel Pacheco Pereira

2 Catarina da Silveira, m. 1598, casou com Diogo Gomes, da ilha Graciosa, m. 1565 -- (**4**)
Tiveram:

3 Ana da Silveira, m. 1610, casou, 1.º com António de Figueiró, 2.º com João Rodrigues Leite (V. **Leites**, § 1.º, n.º 1) Do primeiro matrimónio houve:

4 Manuel de Figueiró
4 Margarida da Silveira, casada com Jerónimo d'Utra Bulcão (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 2)
4 Catarina da Conceição, freira no convento de São João -- (**5**)

3 Joana Vaz, casada com João Filgueiras, nascendo dêste matrimónio:

4 Francisco Silveira; casado com Paula Gouvêa, de quem teve:

5 Francisco Silveira
5 Joana Vaz, freira no mosteiro de São João -- (**6**)

3 Inês da Silveira, casada com João Gil, havendo dêste consórcio:

4 Francisca Gil, casada com Manuel da Veiga

3 Paula da Silveira, casada com Estácio d'Utra Machado (V. **Utras**, § 3.º, n.º 3)
3 Diogo Gomes
3 Lourenço Gomes da Silveira, casado com F..., de quem teve:

4 António Lourenço da Silveira

2 **Jorge da Terra da Silveira, o Moço** - casou com Maria Pórras (V. **Pórras**, § 1.º, n.º 2)

Tiveram:

3 Luzia da Silveira, que segue
3 Bárbara do Espírito Santo } freiras no convento de São João — (7)
3 Maria da Conceição }
3 Francisco de Pórras e Silveira, clérigo — (8)
3 António da Terra da Silveira, casado com Izabel Gularte — (9)
Tiveram:

4 Bárbara da Trindade } religiosas no most. de S. João—(10)
4 Maria da Conceição }
4 Maria Montojo, casou com Jorge Gularte Pimentel (V. Pórras, § 1.º, n.º 5)
4 Jorge da Terra da Silveira
4 Pedro Tristão — (11)

3 **Luzia da Silveira** — m. 6-10-1637, casou com António Brum da Silveira, m. 1638 (V. Leites, § 1.º, n.º 3) — (12)
Tiveram:

4 Jorge da Terra da Silveira, que segue
4 António de Brum
4 João Rodrigues Leite, m. 15-6-1666, clérigo
4 Francisco Gil da Silveira, m. 1665, casado com Ana Ferreira Zimbron
4 Bárbara do Rozário } religiosas no mosteiro de São João — (14)
4 Joana do Rozário }

4 **Jorge da Terra da Silveira** — m. 9-11-1678, casou com Paula da Silveira, m. 16-6-1686 — (15)
Tiveram:

5 António de Brum da Silveira, que segue
5 Jorge da Terra da Silveira, que segue no § 3.º
5 Francisco Brum da Silveira, n. 1656, m. 2-8-1722 — (16)
5 Pedro da Silveira, b. 28-2-1669
5 Manuel de Brum Leite, b. 15-4-1662, m. 24-9-1735
5 Estevão de Brum Leite, b. 1-1-1661, m. 10-1-1730
5 Joana de Brum, b. 10-2-1665
5 Luiza do Carmo } freiras professas no convento de São João
5 Maria do Carmo }

5 **António de Brum da Silveira** — b. 31-10-1646, m. 26-12-1723, casou em Angra com Catarina Betencurt Côrte Real, m. 13-1-1701 — (17)
Tiveram:

6 Jorge da Terra Brum e Silveira, que segue
6 Francisco de Betencurt, b. 23-9-1684 — (18)

6 José, b. 25-3-1684
6 Pedro } b. 3-5-1685 (gémeos)
6 António }
6 Maria Úrsula de Betencurt, casada com Pedro da Ponte Corrêa, da cidade de Ponta Delgada, nascendo dêste consórcio:

7 Francisco Manuel Raposo Bicudo, c. 22-5-1744 com sua prima Tereza Jacinta Montojo Paim Leite, n. 15-10-1714 (Vide § 3.º, n.º 7)

6 **Jorge da Terra Brum e Silveira** — b. 20-5-1686, m. 30-9-1753; 1.º casou com Maria Tereza da Câmara Medeiros, natural de Ponta Delgada; 2.º, casou com Rosa Maria da Silveira, m. 6-3-1742, com cincoenta e oito anos de idade — (**19**)

Tiveram:

7 António Brum da Silveira, que segue
7 Antónia Batista Aurora de Jesus, n. 1-3-1707, freiras no convento de
7 Maria Catarina Clara Angélica do Carmo } São João
7 Catarina Brum Côrte Real, n. 5-7-1713, m. 9-5-1757, c. 15-5-1730 com António Francisco da Silveira (V. **Pereiras**, § 5.º, n.º 7)

Do segundo matrimónio houve:

7 Emerenciana de Brum, n. 30-7-1744
7 Raulino Terra Brum da Silveira, m. 9-6-1822, c. 4-8-1769, nas Velas, com Luiza Delfina da Silveira Betencurt Lemos.

7 **António Brum da Silveira** — m. 11-7-1790 com oitenta anos de idade. Primeiro c. 16-1-1727 com Ana Rosa do Canto, n. 28-3-1709, m. 3-2-1759 (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 4) 2.º c. 16-7-1760 com Mariana Brum da Silveira, natural das Velas, m. 2-4-1778 com cincoenta anos de idade. — (**20**)

Houve do segundo matrimónio:

8 Izabel, n. 26-2-1763
8 Mariana, religiosa no mosteiro da Glória
8 Francisca Úrsula Brum Terra, n. 15-3-1767, m. 4-4-1811, c. 24-8-1789 com seu sobrinho Jorge da Cunha Brum Terra e Silveira (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 6)

§ 2.º

2 **João da Silveira** (§ 1.º, n.º 2.º) — casou com Catarina de Brum (V. **Bruns**, § 1.º, n.º 2) de quem teve:

3 António de Brum da Silveira, que segue
3 Guilherme de Brum

3 **António de Brum da Silveira** 1.º casou com Violante Luís; 2.º casou com Beatriz Evangelho (V. **Peixotos**, § 1.º, n.º 3) — (**21**)

Houve do primeiro matrimónio:

4 Braz da Silveira, que segue
4 Gaspar Homem de Brum da Silveira. 1.º casou com Beatriz Machado (V. **Pereiras**, § 9.º, n.º 2) 2.º casou com Luzia Furtado de Mendonça, m. 1646. Não sei de que matrimónio, teve:

5 Gaspar Homem da Silveira, casado com Inês da Câmara, m. 19-1-1722 com oitenta e cinco anos de idade
5 Ana Silveira, casada com Gonçalo Pereira Machado (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 4)
5 António de Brum da Silveira, m. 1650
5 Braz Silveira

4 **Braz da Silveira** — 1.º casou com Maria de Vargas, 2.º casou com Maria Gularte. Do primeiro consórcio houve:

5 Luzia da Silveira, que segue
5 Pedro Silveira
5 António Silveira, casado com Helena Lopes
5 Luís Silveira, casado com F...

Do segundo matrimónio houve:

5 Braz da Silveira, clérigo, cónego na Sé de Angra
5 Pedro Fonseca da Silveira, clérigo
5 Violante Luís da Silveira
5 Maria da Silveira, freira no convento de São João
5 Catarina Brum da Silveira, m. 15-3-1687, casou com António da Terra de Medeiros, nascendo dêste consórcio:

6 *Pedro de Brum da Silveira*, m. 26-9-1698
6 Francisco de Brum da Silveira, c. 12-11-1672 com Suzana de Gran
6 Paula de Brum da Silveira, m. 20-9-1690, c. 14-6-1677 com António Silveira Armão (V. **Pereiras**, § 5.º, n.º 6)

5 Gaspar Homem da Silveira, 1.º casou com Ana Pereira da Silva, 2.º casou com Margarida da Silveira — (**22**)
Não sei de que matrimónio teve:

6 António da Ressurreição, m. 1690, frade
6 Pedro de Brum da Silveira, m. 1683, clérigo, vigário na Praia do Almoxarife

6 Manuel de Brum da Silveira
6 Vitória da Cruz, freira no convento da Glória

5 Jorge da Silveira Gularte, casou com Margarida Gil da Silveira (V. **Silveiras**, § 2.º, n.º 5) - - (**253**)
Tiveram:

6 Francisco da Silveira Vilalobos, clérigo — (**254**)
6 Jerónimo da Silveira, b. 28-10-1654
6 Catarina da Silveira, b. 22-6-1660
6 Violante de Jesus, freira
6 Maria da Silveira Gularte, m. 18-2-1733, com oitenta e cinco anos de idade, 1.º casou com Bernardo Soares Teixeira (V. **Soares**, § 1.º, n.º 4) 2.º casou com seu sobrinho Inácio Nunes da Costa, 3.º casou com Francisco Pereira de Melo.
6 Bárbara Silveira Gularte, b. 28-1-1651, casou com Inácio Nunes da Costa, nascendo dêste consórcio:

7 Inácio Nunes da Costa, casado com sua tia Maria Silveira Gularte (**255**)
7 José Silveira, casado com Maria Josefa Pereira (V. **Pereiras**, § 12.º, n.º 2) de quem teve:

8 Catarina Silveira
8 José António da Silveira Pereira Sarmento, clérigo - - (**256**)
8 Manuel de Brum da Silveira Pereira Sarmento, clérigo.

5 **Luzia da Silveira** - - casou com João de Melo, nascendo dêste consórcio:

6 **Pedro da Silveira de Melo** — casado com Maria Gularte, de quem teve:

7 António Brum da Silveira, que segue
7 Bárbara Brum da Silveira, b. 5-10-1677
7 Catarina Brum da Silveira, b. 30-10-1667, m. 11-1-1705, casou com João de Arriaga (V. **Arriagas**, § 1.º, n.º 1)
7 Maria Silveira, b. 14-1-1672
7 Mateus da Silveira, b. 28-1-1677
7 Manuel de Brum, b. 7-6-1684
7 Amaro Brum da Silveira, b. 19-1-1681, m. 28-8-1745, casou com Catarina do Espírito Santo, de quem teve:

8 Maria Clara da Encarnação, freira

7 **António Brum da Silveira** — b. 21-8-1665, c. 13-11-1690 com Josefa da Luz, de quem houve:

8 António, b. 16-8-1691
8 João, n. 31-1-1704
8 Maria Brum, b. 11-9-1692
8 Manuel da Luz, b. 19-4-1697, frade
8 Ana Maria, n. 13-10-1701 } freiras no mosteiro da Glória
8 Rosa Francisca, n. 1-3-1699 }
8 Catarina Brum da Silveira, b. 18-2-1691, m. 28-10-1758, c. 3-3-1710 com Francisco Silveira Arruda (V. **Pereiras**, § 5.º, n.º 7)

§ 3.º

5 **Jorge da Terra da Silveira** (§ 1.º, n.º 5) — b. 3-3-1658, m. 27-4-1724, c. 16-11-1681 com Francisca de Lacerda Mendonça, b. 26-10-1668, m. 21-5-1733 (V. **Mendonças**, § 1.º, n.º 3) — **(27)**
Tiveram:

6 José Francisco da Terra Brum, que segue
6 Paula Josefa de Mendonça, b. 14-1-1684, m. 1-3-1761, casou com Manuel José da Silveira (V. **Bruns**, § 1.º, n.º 7)
6 Laura, n. 7-10-1702
6 Luiza, b. 19-12-1688, m. 1-11-1698
6 Josefa, b. 2-11-1697, m. 3-8-1698
6 Inácia Francisca da Conceição, n. 25-9-1706, m. 14-7-1775 } freiras
6 Rosa de Jesus, m. 7-3-1762 } no conv.
6 Maria Jacinta, n. 27-3-1686, m. 2-4-1764 } da Glória
6 Úrsula Francisca da Conceição, n. 16-10-1699, m. 5-2-1750 } **(28)**
6 André, b. 8-12-1687
6 António, n. 20-11-1704
6 António, n. 18-5-1709, m. 5-6-1714
6 Manuel, b. 13-2-1694
6 António de Brum Terra, b. 17-12-1682, m. 3-10-1751, casou com Maria Antónia Benevides, m. 4-8-1751, de quem teve:

7 Luís António de Brum, c. 16-8-1757 com Eugénia Izabel

6 Jacinto Manuel Brum da Silveira Leite, b. 23-1-1692, m. 22-10-1743 c. 26-2-1713 com Maria Antónia Montojo, n. 7-1-1697, m. 26-11-1760 (V. **Bruns**, § 1.º, n.º 8) — **(29)**
Tiveram:

7 Ana Tomásia, n. 28-12-1732 — **(30)**
7 Joaquina, n. 2-2-1739
7 Francisca, n. 12-7-1721, m. 2-8-1722
7 Violante, n. 20-5-1731
7 Felícia Tomásia Brum Leite, n. 22-5-1747, c. 27-7-1752 com Gaspar Medeiros Dias da Câmara, natural da cidade de Ponta Delgada
7 Teresa Jacinta de Montojo Paim Leite, n. 15-10-1711, c. 22-5-1741 com seu primo Francisco Raposo Bicudo (Vide § 1.º, n.º 7)

7 Jerónima Tomásia Paim da Câmara, n. 27-1-1723, casou com Francisco Vicente do Canto e Castro Pacheco, natural da cidade de Angra
7 Inácia Tomásia do Salvador, n. 21-4-1734 } freiras no mos-
7 Rosa Lauria de Jesus, n. 26-5-1735 } teiro da Glória
7 António, n. 25-8-1728, m. 16-12-1729
7 Anacleto Brum da Silveira, n. 18-7-1729
7 João, m. 13-8-1722, com três anos de idade
7 Jorge, n. 30-4-1719
7 Manuel, n. 1-4-1716, m. 9-7-1728
7 Vicente, n. 15-5-1731
7 Tomás José Brum da Silveira Leite, n. 24-11-1717, m. 24-7-1784, c. 30-1-1758 com sua prima Francisca Mariana Montojo, n. 16-2-1721, m. 5-2-1791 (V. **Bruns**, § 1.º, n.º 8) — (**31**)
Tiveram:

8 Jacinto, n. 20-11-1758, m. 24-7-1760

7 João José Brum da Terra Leite, n. 6-6-1725, m. 22-5-1800, c. 1774 com Mariana Vitória de Noronha, n. 30-5-1749, m. 18-1-1829 — (**32**)
Tiveram:

8 Francisca Paula Terra Brum, n. 9-7-1787, m. 4-6-1857, c. 14-8-1803 com seu primo José Francisco da Terra Brum (V. **abaixo**, n.º 8)

Teve João José Brum fóra do matrimónio:

8 Vitaliano José Brum da Silveira, m. 18-4-1816 com quarenta e oito anos de idade, casou com Flora da Ponte, natural da cidade de Ponta Delgada — (**33**)

6 **José Francisco da Terra Brum** — b. 13-4-1695, m. 20-5-1766, c. 27-11-1732 com Joana Luiza Lacerda da Silveira, n. 10-2-1702, m. 5-1-1767 (V. **Pereiras**, § 3.º, n.º 7) — (**34**)
Tiveram:

7 Francisco Inácio Brum Terra, que segue
7 Maria Francisca Xavier Brum, n. 17-12-1735, m. 30-10-1807, c. 10-9-1755 com Francisco da Cunha Xavier Brum (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 5)

7 **Francisco Inácio Brum Terra** — n. 10-10-1734, m. 27-7-1779, casou com Joaquina Clara de Noronha, natural da cidade de Angra, m. 5-3-1819 com sessenta e cinco anos de idade — (**35**)
Tiveram:

8 José Francisco da Terra Brum, que segue
8 Francisco, m. de meses, em data que se ignora
8 Rita Libânia Clara de Noronha Brum, m. 1-1-1849 com setenta e seis anos de idade, c. 8-2-1790 com Jacinto Manuel Brum Câmara Ataíde (V. **Ataídes**, § 1.º, n.º 9)

8 **José Francisco da Terra Brum** — n. 10-3-1776, m. 22-1-1842, c. 14-8-1803 com sua prima Francisca Paula Terra Brum, n. 9-7-1787, m. 4-6-1857 (V. **acima**, n.º 8) — (**36**)
Tiveram:

9 José Francisco da Terra Brum, que segue
9 Ioaquina Emília da Terra Brum, n. 22-5-1806, m. 25-12-1881; 1.º c. 28-8-1834 com José Francisco da Câmara Berquó (V. **Berquós**, § 1.º, n.º 6) 2.º c. 17-8-1843 com José Maria de Sequeira (V. **Pais**, § 3.º, n.º 6) — (**37**)
9 Francisca Emília Terra, n. 8-6-1812, m. 1900, c. 27-4-1843, com João de Betencurt Vasconcelos Corrêa e Ávila, n. 27-9-1806, m. 26-10-1868 (V. **Betencurts**, § 7.º, n.º 2)
9 Rita Emília Brum, n. 20-11-1814, m. 1829
9 Francisco Inácio da Terra Brum, n. 17-5-1817, m. 10-7-1881 } (**38**)
9 João José, n. 15-4-1816, m. 1-9-1831
9 Maria José Brum Terra, n. 27-4-1822, m. 15-4-1909, c. 28-4-1845 com seu primo Jorge da Cunha Menezes Brum (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 7)
9 Manuel, n. 24-6-1820, m. de meses
9 Manuel Maria Terra Brum, n. 3-2-1825, m. 11-7-1905 — (**39**)
9 João José Paim Brum Terra, n. 10-6-1829, c. 18-3-1868 com Adelaide de Vasconcelos, da cidade de Angra
9 Tomás José Bruno Terra, n. 30-7-1818, m. 9-1-1906, c. 30-6-1841 com sua prima Maria Madalena Cunha, n. 25-5-1817, m. 11-2-1884 (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 7) — Tiveram:

10 José Francisco da Terra Brum, n. 12-7-1843, m. 1899, casou com Cristina de Lima Braga
10 Elvira de Menezes Terra, n. 5-11-1845, m. 1913
10 Maria, n. 26-3-1842, m. de dias
10 Maria Clotilde de Brum Terra, n. 3-10-1846, c. 17-11-1866 com Guilhermo Augusto de Mesquita Henriques, n. 12-9-1843, m. 1898, havendo dêste consórcio:

11 Guilherme Augusto da Terra Mesquita, n. 24-10-1867, c. 26-1-1889 com Ana Noronha de Simas Garcia, n. 14-8-1870 (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 13)
11 Roberto, n. 11-1-1870, m. de meses
11 Maria Terra Mesquita, n. 3-6-1874, casou com Manuel Ataíde de Simas Garcia, n. 1-6-1868 (V. **Ataides**, § 1.º, n.º 13)
11 Augusto Terra Mesquita, n. 27-5-1877, c. 16-11-1912 com Clotilde de Sarmento Pimentel (V. **Sousas**, § 1.º, n.º 6)
11 Judith Terra Mesquita, n. 3-2-1880, c. 25-11-1905 com Guilherme Gularte Pamplona Côrte Real, n. 4-8-1877 (V. **Ribeiros**, § 3.º, n.º 8)
11 Jaime Constantino da Terra Mesquita, n. 27-3-1872, c. 5-5-1897 com Otília Rodrigues da Silva (V. **Pais**, § 3.º, n.º 9) — Tiveram:

12 Maria Terra Mesquita, n. 12-4-1898, c. 1-9-1921 com Herculano da Silveira

12 Hortênsia Terra Mesquita, n. 29-12-1899 c. 1-10-1921 com Izauro Fraião
12 Carlos Mesquita
12 Helena Terra Mesquita, n. 25-3-1905
12 Alberto Mesquita, n. 27-11-1905
12 Ruben Terra Mesquita, n. 28-6-1907
12 Jaime Terra Mesquita, n. 24-10-1910

Teve Tomás José Brum Terra fora do matrimónio:

10 Maria Alzira Terra, casada com Artur Leandro do Amaral

Fora do matrimónio teve o morgado José Francisco da Terra Brum, de Olinda Mariana:

9 Eulália Joaquina Terra, n. 1921, m. 24-3-1903
9 Olinda Terra, n. 1823, m. 27-3-1905
9 Florêncio José Terra Brum, m. 27-12-1877, c. 4-10-1855 com Maria dos Anjos da Silva-Sarmento, m. 21-5-1919, de quem houve:

10 Florêncio José Terra, n. 13-5-1859, c. 14-7-1889 com Tereza Guerra, n. 10-3-1860 (V. **Ribeiros**, § 4.º, n.º 8) — (4.O)
Tiveram:

11 Florêncio José Terra Junior, n. 27-8-1891

10 Júlia, n. 19-7-1855, m. 21-1-1858
10 Elvira dos Anjos Terra, n. 4-12-1856, m. 7-4-1920, c. 22-6-1882 com Henrique de Sousa Furtado

9 **José Francisco da Terra Brum** — 2.º Barão da Alagoa, n. 24-9-1809, m. 3-9-1844, c. 9-2-1832 com Maria Júlia Terra Carvalhal, n. 7-11-1807, m. 24-4-1871 (V. **Bruns**, § 1.º, n.º 12)
Tiveram:

10 Maria, n. 14-3-1843, m. do dias
10 Maria da Glória Terra, n. 4-8-1838, c. 10-7-1856 com seu primo José Francisco da Câmara Berquó (V. **Berquós**, § 1.º, n.º 7)

NOTAS

1) **Jorge da Terra** ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 1) ◇ Nada, quási nada, se sabe acêrca da personalidade de Jorge da Terra. É muito de presumir que tivesse vindo para o Faial por indicação, ou a convite do donatário Jorge d'Utra, e por certo na sua companhia, conforme diz Gaspar Frutuoso, recebendo dêle todas as concessões e favores para seu assentamento na ilha.

Fixou residência no lado norte do povoado, junto a uma encosta — a Espalamaca [1] — onde formou em toda a chã adjacente, até quasi à beira-mar, um grande jardim de laranjeiras, ou horta.

---

[1] «No entanto, como recordação da patria ausente, que não mais reveriam, esses naturaes de Bruges, dão a uma ribeira o nome de *Ribeira dos Flamengos* até aos limites da freguesia deste nome e d'ahi para baixo toma a de *Ribeira do Salvador* ou do *Santissimo Salvador*, que é tambem o orago da Matriz da Horta, como era o de Bruges.

«Egualmente em observancia a uma tradição flamenga, Josse de Hurtere, 2.º donatario, edifica junto do seu solar a ermida ou capela de S. Tiago, — tinham os flamengos particular devoção por este santo — aonde foi sepultado.

«Foi sobre as ruinas d'esta capela e sobre o proprio solar dos de Hurtere, que os

Foi opinião geral durante muito tempo, e ainda hoje aceite por alguns espiritos menos enfronhados em velharias, de que. a esta circunstancia daquele jardim ou horta, então comum a todas as residências, segundo Frutuoso, proveio o nome de Horta dado à vila. A versão mais segura, porèm, pelo menos a mais racional, é a que faz derivar a denominação Horta do nome do primeiro donatário — Josse Van Hurtere. [1]

A moradia de Jorge da Terra era, a principio, isto valendo-nos ainda da tradição, no sitio em que edificou a sua casa o falecido conspilheiro Santa Rita. Quando desta edificação, ainda existiam no logar vestigios da casa de morada, que se julgaram do primitivo prédio. Com o decorrer do tempo, os descendentes mudaram-se um pouco mais para baixo, para o sitio onde sempre ficou existindo o solar desta familia, totalmente destruido em começo do século passado por um violento incêndio, que consumiu grande soma de valores — mobiliário, utensilios, alfaias, etc. Reconstruiu-o o morgado Terra tal como hoje se encontra, sob posse do sr. barão da Ribeirinha, que ha anos adquiriu aquela propriedade, por meio de compra.

Próximo á sua moradia fundou Jorge da Terra uma ermida á Senhora da Conceição, que não tardou á ser igreja, séde da paróquia do mesmo nome. [2]

Na incursão que os inglêses fizeram nesta ilha em 1597, foi essa igreja, como outros templos, conventos e habitações particulares, saqueada, e como as Igrejas da Matriz, Praia do Almoxarife e Flamangos, incendiada. Em virtude de petição levada a el-rei por Estácio d'Utra Machado (V. *Utras*, § 3.° n.° 3) e repetida pelo capitão Francisco Gil da Silveira, baixou alvará datado de 5 de fevereiro de 1604, que mandou restaurá-la, e aquelas outras igrejas, sendo ela então ampliada á custa da Fazenda rial. Reedificou-a depois, no segundo quartel de 1700, do

---

jesuitas ergueram o seu magestoso colegio, o maior e de mais sumptuosidade que tiveram os Açores.

«Além destas reminiscencias da colonisação flamenga, ha apenas a acrescentar o nome *Espalamaca* dado á ponta que abriga a bahia da Horta do lado norte, o que é corrupção de *Spaldemaker*, que significa *ponta aguda, ponta de agulha* ou de *alfinete.*» — F. de Serpa, *Dados genealógicos, etc.*, 94

«Junto a esta freguesia faz a terra uma ponta ao mar alto a que os flamengos puzeram o nome de Espalamaca que em sua lingua quer dizer ponta de agulha ou alfinete.» — Frutuoso, *Saudades da terra*, cap. 37

[1] Segundo o sr. Gilliodts van Severen, arquivista communal de Bruges, *Hurtere* deu a variante *Hortere*. Temos assim *Hurtere=Hortere—Horta.*»—F. Serpa, *Dados, etc.*, 93

[2] «Tem esta freguesia da Conceição a Igreja de tres naves postas sobre cinco co-

modo que actualmente existe, o padre Teodosio Ferreira de Melo, seu vigário, por mercê de valiosos donativos que alcançou. Uma particularidade de mui insignificante importância, mas que não deixa de ter sua curiosidade: o actual frontespicio, tanto no traçado, como em tamanho, é cópia fiel da demolida igreja da Misericórdia, conforme ouvi contar a pessoas que muito bem conheceram êste edificio.

Jorge da Terra era individuo de distinção, provindo muito provavelmente de elevada estripe. Basta olharmos o seu casamento com Margarida da Silveira, filha do célebre flamengo Guilherme da Silveira, homem de grande fidalguia, reputado neto dum conde, e possuindo brazão de armas. Gaspar Fructuoso, ao citar as familias nobres então existentes na vila da Horta, menciona entre êlas a geração do Jorge da Terra.

Conforme referi no começo dêste titulo, o seu nome de origem era Josse van Aard (ou Aertrijcke) que êle aportuguezou para Jos da Terra, e que depois, por uma errada evolução filológica, se mudou em Jorge da Terra.

É singular como esta abreviatura *Jos* — abreviatura ou variante — de *Josse* (José) jamais se transformou no seu verdadeiro equivalente, mas sempre na fórmula errónea de Jorge. Já com o primeiro donatário, Josse van Hurtere, sucedeu a mesma coisa: tambem ficou sendo Jorge — Jorge d'Utra — em vez de José. Entretanto, apezar de incorrecta, é esta a fórmula que somos obrigados a adoptar por ser aquela que o uso fixou, e que, de geração em geração, se transmitiu até aos nossos dias.

Jorge da Terra deixou a terça em testamento aprovado no dia 1 de junho de 1546, com um codicilio feito a 11 de maio de 1553, para ser administrada pelos filhos João e Manuel, e, por morte de ambos, pelo filho mais moço, Jorge da Terra, passando depois ao filho macho, e mais velho, dêste. Sendo, porêm, o caso que, ao referido filho Jorge, ou aos que dele descendessem, não ficasse sucessão masculina, *iria* então a terça ao descendente macho daquele dos outros dois filhos, ditos João Silveira e Manuel Silveira, que por último tivesse falecido, o que de facto se verificou na pessoa de Gaspar Homem da Silveira, bisneto do primeiro, nunca mais saindo dêste ramo da familia. Esta terça foi motivo de diversos litigios pelos tempos adiante, sendo José de Arriaga (V. *Arria-*

---

lumas de cada banda, sobre as quais está assentada a madeira do tecto com uma Capella ao lado direito: ha nella cento e oito fogos, e almas de confissão trezentas e quarenta, das quais são de comunhão duzentas e sessenta e oito; tem um vigario, e um thesoureiro.» — Fructuoso, *Saudades da Terra*, cap. 3.º

gas, § 1.º, n.º 2) que pelo lado materno descendia de João da Silveira, o último dos litigantes, e com tal rabulice, usando de varias artimanhas, que veio de facto a ser seu possuidor, e finalmente, por sucessão, todos os seus descendentes.

2) **Manuel da Silveira** ◆ ◇ Navegador, e segundo Gaspar Frutuoso, um dos que foi a descobrir a Terra Nova.
(§ 1.º, n.º 2)

3) **Inês da Silveira** ◆ ◆ ◇ Gomes Pacheco de Lima, seu marido, oriundo da Graciosa, foi uma das individualidades de maior destaque na ilha do Faial, não sómente pela importância dos cargos que ocupou, mas sobretudo pela sua ilustração, trato afável, e de mui ponderado e bondoso resolver em todos os seus actos, tanto particulares como oficiais. Jamais abusou da sua autoridade, antes, valendo-se dela, grandes benefícios dispensou, chegando a livrar da morte, naquele tempo de acerados ódios políticos, muitos indivíduos.
(§ 1.º, n.º 3)

Foi provedor-mor das fortificações, e capitão-mor do mar, comandando uma companhia de aventureiros, por completo alheia à jurisdição do capitão-mor de ordenanças. Foi ainda provedor-mor do campo, e aposentador-mor de D. António, Prior do Crato.

Quando da luta com Espanha, entre D. António e Filipe II (no tempo das *alterações*, segundo a expressão da época) guarneceu de fortificações quási toda a ilha. Em Porto-Pim, onde se pretendia construir um cais, que afinal se não fez, e cuja pedra foi aproveitada na maior parte para o convento de São Francisco e outras obras, alevantou êle toda a muralha de defesa, em cêrco, como ainda hoje se vê, com seu portão fechado. Na Praia do Almoxarife construiu um forte com a necessária artilharia; no porto da Feteira um baluarte.

Correra mundo, enriquecendo o espírito de ideias novas e grandes, de maravilhas, a viajar pela Espanha, França, Itália.

Gaspar Frutuoso aponta-o como um notável poeta. São, todavia, desconhecidas as suas produções. [1]

---

[1] Frutuoso, *Saudades da terra*, liv. VI, cap. 37 e 38

4) Catarina da Silveira ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 2)

◇ Catarina da Silveira tem sido confundida por alguns genealogistas com outra de igual nome, sua prima coirmã, fazendo de ambas uma só criatura, quando, no final de contas são duas entidades perfeitamente distintas. Proveio decerto a confusão de ambas serem netas de Guilherme da Silveira e de terem o mesmo nome. Deslinda-se no entanto o caso manuseando os documentos coevos, assás explícitos, que tenho presentes — o testamento desta, [1] e uma escritura de dote outorgada por uma filha da outra Catarina. [2] No titulo dos Silveiras, § 2.º, n.º 3, deixo melhor esclarecimento a êste respeito.

Além das quatro filhas indicadas, Catarina da Silveira, segundo o já referido testamento de seu pai, teve mais três, cujos nomes ignoro, e que eram falecidas, provavelmente no estado de solteiras, quando do codicilio por êle feito em 11 de maio de 1553 ao mesmo testamento.

5) Catarina da Conceição ◆ (§ 1.º, n.º 4)

◇ Freira professa no convento de São João, fazendo-lhe a mãe, já viuva, escritura de dote em 26 de setembro de 1589. [3]

6) Joana Vaz ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 5)

◇ Freira professa no convento de São João. A mãe, já viuva, fez-lhe escritura de dote em 3 de dezembro de 1612. [4]

7) Bárbara do Espirito Santo, Maria da Conceição ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Freiras no convento de São João, onde professaram em 5 de outubro de 1580 outorgando-lhes os pais nessa data a respectiva escritura de dote. [5] Bárbara do Espirito Santo era abadessa em 1625. Maria da Conceição tambem foi abadessa, mas em data que ignoro.

---

1 *Tomb. Misericórdia da Horta*, liv. II
2 *Tomb. conv. S. João*, liv. XII (Arq. rep. dist. fin. Horta)
3 Ib.
4 Ib.
5 Ib.

8) Francisco de Pórras e Silveira ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 3) ◇ Clérigo com o grau de licenceado em teologia pela universidade de Coimbra. Foi vigário na paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Horta.

9) António da Terra da Silveira (§ 1.º, n.º 6) ◇ Alguns linhagistas opinam que a consorte se chamava Izabel Pereira, outros que era Izabel Gularte. Eu creio ser uma coisa e outra. O genro, capitão-mor Jorge Gularte Pimentel, quando a ela se refere em seu testamento, chama-lhe Izabel Gularte. Por outro lado, porém, nas duas escrituras de dote feitas na profissão das filhas, ela assina-se Izabel Pereira. Colijo eu, pois, que tinha os dois nomes, provavelmente Izabel Gularte Pereira, que adopto até prova mais concludente.

10) Bárbara da Trindade, Maria da Conceição ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 4) ◇ Freiras no convento de São João, tendo ambas escritura de dote, na profissão, outorgadas pelos pais, a primeira em 11 de setembro de 1615, a segunda em 9 de fevereiro de 1609. [1] Maria da Conceição era vigária em 1633, e foi abadessa no triénio de 1643-47.

11) Pedro Tristão ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 4) ◇ Tambem conhecido por Pedro Gularte da Silveira. O seu verdadeiro nome, porém, era Pedro Tristão, ou Pero Tristão, que assim assinou, como testemunha, na escritura de dote outorgada pelos pais em 11 de setembro de 1615, e ha pouco citada.

12) Luzia da Silveira ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 3) ◇ Sucede na linha genealógica, vincular, por se ter extinguido a varonia na descendência do irmão António. O marido foi sepultado na igreja da Misericórdia, em carneiro junto à sepultura do pai, tendo uma pedra tumular com esta inscrição: *Sepultura do capitão Antonio de Brum da Silveira e de sua mulher Luzia Silveira e seus herdeiros 1638 anos.* [2]

---

[1] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV
[2] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 6

13) Francisco Gil da Silveira (§ 1.º, n.º 4) ◇ Foi capitão-mor na cidade de Angra, onde casou com Ana Ferreira Zimbron, filha de D. Alonso Zimbron. Morreu sem sucessão, passando ao irmão Jorge a administração do vínculo e padroado do Carmo que herdara de seus tios Francisco Gil da Silveira e Helena Boim.

Muito se interessou pela reedificação das igrejas Matriz, Conceição, Praia do Almoxarife e Flamengos, incendiadas pelos ingleses em 1597.

14) Bárbara do Rozário, Joana do Rozário ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 4) ◇ Religiosas no convento de São João, onde professaram, a primeira em 20 de março de 1617, a outra em 11 de agosto de 1625, sendo ambas dotadas pelos pais. [1] Foram abadessas no referido convento, Bárbara do Rozário em data que ignoro, a irmã nos anos de 1661 e 1671, fazendo-me isto supor que tivesse sido eleita em triénios sucessivos dentro daquele período.

15) Jorge da Terra da Silveira (§ 1.º, n.º 4) ◇ Por virtude do falecimento de Francisco d'Ultra de Quadros (V. *Ultras*, § 2.º, n.º 4) foi nomeado sargento-mor de ordenanças com o ordenado de 50$000 reis em cada ano, sendo a respectiva patente datada de 6 de junho de 1659. [2] Provido a capitão-mor em 1672, por morte de Jorge Gularte Pimentel, que então possuia o cargo.

Exímio administrador. Juntou tamanha soma de bens aos herdados de seus pais, que procurou instituir três morgados para três dos seus filhos, o que, porém, ficou por realizar devido a não ter alcançado em vida a necessária provisão do paço. [3]

Por testamento de mão comum com a mulher, datado de 9 de novembro de 1678, dotaram quatro moios de trigo anuais para uma nova capela ao Senhor dos Aflitos, na igreja do Carmo. Foram ambos sepultados em jazigo próprio, na capela-mor da referida igreja, da qual tinham herdado o padroado.

---

[1] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV e XII
[2] *Reg. cam. Horta*, liv. V, 96
[3] Rozario, *Memoria genealogica*, ms., 8

16) Francisco Brum da Silveira (§ 1.°, n.° 5)

◇ Clérigo do hábito de São Pedro. Juntou êste padre tal soma de bens aos herdados de seus pais, que instituiu cinco morgados, quatro a favor dos irmãos Antônio, Jorge, Estevão e Manuel, e o quinto formado pela terça a favor do sobrinho Jacinto Manuel Brum da Silveira Leite. [1]

Nomeado fidalgo da casa rial por alvará de 3 de agosto de 1688. [2] Por êste mesmo alvará foram agraciados os irmãos Manuel e Estevão.

17) Antônio de Brum da Silveira (1.°, n.° 5)

◇ Foi o primeiro juiz da alfândega (director, como hoje se denomina) na ilha do Faial, em logar de simples almoxarife que era, e que até então havia nomeado pelo provedor da fazenda. Fidalgo da casa rial e cavaleiro professo do hábito de Cristo. Tambem teve carta de familiar do Santo Oficio. [3]

Era extremamente beato, andando sempre em rezas, pelas igrejas, parece que um pouco em prejuizo dos interesses da casa. Tal era o seu fanatismo, que, após ter enviuvado, tomou a deliberação de se apartar da vida mundana, deixando familia para tomar a estamenha de penitente no convento do Carmo, do qual, como se sabe, tinha o padroado. [4] Mas foi sómente muitos anos depois que realizou o seu intento, professando em 22 de novembro de 1723 (um mês antes de falecer) com o nome de Fr. Antônio do Carmo.

18) Francisco de Betencurt (§ 1.°, n.° 6)

◇ «Morreu ainda moço, sendo já filosofo; ou tendo já estudado a filosofia, que é o que talvez se queria dizer.» [5]

19) Jorge da Terra Brum e Silveira ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.°, n.° 6)

◇ Provido, depois da morte do pai, no oficio de juiz da alfandega da Horta.

A primeira consorte, Maria Tere-

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 9
[2] *Reg. cam. da Horta*, liv. VII, 9
[3] Ferreira Serpa, *O Instituto*, vol. 62.°, 241
[4] G. Rozario, *Memoria genealogica*, ms., 10
[5] Ib., 9 v.

za da Câmara Medeiros era natural da cidade de Ponta Delgada, irmã de seu cunhado Pedro da Ponte Corrêa, os dois, filhos de Manuel Raposo Corrêa, um dos maiores morgados da ilha de S. Miguel, descendente dos primeiros povoadores da mesma ilha.

Os pais da segunda consorte eram o sargento-mor Tomé Gregório Teixeira e Bárbara Maria da Encarnação, ricos proprietários, moradores na Ribeira Sêca, ilha de São Jorge, e que morreram vitimas do terramoto que assolou aquela ilha em 1757. [1]

20) António Brum da Silveira (§ 1.º, n.º 7) <> Fidalgo da casa rial por alvará de 22 de maio de 1734, com 1$600 reis de moradia por mês, e um alqueire de cevada por dia, o mesmo fôro e moradia que tinha seu pai. [2] Alcançou a propriedade do cargo de juiz da alfândega por carta datada de 11 de fevereiro de 1754, com o ordenado anual de 30$000 reis em dinheiro e três moios de trigo. [3]

Após o falecimento da primeira consorte, fez desistência dêsse cargo a favor de seu filho Francisco Xavier Brum, por escritura de 9 de abril de 1759, [4] em virtude de andar litigioso e em demanda o seu morgado, não podendo por isso assistir às obrigações do referido oficio, e ultimamente porque, pela perda de sua mulher, se resolvera a entrar no convento do Carmo, «para nelle tratar de sua salvação.» Sôbre êste ponto, afinal mudou de parecer, talvez porque não lhe sorriu prometedoramente a vida monástica, realizando dentro em pouco o segundo consórcio.

Nos últimos anos da sua existência, tornando-se mau administrador do vínculo e bens do casal, viu-se a família na necessidade de submetê-lo a uma tutela, de que foi curador o filho Manuel Inácio do Canto Brum. [5]

21) António de Brum da Silveira ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 2.º, n.º 3) <> Por virtude do segundo matrimónio, foi continuador da linha vincular dos *Peixotos*. Nêsse título encontrará, portanto, o leitor a descendência respeitante a tal consórcio.

---

[1] *Arch. dos Açores*, XIII, 453
[2] *Reg. cam. Horta*, liv. VIII, 88
[3] G. Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 23
[4] Cartório do 4.º oficio, Horta
[5] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 23

22) Gaspar Homem da Silveira (§ 2.º, n.º 5) <> Foi pessoa de muita consideração, e de tal modo impondo-se ao respeito, que algumas vezes confiaram as freiras à sua guarda, para acompanhá-las, quando da vila elas se mudavam para o forte do Morro de Castelo Branco, nas ocasiões de alguma provável invasão ou ataque de inimigos à ilha, principalmente de argelinos. [1]

Foi às mãos de Gaspar Homem da Silveira, e seus descendentes, que veio a parar a terça instituida pelo primeiro Jorge da Terra em seu testamento. Essa terça estava na posse de António da Terra da Silveira, neto de Jorge da Terra; e como António da Terra morresse depois do filho macho que devia suceder-lhe, entrou no lôgro da referida terça a filha Maria Montojo, casada com o capitão-mor Jorge Gularte Pimentel. Nesta altura, Gaspar Homem da Silveira intentou uma demanda, que foi longa, primeiro julgada contra pelo corregedor da comarca em 17 de agosto de 1651, depois a favor por sentença da Relação, de 26 de abril de 1654. A ré, Maria Montojo, apezar de parenta mais próxima do instituidor (bisneta, emquanto que Gaspar Homem era tresneto) foi excluida por ser fêmea e por ser o morgado de agneção. [2]

23) Jorge da Silveira Gularte (§ 2.º, n.º 5) Foi juiz dos órfãos na ilha do Faial, logar dado depois ao segundo marido da consorte. Herdou-lhe, êste, a mulher e o cargo.

24) Francisco Silveira Vilalobos ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 6) <> Clérigo, com o grau de licenceado em cânones pela universidade de Coimbra.

25) Inácio Nunes da Costa ◈ (§ 2.º, n.º 7) <> Tinha o grau de licenceado em cânones pela universidade de Coimbra.

26) José António da Silveira Pereira Sarmento ◈ ◈ (§ 2.º, n.º 8) <> A êle e ao irmão, por escritura de 25 de maio de 1742, [3] lavrada pelo tabelião Caetano Vieira Cardoso, fez-lhes seu tio José de Arriaga, juiz dos órfãos, património para clérigos do hábito de São Pedro, com o fôro de 20$000 sendo 15$000 para José António da Silveira, e só 5$000 reis para Ma-

---

[1] F. de Serpa, *Dados genealógicos, etc.*, 101
[2] Ib., I, 9º
[3] Em meu poder

nuel de Brum, por já estar patrimoniado em uma morada de casas, situada na vila. Em troca, pela mesma escritura, fizeram êles doação a José de Arriaga das ligitimas que lhes viessem a caber no inventário de seu falecido pai.

José António da Silveira emigrou para o Rio de Janeiro, onde foi coadjutor na frèguesia de São Sebastião.

27) Jorge da Terra da Silveira (§ 3.º, *n.º* 5) ◇ Por patente de 12 de outubro de 1689, nomeado sargento-mor, em virtude da elevação do pai a capitão-mor. Havia já nove anos que êle servia o referido pôsto, mediante uma simples provisão do Conselho de Guerra, expedida em 1678, pelo que, alguem, cuja identidade se desconhece, tentou destroná-lo do cargo, apresentando embargos contra a citada provisão, que, só por si, não podia surtir efeito definitivo. O propósito, porêm, foi mal sucedido. Jorge da Terra defendeu-se, e em remate da questão obteve sentença favorável, confirmando-o no provimento, e ainda por cima um alvará datado de 26 de abril de 1690, arbitrando-lhe o sôldo anual de 50$000 reis para ser pago desde que tinha começado a servir, visto que nem um rial, até então, lhe fôra abonado, sob fundamento de não possuir patente régia do pôsto, como se usara com os antecessores. Por outro alvará com data de 30 de agosto de 1690, conseqüência dum seu requerimento, foi-lhe o soldo passado a 80$000 reis, que era o estabelecido para idênticos oficios, tanto no Reino, como na Madeira, e em São Miguel, não sendo o Faial — é interessante notar-se a alegação — «não sendo o Faial menos na representação e comercio dos muitos navios que aqui aportão de varias nações, precisando por isso tratar-se com o luzimento que merecia o posto que ocupava.» [1]

Foi êste sargento-mor que andou envolvido na contenda alevantada entre o capitão-mor António da Cunha e Silveira, e o comandante do corpo de infantaria paga, Tomás Brum da Silveira, caso famoso nos anais da ilha do Faial, e que já deixei relatado na nota (5) titulo dos *Cunhas*.

Jorge da Terra era extremamente religioso. Êste sentimento que, em regra, se acentua com o decorrer da idade, nêle chegou ao máximo grau, levando-o a verdadeiras exaltações de carolice. Quotidianamente, e a todas as horas, se entretinha com devoções várias. A manhã consu-

---

[1] *Reg. cam. Horta*, liv. VII, 17 v., 18 v. e 52

mia-a na igreja de São Francisco, macerando os joelhos, de altar em altar, a ouvir quantas missas murmuravam os padres da comunidade. De tarde corria a rezar o terço a Nossa Senhora da Conceição. À noite, em casa, congregando toda a família e serviçais ao redor de si, ante o oratório que dezenas de lumes alegravam, num clarão glorioso, de novo rezava o terço ou fazia novenas a quantas divindades, virgens e patriarcas o calendário registava na côrte celeste! As conseqüências são fáceis de colígir. De tal modo de vida resultou, como era natural, esquecer-se da administração da casa, cujas finanças, deixadas à tôa, ficaram meio enredadas. [1]

Foi familiar do Santo Ofício. [2]

28) Inácia Francisca da Conceição, Rosa de Jesus, etc.
(§ 3.º, n.º 6)

◇ Antes de professarem fizeram doação de todos os seus bens ao irmão José Francisco — Inácia Francisca por escritura de 17 de novembro de 1725, Rosa de Jesus por escritura de 5 de maio de 1719; aquela instituindo-os em vínculo de morgado, esta sem condição alguma vincular.

29) Jacinto Manuel Brum da Silveira Leite ◆ ◆ ◆
(§ 3.º, n.º 6)

◇ Fidalgo da casa rial por alvará de 4 de novembro de 1705. [3]

Era senhor e administrador dos numerosos bens que lhe doaram, em vínculo de morgado, seus tios, padre Francisco de Brum, Estevam de Brum e Manuel de Brum, senhor da terça doada por seu pai, do dote de 5.000 cruzados que seus sogros fizeram à filha, tudo para efeito de casamento, e por meio duma só escritura lavrada em 22 de março de 1711. Em conseqüência destas doações, e fazendo conta às ligítimas que lhe pertenceram, dizia-se ser a sua casa uma das mais ricas do Faial. [4]

Com o casamento da neta, Francisca Paula Terra Brum, filha de seu filho João José Brum da Terra Leite, único descendente masculino, ligítimo e hábil, em que se resumia a sua numerosa prol, o morgado ficou encorporado na linha vincular do irmão José Francisco da Terra Brum. Neste momento é que se tornou uma casa riquíssima.

---

[1] G. Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 32
[2] F. Serpa, *O Instituto*, vol. 62.º, 243
[3] *Reg. cam. Horta*, liv. VII, 161
[4] G. Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 33 v.

A consorte, depois de viuva, dedicou-se inteiramente à organização e restabelecimento do casal, cujas finanças o marido deixára em mau pé. Conseguido isto, «se deliberou dar hum exemplo de virtude e honestidade», abandonando as distrações do mundo e entregando-se apenas à penitência, no abençoado socêgo da clausura. Recolheu-se com sua filha Ana Tomásia ao convento da Glória, onde tinha outras já professas, e lá ficaram vivendo de suas rendas, em hábito secular, mediante o necessário indulto apostólico concedido em 20 de novembro de 1760. Maria Antónia faleceu dentro do referido mosteiro, onde foi sepultada. [1]

30) Ana Tomásia ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 6)

◇ Viveu recolhida no mosteiro da Glória, onde entrara, como acabei de dizer, em companhia da mãe.

Á confraria do Coração de Nossa Senhora, «colocada no dito mosteiro,» doou nove e meio alqueires de trigo de fôro por três escrituras de 26 de março e 20 de dezembro de 1777, e 19 de maio de 1780, «afim de que com mais decencia e veneração se festeje o mesmo Purissimo Coração annalmente.» [2]

31) Tomás José Brum da Silveira Leite ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 7)

◇ Ao grande vinculo, de que ora senhor e administrador, reuniu os numerosos bens que a consorte trouxe pela terça da mãe e doações dos irmãos padres, tornando assim o morgado mais opulento do que era. No entretanto, a sua existência faustuosa, com hábitos mundanamente perdulários, deram-lhe largo rombo nos negócios, deixando os créditos da casa algo arrastados. Restabeleceu-os o irmão, homem prudente e económico, que herdou todos os bens e vinculos do morgado, em conseqüência dele ter falecido sem descendência. [3]

Foi familiar do Santo Ofício. [4]

Realizou o seu consórcio no oratório (ainda existente) nas casas de morada do sogro, sendo celebrante o bispo de Angra, *D.* António Vieira Leitão.

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 33 v.
[2] Cartório do 4.º oficio, Horta
[3] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 33
[4] F. Serpa, *O Instituto*, vol 62.º, 243

32) João José Brum da Terra Leite ◆ ◆ ◆ ◆ ◆
(§ 3.°, n.° 7)

◇ Foi a antítese do irmão Tomás. Aquele só pensava em grandezas, sempre absorvido por uma vida descuidada de folgança, ócios, prazeres; êste, pelo contrário, pessoa de sizudo ajuizar, medido nos seus conselhos e no seu proceder, completamente alheio ao oiro enganoso das vaidades, aos faustos e prazeres mundanos. Aquele era um mãos-rotas, sem feitio para administrador; êste apenas desejava a existência íntima, o patriarcal socêgo doméstico, consagrando-se todo aos negócios e arranjos da casa, que, muito combalida, herdou do irmão, mas que conseguiu restaurar, sem nada a diminuir, acrescentando-a mesmo.

Havia, porém, um recreio que bastante o interessava, e em que consumia as horas apagadas e longas dos serões: era a leitura pausada dos bons livros. Desde estudante, foi sempre muito dado às letras, especialmente à poesia. Folheava de preferência os clássicos, tanto nacionais, como estrangeiros, sobretudo os grandes mestres da língua latina, que traduzia, ao que consta, com rara perícia. De Virgílio deixou uma interessante versão, cujo paradeiro se desconhece, ou se perdeu, que é o mais certo. [1]

Era bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, onde residiu largos anos, mesmo após a sua formatura.

Teve o fôro de cavaleiro fidalgo da casa rial por alvará de 2 de abril de 1737. [2]

A consorte era filha do capitão-mor de Angra, Manuel Homem da Costa Noronha e de sua mulher Úrsula Quitéria de Noronha.

33) Vitaliano José Brum da Silveira ◆ ◆ ◆ ◆
(§ 3.°, n.° 8)

◇ Filho de mãe desconhecida, e nascido em Coimbra — quando o pai cursava a universidade, conforme refere Ernesto Rebêlo. [3]

Eu tenho um outro parecer a êste respeito.

Segundo o termo de óbito, Vitaliano José da Silveira devia ter nascido em 1768, o que tanto equivale a dizer (feitas as contas enunciadas por Ernesto Rebelo) que o pai aos quarenta e três anos de idade ainda era estudante no venerando templo coimbrão de Minerva. Não pode ser.

---

[1] G. Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 38 v.; Macedo, *Gremio Litterario*, n.° 37
[2] *Reg. cam. Horta*, liv. VIII, 106
[3] *Arch. dos Açores*, VIII, 330

Rebelo falhou no cálculo ou foi mal informado — ou então o dito termo está errado, o que é pouco provável. Digamos antes: nasceu em Coimbra, porque a pai lá morou, talvez apegado ao seu *faux ménage*, alguns anos depois de formado, e não porque ainda fôsse estudante.

Foi insigne poeta, um dos melhores poetas faialenses, e talvez não seja arrôjo acrescentar que, entre os poetas portugueses desconhecidos, lhe compete logar de destaque. Quem lê os seus versos harmoniosamente, elegantemente trabalhados, conceituosos e fáceis, dum belo sabor camoneano, que poucos sei dê geito a correr parelhas com êles, fica logo convencido de que no seio daquela estonvada criatura, vibrava uma singular alma de artista. E parece que desabrochou muito novo o seu génio poético.

Versejava com extrema facilidade. Agora, era compondo as estrofes graves duma elegia ou duma ode: logo, alinhavando versos de encomenda, em louvor, uns, de algum aniversário, outros para algum bando de mascarados; amanhã, burilando um soneto sob a inspiração duma esperança, ou ferido por alguma pena de amor; — e tanto improvisava á viola, nas casas de *folgas*, [1] redondilhas banais do acaso, como trovas lânguidas, ao som cavernoso dos violões, em noites de luar, ante as janelas das beldades esquivas.

Numerosas foram as suas produções; mas, infelizmente, á mingua de imprensa naquele tempo, na Horta, que as guardasse, a maior parte perdeu-se para sempre, restando apenas uma limitada série, que o zêlo carinhoso dum homem de letras, Ernesto Rebelo, fez inserir no jornal *O Gremio Litterario*. Se ainda um dia me restar tempo, e tiver vida sã, talvez me deite a perpetuá-las em volume àparte, para recreio e honra nossa.

Pelo seu modo jovial, duma educação esmerada, possuindo sobretudo variadas aptidões mundanas, a sua companhia foi sempre muito apreciada no círculo da sociedade faialense — não só pela sociedade elegante, mas tambem entre a gente do povo, onde se fazia estimado pelas suas maneiras despretenciosas e afáveis. Era muito querido da gente môça, das raparigas sobretudo, e, já agora digamos, nada menos das freiras, cujos palratórios alegrava com as suas facécias e com os seus descantes. Ninguem sabia como êle, entreter um serão, armando jogos, dirigindo uma dança; ninguém como êle para delinear um passeio, talhar uma merenda, glosar satiricamente algum mote perante

[1] Bailes populares realizados dentro de casa

numerosos e almiscarados visitantantes, em outeiro de monjas folgazãs.

A sua existência, emquanto solteiro, foi dum verdadeiro boémio. O pai, que muito lhe queria, criou-o sempre à larga, mas nunca quebrando a sobriedade do seu regimen, quanto ao abastecimento monetário. Falecido êle, teve o nosso Vitaliano no cunhado uma nova fonte, da mesma sorte úbere, porém mais condescendente para prover às suas fantasias doudivanas. O engraçado era a sem cerimónia com que êle se utilizava da bolsa do seu amigo — seu muito intimo e benévolo amigo, convem assinalar.

Revela-nos Ernesto Rebelo, porque lho contou um velho escrevente da antiga casa do morgado Terra, que Vitaliano José da Silveira, empreisando de dinheiro, entrava pelo escritório do morgado, muito prasenteiro, como senhor de tudo, e ali mesmo, à vista do cunhado, que sorria benévolamente, chamava para o bolso quantas moedas, às vezes pilhas de moedas, havia sôbre as mezas. Não raro aparecia algum rendeiro: então, com a mesma sem cerimónia, êle próprio se sentava à banca, passava ao homemsinho a quitação, e se embolsava muito naturalmente das boas patacas cobradas pelo fâro ou renda. Ilizia duas ou três chalaças, apertava as mãos em volta, e saia cantarolando... É de supôr que ainda convidasse o cunhado para alguma patuscada, à noite.

Consta que, depois de casado, reformou os seus costumes e se tornou o homem mais pacato dêste mundo.

34) José Francisco da Terra Brum ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 6)

◇ Fidalgo da casa rial por alvará de 2 de novembro de 1705.[1] Teve, como já disse, escritura de doação de duas irmãs freiras, uma delas instituindo os bens em vínculo de morgado.

35) Francisco Inácio Brum Terra ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 7)

◇ Agraciado com o fôro de fidalgo cavaleiro da casa rial, que ao pai pertencia, por alvará de 10 de fevereiro de 1766.[2]

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. VII, 162
[2] Idem, liv. IX, 329 v.

36) José Francisco da Terra Brum ◆ ◆ ◆ ◆ ◆
(§ 3.º, n.º 8)

◇ Tenente-coronel de milícias. Em patente de 14 de março de 1818, nomeado capitão-mor na ilha do Faial. [1] Por alvará de 30 de abril de 1794, agraciado como seu pai, com o fôro de fidalgo cavaleiro da casa rial. [2]

Um verdadeiro fidalgo em toda a latitude do têrmo — fidalgo sobretudo pela integridade e nobreza do seu caracter.

A sua casa, então uma das mais opulentas, oferecia-se hospitaleira a todos, francamente, quer fôsse ao monarca, como sucedeu, quer à mais insignificante criatura do acaso, sem excessos ou desmazêlos, nem vaidades espectaculosas. Nela se reunia em afectuosos e animados serões a melhor sociedade da vila; nela se estabeleceu o primeiro teatro da Horta, onde amiudadamente se representou durante anos, concorrendo isso talvez para a manifesta inclinação dos faialenses pela arte dramatica.

Modesto por natureza, possuia o morgado Terra os correspondentes merecimentos dêsse modo de ser: a bondade, a singeleza, a afabilidade. Dizia sem reserva o que sentia, numa muito natural e leal rudeza, que de todo se apagava sob a permanente amenidade do seu trato. A sua palavra era lenta e insinuante, sublinhada sempre por um breve sorriso, embora de conversa com um igual, ou com um jornaleiro. Extremamente esmoler; mas dando com a direita sem que de modo algum a esquerda o soubesse. Na boca dos pobres era venerado quási como um santo — o morgado Terra.

A grandiosa e comovedora homenagem, tanto oficial como particular, prestada por ocasião do seu falecimento — as honras militares, a concorrência excepcional de povo, de toda a ilha e do Pico, a tristeza funda que se lia em todos os rostos, as lágrimas que brotaram espontâneamente de muitos olhos — são prova assás demonstrativa do que acabo de evidenciar.

Espirito generoso que era, muito fácilmente compreendemos quanto os novos ideais de liberdade e de justiça deviam tê-lo seduzido. Na verdade foi um decidido adepto do constitucionalismo na ilha do Faial.

Isso valeu-lhe fundos dissabores.

Narremos, porque é um interessante episódio da crónica faialense.

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. XIII, 74
[2] Idem, liv. X, 226

Em fins de agosto de 1829 chegou à Horta uma alçada judicial presidida pelo desembargador Monteiro Torres, encarregado de sindicar acêrca da desastrada e célebre revolta — *a revolta do castelo*, como se ficou chamando — ocorrida em novembro do ano anterior. [1]

Monteiro Torres era uma criatura mais que despótica, obsecada pela paixão política. Mal pisou terra, mostrou abertamente o que era, e a que vinha. Exultaram com êle os sequazes miguelistas, em particular um, o major José Betencurt Vasconcelos (V. *Betencurts*, § 7.º, n.º 1) que muito se salientou pela actividade e truculência dos seus ódios.

Começaram o desassocêgo e as perfídias, as múltiplas perseguições sistemàticamente exercidas contra os *malhados*. Grande foi o número de pessoas, entre elas algumas das principais da ilha, que a rêde estreita do sindicante colheu.

O morgado Terra entrou também na lista. O seu caracter bondoso e liberal mal sofria vêr tão sucessivos atentados contra os direitos e vida dos cidadãos; revoltava-o tamanha prepotência, que verberava, sem nenhum temor, fôsse diante de quem fôsse. Conseqüentemente, logo que tinha ensejo, era dos mais solícitos em defender, acobertar, confortar qualquer oprimido. É, pois, fácil calcularmos o que lhe poderia suceder.

Certa manhã, em dia de carnaval [2] (1830) entraram-lhe pela porta dentro os beleguins do sindicante capitaneados pelo major José Betencurt de Vasconcelos. Lidava a família Terra para a costumada festa de todos os anos — um luzido baile, à noite. As flores atulhavam já os vasos, por sobre os moveis; desarrumava-se a baixela; — e na cosinha tudo revoluteava, num tempestuoso afan culinário — os tachos de mão em mão, de trempe para trempe, as gemas de ovos em redopio dentro dos tijelões, as criadas de braços nús, patradoras, atropelando-se, diluindo-se em suor...

Quiz de certo o sindicante, num requinte de perversidade, mostrar a tão alto senhor até onde chegavam as arrogâncias da sua autoridade, levando o terror ao seio daquela família, precisamente num dos seus melhores instantes de paz. E José Betencurt, êsse adventício, que só recebera, ao entrar na Horta, obséquios e atenções do morgado Terra, e que por motivo de irritações políticas se tornara seu radical inimigo, nenhuma dúvida teve, antes se ofereceu com o maior regosijo, diz uma testemunha da época, para executor da deprecada. [3]

---

[1] Este quadro famoso da história da ilha do Faial ficou relatado na nota (25) título *Betencurts*

[2] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, II, 84

[3] Falando do casamento de D. Francisca, filha do morgado Terra, Garcia de

Ante a aparato bélico, José Francisco da Terra não acobardou, nem teve sequer o menor agastamento. Da bôca irónica do adversário, que avançava impudentemente, ouviu a intimação com toda a sua fidalga serenidade. Resistir para que? Acarinhou a esposa chorosa e desalentada, beijou os filhos, e partiu sem quebra de ânimo, cercado por um *grugo* de baionetas nuas, lampejantes.

Mal cuidava o morgado Terra que um filho dêsse homem, agente de improvisado pretor, que ali entrava a passos duros de esbirro, ainda viria a casar com uma filha sua! Voltas que o mundo dá.

José Francisco da Terra Brum (1.º barão da Alagoa)

Dentro em pouco, porque as prisões estavam atulhadas, era removido para Ponta Delgada. Dali foi enviado para Lisboa, donde o recambiaram em seguida, endereçado outra vez à autoridade micaelense, com determinação de ser por esta submetido a julgamento. Não se *alongou*, porém, muito o cativeiro. Implantado dentro em pouco tempo, naquela ilha, o govêrno de D. Pedro, recupera imediatamente a liberdade. Comtudo carecendo talvez de combinar assuntos politicos, ou talvez refazer-se da saude algum tanto combalida, por lá se demorou ainda antes de regressar a junto dos seus.

E voltou sempre a mesma criatura sã, sem nenhum espirito de represália ou de vinganças, apezar do muito que sofrera e dos prejuizos que tivera. Tudo esqueceu, a todos continuou tratando como amigos, sem que pessoa alguma jamais tivesse ocasião de queixar-se duma qual-

---

Rozário escreve: «Ella esqueceu-se que elle era filho do heróe, que sendo um campeão Miguelista, foi q.te mui gostosam.te se offereceu para hir prender seu Pay, por ordem do carrasco Sindicante. — Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 40 e 40 v.

quer recriminação da sua parte. Isto define a singeleza do seu caracter. Um *bom*, na mais rigorosa significação do termo.

Nésse intervalo da sua ausência, desapareceu da scena faialense a figura nefasta de José Betencurt — e outros. Desapareceu o sindicante; outros da grei humilhavam-se...

Prestou José Francisco da Terra Brum assinalados serviços à causa liberal. Fez parte da junta governativa da Horta em 1820; auxiliou activamente a organização dos batalhões de voluntários faialenses, que se incorporaram no exercito constitucional, desembarcado depois nas praias do Mindelo; concorreu com quantias avultadas para diferentes subscrições de caracter politico, sendo um dos que mais generosamente figurou no donativo de géneros enviado pelos faialenses para o continente, em socorro das urgências da guerra; em 1833 esteve na ilha de São Miguel, como membro da comissão nomeada, e ali reunida, para tratar do empréstimo de 400:000$000 reis, que o govêrno quiz contrair.

Em recompensa dos seus serviços, foi-lhe dada a carta de conselheiro, no entrar do ano de 1834 (janeiro) e mais tarde, por decreto de 22 de dezembro de 1841, agraciou-o D. Maria II com o título, em duas vidas, de barão da Alagoa, recebido por sinal poucos dias antes de falecer.[1] Tambem tinha o gran de cavaleiro de Cristo: mas, modesto como era, despido de vãos orgulhos, nunca deu a conhecer a ninguem que possuia semelhante mercê. Foi sòmente no seu entêrro que lhe brilhou ao peito, pela primeira vez, a cruz vermelha da Ordem.[2]

Teve a honra de hospedar em sua casa D. Pedro IV, da primeira vez que êle esteve no Faial: e de tal sorte o monarca o estimava, que de novo voltou à Horta, de propósito para visitá-lo, quando dos anos da filha Joaquina. Por acaso soube D. Pedro que, nesse dia, o morgado Terra dava sempre nas suas salas um pomposo baile: prometeu comparecer, querendo assim mostrar um pouco de reconhecimento pelos favores recebidos e por tanta dedicação à sua causa.

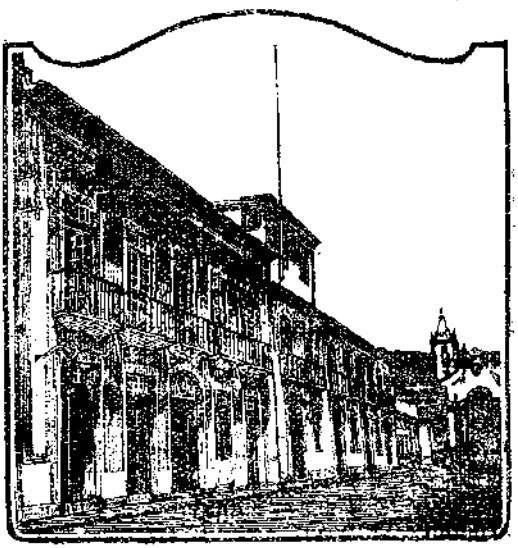
É uma anedota assás conhecida, esta. Ernesto Rebelo contou-a desenvolvidamente.[3] Vou repeti-la, porque a qualidade do protogonista assim exige.

---

[1] Rozário, *Memoria genealogica*, ms., 37
[2] Rebelo, *Notas açoreanas*, II, 174
[3] Ib., 167

D. Pedro prometera... No entretanto passou-se o dia sem aparecer. Já ninguem o esperava. Fôra talvez uma simples amabilidade de Sua Majestade.

Mas êle já tinha o seu plano. Pela calada da noite, uma noite escura e calma, chegou à baia, a bordo do seu vapor *Superb*, que ancorou em franquia, de farois apagados. Eram dez horas. D. Pedro desembarcou imediatamente, apenas acompanhado pelo seu ajudante de ordens, saltando em uns toscos degraus talhados na rocha, a fazer de cais, junto do castelo de Santa Cruz. [1] Nas ruas degras e mortas encontraram um rapaz, vagueante noturno, que prenderam — não os tivesse por acaso reconhecido, e desandasse pressuroso a denunciá-los. Mais adiante toparam com Sérgio Ribeiro, que ficou tomado de pasmo, ao assestar sôbre êles o jacto luminoso do seu furtafogo.



Solar do morgado Terra

— *Senhor*, Vossa Majestade por aqui!

— Cala-te homem!... Como está o capitão-mor?

— Perfeitamente. Venho agora mesmo do seu baile.

— E eu para lá vou...

— Permita-me Vossa Magestade que eu tenha a honra de o acompanhar.

— Isso não. Vai lá ter, se quizeres; mas deixa-me agora ir sósinho... Adeus.

Daí a nada subia as escadas do morgado, ante as reverências atónitas do guarda-portão, e surgiu célere na sala, teatralmente, entre o

[1] Onde pouco depois foi construido o chamado agora *cais velho*

festivo burburinho — de casaca, grã-cruz ao peito, radiante de galanteria.

O júbilo subiu de ponto. Dentro em pouco as salas regorgitavam de convidados — porque a notícia do caso correu veloz, e os que tinham ficado em casa correram a presenciar o final surpreendente dessa festa que Sua Magestade Imperial tão de súbito vinha honrar. Foi um baile que ficou memorável como um verdadeiro acontecimento histórico.

No dia seguinte, de madrugada, D. Pedro regressava à Terceira.

José Francisco da Terra Brum possuía a maior casa vincular, do seu tempo, no Faial. Ao grande morgado herdado de seus pais tinha reunido outro ainda maior, que a consorte trouxe. Exímio administrador, sob a sua vista sagaz e vigilante, fê-la prosperar sempre. Era também o maior dono de vinhas na ilha do Pico, propriedades que êle trabalhava de forma modelar, com o máximo esmero e método. Em 1841 colheu cêrca de mil pipas de vinho, e conta-se que, em um ano de excepcional abundância, tirou para cima de mil e oitocentas.

37) Joaquina Emília da Terra Brum ◈ ◈ ◈ ◈ ◈ (§ 3.º, n.º 9)

◇ Foi baptizada pelo bispo D. José Pegado de Azevedo, quando êste prelado esteve pela segunda vez, de visita, no Faial. Realizou o morgado Terra, nessa ocasião, uma tão memorável festa, que para sempre ficou registada na crónica da terra.

Todas as ordens religiosas, de brandões acesos, fizeram parte da cerimónia, na igreja de São Francisco, acompanhando depois processionalmente o bispo até à residência do morgado. Repicaram os sinos de todas as igrejas e mosteiros. Houve banquete, a que assistiram as mais fidalgas entidades, íntimas da casa; à noite, um sumptuosíssimo baile, com centenares de lumes e orquestra. E, como fôsse imenso o povo que se ajuntou na rua, embasbacado para as janelas, os criados faziam descer, suspensos em cordéis, açafates abarrotados de viandas, vinhos, bolos e outras gulosemas, para maior festança — como monarca de eras remotas, deliberando repartir com o seu povo uma parte dos seus desenfados!

38) Rita Emília Brum, Francisco I. da Terra Brum (§ 3.º, n.º 9)

◇ Eram dementes êstes três filhos do morgado Terra. Com Rita Emília, porêm, dava-se uma circunstância bastantante singular. Era ela uma criança de excepcional beleza, de rosto lindo como um anjo, olhos brilhantes, uns cabelos sedosos, côr de ébano; — e a todos fazia dó vêr a perversidade da natureza, roubando a luz gentil do espírito a tão peregrinos dotes da formosura!

39) Manuel Maria da Terra Brum ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 9) ◇ *Agraciado pelo rei D. Carlos, quando da sua visita em 1901 aos Açores, com o título de barão da Alagôa, que usaram seu pai e o irmão.*

Os extensos e famosos vinhedos da ilha do Pico, totalmente aniquilados pelo oidium, que os invadiu em 1853, tinham sido votados ao abandono. Manuel Maria Terra, porêm, tomado de iniciativa e tenacidade, ai por volta de 1880, ensaiando uma casta americana denominada *Izabel* (uma uva preta, compacta, cacho mediano, que o povo ficou chamando *de cheiro*, em conseqüência do seu activo aroma) incutiu ânimo nalguns proprietários, a ponto de ficar dentro em pouco reconstituida uma parte, embora minima dos campos perdidos. Não chegaram a ser nem uma sombra do que foram; mas o seu valor tornou a acentuar-se de modo ainda hoje bastante apreciável, embora viesse depois o filoxera destruilos, tendo sido necessario replantá-los. Ah, mas o tipo de vinho em nada — mesmo em nada — pode ser comparado à preciosidade do antigo verdelho!

A iniciativa de Manuel Maria Terra celebrizou-se. O seu nome ficou assinalado para a posteridade entre o dos nossos prestantes cidadãos.

40) Florêncio José Terra ◆ (§ 3.º, n.º 10) ◇ Uma das individualidades, actualmente, de maior destaque na ilha do Faial. Professor de sciências no liceu, onde durante muitos anos exerceu o cargo de reitor, e mais duma vez vereador e presidente da câmara. Espirito ilustrado, duma acuidade artistica pouco comum, tem produzido maravilhosos trechos literários, que é pena não se encontrarem ainda perpetuados nas páginas dum livro. Destaca-se principalmente como novelista, de que é, sem receio de exagêro, quanto a mim, um dos primeiros na lingua portuguesa.

TITULO XXXI

UTRAS

PROCEDEM da mais nobre geração flamenga com residência na cidade de Bruges. Fixaram-se no Faial, ao terminar do século XV, em três linhas: **Jorge d'Utra** (originalmente Josse van Hurtere) primeiro donatário, e **Josina d'Utra** sua irmã, filhos de Léo van Hurtere, bailio de Wynendael, senhor do senhorio feudal de Aghebrone (Hueghebroue) e **Balduino d'Utra**, proximo parente daqueles, e não irmão, como erradamente disseram alguns historiadores.

§ 1.º

1 **Jorge d'Utra** — m. 1495, casou com Beatriz de Macedo, m. 1531 — (**1**)

Tiveram:

2 Jorge d'Utra, que segue
2 Francisco d'Utra
2 Fernão (ou Nuno) de Macedo, casado com Ana Gonçalves Botelho

2 Catarina de Macedo, casada com Rui Barros, natural da ilha Madeira — (32)

2 Izabel de Macedo, 1.º casou com Francisco da Silveira (V. **Silveiras**, § 1.º, n.º 2) 2.º casou com Rodrigo de Menezes, comendador de Grândola — (33)

2 Beatriz de Macedo, casada com Álvaro Pessanha, senhor do morgado de Santa Catarina de Alemquer

2 Joana de Macedo, m. 1475; 1.º casou com Martinho de Boémia, n. 1459, m. 29-7-1507; 2.º casou com Henrique de Noronha — (34)

Teve do primeiro casamento:

3 Martinho de Boémia, n. 6-5-1489 — (35)

Teve do segundo casamento:

3 Francisco de Noronha

2 Bárbara de Macedo, casada com Nuno de Macedo, havendo dêste consórcio:

3 Martim de Macedo
3 Nuno de Macedo, casado com Beatriz...

2 Maria de Macedo, casada com João Nunes Homem, nascendo dêste consórcio:

3 Helena Nunes Homem, casada com seu sobrinho Gaspar d'Ura Côrte Real (V. **abaixo**, n.º 4)

2 Rosa de Macedo, casada com Domingos Martins Homem, da ilha Terceira — (36)

Tiveram:

3 Manuel Homem
3 Antónia da Cruz } freiras no mosteiro das Chagas (Praia
3 Antónia dos Anjos } da Vitória)

Fora do matrimónio teve Jorge Dutra:

2 Josina d'Utra, casada com Diogo Fernandes

? **Jorge d'Utra** — m. 1519, casado com Izabel Corte Real **(7)**

Tiveram:

3 Manuel d'Utra Côrte Real, que segue
3 Francisca Côrte Real, casada com Heitor Rodrigues — (38)

Fora do matrimónio, de Izeu Pinheiro, solteira, teve Jorge d'Utra:

3 José de Macedo

3 **Manuel d'Utra Côrte Real** — 1.º casou com Maria Vicente; 2.º, casou com Angela de Meneses — (9)

Teve do primeiro consórcio:

4 Gaspar d'Utra Côrte Real, que segue
4 Antónia d'Utra Côrte Real } (10)
4 Bárbara Côrte Real }
4 Catarina de São Salvador, m. 2-9-1617 — (11)
4 Izabel de Abarca
4 Salvador d'Utra Côrte Real — (12)
4 Jerónimo d'Utra Côrte Real, m. 1640, casado com Margarida de Azevedo — (13)

Tiveram:

5 Luiza Coutinho d'Utra Côrte Real, casada com Pedro Coelho da Silva, havendo déste consórcio:

6 Luis d'Utra Côrte Real, casado com Maria de Lucena. — (14)

4 **Gaspar d'Utra Côrte Real** casou com sua tia Helena Nunes Homem (V. acima, n.º 3) **(15)**

Tiveram:

5 José Côrte Real, padre jesuita
5 Luiza d'Utra Côrte Real

§ 2.º

1 **Balduino d'Utra** casado com Beatriz de Macedo (**16**)

Teve:

2 António d'Utra, o Velho, que segue
2 Diogo d'Utra
2 Cristina d'Utra, casada com António Cornelos — (17)

Tiveram:

3 Cornélio d'Utra
3 Ana Cornelos
3 Izabel d'Utra, 1.ª casou com João da Velosa, 2.ª casou com com Tomás de Pórras (V. Pórras, § 1.º, n.º 1)

2 **António d'Utra, o Velho** — casado com Bárbara Dias, de quem teve:

3 Gregório d'Utra, que segue
3 António d'Utra, o Moço
3 Francisca d'Utra, m. 1603
3 Rosa d'Utra, m. 1612
3 Bárbara d'Utra, m. 1653, casada com Bartolomeu de Noia
3 F..., casada com Sebastião Pereira Sarmento (V. **Pereiras**, § 1.°, n.° 2)

3 **Gregório d'Utra** — casado com Agueda Nunes de quem houve:

4 Francisco d'Utra de Quadros, que segue
4 Maria da Cruz, freira no convento da Glória

4 **Francisco d'Utra de Quadros** — n. 1-9-1570, m. 25-11-1648, casou com Izabel da Silveira (V. **Bulcões**, § 1.°, n.° 3) — (**18**)

Tiveram:

5 Águeda d'Utra, casada com Manuel d'Utra de Faria (V. **Farias**, § 2.°, n.° 3)

§ 3.°

1 **Jorgina d'Utra** — casada com Nuno Fernandes — (**19**)

Tiveram:

2 António d'Utra Nunes, que segue
2 Águeda Nunes
2 Beatriz Nunes

2 **António d'Utra Nunes** casado com Francisca Gaspar Machado — (**20**)

Tiveram:

3 Estácio d'Utra Machado, que segue
3 Domingos d'Utra Machado
3 António d'Utra Machado
3 Violante d'Utra, casada com Gaspar Gonçalves Bulcão (V. **Bulcões**, § 1.°, n.° 1)
3 Gaspar Gonçalves d'Utra, m. 1613, casou com Catarina Garcia Pereira Madruga (V. **Pereiras**, § 1.°, n.° 3) — Tiveram:

4 Francisca Gaspar Machado, casada com Lopo Gil Fagundes, da ilha Terceira
4 Jurzina d'Utra, freira no mosteiro de São João — (**21**)
4 Beatriz Pereira d'Utra, casada com Francisco da Rosa

3 **Estácio d'Utra Machado** — 1.º casou com Paula da Silveira (V. **Terras**, § 1.º, n.º 3) 2.º casou com Antónia d'Utra — **(22)**
Não sei de qual, ou se de ambos os matrimónios, teve:

4 António d'Utra Machado, que segue
4 Inês d'Utra
4 Izabel d'Utra
4 Antónia d'Utra
4 Violante d'Utra
} freiras no convento da Glória (23)
4 Gregório d'Utra Machado, clérigo — (24)
4 Bartolomeu d'Utra Machado, casado com Inês Pereira Caranta, de quem teve:

5 Manuel d'Utra Machado, n. 27-3-1656, casado com F...
5 Joana da Silveira, n. 11-23-1661
5 Bartolomeu d'Utra Machado, casado com Maria Pereira Albernaz (V. **Mendonças**, § 8.º, n.º 4) de quem houve:

6 Jordão Álvares Caranta, c. 11-12-1669 com Maria da Silveira
6 F.... casada com António de Medina Picanço, havendo dêste consórcio:

7 Domingos d'Utra Machado, casado com Águeda Furtado — (25)
7 Manuel d'Utra Medina
7 João Furtado de Mendonça
7 Úrsula de Santa Clara, freira na Glória — (26)

4 **António d'Utra Machado** — n. 24-1-1664, casou com Joana de Escobar Garcia — **(27)**
Tiveram:

5 Estácio d'Utra Machado, que segue
5 Gregório d'Utra Machado
5 Manuel Machado
5 Amélia da Cruz, freira no mosteiro da Glória
5 Francisco d'Utra Machado, casado com Joana d'Utra — (28)
Tiveram:

6 Domingos d'Utra Machado, 1.º c. 14-10-1677 com Águeda Pereira de Mendonça, 2.º c. 9-5-1680 com Francisca Pereira, tendo do primeiro casamento:

7 António Furtado de Mendonça, clérigo

5 **Estácio d'Utra Machado** — 1.º casou com sua prima Izabel de Faria (V. **Farias**, § 1.º, n.º 2) 2.º casou com Maria Lacerda da Silveira (V. **Pereiras**, § 10.º, n.º 1) — **(29)**

Houve do primeiro matrimónio:

6 Estácio d'Utra Machado, que segue
6 Bartolomeu d'Utra Machado, n. 30-7-1625, m. 1688, clérigo
6 Gaspar de Faria Machado, m. 6-10-1682, 1.º c. 12-10-1665 com Catarina da Silveira Vilalobos, m. 21-3-1676 (V. Silveiras, § 2.º, n.º 5) 2.º c. 19-6-1676 com Bárbara de Azevedo Silveira (V. **Peixotos**, § 2.º, n.º 6)
6 Gregório d'Utra Machado, casado com Maria Silveira (V. **Peixotos**, § 2.º, n.º 6) de quem teve:

7 Ana da Silveira, b. 11-9-1664, c. 21-7-1711 com Jorge Gularte da Silveira, (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 5)

7 F..., casada com Pedro Pires

6 André d'Utra Machado, b. 5-12-1627, casado com Águeda Vieira, de quem teve:

7 Maria de Faria da Silveira, m. 1-12-1726 com setenta anos de idade, casou com Gedeão Labat (V. **Labats**, § 1.º, n.º 2)
7 Águeda Pereira, c. 25-7-1690 com João Olivos — (30)
7 Estácio d'Utra Machado, 1.º casou com Inês Silveira Betencurt, 2.º c. 6-7-1705 com Águeda Pereira d'Utra, de quem teve:

8 Antônio Silveira Machado, casado com Francisca Tereza
8 Matias Silveira Machado, clérigo
8 Jacinta Bernarda Vitória, freira no convento de São João

6 Francisco d'Utra Machado, casado com Ana d'Utra, de quem houve:

7 Estácio d'Utra, casado com Maria Gularte
7 Gregório d'Utra, casado com Catarina Pereira Bulcão (V. **Bulcões**, § 1.º, n.º 5) de quem teve:

8 Amaro d'Utra
8 Francisco Pereira Sarmento, casado com Catarina d'Utra (V. **Farias**, § 2.º, n.º 4)
8 Francisca Pereira

Teve Estácio d'Utra Machado do segundo matrimónio:

6 Clara de Jesus, freira no convento da Glória -- (31)

6 **Estácio d'Utra Machado** - b. 11-4-1630, m. 1653, casou com Inês Pereira **(32)**

Tiveram:

7 Estácio Machado d'Utra, que segue
7 Águeda Pereira Machado

7 **Estácio Machado d'Utra** m. 31-10-1681, c. 20-2-1666 com Polónia Valadão (V. **Mendonças**, § 8.º n.º 4)
Tiveram:

8 António Machado d'Utra Teles, que segue
8 Beatriz Machado Teles, n. 1669, casou com João da Silveira Pereira, da ilha Terceira
8 Jerónima Teles de Sousa, c. 3-1-1695 com Domingos de Chegaray, m. 22-1-1737 — (**33**)
Tiveram:

9 António Teles de Chegaray, clérigo — (**33-1**)

8 **António Machdo d'Utra Teles** — m. 21-9-1745 com setenta anos de idade, casou com Inês Antónia Pereira da Silveira, m. 8-9-1791, de quem teve:

9 Estácio Machado d'Utra Teles, que segue
9 Tomás de Brum Teles
9 António de Pádua, *frade* franciscano
9 Manuel de Brum da Silveira d'Utra Teles, n. 25-3-1713
9 José Machado d'Utra Teles, n. 27-1-1720
9 Maria Úrsula Teles, n. 1707, casou com João Pereira Cardoso (V. **Pereiras**, § 9.º, n.º 8)
9 Catarina Bernarda
9 Filipa Benina de Jesus, n. 10-9-1718 } freiras no mosteiro de São
9 Inês Gertrudes, n. 1-9-1721 } João
9 Úrsula Antónia Francisca

9 **Estácio Machado d'Utra Teles** — m. 1-8-1781 com oitenta anos de idade, c. 14-6-1730 com Maria Luiza Bernarda (V **Bom-Dias**, § 2.º, n.º 5) — (**35**)

10 Tomás Teles d'Utra Machado, que segue
10 Jacinta Mariana Teles, n. 29-2-1744
10 Catarina Teles, n. 6-2-1749
10 Ana Izabel Felícia } freiras no convento da Glória — (**36**)
10 Inácia Catarina Jerónima }
10 Tomásia, n. 3-11-1732 } freiras no convento de São João
10 Francisca Mariana Teles, n. 7-11-1745, m. 1836 }
10 Mariana Úrsula Teles, n. 28-2-1757, m. 17-5-1819 casou com João Peixoto Guterres (V. **Guterres**, § 2.º, n.º 6)
10 João Teles Machado, n. 1-11-1738, m. 20-3-1787, clérigo — (**37**)
10 Francisco d'Utra Teles, n. 25-11-1740
10 António Teles d'Utra Machado, n. 10-4-1735, c. 22-10-1760 com Úrsula Delfina Pereira de Lacerda, natural de Angra.
10 José Teles d'Utra Machado, m. 4-12-1833. Teve os seguintes filhos naturais:

11 Francisco Irénco Teles d'Utra Machado
11 José Prudêncio Teles, casado com Violante Teles (V. **Sousas**, § 1.º, n.º 4) — (**38**)
Tiveram:

12 Augusto Teles d'Utra Machado
12 Alberto Teles d'Utra Machado, casado com Maria José Campos Pais — (**39**)
Tiveram:

13 Jorge Pais Teles d'Utra Machado
13 Fernando Pais Teles d'Utra Machado
13 Alberto Teles d'Utra Machado

11 José Inocêncio Teles d'Utra Machado, m. 1874, casou com Ana Guilhermina, m. 14-5-1854 — (**40**)
Tiveram:

12 Luiza Amélia Betencurt Teles, m. 5-2-1858, casou com José Moniz de Medeiros
12 Emilia Betencurt Teles, n. 3-9-1837
12 Maria Teles, n. 19-4-1827
12 Antônio d'Utra Teles, n. 18-4-1828
12 Angélica Adelaide Teles, m. 9-8-1903, c. 28-8-1845 com José Hilário Lopes Ameno, m. 23-2-1893. Tiveram:

13 Higino do Nascimento Teles Lopes Ameno, n. 24-12-1850, m. 24-3-1917, clérigo
13 Izabel Lopes Ameno, n. 26-11-1847
13 Emilia Teles Lopes Ameno, n. 12-2-1852, m. 16-2-1903
13 Virgínia Teles Lopes Ameno, n. 5-2-1849, c. 3-9-1881 com Licinio Júlio Botelho Tavares

10 **Tomás Teles d'Utra Machado** — n. 13-5-1751, m. 13-2-1808; 1.ª c. 25-6-1782 com Maria Luiza Bernarda de Lacerda, m. 27-10-1782 (V. **Peixotos**, § 3.º, n.º 8) 2.ª, c. 27-8-1784 com Luiza Francisca Soares de Noronha (V. **Soares**, § 1.º, n.º 7) — Teve do segundo matrimónio:

11 Bernardo Teles d'Utra Machado, que segue
11 Francisco Teles Machado, c. 19-11-1794, m. 2-11-1846
11 Maria Ursula Teles de Noronha, n. 7-11-1786
11 Estácio Teles Machado, n. 8-11-1787, casou com Jacinta Felícia de Betencurt (V. **Peixotos**, § 2.º, n.º 9) de quem teve:

12 Tomás Teles d'Utra Machado
12 Luiza Teles de Betencurt

12 Maria Aurora Teles, m. 22-11-1891; 1.º c. 19-9-1833 com João Gonçalves do Nascimento; 2.º c. 26-9-1852 com António Lourenço da Silveira Macedo, n. 1818, m. 18-12-1891 — (**41**)
Teve do segundo matrimónio:

13 António Teles de Macedo, n. 16-12-1845, m. 22-5-1872, casou com Maria Otília de Melo Azevedo — (**42**)
Tiveram:

14 Maria Izaura Teles de Macedo, m. 11-5-1893

11 **Bernardo Teles d'Utra Machado** — n. 17-6-1785, m. 6-3-1862, solteiro.

NOTAS

D. **Jorge d'Utra** ◆ ◆ ◆ ◇ Extremamente escassas, e até
(§ I.º, n.º 1) certo ponto confusas, mesmo duvidosas,
são as notícias que ha ao nosso alcance acêrca dos primitivos tempos da colonização da ilha do Faial. Além do que Gaspar Frutuoso nos legou, e que Frei Diogo das Chagas e Cordeiro pouco mais ou menos repetiram, o resto nada é para solucionar a fundo o problema.

Todas as personagens de então, embora as mais em evidência, aparecem dentro da tela histórica apenas esfumadamente. *Jorge* d'Utra, que foi a figura de mais capital importância nêsse início da vida faialense, surge a custo ante o nosso monóculo investigador, sem uma bem definida linha psicológica, sem um cadastro bem somado da sua acção. É assim como o esqueleto truncado duma escavação pre-histórica. Do que se tem maior certeza é da sua origem, e do que era antes de se identificar com a terra açoreana.

Era natural de Bruges, fidalgo, e senhor de *Moerkirchen* (Moerkerk) e mais terras na Flandres. O pai, Léo van Hurtere, possuía o senhorio e feudo de Aghebrone (Haeghenbroue) [1] e tinha a investidura de

[1] «Aghebrou (a) e (c) Aghebrone Haghébroue Haeghenbroue ou Haeghenbroec» — Ferreira de Serpa

bailio da côrte e conselho de Vuyvrienedali (Wynandael) podendo também, a seu turno, nomear bailio e governador com sete scabinos,[1] que em seu nome administravam justiça no referido senhorio de Haeghenbroue. O irmão mais velho de Jorge d'Utra, Bartolomeu d'Utra, que sucedeu no fuedo, seguiu a carreira das armas, militando sob a obediência do rei Filipe III, o *Bom* (casado com a infanta de Portugal, D. Izabel, filha de D. João I) e também nos exércitos de seu filho Carlos, o *Temerário*.

Jorge Dutra, como o irmão, era criatura da côrte. Segundo Frei Diogo das Chagas, tinha o cargo de panadeiro-mor da infanta, duquesa de Borgonha, referida D. Izabel. Portugal não lhe era por certo país longinquo. Devia ter ouvido falar mais duma vez, com louvor e longamente, dos heróicos feitos lusitanos, da ilustre pleiade dos infantes, irmãos da duquesa — D. Pedro, D. Duarte, D. Henrique — dos nossos empreendimentos marítimos, dos nossos navegadores, das novas terras tão fadigosamente desvendadas... Com um tal Frei Pedro, enviado à Flandres como embaixador — conta Valentim Fernandes, o famoso impressor, colaborador da rainha D. Leonor — conversou Jorge d'Utra, ouvindo dos Açores notícias sedutoras...

Atraído por êste sonho de aventuras, à semelhança de tantos outros, vêlo para Portugal. Quando? Eis uma primeira interrogativa sem decifração. Em 1467 achava-se na Flandres... Já por cá teria andado? É de supor que sim.

O célebre cosmógrafo Martinho de Boémia (Martin Behoim) genro de Jorge d'Utra, declarou no seu *Globo de Nuremberg* que as ilhas do Faial e Pico foram dadas ao sôgro, para êle e seus descendentes, pela duquesa de Borgonha, que a seu turno, por virtude de muitas instâncias, as houvera do *rei* de Portugal.[2] Esta afirmativa, apezar da sua origem, e de constância aos acontecimentos, está posta de reserva até provar-se que a duquesa foi realmente senhora dos Açores. Pelo menos nenhum documento aparece em arquivo, nem registo, nem qualquer referência oficial a demonstrá-lo. O cosmógrafo equivocou-se. Porque a duquesa algo interveio na emprêsa da colonização, logo a tomou como doadora.

Gaspar Frutuoso apresenta-nos uma versão mais pitoresca. Tinha o infante D. Fernando[3] ha muito tempo, como capelão da sua casa, um

---

[1] Vereadores, membros do senado municipal

[2] *Arch. dos Açores*, I, 142

[3] Sobrinho do Infante D. Henrique, seu filho adoptivo e herdeiro, casado com a infanta D. Beatriz — pais do rei D. Manuel

clérigo flamengo, bom homem e obsequiador, a quem D. Beatriz, mulher do infante, muito desejava recompensar. Disse-o ela ao infante; mas, quando lhe passavam seus padrões, lembraram-se que não podia, como padre, exercer justiça, portanto ser feito donatário. Indicasse algum parente ou amigo a quem conceder a mercê, e que a renda da igreja lhe pertenceria. Então o padre apresentou um mancebo, seu compatriota, que comsigo pousava, enflorando-o das mais elogiosas referências, homem de alta linhagem, no qual depunha toda a confiança. Nomeassem-o; com êle bem se haveria. E, assim, foi Jorge d'Utra feito donatário da ilha do Faial.

Mas a infanta fez mais ainda: casou-o. Inquirindo de todas as damas do seu séquito se alguma queria unir-se conjugalmente ao joven flamengo, que essa seria tambem capitôa da ilha, nenhuma, por escrúpulo amoroso, quero crer, esteve pelo convidativo ajuste; sómente Beatriz (ou Brites) de Macedo, movida daquela tão unânime e inclemente recusa das companheiras, se deliberou á vontade da infanta. [1]

Beatriz de Macedo era filha de Jerónimo Fernandes, criado do duque de Bragança, e provàvelmente natural do Alemtejo (de Borba ou Arraiolos) [2]

Gaspar Frutuoso menciona ainda outra hipótese, que se encontra num dos livros de João de Barros, [3] onde naturalmente a recolheu: que a infanta D. Beatriz, efectuando o casamento de Jorge d'Utra com aquela dama da sua casa, lhes deu em casamento a capitania das ilhas do Faial e Pico. [4]

Diz Frei Diogo das Chagas por seu lado, que Jorge d'Utra veio para Portugal recomendado pela duquesa de Borgonha a seu sobrinho D. João II. Bem acolhido, lhe deu o monarca a capitania em dote de casamento com Beatriz de Macedo, dama da rainha, [5]

Tambem êste mestre baralhou a história.

Valentim Fernandes Alemão, rolata-nos que um tal Frei Pedro, indo à Flandres como embaixador, e encontrando-se com Jorge d'Utra, «que gustava sua fazenda mais que os outros,» lhe falou da descoberta dos Açores, e não sei com que fundamento lhe sugeriu a ideia de «que avia nellas muita prata e stanho.» Deslumbrado por um sonho fabuloso de riqueza, tomou quinze homens de bem, trabalhadores, e dirigiu-se

---

[1] Frutuoso, *Saudades da Terra*, etc., liv. VI, cap. 36
F. Serpa, *O Instituto*, vol. 65.°, 267 e 511 (Anotações às *Saudades da Terra*)
[2] *Chronica do Emperador Clarimundo*
[4] Frutuoso. *Saudades, etc.* liv. VI, cap. 36
[5] Chagas, *Espelho, etc.*, parte II, cap. XIII, art. 1.°

a Portugal, requerendo de D. Afonso V licença para vir povoar a ilha do Faial. Nela se demoraram cêrca dum ano em vãs pesquizas. As provisões que haviam trazido eram já esgotadas. Desiludidos, julgando tudo aquilo um embuste, os do grupo insurgiram-se contra o seu chefe, do que Jorge d'Utra se livrou «com boa industria.» Tambem desenganado, voltou immediatamente a Portugal, onde el-rei, como prémio da sua diligência e perigos que correra, lhe deu em casamento «huma moça fermosa de casa do yfante dom Fernando pay delrey dom Manuel, etc.» [1]

Nisto tambem parece haver sua verdade, tanto mais que o autor foi contemporâneo de Jorge d'Utra. Mas estaria o erudito copilador da *Crónica da Guiné*, o tradutor operoso de várias outras obras marítimas, convenientemente informado? A versão não corrobora aqueloutra de Frutuoso referente ao clérigo patrício e amigo de Jorge d'Utra, que ha pouco citei; comtudo, entre ambas existe um certo fundo de noticia que as aproxima, e algo nos instrue. O que se firma em nosso espírito é ter andado um clérigo metido no caso, não se esclarecendo ao certo como.

No final de contas joeirando tudo, tiramos a conclusão, até mais apurado parecer, que Jorge d'Utra buscou Portugal atraido pela fama dos nossos cometimentos náuticos, e muito provavelmente algum tanto instruido, ou pelo tal Frei Pedro, ou por qualquer outra via vulgar acêrca do que ainda eram de virgem as ilhas dos Açores.

De imaginação assim a impeli-lo, e usando do seu valimento na côrte, ao dirigir passos para Portugal, enriqueceu-se de recomendações que o acreditavam tambem junto das novas regiões palacianas. Boas foram elas, pois logo o vemos ao serviço do infante D. Fernando, e armado cavaleiro da casa do mesmo infante; [2] — e porque trazia seu programa, de boas fê-las frutíferas, não tardando muito a realizar consórcio, e principalmente a obter a capitania das ilhas do Faial e Pico. E talvez não seja uma total fantasia de Gaspar Frutuoso o caso do clérigo, conterrâneo ou não de Jorge d'Utra, pessoa de importância, que esteve a pique de ser gratificado com aquela doação, e que por afinidade patriótica muito apadrinhou o moço e nobre e industrioso flamengo.

---

[1] *Arch. dos Açores*, X, 97

[2] Frutuoso, *Saudades da terra*, liv. VI, cap. 36. — O próprio Jorge d'Utra assim se intitula num alvará de sesmaria, com data de 12 de janeiro de 1486. — *Arch. dos Açores*, I, 404

Pelo que sabemos de Jorge d'Utra, colijo eu que não era homem para se ficar vagabundeando, limitado apenas ao gôso duma inglória mercê honorífica. Tinha ambições. A capitania não lhe foi dada assim, de mão beijada; trabalhou por ela, sem dúvida. Até mesmo nada custa acreditar que de facto tivesse estado no Faial, em preliminares de exploração, como diz Valentim Fernandes, antes de alcançar a capitania.

E quem fez a doação? Porque nenhuma prova documental se possue denunciando o acto, leem, os que só julgam com São Tomé, formulado persistentemente esta pregunta. Eu não vacilo; podemos admitir como certo que a doação foi realmente outorgada pelo infante D. Fernando. E' a única opinião plausivel, pelo menos comprovada pelo próprio Jorge d'Utra quando se nomeia no já citado alvará de sesmaria, passado no Faial, [1] «cavaleiro da casa do sr. Duque e Capitão por elle em suas ilhas do Faial e Pico, com poder e autoridade do dito snr. que para ello tenho...»

Jerónimo d'Utra Côrte Real, bisneto de Jorge d'Utra, confirmou o caso, quando da sua demanda com a corôa para reaver a donataria do Faial e Pico. Citou no seu articulado a carta dessa doação; e, ainda mais, fê-la apensa ao processo.

Pena é que tão precioso documento se tivesse extraviado. Apenas ha em arquivo o resto do processo. Se existisse, ficava o problema arrumado — êsse que Martinho de Bohémia inventou, da doação feita pela Duquesa de Borgonha — esclarecendo-se irrefutavelmente as ilhas açoreanas por que senhorio, ou senhorios passaram.

Qual foi a data da doação? O infante D. Fernando faleceu em 1470. Devia ter-se realisado entre os anos de 1460 a 1470 (1460, que foi o da morte do infante D. Henrique, e quando D. Fernando, como seu herdeiro, ficou com o pleno dominio sobre as terras adstritas ao mestrado de Cristo, das quais faziam parte as ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, e 1470, que foi, como se sabe o do *falecimento* de D. Fernando). Dentro dêsse decénio, sim, quer no período de 60 a 67 — e então quando o topamos na Flandres em 1467 era já falhando negócios da capitania, ou no dito ano 1467 ainda se achava ao serviço da duquesa de Borgonha, e portanto a doação só foi no decorrer de 1467-70.

Pouco ou muito tempo depois (não se sabe ao certo) de investido na donataria, regressou ao seu país para coordenar, orientar as exigên-

[1] *Arch. dos Açores*, VII, 401

cias da sua nova carreira, liquidando o património que lá tinha, e adquirindo materiais, gado, sementes, ferramentas, utensílios vários, atraindo à sua emprêsa alguns parentes e amigos, e muitas outras pessoas, com promessas insinuantes de lhes conceder nas ilhas da sua alçada quanta terra quizessem, e outros favores que nelas lhe requeressem e de que carecessem.

Aqui tem sua explicação o que Martinho de Boémia nos revelou no seu *Globo*, praticado pela duquesa de Borgonha, enviando em 1466 alguns colonos para os Açores. Até foi como um acto de caridade. Uma grande guerra assolava a Flandres, a miséria era extrema... No fundo coadjuvava Jorge d'Utra, quer por êle ser já senhor da capitania, quer, em caso contrário, já de acôrdo, preparando terreno, a formar seus projectos. Mandou a duquesa algumas centenas de indivíduos, homens e mulheres, e padres para manutenção do culto, e navios carregados de tudo quanto julgou indispensável para subsistirem durante dois anos, nada desejando em troca senão que cada pessoa, pensando nela, na ocasião da missa, rezasse por sua intenção uma Ave-Maria![1] De facto, pensando bem, se nada tinha com a soberania das ilhas, que outra paga podia ela legalmente exigir além duma platónico reconhecimento?

Não é fácil determinar com justeza quando chegou Jorge d'Utra ao Faial. É mais uma pregunta ainda em equação. Frei Diogo das Chagas diz possuir boas razões para conjecturar, segundo os papeis que leu, ter sido depois de 1490. Eu creio que o padre-mestre se enganou. Pois será crível que Jorge d'Utra, nomeado capitão donatário, suponhamos, na melhor das hipóteses, que em 1470 (porque não resta dúvida, tornemos a repetir, que foi nomeado pelo infante D. Fernando) estivesse tão grande soma de anos sem dar-se pressa de pôr nós na área da sua jurisdição, sem lá fazer assento, para distribuir seu govêrno, a cuidar fortuna? E passaria despercebido tal abandono? Não havia outro mais cioso, de olhar alerta, a invejar a prêsa?

Jorge d'Utra tinha casa de morada em Lisboa, junto ao mosteiro de São Domingos — «uma grande casa do rei sôbre um grande largo,» dis-

---

[1] «As Ilhas dos Açores foram habitadas em 1466... Havia então em Flandres huma grande guerra, acompanhada de uma extrema fome: e a duqueza mandou para estas Ilhas grande quantidade de homens, e mulheres de todos os oficios, e igualmente sacerdotes, e tudo o mais que pertence ao Culto religioso: tambem mandou varios navios carregados de moveis e o necessario para a cultura das terras, e edificação das casas, e lhes fez dar durante dois annos tudo aquillo de que podião ter necessidade para subsistir, afim de que pelo tempo adiante, em todas as Missas cada huma pessoa rezasse por ella uma Ave-Maria...» (Nota no *Globo de Nuremberg*) — *Arch. dos Açores*, I, 442

se o famoso doutor Hieronimus Monetarius, que foi seu hospede; e porque muito viajava entre o Faial e Lisboa, devemos concluir que a sua residência certa, nos primeiros tempos, era ali, na capital, e só de espaço a espaço visitava a capitania, quer por lá não ter ainda grandes obrigações que o prendessem, quer pela familia, ou êle próprio, pouco apetecer o quasi sepulcral e absoluto desterro insular. É muito possivel que Frei Diogo, por esta circunstância, tomasse Jorge d'Utra, até 1490, por completo desligado da donataria.

Mas, meditando nessa legenda do *Globo* de Nuremberg, depreende-se que Jorge d'Utra tomou destino com os seus colonos em 1466; — e Martinho de Boêmia devia saber das coisas de seu sogro melhor que ninguem — melhor do que um erudito franciscano, escrevendo sôbre o mesmo assunto século e meio depois. Dêmos, porêm, de barato que essa não era a gente de Jorge d'Utra: que só muito tempo depois é que êle veio para o Faial. Neste caso, sendo tão intimo da princesa, já capitão donatário, e existindo lá anos flamengos e alemães enviados pela sua protectora, e na ilha a êle doada, bastante é para admirar que nunca tivesse visitado a mesma ilha, ao ménos por mera curiosidade.

E como conciliar o seu apparecimento na data indicada por Frei Diogo (1490) com o dêsse famoso colonizador flamengo, Willem van der Hagne (Guilherme da Silveira) que se diz ter vindo a convite de Jorge d'Utra, e que, informados por doutos investigadores, aqui devia ter chegado ao redor de 1480? Mais: como é crivel que Jorge d'Utra só chegasse ao Faial em 1490, se no Faial êle já aparece em 1486, passando a 12 de janeiro aquele alvará de sesmaria ha instante citado?

Não. Jorge d'Utra conhecia já de perto o seu dominio; no entanto só quando o comércio cresceu de vulto, e os negócios se multiplicavam, e a administração se fazia mais instante, é que nêle fixou residência definitiva, que podia muito bem ter sido nesse ano indicado por Frei Diogo, mas, quanto a mim, mais cedo, mesmo muito mais cedo do que isso.

A instâncias de Jorge d'Utra vieram alguns milhares de patricios, parentes e amigos, fidalgos e gente do vulgo, que tomaram assento em diversos pontos da ilha, conforme a divisão dos terrenos que êle lhes concedeu. Um grande numero internou-se na ilha, junto a uma ribeira que ficou chamando-se Ribeira dos Flamengos, e assim tambem a freguesia que se formou, hoje simplesmente denominada Flamengos.

Jorge d'Utra fez moradia no sitio de Porto-Pim,[1] construindo pró-

[1] «.... nesta ilha da Fayal no limite de Porto Pim em as casas da Senhora

ximo uma pequena e rudimentar ermida, coberta de colmo, que depois a consorte quiz melhorada, ampliando-a sob a invocação de Santa Cruz. Faleceu, porêm, Beatriz de Macedo quando a obra de construção se achava prosseguindo, legando-lhe por isso em testamento uma renda permanente até que concluida. [1] Ali repousava seu marido havia mais de trinta anos; — nela quiz tambem ser sepultada, em a cova de Francisco d'Utra, seu filho. [2]

Sob a dedicação desta gente operosa e boa, o solo virgem fecundou-se ubérrimamente, desbravado, aplanando-se em extensas messes loiras, ondeantes. Outras culturas se desenvolveram ràpidamente, entre elas a do pastel, que foi uma das mais importantes, e rendosa, trazida e ensinada por um Guarte (depois Gularte, hoje erradamente Goulart) Luis, companheiro de Guilherme da Silveira. Por outro lado o comércio agricola, as construções, as pequenas indústrias caseiras progrediam a olhos vistos. Outra gente affluiu. A vila formou-se... E parece que Jorge d'Utra tudo regia com prudência e zêlo.

Jorge d'Utra foi dos flamengos colonizadores do Faial aquele cujo nome sofreu maior número e mais extraordinárias transformações. «Assim, não só no nome do baptismo, mas no de familia e até na particula se acham as seguintes variantes: Job, Jobs, Jobst, Jobsten, Jobster, Jos, Jose, Josse, Jost, Joz, Jooz, Jozc, Jacob, João, Jodocus, e Jorge. — Von e Van. — Huerta, Huerter, Huter, Hutter, Hutra, Outra, d'Utra, de Utra,

Briatis de Macedo dona viuva Capitoa que foi da dita Ilha, etc.» — (testamento em 24-1-1527) — *Tomb. Misericórdia da Horta*, liv. I

[1] Idem, id.

Jeronimo de Bruna da Silveira e Taveira, capitão-mor do Faial, deixou dito em uns apontamentos manuscritos:

Aqi jas BR
EITIS DE
MACEDO
A PRIMEI
RA CAPI
TOA

«Assim se lia sobre sua sepultura na Ermida de Santa Cruz de Porto Pim. Suas cinzas, mas não a campa passaram depois para o altar de N. S. das Angustias do dito logar quando esta igreja se edificou de novo, por mandado do Bispo de Angra, D. Fr. Lourenço de Castro, de 30 de Agosto de 1675.» — *Arch. dos Açores*, I, 175.

d'Ultera, Dultra!!![1] Até o próprio Martinho de Boémia, seu genro, errou, chamando-lhe Jobs Van fluerter.

O seu verdadeiro nome de origem era Josse van Hurtere, segundo a opinião autorizadissima do sr. Ferreira de Serpa. Se os filologistas tivessem colaborado com sua quota parte no caso, teriamos hoje o correcto equivalente — José d'Ultra; mas nêstes sucessos os cálculos falham muito; vale é a natural evolução morfológica, que produz, modifica, desdobra, até inverte vocábulos, tanto nas suas acepções genéricas ou metafóricas, como nas suas formas verbais. Começou Jorge d'Ultra por abreviar a palavra, escrevendo Jos por Josse. O vulgo ignorante fez o resto. O leitor está a ver como por um simples eufonismo (Josse... Jos... Jorge) o José que era ficou sendo para todos os efeitos Jorge — Jorge d'Ultra.

Foi esta a fórmula que se fixou e que nos foi transmitida. Somos forçados a aceitá-la.

Do seu nome resultou ainda a denominação dada à nascente vila da Horta. Não foi nada do que Gaspar Frutuoso disse — «... Vila da Orta porq. não ha quintal nenhu q. a não tenha...» — e que Fr. Diogo das Chagas repetiu — «... Villa da Orta, *porque aqui* honde foi fundada era campo de Ortas...» Não senhores. Vila da Horta por causa do seu donatário, do seu chefe. Era a vila do Hurtere; e como de Hurtere se fez Hurta e tambem Hortere, daí então, compreendem, a natural corruteia de vila da Horta. Assim é que foi.

2) Catarina de Macedo ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 2)

◇ O marido, Rui de Barros, natural da Madeira, como disse, possuia grande soma de bens. Catarina de Macedo foi criada da infanta D. Beatriz.

3) Izabel de Macedo ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 2)

◇ Teve uma pensão, que lhe deu o rei, quando enviuvou do segundo marido. Foi uma dama de grande distinção, da qual Jorge Pock, *que* se encontrou com *ela* várias vezes, fala elogiosamente, qualificando-a uma das mais honradas e virtuosas mulheres existentes em Portugal. Muito prôtegeu, como segunda mãe, o

[1] *Arch. dos Açores*, I, 155

sobrinho Martinho, filho de sua irmã Joana de Macedo e de Martinho de Boémia. [1]

4) Joana de Macedo ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 2) ◇ Nasceu em 1475, segundo cálculo dos mais autorizados linhagistas, e casou, tambem, segundo a melhor das hipóteses, em 1488 com o insigne cosmógrafo, homem de fama universal — Martinho de Boémia. [2]

Falemos déste homem, uma das personalidades mais excelentes da antiguidade.

Nasceu na cidade de Nuremberg, capital de Francónia, por volta dos anos de 1430 a 1436. Era filho de outro do mesmo nome e de sua mulher Agnés Schopper. Esta familia, que ostentava prosápia brazonada, provinha de remota origem Boémia (daí a razão do nome, no dizer de Humbold) e enriquecera pelo comércio, ao fixar-se na referida cidade de Nuremberg.

Recebeu cuidada ilustração, a melhor que então no seu país se professava, de harmonia com os fins comerciais a que o pai o destinava. Pela natureza dos seus conhecimentos scientificos, é opinião corrente, de resto bastante plausivel, que foi discipulo do célebre astrónomo Regiomontano, [3] inventor dos instrumentos *mathematicos*, e *astrolabio armilar*.

Começou novo a tratar da vida. Aos dezassete anos saia da cidade natal para Mechlen; no decorrer de 1457 foi em negócio a Veneza; mais tarde, entre 1477 a 1479, viajou por Anvers, Malines, Francfort, Viana. Durante a sua carreira banal de mero comerciante, não consta que tivesse ageuciado capital, antes o encontramos mal bafejado pela sorte, empregando-se em casa de mercadores e de lintureiros de panos.

---

[1] *O Instituto*, vol. 66.º, 268

[2] Vou eingir-me, nesta breve noticia, aos interessantes trabalhos de Ernesto do Canto no *Arch. dos Açores*, vol. I, e do sr. Ferreira do Serpa no *Boletim da Sociedade de geografia de Lisboa*, n.º 9, 22.ª série, publicado tambem em separado.

Foi este nome escrito de diversos modos: Behan, Behains, Behaim, Behem, Beheim. Em português ficou sendo Martinho de Bohemia (Boémia) derivado certamente de João de Barros e outros que escreveram Martim da Bohemia. Ernesto do Canto, fundando-se em Gbillany, adopta como formula mais correcta Martim Beheim. (*Arch. dos Açores*, I, 436.) Será. Como, porém, o uso, a tradição fazem lei, eu tomo a variante de João de Barros, porque, além de geralmente portuguêsa, foi a que definitivamente se fixou.

[3] Camillo Jean Müller de Monte Regio

Achava-se estabelecido em Anvers no ano de 1484.

Os anos sucederam-se, até que um belo dia, talvez entrando na intimidade dêsses flamengos que mantinham transações com Portugal, ou talvez conhecendo alguns dos muitos compatriotas nossos que freqüentavam a Flandres, e impressionado pelas façanhas que dos portugueses tanto apregoavam, decidiu-se a visitar tambem o nosso paiz.

A Portugal concorriam quantos, nêste mundo, a ambição mais ou menos empurra, buscando renome ou fortuna, alguns para se aperfeiçoarem na nossa escola de navegar, outros, como Perestrelo, Colombo, Cadamosto, Vespúrio, oferecendo o concurso do seu engenho a quem tanto se empenhava em romper o mistério dos mares.

É de crêr que Martinho de Boémia, a começo, tivesse intúitos mais de especulador que de homem de estudo. O seu génio, porêm, e as condições do meio em que se achou orientaram-o para mais altos destinos.

D. João II, êsse grande rei, ao qual se deve o principal impulso à glória dos nossos descobrimentos, informado das qualidades que distinguiam Martinho de Boémia, acolheu-o favoravelmente, e logo o associou aos seus planos, agregando-o à célebre junta do astrolábio, de que faziam parte, além de outros, os judeus médicos do paço, mestre Rodrigo, e mestre Josepe.

Decorrido curto intervalo, Martinho de Boémia acompanha Diogo Cão na sua segunda viagem de exploração ao longo da costa africana, atingindo o rio Zaire, e da qual regressam ao cabo de dezoito a dezanove meses. Ficara o caminho da Índia um pouco mais esclarecido.

Nesta altura D. João II premeia Martinho de Boémia, fazendo-o cavaleiro da ordem de Cristo. Consta que a cerimónia se efectuou em 18 de fevereiro de 1485.

Digo consta, note o leitor, porque acêrca dêste facto ha bem fundadas dúvidas, visto nessa data andar Diogo Cão ainda em viagem. Ou bem que Martinho de Boémia o acompanhou, e em tal caso não podia ter sido armado cavaleiro; ou bem que realmente foi armado cavaleiro, e então nunca podia ter ido com o glorioso navegador na sua derrota. O dilema amarra-nos à párede — a não ser que a data seja errada, o que tambem é possivel, procedendo ela, como se sabe, de papéis particulares de familia.

Estas contradições forçam-nos a matutar um pouco. É baseado nelas, e ainda em sólidos conceitos de crítica filosófica, que o sábio, o notabilissimo historiógrafo Joaquim Bensaude, no seu livro *Les légendes allemandes*, refuta essa opinião vulgarmente aceite da intervenção de Martinho de Boémia nos nossos cometimentos náuticos. A honra do invento das tábuas de declinação, a glória das modificações ao astrolábio, fazendo-o instrumento apropriado para tomar a altura dos astros, foi só nossa, toda nossa, afirma bem peremptóriamente o sr. Bensaude.

Mas não ha dúvida de que Martinho da Boémia era um notável cosmógrafo. Os seus trabalhos são valiosissimos. Salienta-se. É observando uma carta desenhada por êle que Fernão de Magalhães descobre o estreito a que deu o nome, e penetra no oceano Pacífico. Em Cristovão Colombo, de quem era amigo, segundo afirma Herrera, robustece a ideia de se chegar pelo ocidente ás Índias Orientais. A nossa teima era navegar para o oriente. Se já possuiamos indicios segurissimos...

Jorge d'Utra, donatário das ilhas do Faial e Pico, e relacionado nas altas regiões do paço, viajava a miude entre o Faial e Lisboa, onde tinha residência. Com êle prontamente se relacionou Martinho de Boémia, e dessa ligação proveio o seu consórcio com Joana de Macedo, uma das filhas do donatário. Casaram e partiram para o Faial, onde parece que êle se demorou perto de dois anos. Casamento negociado indúbitávelmente, que outra coisa se não colige, vendo uma noiva, entre os treze e catorze anos, tomar para companheiro na vida um homem já mergulhado dentro dos quarenta e tal.

Em 1490 foi visitar a familia, e receber a legitima que lhe cabe da mãe falecida em 1487.

É esta a data mais notável, digamos antes, a mais ilustre da sua vida. Durante a permanência na terra natal, construiu aquele famoso globo terrestre, que tanto lhe eternizou o nome, e acêrca do qual numerosas páginas se têem escrito, de análise, de critica, de louvor, de controvérsia.

É uma obra originalissima. Para a sua feitura, baseou-se na cosmografia de Ptolomeu e no que os livros de Strabão, Plinio e Marco Polo ensinavam, tudo ampliando e corrigindo, de harmonia com os novos esclarecimentos — as descobertas feitas pelos portugueses na África até ao cabo da Boa Esperança, as noções colhidas por êle próprio nas suas viagens.

Mede êsse globo 7m,505 de diâmetro. Reveste-o uma denegrida folha de pergaminho, sôbre a qual tudo se acha esmeradamente escrito e desenhado. Está cheio de brilhantes iluminuras e de várias legendas explicativas. O nomes dos logares foram traçados a tinta vermelha e amarela. A nacionalidade de cada país é indicada pela bandeira e brazão de armas respectivos, a côres, vendo-se tambem, referente a cada região, os modelos das moradas, e figuras dos habitantes com os vestuários peculiares. [1]

[1] A legenda relativa aos Açores, e que apresenta vários erros, especialmente de história, encontra-se traduzida na integra em o *Archivo dos Açores*, vol. I, 442 443

As ilhas do Faial e Pico acham-se assinaladas por uma bandeira ostentando as armas dos Behains. O Faial tem a designação de Nova Flandres Ocidental, em razão de serem naturais da Flandres os colonos e primeiro donatário delas.

Conforme diz uma das legendas, escrita em volta dum circulo de sete polegadas de diâmetro, tendo no centro a Águia de Nuremberg com a cabeça da Virgem, e colocado junto ao polo antártico, Martinho de Boémia ofereceu a sua obra à cidade de Nuremberg, «como uma recordação e homenagem antes de voltar para casa de sua mulher que habita uma ilha na distância de 700 léguas aonde ele fixou a sua residência e onde tenciona acabar seus dias.»

O globo ficou concluido em 1492. Tem sido até hoje religiosamente conservado, encontrando-se no solar do barão Behaim, em Nuremberg. Existe uma reprodução dêle na Academia das Sciências, de Lisboa.

Voltou Martinho de Boémia a Portugal, sendo, ao que se julga, não só inspirador, mas até portador da célebre carta que o doutor Hieronimus Monetario dirigiu a D. João II, aconselhando-o à descoberta do oriente *pelo ocidente*, sonho predominante de Martinho de Boémia, e indicando êste como muito apto marinheiro para levar a cabo tal emprêsa.[1]

Êste pensamento fôra regeitado na côrte portuguesa: pretendia agora fazê-lo prevalecer, apoiando-se em uma autoridade de nome na sciência, o doutor Monetário, e escudado pelo valioso patrocinio de Maximiliano, rei dos romanos. Mas grande devia ser a sua mágoa, ao chegar a Lisboa, e saber que Colombo, mais feliz, levara já a efeito o seu plano tão sábia e longamente meditado.

Voltou ao Faial a repousar, a esconder talvez o seu descoroçoamento na trivialidade da vida doméstica. Demorou-se pouco, todavia, porque D. João II, conhecendo o apreço que lhe dispensava o rei Maximiliano, chamou-o à côrte com urgência, e incumbiu-o duma missão diplomática importante — importantissima e secreta — tão secreta que jamais se soube em que consistia. No entanto supõe-se ter essa missão, por fim único, obter daquele monarca, imperador dos romanos, intervenção que demovesse favoravelmente a Santa Sé a concordar na legi-

---

[1] «... e teeras tambem se te apraz pera este caminho por companheyro deputado do nosso rey Maximiliano ho senhor martinho boemio singularmente pera esto acabar...» — *Arch. dos Açores*, 1, 446

timação de D. Jorge, o filho natural de D. João II, e que êste tanto se empenhava de habilitar para suceder na corôa.

A má estrela, que presidia aos destinos do *Príncipe Perfeito*, também lhe estorvou êste desígnio. Já a caminho da incumbência, no alto mar, Martinho de Boémia foi tomado por um corsário, que o conduziu para Inglaterra, levando-lhe também todo o dinheiro que possuia, uns 160 gulden para despesas. Três mêses esteve detido, doente, quási às portas da morte, até que conseguiu escapar-se a bordo dum navio pirata, que o transportou a França, donde passou depois à Flandres.

A 7 de junho de 1495, Martinho de Boémia estava já de volta em Lisboa. Desde esta época em diante a sua existência ensombra-se. Mais uma vez, provavelmente, volveu ao tecto conjugal; mas a permanência ali, de certo, foi curta. O seu falecimento em Lisboa, «muito pobre, num hospital,» revela-nos à evidência ter escondido o resto dos seus dias, totalmente e irreconciliavelmente desligado da família. Desde quando? Porque? Vamos saber. Um documento coevo, que a chancelaria rial nos legou, expõe bem o caso em pelourinho, para regalo da maledicência nobiliárquica. [1]

Residia no Faial um certo Fernão de Evora, escudeiro, mampostei-ro-mór dos cativos na mesma ilha, por certa régia de 8 de junho de 1492. [2] Já casado, mas novo ainda, e talvez galanteador, exercendo além disso funções públicas de destaque, facilmente se calcula qual seria a sua nomeada dentro do circulo moral da pequena ilha. Galanteador, sim, é muito crível, pelo que deu que fazer e que falar.

A família do capitão donatário devia ter sido uma das primeiras ou a primeira com que se relacionou. Essas relações não tardaram a ser estreitas, afectuosas.

Joana de Macedo, algo esquecida do marido, que todo se entregava aos enrêdos da sciência, jovem, e talvez anelante, tendo provado apenas os beijos sem sabor duma boca já fanada, deixou-se levar de enlêvo pelo donairoso escudeiro. Sucedeu-lhe o que muitas vezes sucede às criaturinhas ingénuas, como ela, colhidas pelos laços sensis dum casamento desigual: levou-a a embriaguez do coração.

Ao que parece, as visitas ou os colóquios entre os dois faziam-se notar. O caso, naturalmente comentado, tornava-se certamente, pelas circunstâncias e pelas pessoas, escandaloso.

---

[1] *Arch. dos Açores*, IX, 195 e 196.
[2] Idem, VIII, 396

O donatário, Jorge d'Utra, irmão dela, que era pessoa de maus fígados, refervia de cólera. Um dia estoirou. Sob pretexto de have-los surpreendido em estranho conciliábulo intimo, mandou capturar o escudeiro, remetendo-o para Lisboa, carregado de ferros. Fernão de Evora, durante a viagem, perto do cabo de São Vicente conseguiu escapar.

O rei perdoou-lhe e mandou que tomasse carta de seguro.

Muito senhor de si, armado de confiança regressou ao Faial. Mas as justiças dos capitães donatários não escrupulisavam limites. Jorge d'Utra, que estava na Terceira com a mulher, mal teve noticia do sucedido, desandou sem demora em cata do mamposteiro, mais furibundo do que lobo açudado. Agora ia ser outra coisa. A carta de seguro? Isso... Acima de tudo, *dos próprios arbitrios do rei estavam as suas justiças*, a sua honra. Prendeu-o de novo, sem nenhuma hesitação, conservando-o bem acautelado, durante nove dias, até que o fez conduzir sob grilhões, como qualquer facínora, para as cadeias da Praia da Vitória, na ilha Terceira.

Ali, Fernão de Evora requereu ao ouvidor das justiças, Diogo Alvares, que o embarcasse para a côrte, onde queria, perante el-rei, alegar seus direitos. O pedido jamais teve deferimento. Claramente adivinhava que o ouvidor e donatário se tinham mancomunado para o matar «com sobejas prisões.»

Então encarregou um filho de ir a Lisboa com o seu requerimento. A sorte porêm ainda lhe foi adversa, porque o joven emissário caiu presa dum pirata francês, perdendo na pilhagem todos os papéis. Mas o recado ia bem estudado, pouco custando em leva-lo ao desembargo do paço. Houve foi alguma demora. Mandaram os desembargadores no seu acordão, que Fernão de Evora requeresse ao donatário, governador das justiças, o devido acatamento à carta de seguro, e que lhe désse juizes «sem suspeita,» para julgamento do seu delito.

Quando o filho, portador de tão clemente despacho, chegou ao Faial, já êle se tinha evadido da cadeia, «só, sem quebrar ferros nem porta,» auxiliado apenas por uma rapariga de catorze anos, e se acolhera às imunidades eclesiásticas, refugiado numa igreja, livre das garras aguçadas do donatário.

Mas essa fuga trazia-o temeroso e triste, num fundado receio de ser recapturado, por haver ofendido a justiça rial. Dirigiu então súplica ao rei impetrando novo perdão; — e desta vez não só ambicionava o *indulto, como tambem, do mais porque fôra preso, se queria livrar e mostrar sem culpa.* O monarca relevou, sob condição dêle suplicante pagar 300 riais para as despesas da Relação, e tomar nova carta de seguro no praso de quinze dias. *Quanto ao donatário recalcitrante*, que não mais prendesse o mamposteiro-mór dos cativos, nem o mandasse prender. Finalisa aqui a noticia dêste turbulento episodio de familia.

Nunca mais se soube do mamposteiro. Jorge d'Utra devia ter res-

mungado de despeito, engulindo a zanga ante a fórmula terminante da ordem régia. Para admirar é tão apurada ira, nêle, que não foi, como daqui a pouco veremos, nenhum modêlo de virtude doméstica. De resto o caso esfumava-se já meio vingado. É mesmo possivel que o outro nem se atrevesse a voltar mais ao Faial.

A mulher de Martinho de Boémia, Joana de Macedo, essa é que não ficou isenta da fama que lhe empeçonhou a honestidade. Penitenciou-se o réu aduzindo «que da acusação do adultério se queria livrar e mostrar sua inocência.» Tal declaração nada prova. Isso dizem todos em tal caso. Que ela prevaricou, para mim, é ponto de fé. Nova, formosa talvez — principalmente nova — ligada a um homem, que melhor seria seu avô, que marido, e dêle quási sempre apartada, nada mais natural que um dia enlontecesse, desfalecendo na embriaguez do pecado. Depois custa a crer que Jorge d'Utra, com tanta pertinácia alargasse o seu furor, sem respeito pela reputação da irmã, se nada tivesse havido entre Fernão de Evora e ela. E o falecimento de Martinho de Boémia, «muito pobre, num hospital,» em Lisboa, que significa senão ter êle abandonado a esposa, buscando logar escondido para sumir o resto dos seus errados dias?

Morreu a 29 de julho de 1507, e foi sepultado na igreja de São Domingos, em campa humilde, que se apagou com a dispersão dos tempos.

Seu filho assinalou-lhe a memória, mandando colocar em 1519, no côro da igreja de Santa Catarina, de Nuremberg, à direita do altar-mor, uma lápide comemorativa. A cidade de Nuremberg não se esqueceu de glorificar tambem êste seu ilustre filho.

Lá está, na praça *Tereza*, o monumento em bronze, a perpetuar-lhe o nome, inaugurado solenemente pela municipalidade no dia 19 de setembro de 1890. Sôbre um pedestal em estilo gótico, ergue-se a figura de Martinho de Boémia, trajando de nobre, com a mão em geito de desenhar, pousada numa carta, que se abre sôbre o globo terrestre. Na peanha do pedestal, assentadas, estão duas estátuas representando o comércio e a sciência. As armas de Portugal, como de justiça, lá figuram tambem.

Em Portugal que se fez?

E a ilha do Faial, que foi sua pátria adoptiva, onde êle alguma coisa viveu pelo coração e pelo pensamento, esta encantadora ilha confidente, seguramente, de muitas das suas locubrações, que com êle se irmanou pelos laços de família, por ventura se lembra ainda daquele que tão alto subiu e a fez participante um ponco da sua glória?

Não se tem ela esquecido de lantejoular um sem número de mediocridades várias que por aí tem esbracejado; mas dos seus homens eminentes de outrora, aos quais deve uma grande soma do seu progresso e da sua nomeada, esqueceu-se. Esqueceu-se a ilha do Faial dês-

se homem universalmente consagrado, que foi como um filho seu, e que tanto a celebrizou no seu *Globo* — dêsse homem ilustre entre os mais ilustres, que privou com sábios e com reis, e que esteve a pique de levá-lo guiado a estrela que guiou Colombo!

Esquecem-se!...

Joana de Macedo contraiu segundas núpcias com D. Henrique de Noronha, quarto neto de D. Henrique II, de Castela, e «que era sujeito, ao que parece, de poucos escrúpulos,» [1] por exigir que a sogra dotasse generosamente a mulher, em prejuízo dos outros filhos e filhas. O morgado de D. Henrique veio a pertencer a D. Francisco de Mascaranhas, que foi donatário do Faial e Pico, e teve o título de *conde de vila da Orta*.

Depois dêste matrimónio, Joana de Macedo passou a residir na ilha da Madeira.

O filho do segundo matrimónio, Francisco de Noronha, morreu solteiro, em Ceuta, numa escaramuça contra os mouros.

5) Martinho de Boémia ⊕ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Diz Gaspar Frutuoso que o cosmógrafo Martinho de Boémia teve dois filhos, um cujo nome não declara, outro com o mesmo nome do pai. [2] Esta informação, até agora ainda não confirmada, tem sido posta de reserva pelos genealogistas. Talvez confundiu com o outro filho de Joana de Macedo, mas fruto do segundo consórcio.

A respeito dêste Martinho de Boémia, filho, escreveu o sr. Ferreira de Serpa:

«O filho de Behaim residia ora na Madeira com sua mãe, ora em Lisboa, em casa duma tia, D. Izabel, não sabemos se irmã da mãe se da avó. Era bom rapaz e bom cristão, muito polido, contrastando com a generalidade dos portugueses da época, *grosseiros e pretenciosos*. Vai por conta de Jorge Pock, um nuremburguês, que naquele tempo estava em Lisboa.

«Numa viagem da Madeira para Lisboa, e em ligítima defesa, o filho de Behaim matou um homem. A intervenção do legado pontifício livrou-o dos ferros de El-Rei. Em favor dêle o senado de Nuremberg es-

---

[1] F. Serpa, *Martinho de Bohemia*, 13
[2] *Saudades da terra*, liv. VI, cap. 38.º

creveu a D. Manuel, mas quando esta carta chegou, o joven Behaim já estava solto.

«Em 1519 foi a Nuremberg visitar os parentes, chegando ali em junho, e recebeu o legado que lhe pertencia pelo falecimento do tio Wolf, que foi quem introduziu em Portugal os chamados *oros de Nuremberg*, como então se designavam os relogios de algibeira.

«Voltando a Portugal, traz para o rei D. Manuel, uma carta de recomendação do senado de Nuremberg, para que o empregasse no seu serviço, em atenção aos merecimentos do pai e á sua ilustre estirpe. Esta carta é datada de *sabbato post crucis inventionis 1520.*

«Ignoramos, desta data em diante, que fim teve o Behaim português e a vida que levou.»

6) Rosa de Macedo ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 2) ◇ O marido era filho do capitão donatário da Praia da Vitória (ilha Terceira) Antão Martins Homem. Entre os anos de 1543 a 1556, fundaram o convento das Chagas na dita vila da Praia da Vitória.

7) Jorge d'Utra ◈ ◈ ◈ (§ 1.º, n.º 2) ◇ Segundo capitão donatário do Faial e Pico, por carta de D. Manuel, passada em Evora aos 31 de maio de 1509, e confirmada por D. João III em 22 de outubro de 1528.[1] Foi escudeiro da casa de D. João III, com 1$000 reis de moradia.

Durou o seu governo da capitania o longo periodo de cincoenta e quatro anos, isto circunscrevendo-o às datas do falecimento dêle e do pai (1495-1549).

Supomos ter sido homem autoritário e violento, como no final de contas eram todos quantos, naqueles tempos rudes, investidos em obrigações da governança, não possuiam conselho suficiente para equilibrar as mal definidas larguesas da jurisdição.

Dos seus actos administrativos não ficou sinal de maior, que nos habilite a defini-lo. Da vida privada, sim. Dessa fez um estendal de scenas baixas, que pouco lhe abona o lustre da estirpe.

---

[1] *Arch. dos Açores*, I, 158

Já é uma amostra de pano aquele caso que ha pouco citei referente à irmã Joana de Macedo, casada com Martinho de Boémia. Só pelo desejo de descarregar os impetos da sua fúria vingativa, nenhuma dúvida teve de badalar em público a noticia infamante do adultério, certo ou não, que a ela imputava.

Mas houve melhor.

Ainda em plena vida de casado, a envelhecer, os filhos já grandes, meteu-se de mancebia com uma Izeu Pinheiro, á qual, e ao bastardo Jorge de Macedo, dedicava toda a protecção e afecto, sem respeito algum pela mulher, relegando o filho e a filha. A mulher morreu de desgôsto, vitima de maus tratos, menospresada.

Assim que ela baixou à terra perdeu então a derradeira nesga de escrúpulo. Poz-se de casa e pucarinho com a amante, mesmo no próprio lar doméstico, a par dos filhos, sem nenhuma reserva de conveniências, ao menos pela sua posição. Os filhos sentiram-se avilitados. Feridos pela impudência paterna, retiraram-se, armando-se de represália, instinctivamente, contra a intrusa.

A filha teve por isso vida amargurada. Em constante contacto com a outra, era por certo quem mais a miude sofria no seu pudor, daí, muito naturalmente, devemos supor, quem pagava a humilhação com usura. Desenham-se fáceis em nosso espirito as scenas de hostilidade que sucederiam entre ambas, a cada instante, por qualquer motivo. Jorge d'Utra tomava o partido da amásia, é claro; enfurecia-se, ameaçava, maltratava a filha de palavras e acções, querendo-a ali, diante da que elegera por senhora, muda e obediente. E considerasse bem, quando não, assim «como matara uma havia de matar a outra.»

Um tirano à altura.

A desditosa menina, que angustiosas lágrimas já lhe escaldavam a alma, tomou-se de pavor, e fugiu de casa; — e fugiu para nunca mais lá voltar. O pai cobriu-a de maldição, zurzindo-a de venenosas injúrias; votou-a ao abandono. Nem uma sopa de sua mesa lhe deu mais. Era umas negras que lhe iam levar alguma coisa de comer, às escondidas dêle. E tão entranhado ódio criou Jorge d'Utra contra a filha, que continuou perseguindo-a, a ponto de não só abusar da sua autoridade de progenitor, mas tambem pior do que qualquer particular preverso — infamando-a. Denunciou-a perante a justiça como assassina duma escrava que ela tinha em sua companhia, quando bem sabia haver a mísera serva morrido de morte natural. A justiça devassou; e talvez por servilismo ao donatário, ainda que nada houvesse provado da acusação, tomou a infeliz como suspeita, intimando-lhe aviso de ficar submetida daí em diante à vigilância da sua alçada.

Que paternidade!

Francisca Côrte Real, impotente para reagir à pressão dos desafó-

ros paternos, consolou-se pelo menos com a vindicta postuma de deserdar o pai de toda a sua fazenda. [1]

O filho Manuel d'Utra Côrte Real, tambem abandonou a casa, ou foi expulso, andando homisiado, a fugir do pai, que queria querelar dêle por *certos casos*, diz Gaspar Frutuoso. [2]

Este Jorge d'Utra, segundo donatário do Faial pediu em testamento para ser sepultado na ermida de São Tiago, em frente à sua morada. Assim foi. Modernamente, cêrca de 1851, foi achada a sua sepultura, ao efectuarem-se umas escavações nos baixos do edificio do govêrno civil, onde é hoje a repartição de finanças concelhia, o que, além de nos confirmar aquela recomendação testamentária, nos indica o local certo da referida ermida. [3]

Essa ermida incendiaram-a os ingleses da armada do Conde de Essex, em 1597, no saque que deram à ilha do Faial. Não consta que tivesse sido reedificada.

O solar dos Utras era exactamente no sitio onde depois os jesuitas ergueram o seu colégio e igreja (onde a actual igreja Matriz, govêrno civil e câmara municipal) por virtude da doação de Francisco d'Utra de Quadros. [4] Solar dos Utras... Não digo bem. Um documento de 1616 chama-lhe «as casas das Côrtes Riaes por ali habitarem Dona Bárbara Côrte Real e Dona Antónia Côrte Real.» [5] Eu creio bem que fôsse, mais

---

[1] «Primeiramente, em vida de minha mãe, tomou por mancêba a uma Izen Pinheiro com a qual tinha parte carnalmente, e por seu respeito dela deu tão má vida a minha mãi, com que morreu, e depôis que foi morta trouxe para casa a dita Izen Pinheiro, e a teve por mancêba, hoje em dia, das portas a dentro, e tendo-a assim por mancêba de portas a dentro, me deu tão má vida a mim propria, dizendo que como matara a uma, havia de matar a outra, pelo que me convcio sair de casa, porque me não matasse, e nunca lhe entrei em casa, até hoje em dia, e lançava em todos os dias maldições e matando-me á fome, e ás négras, ás escondidas dele, me davam de comêr, e não se contentando ainda com isso, me disse outras injurias, e me diz hoje em dia.

«A segunda causa é que, morrendo-me em minha casa, uma escrava, de doença que tinha, denunciou de mim ás justiças, dizendo que eu a matara, por onde a justiça devassou e tirou inquirição contrá mim, e fui avisada e sou criminalmente pela justiça avisada de que hoje em dia não sou livre trabalhando minha morte por tôdos os módos que pode, rogando a Deus e pedindo tôdos os dias que má morte e mau fim houvesse, procurando-me todo o mal que pode: por estas ditas causas o desérdo e ei por deserdado de toda minha fazenda...» (Testamento de Francisca Côrte Real) — *O Instituto*, vol. 66.º, 268

[2] Frutuoso, *Saudades da terra*, liv. VI, cap. 36.

[3] P.e Manuel José d'Avila *Album açoreano*, 446

[4] Vide nota (18) do presente título

[5] Ferreira Serpa, *Dois ineditos, etc.*, 235

genéricamente, o solar *dos* Côrtes Reais — sendo êles, os Utras, como eram, desde muito assim conhecidos e tratados. O leitor sabe que êsse passara a ser o seu apelido de família.

Fôra obra do primeiro, e dêste segundo donatários — dêste especialmente, porque o primeiro, se iniciou a construção, é muito provável não ter tido tempo de acabá-la. O facto de Beatriz de Macedo, ao fazer testamento, residir nas suas casas, «em o limite de Porto-Pim,» tem sua singularidade. Porque não habitava ela no seu solar? Não estaria ainda concluido à data do falecimento do marido, nunca se resolvendo depois a ir ocupá-lo em companhia do filho, ou já lá estava quando enviuvou, e se decidiu depois a deixá-lo pela primitiva moradia? Esta segunda hipótese parece-me um *pouco forçada*. — a não ser que desejasse estar olhando de perto as obras de reconstrução da sua igreja de Santa Cruz, que contemplava com alguns legados e dote.

Constava êsse solar dum vasto assento de casas de morada, com seu granel e poço de água, tendo próximo, ao sul, uma pequena ermida, sob a invocação de São Tiago, ao norte uma outra mais esbelta de Nossa Senhora da Penha de França, [1] e para trás, a subirem, o pomar e algumas geiras de terra lavradia: tudo um chão de 15 alqueires, pouco mais ou menos, fechado e bem amurado ao redor. Era certamente o quadrilatero hoje limitado, a léste, pelo largo Duque d'Avila, ao ocidente pela rua Médico Avelar, norte e sul pela calçada Major Avila e rua Eduardo Bulcão. [2]

A *consórte* de Jorge d'Utra, segundo donatário, Izabel Côrte Real, descendia dos nobres Côrtes Reais, Senhores de muitas mercês, fôros e benefícios, e era filha do famoso capitão donatário de Angra, João Vaz

---

[1] «Tambem lhe chamavam a ermida da Beata e de Nossa Senhora da Apresentação.» — Ferreira Serpa, *O Instituto*, vol. 66.°, 270

Os jesuitas utilisaram durante muito tempo esta ermida emquanto não edificaram a sua igreja.

[2] «Andando pela rua avante, sempre por entre casas, se sae a um Rocio, á mão esquerda do qual fica o patio da casa do Capitão, em uma terra alta que ali faz. Ao lado que fica para a banda de Porto-Pim, tem uma Ermida do orago de S. Tiago. Fronteiro á qual, ao pé do patio, que vem lançante está outra Ermida da Senhora da Penha de França, que he mui formosa Ermida.»—Chagas, *Espelho cristalino*, etc. cap. 13.°, art. 2.°

«... um assento de casas sobradadas, sala e camaras, e ante-camaras, e três camaras e cosinha, granel, altos e baixos, com seu poço de agua, e com seu pomar de arvores para traz, com mais terra lavradia, tapada toda á roda, que tudo será com o dito assento 15 alqueires pouco mais ou menos.... onde ele doador vive.» (Testamento de Francisco d'Utra de Quadros) Cit. por Ferreira de Serpa, *Correio de Lisboa*, n.° 13, de 5-10-1905.

Côrte Real, o esforçado cavaleiro, de robustez hercúlea, acêrca do qual contam os cronistas memoráveis feitos de fôrça, navegador audaz, militar destemido, que sempre batalhou com honra, tanto no mar como em terra contra os castelhanos, e em Africa contra os mouros. [1] D. Izabel teve por irmãos os célebres navegadores portuguêses, Miguel Côrte Real e Gaspar Côrte Real, descobridores do norte da America, — a Terra dos Côrte Reais, como durante muito tempo foi denominada. [2] Tambem teve uma irmã Iria Côrte Real, casada com Pedro de Goes da Silva, que a matou «mal e como não devia,» no dizer de Fr. Luiz de Sousa. [3]

Faleceu D. Izabel com testamento feito em 19 de julho de 1534, no qual pede, se morresse no Faial, que trasladem seus ossos para a capella-mor do convento de São Francisco, de Angra, onde jaziam sepultados seus pais. [4] Nem mesmo sob a mudez da terra, quiz a visinhança do carrasco do marido!

O filho bastardo de Jorge d'Utra e de Izeu Pinheiro foi ouvidor na ilha do Faial, [5] e é o tronco dos individuos de apelido Macedo, que se encontram no Faial, Pico e Terceira.

8) Francisca Côrte Real ◆ ◇ Muito formosa dama, nos conta Gaspar Frutuoso, bem merecia ter tido mais venturoso destino. Mesquinhamente os fados a bafejaram, cortando-lhe cedo, e de infortunado modo, a vida.

(§ 1.º, n.º 3)

Os fados é uma metáfora, porque a falar verdade o causador de todo o mal foi o pai. Acabámos de ver ha pouco o quanto êle fez sofrê-la, por querer a amante comsigo, sob o tecto conjugal, sem lhe importar o decôro e a dignidade dos filhos. Tratou a filha como se não trata uma nêgra.

Francisca Côrte Real fugiu de casa; e perseguida, difamada pelo pai, que lhe acorretou tambem o desprêzo de estranhos, encontrou-se como uma pobre orfã, só no mundo. Deserdada de afectos, fácil e dé-

[1] Frutuoso, *Saudades da terra*, VI, 9.º

[2] *Arch. dos Açores*, IV, 417 a 432. Falam déstes Côrte Reais quási todos os cronistas seus contemporâneos

[3] *Anais de D. João III*, 14

[4] Chagas, *Espelho*, etc., parte II, cap. XIII, art.º 1.º

[5] Nomeado por carta de 10-7-1565. Em Ferreira de Serpa, *Dois inéditos, etc.*,

bilmente se entregou à protecção do primeiro olhar amoroso que a envolveu. Quem sabe se isto foi o decisivo incitamento para o abandono do lar paterno?

Requestou-a Heitor Rodrigues, mercador, e com êle casou, dizem os cronistas, clandestinamente. Dêle concebeu, morrendo de parto, e ao mesmo tempo o recemnascido.

Eu duvido que de facto houvesse casado. E quando o fizesse, qual o merecimento exterior de semelhante acto? Moralmente nenhum. Perante o público linguareiro em nada resalvava a sua honestidade; era sempre uma ligação ilícita de mancebia. Está mesmo a dizê-lo aquela expressão meio ambigua de Gaspar Frutuoso, informando-nos que ela «morreu de parto com nojo de seu pai e parentes a não quererem ver.» [1] Ela própria não tinha Heitor Rodrigues como marido, pois nenhuma referência faz a êle em seu testamento, o que delegou em Jorge Peixoto e Cristovão de Lemos, por serem «homens de consciência.» Isto é como quem declara que Heitor Rodrigues não o era. Por isso nem falar dêle queria. Tê-la-ia abandonado? [2]

Que desbaratada existência a sua!

Do carrasco do pai lembrou-se ela, e bem; mas para se comprazer em humilhá-lo, deserdando-o de toda a sua fazenda, como paga do muito que a agravara. [3]

9) Manuel d'Utra Côrte Real (§ 1.º, n.º 3) ◇ Terceiro capitão donatário das ilhas do Faial e Pico, após o falecimento do pai, por carta de confirmação que lhe passou el-rei D. João III, aos 15 de julho de 1550. [4]

Foi pessoalmente a Lisboa tratar dessa confirmação, que alcançou sem intervalo de maior. Comtudo por lá se demorou mais do que o caso pedia, e lá faleceu em circunstâncias bastante singulares, e não pouco romanescas.

Um bigamo à fôrça.

[1] Frutuoso, *Saudades da terra*, liv. VI, cap. 36.

[2] «Nele (testamento) diz estar doente de uma pisadura, que conforme me ousta, foi de um Heitor Rodrigues com quem devia estar casada clandestinamente .ter-se apartado dele, porque não o nomeia nem ao filho....» — Chagas, *Espelho*, c., parte II, cap. XIII, art. 1.º

[3] «Mais digo que eu deserdo meu pai e o ei por deserdado de toda a minha fazenda, e não quero que érde nela pelas razões e são as seguintes....» (Testamento de Francisca Côrte Real) — Cit. por F. Serpa, *O Instituto*, vol. 66.º, 268

[4] *Arch. dos Açores*, I, 158

O curiosíssimo processo, que correu no seguimento da sua morte, e requerido pelo filho Jerónimo d'Utra para reivindicação da capitania, esclarece-nos de cabo a cabo êste traço íntimo da vida remota faialense, como numa bisbilhotice de soalheiro. É um documento raro — manancial indiscreto de informações. Não temos melhor para desenovelar o presente episódio. [1]

Manuel d'Utra Côrte Real foi um amoroso. Nele as paixões fraulhavam intensas e absorventes, escravisando-o. Foi primeiro homem de sentimento, que de negócio. Os seus amores em solteiro com Maria Vicente, a mulher, são uma prova clara.

Ela era uma mui galante mulher, esperta e risonha, quer nas desprendidas horas de folguedo, quer entregue aos cuidados do amanho doméstico. Tinha o olhar inteligente e determinado, traduzindo a criatura de acção que sempre foi, e que bem mostrou depois da morte do marido. Um caracter soberano.

Joane Annes, o pai, homem da governança da terra, era um abastado lavrador, que sempre arraçoava cavalos à manjedoura, e possuia escravos e escravas, além de muita gente de soldada ao seu serviço. Não tinha outra filha. Estimava-a; nela se envaidecia. Para ela reservava todos os afagos e prendas.

Formosa e rica, teve Maria Vicente requestadores às dúzias. Promessas de casamento, e das mais auspiciosas, não lhe faltaram. De todos os pretendentes, porém, aquele que logrou a dita de lhe entender os segrêdos do coração, foi Manuel d'Utra Côrte Real. Seria por verdadeiro amor? Seria desvanecida pela estirpe do noivo, pelos cabedais e distinção, como filho do grande senhor, o capitão donatário? Uma coisa e outra, sem dúvida; — sem dúvida, especialmente a segunda hipótese, o cunho fidalgo, que sempre foi factor principal, sobretudo outrora, nas ligações matrimoniais. A respeito de cabedais, auferia ela de sobra.

Nêle é que foi paixão de tresloucar. Amou-a avidamente durante todo o tempo (anos, suponho) que com ela esteve para casar. E com tal avareza lhe queria, num excesso de ciume rude, que chegou ao absolutismo de impedir que cruzassem a porta de Maria Vicente quantos imaginava cubiçosos da mão dela. [2]

---

[1] *Arch. dos Açores*, III, 408 a 419.

[2] «... e fazia tantos estremos que tolhia a homens que com ela queriam casar que não passassem pela rua onde ela vivia...» (Proc. cit.) — Ib., 416

Era um fraco. Ela não. Pela diversidade de temperamentos, êle impressionável, nela disciplinado, tornou-se a senhora absoluta do lar. Era *ela quem punha e dispunha, quem tudo ordenava, quem talhava* e dirigia os serviços a seu belo talante, quem arquitectava os negócios, quem dava e doava, vendia e descambava, como pessoa que tudo pode, quer e sabe. O marido nem um vintem tinha ao seu dispôr, Não me surpreende: pois se nem umas casas possuia para morar, e vivia com o *que era da mulher*, às sôpas do sogro![1] Isto explica de algum modo as desavenças tidas com o pai, que, por via da amante, expulsou de casa os filhos, votando-os ao abandono.

Entretanto uma justa conformidade de gostos reinava naquele casal. Para os passatempos acomodavam-se de comum vontade. O baptizado de cada filho, por exemplo, era sempre motivo de grande festa. Nas ancas do seu cavalo Manuel d'Utra levava muitas vezes a mulher, em folguedo, a casa do pai, que morava fóra da vila, ou a levava a outros logares, acompanhada de todos os escravos *e gente* que tinha «apegados nela.»

Cêrca de vinte anos viveram esta vida singela e jocunda, sem estôrvo de monta, que lhes ouriçasse o caminho.

Mas chegaram as grandezas, os cuidados, as ambições, e a roda começou a variar *de giro*.

Um belo dia o pai de Manuel d'Utra, o capitão donatário, caiu de cama, de doença grave, que o levou. Quando no artigo da morte, Maria Vicente foi logo para junto dêle, acompanhando-o até ao fim, e por mandado do marido, tomando posse da casa e de toda a fazenda, como senhora que era e ficou sendo. Manuel d'Utra, senhor da capitania partiu imediatamente para Lisboa, a tratar da carta de confirmação.[2]

Como pessoa de qualidade, e na diligência da sua pretensão, ora

---

[1] «... e ella trazia toda a sua fazenda na mão que elle não tinha um vintem *em seu poder, e ella* dava, e doava, e vendia, e descambava como senhora, e não avia molher casada na ilha que mais fosse em sua casa que ella.... e que Manuell Dutra era tam pobre em quanto na ilha vivera que não tinha huas casas em que morasse e vivia em huas de seu sogro pai della Maria Vicente na praça, e ho dito seu sogro e Maria Vicente o sustentavam com ho seu e de seus parentes atee vir a este reino confirmar sua capitania....» (Proc. cit.) — *Arch. dos Açores*, III, 416

[2] «... e que tanto que o pai de Manuell Dutra estivera no artigo da morte Manuell Dutra a mandara logo que estivesse com elle e tomasse posse da casa como tomara de tudo como senhora, e vindo a este reino confirmar a capitania ella ficara com toda a casa, e fazenda como senhora que era onde estivera ateo oje em dia.» (Proc. *cit.*) — *Ib.*, 417

batendo à porta dos juizes, ora assediando porfiadamente os escrivães das chancelarias, ora pavoneando-se de seges ou subindo as escadas do paço, Manuel d'Utra Côrte Real adquiriu relações várias com gente da melhor roda, e de muito valimento nas coisas públicas. Homem ainda novo, de trato submisso, e tambem de alta estirpe, e bem dotado de fortuna, certamente lhe foi fácil o acolhimento. De mais por lá ainda tinha parentes, em especial pelo lado materno, que muito o haviam de prestigiar, e não pouco coadjuvar, talvez.

A vida da capital devia tê-lo deslumbrado. Nela se enredou complicadamente, a ponto de conservar-se longe da sua terra, e dos seus, algum tempo após a realização dos seus projectos. Com o seu temperamento amavioso perdia-se de enleio pelos sorrisos, entre divinos e traiçoeiros, da mulher; perdia-se embriagado pela formosura, pela ilusão... Recapitulava o tempo fútil de solteiro. Parece mesmo que, como tal, se fazia julgar, de certo para melhor êxito das suas fantasias amorosas. Pelo menos assim o apregoou o procurador da corôa em um dos seus articulados, no já referido processo que estamos seguindo. [1]

Uma das conquistas, aquela que lhe foi fatal — como sempre sucede, haver uma que absorve e transforma toda a existência — foi D. Angela de Menezes, dama nobre, bem acolhida no paço, e ainda aparentada com os Côrte Reais, por ser irmã da mulher de Bernardo Côrte Real, primo de Manuel d'Utra. Era filha de Gabriel de Brito, alcaide-mór de Aldegavinha.

No dizer do procurador da corôa, com ela manteve intima ligação, vivendo ambos de suas portas a dentro vida de casados, e recebidos como manda a Santa Madre Igreja, em a vila de Santarem, pelo vigário da igreja do Salvador.

Não sucedeu, porém, assim. Êsse acto, tal como está alegado, foi uma pura rabulice jurídica. É o que se lê nas entrelinhas do quizilento processo. Não é crível que Manuel d'Utra, um fidalgo de homeada e de destaque, com uma grande casa, e elevado ao mais honroso logar da sua terra, se tivesse consorciado sem mais nem menos, furtando-se ao indispensável consenso do rei; nem tão pouco parece que, bom cristão, temente a Deus, já de ha muitos anos casado, e com filhos, ousasse

[1] «... e elle nunca dissera nem pubricara em pubrico nem em secreto que era casado.... estando ho dito capitão neste reino cometera a muitas pessoas principais pera casar com suas filhas e muitos cometeram a elle pubricando-se sempre por solteiro...» (Proc. cit.) — *Archivo dos Açores*, vol III, 414 e 415

contrair novo casamento, sem um tremor de consciência, arriscando-se às iras e à eterna condenação da Igreja.

O caso teve outro geito.

A mãe de D. Angela, zelosa e calculista, nisso assentando seu cuidado, foi seguramente quem teceu toda esta intriga do simulado casamento. Era um bom partido para a filha. Por intermédio dos parentes e pessoas apegadas ao paço, fez que chegasse a el-rei notícia do acontecido, e juntamente do imaginado, de modo a despertar a natural indignação, *como tambem um pouco de mágoa pela* desgraçada sorte da filha, que assim lhe estava amesquinhando o nome com a publicidade do seu êrro. A teia foi bem urdida. Sua Majestade logo ordenou que o matrimónio de Manuel d'Utra Côrte Real com Angela de Menezes se concertaria devidamente, segundo sua vontade, pelas leis do reino.

Aqui é que começaram os trabalhos, as atribulações — o drama que se desenrolou precipitadamente para um funesto epilogo. Até então tudo correra propício sem pesadas responsabilidades, como um banal episódio da vida, que de facto era; mas agora... Nascem os trabalhos debaixo dos pés quando menos se espera. Que ia ser dêle? Da sua honra, da mulher, dos filhos?... Tremia de horror, nem que se sentisse já escaldado pelas penas expiatórias do inferno.

Não. Nunca! Antes a morte que semelhante casamento.

Desobediência tão formal recebeu, conforme o preceito, castigo correspondente. Foi mandado recolher a casa, onde estaria preso até inteiro cumprimento da vontade régia. Não se amedrontou êle todavia; antes, enchendo-se de corajosa, aliás tardia dignidade, mais persistiu na recusa.

Por seu lado D. Angela e mãe tambem nada modificaram o intento; pelo contrário, afirmaram-se nele mais resoluta e diligentemente. Enveredaram *pela fórmula do rigor. Assim tornaram* a exigência mais frisante, conseguindo por sua conta e risco, para não impacientar o rei, que o presuntivo noivo fôsse encerrado dentro dos soturnos muros do castelo de Santarem.

O dilema era bem explicito: casar, quando não, os justiceiros ferros de el-rei. Pois os ferros de el-rei *para sempre*, decidia êle, sem vacilar, a alma incessantemente ameaçada pelo mesmo primitivo pavor.

O tempo decorreu longo, mudo. Nenhum sinal de benevolência. Ninguem a socorrê-lo!

Adoeceu. Umas febres malignas, levaram-o ao leito, acabando de apoucar-lhe o *ânimo já em* demasia escurecido. Rememorava talvez, saudosamente, a sua terra toda de verde vestida, o ceu luminoso, povoado de farrapos de arminho, o mar cantando ao redor, sôbre os fraguedos, em novelos de espuma... Rememorava os seus, a singeleza e

a paz do seu lar, a esposa que decerto o aguardava anciosamente — companheira sempre fiel...

Esmorecia. A febre minava-o, consumindo-lhe o resto das fôrças, escaldando-lhe o cérebro.

Certo dia entrou-lhe no cárcere D. Angela de Menezes acompanhada pelo licenceado Francisco Dias do Amaral, corregedor da côrte, que disse ir ali com ordem expressa de Sua Majestade para êle, sem demora, realizar o casamento desejado. Manuel d'Utra, sobresaltado, mal deu com a presença de D. Angela, receiosa, transpondo a porta, arremeçou-se, num ímpeto desmedido e cego;—mas uns braços robustos interpuzeram-se rápidamente, a enleá-lo, paralisando-o. Cuspia injúrias das mais feras e sujas. E os olhos, aguçados pela febre, fuzilavam-lhe na face chupada e macilenta, apunhalando a intrusa, mais cruamente do que lâminas assassinas.

— Senhor, que desatinais! — dizia com brandura o licenceado, arrastando-o para junto do catre. — Casai com D. Angela... Deveis-lhe a honra, bem o sabeis... El-rei o quer e diz não leis de ir daqui até a não receber...

Sair dali! Respirar a liberdade, fugir — fugir para junto dos seus!... Esta ideia talvez o seduzisse, revestido daquela, mais coragem, que resignação, em que por fim caiu. Podemos tambem crer que predominasse outro fito. Para sempre perdido, duma maneira ou de outra, de que lhe servia lutar? que lhe restava senão tragar a condenação? Pelo menos via-se livre dos carrascos, que tão apertada teia lhe teciam.

Cedeu. O acto nupcial foi realizado imediatamente, num engrolar de formalidades, pelo cura que D. Angela, previdente, trouxera no séquito. Isso terminado, Manuel d'Utra, pobre de fôrças, mas cheio de nojo e ódio, voltou o rosto, cerrando os olhos para não mais ver as figuras trágicas que o cercavam. E murmurava, aludindo à falsidade que D. Angela fizera chegar ao rei, de se terem os dois casado a furto:

— Quizeste, senhora, fazer a vossa mentira verdade!...

Como quem diz: de inocente vos quizeste fazer deshonrada.

Amarfanhou-se aquela alma, esmagada pelo terror, pela saudade, pelo remorso, como náufrago debatendo-se na escuridão duma infinita noite dantesca. Já não tinha salvação! Condenado pela injustiça dos homens! condenado pela justiça eterna!... Tudo se desmoronava para sempre.

A febre atacou-o intensamente. O cérebro ardia. Redemoinhava o pensamento numa vertigem indomável de ideias, negras como sombras duma caverna, mais confusas do que os repentes dum vendaval... Neste derrnir labutou quatro dias.

Mãos caridosas o velaram constantemente, e lhe vestiram por fim a mortalha que o levou ao socêgo do Nada. [1]

D. Ana de Menezes meteu-se a religiosa em um mosteiro.

10) Antónia d'Utra Côrte Real
Bárbara Côrte Real ◆ ◆
(§ 1.º, n.º 4)

◇ Instituiram em 1616 a capela de Nossa Senhora do Rozário na antiga igreja de São Francisco, que era no sitio hoje chamado Pedras dos Frades, doando-lhe por sua morte todos os seus bens, dos quais parece que fazia parte o solar dos Utras. António Lourenço Macedo conta [2] que em 1640 Francisco d'Utra de Quadros, então possuidor de todos os bens dos Utras, puzera uma demanda à ordem franciscana para rescisão daquela doação, por falta de solenidades legais, obtendo sentença a seu favor.

Bárbara Côrte Real foi das primeiras religiosas no mosteiro da Glória, juntamente com a irmã *Catarina de São Salvador*, sua fundadora.

11) Catarina de São Salvador
(§ 1.º, n.º 4)

◇ Fundadora do convento da Glória, ilha do Faial, doando para êsse efeito todos os seus bens por escritura de 9 de janeiro de 1608. [3] No ano seguinte, e por nomeação do bispo D. Je-

---

[1] «... e estando nesta côrte por enformação que a *may de dona Angela* e *seus* parentes deram a el Rei meu senhor e avo que santa gloria aja que era casado com ella por el Rei lhe mandar que casasse com ella e elle ho não querer fazer ho mandar prender nesta cidade em sua pousada onde estivera prezo por espaço de tempo: e que vendo dona Angela e sua may que elle ho não queria por isso fazer por importunarem ao dito senhor lhe estreitaram a prisão para o castello de Santarem onde esteve muito tempo, preso viera a adoecer de febres e estando muito mal o licenciado Francisco Diaz do Amaral que então era corregedor da corte lhe levara a dita dona Angela ao castello onde o dito Manuell Dutra estava preso dizendo que mandava ho dito senhor que casasse com ella, e quando Manuell Dutra a vira em casa fizera muitos estrondos e bradara muito, e por lhe Francisco Diaz do Amaral dizer que casasse com ella que se não avia de hir dally ataee a não receber por ho mandar assi o dito senhor, elle lo fizeza muito contra sua vontade. ... e acabando Manuel Dutra de a receber virara o rosto para o outro cabo e dissera a dona Angela, quizesto fazer a vossa mentira verdade; e que o dito Manuell Dutra nunca depois que a recebera tivera copulla com a dita dona Angela porque com a paixão fallecera dahi a quatro dias e em todos os quatro dias estivera sempre mal e ho vellavão....» (Proc. cit. — Contradita de *Jerónimo d'Utra*) — *Arch. dos Açores*, III, 415 e 416.

[2] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, I, 42

[3] Ib., 120

rónimo Teixeira, veio de visitador ao Faial, com o principal encargo de aceitar a dita fundação, o cónego Tomás de Pórras Pereira, tesoureiro-mor da sé de Angra. Um parente da fundadora, Estácio Machado d'Utra, homem de muita consideração, foi quem tomou conta dos fundos doados, e quem presidiu à construção do convento. Em 1610, êste já se achava quási concluído, não como ainda o conhecemos, porque, com o aumento da comunidade, teve diversos acrescentamentos, mas apenas a ala primitiva, dum só andar, entre a igreja e a esquina da Carrasca. Entraram logo para o convento, embora a igreja estivesse em começo de edificação, a instituidora, sua irmã Bárbara, duas religiosas vindas dum convento de Angra, e duas filhas do tabelião Luís Gomes, seguindo-se dentro em pouco as quatro filhas do referido seu parente Estácio Machado.

12) Salvador d'Utra Côrte Real (§ 1.º, n.º 4) ◇ Faleceu novo, no mar, indo em um navio da ilha Terceira para o continente. Era estudante de teologia em Coimbra. [1]

13) Jerónimo d'Utra Côrte Real (§ 1.º, n.º 4) ◇ Conforme eu relatei há pouco, o pai tinha ido a Lisboa tratar da capitania, e por lá se achava ainda quando morreu.

Devia verificar-se a sucessão na pessoa do filho varão, primogénito, Gaspar d'Utra Côrte Real; mas tal não aconteceu. Logo após o falecimento de Manuel d'Utra, reacendeu-se aquela maldosa intriga do seu casamento, aproveitando pessoas cubiçosas o ensejo de levar à procuradoria da corôa acusação de que êle não fôra casado com Maria Vicente, portanto que os filhos «eram bastardos nascidos de manceba e não ligitimos,» inábeis para suceder ao pai.

A capitania foi julgada devoluta: — e porque D. Alvaro de Castro, filho mais velho do famoso vice-rei da India, D. João de Castro, o heroico defensor de Diu, desejava recompensa, não só dos seus serviços, mas tambem dos muito, e valiosissimos, prestados por seu pai, lhe foi

[1] Fruttuoso, *Saudades da Terra*, etc., liv. VI, cap. 38

a capitania doada por alvará feito em fevereiro de 1553, com todas as suas rendas e mais 250$000 reis de juro. [1]

Sabendo Maria Vicente do acontecido, da consciente injustiça que se praticava, partiu imediatamente para Lisboa com todos os filhos, a demonstrar a ligitimidade do seu matrimónio, e por consequência requerer sucessão nos direitos de donatário para o primogénito, Gaspar d'Utra. Aduziu Gaspar d'Utra seus embargos contra o alvará de doação a D. Alvaro de Castro. Os juizes desembargadores trabalhavam no processo, tendo quasi concluida a inquirição de testemunhas, que para isso fizeram ir à côrte, justificantes do legal consórcio do pai, quando Gaspar d'Utra faleceu (em 1558, presume-se) muito longe ainda da posse desejada.

Maria Vicente não desanimou. Mulher de iniciativa, pertinaz e resoluta, continuou na pretensão, como tutora e em nome do filho segundo, Jerónimo d'Utra Côrte Real.

Teve princípio nesta altura aquele difícil processo, que vagueou durante uns bem arrastados vinte e tantos anos pela chancelaria e desembargo do paço, ora sentenciado contra Jerónimo d'Utra, por fim, já sob a dominação filipina, revisto e julgado a seu favor. [2]

Requereu Maria Vicente em nome do filho para demandar pelo feito o procurador da corôa, o que foi concedido por provisão régia de 20 de junho de 1558.

Jerónimo d'Utra contava então uns doze anos, pouco mais ou menos; mas pela mãe já considerado apto para bem haver, e melhor dirigir de futuro, as solicitadas funções de donatário. [3]

A êle assistia toda a justiça, dizia a alegação. Na carta passada por D. Manuel ao segundo donatário Jorge d'Utra se dizia «antre outras cousas que depois do falecimento do dito Joos Dutra averia a dita capitania ho seu filho barão mayor lidimo ou ho filho segundo se tall fosse e assi de descendente em descendente por linha directa masculina...» [4] Era o seu caso. Como actual e ligitimo sucessor em linha recta masculina do primeiro donatário, cabia-lhe, a posse requerida, não só nos termos

[1] *Arch. dos Açores*, IV, 69
[2] Idem, III, 408 a 419
[3] «... moço discreto e avisado segundo sua idade ... he muito abil e sufficiente e ho sera mais pelo tempo em diante pera ser capitão das ditas ilhas de capitania...» (Proc. cit.) — Ib., 413
[4] Ib., 412

do direito comum, mas mesmo pela lei mental, que não excluia o filho segundo da sucessão dos bens da corôa senão quando o filho mais velho os houvesse possuido, caso diferente do exposto, pois que o irmão Gaspar d'Utra tinha falecido antes de obter a posse da capitania.

De mais, referindo-se a lei mental sómente às doações concedidas pelos reis dos bens da corôa, como aplicá-la nêste caso, em que a mercê fôra de terras pertencentes ao mestrado de Cristo, e feita pelo infante D. Fernando, que não era rei? E mais: nunca semelhante lei podia regular esta doação, que não fôra gratuita, mas sim «feita per via de contracto honeroso por ho dito Joos Dutra deixar sua terra e natureza e vir a viver e povoar huas ilhas desertas e convocar e trazer pera isso seus parentes com suas familias e se obrigar a perpetuamente viver e residir nellas...» [1]

Terminava Maria Vicente o seu libelo pedindo a devida pronúncia, por nula e subrepticia a doação a D. Álvaro de Castro, e que lhe fôsse restituida a posse dos bens em questão com todos os frutos, novidades e rendimentos desde o tempo da indevida ocupação.[2]

Álvaro de Castro não contraditou. Desinteressado da questão, talvez já pensando na renúncia da capitania, que de facto fez em 6 de agosto de 1559, [2] deixou o negócio à reveria.

Frutuoso explica a renúncia, fazendo-a resultante do pedido que Gaspar d'Utra dirigiu a Álvaro de Castro. Andando na demanda, topou-se com êste, e lhe rogou que não impedisse o litigio, porque el-rei lhe podia dar outras melhores mercês; bem via que êle, Gaspar d'Utra, era moço, e que tudo aquilo fôra de seus pai e avós. Moveu-se das razões o bom fidalgo, e assim largou a capitania. [3]

É muito possivel. Até assim se explica o mutismo como parte no processo.

O procurador da corôa alegou no seu articulado que Manuel d'Utra

---

[1] *Arch. dos Açores*, III, 410

[2] Idem, IV, 222

[3] «... veo a Lx.ª Gaspar Corterreal f.º do dito M.el Dutra e M.el Vicente a requerer sua justiça sobre ella; andando nisso se vio com o d.º D. Alvaro e lhe disse q. olhasse q. era elle moço e q. aquillo fora de seu pae e avos, q. lhe pedia o não impedisse pois Elrei lhe podia dar outras couzas mt.º maiores, e melhores: o q. vendo D. Alvaro como era misericordioso e bom fidalgo movido da razão do moço se foi a Elrei e lhe contou o caso dizendo q. não queria a tal capitania q. a havia por por renunciada, etc.» — *Saudades da terra*, liv. IV, cap. 38 (cópia J. Torres).

Côrte Real não tinha sido casado com Maria Vicente, mas sim na vila de Santarem, haveria quatro anos, com D. Angela de Menezes, e que sempre fôra tido e havido por solteiro, e assim sempre o déra a entender, até áquela data. E com sua mordacidade legista, acrescentava que a mesma Maria Vicente fôra apenas creada de Manuel d'Utra, ocupando-se sempre nos serviços de cosinha, «sem nunca trazer vestidos de mulher de escudeiro.» Provindo ela de origem assim humilde, de pai que nunca tivera na terra oficio de honra, por ventura se admitia que homem tão fidalgo como Manuel d'Utra casasse com mulher de condição tão baixa e pobre como Maria Vicente?

O procurador, Jerónimo Pereira de Sá, aduzia bem os seus artigos, com malicia e miudeza. Era um ferrenho servidor da Corôa; parecia até inimigo de Jerónimo d'Utra. Entretanto, para os argumentos terem pêso irrefutável, apenas lhes faltava uma coisa: a verdade. Sómente não mentia quando disse ter Manuel d'Utra Côrte Real casado com D. Angela de Menezes; mas devia ter acrescentado que o desditoso, ou antes incauto, caindo nas malhas duma intriga engenhosa, fôra a tanto compelido — a êsse acto de bigamia — mais ou menos violentamente, *por temor da autoridade rial*.

Na realidade era custoso de admitir que êle se tivesse sujeitado a semelhante consórcio, pertencendo-lhe Maria Vicente, segundo dizia, á face da igreja. Nas instancias oficiais o casamento verdadeiro e comprovado era o de D. Angela de Menezes. E como dessa ligação não ficasse filho nem filha, por isso tinha sido doada a capitania ao referido D. Alvaro de Castro.

Jerónimo d'Utra, na sua réplica, contraditou facilmente as falsidades tendenciosas do procurador da corôa. Demonstrou que o casamento do pai com D. Angela era *irito*, porque fôra *violento*, e porque o acto em si já representava uma ilegalidade, e muito embora de facto realizado, jamais poderia invalidar o primeiro com Maria Vicente. Demonstrou que o pai de Maria Vicente era dos primeiros homens da sua terra, tanto na governança, como em haveres, e assaz estremoso e pródigo com a filha, única que tinha. Demonstrou que a mãe nunca fôra serva de Manuel d'Utra, conforme dizia o procurador, mas sim ao contrário, porque sempre tivera escravos que a serviam e em quem mandava, e que mais senhora era ela da fazenda de Manuel d'Utra, do que a própria mãe dêste, a capitoa passada. Mais declarou que, por morte do avó, seu pai dissera a Maria Vicente que tomasse conta da casa, como com efeito tomou, e ainda possuia, e toda a fazenda administrativa desde que Manuel d'Utra tinha ido a Lisboa para confirmação da capitania.

Veio ainda o procurador da corôa com um novo artigo, asseguraudo que Gaspar d'Utra, irmão do autor havia casado em Lisboa e tivéra dêsse consórcio uma filha, e que sómente a êle pertencia o direito (se o tivesse) á posse da capitania, e não a êle autor, que, por ser mais mo-

ço, ficára de todo excluído. O homem chicanava, e de bem má fé, ou então não leu, ou, se leu, não entendeu as cartas de doação acostadas ao volumoso processo.

Treplicou Jerónimo d'Utra. Segundo a letra expressa da doação daquelas capitanias, nelas sómente podiam suceder filhos varões ligitimos; portanto, embora do irmão tivesse ficado uma filha ligitima, esta jamais podia entrar na sucessão, nem tolher o direito dêle, autor, que era descêndente lidimo, e varão, pela linha masculina dos capitães a quem se fizera a doação daquelas ilhas.

Mas o processo protelava-se indifinidamente. Maria Vicente desanimava. Que valia uma quási desconhecida mulher contra as surdas e potentes influências palacianas? Convencida da inutilidade dos seus esfôrços, regressou ao Faial, para a modéstia e socêgo do seu lar.

Só muitos anos depois é que o processo teve sentença dada em Lisboa, aos 6 de setembro de 1571. Mas tanto argumentar, tanto labutar, para afinal ser desfavorável! Foi a capitania considerada devoluta e encorporada nos bens da corôa.

Pouco depois voltava da Índia D. Francisco Mascarenhas, que praticara notáveis feitos na defesa da cidade de Chaul. Querendo D. Sebastião premiar êste leal servidor, por êsses tão honrosos cometimentos para o nome português, fez-lhe doação das capitanias e jurisdições das ilhas do Faial e Pico, por carta passada na cidade de Evora, em 10 de março de 1573. [1]

Correram os anos e a scena mudou. Entraram os Filipes em Portugal. Á politica castelhana se inclinavam mais ou menos ou Utras, e com certa razão. Da dinastia extinta só tinham recebido desatenções, danos. Depois era de esperar simpatia ou conluio, por afinidade de parentesco, do famoso ministro, governador do reino, D. Cristovam de Moura, casado com Margarida Côrte Real, herdeira da donataria das ilhas Terceira e São Jorge, prima em terceira grau, dele Jerónimo d' Utra, pelo lado da avó materna.

Jerónimo d'Utra, achando o vento de feição, pegou em si e poz-se em Lisboa a requerer alvará de revista ao famoso processo. Desta vez a solução foi mais pronta.

Ajuntaram-se onze letrados desembargadores; e tão debatida foi a causa, e tanto contendiam, por um lado a justiça, por outro a teimosia,

[1] *Archivo dos Açores*, IV, 225 a 228

que se dividiram as opiniões igualmente, sendo o doutor Manuel Francisco do Tronquo, grande e consumado letrado, no dizer de Frutuoso, que desempatou a favor de Jorge d'Utra. [1]

Sucedeu isto em dezembro de 1581. A 15 de junho de 1582 obtinha emfim Jerónimo d'Utra a respectiva carta de confirmação. [2]

Foi por êste tempo, estando em Lisboa, que realizou o seu casamento. A consorte era filha de Francisco Figueira d'Azevedo e de sua mulher D. Izabel de Abreu, irmã de António de Abreu, o grande amigo de Camões. [3]

Casado, e por virtude dos largos anos de contenda para reivindicação da capitania, afeiçoado à vida da côrte, já não pensava em regressar à sua terra. Mas não pensavam assim os administrados, que reclamaram, pela voz das vereações, a sua presença. Em 1586, quatro anos após de empossado, a câmara das Lages do Pico escreve ao soberano para que fizesse mercê de mandar Jerónimo d'Utra «cumprir com as obrigações do seu cargo» e residir nas ilhas donde era capitão. [4] Pois não veio; isto é, veio, mas só muitos anos depois, em 1600, é que cá tornou a pôr os pés.

Falecendo Jerónimo d'Utra sem sucessão por linha varonil, e porque, segundo o teor das cartas de doação aos Utras, como vimos, as mulheres não podiam suceder nas capitanias e donatarias, o rei dispoz livremente da capitania do Faial e Pico, por alvará passado em Madrid a 27 de outubro de 1614, [5] a favor do conde de Lumiares, segundo marquês de Castelo Rodrigo, D. Manuel de Moura Côrte Real, filho do aludido e poderoso sequaz de D. Filipe, D. Cristovam de Moura, portanto ainda parente de Jerónimo d'Utra Côrte Real.

---

[1] «... com Alvará de revista se ajuntarão onze letrados Dezembargadores e tendo 5 de hũa p.te contra elle e 5 por elle (seg.do dizem) ficava hũ M.el F.o do Tronquo Doutor em leis gr.de e consumado Letrado, o qual deu sua voz por o dito Jeronimo Dutra Corterreal dizendo ter justiça por seu irmão Gaspar Dutra nunqua haver o Morgado nem haver sido cap.am e soin.te fazer demanda e quando sahio a sen.ça já era fallecido e nunqua tomou posse de Capitania....» — *Saudades da terra*, liv. VI, cap. 38.º (cópia J. Torres)

[2] *Arch. dos Açores*, IV, 228

[3] F. Serpa, *O Instituto* (nota) vol. 65.º, 614

[4] Carta da câmara das Lages (Pico) a D. Filipe, em 30-6-1586. Em Ferreira de Serpa, *Dois inéditos, etc.*, 216

[5] *Arch. dos Açores*, IV, 229

Jerónimo d'Utra teve o fôro de moço fidalgo nos mesmos termos e como o seu bisavô Jorge d'Utra. [1]

14) Luís d'Utra Côrte Real ◆ (§ 1.º, n.º 6) ◇ Prestou, como militar, serviços a Portugal, principalmente na India, onde morreu. Teve filhos, mas todos faleciclos antes dêle.

15) Gaspar d'Utra Côrte Real (§ 1.º, n.º 7) ◇ Conforme ha pouco deixei dito, intentou demanda contra a corôa para haver a donataria do Faial e Pico, que, por morte do pai, julgada devoluta, o rei tinha doado a D. Alvaro de Castro, filho mais velho do famoso vice-rei da India, D. João de Castro. Não chegou a ter posse da capitania por falecer durante o seguimento da demanda.

16) Balduino d'Utra ◆ ◆ ◆ (§ 2.º, n.º 1) ◇ Próximo parente do primeiro donatário Jorge d'Utra, constando ter sido um dos que com êle veio para o Faial. Fr. Diogo das Chagas diz que era irmão: mas equivocou-se, porque êsse Balduino, irmão de Jorge d'Utra, ficou em Bruges, onde foi senhor, por sucessão, do senhorio paterno de Haeghenbroue. [2]

17) Cristina d'Utra ◆ ◆ ◆ (§ 2.º, n.º 2) ◇ O marido, António Cornelos, era de origem flamenga, naturalmente companheiro do primeiro donatário Jorge d'Utra. Os dois fundaram a capela de Bom Jesus na primitiva igreja da Conceição, na Horta.

18) Francisco d'Utra de Quadros (§ 2.º, n.º 3) ◇ Aqui teem um faialense dos velhos tempos, que muito se assinala e impõe ao reconhecimento das gerações. É bom que falemos dele um tanto largamente, porque é figura de bem ressuscitar na memória dos conterrâneos.

Foi rico e poderoso: — rico e poderoso, mas não um fútil. Teve

---

[1] *Arch. dos Açores*, I, 175

[2] Ferreira Serpa, *O Instituto* (nota) vol. 66.º, 362

nas suas mãos o mando maior que nestes arredados domínios de além-mar se exercia por bem da Corôa, recebendo sempre, daqueles que o rodeavam, respeitosa vênia. Moeda, amealhou-a à farta. Os graneis e tulhas enchiam-se-lhe de grão em cada colheita. As terras de semeadura, contava-as aos moios por toda a redondeza da ilha, quer feitas courelas, visinhas dos matos, quer em chãs largas, na Feteira, a entestarem com as barrocas do mar.

O exímio açoreanista sr. Ferreira de Serpa, num ligeiro esbôço biográfico, [1] que vou seguir nesta notícia, faz notar a singular circunstância de ter Francisco d'Ultra de Quadros assistido, na idade de treze anos, ao saque e conquista da sua ilha pelos espanhois, já senhores da Terceira, e de haver presenceado, daí a curto período, outras invasões não menos brutais que praticaram os franceses desligados do Prior do Crato, depois os ingleses, primeiro sob o comando do conde Cumberland, em seguida debaixo das ordens do conde Essex.

Novo era; mas os sobresaltos e ruínas, as lutas, malquerenças, ambições, que tumultuaram ante a análise juvenil do seu olhar, nem pelos cuidados, nem com o decorrer do tempo, se diminuiram. Pelo contrário, serviu-lhe a memória de tudo isso para valorisar futuras mercês.

Igualmente se torna curioso o facto pouco comum de ter êle alcançado o domínio de seis reinados em Portugal: o de D. Sebastião, o do cardeal D. Henrique, o dos três Filipes, e o de D. João IV.

Segundo documento coevo, Francisco d'Ultra de Quadros já era capitão-mór na ilha do Faial em 1612. [2]

É um documento precioso, êsse. Por êle, e considerando já os serviços de Francisco d'Ultra de Quadros, e os de Jerónimo d'Ultra Côrte Real, seu primo, e os de Gregório d'Ultra, seu pai, que sofreu graves danos em consequência da sua afeição ao govêrno de Castela, el-rei lhe mandou satisfazer por uma só vez a quantia de 1:000 cruzados, mercê, de resto, concedida havia já largo tempo numa portaria datada de 15 de março de 1610. E fazia-se essa dádiva, que andava remissa nos erários da corôa, sob pretexto de auxiliar a reedificação das «casas que lhe queimaram os inimigos.»

O mais curioso, porém, de tal documento está na evidente revelação que faz da parcialidade política em que certamente por solidarieda-

---

[1] *Correio de Lisboa*, n.º 13, de 3-10-1906

[2] Em Ferreira de Serpa, *Trab. cit.* Também inserto no meu opúsculo *Francisco d'Ultra de Quadros*

de de família, todos os Utras militaram. E tinham razão, devemos concordar. Da dinastia extinta os últimos donatários só haviam recebido desafecto, senão agravos. Despeitados, pois, e zelando os seus interesses, era natural inclinarem-se a favor dos Filipes, que souberam pesar-lhes as queixas, fazendo-lhes pronta e completa justiça.

Por volta de 1611 achava-se Francisco d'Utra de Quadros em Lisboa solucionando importantes negócios de espécie financeira, que muito lhe avolumaram a fortuna. Foi provàvelmente nesta ocasião que desencravou da engrenagem oficial aquela graça régia de 1:000 cruzados caída em esquecimento.

Uma sua parente, Luiza d'Utra Côrte Real, residente em Coimbra, filha de Gaspar d'Utra Côrte Real (Vide § 1.º, n.º 5) por escritura de 10 de janeiro do dito ano de 1611, doou-lhe os bens que herdara dos seus maiores, em troca duma renda vitalícia, que depois foi diminuida pela letra de outra escritura datada de 17 de dezembro de 1624, quando êle efectuou o seu consórcio com Izabel da Silveira. Celebrando ao mesmo tempo outro contrato com Pedro Coelho da Silva, tutor dos filhos menores, e viuvo de Luiza Coutinho d'Utra ~~Côrte Real, prima coirma~~ daquel'outra Luiza d'Utra, ficou por fim Francisco d'Utra dos Quadros senhor da opulenta casa dos Utras.

Somando isto com a fortuna pessoal, fácilmente compreendemos como se tornaram avultados os seus haveres. Só essa parte dos bens dos donatários, segundo avaliação feita em 1647, representava uma cifra de 30:613$070 [1] — coisa muito acima dum milhar de contos, pelo cômputo actual.

Auferia ainda a gorda tença de 400$000 reis, como prémio dos seus *muitos serviços*; — «e por confiar delle que em tudo o de que o encarregar procederá com satisfação» — el-rei transferiu-o no cargo de capitão-mor para Angra, por carta de 9 de julho de 1626. [2]

Era cavaleiro professo da ordem de Cristo, e nesta qualidade, com os distintivos da ordem — terçado, ~~esporas prateadas, e barrete~~ vermelho na cabeça — desejou ser enterrado. [3]

---

[1] Ferreira de Serpa, *Trab. cit.*

[2] Ib.

[3] «Mando que o meu corpo seja sepultado no habito do Seraphico Padre S. Francisco, e o meu manto branco da minha Religião por riba, com meu terçado e esporas prateadas, tudo que tenho para isso, e um barrete vermelho na cabeça, como é uso enterrarem-se os cavalleiros das ordens militares do meu habito...» (testamento — Idem

Espírito observador e prático (basta a casual leitura do seu testamento para nos *induzir a esta* opinião) uma vez em Angra, saltou-lhe aos olhos o benefício relevante que prestava ao público a Companhia de Jesus com o seu colégio. — por coincidência ali estabelecido no ano do seu nascimento, em 1570. Um e outro contavam 56 anos: bem podiam mostrar, um quanto valia, outro o seu já sazonado critério.

Francisco d'Utra de Quadros pensou largamente, sem dúvida, no modo de poder dotar a sua terra, à semelhança de Angra, com um dêsses tão invejados e prestantes colégios da Companhia. Eram os jesuítas, porque tinham o ensino superior convenientemente organisado, quem melhor o sabia ministrar. Possuir, portanto, um dos seus estabelecimentos de instrução constituia, naquela época, para qualquer localidade, um dos mais notáveis, senão um dos mais honrosos, seguramente um dos mais úteis melhoramentos. O Faial tomaria vulto — orgulhar-se-hia.

Mas era preciso dinheiro. Embaraçoso problema... Entretanto a ideia persistia, seduzindo.

Sucede que, neste meio termo, aparece por acaso no Faial um notável ornamento da Companhia de Jesus — o *padre Luís Lopes*, homem de grande virtude, de sólida erudição.

Foi em 1636. Vinha de Lisboa investido nas funções de primeiro reitor e para a abertura do colégio de Ponta Delgada, cuja fundação pedida desde 1571, aceite em 1591, só naquele ano se concluiu. Um violento temporal, acossando-o já no fim da viagem, impeliu o navio até ao Faial, onde parece que o destino o solicitava também. No Faial se demorou quarenta dias em exercícios do seu mister, especialmente neste ou naquele templo doutrinando.

É fácil de compreender que Francisco d'Utra de Quadros se relacionasse com êle logo no primeiro instante, e lhe comunicasse o seu embrionário pensamento, que frutificou sob a palavra incisiva do hospede, e que êste logo transmitiu aos Superiores. Mas por emquanto nada se efectuou. Seria deminuta a dotação que Francisco de Quadros oferecia?

O facto é que, só anos depois, após devotadas instâncias de Francisco d'Utra de Quadros e consorte, tendo acabado o seu reitorado em São Miguel, e estando já no continente, foi o padre Luís Lopes enviado de visitador às ilhas, e então com poderes para aceitar a fundação do colégio do Faial. [1]

---

[1] «Navegando para as Ilhas Terceiras para ser Reitor no Collegio da Ilha de S. Miguel, obrigado de uma cruel tempestade, ou mais por disposição divina, foi le-

Outros patrícios colaboraram com Francisco d'Utra de Quadros, fazendo tambem importantes doações, como foi, por exemplo, o padre jesuita, faialense distinto, Carlos da Silveira. [1]

Não viu Francisco de Quadros, em vida, realizado o seu ideal, porque só no decorrer de 1652 é que o colégio começou a funcionar. Foi isso, por acaso, um acontecimento de gala. Com regosijo geral, ao som de instrumentos músicos e de salvas de artilharia, acolheram os faialenses os primeiros padres que vieram dirigi-lo. [2] Está a desenhar-se-me na imaginação a ufania que naquele momento iluminava os habitantes da Horta.

É de supor que o colégio começasse a funcionar nas casas do solar dos Utras, que faziam parte dos bens doados à Companhia, emquanto não houvesse edifício próprio, que só muitos anos depois, segundo consta, foi iniciado. A construção desse edifício e seu templo — a grandiosa fábrica que hoje aí se admira e que é ampliação de outra primitivamente mais modesta — principiou em 1680, quando a Ordem já habilitada com avultados rendimentos, por via de outras doações, se julgou na altura de executar o seu vasto plano. Para dirigir os trabalhos vieram de Angra os padres Manuel Fernandes e Pedro Lourenço Rebelo. Uma provisão régia dada em 1678, permitiu a importação livre de todo o material que, para êsse fim, fôsse necessário importar. Alguem calculou ter atingido 400 contos a despesa da construção. Eu ainda acho

vado á ilha do Fayal onde esteve quarenta dias até se embarcar outra vez para a Ilha de S. Miguel: no tempo que esteve no Fayal se occupou todo em exercitar os ministerios da Companhia, confessando, prégando, fazendo doutrinas. Não se pode explicar em poucas palavras o fructo que alli fez, e a devoção que cobraram todos á Companhia. Entre outros especialmente o sr. Francisco Dutra de Quadros, e sua molher, a Sr.ª D. Izabel da Silveira, os quaes determinaram fundar alli um Collegio á Companhia, communicarão estes intentos ao Padre Luiz Lopes, o qual louvando a sua piedade escreveu aos Superiores os desejos d'estes nobres Insulanos: depois se tornou a embarcar para a Ilha de S. Miguel. Com a partida do P. Luiz Lopes não se esfriarão os santos desejos daquelles dois nobres casados: instaram com os Superiores da Companhia, os quaes finalmente annindo a petição tão pia, estando já o padre Luiz Lopes no Reino, o elegeram por Visitador das Ilhas, com poderes de aceitar a fundação que se offerecia na Ilha do Fayal: fazendo a sua navegação, e chegando aquella Ilha, aonde foi recebido com geral contentamento de todos, especialmente dos novos fundadores, se acceitou a fundação do Collegio, que alli temos....» — Antonio Franco, *Imagem da virtude em o noviciado de Evora* (Lisboa, 1714) pag. 494

[1] Vide nota (11) tit. *Silveiras*

[2] «... em 1652 no Fayal com regozijo universal ao som de instrumentos musicos e salvas de artilharia receberam os fundadores....» (os primeiros padres que tomaram conta do colégio) — F. Rogrigues, *A formação intellectual do jesuita*

pouco. Quanto seria hoje? Essa obra majestosa e rica ficou, porêm, incompleta devido á extinção da Companhia de Jesus em Portugal. [1]

Por sua morte, Francisco d'Utra de Quadros e Izabel da Silveira, asseguraram ao colégio a dotação conveniente, legando-lhe farta maquia. Os fundos para a construção engrossaram. Foi assim, por virtude do testamento começado em 1644, e concluido em 8 de junho de 1648, que a Companhia de Jesus no Faial ficou sendo um dos melhores herdeiros dos seus valiosos e muitos bens. Entre os bens doados figurava o solar dos Utras, que na nota (7) da presente titulo deixei descrito, e que era exactamente no sitio onde os jesuitas ergueram o seu colégio e igreja.

Mas a excelência do acto não se reduz sómente á importância do legado. A sua vontade alçou-se a outro intento; foi grande, foi fecunda. Em uma verba do mesmo testamento êle concretisou-a, esclareceu-a, determinou-lhe o fim nestes precisos termos: «... e por ficar em beneficio e utilidade dos moradores desta Ilha, os ditos padres serão obrigados a ter 2 cadeiras: uma de latim, e outra de casos.»

Estas simples e poucas palavras traduzem claramente a figura moral daquele que as ditou; delinem, sem dubiez, a orientação do seu pensamento, o quilate da sua acção, que lhe doira o nome, como vêdes, nas páginas iniciais da crónica faialense.

Quem ha hoje aí, de nós outros entoxicados de egoismo, capaz duma tão benemérita afirmação pessoal em favor da comunidade — a bem da sua terra?

A êle, pois, devemos êsse edificio majestoso, o monumento de nossa envaidecida estima, que mais valorisa a minúscula cidade da Horta. Porque é um monumento de admirar. Embora de mui sóbria fantasia arquitectónica, surpreende todavia pela opulência da sua fábrica — o templo, especialmente, pelas riquezas que encerra em alfaias e obras de arte, desde os doceis dos púlpitos aos maravilhosos retábulos em talha levantada, dum valor incalculável, imponentes como os dos altares mor e de S. Paulo, mimosos como os dos pequenos altares no tran-

[1] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, I, 130 a 132

Saíram os jesuitas do Faial em 1 de agosto de 1760. Eram ao todo onze. Das duas para as três horas da noite, foram aguardados na portaria pelo capitão-mor Tomás Francisco Brum, pelo juiz ordinario Antonio Soares de Evora, que fizeram conduzi-los com toda a solenidade a bordo da nau *Nossa Senhora da Natividade*, entregando-os ao conde de São Vicente, Manuel Carlos da Cunha. — *Archivo dos Açores*, I, 388

septo; desde os gradeamentos de colunas torcidas, os pesados gavetões da sacristia, as colunas de fuste inteiro, em pedra, sustentando o côro, os preciosos azulejos da capela-mor, que nos contam trechos da vida de Santo Inácio de Loiola, passagens das missões de S. Francisco de Borja, é que Mark Twaine, na sua passagem pelo Faial, admirando-os, não os soube interpretar, até àquela capela artística da Boa-Morte, toda, de cima a baixo, panos murais e retábulo, em formosa talha dourada, com o seu tecto de florões, com as suas duas grandes telas pintadas talvez por algum discípulo da escola naturalista italiana, e talvez inspiradas na *Descida ao túmulo* de Ticiano, ou na *Morte da Virgem* de Caravage, com o encantador grupo da Ascenção, ao fundo, obra rara da escultura sacra, suavisando a penumbra do recinto com o êxtase místico das suas linhas e a graça alada dos querubins...

E porque tal património, tanta riqueza, ficou *em benefício e utilidade dos moradores desta ilha* — dos antepassados que escutaram as sólidas lições no colégio da Companhia, das gerações vindouras, logrando aquele templo magnífico, e tomando conta das vastas dependências, onde para sempre, e fartamente, de norte a sul, se acomodaram muitas repartições públicas — quál o gesto agradecido que aí, por acaso, já se esboçou em homenagem à quem foi origem de tamanha honra, de tanto proveito?

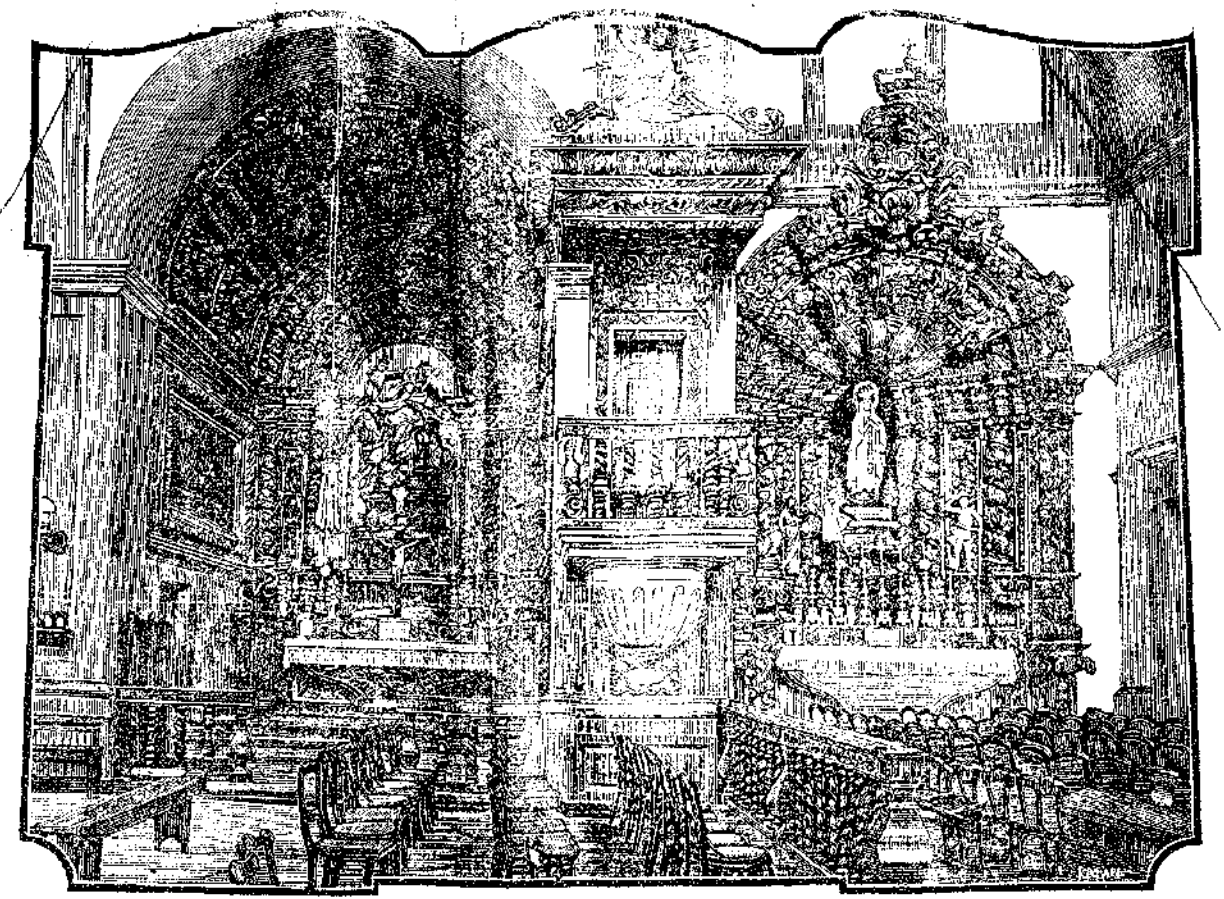
Homenagem... Até se me confrange a pena, não sei se mais de mágoa, se de pudor, no esfôrço da resposta. Se a maioria nem talvez o nome lhe conhece!

E no entanto, em troca de tão copiosa liberalidade, êle quási nada pediu. Quiz apenas que as suas cinzas fôssem por fim dormir sob as arcarias daquele templo, quando concluido, que era obra sua, sob essas arcarias majestosas, firmes como rochedos, para assim ficar na inabalável paz das coisas santas — o que do seu corpo restava unido de nôvo e para sempre á essência do seu pensamento... [1]

Nada disso se fez. A igreja fez-se, sim, e lá lhe construiram o túmulo, conforme determinou; mas — pregunto eu sem atinar com a incógnita — qual a razão porque nunca lhe transferiram para alí os ossos em obediência á sua vontade? Era tão simples, tão fácil.

---

[1] «... da banda do Evangelho (falava da capela-mor) farão um tumulo com um archete metido na parede onde guardarão os ossos delle testador e de sua molher, que se irão buscar á ermida de Nossa Senhora do Livramento.» — Ferreira de Serpa, *Trab. cit.*



Altar de S. Paulo, um dos púlpitos, altar da Bôa-Morte (Igreja Matriz)

O túmulo já não existe. Destruiram-o! Foi para arrumar ali as cadeiras corais trazidas da Matriz velha. Porque elas impediam o trânsito pela porta própria da capela, em vez de estudarem outra maneira de colocá-las, decidiram um belo dia rasgar nova passagem de serviço para a sacristia, e, sem mais tir-te nem guar-te, investiram direitos ao túmulo, armados de pé-de-cabra e picareta, numa pericia vandálica, a demoli-lo.

Houve quem se insurgiu contra aquela arremetida: — Luis Teles de Barcelos, espirito culto, duma rara intuição afectiva, compreendendo que a nenhum adventicio cabe o privilégio de pôr e dispôr a seu livre arbitrio daquilo que não é dêle, nem de ninguem, porque é de todos, transmitido de geração a geração. Bramou pela imprensa, reclamou a letra austera da lei para enfeirar o caso — e parece que os responsáveis chegaram a ter qualquer arripio do miolo que os estarreceu; mas afinal, triunfou a inconsciência, que sempre tem sido, por toda a parte, em todos os tempos, atributo de magno empêço.

A lista das tropelias não fica por aqui. Uma das principais, e mais antiga, foi arrasar a capela, cujo retábulo, segundo ha memória, era obra de especial lavor, condizente à do seu parceiro da Boa-Morte, para aquela horrenda construção do coreto com o orgão. Outra tambem de bradar aos céus, verdadeira selvajaria, cifrou-se na destruição do fundo dum dos pequenos altares do transepto — delicadissimo trabalho de talha meuda, arrendada como filigrana de oiro, que não sei de dinheiro que a pagasse — para exporem uma imagem nova, imprópria de ser metida ali, porque para ali não fôra feita.

E tudo isto modernamente, já nestes nossos inchados séculos de ~~sagacidade~~ e progresso!

Mas estavamos falando do túmulo.

Quiz Francisco d'Utra de Quadros que nêle esculpissem as suas armas: lá estavam. Pediu tambem que encimassem com elas o arco da capela-mor, ignoro se abertas na pedra, se em escudo sôlto; mas tal cláusula não cumpriram. Da mesma sorte estipulou que fôssem colocadas sôbre a porta principal da igreja, condição aliás simples, porêm mal satisfeita, ou talvez sofismada, pois vemo-las, não no sitio apontado, mas no edificio anexo, ornando a portada que hoje dá entrada para a câmara municipal. [1]

---

[1] Eram as suas armas: — sôbre a cruz da ordem de Cristo, um escudo ao campo azul com três besantes de oiro postos em roquete, carregados cada um de três pontos negros em contra-roquete; elmo fechado; por timbre um açor.

A
ESTA S. DESTE
MEIO HE Ð FR^co
ÐE VTR Ð CO
ADROS CAVA
LR^o D ORDEM
D XPÕ CAPI
TAÕ Q FOI
DA CAPITANIA
DANGRA E Ð SVA
MVLHER DONA
IZABEL DA SIL
V^RA FVDAIORES
DESTA IGREIA
KIRIE ELESSOM
A QVEM ESTE
VER E LER PEDEM
PELO AMOR DE
DEV LHE BOTE
AGOA BENTA

Inscrição no arco da capela do Livramento (lado do Evangelho).

Francisco d'Utra de Quadros e sua mulher Izabel da Silveira, foram sepultados em campa própria, na ermida de Nossa Senhora do Livramento, por êles instituida, dotada e edificada. Um asilo provisório, até se erguer e abobadar o templo dos padres da Companhia de Jesus.

Um asilo provisório, que afinal parecia tornar-se perpétuo.

Era uma construção singela, escassa de riqueza e arte, a ermida.

Num alto da vila e voltada a nascente, namorando a montanha altiva do Pico, dominava toda a vastidão da baía, onde, de quando em quando, descançavam frotas enfastiadas dos seus longos roteiros — da baía segura e formosa, semelhante a um lago, nessas tardes bíblicas do verão em que o mar, imóvel, da côr do céu, se estende para o sul, numa linha longinqua de horisonte...

Era baixa, de vulgares dimensões. No frontispício, entre a janela a fingir de rosaça e a mesquinha portada, havia o escudo de armas dos instituidores.

Interiormente, nada de notável. Apenas nos chamava a atenção o pequeno retábulo do altar, em talha doirada, mas simples, de minguado preço. Media, o corpo principal, 10^m,80 de comprido por 4^m,85 de largura; a capela,

ESTA ERMIDA
DE N SENHORA
DO LIVRAMENTO
A EDIFICARAÕ
E MANDARAÕ
FAZER A SVA
CVST FR^CO DE
VTRA DE COA
DROS CAVALR^O
D ORDN D XPÕ
E SVA MOLHER
E A ORNARAÕ D
ORNAMENTOS
E CALIS E A DO
TARAÕ DE FA
BRICA NO ANO
D 1636

Inscrição no arco da capela do Livramento (lado da Epístola)

3m.75 × 2m,60. Na frente desta, e gravado em toda a volta do arco, lia-se aquele conhecido verso de inspiração divina: *Tota pulchra es Maria et macula originalis non est in te.* Nas faces interiores do mesmo arco, de cima a baixo, outras inscrições tambem abertas na pedra, em letra bem talhada, e cada qual encimada pela cruz da ordem de Cristo.

A propósito. Não sei em que época, houve um espirito córneo de caserna, criatura anónima, certamente esperneando por ali à sôlta, que teve a lembrança de sumir as citadas inscrições sob uma betumada de caliça. Não é fácil descortinar o motivo que ditou tal habilidade. Calculo, e não foi outra coisa, que o homem engulhava diante da letra redonda. Estiveram assim encobertas até que um dia mão inteligente (o ha pouco falecido oficial do govêrno civil, Francisco Rezendes de Melo, então amanuense do comando militar) dispensou a caridade de restitui-las à sua feição primitiva, para curiosidade do vulgo e nosso esclarecimento.

No solo, pegando com a entrada da capela, estava a sepultura de Francisco d'Ultra de Quadros e de sua mulher. Indicava-a um lageamento de pedra negra a circundar uma pequena lápide de granito, onde se via esculpido o brazão de armas dêle com esta inscrição por debaixo:

A S. DE FRANCISCO DVTRA E COADROS E E SVA MOLHER DONA ISABEL

A ermida, talvez por fazer parte do legado, ficou pertencendo à Companhia de Jesus; depois, em consequência da expulsão dos jesuitas, passou para os bens da corôa. Teve uma boa fábrica, que deu sempre para manter um capelão até ao ano de 1831, em que a capelania foi extinta. Possuia todos os ornamentos indispensaveis ao culto.

Cêrca de 1790, ou pouco depois, os larápios, valendo-se da calada da noite, e no socêgo do isolamento que a vedava, assaltaram-a e roubaram-lhe o cális, de certo para utilizar no fabrico de moeda falsa, que descarada e abundantemente se praticava em quási todas as ilhas. [1]

Junto da ermida existia uma modesta casa destinada a residência do capelão. Ampliada em 1779, nela se estabeleceu a aula de gramática latina e latinidade, que foi regida durante muitos anos pelo padre capelão António Garcia da Rosa Miranda. [2] Em 1805 acrescentou-a o Estado, dando-lhe acomodações melhores, de modo a servir de aquartelamento aos governadores militares; assim ficou tal como hoje se encontra — àparte as usuaes e diferentes obras de conservação e reparação. [3]

Um violento incêndio destruiu totalmente a ermida, em uma curta hora, na manhã de 5 de novembro de 1896. Como o fogo começou não se sabe bem. Julga-se ter sido dumas cortinas, que fechavam a bôca da capela, e que uma rajada, investindo pela porta aberta para ventilação, houvesse sacudido e lançado sobre a débil chamasinha da lampada. As chamas lamberam tudo, aquelas madeiras mais que resequidas, imagens e ornamentos, com uma voracidade veloz, deixando de pé apenas as paredes.

---

[1] «... a prata que o seu regular preço hera de 100 a 120 rs. chegou a comprar-se a 320 e a mais, diz se que chegou a pagar-se a 360 cada outava.... Chegou a tanto a desordem que não só furtarão hum castiçal de prata da capella mor do Carmo senão arrombarão a Igreja do Livramento e levarão o cális e pode escapar a patena supom-se por medo que tiveram no acto do roubo.» — Luís Peixoto de Lacerda e Silveira (contemporâneo dêsse facto) *Caderno de apontamentos*, m.. que possuo.

[2] Vide nota (11) in. *Garcias*

[3] Macedo, *Historia das quatro ilhas*, III, 34

Tudo não. Por acaso escaparam alguns utensílios do culto, que estavam, em virtude do seu valor, acautelados na secretaria do comando militar. [1]

Ninguem mais pensou no que fôra a devastada igrejinha. Sobre aquelas ruinas, onde começaram a despontar exuberantemente os lichens e as ervas comuns, caiu o mais denso esquecimento.

E todavia entre *aquelas insignificantes* paredes denegridas pelas chamas, sob aquele chão, onde se arrastaram tantos joelhos piedosos em mudos anceios da alma, e ora posto ao abandono, jaziam as cinzas de alguem que muito foi na terra do Faial — que muito e excepcionalmente a enriqueceu, muito a dignificou.

Mudou-se aquele *logar* de repouso num desconcêrto de ruinas. Então, quando mais urgente se tornava respeitar a memória dêsse homem, que não foi um vão, nem um intruso, nenhum gesto eficaz de carinho pelo passado se fez em seu favor, defendendo-lhe os restos — êsse nada, bem sei, o *pulvis es*, mas que era uma reliquia; naquele instante desolador, em que tudo ali ameaçava sumir-se na confusão da terra, ninguem houve, de bom coração ou de bom entendimento, que se désse ao ensejo, aliás bastante propicio, de lhe transferir os ossos para a solenidade do abrigo que tanto desejou, antes se viu apenas e sempre a mesma indiferença, vaga, incompreensivel.

Como esta terra, mais indolente, direi, do que mal regida, desconhece os seus melhores vultos — que alguns foram e notabilissimos!

Os anos decorreram...

Ao autor destas linhas invalidas doeu tamanho desamparo. Não bastava vêr profanado aquele solo; outro desconchavo maior era de crêr que mais tarde ou mais cedo sucedêsse. Podia ainda alguem, a quem pouco importasse os escrúpulos do passado, lembrar-se de desobstruir o local para uma rendosa estacada de feijões, dispersando nesse labor as cinzas dos que ha cêrca de trezentos anos, pediam a justiça de melhor asilo. Seria um crime.

---

[1] Eram: um cális de prata com o peso de 518 gr., uma corôa de prata com o peso de 640 gr., uma colherinha de prata com o peso de três gr., uma patena de prata com o peso de 119 gr., um resplendor de prata com o peso de 56 gr., três lampadas de prata, em mau estado, com o peso de 850 gr. Estes objectos foram depois cedidos á confraria da ermida de Santa Bárbara, conforme nota n.º 299, em 2-3-1909, da 4.ª repartição do ministério da guerra. O auto da entrega tem a data de 11 de agosto de 1908. — (*Arq. do com. militar, Horta*)

Antes que semelhante opróbio se consumasse, e para honra desta descuidada terra — por amor dêste desditoso cantinho, presa dos meus olhos — desaparelhado de qualquer auxílio, sem rogativas ou proveito a incitar, abalancei-me à tarefa grave de executar, nos seus inteiros termos, a cláusula imposta por Francisco d'Utra de Quadros, que os padres da Companhia de Jesus, primeiros interessados, não cumpriram, que os faialenses em constante usofruto — usofruindo o templo grandioso, as amplas construções anexas, os estudos outrora *ali* ministrados — esqueceram.

Para êste efeito dirigi ao ministério da guerra, em 24 de maio de 1917, uma petição conglobando as razões que venho de expor, e rogando licença para as pesquizas convenientes, e trasladação a que me propuz. Prontamente, em menos tempo do que a proverbial ronceirice burocrática me fazia supor, foi dado o deferimento pedido.

Das entidades eclesiástica e paroquial obtive todas as facilidades necessárias ao meu cometimento. Por outro lado facultou-me o sr. governador civil em alvará de 14 de novembro de 1917, nos termos do código, o preciso assentimento, que a rabulice oficial considerava indispensável para a exumação.

Uma série de formalidades que me fez soar o topete. Tudo por querer acautelar uns miseros restos mortais, com os quais, ha centenas de anos, nunca ninguem se importou! Sim, estava mesmo requerendo toda essa papelada o primeiro cavador que se lembrasse de ir ali, ao recinto da ermida, deligente e bronco, enregueirar a terra para a tal sementeira de feijões...

Escudado, pois, de concessões e de legalidades, procedi imediatamente ao meu propósito da trasladação. Foi um acto simples e breve, sem aparato, livre das solenidades oficiais, esquivando-se mesmo ao perigo daquela ironia fuzilada pelas vistas mercantis do grande público, em regra, alheio a estas mesquinharias de sentimento.

Minuciosamente relatada, encontra-se em documento próprio — no auto justificativo dessa cerimónia, que imprimi ha dois anos, como prova essencial às exigências dos futuros conterrâneos esgaravatadores. [1]

[1] Aos dezassete dias do mês de novembro de mil novecentos e dezassete, nesta cidade da Horta, ilha do Faial, e sôbre as ruinas da ermida do Livramento, propriedade do ministério da guerra, a qual foi totalmente destruida por um incêndio no dia cinco de novembro de mil oitocentos noventa e seis, se reuniram o respectivo comandante militar, major, senhor Manuel de Serpa Bulcão, o tenente de infan-

Lá estão, afinal, em socêgo e protegidas como era devido, as cinzas de Francisco d'Utra de Quadros e de sua mulher, Izabel da Silveira. Não acharam, para adquado descanço, o seu tumulo, porque a inconsequência dos tempos lho derrubu; mas, obedecendo tanto quanto possivel à sua vontade, deixei-as no sitio que êle doador nitidamente apontou — sob o archete da banda do evangelho, na capela-mor. E lá está, como reza o auto, a indispensável lápide commemorativa e elucidativa.

taria, senhor Tito Livio Raposo da Ponte, o segundo sargento, senhor Inácio Augusto Alves, o administrador do concelho, senhor Carlos Alberto da Silva Pinheiro, o sub-delegado de saude senhor João Pereira de Lacerda Forjaz, o reverendo ouvidor eclesiástico, senhor Manuel Augusto Xavier, o presidente da junta de paróquia desta freguesia Matriz, senhor Jaime Maria Soares de Melo, professor da escola normal, o reverendo vigario, senhor José Maria Martins, o reverendo senhor Manuel José d'Ávila, director do observatório meteorológico da Horta, o reverendo senhor José Osório Goulart, professor da escola normal, o reverendo senhor João Pereira da Silva, o oficial do registo civil senhor Francisco Rezende de Melo, e o terceiro oficial dos correios e telégrafos senhor Marcelino d'Almeida Lima, todos com o destino de se proceder á exumação das cinzas do capitão Francisco d'Utra de Quadros e de sua mulher D. Izabel da Silveira, instituidores e edificadores da referida ermida, e aos quais se deve tambem a edificação do Colégio e igreja dos jesuitas nesta então vila da Horta — toda essa majestosa fábrica, o templo onde se admiram muitas e inestimáveis preciosidades artisticas, as vastas dependências anexas, onde comodamente se instalaram e funcionam diversas repartições públicas — sendo sua bem expressa e derradeira vontade, que os seus ossos se trasladassem para a dita igreja do Colégio, logo que ela chegasse a termo de conclusão. Antes, porém, de se iniciarem os trabalhos da proposta exumação o senhor Marcelino d'Almeida Lima leu o consentimento que, em virtude dum seu requerimento dirigido ao excelentissimo senhor ministro da guerra lhe foi dado pela primeira repartição da Inspecção Geral das Fortificações e obras militares, em nota numero sete mil seiscentos vinte e sete, de treze de junho do corrente ano, endereçada ao inspector das mesmas obras nos Açores, e transmitido a êle interessado Marcelino d'Almeida Lima, pelo comando militar desta cidade, com officio datado do mês de agosto próximo passado; leu igualmente o sr. Marcelino d'Almeida Lima o alvará que passou o senhor governador civil dêste distrito no dia catorze do corrente mês, concedendo a licença, nestes casos imposta, para a exumação desejada. Em seguida, afastado alguni entulho que pejava o solo dentro do corpo da dita ermida, a entrada da capela, se descobriu, embutida no lageamento, uma lápide de mármore com um brazão de armas aberto em relêvo (sôbre a cruz de Cristo, um escudo com três besantes postos em roquete, elmo fechado, e por timbre um açor) tendo por debaixo gravada a seguinte inscrição: *A — S. de Francisco Dutra de Coudros e de Sua molher Dona Izabel.* Levantada essa lápide e lages circunjacemes, e procedendo-se á prévia escavação, foram encontrados, a um metro de profundidade, pouco mais ou menos, entre uma pequena camada de cal, dois esqueletos humanos, já consumidos em grande parte, recolhendo-se dêles apenas, ainda inteiros, um crâneo que parece de criatura masculina

Creio ter saldado uma dívida que, de ha séculos, como vêdes, impendia sôbre os nossos créditos. Fiz bem? Fiz mal?

Ninguem me encomendou o sermão, eu sei. Tambem, desde já o declaro, não reclamo nenhuma recompensa. A consciência, ela apenas, foi quem me transmitiu o incentivo, à guisa de procuração; bem ou mal, com ela é que me hei de entender.

Se o amigo Sá de Miranda nos estava a picar...

Quão mal nestes espaços
Dizem os fins cos começos!

Mas agora, depois dêsse incontestável ajuste histórico de contas, já não tem que rir-se de nós o mestre quinhentista.

19) Jorgina d'Utra ◆ ◆ ◆ ◇ (§ 3.°, n.° 1) Têem sido até hoje desencontradas as opiniões acêrca da filiação de Jorgina d'Utra. Dizem uns que é irmã de Jorge d'Utra, primeiro donatário, outros que é filha — e *filha* natural, acrescentam alguns. Infelizmente não temos nenhum elemento positivo a firmar qualquer das hipóteses. Entretanto a primeira é a mais

---

algumas falanges, um fémur, etc., e pequenos fragmentos de outro craneo e de outros ossos, o que tudo se guardou convenientemente num cofre de madeira preparado para êste efeito, o qual, acto continuo se conduziu para a igreja Matriz, conforme a determinação que atrás se diz e que êle Francisco d'Utra de Quadros, deixou consinada por êstes termos numa das suas verbas testamentárias: «... da banda do Evangelho farão um tumulo com um archete metido na parede onde se guardarão os ossos delle testador e de sua mulher, que se irão buscar á ermida de Nossa Senhora do Livramento.» Como, porém, êsse túmulo foi retirado do aludido logar no decurso de obras modernas, com o fim de romper uma porta de comunicação entre a sacristia e a capela-mor, se abriu então no muro, sob o mesmo archete, um nicho apropriado, onde repousará o referido cofre com as cinzas do capitão Francisco d'Utra de Quadros e de sua mulher Dona Izabel da Silveira, e em cujo sitio tambem hade ser colocada uma lápide comemorativa dêste acto. E para que de futuro, perante os espiritos investigadores, conste, devidamente documentada, esta romagem piedosa que realisámos no cumprimento dum dever civico, se lavrou o presente auto em duplicado, ficando um dos exemplares em poder do senhor comandante militar da Horta, e o outro na mão do senhor Marcelino d'Almeida Lima para qualquer uso que reconheca de utilidade histórica. — Manuel de Serpa Bulcão, tenente-coronel — Tito Livio Raposo da Ponte, tenente-ajudente — Inácio Augusto Alves, 2.° sargento d'infantaria — Carlos Alberto da Silva Pinheiro — João Pereira de Lacerda Forjaz — Manuel Augusto Xavier — Jaime Maria Soares de Melo — Vigario, José Maria Martins — Manuel José d'Avila — P.e José Osorio Goulart — P.e Joã o Pereira da Silva — Francisco Rezende de Melo — Marcelino d'Almeida Lima.

corrente e aceitável, mesmo a que melhor se harmonisa com a cronologia. Adopto essa até prova em contrário.

20) António d'Utra Nunes ◆ (§ 3.º, n.º 2) ◇ Foi ouvidor na ilha do Faial. A consorte descende de Gaspar Gonçalves Ribeira Seca, um dos principais povoadores da ilha Terceira, e descendente dos nobres senhores de Homem e Cávado, do continente. É pela linha da filha, Violante d'Utra, casada com Gaspar Gonçalves Bulcão, que procede o célebre militar terceirense, António de Figueiredo e Utra, cognominado *O terror dos arábios*, acêrca do qual a pena erudita do nosso patrício sr. Ferreira de Serpa traçou no *Instituto* (vol. 62.º) uma interessante monografia.

21) Jurgina d'Utra ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 4) ◇ Religiosa no monteiro de São João, sendo dotada pelos pais, quando da profissão, por escritura de 7 de janeiro de 1580, ficando a chamar-se Catarina do Espírito Santo. Foi abadessa no referido convento.

22) Estácio d'Utra Machado (§ 3.º, n.º 3) ◇ Personagem de grande destaque no Faial, tanto pela sua nobreza e fortuna, como em especial pelo seu carácter ponderado, sua ilustração, maneiras distintas e afáveis. Gaspar Frutuoso, que o conheceu, que talvez recebeu dêle obséquios ou atenções, cita-nos assás elogiosamente o seu nome. [1] Era sobretudo indivíduo de mui avisado proceder, que, nas águas perigosas da política daquele tempo, activa e sanguinária, soube passar incólume.

Historiemos.

Os Utras, particularmente os descendentes pela linha directa dos donatários, como já apontei, escassas razões possuiam para devotados servidores da dinastia extinta. Sem dúvida por solidariedade de família, ou talvez de interesses também, Estácio d'Utra e o irmão Gaspar seguiam mais ou menos, hàbilmente, nesta esteira.

Encontravam-se os dois de visita a seus parentes na Terceira. Cer-

---

[1] «... Estacio Dutra Machado home de tanto primor e de tão boa conversação q̃ não ha pessoa q̃ va aquella Ilha q̃ senão perca por elle m.to cortes, liberal, e m.to gracioso...» — *Saudades da terra*, liv. VI, cap. 38.º (cópia J. Torres)

to dia, quando menos se esperava, êle e alguns outros personagens de vulto, foram presos. Verdadeira surpresa para toda a gente. Presos porque? Como ninguem ha isento de inimigos, uma denúncia voara para Angra, mal caiu a geito. Pelo menos assim se justificou o déspota Manuel da Silva. De nada lhes serviu a sua elevada posição, protestarem a sua inocência, a sua fidelidade ao senhor D. António. Os arcabuzeiros nada disso compreendiam.

O tempo dilatava-se no silêncio do cárcere. Numa bela ocasião, porém, rangeram os ferrolhos da porta, e no limiar apareceu uma figura desconhecida, grave, mas sorridente. O visitante, um homem moço, trajando ricos veludos, avançou pausadamente, como uma aragem benévola. Todavia essa criatura tão serena, era, nem mais, nem menos, do que o famoso scelerado Amador Vieira, que tantos segrêdos colheu na sua rede de fingimentos, delatando depois para a tragédia do cadafalso um sem número de infelizes.

Começou suavemente. Nunca o tinham visto? Já lhes explicava tudo. Bem sabiam como êle viera com recados de Sua Majestade Católica para o sr. D. António desistir do vão intento de ascender à coroa portuguesa; tambem não ignoravam como o sr. conde o mandara, quási fazendo-o escravo, sob grandes ameaças de degolá-lo, se não quizesse submeter-se. Obedecera, é verdade; mas, no íntimo, a sua vontade discorria bem ao contrário. Porque el-rei D. Filipe era um mui poderoso senhor, que todos temiam; e não custava muito perceber que, dentro em pouco, seriam por êle todos os da ilha... Falava sem vacilar, com uma insinuante bondade de confissão...

Estácio d'Ulra e o irmão, que com êle nunca haviam trocado conversa, desconfiando de amizade tão descosida, logo entenderam toda a peçonha que aquelas palavras traziam.

— Pois para que nos vem vossa mercê cá persuadir a isso, a dois homens presos?...

Não se desconcertou o impostor. Era por muito respeito que os avisava. Prendera-os o sr. conde apenas movido de suspeitas, não porque tivesse culpas formadas contra êles. Assim lhe ouvira. Confiassem nêle; — sim, bastante contente ficaria se lhe desvendassem o oculto sentir dos seus peitos, para um dia, quando liberto, dar a el-rei D. Filipe rol dêles, e de muitos outros servidores fieis de Sua Majestade.

— Os nossos peitos — tornaram, sopeando um frémito de cólera — só Deus Nosso Senhor o sabe! Vossa mercê vem mal encaminhado; comnosco não tem nada que fazer nisso...

Se alguma coisa tivessem praticado em desabono do rei senhor D. António, nunca se meteriam na Terceira onde a justiça dêle imperava desimpedidamente. Nobres senhores, e da governança no Faial, lá se teriam deixado ficar, porque aí não havia quem os prendesse, an-

tes, pelo contrário, bastante poderosos eram para fazer entrega da ilha, se à grei do senhor D. Filipe por ventura pertencessem.

— Presos estamos: livrar-nos-hemos. O senhor conde fará justiça...

...mador Vieira compreendeu que fôra bater a má porta — que lhe haviam descortinado a artimanha. Humilhou-se. Pediu que o não descobrissem; e se foi de pronto com boa nota deles a Manuel da Silva.

Êste, sabedor do sucedido, e tambem porque já se murmurava de conservar os dois faialenses presos sem razão, mandou-os soltar, e com recado para subirem ao paço para uma breve prática. Recebeu-os muito cortezmente, com largos elogios e agradecimentos pelas suas provas de lealdade á causa que defendia, do senhor D. Antônio. Perdoassem o vexame que lhes causara; — mas se do Faial lhe chegara aviso de que, assás poderosos, e sobretudo parentes da mulher de D. Cristovão de Moura, neles estava entregarem a ilha aos castelhanos... El-rei, seu senhor, saberia recompensá-los. Pela sua parte, e em nome dele, já lhes fazia mercê do hábito de Cristo a cada um, com 100$000 reis de tença anualmente.

E Gaspar d'Utra e Estácio d'Utra ostentaram sempre ao peito, bem em evidência, sôbre os gibões de veludilho, a cruz da Ordem — verdadeiro escudo contra desconfianças malévolas — emquanto na ilha durou o tenebroso dominio do conde de Torres Vedras. [1]

Mas pouco tardou a mudança de scena. O govêrno de D. Filipe firmara garras nos Açores: — então nós os vemos encostados, sem rebuço, ao lado de Castela, prestando serviços, requerendo favores.

Gaspar Gonçalves d'Utra, por exemplo, que el-rei D. Sebastião ficera cavaleiro da sua casa, toma parte na expedição que D. Álvaro de Bazan, marquês de Santa Cruz, destacou para a conquista do Faial. Pretendia convencer os conterrâneos a uma submissão pacifica, sem efusão de sangue, e para isso associava-se ao patricio Gaspar Pereira Sarmento, bárbara e deslealmente trucidado, quando desembarcava a cumprir sua benigna missão. [2]

Estácio d'Utra foi o escolhido para o espinhoso encargo de impetrar junto do monarca a reconstrução das igrejas incendiadas polos ingleses nas suas invasões ao Faial.

---

[1] (Reelação das coisas, etc.) *Archivo dos Açores*, X, 30 e 32

[2] Vide nota (5) tit. *Pereiras*

Ora recordemos, que são fragmentos dos mais comovedores e lutuosos da crônica faialense, e que até hoje ainda nenhuma pena nossa os delineou.

A preponderância que se dava a Espanha nos negócios políticos da Europa, especialmente depois da ocupação de Portugal, despertava ódios e agressões. O *Demónio do meio dia*, na ambição, não só de alargar cada vez mais os seus domínios, mas de esmagar por toda a parte a heresia, constantemente excita os católicos ingleses a favor de Maria Stwart. Mas a cabeça desta infeliz destronada, após 19 anos de cativeiro, e para terminar dissensões, rola no cadafalso. Então Filipe II, como vingança, planeia atacar a Inglaterra, organizando a pomposamente denominada *armada invencível*, que em curtos instantes uma simples tempestade desbaratou no mar da Mancha. Abatida a soberania naval espanhola, a Inglaterra forma plano contra o inimigo, coordenando e ampliando o seu poderio marítimo. Voltou-se o feitiço contra o feiticeiro.

Em 1589 já andava ao corso nos Açores, à espreita dos navios da Índia, uma esquadra sob o comando do conde de Cumberland. Não se confrangiam, neste mister de rapinantes, os nobres lords e condes, súbditos de Sua Graciosa Majestade a rainha Izabel!

Mês de agosto a findar, e surge no porto da Horta, um dos navios do conde a requisitar mantimentos. Como inimigo o receberam: um tiro certeiro de artilharia varou o parlamentário que se dirigia a terra. Dai a dias então, ao anoitecer, entraram na baía treze naus bem artilhadas, e apreendem, e levam comsigo sete navios que estavam fundeados, entre êles uma nau da Índia com rico carregamento. De terra, nem mesmo da fortaleza, lhes puderam valer. Era negra a noite.

Pouco depois (20 de setembro) novamente aparecem os piratas em catorze naus, exigindo a entrega da fortaleza e alguns homens principais da terra para negociar resgate em troca de não ser queimada a vila. Entregar a fortaleza! Era de Sua Majestade; todos saberiam morrer para a defender. Resgate, de modo algum também, porque a terra era muito insignificante e pobre, sem dinheiro; mantimentos, sim, alguns lhes forneceriam, ainda que com sacrifício.

Decidiram os ingleses o ataque.

Desembarcaram 300 homens. Mal o inimigo investiu debandaram os poucos defensores que restavam. A fortaleza foi ocupada, incendiadas as suas casas, a sua artilharia roubada em parte, e parte lançada ao mar. Espalharam-se em seguida pela vila, ao saque. Isto durou uma semana. Por fim, para não queimarem as igrejas e toda a vila, reclamaram vinte mil cruzados; deram-lhes, porém, só dois mil — e com isto êles se contentaram, logo fazendo-se de vela.

Todavia ei-los outra vez dai a poucos dias (2 de outubro). Eram então já dezesete navios. Prometeu no entanto o conde que nenhum mal

ou afronta causaria, e assim cumpriu, ausentando-se por fim definitivamente. Vieira fazer aguada, que tomou a custo, debaixo de ruim tempo.

Outra agressão não menos brutal, sem dúvida mais ruinosa, foi essa praticada tambem pelos inglêses doze anos depois. Um seu historiador no-la conta, baseado no testemunho dos próprios chefes da expedição, mas puritanamente depurando-a de seu adjacente epilogo sedimentoso. [1]

Persistiam as hostilidades entre a Espanha e Gran Bretanha. As fôrças navais inglesas atingiam já superioridade. Em 1596 a cidade de Cadiz é de súbito tomada pela armada do conde de Essex, e por completo saqueada e deixada em ruinas. Filipe II pensa na desforra ; mas os inglêses anticipam-se, organizando uma nova frota ainda sob as ordens de Essex, que levava na qualidade de contra-almirante sir Walter Ralegh, o famoso capitão. O programa era atacar Ferrol.

Levantaram ferro de Plymouth a 19 de julho de 1597. Na baia da Biscaia, porém, sobreveiu uma tempestade que dispersa a frota, impelindo parte para o mar dos Açores, onde o conde se decide ficar á caça dos navios da India. Ralegh, cujo navio, *Warsprite*, sofre no aparelho algumas avarias, fica pairando fora da costa de Portugal, até que, passante muitos dias, se reune a Essex, em cruzeiro próximo da ilha das Flores.

Nisto chega a bordo o boato de que os espanhóis se dirigiam aos Açores para proteger e comboiar as frotas esperadas da India. Apenas um boato, reconhecem. Entretanto é resolvido, num fraccionamento da esquadra, atacar todas as ilhas, ponto de *rendez-vous* das flotilhas espanholas, juntando-se depois todos para um assalto final á Terceira, o baluarte inimigo açoreano.

Andava Ralegh em excursão no interior das Flores, emquanto faziam aguada os seus navios, quando recebeu de Essex comunicação de se agrupar para investirem, sem perda de tempo, o Faial. Ralegh apressou-se. Com vento de feição, na manhã seguinte estava já á vista do Faial. Do comandante, porém, nem sombra.

Aposentados socegadamente nas aguas da ampla baia, começaram de notar a vila em atitude bélica — os fortes a encherem-se de gente, sôbre a praia estendendo-se uma linha de soldados prontos a disputar terreno. Nisto, sem motivo, de terra rompem fogo, sendo todavia fraco o dano das balas ao roçarem pela mastreação dum ou outro navio. En-

[1] Martin Hume, *Sir Walter Ralegh*, 207 a 240

trelanto, êstes, conservavam-se mudos; — mas irritava-se a marinhagem. Ralegh não decidia. Se, por um lado, lhe repugnava entrar em acção sem ordem do seu chefe, por outro tambem, levantar ferro, seria evidentemente complicar o fim da expedição.

Ao cabo de quatro dias, algumas embarcações enviadas a terra, a pouca distância da vila (á Praia do Almoxarife, presumo) para refazer-se da agua, são recebidas a tiro por um tróço de naturais entrincheirados. Ralegh e os seus homens perdem a paciência, e determinam então efectuar um desembarque imediato, em despique de tão hostil acolhimento — «to read the islanders a lesson.»

As forças de Ralegh — um pequeno destacamento de 160 marinheiros e 100 soldados — desembarcaram rápidamente sob a protecção de algoma artilharia que tinha trazido em dois barcos. Mas hesitam por momento, porque o fogo de terra, onde o número de defensores duplicara, era intenso. Ralegh, porèm, excita-lhes a coragem, e é êle próprio que se atira à frente, metido na água, as ondas pelo peito, por entre os escolhos, e os leva debaixo da violência das descargas a assaltarem deliberadamente, e com êxito, as trincheiras. Estrambo arremêço. Estabelece-se pânico entre os defensores, que logo debandam em tropel, deixando as suas armas, e sumindo-se no segrêdo dos bosques. Dos ingleses, não poucos foram varados, outros pereceram no mar com duas das embarcações que se afundaram.

Ralegh, desembestado pela vitória, decide tentar a ocupação da vila. Organiza e faz desembarcar um corpo denodado de 500 homens. Êle mesmo vai na avançada, sem couraça, nem elmo. Do castelo acolhem-os intrépidamente, resistindo com honra, num bradar activo da artilharia, os mosquetes a fuzilarem por todos os ângulos e ameias — tão ferramente que alguns dos soldados holandeses de Ralegh desanimam. Foi preciso que êste os vergastasse com o remoque meio injurioso duma ironia, o se atirasse decidido ao assalto, a dar exemplo, com quarenta dos seus gentis-homens. Perante esta doida investida de gente tão numerosa e experimentada, a fortaleza fraqueja, e em breve emudece, deixada vazia, à mercê dos invasores.

Ralegh orgulhava-se. Protegera-o a sorte. Até as balas parece que o tinham poupado: o vestuário furado em três logares, mas no corpo nem sequer uma arranhadela. Entre os seus contou dois mortos e um grande número de feridos. Os da terra tiveram dez mortos e vinte feridos.

Na manhã seguinte (22 de setembro) Essex ancora com a sua esquadra na baía da Horta, e freme de cólera contra o seu subordinado, que lhe roubara a glória da conquista do Faial. Lembra alguem submetê-lo a um conselho de guerra; mas o almirante aplaca-se, ouvindo-o. Todavia o caso não esqueceu. Utilizaram-se dele mais tarde, os inimigos de Ralegh, torcendo-o em argumento de descrédito junto do rei, por-

tanto começo dos agravos que acabaram por levar (em 1603) o famoso capitão ao patíbulo.

O historiador inglês nada mais nos relata sôbre a tomada do Faial. Da parte escura da acção — o saque que deram à pobre e indefesa vila da Horta — nada regista. Recordemo-la nós.

Ocupado o castelo, aos gritos vitoriosos da soldadesca, e aprendidas munições e artilharia, concedem o chefe a plena e costumada liberdade da conquista. *Espalhou-se a onda ignara e fera.* Tudo era abandonado, deserto: porque logo à primeira suspeita de invasão, todos os habitantes, velhos e novos, homens e mulheres, senhores e servos, todos fugiram para longe, num arripio de pavor, a refugiarem-se nas freguesias distantes, muitos buscando o silêncio dos matos. As aflitas monjas de São João, tão empalidecidas como as brancas toalhas que lhes emolduravam os rostos, punham na misericórdia divina toda a esperança — e quási que voavam a caminho do seu recolhimento no cimo do morro de Castelo Branco.

No coração da vila solitária penetraram os vândalos, vasculhando moradias, assaltando igrejas e mosteiros. Roubavam tudo, levando consigo até os mais insignificantes móveis, inutilizaram arquivos; queimaram os cartórios dos tabeliães: largaram fogo à maior parte das casas. Nas igrejas, depois de rapinado quanto havia de valor, espesinharam imagens, destruiram retábulos; até abriram as sepulturas, na sua voracidade de pilhagem, à cata talvez de objectos preciosos, desenterrando os cadáveres e espalhando-lhes os ossos, numa fúria macabra. Por fim, para bem evidenciar o propósito herético e implacável da sua passagem, êsses mesmos templos foram pasto das chamas, ficando apenas de pé, da Matriz, Conceição, Flamengos e Praia do Almoxarife, umas mal seguras e denegridas paredes.

Tão depressa se foram os demónios de mar em fora, e já respirando a consternada população, os olhares caíram sôbre as casas de Deus, que não passavam duma míseras ruinas, tristes e nuas, cobertas de colmo, onde se acolhiam os fiéis. Pensou-se na sua reconstrução. Mas quem de nomeada, e contando suficiente crédito, para ir de procurador do concelho, com os requerimentos a el-rei? Devia ser pessoa de distinção, de valimento. Uma estava naturalmente indicada — Estácio d'Utra Machado, que nenhum outro havia de melhor classe na Horta. E assim foi.

O pedido e bons ofícios do comissionado obtiveram imediatamente deferimento favorável. Quando, porém, vinha Estácio d'Utra de regresso ao Faial com a necessária ordem para o provedor da fazenda, sucedeu-lhe o revés de ser aprisionado pelos ingleses, ficando assim retardado por algum tempo o urgente benefício. Só mais tarde, por alvará de 5 de fevereiro de 1604, é que começaram as obras. Os bispos D. Agostinho Ribeiro, e seu antecessor, cooperaram também com muita solicitude

no mesmo sentido, alcançando dos cofres da fazenda rial alguns subsídios. [1] A nova igreja de São Salvador (Matriz, em frente ao convento de São João) ficou concluida em 1615, passando-se para ela solenemente o S.mo Sacramento, no dia 20 de novembro do mesmo ano. [2]

A segunda consorte, em testamento, legou-lhe a terça, que, por morte dêle, passaria às quatro filhas freiras no convento da Glória, passando dumas para as outras, e revertendo, por falecimento da última, metade à Santa Casa da Misericórdia, e metade para a Senhora do Livramento. [3]

23) Inês d'Utra, Izabel d'Utra, Antónia d'Utra, Violante d'Utra ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 4)

◇ Foram das primeiras freiras que entraram para o convento da Glória, professando nele logo após a sua fundação.

24) Gregório d'Utra Machado (§ 3.º, n.º 4)

◇ Nomeado ouvidor eclesiástico na ilha do Faial em 1607. [4] A seu respeito escreve Fr. Diogo das Chagas: «Hum grande theologo moral e um dos mais autorisados barretes que tem este bispado.» [5]

25) Domingos d'Utra Machado (§ 3.º, n.º 7)

◇ Nomeado escrivão da câmara da Horta por alvará de 17 de setembro de 1680. [6] Por sua morte seguiu no ofício seu irmão Manuel d'Utra Medina.

26) Úrsula de Santa Clara (§ 3.º, n.º 7)

◇ Freira professa no convento da Glória. Fez escritura de dote a si própria, quando professou, em 30 de abril de 1688. [7]

---

[1] *Arch. dos Açores*, II, 147
[2] Idem, id.
[3] *Tomb. Misericórdia da Horta*, liv. I
[4] *Reg. cam. da Horta*, liv. I, 152
[5] *Espelho cristalino*, etc., cap. XIV, art. 4.º
[6] *Reg. cam. Horta*, liv. VI, 167
[7] *Tomb. conv. Glória*, liv. XIX (Arq. rep. dist. fin., Horta)

29) Estácio d'Utra Machado (§ 3.º, n.º 5) ◇ Nomeado escrivão do almoxarife da alfândega da Horta, em 1615. Quando do casamento com a segunda consorte, foi esta dotada pelos pais em 3.000 cruzados, conforme consta duma escritura de abonação do dote de profissão a uma irmã. [1]

30) Ágada Pereira ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 7) ◇ O marido João de Olives era natural de Bayona, França, filho de Jean de Olives e de Gracia Chastenaut, conforme se lê no respectivo termo de casamento realizado na Matriz da Horta.

31) Clara de Jesus ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 6) ◇ Entrou para o convento de São João, tendo dote de noviciado feito pelos pais, em escritura de 3 de agosto de 1641, o qual foi depois rectificado, quando professou, pela mãe então já viuva, em escritura de 21 de fevereiro de 1647. [2]

32) Estácio d'Utra Machado (§ 3.º, n.º 6) ◇ Por sua morte, requereu a viuva, Inês Pereira, o logar de escrivão da alfândega, que êle exercia, e que fôra do sogro, para o filho Estácio, o que foi concedido por carta régia de 20 de setembro de 1665, com a retribuição de 4$000 reis em dinheiro, e seis moios de trigo em cada ano, ficando ela viuva obrigada a apresentar, durante a menoridade do filho, pessoa idónea que o substituisse. [3]

A consorte era neta do capitão-mor de São Roque, António Dias de Simas.

33) Jerónima Teles de Simas (§ 3.º, n.º 8) ◇ O marido, Domingos de Chegaray, era natural de Bayona, França, filho de Domingos de Chegaray e de Placencie de Velos, conforme se lê no respectivo termo de casamento realizado na Matriz da Horta.

---

[1] *Tomb. conv. S. João*, liv. IV, 408 (Arq. rep. dist. da., Horta)
[2] Ib.
[3] *Reg. conv. Horta*, liv. V, 274, v.

34) António Teles de Chegaray (§ 3.º, n.º 9) ◇ Foi beneficiado na igreja Matriz, da Horta.

35) Estácio Machado d'Utra Teles (§ 3.º, n.º 9) ◇ Sucedera no ofício de escrivão da da alfândega da Horta, que fôra de seu pai e avós, e do qual fez desistência na pessoa do filho Tomás, autorizado por provisão régia de 18 de julho de 1775.[1] Foi cavaleiro professo da ordem de Cristo.

Quando casou, o pai deu-lhe a sua terça em dote, sob cláusula de correr na linha masculina, aliás passaria aos irmãos Manuel e António, nas mesmas condições. Se dêstes não houvesse sucessão, iria à neta Bernarda Luiza, filha do capitão-mor da Madalena; e ainda na falta de descendentes desta, para a irmã dêle dotador, Beatriz Machado, casada na Terceira com João da Silveira Pereira.[2]

36) Ana Izabel Felícia, Inácia, Catarina Jerónima (§ 3.º, n.º 10) ◇ Religiosas no mosteiro da Glória, sendo dotadas pelos pais, a primeira no noviciado, por escritura de 1 de julho de 1748, a segunda por escritura de 9 de dezembro de 1754, quando proferiu seus votos de profissão.[3]

37) João Teles Machado (§ 3.º, n.º 10) ◇ Cura na igreja das Angústias, Horta. Deixou a terça ao irmão José, o remanescente dos bens e mais 50000 reis anuais a suas irmãs, religiosas no mosteiro de S. João, e o remanescente do seu património ao irmão António Teles d'Utra Machado.

38) José Prudêncio Teles (§ 3.º, n.º 11) ◇ Seguiu o curso de direito na universidade de Coimbra, concluindo a sua formatura no ano de 1826. Dentro em pouco tempo (no ano seguinte) foi despachado juiz de fora para a ilha do Pico, onde se desempenhou com exemplar integridade, e deu pro-

[1] *Reg. cam. Horta*, liv. X, 4º
[2] Arq. Ouv. Ecl., Horta
[3] Cartório do 4.º ofício, Horta

vas da sua muita ilustração. Com a posse do Faial pelas tropas liberais sob o comando do conde de Vila-Flor, passou a juiz de fora interino desta ilha, funções que quási não exerceu, porque daí a meses chegava o doutor António José Pereira Leite, primeiro juiz de direito nomeado para a comarca da Horta.

Com a reforma judiciária, pretendeu o doutor José Prudêncio Teles entrar para o quadro da magistratura oficial, a que tinha direito por virtude da sua nomeação de juiz de fora; mas nada conseguiu, sendo fundamentada a recusa na razão de ter servido sob o govêrno miguelista, quando de todos era bem notória a sua afeição à causa constitucional.

Mudou-se então para Angra, e ali estabeleceu banca de advogado, onde, pelo seu trabalho e aptidões, adquiriu em curto praso grande clientela, e com isso alguns bens de fortuna.

Em 1846 foi nomeado delegado do procudor régio na comarca de Angra; em 1853 passou para junto da relação dos Açores, no exercício das mesmas funções; em 1859 teve o despacho de juiz de direito da comarca do Pico, sendo no ano seguinte transferido para o continente, e por ali continuou até ser promovido à primeira classe, em cuja situação se aposentou.

39) Alberto Teles d'Utra Machado ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 12)

◇ Escritor de elevados méritos, quer pela sua feição literária, puramente vernácula, quer pelos assuntos que versou, desde a poesia às investigações históricas. Publicou um interessante volume *Corografia açoreana*, um livro de versos *Rimas*, *Camilo Castelo Branco na cadeia da relação do Porto*, *A expulsão dos jesuitas*, e um avultado número de traduções que se destacam pelo primor da forma literária, e profundo conhecimento da língua vertida, *A peregrinação de Child Harolds*, de Byron, e as *Cartas familiares* do italiano José Bareti, que são interessantíssimo quadro do Portugal de 1765.

Bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra; chefe duma das repartições do ministério da justiça.

Foi o possuidor (hoje um dos filhos) do famoso manuscrito acêrca dos Açores, intitulado *Espelho christalino em jardim de varias flores*, escrito no princípio do século XVII pelo padre franciscano Frei Diogo das Chagas, da ilha das Flores.

40) José Inocêncio Teles d'Utra Machado ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 3.º, n.º 11)

◇ Seguiu a carreira das armas, tendo chegado a cursar, até ao segundo ano, a faculdade de matemática, em Coimbra. Regressando ao Faial, assentou praça na companhia franca, que guarnia esta ilha, e tomou parte

nas lutas da guerra civil, finda a qual, tendo alcançado o posto de capitão de artilharia, nêle se reformou. Tomou parte muito activa no célebre movimento do dia 4 de novembro de 1828, conhecido por *revolta do castelo*, e que tanto sobresaltou os faialenses.[1] Era então cadete. Foi um dos prisioneiros, tendo jazido a sofrer amargas privações e penosos sofrimentos, nos cárceres, em S. Miguel (na Vila Franca) até ao dia 2 de agosto de 1831 em que aquela ilha foi ocupada pela divisão liberal.

41) Maria Aurora Teles ◆ ◇ Seu segundo marido, António Lourenço da Silveira Macedo, é o conhecido escritor faialense, autor da importante obra *Historia das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*, e de vários apontamentos do mesmo género dispersos pelas publicações periódicas locais. Homem bastante douto, e investigador paciente; porêm, quer no ensino, quer como escritor, sem nenhum brilho, sempre dentro de moldes velhos e rígidos, errando mesmo nas suas explanações, por deficiência de qualidades críticas. Devemos concordar que aquela sua obra *Historia das quatro ilhas* representa uma soma incalculável de trabalho, de paciência, de dedicação por arquivos vários, rebuscando e interpretando velhos documentos, durante longas e solitárias horas de estudo; mas, como livro de história, deixa algo a desejar, já porque contem alguns erros, e principalmente porque só relaciona, nada historiando. E é pena, porque sôbre o distrito da Horta não possuimos mais nenhum monumento naquele género.

(§ 3.º, n.º 12)

Foi António Lourenço um dos primeiros professores nomeados para o liceu da Horta, onde regeu sempre a sua cadeira, ininterruptamente, com apegado zêlo.

[1] Vide nota (27), tit. *Betencurte*

TITULO XXXII

WHYTONS

Tiveram começo em **João Whyton** (John Whyton) de origem inglesa, que se estabeleceu na ilha do Faial, ao entrar do século XVIII.

§ 1.º

1 **João Whyton** — casado com Apolónia Savage, m. 12-3-1746 com oitenta anos de idade — **(1)**

Tiveram:

2 **Ana Josefa Whyton** — n. 21-5-1775 com setenta e quatro anos, c. 8-5-1719 com Francisco Rodrigues Gularte, m. 30-1-1734 com quarenta e cinco anos de idade — **(2)**

Tiveram:

3 José Rodrigues Gularte Whyton, que segue

3 João Whyton, n. 21-11-1730, m. 15-6-1796 — **(3)**

3 Francisco Inácio Xavier Whyton, n. 28-7-1727, m. 8-2-1802, clérigo — **(4)**

3 Maria Josefa Whyton, n. 2-5-1721, m. 6-5-1729
3 Izabel, n. 28-1-1724, m. 9-5-1727
3 Maria Rodrigues Whyton
3 Ana Catarina
3 Francisca Inácia, n. 26-10-1725 } freiras no convento da Glória

3 **José Rodrigues Guiarte Whyton** — n. 15-2-1720, m. 3-10-1794, c. 16-6-1749 com Ana Cobs Leite da Câmara, n. 19-7-1724, m. 26-1-1788 (V. **Godinhos** § 1.°, n.° 5) — **(5)**

Tiveram:

4 João Whyton Zarco da Câmara, que segue
4 António Guiarte da Câmara Whyton, n. 20-7-1751, m. 16-2-1773
4 José Whyton, n. 6-2-1757
4 Francisco Whyton da Câmara, n. 3-3-1758, m. 30-10-1779, c. 29-6-1778 com Elísia Margarida Leite da Câmara (V. **Pereiras**, § 10.°, n.° 8)
4 Antónia Mariana Whyton, n. 24-3-1750, m. 27-9-1820, c. 26-6-1778 com António de Lacerda Marramaque (V. **Pereiras**, § 10.°, n.° 8)
4 Francisca Paula Whyton, n. 2-4-1766, m. 21-11-1787
4 Luiza Whyton da Câmara, n. 22-4-1762, m. 5-5-1780

4 **João Whyton Zarco da Câmara** — n. 5-8-1763, m. 31-8-1845, casou com Maria Genoveva Martins Paimplona, m. 24-8-1858 com oitenta e oito anos de idade (V. **Ataides**, § 1.°, n.° 10) — **(6)**

Tiveram:

5 José Sebastião Whyton, que segue
5 Maria Whyton, n. 14-6-1797, m. 10-12-1858, c. 24-7-1816 com Luís da Terra Peixoto de Lacerda (V. **Peixotos**, § 8.°, n.° 9)
5 Ana Whyton, m. 22-6-1875, c. 1-8-1819 com seu primo António Mariano de Lacerda Marramaque (V. **Pereiras**, § 10.°, n.° 9)
5 Francisca Côrte Real da Câmara Whyton, n. 27-9-1798, m. 8-2-1847
5 Maria Genoveva da Câmara, n. 24-3-1811, m. 14-3-1835
5 Antónia Whyton, n. 22-3-1801, m. 1860, casou com Estácio Manuel de Sousa (V. **Sousas**, § 1.°, n.° 3)
5 Luiza Zarco da Câmara, n. 28-3-1800
5 Rosa Whyton
5 Maria Rosa Whyton, m. 3-6-1837, c. 23-8-1828 com Manuel Inácio de de Sousa (V. **Sousas**, § 1.°, n.° 3)
5 Francisco Whyton da Câmara, n. 4-3-1809, m. 6-2-1824
5 João Whyton Zarco da Câmara, m. 31-1-1865
De Rita Arcângela Corrêa, solteira, teve:

6 Maria Genoveva Whyton da Câmara

5 António Zarco da Câmara Whyton, n. 13-6-1806, m. 17-8-1857, c. 26-1-1844 com Inácia Soares (V. **Soares**, § 1.°, n.° 8)
Tiveram:

6 Amélia Soares, n. 19-7-1839, m. 24-3-1904
6 Frederico, m. 10-2-1844

6 António Whyton Zarco da Câmara, n. 23-4-1845
6 Ana Soares Whyton, n. 25-4-1848, m. 25-4-1861

5 **José Sebastião Whyton** — n. 20-1-1791, m. 29-11-1864, c. 13-7-1806 com Maria Clementina da Cunha, n. 21-4-1792, m. 22-12-1841 (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 7) **Tiveram**:

6 José Maria Whyton, que segue
6 Jorge Whyton, n. 7-11-1807, m. 11-2-1827
6 Manuel Carlos Whyton, n. 11-6-1820, c. 24-11-1859 com Joana Guterres (V. **Guterres**, § 1.º, n.º 8)
6 João Whyton Zarco da Cunha, n. 28-3-1825
6 João Maria Whyton, n. 29-4-1822
6 Maria do Carmo Whyton, n. 17-3-1816, c. 29-11-1838 com Manuel Mariano Leal (V. **Pereiras**, § 4.º, n.º 12)
6 Maria José Whyton da Câmara, n. 3-10-1812, m. 13-10-1888; 1.º c. 28-8-1840 com José Patrício da Silveira, 2.º c. 14-1-1859 com João Pereira de Lacerda (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 10)
6 Francisca Maria do Carmo Whyton, n. 8-1-1815, m. 13-8-1887, c. 21-8-1884 com seu tio José da Cunha Brum Terra e Silveira (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 7)
6 Maria Clementina Whyton, n. 25-8-1825, m. 13-10-1855
6 Ana Whyton, n. 22-9-1818, c. 11-10-1838 com João Read — (7) Tiveram:

7 **João Read**, n. **28-9-1842**
7 **Guilherme Read**, n. **15-3-1844**
7 Carolina Read
7 Maria Read, n. 17-7-1839
7 Luiza Read, m. 28-9-1916, casou com Simão do Rarbes da Cunha Brum (V. **Cunhas**, § 1.º, n.º 7)

6 **José Maria Whyton** — n. 3-3-1810, c. 21-8-1834 com Leonarda Guterres, n. 19-1-1811, m. 26-2-1897 (V. **Guterres**, § 1.º, n.º 8) de quem teve:

7 Guilherme Guterres Whyton, n. 5-6-1838, m. 11-3-1840
7 Guilherme Guterres Whyton, n. 12-5-1841
7 Jorge Guterres Whyton, n. 31-12-1852
7 José Maria Whyton, n. 5-2-1837
7 Francisco Manuel Guterres Whyton
7 Maria Guterres Whyton, n. 25-11-1845, c. 21-10-1866 com Luís da Terra (V. **Peixotos**, § 3.º, n.º 10)

NOTAS

1) **João Whyton** ◆ ◆ ◆ (§ 1.°, n.° 1) ◇ Conforme deixei dito no começo dêste título, João Whyton (John Whyton) era de origem inglesa, sendo em começo do século XVIII que aparece no Faial. Da carta para o uso de brazão de armas passada ao neto, consta ser filho de Nicolau Blount Whyton e de sua mulher Annie Irunbolk, do condado de Buellez; neto de John Whyton, do condado de Uxonia, e de sua mulher Esther Blount, natural de Londres; bisneto de George Whyton Heusington, do condado de Uxonia — «pessoas principais do reino de Inglaterra, servindo no militar e na República os Postos e lugares mais honoríficos com cavalos, armas e criados, à lei da nobreza.» [1]

A consórte de João Whyton, Apolonia Savage, era tambem de origem inglêsa, natural de Lobate, ilha de Tenerife.

Serviu João Whyton de consul britânico no Faial por carta datada de 15 de junho de 1715. [2]

---

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 52. — As armas dos Whytons são: escudo partido em pala, na primeira, em campo de prata um chaveiro negro carregado de cinco besantes do mesmo metal; na segunda, em campo tambem de prata três cabeças de touro, negras, armadas de azul, deitando fogo pelas bocas, e postas em roquete. Elmo de prata aberto guarnecido de oiro. Timbre, uma cabeça das armas com um besante de prata na testa e por diferença uma brica vermelha com uma estrela de oiro.

[2] *Reg. cam. Horta*, liv. VII, 167

2) Ana Josefa Whyton ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 2)

◇ O marido, Francisco Rodrigues, é filho de José Rodrigues Gularte e de sua mulher Maria d'Ultra, sendo êste, a seu turno, sobrinho dum João Roiz Gularte, que foi nomeado tabelião na ilha do Faial, por alvará de 8 de junho de 1655, [1] em atenção aos serviços prestados por António de Aguiar, seu sogro, morto na defesa do castelo de Angra.

José Rodrigues Gularte e mulher, Maria d'Ultra, em testamento datado de 20 de abril de 1718 deixaram os seus bens em vínculo de morgado ao referido seu filho Francisco Rodrigues, declarando mais terem no convento da Glória quatro filhas freiras — Joana Evangelista, Maria de Santa Clara, Catarina de Sena e Ana da Piedade. Desistiram estas monjas das ligítimas que lhes viriam a pertencer, e iriam ao convento, dando o pai em troca, ao mosteiro, por escritura de 6 de novembro de 1702, 4:000 cruzados, metade em dinheiro, e metade em escrituras de juro. Êste contrato foi rectificado entre José Rodrigues Gularte Whyton e as freiras da Glória pela letra dum novo instrumento público com data de 5 de julho de 1777. [2]

3) João Whyton ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Pretendeu vincular todos os seus bens; mas não conseguindo alcançar a necessária provisão régia legou-os a seu sobrinho João, estatuindo a cláusula de passarem, por morte dêste e da mulher, aos filhos.

4) Francisco Inácio Xavier Whyton ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.º, n.º 3)

◇ Foi uma das individualidades de maior destaque no círculo eclesiástico da Horta, não sòmente pela sua ilustração, como também pela sua bondade e distinto trato. Impunha-se ao respeito e estima de todos. Formou-se em leis e cânones na universidade de Coimbra. Despachado vigário das Angústias em 1790, passando daí para a Matriz em 1794, data em que também foi nomeado ouvidor na ilha do Faial, cargos que exerceu com grande dignidade e inteligência até ao seu falecimento. Por comissão do cabido de Angra *(sede vacante)* visitou em 1799 as paróquias do Faial.

---

[1] *Reg. cam. Horta*, liv. V, 62
[2] Cartório do 4.º ofício, Horta

5) **José Rodrigues Gularte Whyton** ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.°, n.° 3)

<> Foi-lhe permitido o uso de brazão de armas por carta de 15 de outubro de 1751.[1] Era o brazão partido em pala: na primeira pala, em campo de prata, um chaveiro negro, carregado de cinco besantes do mesmo metal; na segunda pala, em campo tambem de prato, três cabeças de touro, negras, arenadas de azul, deitando fogo pelas bocas e postas em roquete. Elmo de prata aberto guarnecido de oiro. Timbre uma cabeça das armas com um besante na testa, e por diferença uma brica vermelha com uma estrela de oiro.

6) **João Whyton Zarco de Câmara** ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.°, n.° 4)

<> Várias vezes vereador da câmara da Horta. Entre êle e o juiz de fora Joaquim Gaspar d'Almeida Cândido, sucedeu em dia de sessão um episódio algo cómico: querer suspendê-lo de vereador por se apresentar de sobrecasaca.[2] Em 1818 era capitão da oitava companhia de milicias, sendo elevado ao posto de tenente-coronel por carta patente de 25 de agosto de 1824. Faleceu na sua casa dos Toledos (Pico) sendo conduzido para o Faial e sepultado na igreja da Glória. Deixou, por seu testamento, ao hospital da Misericórdia da Horta 3$000 reis de pensão anual para socorro dos pobres enfermos.

7) **Ana Whyton** ◆ ◆ ◆ ◆ (§ 1.°, n.° 6)

◇ O marido, João Read, que residia em Angra, era de origem inglesa, natural de Portsmouth.

[1] *Reg. cam. da Horta*, liv. IX, 52
[2] F. de Serpa, *Dados genealógicos, etc.*, 227

CORRECÇÕES E ADITAMENTOS

Pagina 13 — Catarina Nodin. Devia ser Naudin, segundo a sua origem; mas adoptei Nodin, que foi o que se fixou

Pag. 14 — Deve ler-se: 4. Miguel d'Arriaga Brum da Silveira

Pag. 17 — Depois de Eugénia d'Arriaga, casada com João Carlos Mardel Ferreira, leia-se:

6 José Carlos d'Arriaga Mardel, casado com F... Carneiro
6 Júlio Mardel
6 Henrique Mardel
6 Luis d'Arriaga Mardel, casado com F... de Eça, de quem teve:
7 Eugénio Mardel, 1.º casou com F... Folque Hogan Teves, 2.º casou com F... Moniz Galvão
7 Luiza Mardel, casada com Manuel de Sousa da Câmara, ex-senador, ex-deputado, ex-ministro da agricultura, professor e director do Instituto Superior de Agronomia e Veterinária

Pag. 18 — Depois de 7, Guilherme d'Oliveira Arriaga, ler:

8 Mary..., 1.º casou com Ricardo Borges de Sousa, 2.º casou com José P. de Andrade, havendo do segundo matrimónio quatro filhos — Frederico, Maria Tereza, José Miguel e Guilherme

Teve Guilherme d'Oliveira Arriaga do terceiro matrimónio:

8 Maria Luiza, casada com Carlos Ferin Cunha

O pai da terceira consorte de Guilherme d'Oliveira Arriaga, foi Pedro de Alcantra, filho natural de D. Pedro IV.

Pag. 19 — Leia-se: — ... Salvador d'Arriaga, membro desta familia (do qual um remoto ascendente foi dos quinhentos infanções fidalgos que entraram na batalha de Navas de Tolosa) passou a cidade de Baiona, França, e ali casou com a senhora de Iribarren (ou Uribarren) das casas chamadas de Berrendi, procedendo dai João d'Arriaga, etc.

O seu nome de origem era Jean Dharriague: mas verdadeiramente, o apelido exacto é Arriága. Dharriague, diz-me o sr. Ferreira de Serpa, é um francesismo. Como habitaram Baiona afrancesaram o apelido, não devendo tambem ser estranho a esta mutação o facto de representarem a França no Faial, João d'Arriaga e o filho.

Pag. 23 — José d'Arriaga Brum da Silveira, como Provedor da Real Fazenda

foi administrador dos bens dos jesuitas não só no Faial, como em todo o arquipélago.

Pag. 49 — Na linha 30.ª leia-se D. José I em vez de D. João VI

Pag. 58 — A linha 33.ª ler escrivão de direito em vez de juiz

Pag. 71 — Na linha segunda leia-se Gaspar Gonçalves Balieiro e não Gonçalves Gaspar Balieiro

Pag. 75 — Alguns membros desta *familia* escreveram Del Rio — *del* com *D* maiúsculo, quando devia ser minúsculo. É apelido de origem espanhola, sem dúvida.

Pag. 76 — Na linha 3.ª leia-se: (V. *Mendonças*, § 8.º, n.º 5) Na linha 40.ª ler: natural de São Miguel, não Angra

Pag. 77 — Na linha 33.ª, em logar de João, ler Jacinto Silveira de Medeiros

Pag. 86 — Depois de — 3, Águeda Pereira de Betencurt, casada com João Jorge da Silveira, acrescentar:

4 António Pereira de Betencurt, casado com Izabel Gularte de Faria, que tiveram:

5 António Pereira de Betencurt, n. 1737, casado com Catarina de Jesus, etc., etc., seguindo-se a restante descendência, a que se deve alterar, porém, a numeração das gerações.

A seguir, na mesma página, e depois de — 6, Izabel do Rozário Betencurt, casada com Francisco Machado Jorge, ler:

7 Izabel, n. 1742
7 F. .
7 Maria
} freiras

7 Manuel Machado da Silveira, casado com Maria Tereza de Simas, de quem teve:

8 Tomé Cardoso Machado da Silveira Betencurt e Simas

Devo estas correcções á gentileza do sr. Francisco Soares de Lacerda Machado, a quem aqui consigno os meus agradecimentos.

Pag. 87 — A linha 28.ª ler: § 8.º, n.º 3, e na linha 33.ª ler: § 1.º, n.º 6

Pag. 88 — Na linha 10.ª ler: § 8.º, n.º 4

Na linha 42, em seguida a António de Lacerda Peixoto, ler: — c. 4-11-1799 com Izabel Jacinta Brum (V. *Pereiras*, § 3.º, n.º 9 — correcções e aditamentos)

Pag. 96 — Diz-me o sr. Francisco Soares de Lacerda Machado que o Antonio Leal d'Ávila, com que inicio o § 6.º, é filho de Manuel d'Ávila Leal e tinha um irmão chamado Braz Leal d'Ávila

Pag. 129 — Bom Dia, de Buendia ; Serra, de Sierra ; Ruas, de Rua

Pag. 131 — A propósito das minhas deduções relativas ao poço da Carrasca, escreve-me o sr. Ferreira de Serpa : «No Pasteleiro havia umas terras que, em documento de 1682, se chamavam da Carrasca, deixados por Catarina Gonçalves, tambem conhecida por *Catarina Carrasca*, ascendente de Jorge Gularte Pimentel, ao que parece.»

Pag. 135 — Ainda não está comprovado que Guilherme de Brum (Willem van Bruyn, e não *van der*) fôsse realmente natural de Maestrich. Investigações feitas nesta cidade, diz o sr. Ferreira de Serpa, nenhum resultado deram a tal respeito

Pag. 136 — A linha 5.ª ler só Baltazar de Brum

Pag. 137 — Linha 4.ª — Na opinião do sr. Ferreira de Serpa deve ser **Montoia** e não **Montojo**. Como se sabe, outrora empregava-se o *i* por *j*, e vice-versa

Pag. 195 — Escreve-me o sr. Ferreira de Serpa: «Gaspar Gonçalves **Bulcão**. Pelo apelido Gonçalves já tinha costela portuguesa, provavelmente nascido no Faial. Palpita-me que a grande maioria dos colonos flamengos era constituida por solteiros, o fácil lhes foi casarem com mulheres portuguesas, quaisquer que elas fossem.»

Pag. 205 — António da Cunha de Andrada, e não Andrade. Era filho **natural**. Quanto a almirante da armada de Antuérpia, foi uma promoção gratuita do padre António Cordeiro. Pelo menos nada consta de oficial a tal respeito

Pag. 208 — Depois de — 8. Ernesto do Canto Amaral, casado com **Leonor** Ávila, acrescentar:

9 **Hortênsia**, m. meses
9 António José d'Ávila Amaral, n. 5-1-1898, c. 29-9-1920 com Mariana de Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor) n. 30-4-1898. Tiveram:
10 António José de Vasconcelos e Sousa d'Ávila Amaral, n. 20-7-1921

Pag. 239 — José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa teve a carta de conselho de Sua Majestade. Foi governador civil em Angra e eleito deputado franquista pelo circulo do Funchal

Pag. 245 — O doutor Cucry Cabral era faialense pela paternidade, não pelo nascimento. Lisboa é que foi a terra da sua naturalidade

Pag. 250 — Ler — 7, António Francisco de Faria, c. 25-8-1777 com Ana Joaquina. Em seguida acrescentar:

8 Francisco Corrêa Garcia, n. 4-11-1779, casou com Maria Luiza, de quem houve:
9 João Corrêa Garcia de Faria, casado com Rosa Emília
9 Emília Corrêa Garcia de Faria, casada com Nestor Ferreira Borralho (V. nota (8) lit. *Soares*)
9 Maria Benedita Garcia, casada com Francisco Silveira
9 Manuel Corrêa Garcia, casado com Maria Guilhermina Bulcão de quem teve:
10 Maria de Jesus Garcia
10 Manuel Corrêa Garcia, casado com Josefa Etelvina, de quem teve:
11 Maria Etelvina Garcia
9 Madalena Corrêa Garcia, casada com José António de Vargas Dias, de quem teve:
10 Maria Madalena de Vargas, casada com Manuel Inácio Cabral. Tiveram:
11 Heitor Dias Cabral, casado com Helena Barata, (V. **Bulcões**, § 3.º, n.º 12)

Ao leitor ocorre naturalmente a mesma pregunta que se me formou, acerca do fi-

lho Francisco, do António Francisco de Faria. Porque se chamou Francisco Corrêa Garcia, sendo o pai Faria? Só pela leitura do termo de baptismo é que tive a explicação. Paraninfou-o nas águas baptismais o capitão Francisco Corrêa Garcia, morador em Porto Pim: certamente porque êste muito o protegeu, a título talvez de homenagem, copiou-lhe o nome, se é que lhe não adoptou também os bens de fortuna.

Préviamente instruído na arte de navegar, para que tinha inteira vocação, com grande brilho e com honra trilhou a vida marítima.

Achava-se no porto de Amsterdam comandando o brigue *Margarida Júlia*, quando rompeu a guerra entre Portugal e a França. Ali esteve, pois, retido 28 meses, consumindo quanto dinheiro possuia, e ainda créditos que obteve de algumas casas comerciais, não só em sustentar-se e à sua tripulação, como também abonando passagens a 48 tripulantes de outros navios. Mordido de impaciência, tendo um dia escapar-se furtivamente; mas, decorrido pouco caminho, foi descoberto e capturado.

Não tardou, porém, a ser posto em liberdade; passa à Inglaterra, de lá a Baía, onde torna o comando de navios viajando para Liverpool e Londres.

Passado algum tempo embarca com destino a Havana. Certo dia, em meio do seu tranquilo navegar, surge-lhe pela proa um vaso de guerra inglês, que o toma por navio negreiro, e sob prisão o conduz à ilha de São Tomé, onde catorze meses esteve detido, aguardando sentença, que saiu absolutória e confirmada pelo almirantado de Londres.

E lá vai êle de novo na sua interrompida derrota a caminho das Antilhas. Mas, malfadada viagem fôra aquela. Próximo da ilha de São Domingos, um brigue francês, que andava ao corso, investe hostilmente contra êle. Não vacila: de amuradas bem a claro, dispara duas descargas gerais, tão certeiras e rápidas, que origina grossa avaria no adversário, forçando-o a retirar-se sem mais cometimento.

A desventura ia-lhe todavia no encalço. Três dias depois, um outro brigue francês, de lote muito maior que o seu, fez fito nêle, aproxima-se, arrogante e rápido, içando sinal de suster rumo: — e por uma portinhola do rostado vomitou um novelo de fumo. Submeter-se, fugir? Não, a bandeira das quinas cubria-os... Nos cintos se prenderam as facas e os machados para a abordagem; alinaram-se as escorvas das pistolas e bacamartes; das escotilhas saíram os cestos com o balame e macetes de pólvora para as colubrinas.

Por espaço de hora e meia se bateu Francisco Corrêa Garcia, numa fadigosa ânsia, as peças sempre a chamejar. Corria sangue: três dos seus já eram mortos, outros feridos. O inimigo não podia, porém, afrontar-se, porque se lhe notavam também várias e grandes avarias; mas, muito maior, mais possante, não tardaria a alcançar vitória. Sem vento, era impossível escapar-se. O outro, a pouco e pouco, chegou-se, e cain-lhe em cima, na abordagem, de arpéus empolgantes como garras. Nêste momento é que foi o inferno. Eram feras. Batiam-se corpo a corpo.

Francisco Corrêa Garcia, já cheio de ferimentos, investia valorosamente, distribuindo cutiladas vertiginosas, lão depressa no portaló, como sôbre o castelo de pôpa. De repente uma lâmina fatal redopiou, e sôbre êle baixava veloz, directamente. Teve um gesto instintivo: — e mais *breve* que o pensamento, quasi sem um estremeção de dôr, viu a sua mão esquerda decepada, pendente duns tendões, a golejar sangue. Então, entre desvairado e trágico, com a sua espada acabou de separar a mão perfida, arremessando-a, num gesto de heróico desprêzo, à cara daquele que lhe vibrara o golpe!... Maravilhou-se o chefe inimigo, que logo ordenou lhe poupassem a vida, e que a da restante tripulação seria respeitada também, se de pronto se rendessem. De facto, para que resistir mais?

Com os quinze tripulantes que ainda contava, foi lançado à mercê do acaso num lanchão do navio. A Francisco Corrêa Garcia fizeram mercê duma espingarda, que chegou a utilizar de remo, e da qual jamais se separou, mesmo depois de morto, porque comsigo a levou para a sepultura.

Colhido por um navio inglês, foi transportado a Cuba, e só de lá saiu ao cabo de oito meses, dirigindo-se ao Rio de Janeiro, onde então estava a côrte. Mostrou donde vinha, como vinha. Honrou-o o monarca, nomeando-o por carta patente de 22 de

junho de 1814, segundo *tenente da armada real*, com autorisação de poder comandar qualquer navio da mesma armada; alguns anos depois, como recompensa das viagens que fez para a India, é promovido a primeiro tenente.

Em decreto de 25 de agosto de 1820, é nomeado ajudante do mar da ilha do Faial. Nesta situação toma parte muito activa no pronunciamento dos faialenses pela organização constitucional do paiz.

Mas em outubro de 1828, o D. Miguel é aclamado rei absoluto. Corrêa Garcia então recolhe-se à vida privada, aos cuidados da sua casa, na Feteira, pedindo dispensa do exercicio do seu cargo.

Um dia, porém, desanuviou-se o horisonte político. A 24 de junho de 1832 o conde de Vila Flor com a sua divisão ocupa o Faial, e proclama o govêrno liberal. Corrêa Garcia apresenta-se, e é logo reintegrado com o titulo de capitão do porto da Horta. Começa a sua actividade em prol da causa constitucional.

Comandando a escuna de guerra *Duque de Gloucester*, conduz à Terceira 23 embarcações costeiras, devidamente tripuladas, por ele congregadas, para serviço da expedição; socorre ali, e salva dum naufrágio a corveta *Regência de Portugal*, pelo que foi muito louvado, e nomeado comandante do brigue *Liberal*, com a capitania da esquadrilha que partiu para São Miguel. É nêsse navio que acompanha o exército libertador.

Chegado ao Porto, passa a segundo comandante da corveta *Amélia*, entrando na primeira batalha naval com uma divisão realista, ao sul do Douro, no dia 10 de setembro de 1832. Pratica nesta ocasião um feito de valor. Debaixo dum vivo fogo vai a terra buscar pólvora e bala, que já escasseavam, contribuindo assim para a vitória da esquadra liberal. *Premiaram-o com* o logar de comandante da referida corveta.

No dia 15 coopera no desmantelamento duma bateria inimiga na margem do Douro. Êle próprio, em a madrugada de 28, *desembarcando um* destacamento, assalta e destroi, em menos de três quartos de hora, outra bateria impertinente na montanha da Furada.

Tomando o comando da bateria da torre da Marca, dirige um fogo tão activo, que se torna notavel, e muito concorre para o bom exito do ataque a serra do Pilar. Por decreto de 20 de outubro é recompensado com a patente de capitão-tenente graduado, passando a comandar a corveta *Alegria*.

Terminada a campanha liberal, regressou à sua terra, retomando o exercicio do seu cargo de capitão do porto. Mas a agitação política continuava: a chacina, seguiam-se os ódios e a intriga. Salientando-se nas eleições de 1838, incorreu no desagrado dos cartistas, *que o malquistaram com o govêrno*, não tardando um decreto (4 de maio de 1839) a exonerá-lo... sem ser ouvido! Num impulso de revolta, requereu para ser julgado em conselho, que se reuniu na cidade de Ponta Delgada. Fácil lhe foi lidar a sua honra. Produziu atestados da mais elevada procedência, que não só lhe prestigiavam o mérito, como destruiam todos os laivos de acusação. Até alcançou o grau de cavaleiro da ordem militar d'Aviz. Mas não foi reintegrado. Reformado é que foi.

Ainda uma vez apareceu na scena pública, quando do pronunciamento nacional na cidade do Porto, em 1847. Voltou a ocupar o logar de capitão do porto, sendo ao mesmo tempo (9 de junho) despachado capitão de fragata. Restabelecido, porém, o govêrno da carta e da rainha, passou à desponibilidade, recolhendo-se então definitivamente ao socêgo e mediocridade da vida domestica.

Pag. 256 — António Vicente Peixoto de Mendonça e Costa teve o titulo de barão de Santa Cruz. O seu logar em côrtes foi representando o circulo da Horta.

Pag. 258 — António Garcia da Rosa, *clérigo* (§ 2.º, n.º 4) foi o *edificador* da igreja da Creação Velha, Pico.

Pag. 260 — *Ver*, no § 2.º, Luciano Garcia da Câmara Terra casou com Maria Teodora Machado, de quem teve:

8 Francisca da Câmara Terra, casada com Joaquim Patrício da Rosa. Tiveram:

9 Maria Cristina da Rosa, n. 26-9-1862, c. 1-5-1884 com Manuel Batista da Silva. Tiveram:

10 Maria Elísia Batista, casada com António de Lacerda Pereira e Sousa (V. **Pereiras**, § 8.º, n.º 12)

10 João Batista da Silva, casado com Alcina Costa, contando já quatro filhos — Manuel, João, Jorge e Maria Cristina

Pag. 259 — Antônio Garcia da Rosa, 1.º barão da Areia Larga, era coronel de milícias, e exerceu na Horta diversos cargos públicos da mais alta confiança.

O filho, seu homónimo, esteve a educar na América do Norte. Foi um homem de aprimorada educação, e um *sportman* distintíssimo, possuindo belas embarcações de recreio de que algumas pessoas antigas ainda se lembram, e citam com orgulho.

Pag. 265 — Na linha 8.ª acrescentar: — e Terceira

Maria Benedita (nota 6) nunca foi freira, assim me esclarece seu sobrinho, meu velho amigo, António Garcia da Rosa, actualmente em Angra. Acompanhou ela uma sobrinha, filha de seu irmão Manuel, a educar em Londres, e de tal sorte se afeiçoou àquela vida do grande mundo que por lá ficou.

Quanto às informações respeitantes a Manuel Garcia da Rosa (nota 7) por uma confusão, verdadeiramente inexplicável, ao coordenar os meus apontamentos, saíram um completo disparate.

Manuel Garcia da Rosa foi formado na universidade de Coimbra, sim, mas em direito, não medicina. Seguiu a carreira diplomática. Esteve nas legações de Washington, Bruxelas, Rio de Janeiro, sendo no Rio primeiro secretário da legação, e por vezes exercendo as funções de encarregado dos negócios, na ausência do respectivo ministro. Era ali muito estimado e muito conhecido. A família imperial distinguia-o com a sua amisade, e teve sempre para com êle particulares deferências. Ainda ultimamente, quando o conde d'Eu, genro do Imperador esteve em Lisboa, o actual barão da Areia Larga era uma das pessoas que sempre o acompanhavam.

Manuel Garcia da Rosa, logo depois de formado, foi eleito deputado pela Horta. Nunca falou na Câmara devido, dizem, á sua extrema timidez.

Pag. 277 — Dá-me o sr. António Ferreira de Serpa o parecer que Antão Gutérres seria algum soldado espanhol do presídio do castelo do Monte Brazil (Angra) ou de Santa Cruz (Horta). Assim, originalmente, devia o apelido ser Gutierres.

Pag. 287 — Foram as perturbações religiosas em França que obrigaram Jacques de Labat a emigrar, e como êle muitos outros, adoptando o mesmo destino, o Faial — Jean Olives e Domingos Chegaray que aqui casaram. A consorte de Jacques Labat era Ana Viette, não Verta.

Pag. 293 — «Apenas em casa do doutor Manuel Gonçalves Mauricio...» É engano. A casa era dêle, sim; mas quem morava ali era um genro. O doutor residia na rua do Mar, na actual casa n.º 13 e para lá é que levaram a freira fugitiva, antes de ser restituida à clausura. Foi o doutor quem muito caridosamente a apadrinhou no triste acontecimento, primeiro advogando-a junto da comunidade, depois representando com toda a compostura os supostos serviços cirúrgicos.

Pag. 305 — Os Linhares vieram de Madeira para a Terceira, e desta ilha para o Faial entre os primeiros colonos, pois é sabido que, antes da colonisação flamenga, já alguns indivíduos havia no Faial, vindos de São Jorge e da Terceira.

Depois de **Belchior** Fernandes Linhares, acrescentar: — 2 Francisco Fernandes Linhares, m. 28-12-1630, casado com Bárbara de Gouvêa.

Pag. 308 = No final, acrescentar:

11 Júlia Batista, casada com Manuel Augusto Emílio.
11 Rui Xavier Batista.

Pag. 330 = Incluir a nota (9) que, por lapso, ficou no... caixolim.

António Batista (§ 1.º, n.º 10) — Pelos seus *méritos literários, especialmente* por qualidade do mais apurado gôsto artístico, tornou-se uma figura de destaque no meio intelectual açoreano. O seu *estilo é elegante*, vivo, dum filigranado romântico, trabalhando páginas de sentimento com bastante maleabilidade. Tem já impressos alguns volumes de novelas, de crítica, e de trabalhos teatrais. Foi e é um amador dramático distinto, conhecendo toda a técnica de bastidores, com subtileza definindo, concertando, desenvolvendo, expondo quadros scénicos da maior diversidade. O teatro faialense deve-lhe inúmero trabalho, grande afeição.

Pag. 331 = Como o leitor sabe, os apelidos Albernós, Albernaz são de proveniência mourisca, ou antes, de mouros convertidos. Ao que parece adoptaram por fim Alvernaz para mais se distanciarem da origem.

Pag. 347 = A propósito de José Luís Carolo, devo à benevolência e amisade do sr. Ferreira de Serpa, os seguintes esclarecimentos.

José Luís Carolo de facto não era pessoa com grande exuberância de fósforo: um dos muitos banazolas com quem se tropeça a miúdo por êsse mundo. Mas lograva um dos maiores vínculos do Faial. Ao redor, pois, dessa fortuna, a cubiça dos parentes recurvou-se, tecendo uma complicada intriga, que chegou a debater-se nos tribunais, num esmoer de alegações enlamantes. Diversos foram os pretendentes, habilitando-se nessa categoria a família Oliveira; mas o concunhado Francisco Silveira Carolo, e justamente o cunhado André Francisco Guiarte, foram os que mais alcançaram a questão. Um dos pontos a demonstrar, e que os *físicos* do Faial verificaram, era a incapacidade procreadora de José Luís Carolo, apezar de casado três vezes. Êle próprio, talvez com intuito de proteger a descendência da sua terceira mulher (melhor explicação não descubro para tão monstruoso disparate) declarou no processo que Rosa Micaela, sua filha do segundo consórcio, depois casada com André Guiarte, não era tal sua filha, *mas* dum amante da mulher, *por sinal* até com êste muito parecida! Disse mais: que a mulher andava a horas mortas da noite, pelas ruas da vila, em busca de amores, sendo várias vezes presa pela ronda! André Francisco Guiarte não podia deixar de defender o nome da irmã, os interesses da sobrinha. Não havia dúvida, era idiota, o cunhado. Rosa Micaela sempre foi julgada hábil, porque sucedeu no vínculo; e tamanho interesse pôz nisso o tio, que casou com ela, pouco lhe importando os débeis treze anos de noiva. Podia outro antecipar-se... De facto, aquele outro tio, Francisco Silveira Carolo, já talhava plano de casá-la com um primo, seu filho. Um joguete, a pobresinha! Por isso, mais tarde, requereu divórcio...

Pag. 355 — O incêndio que destruiu a ermida do Pilar foi em 1773, achando-se já restaurada cinco anos depois. Tudo está minuciosamente narrado em um auto no arquivo da referida ermida. Por ter sido abandonada, é que ela caiu em ruínas, e assim esteve muitos anos, até que a reedificaram depois de 1729.

Pag. 372 = Miguel Inácio d'Oliveira formou-se na universidade de Coimbra no ano de 1771. Nasceu na vila da Madalena em 29 de setembro de 1749.

Pag. 399 = Depois da linha 10.ª acrescentar: — 7, Inês Antónia Pereira da Silveira, n. 8-9-1721, casou com António Machado d'Utra Teles (V. **Utras**, § 3.º, n.º 8)

Pag. 402 — Lêr : — 11, Palmira Whyton da Terra, n. 29-9-1869, etc.

Pag. 416 — Na linha 4.ª, em logar de — de quem teve — deve ler-se : fóra do matrimónio teve.

Pag. 422 — Dar a — 7, Francisco Silveira Armão, mais três filhos: — Ana, n. 25-7-1723 ; Tereza, n. 25-5-1724 ; Quitéria Bernarda.

A — 7, António Silveira Armão, casado com Luzia Silveira, acrescentar os seguintes filhos: — Joana, n. 21-3-1715; António, n. 9-5-1717; Ana, n. 24-12-1718; Francisco, n. 11-4-1720; Francisco, n. 26-10-1721; Vitória, Helena (gémeas) n. 4-2-1726.

Dar a — 8, António de Brum da Silveira Armão, casado com Eufrásia Felícia de Jesus, a seguinte geração:

9 Ana Joaquina Luiza Brum da Silveira, n. 27-8-1758, c. 18-11-1788 com José Silveira Bulcão
9 Francisco, n. 24-6-1760
9 José, n. 27-2-1767
9 Manuel, n. 3-4-1769
9 Maria, n. 3-5-1771
9 Joaquim, n. 29-5-1773
9 Inácio de Brum, n. 26-11-1764
9 Izabel Jacinta Brum, n. 4-7-1777, c. 4-11-1799 com António de Lacerda Peixoto (V. **Betencurts**, § 2.º, n.º 8)

Pag. 423 — Depois de José Silveira Armão, casado com Luzia Maria, mencionar a seguinte geração:

9 Francisca Luiza, c. 16-2-1803 com Manuel de Brum da Silveira. Tiveram:
10 José de Brum Armão, n. 19-8-1805, casou com Josefa Luiza, de quem teve:
11 Maria Luiza Brum da Silveira, n. 12-2-1838, c. 12-11-1882 com Manuel Inácio Pimentel
11 Francisca Luiza, casada com José António de Vargas Brum
11 Manuel de Brum Armão, casado com Maria Luiza da Costa, de quem teve:
12 Josefa Etelvina Brum, n. 12-9-1877, m. 13-1-1922, casou com Manuel de Vargas Brum. Tiveram:
13 Maria Aurélia de Brum, n. 28-9-1898, casou com António Pereira Rodrigues

Dar a Vicente Silveira Armão, casado com Inácia Joaquina de Jesus, mais a seguinte descendência:

9 Manuel de Brum, n. 20-3-1769
9 Maria, n. 22-12-1770
9 Joaquina, n. 4-1-1775
9 Inácia Joaquina de Jesus, n. 11-4-1778, m. 13-1-1858
9 Luiza Francisca da Silveira, n. 13-12-1779, c. 22-5-1800 com Francisco Pereira Machado Asse.
9 Ana Inácia de Jesus, n. 1-11-1776, c. 20-6-1796 com Manuel Silveira Lobão. Tiveram:
10 Francisco Silveira Lobão
10 João de Deus da Silveira Lobão
10 José Vicente da Silveira Lobão

Depois de José Vicente da Silveira, capitão que foi de ordenanças, casado com Ana Delfina, mencionar a seguinte geração:

10 José Vicente da Silveira, n. 17-8-1823, c. 8-11-1856 com Florência Clementina Bulcão de quem teve:
  11 José Patrício da Silveira Bulcão
  11 Tibúrcio, n. 13-3-1859

10 Maria Clementina da Silveira, n. 10-9-1824, casou com António Gularte. Tiveram:
  11 Maria Clementina Gularte
  11 José Bernardo Gularte, casado com Maria Carvalho de Medeiros, de quem houve:
    12 Maria Clementina de Medeiros Gularte, casada com António da Costa Campos Branco

10 Inácia Augusta Libânia da Silveira, n. 19-9-1828, c. 10-10-1855 com Rufino Borges da Costa. Tiveram:
  11 Rufino, n. 11-2-1857
  11 Rufino, n. 5-9-1858
  11 Inácia Alexandrina da Costa, n. 16-8-1860, casou com seu primo Joaquim Crisóstomo da Silveira

10 Joaquim Crisóstomo da Silveira, n. 26-1-1826, m. 11-12-1874, casou com Luiza Margarida de Serpa, de quem teve:
  11 Joaquim Crisóstomo da Silveira, n. 23-1-1855, c. 10-5-1875 com sua prima Inácia Alexandrina da Costa, de quem houve:
    12 Joaquim Crisóstomo da Silveira, n. 5-5-1876
    12 Rufino Crisóstomo da Silveira, n. 12-11-1880
  11 Capitolina, n. 26-7-1857
  11 Capitolina da Silveira, n. 11-3-1866; 1.º c. 14-2-1883 com José Ribeiro Terra, 2.º casou com Manuel Emílio Tomás da Silveira
  11 Maria Amélia Crisóstomo da Silveira, n. 5-12-1871, c. 25-9-1897 com Pedro de Sousa Machado (V. **Ataides**, § 2.º, n.º 11)
  11 Porfírio Crisóstomo da Silveira, n. 27-9-1853, casou com Maria Guilhermina de Castro, de quem teve:
    12 Porfírio Crisóstomo da Silveira, casado com Maria Emírcio de Lacerda (V. **Betencurts**, § 4.º, n.º 11)
    12 Alfredo Crisóstomo da Silveira, casado com Maria Leonor
  11 José Crisóstomo da Silveira, n. 5-7-1858, casou com Maria Lúcia Vargas da Silveira, de quem teve:
    12 José Crisóstomo da Silveira
    12 Joaquim Crisóstomo da Silveira
    12 António Crisóstomo da Silveira
    12 Maria Crisóstomo da Silveira
    12 Helena Crisóstomo da Silveira

Fora do matrimónio teve o capitão José Vicente da Silveira:

10 Manuel de Brum da Silveira, m. 31-8-1888, casado com Mariana Matilde Libânia de quem teve:
  11 José Vicente da Silveira Brum, casado com Florência Clementina Bulcão (viuva de seu tio José Vicente) da qual houve:
    12 Manuel Silveira Bulcão
    12 Maria Pia, n. 9-4-1868, c. 30-7-1884 com José Patrício da Silveira
  11 Maria Augusta Brum, casada com António Silveira Garcia. Tiveram:

12 António Silveira Garcia, n. 2-7-1867; 1.º casou com Laura Furtado, 2.º casou com Maria Júlia de Sousa (V. **Betencurts**, § 4.º, n.º 11) 3.º casou com Maria Rosa Ventura

Pag. 514 — No § 2.º, n.º 7 deve ler-se: Maria de Moura Lano, casada com José Almeida d'Ávila.

Pag. 518 — A linha 14.ª ler: — 9, Rodrigo Guerra, n. 17-8-1890, casou com Manuela Sampaio.

Pag. 525 — No fim da notícia referente a Manuel Alves Guerra, acrescentar: — Deixou publicados dois livros — *Notes on Portugal*, e *Cultura do arroz na Itália*.

Pag. 528 — De Joana Brum da Silveira, casada com João Corrêa de Mesquita, descende muita gente, residindo no continente.

Na linha 21.ª, a respeito de João Ibri. Tem-se escrito Ibre, Ibri, Ibrii, Ibrij, Hi-*bri*, etc. Deve ser *Ebury*.

Pag. 543 — É certo ter a mordomia-mór da casa rial dado aos descendentes de Guilherme da Silveira o brazão de armas referido — em campo de prata três facha sanguinhas. Mas isto são as armas dos Silveiras do continente. As de Willem van der Haghe são: — em campo de oiro 2 palas veiradas de oiro e vermelho com seis flores de lis, duas em cada intervalo. Elmo de prata aberto, guarnecido de oiro, com plumagens, saindo delc as palas do escudo, que o atravessam até ao fundo. Timbre, um abutre da sua côr.

Ainda acêrca do nome da mulher de Guilherme da Silveira. Frutuoso escreveu: Sabuyo, Sabuio, Sabujo, Sabuja, e Sabuia. Nada disto é flamengo, diz-me opinião autorizada. O único apolido, d'aquela origem, que se lhe parece, é Sabio. Será isto que Frutuoso quiz escrever?

Pag. 558 — O n.º 9, Maria da Glória Machado Soares teve mais dois filhos que foram: — Manoel Machado Soares e Maria Machado Soares, casada com Manuel Machado Cardoso de Betencurt.

Pag. 586 — Vide rectificação que faço a pag. 355, a respeito da ermida do Pilar.

Pag. 619 — Aos Terras não consta ter sido concedido carta de brazão de armas; no entretanto usavam o brazão seguinte:

Escudo esquartelado: no primeiro quartel, em campo de ouro, uma águia negra de duas cabeças, e nos pés seu ondeado de azul; no segundo quartel as armas dos Pereiras esquarteladas com as dos Leites (3 flores de lis de oiro em campo verde) no terceiro quartel as armas dos Bruns, que são, em campo de prata, uma faixa vermelha com três flores de lis de oiro, e um chefe com três perdizes da sua côr; no quarto quartel as armas dos Silveiras (3 faixas sanguinhas em campo de prata). Elmo de prata aberto guarnecido de oiro. Timbre a águia do primeiro quartel.

Pag. 647 — A geração de Estácio d'Utra Machado, 1.º casado com Paula da Silveira, 2.º com Antónia d'Utra, deve ser na 4.ª linha, não António d'Utra Machado, mas:

4 Manuel d'Utra Machado, que segue

Depois continua como está até ao n.º 7, Úrsula de Santa Clara, freira na Glória, mas seguindo-se na linha segunda, e não na linha directa da sucessão:

4 António d'Utra Machado, m. 24-1-1664, casou com Joana de Escobar Garcia, de quem teve:
5 Gregório d'Utra Machado
5 Manuel Machado
Etc., etc., etc., continuando a restante descendência, tal como deixei dito, até ao n.º 6, Clara de Jesus, freira, mencionada na página seguinte, em que termina êste ramo, e nesta página emendar — 6, Estácio d'Utra Machado, que segue, para Estácio d'Utra Machado, b. 14-4-1630

Na referida página 647, pertanto, na linha directa da genealogia, ao n.º 3, Estácio d'Utra Machado, sucede:

4 Manuel d'Utra Machado, casado com Águeda Pereira, de quem houve:
5 Estácio Machado d'Utra, casou com Inês de Simas Teles (32) de quem teve:
6 Estácio Machado d'Utra m. 31-10-1681, c. 20-2-1666 com Polónia Valadão
Etc., etc., etc., continuando a genealogia na mesma organização até ao fim, apenas com a diferença de diminuir uma unidade ao número de ordem das gerações

Pag. 649 — Dar a Estácio Machado d'Utra casado com Polónia Valadão, mais dois filhos: Jerónimo Teles e Eusébio Teles, baptizados na Matriz da Horta.

Na linha 12.ª ler: Inês Antónia Pereira da Silveira, m. 8-9-1721 (V. **Peixotos**, § 1.º, n.º 7)

Dar ao n.º 10, António Teles d'Utra Machado, casado em 22-10-1761 com Úrsula Delfina Pereira de Lacerda, da cidade de Angra, os seguintes filhos
11 Violante d'Utra Machado, n. 27-7-1770
11 Estácio Machado d'Utra Teles, casou com Francisca Cordélia de Sousa (V. **Sousas**, § 1.º, n.º 3)

Pag. 651 — A linhas 9.ª, 10.ª e 11.ª ler:
13 Jorge Paes Teles d'Utra Machado, formado em direito pela universidade de Coimbra, juiz de direito.
13 Fernando Paes Teles d'Utra Machado, n. 16-5-1883, major de infantaria, professor da escola de guerra, casado com Armanda Ferreira Marques.
13 Alberto Teles d'Utra Machado, casado com Leonor Freitas.

Depois da linha 18.ª ler:
12 António d'Utra Teles Machado, n. 15-4-1828, capitão da marinha mercante, casado com Maria Luiza Henley, de quem houve:
13 António Teles Machado, empregado superior aposentado da alfândega de Lisboa, casou com Maria Emília da Silva, de quem teve:
14 Alberto van Hoertre de Teles Machado.
14 Maria Luiza da Silva Teles d'Utra Machado.

INDICE

Prefacio		7
I	— Arriagas	13
II	— Ataides	39
III	— Balleiros	74
IV	— Berquós	75
V	— Betencurts	85
VI	— Bom-Dias	127
VII	— Bruns	135
VIII	— Bulcões	187
IX	— Cunhas	205
X	— Currys	241
XI	— Farias	247
XII	— Garcias	257
XIII	— Godinhos	267
XIV	— Guterres	273
XV	— Labats	283
XVI	— Leites	297
XVII	— Linhares	305
XVIII	— Mendonças	331
XIX	— Mendonças (outros)	359
XX	— Oliveiras	367
XXI	— Pais	387
XXII	— Peixotos	397
XXIII	— Pereiras	441
XXIV	— Pórras	497
XXV	— Ribeiros	511
XXVI	— Silveiras	527
XXVII	— Soares	553
XXVIII	— Sousas	581
XXIX	— Streets	599
XXX	— Terras	609
XXXI	— Utras	643
XXXII	— Whytons	715
Correcções e aditamentos		723